

ISSN 1517-5901 (online)

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

POLÍTICA

T R A B A L H O

Ano XXXVI • Jan - Jun 2019

50

DOSSIÊ

**Sociologia(s) em
Escala Individual**

Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral do PPGS/UFPB
50 - Janeiro/Junho de 2019
ISSN 1517-5901 (online)

CONSELHO EDITORIAL

César Barreira (Brasil), Christian Azais (França), Cynthia Lins Hamlin (Brasil), Edgard Afonso Malagodi (Brasil), Emília Araújo (Portugal), Howard Caygill (Reino Unido), Frédéric Vandenberghe (Brasil), Jacob Carlos Lima (Brasil), Joaílto A. Burity (Brasil), José Arlindo Soares (Brasil), Julie Antoinette Cavignac (Brasil), Lee Jonathan Pegler (Holanda), Marie-France Garcia-Parpet (França), Paulo Henrique Martins (Brasil), Regina Novais (Brasil), Rubens Pinto Lyra (Brasil), Sandra J. Stoll (Brasil), Theophilos Rifiotis (Brasil), Vera da Silva Telles (Brasil), Zhou Zhiwei (China).

EDITORIA

Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil
Miqueli Michetti, UFPB, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil
Miqueli Michetti, UFPB, Brasil
Marcela Zamboni, UFPB, Brasil
Monica Franch, UFPB, Brasil

ASSESSORIA EDITORIAL

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista PNPd)

REVISORAS

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista PNPd) e Christianne Alcântara

DESIGN GRÁFICO

Fotografia de capa: Mirella Brito
Projeto gráfico de capa: Helton Nóbrega
Diagramação: Brunos Gomes

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB:
Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária CEP 58.051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (83) 3216 7204 - E-mail: politicaetrabalho@gmail.com

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)**

Ano XXXVI

Número 50

Janeiro/Junho de 2019

ISSN 1517-5901 (online)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora: Margareth Diniz

Vice-Reitor: Eduardo Rabenhorst

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Isaac Almeida de Medeiros

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Mônica Nóbrega

Vice-Diretor: Rodrigo Freire

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Marcela Zamboni

Vice-coordenador: Roberto Vêras de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB
indexação



Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho está licenciada
com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte PPGS/UFPB.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

R449 Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em
Sociologia – Vol. 1, Ano 36, n. 50 (jan./jun. 2019). João Pessoa, 2019.
320p.
1517-5901 (online)-1. Ciências Sociais. 2. Política. 3. Trabalho.

UFPB/BC

CDU: 32

SUMÁRIO

9 Editorial

DOSSIÊ

13 **SOCIOLOGIA(S) EM ESCALA INDIVIDUAL**

29 ABORDAGENS BIOGRÁFICAS DE PESQUISA E
DISPOSICIONALISMO SOCIOLOGICO | *Lília Junqueira*

43 SOCIOLOGIA DISPOSICIONALISTA E CLASSES SOCIAIS: reflexões
sobre desigualdade | *Ricardo Visser*

58 DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: sucesso escolar e qualidade de vida
de jovens de classe popular | *Patricia Bandeira de Melo, Nathielly Darcy
Ribeiro Araújo*

83 O SOCIAL HABITA NOS DETALHES: a escolha do nome próprio
no âmbito de uma sociologia empírica dos afetos | *Priscila de Oliveira
Coutinho*

101 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE CONSUMO DAS
CLASSES POPULARES A PARTIR DE UMA SOCIOLOGIA
DISPOSICIONALISTA | *Ana Rodrigues Cavalcanti Alves*

120 RETRATOS SOCIOLOGICOS DO MARACATU DE BAQUE SOLTO:
Percurso, disposições, práticas e variações culturais | *José Roberto Feitosa
de Sena*

138 PENSAR COM LAHIRE E BOURDIEU: disposições sociais e gostos de
elite no Recife | *Louise Claudino Maciel*

ARTIGOS

156 AS LINGUAGENS DO NOVO CAPITALISMO: os casos exemplares
da Endeavor Brasil, Artemisia e Ashoka Brasil | *Alexandre Barbalho,
Carolina do Vale Uchoa*

175 EXECUTIVOS SOB INTERVENÇÃO: organização e controle do trabalho sob a lógica da financeirização | *Patrícia Saltorato, Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti Sigahi, Geraldo Tessarini Junior*

198 O CASO ATENTO: reflexões sobre as novas configurações do trabalho a partir de uma multinacional de TIC | *Maria Aparecida Bridi, Sidnei Machado, Gabriela Portella*

213 A ENGRENAGEM DA PRODUÇÃO DE FRUTAS: Estado, empresários e trabalhadores no Vale do São Francisco | *José Fernando Souto JR*

231 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024: ardilosas apropriações da noção de valorização do trabalho docente | *Robson da Silva Rodrigues, Áurea de Carvalho Costa*

249 FAZER-SE ESTADO A PARTIR DAS FRONTEIRAS: circulação de corpos, objetos e significados entre os muros da prisão | *Francisco Elionardo de Melo Nascimento, Roberto Marques*

ENTREVISTA

272 O INDIVÍDUO, A EXISTÊNCIA E A TEORIA SOCIAL: uma entrevista com Frédéric Vandenberghe | *Rodrigo Vieira de Assis*

TRADUÇÃO

289 AS INDIVIDUALIDADES POPULARES: análise de setores urbanos no Chile (Tradução do texto de Kathya Araujo e Danilo Martuccelli) | *Rodrigo Vieira de Assis*

RESENHA

312 “UM SONHO PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS” | *Giovanni Boaes, Maylle Alves Benício*

CONTENTS

9 Editorial

DOSSIER

13 **SOCIOLOGY(IES) ON AN INDIVIDUAL SCALE**

29 BIOGRAPHIC APPROACHES TO RESEARCH AND SOCIOLOGICAL DISPOSITIONALISM | *Lília Junqueira*

43 DISPOSITIONAL SOCIOLOGY AND SOCIAL CLASSES: an essay on inequality | *Ricardo Visser*

58 FROM SUBURB TO THE UNIVERSITY: educational success and quality of life of popular class' young people | *Patricia Bandeira de Melo, Nathielly Darcy Ribeiro Araújo*

83 THE SOCIAL DWELLS IN THE DETAILS: the choice of the proper name from an empirical sociology of affections | *Priscila de Oliveira Coutinho*

101 REMARKS ON CONSUMPTION PRACTICES IN POPULAR CLASSES UNDER A DISPOSICIONALIST SOCIOLOGICAL APPROACH | *Ana Rodrigues Cavalcanti Alves*

120 SOCIOLOGICAL PORTRAITS OF MARACATU DE BAQUE SOLTO: Paths, dispositions, practices and cultural variations | *José Roberto Feitosa de Sena*

138 THINKING WITH LAHIRE AND BOURDIEU: social dispositions and elite tastes in Recife | *Louise Claudino Maciel*

ARTICLES

156 THE LANGUAGES OF THE NEW CAPITALISM: the exemplary cases of Endeavor Brasil, Artemisia and Ashoka Brasil | *Alexandre Barbalho, Carolina do Vale Uchoa*

175 EXECUTIVES UNDER INTERVENTION: work organization and control under the financialization logic | *Patrícia Saltorato, Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti Sigahi, Geraldo Tessarini Junior*

198 THE ATENTO CASE: reflections on the new labor settings from a multinational ICT company perspective | *Maria Aparecida Bridi, Sidnei Machado, Gabriela Portella*

213 THE FRUIT PRODUCTION GEAR: State, businessmen and workers in the San Francisco Valley | *José Fernando Souto JR*

231 FROM THE FEDERAL CONSTITUTION OF 1988 TO THE NATIONAL PLAN OF EDUCATION 2014-2024: cunning appropriations of valorization's notion of the teacher's work | *Robson da Silva Rodrigues, Áurea de Carvalho Costa*

249 THE MAKING OF ONESELF IN THE STATE FROM THE BORDERS: the circulation of bodies, objects and meanings between prison walls | *Francisco Elionardo de Melo Nascimento, Roberto Marques*

INTERVIEW

272 INDIVIDUALISM AND EXISTENTIALISM IN SOCIOLOGICAL THEORY | *Rodrigo Vieira de Assis*

TRANSLATION

289 POPULAR INDIVIDUALITIES: an analysis of urban sectors in Chile | *Rodrigo Vieira de Assis*

REVIEW

312 "A DREAM FOR THE SOCIAL SCIENCES" | *Giovanni Boaes, Maylle Alves Benício*

EDITORIAL

A Revista Política & Trabalho chega ao seu número 50! É com satisfação que esta edição disponibiliza o dossiê “Sociologia(s) em escala individual”, organizado pelos professores Giovanni Boaes (UFPB), Sheila Borges de Oliveira (UFPE) e Rodrigo Vieira de Assis (UERJ). Trata-se de um dossiê robusto, cuja apresentação já mapeia de forma clara e contundente as dimensões da importância das chamadas “sociologia em escala individual” para pesquisas e debates atuais.

Tal vertente é introduzida como tributária de tradições sociológicas dos séculos XIX e XX que não teriam sido valorizadas a contento pela sociologia mais recente, nem mesmo pelo que ficou conhecido como “novo movimento teórico”, conformado por esforços sintéticos de autores como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jürgen Habermas, Niklas Luhmann e – com mais sucesso, de acordo com os organizadores do dossiê – Norbert Elias. As “sociologias do indivíduo”, assim, têm suas ancoragens, rupturas e diálogos bem delineados logo na entrada da presente edição.

Preconizada por autores como Jean-Claude Kaufmann, François Dubet, Claude Dubar, Danilo Martuccelli, Vincent de Gaulejac, Dominique Memmi, Alain Ehrenberg e Bernard Lahire, a corrente não negligencia o social, mas considera o nível individual como uma prolífica “chave de acesso à realidade societária”, em termos metodológicos, analíticos e teóricos. Para o próprio Lahire, que não figura sozinho, mas tem posição de destaque no conjunto de trabalhos a seguir, toda sociologia em escala individual seria “uma sociologia da socialização”, uma vez que, para ele, “o que é individual é social e o que é social é individual”.

Diante disso, e com a proposta de pensar “com e contra Bourdieu”, trabalha-se com a noção de um “ator plural” em um “mundo plural”, construída em oposição à ideia bourdieusiana de um agente com um *habitus* unificado e unificador, que se moveria em *campos* coerentes. A sociologia em escala individual promove um enquadramento interdisciplinar para trabalhar em dois níveis, o “interindividual” e o “intraindividual”, com a intenção de captar não apenas o “social desdobrado”, mas também as dobras do social, acessadas via indivíduo.

Com sua diversidade temática e variada afiliação institucional, o presente dossiê dá mostras da versatilidade e da vivacidade dessa ramificação sociológica, que vem ganhando preeminência no universo acadêmico brasileiro. Formado por artigos que apresentam pesquisas e análises rigorosas – que perpassam temas que vão desde o consumo de classes populares e de elites, à educação superior, passando por práticas culturais como o maracatu e mesmo por uma sociologia dos nomes próprios – e por uma entrevista, uma tradução inédita e uma resenha de livro recentemente publicado por Lahire, e ainda sem tradução no Brasil, ele constitui-se, desde já, referência central nos estudos sobre o tema no país.

Além disso, mais seis artigos recebidos em fluxo contínuo contribuem para a relevância da nossa Edição 50. Com vários objetos específicos, trazem em comum discussões sobre as relações entre trabalho, organizações, Estado e subjetividades. Em “As linguagens do novo capitalismo: os casos exemplares da Endeavor Brasil, Artemisia e Ashoka Brasil”, Alexandre Barbalho e Carolina do Vale Uchoa analisam, por meio da Análise Crítica do Discurso, os materiais produzidos por três organizações escolhidas como exemplares, que apresentariam “manuais” para o chamado “empreendedorismo social no Brasil”. Tal análise traz elementos para a apreensão de uma forma importante de atualização do capitalismo como discurso e prática.

No mesmo domínio de pesquisa, o artigo “Executivos sob intervenção: organização e controle do trabalho sob a lógica da financeirização”, de autoria de Patrícia Saltorato, Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti Sigahi e Geraldo Tessarin, traz um estudo de caso que também revela mudanças pragmáticas e simbólicas na organização do trabalho com foco na gestão do desempenho e nos mecanismos de controle, em uma credenciadora de cartões de crédito. O artigo aponta os dispositivos que concorrem para a individualização, a competição e a precarização do trabalho, experimentadas por trabalhadores sob ameaça de “intervenção”.

No artigo “O caso Atento: reflexões sobre as novas configurações do trabalho a partir de uma multinacional de TIC” Maria Aparecida Bridi, Sidnei Machado e Gabriela Portella tomam por objeto uma grande empresa “prestadora de serviços de gestão do relacionamento com clientes e processos de negócios”. Por se tratar de uma multinacional “intermediadora de mão de obra”, é de suma importância a identificação, feita pelo artigo, de como se configuram, no seio de tais empresas conhecidas como *call centers* ou centrais de *telemarketing*, o trabalho, as relações de trabalho e as condições trabalhistas.

Com outro foco empírico, mas dentro de constelação semelhante de preocupações, José Fernando Souto Jr. nos apresenta “A engrenagem da produção de frutas: Estado, empresários e trabalhadores no Vale do São Francisco”, no qual busca entender a recente construção do “modelo de desenvolvimento” no Vale do São Francisco. O texto analisa as condições específicas de “**êxito do modelo**” do Vale como produtor de hortifrutigranjeiros, mostrando a “ação empresarial induzida e estimulada pelas agências governamentais federais”, a organização do empresariado em cooperativas e associações que atuaram junto a esferas de governo, bem como a incorporação dos trabalhadores como forma de dotar o modelo em tela de consenso e previsibilidade.

Ainda na seara dos estudos em torno do trabalho, mas com as lentes no âmbito da educação, o artigo “Da Constituição Federal de 1988 ao Plano Nacional de Educação 2014-2024: arduas apropriações da noção de valorização do trabalho docente” se debruça sobre as noções de valorização do trabalho do professor nas políticas educacionais federais, que estariam em contradição com as práticas educativas concretas. Robson da Silva Rodrigues e Áurea de Carvalho Costa indicam que tal contradição decorre da substituição do sentido axiológico do termo por critérios relacionados “ao cumprimento de prescrições externas sobre o seu trabalho, que resultariam em recompensas na forma de remuneração, benefícios e progressão na carreira,

articulados à cultura do desempenho e da performance”, diante do que propõem a necessidade de superação desse entendimento por uma compreensão que vincule os problemas enfrentados pelos professores às condições de trabalho do modo de produção capitalista.

O trabalho que fecha a presente edição, “Fazer-se Estado a partir das fronteiras: circulação de corpos, objetos e significados entre os muros da prisão”, de autoria de Francisco Elionardo de Melo Nascimento e Roberto Marques, coloca em discussão as “fronteiras da prisão” tal como seriam definidas nos “pontos de verificações que controlam os fluxos e circulações de pessoas, objetos e informações”. Apontam a existência de “porosidades entre o dentro e fora das prisões” e concebem “as fronteiras do Estado como performance de composição do Estado”, atentando à “produção da subjetividade das pessoas”, implicada em tais processos.

Boa leitura!
Os editores

Dossiê

Sociologia(s) em escala individual

SOCIOLOGIA(S) EM ESCALA INDIVIDUAL

SOCIOLOGY(IES) ON AN INDIVIDUAL SCALE

Giovanni Boaes (UFPB)*
Sheila Borges de Oliveira (UFPE)**
Rodrigo Vieira de Assis (UERJ)***

As sociologias do indivíduo¹ são um capítulo da Sociologia que se abre neste século XXI com mais liberdade e autoridade depois de permanecer entreaberto ou como leitura marginal ao longo do século de suas origens, o XIX, e o do seu desenvolvimento, o XX. Apesar de “o indivíduo” não ser um objeto novo nas teorias sociais, como observa Martuccelli (2007) – sendo ele “o elemento mais velho que pode existir” nessas teorias –, a enfatizada lição dos clássicos, especialmente Durkheim, de que o objeto da sociologia deveria se fundar em patamares ontológicos e empíricos não redutíveis ao indivíduo vingou, e quanto mais forte ficava o estatuto da sociologia como uma ciência da sociedade, mais o social e o individual foram se afastando. Predominou, até mais ou menos os anos de 1950, diz Martuccelli (2007), na interpretação sociológica, a “lógica descendente”, que vai da sociedade ao indivíduo, na qual o indivíduo é substituído sem intermediações pela ideia geral de “posição social” ou seu derivado, o “personagem social”. Assim, conhecendo a ideia de sociedade, a ancoragem e a posição do ator na sociedade, seria possível compreender uma grande quantidade de facetas do ator individual, sem necessariamente se preocupar com a singularidade desse ator.

Todavia, as reviravoltas teórico-metodológicas e as controvérsias internas que marcaram as últimas décadas do século XX, no campo sociológico, parecem apontar para outra leitura da disciplina que abre caminho a uma sensibilidade redirecionada quanto ao foco dado aos fenômenos sociais. Registra-se um “retorno do sujeito”, como percebe Gaulejac (2004/2005), que implica a “morte do personagem social”, para usar a metáfora cunhada por Martuccelli (2007). Dito de outro modo, no réquiem do personagem social, o sujeito vai retornando.

*Doutor em Sociologia, UNESP/Brasil. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba/Brasil. E-mail: giboaes@gmail.com

** Doutora em Sociologia, UFPE/Brasil. Professora do Núcleo de Design e Comunicação do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Brasil. E-mail: sheilaborges12@gmail.com

*** Doutorando em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)/Brasil. Professor Substituto do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE/Brasil. E-mail: rvassis@outlook.com

¹ Optamos por colocar o plural em evidência, tanto para a sociologia em escala individual quanto para a sociologia do indivíduo, por julgarmos que não se trata de um conjunto homogêneo de abordagens, apesar de compartilharem princípios gerais. O “S” entre parênteses é um “sinal luminoso” chamando a atenção para todas as condições de possibilidade de aplicação dos conceitos.

São conhecidas as contribuições das grandes teorias elaboradas por autores como Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann, no intuito de sintetizar e iluminar os imbricamentos possíveis entre a sociedade e o indivíduo, o sistema e a ação, as estruturas e as práticas. Contudo, essas grandes sínteses, com exceção talvez de Norbert Elias, ainda não conseguem se afastar completamente do modelo do “personagem social”, recaindo, de modos distintos, suas ênfases da análise sobre o instituído e não sobre o instituinte (KAUFMANN, 2001)².

Na contramão, aquilo que fora esquecido pelo pensamento sociológico parece insurgir-se e reivindicar um lugar na teoria, na metodologia e na epistemologia, e na aurora pós-áurea da macrossociologia em que nos encontramos, não só a singularidade dos indivíduos se insinua, mas a própria noção de “indivíduo” amplia-se e torna-se mais inclusiva, a partir do momento em que os negros, as mulheres, os não ocidentais, os não heterossexuais, as crianças, os animais e até os objetos inanimados também se insurgem como “sujeitos” no pensar e fazer sociológico.

Independentemente das especificidades de cada uma das teorias que marcaram o “novo movimento teórico”³, vemos a sociologia se voltar, de maneiras diversas, para o indivíduo, visualizando-o como uma chave de acesso à realidade societária e se quisermos continuar com a metáfora espacial de Martuccelli, podemos dizer que a “lógica descendente” tende agora a inverter-se ou complementar-se: não é simplesmente a sociedade a chave para se compreender o indivíduo, mas o contrário, o individual torna-se um dos caminhos para se compreender a sociedade, implicando, obviamente uma alteração nos próprios significados das palavras “sociedade” e “indivíduo”. “Ou seja, é no nível das experiências individuais que a imaginação sociológica está se recriando” (MARTUCCELLI, 2007, p. 20).

O mundo em que vivemos mudou, mudando também os processos de fabricação dos indivíduos. Deste cenário, emergiu um ator plural, complexo e heterogêneo em seu interior. No bojo das transformações, fortalecem-se propostas que podem ser enquadradas sob o epíteto de sociologia(s) do indivíduo, nas quais podemos arrolar alguns autores: Jean-Claude Kaufmann, François Dubet, Claude Dubar, Danilo Martuccelli, Vincent de Gaulejac, François Dubet, Dominique Memmi, Alain Ehrenberg, Bernard Lahire, entre outros. São contribuições cuja importância fundamental está em reconhecer que o social e o individual não se separam, e que sociologia e psicologia não são disciplinas opostas, mas complementares, cujo diálogo, se bem estabelecido, pode possibilitar o desvendamento de aspectos importantes anteriormente negligenciados por ambas as áreas.

Dentro dessa seara, destacamos a chamada sociologia em escala individual. Inicialmente denominada sociologia psicológica, assumindo em seguida, outras denominações, como

2 Segundo Martuccelli (2007, p. 17), a primeira grande virada para a sociologia do indivíduo deu-se com as abordagens microssociológicas norte-americanas: o interacionismo simbólico, a sociologia fenomenológica e a etno-metodologia.

3 Ver Alexander, 1987.

sociologia disposicionalista e contextualista ou interacionismo disposicionalista. É o sociólogo francês Bernard Lahire,⁴ seu idealizador. Ele aparece no contexto francês como um dos herdeiros de Pierre Bourdieu, a quem promete dar prolongamentos críticos ao seu pensamento e à sua obra. Colocando Bourdieu contra Bourdieu e se apropriando de perspectivas filosóficas, literárias, psicanalíticas e sociológicas, propõe um edifício teórico robusto, cujas premissas se remetem ao foco da análise em escala individual, o que significa levar a análise para dois níveis, um interindividual e outro intraindividual.

Em sua proposta, as dicotomias ou dilemas que atravessam a sociologia (estrutura x ação, sociedade x indivíduo), podem ser reescritas pela ideia de que o que é individual é social e o que é social é individual. Dito de outro modo, o programa de pesquisa de Lahire se baseia no pressuposto de que a apreensão do social se torna mais refinada quando é captada em escala individual, na medida em que o olhar aproximado sobre os indivíduos capta as possibilidades múltiplas de singularização do social. Por isso, seu esquema teórico envolve noções como as de disposição, inclinação, propensão, hábito, tendência e pluralidade das disposições e competências incorporadas, repertórios, jogo, campo secundário, oriundas de autores tão diversos quanto Durkheim, Halbwachs, Weber, Bourdieu, Goffman, Alfred Schultz, Anselm Strauss, Pierre Naville, Wittengstein, Freud e Elias.

Lahire se identifica com a tradição disposicionalista dentro da sociologia, porém, acrescentando-lhe uma dialética que nem sempre esteve presente no pensamento de outros autores disposicionalistas. Referimo-nos à relação entre disposições e contextos, ou, para usar os termos de Lahire: o passado incorporado na forma de disposições e competências, e o presente na forma de contexto. É no jogo entre estes dois elementos que o autor encontrará a fórmula geral da ação: passado incorporado + contexto = prática. É uma fórmula que condensa princípios de uma sociologia do indivíduo, do ator plural, e que requer um enquadramento interdisciplinar, pois não se poderá estudar o indivíduo, ou o singular no formato de um “social dobrado”, sem levar em consideração conhecimentos da psicologia, da psicanálise e mesmo das ciências cognitivas. Não se pode considerá-lo senão diacrônica e sincronicamente, interindividual e intraindividualmente.

Para ele, a sociologia esteve oscilando entre dois polos ao longo de sua história. Imaginamos, a partir do que Lahire nos propõe em *O homem plural* (2001) e *Monde Pluriel* (2012), que um *continuum* poderia surgir entre esses polos, e no qual poderíamos distribuir as várias correntes sociológicas. De um lado, colocamos o disposicionalismo, e, do outro, o “contextualismo”. Autores que consideram apenas o peso do passado e desconsideram a força do presente acomodam-se no primeiro polo. Já aqueles ou aquelas que consideram apenas o presente, desconsiderando o peso do passado incorporado, acomodam-se no segundo polo.

⁴ Bernard Lahire é professor da *École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines* e diretor do Grupo de Pesquisa sobre Socialização da Universidade de Lyon 2.

Sugerimos a imagem de um *continuum* por nos parecer mais dinâmico, permitindo deslocamentos, sem prender um autor ou uma teoria a um dos seus extremos. Uma mesma teoria, ou um mesmo autor, pode ocupar posições diferenciadas dentro do *continuum*, a partir de elementos específicos da teoria. Sem pretender entrar na discussão do que essa proposição pode causar, é suficiente, neste texto de apresentação, saber como a sociologia em escala individual estaria posicionada.

No lado do disposicionalismo, Lahire coloca vários autores da tradição sociológica e da psicanálise, sendo o mais expressivo para os propósitos deste texto, Pierre Bourdieu, não por ser um tipo de disposicionalista puro, mas porque terá uma importância de partida para a obra de Lahire. No segundo polo, o melhor exemplo é dos sociólogos interacionistas, que centram a sua interpretação no presente das interações face a face, deixando de lado os esquemas de experiência incorporados nos atores na forma de disposições.

A sociologia em escala individual colocar-se-ia em uma posição intermediária entre esses dois polos, conforme podemos constatar na fórmula apresentada linhas atrás. As disposições, por si só, não podem nos dar uma explicação coerente das ações, dos pensamentos e sentimentos dos atores, como também não o podem fazer, apenas os elementos do contexto. Daí, a insistência duradoura de Lahire em mostrar que a sociologia em escala individual é uma sociologia disposicionalista-contextualista, por meio da qual o pesquisador pode reconstruir o universo social do indivíduo que analisa, considerando sempre o jogo entre o passado incorporado e o presente contextualizado.⁵

Dos autores disposicionalistas que mais influenciaram o pensamento de Lahire, encontramos Pierre Bourdieu, com quem procura se identificar e, ao mesmo tempo, dele se afastar. Coube a Lahire, a tarefa de submeter o edifício teórico bourdieusiano a uma robusta análise crítica. Na pena de Lahire, os principais conceitos de Bourdieu (espaço social, *habitus*, campo e capital) passam por substancial redefinição teórica e metodológica. Nos momentos iniciais da sociologia em escala individual, Lahire se debruçou sobre o conceito bourdieusiano de *habitus*, como uma gramática generativa da prática, generalizável e transponível.

O resultado deste esforço é o seu livro programático – *O homem plural* (LAHIRE, 2001) – que, como o próprio título indica, sustenta-se na ideia mestra da existência de um indivíduo menos “coletivo”, sem deixar de ser social⁶. Um indivíduo produzido no interior de sociedades diferenciadas, obrigado a frequentar espaços diferenciados e a viver experiências socializadoras distintas, muitas vezes contraditórias, resultando dessa inserção pluricontextual, resumos de experiências incorporados (corporalmente) na forma de estoques de disposições.

5 “Todas as tendências para as análises unilaterais, exclusivamente contextualistas ou exclusivamente disposicionalistas, provam o quanto é difícil para as ciências humanas e sociais encontrar o equilíbrio nesta fórmula científica na análise das práticas sociais” (LAHIRE, 2010, p. 40).

6 Para acompanhar a percepção de Lahire sobre o estatuto do coletivo e do social nas interpretações sociológicas, ver o seu conhecido *post-scriptum*: indivíduo e sociologia, no livro *A cultura dos indivíduos* (LAHIRE, 2006).

O “homem plural” é o indivíduo predominante do mundo plural. Nele, há disposições que, em parte, explicam sua maneira de pensar, agir, sentir e crer. A outra parte cabe ao contexto que, em interação com o estoque de disposições, dá rumo às ações, ao pensamento, ao sentimento e às crenças. Assim, o conceito de *habitus* como um sistema, generalizável e transponível, originado nas posições sociais ocupadas dentro de um campo, mostrar-se-ia incapaz de explicar os comportamentos humanos nas sociedades diferenciadas, comportamentos menos homogêneos em relação às unidades coletivas (grupos, classes sociais, família etc.), como foram em sociedades menos diferenciadas.

Uma vez esboçadas as linhas mestras da sua sociologia disposicionalista e contextualista em *O homem plural*, Lahire leva a cabo, como ele mesmo faz questão de enfatizar⁷, um exercício de “sociologia experimental” para colocar à prova suas ideias. Esse empreendimento culmina com o livro *Retratos sociológicos* (LAHIRE, 2004), cujo mérito não se deve apenas ao teste de seus conceitos e ideias, mas à aplicação de sua metodologia, os chamados retratos sociológicos e ou biografia sociológica. Temos, nesse livro, a construção de 8 retratos, nos quais o autor, por meio da realização de longas, metódicas e cansativas entrevistas, reforça a tese do homem plural, e da pertinência de se compreender as ações a partir da relação entre o estoque de disposições do indivíduo e sua relação com o contexto.

A sociologia em escala individual, ao traçar o retrato sociológico de alguém, vai em busca das disposições, sua gênese, como se formaram, em quais contextos, sob quais influências e como se colmataram na biografia do indivíduo, em sua trajetória, como singularizam o social, como o doham. Neste sentido, para Lahire, toda sociologia em escala individual é uma sociologia da socialização. Nela, é possível compreender, uma vez acionando os contextos, passados e presentes, como e por que agem, sentem, creem e pensam as pessoas.

Em *A cultura dos indivíduos*, Lahire (2006), utilizando-se de uma metodologia criativa, na qual combina técnicas quantitativas e qualitativas, avalia a homogeneidade e heterogeneidade (consonância e dissonância) de comportamentos culturais de frações de classes sociais francesas, entrecruzando sete variáveis, o que lhe permitiu criar tipos de perfis a partir do foco das escalas individuais. Ao estudar as variações intra e interindividuais desses atores, percebe que há variações significativas no gosto, no consumo e nas práticas culturais em todos os fragmentos de classe estudados, o que soa como resposta direta aos resultados apresentados por Bourdieu (2011) no seu célebre *A distinção*. Quando o pesquisador despreza as dissonâncias, corre o risco de definir quadros sociológicos caricaturais.

Por isso, ao destacar as variações interindividuais (dentro do grupo) e intraindividuais (no estoque de disposições dos indivíduos), percebe-se as possibilidades múltiplas de ação,

⁷ Diz Lahire, referindo-se ao livro *Retratos Sociológicos*: “A pesquisa que deu origem a esta obra tem um caráter extremamente *experimental* (grifos do autor). Com efeito, aqui não serão encontrados um tema e um objeto de pesquisa tratados de forma clássica, mas resultados de uma vontade de testar empiricamente a validade e a pertinência relativas aos conceitos de disposição, competência, apetência, transferibilidade, ou de aplicar um dispositivo metodológico inédito para as necessidades dessa reflexividade” (2004, p. 20).

pensamento, sentimento e crença dos indivíduos, que em uma abordagem “coletivista”, correm o risco de serem homogeneizados por conceitos, como o de *habitus*. As dissonâncias mostram, de certa forma, o funcionamento do mundo social. Os processos de socialização dos indivíduos que vivem em sociedades muito diferenciadas cada vez mais se distanciam de quadros socializadores homogêneos.

Ao longo de sua vida de pesquisador e professor, Lahire, um exemplo de trãnsfuga de classe e de portador de disposições ascéticas fortes, em sua empreitada crítica contra e com Bourdieu⁸, vai sedimentando sua proposta, burilando-a. Cremos que *Monde pluriel* (LAHIRE, 2012) é um livro em que a proposta está bem delineada. Recupera o que foi feito até então e sistematiza o elemento que faltava, ou seja, a elaboração de um modelo de espaço social coerente com sua proposta de sociologia em escala individual e que, forçosamente, deveria se erigir da crítica ao outro conceito basilar de Bourdieu, qual seja, o de “campo”.

Com o sentimento de tarefa pronta, Lahire se permite “pensar a unidade das ciências sociais”, como sugere o subtítulo do livro, a partir da apresentação de uma fórmula científica unificadora (já falamos dela páginas atrás), derivada de seus esforços teóricos e metodológicos empreendidos até então. Como Lahire já havia, em outros livros, dedicado-se bastante a discutir o primeiro termo da fórmula (disposições/passado incorporado), nesta obra debruçar-se-á sobre o segundo termo (os contextos pertinentes de ação). Em pauta, os processos de diferenciação social, típicos das sociedades diferenciadas, que vão colocar em xeque os limites do conceito de campo, apontando como vivem os atores plurais em sociedades diferenciadas. O mundo plural não se remete simplesmente às sociedades diferenciadas de maneira abstrata; do conjunto da reflexão apresentada no livro, tornava-se necessário apresentar um modelo de espaço social⁹ que englobasse, mas, ao mesmo tempo, pudesse se projetar para além do modelo apresentado por Bourdieu, para quem a onipresença do campo é fundamental¹⁰.

Para Lahire, o macrocosmo social, além dos elementos já conhecidos (campo, classe social), engloba vários domínios, mundos, jogo, quadros de interação, instituições, microgrupos, idades, sexo etc. Todos eles importantes para a compreensão das interações que ocorrem entre os indivíduos. Sendo, porém, fundamental perceber que nas sociedades diferenciadas, nem todos esses elementos podem ser mobilizados ao mesmo tempo para determinada explicação.

Assim, os indivíduos nem sempre estarão inseridos em um campo, pertencerão a uma empresa, um microgrupo, ou estarão isolados em uma classe social. O modelo de espaço social

8 Apesar de Lahire se focar significativamente no pensamento de Bourdieu, isto não deve ser lido de forma restritiva. Lahire é um autor de vasta erudição, que transita por várias áreas do conhecimento. E sua crítica é bastante ampliada não só para autores das ciências sociais, espraia-se para filosofia, literatura, artes, linguística, psicologia, neurociências e, bem destacadamente, para a psicanálise.

9 Para uma leitura esquemática do modelo de espaço social global apresentado por Lahire, ver o adendo do livro *Monde pluriel*, páginas 353 a 367. Cabe aqui um elogio a forma clara, objetiva e didática da escrita de Lahire. A utilização de recursos, como esquemas, ilustrações, adendos, post-scriptum em seus livros, é uma qualidade a ser apreciada.

10 Para Lahire, *habitus* e campo não passam de “casos particulares do possível” (LAHIRE, 2012, p. 40).

global, apresentado por Lahire, é extremamente dinâmico. A nosso ver, bem coerente com a teoria do homem plural e os delineamentos da sociologia em escala individual (disposicionalista e contextualista).

É necessário frisar que, apesar de termos destacado alguns livros de Lahire, aos quais nos referimos como programáticos, todos os outros também têm papel instituinte na proposta de Lahire, sem mencionar os inúmeros artigos e capítulos de livros publicados pelo mundo afora. Sabemos que aqui não é o lugar para se comentar detalhadamente esses livros, pois fugiríamos do objetivo da apresentação do dossiê. Contudo, queremos ao menos registrar o caso da biografia sociológica de Kafka (LAHIRE, 2010), como um dos exemplos importantes de exercício da sociologia em escala individual. Tanto esse livro quanto o mais recente, *L'interprétation sociologique des rêves* (LAHIRE, 2018), são prova robusta, instigante e de grande fôlego de exercício teórico e metodológico dentro da sociologia em escala individual.

Lahire começa o livro, *Franz Kafka: éléments pour une théorie de la création littéraire*, perguntando-se sobre o porquê de Kafka ter escrito o que escreveu e da maneira como escreveu. No coração do livro, diz ele, estão o processo de criação literária e as obras produzidas. Significa que ele se coloca a tarefa de examinar a fabricação social muito precisa do escritor, desde as primeiras experiências familiares até os problemas mais tardios vividos por Kafka. Trata-se de elaborar a sua biografia sociológica, traçando os diferentes quadros de socialização por quais passou e as diferentes experiências que alimentaram seu estoque de disposições¹¹. E faz esse processo por etapa.

No primeiro momento, regula o *zoom* de sua objetiva de maneira a apreender um plano panorâmico da situação econômica, política, cultural e linguística que se impõe a Kafka como a todos os seus contemporâneos. Em seguida, regula a lente para captar cenários menos gerais, planos médios ou quadros mais restritos (geração, grupo familiar, meio escolar, círculo de amigos etc.), nos quais Kafka se situou e, por último, a lente se aproxima ao máximo de Kafka para apreender as lógicas mentais e comportamentais que lhes são próprias (LAHIRE, 2010). O que temos aqui é um deslocamento da lente do “social desdobrado” para o “social dobrado”. E vale dizer que não se trata simplesmente da “lógica descendente” da qual falamos no começo deste texto. A chave para a resposta às perguntas colocadas por Lahire sobre Kafka não está dada de antemão nos macroplanos sociais, ou no social desdobrado¹², tampouco podemos encontrá-la nas escolhas e reflexividade do autor.

A biografia sociológica, tal como Lahire a compõe, representa movimentar-se incessantemente no caminho (ou como sugerimos, no *continuum*) que se estende entre disposições e contextos. Se assim não o fizesse, dificilmente poderia ter encontrado a

11 É possível perceber aproximações entre esta obra de Lahire e o livro de Elias sobre Mozart (ELIAS, 1995).

12 Segundo Corcuff (2017), esse foi um erro cometido por Bourdieu no estudo que fez sobre Heidegger (BOURDIEU, 1989).

“problemática existencial”¹³ do escritor como elemento crucial para se entender o processo de criação e as obras produzidas por Kafka. Como já dissemos, tanto o livro sobre Kafka quanto o livro sobre os sonhos são exemplos instrutivos do que é e de como funciona a sociologia em escala individual ou sociologia disposicionalista-contextualista.

Ela aparece no contexto brasileiro a partir da década de 1990. O livro *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável* (LAHIRE, 1997) foi o arauto para a recepção das ideias de Lahire em solo nacional. Acolhidas primeiramente no campo da educação, essas ideias gradativamente foram se difundindo para as outras áreas. Daí pra frente, várias obras do autor serão publicadas em português.

Lahire vai se popularizando e se tornando reconhecido como um dos nomes importantes da sociologia contemporânea. Hoje, não são raros os programas de pós-graduação em Sociologia que incluem a sociologia em escala individual como conteúdo das disciplinas de teorias sociológicas, além de se registrar vários trabalhos de pesquisa, em andamento ou concluídos, no formato de dissertações e teses, voltados para o programa teórico-metodológico do autor. Isso se deve não somente ao valor intrínseco do pensamento do autor, mas também aos esforços de colaboração que estão sendo mantidos com ele. Mas, como todo grande autor, sua receptividade não se dá apenas consensualmente. Críticas serão sempre registradas, o que é salutar para o avanço do conhecimento científico.

Nesta última década, os laços de afinidade entre as ideias do autor e as investigações de cientistas sociais foram se estreitando, fortalecidos pela presença do próprio autor, que tem frequentado a comunidade científica brasileira, ministrando disciplinas, palestras, concedendo inúmeras entrevistas e realizando oficinas metodológicas, além de receber em Lyon, professores e alunos, supervisionando-os e orientando-os, em missão de doutorado e pós-doutorado.

Com o intuito de dar evidência e criar redes, divulgar e colocar em pauta questões relacionadas às sociologias do indivíduo, e mais especialmente à sociologia em escala individual de Lahire, é que propomos este dossiê. Nele, trazemos contribuições de autores que já há algum tempo estão ligados às sociologias do indivíduo, ao pensamento disposicionalista e à sociologia em escala individual. Procuramos reunir, ao mesmo tempo, artigos que, por um lado, refletem de forma ensaística as bases que fundamentam essas novas abordagens e, por outro, tomam os postulados teóricos como base, procurando aplicá-los em investigações empíricas, valendo-se, por exemplo, da metodologia de retratos sociológicos/biografias sociológicas ou de sua adaptação aos problemas investigados em diálogo com novas reflexões e contextos.

Nesse sentido, oferecemos aos leitores, iniciantes e iniciados, elementos necessários para adentrar no campo em questão de forma produtora. Montamos o *corpus* do dossiê com onze peças: um texto de apresentação de autoria dos organizadores, sete artigos de pesquisadores e

13 A expressão designa “o conjunto de elementos ligados à situação social de um autor e que se impõe a ele como questões incontornáveis, que o obcecaram, como problemas que tem que enfrentar” (LAHIRE, 2010, p. 111). Lahire propõe que a problemática existencial está direcionada diretamente ao que é a obra e ao trabalho de sua produção. Está na origem do desejo de escrevê-la, é a matriz de produção da obra.

estudiosos, filiados a universidades brasileiras, uma entrevista com um sociólogo de renome da nova geração de cientistas sociais brasileiros, a tradução de um texto de referência, inédito em língua portuguesa, de autoria de uma das principais referências das sociologias do indivíduo, e finalizando, a resenha do mais recente livro produzido por Lahire.

Abrindo o dossiê, o ensaio da professora Lilia Junqueira, *Abordagens biográficas de pesquisa e disposicionalismo sociológico* empreende uma reflexão perspicaz sobre as ideias de alguns autores, a respeito dos suportes teóricos e metodológicos que colocam a biografia como importante instrumento para as abordagens disposicionalistas. Toma como referência o texto de Bourdieu – *A ilusão biográfica* –, tido como um divisor de águas, pois coloca em suspeição a própria validade da biografia como método. A autora coloca em tela autores como Halbwachs, Bourdieu, Passeron e Elias até chegar a Lahire.

Localiza a origem da biografia na Grécia antiga, nas *bios*, uma espécie de texto/narrativa que elogiava as personalidades nacionais, diz-nos que a noção de biografia nasceu junto com a História. As grandes ressignificações no uso das biografias ocorrem no século XIX, mas, somente no XX, tornam-se função de biógrafos especializados. Na modernidade, a biografia se fortalece com o incremento do individualismo. O interesse de transformá-la em método pelas ciências humanas e sociais se desenvolve no século XX, expandindo-se e diversificando-se.

Há inúmeros complicadores epistemológicos na abordagem biográfica, e para compreendermos como as diversas abordagens usam a biografia, nos alerta a autora, é preciso compreender o estatuto do sujeito que cada uma delas engloba. Analisando o artigo de Bourdieu, com uma potente lente, a autora retira dele as três orientações necessárias para se operar de forma consciente o uso das biografias e para daí encetar um diálogo entre estes dois expoentes da sociologia disposicionalista que são Bourdieu e Lahire. Este último, partindo desses elementos, realiza seus desdobramentos críticos produzindo uma ressignificação positiva, valendo-se da investigação de trajetórias de vida de maneira original, ao propor a superação da ideia da “ilusão biográfica”, entre outras inovações.

No segundo artigo, Ricardo Visser questiona: como repensar uma teoria de classes à luz de uma sociologia disposicionalista? No artigo *Sociologia disposicionalista e classes sociais: reflexões sobre desigualdades*, toma como suporte, por um lado, a trajetória familiar de classe e de processos de socialização sistêmicos, apoiando-se nos conceitos de *habitus* e campo de Bourdieu, e, por outro, enfatiza a socialização mais ou menos heterogênea do indivíduo, a partir das variações intraindividuais decorrentes das influências dos diferentes contextos de socialização, ao gosto de Lahire.

Ricardo Visser problematizou a relação entre a formação das classes sociais e os processos de socialização dos atores, a ligação entre origem familiar de classe e as variações intraindividuais e a tentativa de se elaborar uma conciliação teórica entre diferenciação e desigualdade com Bourdieu e Luhmann. O artigo nos leva a uma reflexão sobre os estudos da sociologia disposicionalista para compreender as desigualdades e a teoria de classes sociais,

quando coloca frente a frente a tese da variação intraindividual e da multidimensionalidade sistêmica da desigualdade e o modelo baseado na origem familiar de classe.

O terceiro artigo: *Da periferia à universidade: sucesso escolar e qualidade de vida de jovens de classe popular* nos apresenta, logo em seu início, com um precioso mapa da interiorização das universidades públicas no Brasil. Um tema atual e pertinente para ser trazido à tona neste momento da história política brasileira, no qual essa instituição de ensino tem sido atingida por profundos cortes nas verbas que estimulam as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O que vai de encontro às prioridades de governos anteriores que impulsionaram, como o próprio artigo mostra, a interiorização das universidades para dar acesso ao indivíduo que pretender adquirir capital cultural no ensino superior, mas que não tem condição de migrar para estudar nos grandes centros urbanos.

Patrícia Bandeira de Melo e Nathielly Darcy Ribeiro Araújo apresentam o resultado de uma pesquisa, feita a partir do programa de uma sociologia em escala do indivíduo, com perfis sociológicos de estudantes de classes mais populares que, só conseguiram entrar em uma universidade pública por meio da implantação dos *campi* do ensino superior no interior, tomando como exemplo o Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, da Universidade Federal de Pernambuco, situado na Zona da Mata daquele Estado.

As autoras mostram, com pertinência teórica e metodológica, que investigar o indivíduo, considerando as diferentes escalas do social introjetado, possibilita mostrar os aspectos da heterogeneidade e da homogeneidade do patrimônio disposicional plural do ator. Ao sinalizar para um diálogo possível entre Lahire e Bourdieu, o artigo aborda os conceitos de *habitus*, campo e gosto, apresentando o impacto social que o acesso ao ensino superior provoca no processo contínuo de socialização familiar e na legitimação do capital cultural. Ele relata o sucesso escolar dos egressos de universidades públicas do interior e se converte em um bom exemplo do que Bourdieu já defendia: a sociologia é um esporte de combate, pois todo pesquisador tem como missão provocar a reflexão.

Como o conceito de identidade pode ser descortinado do ponto de vista de uma sociologia em escala individual e revelar todas as disposições de um casal na construção simbólica do nome de sua filha? É o que iremos descobrir no quarto artigo: *O social habita nos detalhes: a escolha do nome próprio no âmbito de uma sociologia empírica dos afetos*. Priscila de Oliveira Coutinho cria as condições de possibilidades para que possamos mergulhar no subterrâneo de uma sociologia dos afetos a partir de uma pesquisa empírica de fôlego, elaborada para contar a história real de uma mulher chamada Juscelina.

Com um olhar metódico, a autora, ancorada no postulado teórico e metodológico de Lahire, apresenta-nos uma sociobiografia que conta a história de uma migrante nordestina, filha de pequenos agricultores, que faz a vida no “Sudeste Maravilha” e retorna ao Estado da Paraíba como uma mulher bem-sucedida. Poderia ser enredo de romance ou um gancho para uma reportagem jornalística especial, mas é uma pesquisa sociológica que lembra a política

de combate à seca do Nordeste, narra a luta do pequeno agricultor para ganhar a vida, cruza o fenômeno social das migrações e perpassa a história de uma família que poderia ser igual a tantas outras, mas não é.

Coutinho trabalha a sociologia empírica dos afetos no seu limite, começando pela relação familiar entre pai e filha, a mais nova dos 19 filhos de seu Gabriel, que recebeu o nome em homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. A autora nos mostra que é possível construir uma tese a partir da sociobiografia de uma pessoa. Assim, somos apresentados a Juscelina e, por que não dizer (?), a muitas Juscelinas que estão nas disposições sociais, não só da biografada como nas de tantas outras mulheres nordestinas.

A partir de uma pesquisa realizada na periferia da Região Metropolitana do Recife, Ana Rodrigues Cavalcanti Alves discute, no quinto artigo: *Considerações sobre as práticas de consumo das classes populares a partir de uma sociologia disposicionalista*, as condições que propiciaram a incorporação de novas inclinações e propensões para o consumo entre indivíduos situados em frações ascendentes das camadas populares brasileiras. A autora parte de uma noção de classe social que funciona não como pressuposto, mas como resultado final de uma atitude indutivamente referida sobre a realidade social concreta investigada, reconstruindo sociologicamente os indivíduos pertencentes às classes populares sobre os quais lança seu olhar.

Por meio de uma leitura crítica e criativa do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu, da teoria do ator plural de Bernard Lahire e da teoria das classes sociais de Jessé Souza, a autora apresenta uma reflexão teórico-metodológica inovadora sobre os estilos de vida dos indivíduos das classes populares que lhe permite questionar as visões mais generalistas que tendem a definir esse universo por meio da acentuação apenas de um comportamento ascético em relação ao mundo.

Considerando que, de fato, tal dimensão é importante, mas não a única existente nas classes populares, com base em dados obtidos com entrevistas em profundidade, a socióloga identifica diferentes tipos de *ethos* coexistindo nesta camada da sociedade, engendrados diferencialmente pela incorporação de complexas e específicas combinações de disposições para a prática.

Dessa forma, por um lado, é possível refletir sobre “batalhadores ascéticos”, produzidos socialmente por meio de uma trajetória ascendente marcada por experiências contínuas definidas pela ética do trabalho duro, em cujo percurso incorporaram propriedades imanentes de condições materiais e temporais urgentes. Assim, suas práticas de consumo tendem a se voltar para a esfera doméstica, na medida em que se associam fortemente a um tipo de moralidade fundada em valores que visam oferecer conforto ao grupo familiar.

Por outro lado, os indivíduos hedonistas das classes populares, embora também marcados por experiências ancoradas numa ética do trabalho duro, vivenciam o âmbito do consumo de maneira distinta dos portadores de um *ethos* ascético. Nesse caso, suas práticas de consumo são

acompanhadas por uma “retórica do desejo e do querer”, possibilitada por uma constituição disposicional complexa e plural, estabelecida em processos de socialização heterogêneos em que as dimensões individuais ganham força, condicionando a uma maior valorização de um estilo de vida que valoriza aspirações e expectativas individuais legitimadas por uma cultura de consumo moderna.

No sexto artigo, *Retratos sociológicos do maracatu de baque solto: percursos, disposições, práticas e variações culturais*, José Roberto Sena coloca em foco a cultura popular a partir da lente da sociologia em escala individual, apresentando-nos a sociobiografia de um jovem contra/mestre de maracatu de baque solto da cidade do Recife. Utilizando-se dos dispositivos teóricos e metodológicos propostos por Lahire, enriquecidos por conhecimentos que obteve durante estada na Universidade do Porto, junto a sociólogos portugueses de inspiração disposicionalista e contextualista, o autor pretende ir além dos estudos sobre o maracatu que “se limitam a tentar compreender as histórias e/ou o contexto sociocultural dos grupos.” Alega que eles têm se limitado aos aspectos estruturais e grupais, sendo que as poucas pesquisas em escala biográfica existentes “não se aprofundaram nas variações inter e intraindividuais dos praticantes, mas sim, reafirmaram o protagonismo típico-ideal dentro de um campo delimitado”.

O retrato sociológico apresentado por José Roberto busca nos revelar, focando-se na trajetória desse jovem, outra imagem dos grupos de maracatu: um quadro de atores plurais que não se restringem a ser maracatuzeiros, são pluralidades que transitam por muitos contextos, sofrendo múltiplas pressões e possibilidades. O artigo nos leva a perceber a trajetória múltipla e tensa do indivíduo, pontuando não só como as disposições são criadas, ativadas ou inibidas pelos contextos, mas também as variações e heterogeneidades culturais, a distinção de si contra si, os antagonismos envolvidos na condição de ser maracatuzeiro.

O desfecho da história nos leva a refletir sobre como se cruzam as trajetórias individuais e as coletivas: o jovem contra/mestre encontra-se dividido entre suas novas crenças religiosas e o maracatu. Tudo indica que se decidirá pela religião e, ao fazê-lo, tenderá a abandonar o maracatu. Somos tentados a imaginar como a saída do grupo, e do que ele articula e representa, poderá reconfigurar as “feições” do próprio ator e dos demais que compõem o grupo.

O último artigo, *Pensar com Lahire e Bourdieu: disposições sociais e gostos de elite no Recife*, aborda um tema que desperta interesse imediato: a construção do “gosto” a partir do olhar disposicionalista. Louise Claudino Maciel propõe, assim, analisar os sistemas de preferências e de aversões de indivíduos de diferentes classes da Região Metropolitana do Recife no campo da decoração, abordando os aspectos que aproximam e distanciam Bourdieu e Lahire no desenvolvimento de uma sociologia das disposições.

O trabalho empírico, objeto de uma pesquisa de doutoramento, toma como lastro uma seção sobre decoração de uma revista chamada Aurora, publicada pelo Diário de Pernambuco, o jornal impresso mais antigo em circulação na América Latina, entre 2011 e 2014.

A partir daquela seção, a pesquisadora realizou 20 entrevistas em profundidade, como parte do trabalho etnográfico. Nele, elaborou duas categorias analíticas das práticas sociais manifestadas na decoração: o gosto burguês e o gosto intelectual. No artigo, são apresentados perfis culturais construídos, levando em consideração o capital cultural que reproduz a posição que os entrevistados ocupam no espaço social do Recife.

Ainda como parte do dossiê, temos *O indivíduo, a existência e a teoria social: uma entrevista com Frédéric Vandenberghe*. Realizada por Rodrigo Vieira de Assis durante o 42º Encontro Anual da Anpocs, a entrevista explora o amplo leque de conhecimento que Frédéric Vandenberghe, professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), tem a oferecer quando o assunto é a teoria social contemporânea. Sociólogo belga radicado no Brasil, Vandenberghe transitou por diferentes contextos internacionais de produção sociológica, circulação que lhe permite discorrer com naturalidade sobre temas tão diversos quanto o indivíduo na teoria sociológica clássica, a emergência das teorias da modernidade na Inglaterra e a consolidação das sociologias do indivíduo na França, sem perder de vista a sua própria trajetória dentro do campo sociológico internacional.

Nesse sentido, esses e outros eixos temáticos são discutidos ao mesmo tempo em que o percurso de formação acadêmica de Vandenberghe – iniciado na Bélgica, passando pela França, Inglaterra, EUA e Alemanha – é descortinado. Em virtude das mudanças contextuais a que esteve sujeito, explora-se aqui a produção teórica intensa e eclética, porém inteiramente coerente, do sociólogo, que pode ser compreendida no trânsito de ênfases consecutivamente realizados no âmbito da teoria crítica, da fenomenologia e do realismo crítico.

Porém, sem se reduzir a nenhuma dessas três vertentes em si mesmas, mas influenciado por autores como Peter Berger, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Jeffrey Alexander, Vandenberghe deixa transparecer os fios constitutivos do seu próprio pensamento, cuja complexidade lhe permite decifrar e reconstruir inúmeros edifícios teóricos, como se pode verificar em seus inúmeros trabalhos já publicados, referenciados ao longo da entrevista aqui especialmente disponibilizada ao público de *Política & Trabalho*.

Nesse sentido, podemos dizer, como o faz Vieira de Assis durante a entrevista, que Frédéric Vandenberghe constrói a sua própria teoria por meio de uma atitude intelectual que faz lembrar o trabalho de um arquiteto, cujo olhar treinado é capaz de identificar e articular as estruturas e as bases de sustentação de teorias sociais e sociológicas diversas. Não por acaso, ao tratar especificamente do indivíduo na teoria sociológica, são identificadas controvérsias em torno da definição dessa importante categoria, além de equívocos em algumas das argumentações daqueles que são os principais representantes do trabalho sociológico dedicado ao estudo sistemático das dimensões individuais na contemporaneidade.

Sem dúvida, o rico material obtido nesse diálogo, pela primeira vez publicado, traz consigo elementos para se pensar não só a sociologia em si mesma, mas, muito além disso,

refletir sobre as possibilidades de as teorias alcançarem as dimensões sutis da vida social, talvez inacessíveis à racionalidade científica que hoje temos, que é a própria condição *existencial* que nos define profundamente. Nesses termos, seguindo a posição de Vandenberghe, precisamos questionar, diante de tudo o que nos acomete no presente, para onde vai a sociologia e o que ela é ainda capaz de nos oferecer ao estarmos, todos, dentro de uma locomotiva desgovernada, cujos trilhos foram retirados de seu caminho, embora sigamos, sem saber exatamente para que direção, em seu interior.

O dossiê conta também com a tradução do artigo *As individualidades populares: análise de setores urbanos no Chile*, de Kathya Araujo e Danilo Martuccelli. Importantes referências no conjunto de autores dedicados à elaboração de abordagens sociológicas capazes de examinar as dimensões individuais e, por meio delas, identificar os modos de singularização do social, Araujo e Martuccelli apresentam neste texto os resultados de uma pesquisa empírica realizada com indivíduos situados nas camadas populares chilenas. Recorrendo a dados oriundos de entrevistas semiestruturadas e grupos focais compostos por pessoas atuantes em ocupações de baixo prestígio social, são discutidas e identificadas as individualidades populares, concebidas como propriedades e inclinações imanentes de uma relação muito particular estabelecida entre os indivíduos e a sociedade em que se veem implicados.

Nesse sentido, sem aderir à sociologia em escala individual de Bernard Lahire, mas sugerindo outra perspectiva sociológica capaz de apreender e destrinchar o social nos indivíduos, Araujo e Martuccelli propõem uma leitura que tem como base o conceito de imaginação sociológica de Charles Wright Mills, através do qual é possível reconectar existências individuais às estruturas sociais que os interpelam. Nesses termos, as individualidades populares emergem como resultado de existências estruturais a que todos os indivíduos, numa mesma época histórica, estão sujeitos.

Se inicialmente isto parece apontar para uma ênfase no constrangimento da agência humana, os leitores perceberão que os autores, de maneira muito sensível, chamam a atenção para a capacidade que os indivíduos constituídos em camadas menos privilegiadas têm para se disporem a enfrentar as condições que a eles se impõem de maneira muitas vezes surpreendente: como uma condução da vida com leveza em meio a adversidades e aprendendo a aproveitar as oportunidades que a eles se apresentam na vida cotidiana, para usar dois aspectos desenvolvidos no artigo.

Assim, desenvolvendo o argumento em várias etapas, Araujo e Martuccelli exploram, nesse artigo, aspectos especialmente interessantes no nível individual, correlacionando-os sempre a dimensões estruturais, como o que passam a chamar de “a força do caráter”, “a habilidade e o sentido de oportunidade” e “o prazer e a irreverência humorística”. Os autores trazem discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas no Chile que, de modo algum, restringem-se à realidade daquele país, mas são capazes de nos levar a refletir sobre nosso próprio contexto.

Fechando o dossiê, Giovanni Boaes e Maylle Alves Benício nos trazem o texto “*Um sonho para as ciências sociais*”¹⁴, resenha da mais recente publicação bibliográfica de Bernard Lahire. O livro *L’interprétation sociologique des rêves* foi publicado em 2018, ainda sem tradução para o português, e representa o resultado do esforço do autor de mais de vinte anos de aprofundamento sobre as ciências do sonho. Como uma de suas marcas, Lahire abre o livro, colocando-se questões: “O que podem dizer os sonhos sobre a vida dos indivíduo e das sociedades em que vivem?” “Como as experiências sociais dos ‘sonhadores’ contribuem para tramar seu imaginário, mesmo nos momentos quando a consciência intencional não governa o fluxo das imagens?”

Atentos a esses questionamentos, os autores da resenha, empreendem uma leitura pormenorizada da obra, acompanhando a aventura sociológica de Lahire em “terra incógnita” da expressão onírica. Veem-no estender o alcance da sociologia disposicionalista e contextualista da ação àquilo que parece ser o mais recôndito do psiquismo humano, o “inconsciente”, para demonstrar sua face social, traduzido como um tipo específico de consciência – uma “consciência involuntária” – representada pelo passado incorporado na forma de esquemas de disposições. Destacam que, se em outras obras, o papel da crítica contra e com Bourdieu esteve fortemente presente, neste livro, a contenda principal se dá com e contra a psicanálise, mais precisamente, voltada para a figura do seu fundador, Sigmund Freud.

Fecham a resenha, reconhecendo que a obra representa um marco no conjunto da obra de Lahire, por trazer possibilidades de reformulações acerca de sua fórmula geral das práticas. Enfim, como o próprio autor destaca, e é bem percebido pelos autores da resenha, para a sociologia estudar o sonho no que ele tem de específico, ou seja, como uma forma de expressão humana, ela será levada necessariamente a se transformar, rever suas formulações teóricas e seus modelos metodológicos, tarefa que a sociologia em escala individual e todas as sociologias do indivíduo já vêm desempenhando há algumas décadas.

Cabe aos organizadores, nestas últimas linhas, desejar que os leitores possam tirar proveito dos textos contidos neste dossiê.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 6-28, jun. 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm. Acesso em: 05 maio 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

_____. **Ontologia política de Martin Heidegger**. Campinas: Papyrus, 1989.

CORCUFF, P. O coletivo ante o desafio do singular: falando sobre habitus. In: VISSER, R; JUNQUEIRA, L. (org.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017, p. 169-200.

14 Os autores utilizam o mesmo título da introdução do livro, considerando o efeito de sentido que gera, ao referir-se ao “projeto”, não só de Lahire mas de outros cientistas sociais, em transformar o sonho em objeto destas ciências.

- ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- GAULEJAC, Vincent de. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. **Cronos**, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 59-77, jan./dez. 2004/2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3233>. Acesso em: 05 mai. 2019.
- KAUFMANN, Jean-Claude. **Ego**: para uma sociologia do indivíduo. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: as molas da acção. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LAHIRE, Bernard. **Franz Kafka**: *éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris : La Découverte, 2010.
- LAHIRE, Bernard. L'interprétation sociologique des rêves. Paris: La Découverte, 2018.
- LAHIRE, Bernard. **Monde pluriel**: *penser l'unité des sciences sociales*. Paris: Editions du Seuil, 2012.
- LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto alegre: Artmed, 2004.
- LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.
- MARTUCCELLI, D. **Lecciones de sociología del individuo**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru/ Departamento de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: http://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/52674/lecciones_sociolog%C3%ADa_martucelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 mai. 2019.

Recebido em: 18/05/2019

Aceito em: 18/05/2019

ABORDAGENS BIOGRÁFICAS DE PESQUISA E DISPOSICIONALISMO SOCIOLÓGICO

BIOGRAPHIC APPROACHES TO RESEARCH AND SOCIOLOGICAL DISPOSITIONALISM

Lília Junqueira*

Resumo

As abordagens metodológicas biográficas são utilizadas nas Ciências Sociais e servem de instrumento nas pesquisas sociológicas disposicionalistas (Halbwachs, Bourdieu, Passeron, Elias, Lahire), embora sejam caracterizadas por tipologia múltipla e problemas epistemológicos diversos. O texto de Bourdieu *A Ilusão Biográfica* constitui um divisor de águas no uso da biografia, na medida em que levanta suspeitas sobre o real caráter sociológico do método. A proposta deste artigo é problematizar o uso das abordagens biográficas na Sociologia Disposicionalista, apontando os avanços alcançados por Lahire neste item. O autor opera uma ressignificação positiva, utilizando a investigação de trajetórias de vida de maneira original, ao propor a superação da ideia da *ilusão biográfica*, entre outras inovações.

Palavras-chave: Biografia. Ilusão Biográfica. Sociologias Disposicionalistas. Metodologia.

Abstract

The biographic methodological approaches are used in the social sciences and serve as an instrument in the sociological dispositionalist researches (Halbwachs, Bourdieu, Passeron, Elias, Lahire), although they are characterized by multiple typology and various epistemological problems. Bourdieu's text "The Biographical Illusion" constitutes a watershed in the use of the biography, as it raises suspicions about the real sociological character of the method. The proposal of this article is to problematize the use of biographic approaches in Dispositionalist Sociology, pointing out the advances achieved by Lahire in this matter. The author operates a positive resignification, using the investigation of life trajectories in an original way, by proposing the overcoming of the idea of the biographical illusion, among other innovations.

Keywords: Biography. Biographical Illusion. Dispositionalist Sociologies. Methodology.

Definição e histórico da abordagem biográfica

A noção genérica de *biografia* (escrita da narrativa de uma vida) surgiu no quinto século antes de Cristo, através do termo *bios*. Na Grécia antiga, *bios* se referia à narrativa da vida do cidadão. Ainda não existia a ideia de intimidade conforme conhecemos hoje. O indivíduo era definido por seu foro exterior. As *bios* gregas tinham por função fazer o elogio das personalidades nacionais, fazendo oposição à identidade persa. Além disso, Sócrates, propositor da maiêutica, a arte de falar da própria vida, dava a esta prática uma função pedagógico-filosófica importante, visando a efetivação do princípio "*conhece a ti mesmo e conhecerás o universo e os deuses.*"

*Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da UFPB. Autora dos livros *Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista* (2010) e *Balzac para Sociólogos* (2017). E-mail: ljunqueira904@gmail.com

(PINEAU; LE GRAND, 2007, p. 20). A noção de biografia nasceu, portanto, com a História, ligadas pela fundamentação de ambas na dimensão temporal.

Retomada no século XIX, a prática da escrita biográfica se manifestou por outras formas. A partir de então, diante da reformulação da ideia de individualidade dos sujeitos no período pós-Revolução Francesa, a Literatura se apropriou da biografia e surgiram escritores que publicavam narrativas de vida pessoais, como por exemplo, as *Confissões de Jean Jacques Rousseau*. No entanto, apenas os notáveis ainda eram objeto de biografias, assim como na antiguidade. Somente no século XX, biografias de pessoas comuns passaram a interessar o público, sendo expostas na mídia e escritas por terceiros: os biógrafos (LE JEUNE, 1971).

A partir do século XX, a prática biográfica apresentou forte expansão e seu uso tornou-se significativamente diversificado, inclusive pelas Ciências Humanas e Sociais, chegando a exercer a função de *métodos* de pesquisa. Surgiram leques de classificações as mais diversas, que procuraram especificar pontos de vista, formas de abordagem, procedimentos metodológicos e condicionamentos empíricos variados envolvendo a pesquisa biográfica. Neste contexto pluridisciplinar envolvendo História, Psicologia, Sociologia, Antropologia, dentre tantas outras ciências, a noção de biografia pode se apresentar na forma de história oral, história de vida, pesquisa de itinerários, trajetórias de vida, carreiras, entrevistas biográficas, entrevistas narrativas, autobiografias, entre outras terminologias. Diante desta vastidão de acepções, Daniel Bertaux (2006) sugere o uso básico do termo “*abordagem biográfica*” e não *biografia*, para fazer a diferença entre a vida narrada ou escrita pelo sujeito e os dados escritos resultantes de uma entrevista biográfica. Tendo em vista que esta última tem, para o entrevistado, objetivo exterior a si mesmo, bem além daquele de expressar espontaneamente as memórias pessoais, é mais adequado, segundo o autor, o uso do termo *abordagem biográfica*. Posteriormente, foram se consolidando procedimentos específicos de pesquisa em variadas ciências, que possibilitaram o uso da palavra *método* e *metodologia* em áreas definidas de pesquisa.

Há inúmeros complicadores epistemológicos na abordagem biográfica. Do ponto de vista da Sociologia, a princípio, trata-se de um método interessante, porque disponibiliza a fala dos sujeitos. A narrativa de uma vida não é somente individual, já que todo indivíduo vive em sociedade. A biografia apresenta a sociedade, da forma como é “vívda” pelos sujeitos. Nesse aspecto, é essencial enfrentar os problemas de lógica que surgem devido a sua fundamentação na dimensão temporal. A situação da entrevista biográfica, por exemplo, apresenta temporalidade diferente do seu conteúdo, da trajetória que está sendo narrada. Como deciptar a temporalidade real a partir dos tópicos escolhidos pelo entrevistado, em dada situação relacional única de entrevista?

Quanto, de que modo e em que direção aquilo que foi “vivido” se transforma, no momento em que é narrado e escrito, seja pelo autor da auto ou heterobiografia, seja pelo transcritor de uma entrevista? Talvez seja possível dar uma resposta, mas chegar a ela exigiria uma metapesquisa epistemológica que inevitavelmente tiraria o sociólogo do seu foco. A ordem

do discurso escrito obedece a regras bem definidas de objetividade e clareza necessárias ao trabalho de análise. Em certa medida, essa ordem pode solapar a ordem da memória que o sujeito se esforça para organizar ao narrar acontecimentos. Há uma ruptura lógica importante entre a narrativa oral e a narrativa escrita, no tocante à coleta de dados de memória, que precisa ser levada em conta pelo pesquisador. Segundo Butnaru e Keller (2013, p. 3), a transcrição cria o “*ponto semântico de contato*” entre ambas. A narrativa de vida realizada pelo sujeito é apenas uma primeira revisão do tempo vivido. O resultado da entrevista é uma coprodução de dados entre o entrevistado e o entrevistador. O entrevistado inicia o processo, fazendo uma primeira reelaboração do que viveu. O entrevistador fará uma segunda ao coletá-la, o transcritor fará uma terceira, o pesquisador ao analisar os dados fará uma quarta e depois uma quinta, que será aquela escrita numa publicação ou trabalho de apresentação final.

no que diz respeito à relação à escrita, o texto final é um texto **empobrecido** que deve servir aos objetivos da pesquisa; em seguida, isto atrai a atenção sobre a **expressão**, portanto, sobre a forma discursiva inicial que é necessário relativizar a fim de melhor objetivá-la (BERTAUX, 2006, p. 212, grifo do autor).

Além do problema da ruptura entre oralidade e escrita que redefine a temporalidade da narrativa biográfica, existem também as rupturas entre objetividade e subjetividade, história e experiência vivida, história e passado, narrativa e autoria, entre outras (HOULE, 1997). Tendo em vista este alto nível de complexidade, torna-se indispensável ao sociólogo levar em conta o *estatuto do observado*, construindo a distância necessária no interior da relação íntima estabelecida na entrevista. Ao criar um espaço de reconstrução compartilhada de saberes, o pesquisador contrai a dívida da responsabilidade de empregar, desenvolvendo a sensibilidade na abordagem e registro. Tal sensibilidade deve combinar-se com o esforço disciplinado na elaboração de critérios de análise para chegar, em tese, a objetivar, da melhor forma possível, por meio de dados de pesquisa, a subjetividade do *vivido* transmitida pelo entrevistado por meio da narrativa biográfica.

Estes problemas foram muito discutidos pelos sociólogos que enfrentaram o desafio de utilizar a abordagem biográfica. No histórico dessa utilização, é conhecido o emprego, sobretudo da *história de vida*, pela Escola de Chicago. William Thomas e Florian Znaniecki¹ publicaram a primeira obra de referência, “*The Polish Peasant in Europe and America*” (1918-1920). Clifford Shaw, Burgess, Oscar Lewis, são outros nomes conhecidos nesta tradição, todos com obras publicadas, fundamentadas em sólidas pesquisas utilizando a abordagem empírica do método biográfico.

¹ O histórico da abordagem biográfica a seguir foi sintetizado a partir da elaboração de LE GRAND, Jean Louis em *Étude d'une expérience communautaire à orientation thérapeutique. Histoire de vie de groupe. Perspectives Sociologiques*. Tese de doutorado pela Université Paris VIII, 1987.

Nos anos 1950-1960, o uso da biografia foi expandido, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra. Por exemplo, nos Estados Unidos, Oscar Lewis publicou *“The Children of Sanchez. Autobiography of a mexican family”* (1961), e na Inglaterra, no contexto dos Estudos Culturais, Richard Hoggart escreveu *“The Uses of Literacy, aspects of working class life”* (1957), ambos utilizando a história de vida.

No final dos anos 1960, foi a vez da França aderir à abordagem biográfica. Algumas obras já consideradas clássicas poderiam ser citadas a título de exemplo, como *“Tante Suzanne et l’histoire de vie et du devenir social d’une femme”* (Maurizio Catani, pesquisa realizada entre 1971 e 1979, e publicada em 1982). Daniel Bertaux publica em 1976 *“Histoires de vie ou récits de pratiques? Méthodologie de l’approche biographique en sociologie”*. Esta obra suscitou o debate que originou o artigo de Bourdieu *A Ilusão Biográfica*. Em 1980 e 1990, a tradição dos *Anais* no âmbito da História veio reforçar o debate, levando à releitura da obra de Maurice Halbwachs e seus livros sobre a memória, como por exemplo *“La mémoire collective”* de 1950. Nos anos 1980, há uma expansão do uso da abordagem biográfica na Sociologia, com a emergência de nomes como Michael Pollak, Jean Peneff, Jean Michel Chapoulie, Vincent de Gaulejac, Didier Démazière e Claude Dubar. Nos anos 2000, se destaca a contribuição de Bernard Lahire, sobretudo com *“Portraits Sociologiques, dispositions et variations individuelles”* (Retratos Sociológicos, disposições e variações individuais) de 2004.

A abordagem biográfica na tradição disposicionalista

Para situar a abordagem biográfica em qualquer tradição teórica, é essencial examinar, antes, qual é o estatuto do sujeito proposto por ela. No caso das teorias disposicionalistas, o sujeito não é uma entidade essencializada, separada do meio no qual interage, nem desligada das condições desta interação. Herdeira da tradição estruturalista, estas teorias consideram que a sociedade é constituída de uma rede de relações sociais criada no decorrer de processos de socialização de longo prazo. A investigação da realidade deve, portanto, não procurar o indivíduo apenas observando como sua reunião em grupos constitui a sociedade, mas sim, ao contrário, estudar a emergência do indivíduo a partir da, e condicionada pela, rede de relações sociais na qual ele se socializa e interage.

O sujeito, indivíduo, ou ator social, também chamado por Bourdieu (1980) e Passeron (1990) de *agente social* (denominação decorrente justamente desta impossibilidade lógica de desligar indivíduo e sociedade), é construído no interior de condições sociais condicionantes que estavam definidas, em diferentes graus, antes que ele nascesse e continuam funcionando após a sua morte. A biografia do agente social, enquanto método de pesquisa, consiste, portanto, em buscar entender de que modo o agente expressa a sociedade em si mesmo à medida em que vive, e como sua trajetória de vida é condicionada por uma consciência coletiva exterior a ele. Por isso, para os disposicionalistas, o método biográfico se confunde com o estudo dos processos de

socialização dos agentes, uma vez que é por estes processos fundantes que a sociedade conforma, até certo ponto, os indivíduos e, ao mesmo tempo, é conformada por eles.

Embora levem em alta conta a dimensão temporal da trajetória do agente, as primeiras pesquisas disposicionalistas fazem um corte na dimensão histórica para priorizar a análise do espaço temporal, mostrando o resultado prático do processo de socialização. Se Bourdieu (1980) desenvolve bastante esta posição analítica através do conceito de *campo social*, que é mais estático, outros autores como Elias (1994) e Bernard Lahire (2004) vão preferir priorizar o conceito de *habitus*, não sem questioná-lo, mas pelo fato de ser mais dinâmico e mais afeito às lógicas diacrônicas, dando maior relevância à dimensão temporal. Disso resulta que Bourdieu vê o indivíduo (agente) e sua socialização, ou sua biografia, muito mais conformados às determinações do espaço social, às regras impostas pelos campos sociais, do que Elias e Lahire. Estes consideram o processo de socialização não *mais solto*, ou mais independente da rede de relações, mas veem que esta rede é muito mais flexível do que parece na ótica dos campos, exatamente porque ela é continuamente atravessada pelos processos temporais, pela vida cotidiana dos indivíduos, que as modifica no decorrer do tempo. Por isso mesmo, estes autores dão maior importância à biografia enquanto instrumento de pesquisa capaz de gerar dados para a explicação da ação social.

Em Norbert Elias (1994), os indivíduos, ao interagirem, constroem teias de interdependência que produzem configurações de variados tipos, abrangendo desde estruturas menores e íntimas como a família, o grupo social próximo e o grupo de trabalho, até estruturas maiores, tais como a cidade, a comunidade, Estado e nação. A utilização da biografia será marcada, nesse autor, pela indissociabilidade entre indivíduo e sociedade nos termos do tradicional dilema sociológico entre agência e estrutura. Para ele as esferas individual e social teriam sido separadas artificialmente pelos pensadores, gerando um paradoxo de resolução impossível, no entanto, na realidade, elas são inseparáveis. Todavia, tal postura epistemológica leva à valorização da biografia enquanto método sociológico, na medida em que torna indispensável conhecer os indivíduos para conhecer a sociedade.

Entretanto, a dimensão temporal em seu sentido histórico-social permanece sob controle, tanto em Elias (1994) quanto em Bernard Lahire (2004). Este último, por exemplo, dá importância ao contexto histórico do capitalismo avançado pós-globalização, para afirmar que os indivíduos entrevistados para o livro *Retratos Sociológicos* têm processos de socialização mais flexíveis que os que viveram nos anos 1950. Contudo, essa importância é limitada, já que o dado histórico não é desenvolvido empiricamente, nem no contexto de uma reflexão concernente ao devir dos sistemas de produção de bens, conforme as teorias históricas ou o marxismo. O foco permanece nos processos de socialização em si.

Nas teorias disposicionalistas há uma ruptura com relação ao devir histórico, no sentido dado por Wright Mills (1975) em *A Imaginação Sociológica*. Para ele, a existência da sociedade é mais longa que a do indivíduo, sendo que a segunda está contida na primeira. Portanto, a biografia

individual está situada no devir histórico social e ambos são mutuamente condicionados. Em termos práticos, é impossível conhecermos a vida de um indivíduo sem localizá-la num período específico da história da sociedade em que ele vive. É também impossível conhecermos uma sociedade sem saber algo sobre as vivências e experiências dos indivíduos que nela interagem. Muito embora biografia e história tenham relações incontornáveis de interdependência, estas não são completas, nem totalizantes. Há dimensões de descoincidência entre uma e outra. Descobrir, no estudo das trajetórias de vida dos indivíduos, o interstício desta descoincidência, que se caracteriza pela rapidez com que muda sua manifestação, nas sociedades contemporâneas, é a possibilidade empírica oferecida pelo método biográfico aos disposicionalistas de qualquer matiz.

O artigo *A Ilusão Biográfica*

O uso da abordagem biográfica sempre mobilizou cuidados na área das Ciências Sociais. De um lado, devido à desconfiança de que o seu emprego trouxesse de volta o *mito do eu*, do individualismo subjetivo, num movimento de psicologização indesejável ao tratamento do objeto destas ciências. De outro lado, sempre se questionou a validade da narrativa pessoal na condição de dado científico. Existe o pressuposto de que o entrevistado ou o autobiografado produzam discurso distorcido pelo ego, de forma a qualificar a própria personalidade e percurso, além da realidade, na direção da idealização de si mesmo. Pierre Bourdieu veio explicitar estes problemas de racionalização retrospectiva da vivência social e da apresentação pessoal do indivíduo, no âmbito da perspectiva disposicionalista. Publicou um artigo, na forma de introdução ao número da Revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* de 1986, sob o título *A Ilusão Biográfica*, que se tornou um marco para os estudos da abordagem biográfica nas Ciências Sociais, principalmente na Sociologia.

Os questionamentos à abordagem biográfica apresentados no artigo podem ser resumidos em três pontos interrelacionados: o problema da definição de história, a ilusão de transparência do real e a produção de discurso na entrevista.

O problema da definição de história diz respeito à ideia disposicionalista segundo a qual a história de indivíduos e sociedade seria uma só, mas que se manifesta em diferentes estados. No artigo *Le mort saisit le vif*, Bourdieu (1980) já alertava para a diferença entre a história no estado objetivado, que é a forma como ela se apresenta pelas instituições normativas, e a história no estado incorporado, aquela produzida no cotidiano através do senso prático. A socialização progressiva, desde a primeira infância, até a idade adulta, é a “fonte das disposições adquiridas sob a forma de estruturas mentais e de esquemas de percepção e de julgamento, e mesmo de modos corporais (hexis) adquiridos no curso da existência.” (GRINGRAS, 2000, p.126). Portanto, o indivíduo não vive somente seu presente, mas também o passado no estado incorporado, transformado em *habitus*. No artigo *A Ilusão Biográfica*, Bourdieu aprofunda esta ideia de que o *eu* não é substancial, mas relacional.

Sem sair dos princípios da sociologia, como responder à velha questão empírica a respeito da existência de um eu irredutível à rapsódia de sensações singulares? Sem dúvida, podemos encontrar no *habitus* o princípio ativo, irredutível às percepções passivas, de unificação das práticas e das representações (isto é, o equivalente, historicamente constituído, logo, historicamente situado, desse eu cuja existência devemos postular, de acordo com Kant, para dar conta da síntese da diversidade sensível intuída e da coerência de representações em uma consciência). Mas essa identidade prática só se entrega à intuição na inesgotável e inapreensível série de suas manifestações sucessivas, de modo que a única maneira de apreendê-la como tal, consiste em talvez apanhá-la na unidade de uma narrativa totalizante (como autorizam as várias maneiras, mais ou menos institucionalizadas, de “falar de si”, da confiança etc.) (BOURDIEU, 1996, p. 77).

O problema da ilusão da transparência do real diz respeito à relação entre objetividade e subjetividade. Passeron, em concordância com Bourdieu, foi o primeiro a deixar claro o raciocínio epistemológico do disposicionalismo, que consiste em retirar a objetivação da subjetividade e a subjetivação da objetividade (PASSERON, 1990). Neste procedimento mental, a abordagem biográfica deve ser o tempo todo colocada em questão por todas as formas pelas quais ela sofre influências da objetividade da vida, da concretude que provém da sua condição de existir no interior de uma rede de relações.

As leis que regem a produção de discursos na relação entre um *habitus* e um mercado aplicam-se a essa forma particular de expressão que é o discurso sobre si; e a narrativa de vida vai variar, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, conforme a qualidade social do mercado no qual será apresentada – a própria situação da pesquisa contribuindo, inevitavelmente, para determinar a forma e o conteúdo do discurso recolhido (BOURDIEU, 1996, p. 80).

O *mercado social* implica todo o contexto acadêmico, com seu complexo ritualístico característico do campo intelectual, no caso da pesquisa sociológica biográfica, mas também os campos sociais de pertencimento do entrevistado, acrescentando-se a ambos os *palcos* da apresentação das informações coletadas.

O terceiro problema, já anunciado no segundo e comentado acima, é o da produção do discurso da narrativa de vida no âmbito da entrevista biográfica. Segundo Durand (2008), tomar uma vida narrada como fato social, ao mesmo tempo encarnada por um indivíduo e considerada enquanto experiência coletiva do mundo pressupõe *admitir disparidades, incoerências, enigmas, resistências à elucidação sociológica*. A biografia *construída no ato da pesquisa, pede que uma gênese ou genealogia das disposições do indivíduo seja colocada em correlação com um conjunto de posições sociais tomadas ao longo da vida, sem negligenciar que as posições no campo não definem mecanicamente a biografia. As forças de produção de si, combatem sempre, em algum grau, as forças da reprodução* (DURAND, 2008).

A dimensão narrativa da abordagem biográfica deve ser pensada em relação à dimensão dialógica instalada no contexto da sua produção na entrevista, propondo considerar a intersubjetividade da situação. Esta, por sua vez, é também social, na medida em que toda interação social participa dos ritos institucionalizados, a começar pela distribuição de papéis sociais, poderes, recursos, capital social, que são organizados por normas, valores e regras predefinidas.

A análise crítica dos processos sociais mal-analisados e mal-compreendidos que estão em jogo, sem que o pesquisador o saiba, na construção dessa espécie de artefato irrepreensível que é a “história de vida”, não é a sua finalidade. Ela leva à construção da noção de *trajetória* como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Para o autor, a *distância* entre entrevistador e entrevistado e a *representação* que este faz da situação de entrevista são fatores essenciais a serem considerados para entender a *produção* discursiva que o entrevistado faz de si mesmo, em outras palavras, para entender os dados de pesquisa coletados.

Bourdieu não elimina a possibilidade de utilização da biografia na pesquisa disposicionalista, considerando-a método menor ou menos adaptável à sua teoria. Apenas condiciona sua utilização ao desenvolvimento, pelo pesquisador, da sensibilidade necessária à abordagem relacional, à perceptibilidade do funcionamento das redes sociais, situando a narrativa do entrevistado no contexto dos campos e sua circulação de capitais e poder, e dos *habitus* e o correspondente desenvolvimento de disposições sociais, em coerência com a construção lógica que é própria da perspectiva disposicionalista. Para ele:

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado (...). Não podemos compreender uma trajetória (...) a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou. (...) Essa construção prévia é também condição de qualquer avaliação rigorosa do que poderíamos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto de posições simultaneamente ocupadas, em um momento dado do tempo, por uma individualidade biológica socialmente instituída, que age como suporte de um conjunto de atributos e de atribuições que permitem sua intervenção como agente eficiente nos diferentes campos (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Esta posição muito crítica de Bourdieu com relação ao método biográfico nos seus escritos dos anos 1970 e 1980, parece ter se suavizado nos anos 1990. De fato, o autor utilizou a biografia e a autobiografia em algumas ocasiões, levantando questionamentos a respeito de sua posição sobre o assunto, conforme havia sido colocada no artigo *A Ilusão Biográfica*. É digna de nota a publicação do livro *A Miséria do Mundo* em que Bourdieu (1998) utiliza relatos biográficos quase

completamente desacompanhados de estudos e análise sociológica, ainda menos de reflexões a respeito da abordagem biográfica utilizada. Também é importante citar o esforço realizado pelo autor para situar sua vida e obra no tempo social em que viveu, através do livro *Esquisse pour une auto-analyse*, escrito em 2001, pouco antes de sua morte em 2002. Trata-se de um relato pessoal repleto de lembranças do passado, onde o autor sublinhou fortemente as dificuldades enfrentadas na vida para se situar nos campos sociais em que atuou, mostrando forte rebelião ao ambiente acadêmico e científico, onde fez sua profissão e seu renome, e desejando deixar de si mesmo o exemplo para que os leitores, agentes no mesmo campo ou não, pudessem se identificar e viver um pouco melhor as mesmas ou similares dificuldades (BOURDIEU, 2004).

Uma terceira evidência da relativização da resistência de Bourdieu à abordagem biográfica no fim da vida é o filme de Pierre Carles *La sociologie est un sport de combat* (*A sociologia é um esporte de combate*), documentário em que o autor mais uma vez retoma sua trajetória publicamente, fazendo justificativas científicas e se colocando como exemplo para os sociólogos mais jovens. O filme é tocante se levamos em conta que o protagonista que temos diante de nós foi um grande *empresário científico*, cuja enorme empresa desenvolveu inúmeras ramificações nacionais e internacionais (SAINT MARTIN, 2004), dizendo que se fez sozinho, que lutou contra tudo e contra todos e desejando que seu depoimento possa ajudar outros a tentar a mesma vitória, a enfrentar os mesmos desafios.

Bernard Lahire, no contexto da diatribe de Bordieu e sua obra sobre a qual construiu seu próprio posicionamento intelectual, critica, no livro *Esquisse pour une auto-analyse*, a ausência de análise de outros tipos sociais próximos que Bourdieu poderia ter relacionado para uma exposição mais científica. Afirma que nele se constata a ausência da perspectiva contextualizadora, do fornecimento mínimo de pistas das disposições sociais pessoais do autor desenvolvidas e das relações estabelecidas que fornecessem o panorama relacional explicativo da trajetória pessoal. Contraditoriamente, elementos metodológicos tão cobrados pelo autor no texto *A Ilusão Biográfica* estariam sendo negligenciados. Na sua autoexposição, segundo Lahire, Bourdieu teria se limitado diante de tantas ausências, as quais, finalmente, o levaram ao uso subjetivista da biografia que ele mesmo tanto criticava (LAHIRE, 2004).

Críticas como a de Lahire não diminuíram a importância do artigo *A Ilusão Biográfica* enquanto referência para estudos envolvendo a referida abordagem. O interesse pela explicação da complexidade do método feita no artigo levou o disposicionalismo a ser debatido em outras ciências como por exemplo a História (GINGRAS, 2000), Psicologia (GAUTHIER, 2014; GAULEJAC, 2012), Educação (MOELO, 2003; COSTA, 2010), Administração (FILLION, 2012), Ciências Médicas (MONTAGNER, 2007), entre tantas outras. O próprio Lahire fez dele artigo de referência tanto positiva quanto negativa. Procurou observar os apontamentos nele contidos no seu *empreendimento sociológico-disposicionalista pessoal*, não obstante o tenha desenvolvido bem além, sublinhando suas limitações para uma aplicabilidade contemporânea e fazendo outras críticas.

Lahire e a superação da *Ilusão Biográfica*

Lahire situa a biografia no coração da mais importante meta da Sociologia, que é a de explicar porque os indivíduos fazem o que fazem (ação social), dizem o que dizem (interação social) e pensam o que pensam (representações sociais). Nesse caso, o pesquisador precisa superar as investigações convencionais de trajetórias individuais, as quais se contentam em colecionar propriedades e características, tais como origem social, diploma, profissão, mas ir além e reconstruir a linha das experiências específicas através das quais essas propriedades foram adquiridas. A biografia serve à pesquisa disposicionalista, na perspectiva de Lahire, para *problematizar o curso da vida* do indivíduo, do ponto de vista sociológico e não para explicar somente sua posição social em espaços determinados de um campo.

Se procuramos trazer à tona as estruturas mentais e comportamentais de um indivíduo, suas inclinações as mais singulares assim como as gerais, os problemas mais importantes que estas condições de existência e de coexistência, passadas e presentes, o conduziram a se colocar e a enfrentar, só a biografia sociológica pode permitir levantar precisamente os quadros sociais que ele frequentou e os traços que eles deixaram mais ou menos duravelmente nele. Não existe, portanto, nenhuma ilusão em proceder à análise biográfica se damos a esta o papel de levantar a natureza das experiências sedimentadas em um indivíduo determinado. Em revanche, pode-se reprovar à teoria dos campos de passar totalmente ao largo das diferentes etapas e das diferentes dimensões da socialização dos atores, tornando, a partir daí, invisível tudo o que eles investem em sua escrita (LAHIRE, 2010, p. 39).

À medida que o indivíduo percorre seu caminho pessoal de experiências determinadas, ele atravessa quadros socializadores diferenciados, que deixam marcas em sua maneira de pensar, expressar-se e agir. Tanto o caminho quanto as experiências individuais são personalíssimas. Por isso, Lahire não prioriza a busca de similaridades entre conjuntos de trajetórias, procurando reuni-las, através da genética social do *habitus*, em um espaço comum junto a outras. Ao contrário do que Bourdieu (1980) fazia com a teoria do pertencimento aos campos sociais, ele não pretende mostrar a homogeneidade das trajetórias de determinados grupos.

Interessa mais a ele estudar o grau de importância que cada experiência teve na socialização do indivíduo. Por exemplo, experiências mais marcantes, que se repetiram várias vezes, podem ter deixado marcas mais fortes. Dentro de um leque de variação amplo que vai das influências mais leves às mais fortes, estas últimas apresentam potencial para a investigação, ao mostrar se têm interferência nas disposições sociais do indivíduo que as vivenciou, ou não. Pela abordagem microssociológica proposta por Lahire não é necessário buscar o social nos campos, na sua dimensão institucionalizada, já que ele se encontra na experiência vivida e incorporada pelos indivíduos.

Cabe também ao pesquisador analisar, em cada experiência vivida, as marcas de experiências passadas, bem como o campo de possibilidades aberto para experiências futuras.

Nesse sentido, é dada importância singular à dimensão diacrônica na análise. Por essa razão, também, não interessa a Lahire (2004) estudar todos os acontecimentos da vida de um indivíduo, o que seria impossível e irrealista, mas selecionar criteriosamente os eventos, levando em consideração sua potencialidade para gerar, reforçar ou criar novas disposições sociais.

O autor leva em conta, também a dimensão sincrônica do processo, considerando a *multiplicidade de mundos sociais* simultâneos, vivenciados pelo indivíduo. Desse modo, importam as variadas cenas sociais atravessadas, as múltiplas interações realizadas, todas acarretando a própria panóplia de papéis sociais a representar, de normas e rituais a respeitar. “O ator tem tanto mais chance de ser plural de um ponto de vista disposicional quanto mais ele viva em uma sociedade altamente diferenciada e que ele frequente mais ou menos precocemente uma pluralidade de contextos socializadores heterogêneos.” (LAHIRE, 1998, p. 115).

Uma das críticas mais sérias feita por Lahire aos estudos de Bourdieu é que não se pode reduzir a experiência individual à sua atuação em um campo social, na sociedade contemporânea. Experiências vividas por indivíduos em diferentes universos não são necessariamente convergentes e coerentes entre elas. Os efeitos podem ser muito diferentes. A mesma experiência vivida por um indivíduo pode ter sido marcante e movimentado sua bagagem de disposições, quando, para outra pessoa, não teve nenhuma importância no curso da sua trajetória. O autor expõe esta complexidade na introdução do livro *A Condição Literária*, para explicar a abordagem biográfica disposicionalista realizada na pesquisa sobre os escritores, evidenciando as inter-relações entre trajetórias individuais e a rede social na qual atuam. Na citação a seguir, quando se refere à condição de *dupla vida* do escritor, Lahire quer evidenciar que, para a maioria dos escritores estudados, a escrita de livros não é sua ocupação profissional principal. A maioria tem um emprego que lhe proporciona a renda necessária para a sobrevivência e utiliza o tempo livre na agenda pessoal para exercer a atividade da escrita.

O procedimento sociológico que eu adoto coloca no coração da interrogação a variação intraindividual das inscrições sociais (o fato de que os atores tenham que gerir em permanência a passagem de um universo social a outro) e tenciona descrever e interpretar as condições de dupla vida assim como os problemas concretos que encontram os escritores submetidos a essas pressões em seu trabalho (sua organização, sua realização ou suas descontinuidades). Ela pode também dar visibilidade à proximidade de situações vividas pelos escritores – problemas aos quais eles são confrontados e as soluções que eles dispõem – cujas posições no jogo literário são portanto às vezes muito diferentes, ou até mesmo opostas: escritores cuja produção literária se situa no setor comercial ou no setor mais “literário”, escritores muito reconhecidos, em vias de reconhecimento ou ainda desconhecidos. O aporte desta pesquisa ao conhecimento do mundo social se situa, portanto, tanto do lado da exploração dos patrimônios individuais das disposições próprias às situações de dupla vida quanto do lado da análise de esferas de atividade diferenciadas, cuja “teoria dos campos” só constitui uma formulação parcial e insuficientemente especificada. O aporte é duplo, mas perfeitamente

congruente, na medida em que ele importa à teoria das esferas de atividades diferenciadas (ou da diferenciação social das esferas de atividades) de levar em conta que não são sempre indivíduos diferentes que ocupam posições diferentes na divisão social do trabalho (LAHIRE, 2006, p. 29).²

Daí resulta que a investigação tem que respeitar a singularidade de cada caso. Esta é a síntese empírica do que Lahire chama de *estado social dobrado*. O social se encontra na própria razão do fato do indivíduo passar por experiências determinadas (em parte devido ao pertencimento às condições sociais de origem), mas também nas minuciosas formas como ele atravessa cada uma delas, e nos modos personalíssimos pelos quais tê-las vivido interfere na sua socialização e na sua atitude nas situações no presente. A abordagem biográfica permite ao pesquisador chegar a este devir do indivíduo, o qual é carregado de conteúdo social, em cada ponto da sua existência na sociedade.

De alguma maneira, cada indivíduo é o “depositário” de disposições de pensamento, sentimento e ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos duradouras e intensas, em diversos grupos (dos menores aos maiores) e em diferentes formas de relações sociais. Se não me equivoco quando afirmo que o social, incorporado como objetividade, nunca existe em estado desdobrado para os atores individuais, então devemos nos perguntar quais são as imagens científicas do mundo social que podem respeitar essas propriedades e quais as destroem sistematicamente. Nessa versão dobrada da realidade que pretendo elaborar, o indivíduo não é redutível a seu protestantismo, ao seu pertencimento de classe, a seu nível cultural ou ao seu sexo. É definido pelo conjunto de suas relações, compromissos, pertencimentos e propriedades, passados e presentes. Neles sintetizam-se ou se combatem, combinam-se ou se contradizem, articulam-se harmonicamente ou coexistem de forma mais ou menos pacífica, elementos e dimensões de sua cultura (no sentido amplo do termo) que, em geral, são estudados separadamente pelos pesquisadores na área das ciências sociais (LAHIRE, 2004, p.10).

Partindo dos elementos aqui elencados, é possível afirmar que a proposta apresentada por Lahire para utilização da abordagem biográfica na pesquisa disposicionalista atende as exigências básicas demandadas por Bourdieu. Lahire, assim como Bourdieu, defende os três elementos básicos da pesquisa biográfica estipulados no artigo *A Ilusão Biográfica*. Para ele, o conceito de história está interligado à histórica individual, considerando o social em estado incorporado. Lahire desenvolve este item aprofundando a ideia de estado dobrado. Defende a superação da ilusão de transparência do real proposta por Bourdieu, na medida em que preserva a ideia de considerar o discurso do entrevistado não enquanto expressão de uma individualidade meramente subjetiva, mas retirar dela a objetividade da sociedade na qual o indivíduo transita; entendendo, ao mesmo tempo, tal objetividade em seu estado interiorizado na ação social, presente na forma de agir e de pensar individuais. Finalmente, Lahire também se preocupa com

3 Tradução da autora.

a produção de discurso na entrevista, sugerindo os cuidados de distanciamento necessários para que o instrumento e os dados obtenham fiabilidade mais significativa.

Partindo da preservação dos princípios fundamentais da abordagem biográfica apontados no artigo *A Ilusão biográfica*, Lahire vai mais além e atualiza o método para atender à complexidade dos fenômenos sociais de hoje. Nesse sentido, a abordagem biográfica não mais se limita a consideração da trajetória individual do agente para que seja adaptável a um campo social de manifestação, preponderante na idade adulta. A análise biográfica percorre, no seu modo particular de apropriação, a diversidade das instâncias de manifestação individual, hora focando em elementos mais subjetivos, hora em outros mais objetivos. Ela se flexibiliza para ajustar-se melhor ao ritmo mais veloz e à diversidade crescente da manifestação individual na multitude dos mundos sociais, na pluralidade de papéis sociais e na variedade de disposições sociais que o indivíduo pode apresentar ao transitar pela vida. Trata-se de adaptar a metodologia ao “nível de realidade social visado, às escalas de observação adotadas, e aos problemas que se quer levantar a seu respeito” (LAHIRE, 2012, p. 57). Ao mesmo tempo, tal flexibilidade da abordagem biográfica permite evidenciar as idiosincrasias de grupos e ambientes sociais específicos, nos quais certas trajetórias individuais podem se desenvolver mais adstritamente. A abordagem de Lahire, portanto, acrescenta positividade e dá maior valor explicativo, a este instrumento de pesquisa que se torna ainda mais interessante de ser utilizado nas pesquisas sociais sob a ótica do disposicionalismo.

A proposta colocada para este artigo, a qual propôs problematizar o uso das abordagens biográficas na Sociologia Disposicionalista, apontando os avanços alcançados por Lahire neste item, chega ao seu resultado. A utilização apresentada por Bernard Lahire dos métodos biográficos se apresenta inovadora, criativa e atual, na medida em que o autor opera uma ressignificação positiva, utilizando a investigação de trajetórias de vida de maneira original, ao propor a superação da ideia da *ilusão biográfica*, entre outras inovações.

Referências

- BERTAUX, Daniel. **Le récit de vie**. 2 ed. Paris: Colin, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Le mort saisit le vif. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 32-33, p. 3-14, abr./jun., 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996. p. 74-82.
- BOURDIEU, Pierre. **Esquisse pour une auto-analyse**. Paris: Seuil, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **La Misère du Monde**. Paris: Seuil, 1998.
- BUTNARU, Denise; KELLER, Reiner. Temps et écrit. Les défis de l'approche biographique dans la sociologie française des années 80. In: CONGRÈS DE L'ASSOCIATION FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE, 5, 2013, Nantes. **Analles du Congrès de l'Association Française de Sociologie**. Nantes: Université de Nantes, 2013. p. 234-261.

- COSTA, Luciano Bedin. **Biografema como estratégia biográfica**: escrever uma vida com Nietzsche, Deleuze, Barthes e Henry Miller. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- DURAND, Pascal. Ilusion biographique et biographie construite. **Contextes**, Bruxelas, v.2, n.3, p. 2-9, jun. 2008. Disponível em: <http://contextes.revues.org/index1983.html> Acesso em: 21 out. 2018.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FILION, Loui Jacques; AKIZAWA, Hikari. La méthode biographique. Approche structurante pour l'étude des représentations entrepreneuriales. La cognition entrepreneuriale. **Revue internationale de psychosociologie et de comportement organisationnel**, Liège/Paris, v. 18, n. 44, p. 117-146, 2012.
- GAULEJAC, Vincent. **L'Histoire en héritage**. Roman familial et trajectoire sociale. Paris: Desclée de Brouwer, 1999. Nouvelle édition (poche): Petite Bibliothèque Payot, 2012.
- GAUTHIER, Pascale. Théorie du parcours de vie. **Cahier de Recherche du Centre d'Études et de Recherche en Intervention Familiale**, Québec, v.6, n. 6, p. 2-22, nov. 2014.
- GINGRAS, Yves. Pour une biographie sociologique. **Revue d'Histoire de l'Amérique Française**, Québec, v. 54, n. 1, p. 123-131, 2000. Disponível em: https://archipel.uqam.ca/446/1/RHAF_2000.pdf. Acesso em 21 out. 2018.
- HOULE, Gilles. La Sociologie comme science du vivant: l'approche biographique. In: TREMBLAY, Jean-Marie (org.). **La recherche qualitative**. Enjeux épistémologiques et méthodologiques. Montréal: Gaëtan Morin Éditeur, 1997. p. 5-31.
- La Sociologie est un sport de combat**. Direção: Pierre Charles. 146 min. Disponível em: <https://archive.org/details/Pierre.CarlesLa.sociologie.est.un.sport.de.combat.avec.Pierre.Bourdieu>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- LAHIRE, Bernard. Analyse sociologique de soi et cousinages intellectuels. Autobiographe ou auto-analyste? **Revue Mouvements**, Paris, n. 35, p. 32-45, set./out. 2004.
- LAHIRE, Bernard. **La Condition littéraire**. La double vie des écrivains. Paris: La Découverte, 2006.
- LAHIRE, Bernard. **L'homme pluriel**. Les resorts de l'action. Paris: Nathan, 1998.
- LAHIRE, Bernard. **Franz Kafka**. Éléments pour une théorie de la création littéraire. Paris: La Découverte, 2010.
- LAHIRE, Bernard. **Monde pluriel, penser l'unité des sciences sociales**. Paris: Seuil, 2012
- LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**. Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LE GRAND, Jean Louis. Étude d'une expérience communautaire à orientation thérapeutique. **Histoire de vie de groupe. Perspectives Sociologiques**. 1987. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université Paris VIII, Paris, 1987.
- LE JEUNE, P. **L'autobiographie en France**. Paris: Armand Colin, 1971.
- MILLS, Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MOELO, Hervé. L'écriture sous contrôle: biographie et formation de soi. **Revue Les Actes de la Lecture**, Paris, n. 84, p. 84-92, dez. 2003.
- MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.
- PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v. 31, n. 1, p. 3-22, 1990.
- PINEAU, Gaston., LE GRAND, Jean-Louis. **Histoires de vie**. Que sais je? Paris: PUF, 2007.
- SAINT MARTIN, Monique de. Un livre testament. À mi-chemin entre l'auto-analyse et l'auto-représentation. **Revue Mouvements**, Paris, n. 35, p.12-35, set./out. 2004.

Recebido em: 16/12/2018

Aceito em: 9/01/2019

**SOCIOLOGIA DISPOSICIONALISTA E CLASSES SOCIAIS:
reflexões sobre desigualdade**

***DISPOSITIONAL SOCIOLOGY AND SOCIAL CLASSES:
an essay on inequality***

Ricardo Visser*

Resumo

A principal finalidade do artigo desdobra-se em dois níveis: a) promover uma discussão acerca do elo entre trajetória de classe e socialização, elegendo como foco a maneira pela qual Pierre Bourdieu (1979) e Bernard Lahire (2001a) encaram esta problemática. O primeiro autor busca construir um plano analítico mais abrangente, considerando processos de socialização como sistemáticos. Já Lahire questiona a homogeneidade das disposições inclinando-se para uma sociologia das figurações e dos modos de socialização; b) em seguida será reconstruído o debate sobre o elo entre origem familiar de classe e variações intraindividuais. A importância deste tema repousa na tentativa de evitar que um viés sociológico confira um poder de sobredeterminação analítica à origem social de classe. Aliamos, finalmente, as teses acerca da variação intraindividual à da multidimensionalidade da desigualdade, a fim de questionar o modelo teórico baseado na socialização familiar de classe e no reforço mútuo da dominação simbólica entre os campos.

Palavras-chave: Classes sociais. Socialização. Desigualdade. Sociologia disposicionalista.

Abstract

The purpose of this article unfolds itself in two levels: a) the debate on the rapport of social classes and socialization processes, focusing on the way Pierre Bourdieu and Bernard Lahire face this problem. Bourdieu tries to introduce a broader analysis considering fields and institutions, taking socialization as a systematic process. On the other hand, Lahire questions the homogeneity of dispositions inclining towards a sociology of figurations and modes of socialization; b) secondly we will discuss the link between familial class origin and individual variations. The importance of this theme resides in the attempt of avoiding the over determination of class origin. Finally, we unite both the thesis of intra individual variations and multidimensionality of inequality in order to question the theoretical model centered on familial class socialization and the mutual reinforcement of symbolic dominations between fields. The intention is to understand the plurality and the heterogeneity of dispositions without losing a more acute deliberation on social domination of sight.

Keywords: Social classes. Familial class socialization. Inequality. Dispositional sociology.

A temática principal do artigo será discutir como é possível repensar uma teoria de classes à luz da sociologia disposicionalista, levando em conta o *relativo* desencaixe entre as vantagens angariadas na socialização familiar de classe e as variações intraindividuais que se manifestam na ação social. Desse modo, o ponto central consiste em discutir a extensão heurística das vantagens e desvantagens materiais e simbólicas inscritas na socialização familiar. A partir deste diagnóstico propomos refletir sobre o elo entre condicionamento da origem de classe e variações intraindividuais. Adentraremos como Bourdieu (1979) e Lahire (2001a)

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com estágio doutoral na Humboldt Universität zu Berlin, Alemanha. É pesquisador pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Participou da pesquisa que culminou no livro *Reproduktion sozialer Ungleichheit in Deutschland* (Rehbein, 2015) e entre 2015-2016 trabalhou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. E-mail: ricardovis@gmail.com

divergem a esse respeito na formulação de suas teorias da ação e igualmente em suas análises sobre a intersecção entre a organização familiar e a socialização educacional. Por fim, debateremos o elo entre a diferenciação dos campos e a pressuposição de reforço mútuo da dominação simbólica.

Na primeira parte do artigo, a relação entre classe social e socialização será discutida a partir do enfoque que Bourdieu e Lahire conferem às suas respectivas sociologias. Se para Bourdieu, o conceito de classe deve remontar a uma sociologia em nível institucional ou dos campos relativamente autônomos, nos quais a sistematicidade das disposições é presumida, Lahire valoriza, sobretudo, o plano das interações, empreendendo estudos de modos de socialização, figurações e em escala individual.

Na segunda seção será debatido o elo entre origem familiar de classe e variação intraindividual. A importância deste tema consiste na tentativa de evitar um viés sociológico que confira à origem familiar de classe – suas respectivas vantagens e desvantagens – um poder de sobredeterminação analítica. Discutiremos exploratoriamente as consequências da sobredeterminação da origem familiar de classe para a dimensão operacional das instituições. Por fim, faremos uma apreciação crítica de uma sociologia da desigualdade baseada na primazia excessiva da socialização familiar de classe, contrapondo-a tanto aos desenvolvimentos da sociologia em escala individual quanto à reflexão acerca da multidimensionalidade da desigualdade.

Concluiremos com um balanço sobre as temáticas discutidas, com um apontamento final sobre possíveis desdobramentos da reflexão.

Classe e socialização em Bourdieu e Lahire

O liame entre socialização e pertencimento de classe foi primeiramente explorado por Bourdieu (1979). Em sua perspectiva, a incorporação de tendências pré-reflexivas para ação, categorias de pensamento e percepção ocorre de modo durável. Coloca ainda a socialização familiar de classe como um processo de transmissão de habilidades e competências culturais e escolares. Lahire (2001a, 2012), por sua vez, questiona o caráter sistemático e homogêneo dos processos de socialização, procurando questionar sua abstração num sistema, demonstrando sua dimensão acidental e não linear. Lahire se recusa ainda a reduzir os processos de socialização familiar como meras formas de transmissão de competências ou desvantagens culturais.

Segundo Pierre Bourdieu, o *habitus*¹ é o princípio gerador das práticas, o conceito que torna inteligível e confere racionalidade sociológica à ação social. Ele constitui um sistema integrado de práticas de disposições. Além de conferir racionalidade e inteligibilidade às disposições, ou

1 A concepção relacional da realidade na qual se apoia a sociologia bourdieusiana serve também para a relação interna entre seus conceitos. A distinção entre *habitus*, campo, classe e espaço social é meramente analítica e existente de forma imbricada na realidade empírica.

seja, às tendências para a ação, o *habitus* incute no agente a habilidade de distinguir e classificar as disposições e práticas dos outros (BOURDIEU, 1979). Esta capacidade avaliativa torna-se operante tanto na dimensão pré-reflexiva quanto na consciente das interações cotidianas, por meio das categorias de pensamento. Em outras palavras, da mesma forma que o *habitus* estrutura (*modus operandi*) classificações, categorias de pensamento e divisões de mundo, tais operações ocorrem de acordo com classificações e divisões anteriores (*opus operantum*), orientando suas novas classificações (estruturações). A estabilidade ou reprodução do *habitus* frequentemente depende de seu pertencimento de classe², posto que constrange os agentes a possibilidades estabelecidas e inscritas nos campos relativamente autônomos.

Portanto, em sociedades modernas e diferenciadas, o processo de socialização trazido pelo *habitus* de classe é central, se desdobrando em dois planos: o *habitus* de classe é passível de classificação objetiva, ou seja, comportamentos, práticas e as disposições nele inscritas são alvos de juízos e atribuições de terceiros e; b) ele incute, no agente, categorias de pensamento cotidianas por meio de uma experiência marcada pelo pertencimento de classe: o *habitus* é o princípio de organização da experiência, o *princípio gerador* das práticas objetivamente classificáveis e sistema de classificação (*principium divisionis*) destas práticas (BOURDIEU, 1979). Assim sendo, ele opera tanto sob a forma de esquemas de pensamento, ou seja, enquanto consciência prática, quanto no plano pré-reflexivo, guiando e orientando as práticas dos agentes, uma vez que é produto de um processo de aprendizado e incorporação.

Com isso, o critério de demarcação da classe social deixa de ser propriamente a posição do agente nas relações de produção, passando a ser coordenado por um *habitus* de classe, vinculado a uma trajetória e a uma posição num campo relativamente autônomo. A ênfase passa a ser a socialização de classe. Se o *habitus* de classe se comporta tendencialmente como um sistema, é pelo fato de ele também presumir disposições “sistematicamente transferíveis” (BOURDIEU, 1979, p. 192). Nesse sentido, uma prática possui grande probabilidade de se reproduzir, de se perpetuar através de disposições duráveis. A incorporação de um conjunto de disposições é geralmente, para Bourdieu, um investimento afetivo de longo prazo. O lócus primário da socialização de classe é identificado por Bourdieu na organização familiar.

Não obstante, seria impreciso imputar na categoria de *habitus* uma existência material direta, já que um dos esforços de Bourdieu era precisamente demonstrar que conceitos não existem em si na realidade empírica, mas são parcialmente constructos intelectuais que lhes conferem coerência. Quer dizer, eles existem apoiados no incessante trabalho empírico e interpretativo. O conceito de classe social é, em parte, uma abstração do analista para compreender; por outro, deve corresponder à maneira real pela qual os agentes se distinguem, classificando e sendo classificados.

Deste ponto de vista, salvo algumas exceções, não parece haver nem incongruência tampouco tensões entre o conceito de *habitus*, tomado enquanto disposições e inclinações

² Certamente existem outras formas de pertencimento, princípios de socialização e classificação além da classe, como gênero e raça. Por motivos temáticos, enfatizamos a socialização de classe.

à ação, e o pertencimento de classe. Em suma, ao implicar um caráter sistêmico, associa-se à categoria de *habitus* a de classe social com invejável facilidade. Contudo, para desenvolver uma sociologia disposicionalista em escala individual seria necessário se perguntar: como se constituem as disposições? Como e por que elas se reatualizam ou não? Ou ainda, como uma realidade exterior mais ou menos heterogênea é feita corpo? (LAHIRE, 2001a). Ao passo que os agentes incorporam disposições, formas de agir inculcadas afetiva e intelectualmente, estas se cristalizam em inclinações à ação e em signos manifestos no corpo socializado. Por este motivo, Lahire critica a forma imprecisa e bastante vaga pela qual Bourdieu define descritivamente as diferentes manifestações do *habitus* (LAHIRE, 2001a). De acordo com essa crítica, a definição de Bourdieu (1979) perde precisão por ser caracterizada por meio de adjetivos e substantivos, sem que possamos efetivamente compreender como elas são ativadas, fomentadas, constrangidas ou inibidas de acordo com o contexto social no qual o agente está inserido. Se considerarmos patrimônios de disposições, como Lahire o faz, um conjunto de disposições estruturadas pode ou não se tornar estruturante, isto é, pode ou não se tornar disposições realizadas, concretizadas em práticas. Sua reprodução depende de contextos de atualização, o que não necessariamente se confunde com o espectro de disposições observáveis nos campos. Esta ideia ajuda muito a entender, por exemplo, a irregularidade nas trajetórias de classe – em vez de supor sua linearidade. Ao enfatizar o poder integrador do *habitus*, Bourdieu (1979) endossa a ideia de que existe uma tendência permanente à reprodução social. Com isso, Bourdieu abstrai o contexto de atualização de disposições, para usar a terminologia de Lahire (2001a). Ainda que prescrito em forma teórica, a sociologia bourdieusiana permanece carente de um plano analítico capaz de apreender os processos de socialização, com seus acidentes, contingências e descaminhos.

Se Bourdieu pretende superar a dicotomia entre a formação de estruturas objetivas e sua incorporação cotidiana, não se pode pressupor sua inércia, como se disposições (bem como os capitais que elas engendram) se reafirmassem à revelia do esforço cotidiano de inculcação de disposições: a “transmissão” desse capital obedece a um trabalho incessante, diário, de longo alcance e às vezes doloroso tanto para os filhos como para os pais (LAHIRE, 2002, p. 29). Aliás, o ambiente familiar deve ofertar um contexto de transmissão para o capital cultural, o que nem sempre se arranja dentro da divisão do trabalho doméstico (LAHIRE, 2012). Ao invés de preconcebermos a homogeneidade do *habitus*, seria teoricamente mais preciso estabelecer até que ponto se observa a sistematicidade das disposições. A coerência interna do *habitus* dependerá muito mais dos *princípios de socialização* (LAHIRE, 2012) nos quais um agente está ou esteve imerso. A pesquisa sociológica deve ser, portanto, uma investigação sobre os modos de socialização. Ademais, Lahire (2012, p. 188) comenta que a socialização educacional no seio familiar não se constitui tão somente através da “transmissão do capital cultural”, mas também por meio de relações com a escrita, com a escola, angústias, humilhações etc., Lahire quer chamar a atenção para esquemas valorativos e atitudinais emergentes destes processos de socialização.

A pluralidade *relativa* das disposições proporciona uma análise mais aproximada da realidade sem, entretanto, pressupor automaticamente a atualização de disposições incorporadas. Esta incoerência do patrimônio de disposições é devida à diversidade de vínculos de pertencimento, matizes e matrizes de socialização nas quais o indivíduo moderno se encontra inserido. Daí sua heterogeneidade constitutiva. Se estamos imersos numa pluralidade de campos referidos a lutas simbólicas específicas, certamente os indivíduos não “investem” afetivamente com a mesma força e vigor nos campos. Os vários campos não são homogêneos e se referem a um conjunto de exigências específicas: “Somos, portanto plurais, diferentes nas diversas situações da vida comum, estranhos às outras partes de nós mesmos, quando estamos investidos em tal ou tal domínio da existência social.” (LAHIRE, 2002, p. 39). A realização das disposições seria, então, tributária do seguinte esquema: o passado incorporado do ator + contexto de atualização. A contingência entre esses dois elementos equivale à heterogeneidade da agência. Para que tenhamos uma teoria da prática mais sofisticada e empiricamente mais refinada, seria preciso confrontar e investigar tanto a força ou a “durabilidade” das disposições referentes a um contexto quanto a sua possibilidade de confirmação ou inibição. Por isso, o deslizamento sutil do *potencialmente* transferível e generalizável à transferência e à generalização *empiricamente constatadas e atestadas* (LAHIRE, 2002). Desse modo, Lahire problematiza tanto a homogeneidade na intensidade das disposições quanto a generalidade das condições de transmissão de regras e disposições, sobretudo, no tocante ao capital cultural necessário ao sucesso escolar.

Aqui, a crítica acertada a Bourdieu se endereça ao fato de que nem sempre disposições são vivenciadas enquanto “transformação de necessidade em virtude” ou como paixão. Então, é tarefa da sociologia explicar o conjunto de dinâmicas que conferem intensidade e extensão às práticas (LAHIRE, 2006). Por certo, para responder a esta pergunta, Lahire admite a possibilidade incessante de aprender ou não novas disposições. Contudo, há uma diferença notável entre as etapas de socialização: será que, mais velhos, podemos aprender uma língua estrangeira com a mesma desenvoltura que uma criança? Ademais, como destacaram Adorno (2003) e Fromm (MACIEL, 2018) a cultura capitalista, com sua indústria cultural e de propaganda, pende à padronização da experiência humana reificando e coisificando nossa identidade. Nossa espontaneidade individual fricciona-se cada vez mais com comportamentos rotinizados objetivamente impostos, sem que nós os percebamos como tal (caráter social do homem médio). Não seria igualmente possível imaginar que a capacidade de desenvolver aspectos heterogêneos das disposições mantém algum tipo de vinculação com as chances de individuação e diferenciação disposicional que o pertencimento de classe lega ao agente?

Neste ponto, temos um feixe de debate importante: de um lado, a abertura total às potencialidades de aprendizado durante a trajetória de um indivíduo; de outro, um pré-condicionamento disposicional primário a depender da posição resultante do entrecruzamento entre posição de classe e família. Tomemos o exemplo da relação entre família e sistema

educacional, sendo a primeira responsável pelo trabalho de inculcação primário e o segundo pelo trabalho pedagógico subsequente (BOURDIEU; PASSERON, 1970). Tal distinção enquadra-se numa síntese entre as práticas engendradas no *habitus* e o trabalho pedagógico educacional. O louvável esforço de Bourdieu em construir uma sociologia institucional do sistema de ensino recai na primazia socializadora do ambiente familiar. A família, localizada numa posição de classe, é a principal responsável pelas desvantagens educacionais incorporadas em práticas e disposições, refletidas posteriormente em posições finais na hierarquia escolar, universitária, ou no mercado de trabalho. Em congruência com esta assertiva, o autor enfatiza a função integradora do *habitus* (BOURDIEU; PASSERON, 1970), sendo todo trabalho pedagógico secundário uma função da distância com relação ao trabalho pedagógico primário (arbitrário cultural original) e seu *habitus* correspondente (BOURDIEU; PASSERON, 1970). Sob este prisma, o contexto familiar de uma classe social torna-se a principal matriz estruturante original de vantagens ou desvantagens. Um exemplo patente deste raciocínio em Bourdieu é observável na principal estratégia de distinção mobilizada pela burguesia de forte formação cultural (os herdeiros): a naturalidade desenvolta (disfarçada de talento) com a cultura legítima. Sob cláusula de precedência, esta última torna-se incorporada no seio familiar, em contraste com a socialização demasiadamente “escolar”, maquinal e rotinizada das classes médias, ou mesmo lacunar da pequena burguesia.

Para Lahire (2012), o problema com este tipo de abordagem repousa em duas vertentes de raciocínio. A primeira delas é que Bourdieu e Passeron (1970), em nome de uma sociologia relacional do sistema educacional, não atentam nos modos específicos de socialização familiar com respeito ao sistema educacional e à cultura escolar. Para compensar isso, permanecem em tipologias descritivas do *habitus*. Eis o impasse. Nas classes populares, podemos citar ao menos três eixos que apontam para os modos de socialização educacional na família, identificados por Lahire.³ Os tipos de punição, o grau de racionalização do cotidiano e os contextos nos quais se trata de afazeres escolares no ambiente familiar. Evitei deliberadamente o termo contexto de transmissão porquanto nem sempre o que se transmite é um “capital cultural”. Os eixos

3 Para um ponto de vista comparativo com as classes médias ver: *Le « métier d'enfant ». Définition sociale de la prime enfance et fonctions différentielles de l'école maternelle*, de Jean-Claude Chamboredon e Jean Prévot. O texto abarca tanto as pré-condições culturais e econômicas sobre as quais as classes médias e dominantes dispõem para dedicarem o tempo materno ao cuidado afetivo e à transmissão do capital cultural, bem como à construção da criança como objeto de um trabalho pedagógico. Por outro lado, ela pode tornar-se sujeito e fonte de curiosidades e expressão singular, que ganham especial valor em modelos institucionais educacionais que adotam procedimentos avaliativos mais flexíveis. O trabalho pedagógico transforma-se em um ato de *negociação* com a criança, ao invés da pura imposição de um arbitrário cultural. Por sua vez, Basil Bernstein mostrou com argúcia como o novo modelo pedagógico no qual o aluno não é mais exclusivamente visto como objeto da comunicação pedagógica – mas também sujeito de interesses e habilidades singulares escolarmente válidas – culminou no beneficiamento de uma nova classe média engajada no setor de serviços de controle simbólico. Ainda que ele não defina precisamente esse termo, não seria impossível imaginar ocupações que dependam de um capital cultural técnico-estético. Ele ainda aponta que este novo *modelo* de trabalho pedagógico estimula o desenvolvimento de estratégias de controle inter e intrapessoal. Outro aspecto central é que, para esta nova classe média, não há a segmentação tão abrupta entre contextos lúdicos e de trabalho, fomentando um tipo de pedagogia implícita e “naturalizada”. Ver Basil Bernstein (1975).

temáticos são interligados. As análises se dão no âmbito de sua pesquisa sobre socialização escolar e familiar nos meios (*milieux*) populares.

No primeiro deles, a punição, Lahire (2012) atesta uma distinção entre tipos de punição. Uma visa, de início, à sanção de uma transgressão; a outra, mais disciplinar, produz efeitos disciplinares mais efetivos. Nota-se que, apesar de normalmente envolver um rito punitivo, as punições corporais (o que não significa a ausência de comunicação) englobam algum tipo de permissividade, seguida de baixa vigilância (LAHIRE, 2012). Sob este espectro, as sanções corporais tratam mais o sintoma (a transgressão de uma regra) e têm baixo potencial preventivo. Normalmente, este tipo de socialização familiar com relação às tarefas escolares obedece a uma contradição performática: há sanções para as crianças quando não cumprem os afazeres escolares, mas os responsáveis são incapazes de servir como “bom exemplo”, ou seja, como portadores de práticas cotidianas escolarmente reconhecidas. Em famílias nas quais há crianças com melhor desempenho escolar, Lahire destaca que a intensidade das sanções que geram autodisciplina é moderada, denotando a compreensão dos responsáveis de que o aprendizado é um processo orientado para o futuro abstrato.

O segundo eixo versa sobre o grau de racionalização do cotidiano. Lahire nota que nas famílias nas quais há um cotidiano racionalizado, as atividades domésticas e escolares são repartidas no tempo. Aqui, observa-se igualmente uma mediação e um uso mais acentuado da linguagem escrita no dia-a-dia (lista de compras, uso do calendário, bilhetes, leitura de livros, etc.). É como se estas famílias gerissem o cotidiano. Em associação com estas configurações familiares, constata-se um antecipado espírito de competição “querer ser o/a melhor da turma”, afinado com a compreensão do sistema educacional como veículo de ascensão social (ABRANTES; AMÂNDIO, 2014, p. 16). Tais ações estratégicas tornam-se precocemente incorporadas nas classes populares analisadas por Bernard Lahire.

Por último, ele examina a teoria da transmissão ou da generalidade de transposição do capital cultural. No tocante aos modos de socialização educacional nas famílias das classes populares, Lahire (2012) sublinha dois alicerces temáticos. Um deles é o fato de que nem sempre o responsável com maior grau de incorporação de capital cultural e escolar encontra-se disponível para “transmitir” e socializar a criança. Aqui, por certo, as condições laborais nas quais pais ou responsáveis se encontram é fator primordial. Além disso, faz-se necessário compreender se o agente socializador dispõe de disposições adequadas. Os pais ou os responsáveis podem ter incorporado um capital cultural escolarmente valorizado, sem, no entanto, desfrutar das habilidades necessárias para transmiti-lo. Uma indagação crítica plausível seria refletir sobre a ausência de uma análise comparativa entre classes, dado que as famílias de classe média estabelecida, como vimos com Chamboredon e Prévot (1973), dispõem de condições econômicas (tempo fora do trabalho) e culturais (maior desenvoltura com a cultura escolar) mais confortáveis para agir pedagogicamente em relação às crianças.

Lahire então analisa como as experiências escolares progressas dos pais ou responsáveis condicionam a socialização educacional dentro do ambiente familiar. Com isso, descobre-se que um sentimento de forte frustração educacional, ainda que seja uma breve experiência com a cultura escolar, pode exibir efeitos mais perversos do que em pais e responsáveis analfabetos (LAHIRE, 2012). Com o estabelecimento de elos afetivos e disciplinares cotidianos, mesmo que os pais e responsáveis não entendam totalmente o que seus filhos fazem na escola, uma experiência positiva pode emergir em verbalizações e conversas nas quais a admiração dos pais pode se reverter em autoestima para a criança.

Ao considerarmos a sociologia da educação em Lahire, Bourdieu e Passeron, chegamos à conclusão de que, conquanto não sejam completamente antagônicos, os focos da análise são dessemelhantes. Enquanto Bourdieu e Passeron (1970) buscam uma sociologia do sistema de ensino e seu complexo institucional, cuja reprodução de desigualdades de classe na origem torna-se obnubilada pelos procedimentos de seleção e avaliação, Lahire (2012) envereda pela questão das desigualdades educacionais a partir de uma sociologia dos modos de socialização com a cultura escolar nos ambientes familiares. De certa maneira, se Bourdieu e Passeron ponderam de maneira mais veemente sobre as determinantes sistêmicas e institucionais da desigualdade, o enfoque notadamente disposicionalista de Lahire – também inspirado por estudos de figurações iniciados por Norbert Elias e Scotson (1993) – abre mais espaço para análise de contextos perpassados por contingências. Com isso, privilegia-se uma sociologia dos processos. Os eventuais descaminhos de uma trajetória podem, ou não, confirmar desvantagens de origem de classe.

A finalidade principal da seção foi demonstrar a fragilidade da concepção de Bourdieu (1979) acerca da linearidade total e do excessivo poder integrador do *habitus*. Num segundo momento, Lahire (2001a), conquanto essencialmente não contradiga Bourdieu, demonstra, em seu livro sobre o sucesso escolar nas classes trabalhadoras, que a socialização familiar de classe engloba mais do que a transmissão do capital cultural. Com isso, torna-se factível ponderar criticamente a respeito da sobredeterminação da socialização familiar de classe. Este raciocínio se confirma, sobretudo, no tocante ao seu poder de restrição de chances de vida futuras na trajetória de um agente.

Variação intraindividual e multidimensionalidade da desigualdade

Nesta seção vamos discutir as dificuldades de uma teorização de uma dominação simbólica global do ponto de vista da sociologia em escala individual, que por definição busca apreender a heterogeneidade relativa das disposições. Também arrolaremos o debate acerca da multidimensionalidade da desigualdade, refletida na teoria dos campos de Bourdieu. No entanto, embora sensível à diferenciação dos campos, cremos que sua concepção tende a postular uma correspondência entre a primazia da socialização familiar de classe e o reforço mútuo da estrutura de dominação encontrada nos campos.

O tema da dominação social é recorrente na sociologia. Pierre Bourdieu procurou introduzir conceitos como *habitus*, campo e espaço social, de modo a conciliar a dimensão institucionalizada e a cotidiana, mediada por interações intersubjetivas e processo de socialização.

Este é o caráter propriamente genético ou genealógico da sociologia bourdieusiana, que aventou explicar por que o mundo se dá desta maneira e não de outra. A dominação evolui no cotidiano a partir de lutas simbólicas nele ancoradas. Uma sociologia que pretende construir categorias para apreender a estruturação histórica do mundo social é ela própria igualmente tributária, assim, da formulação dos princípios ou condições sociais da produção da representação legítima. Por isso, a inclusão da contingência sócio-histórica na noção de estrutura social conduz Bourdieu a explicitar as condições de produção histórico-sociais da dominação. Assim, ele empreende uma crítica à sociologia espontânea que, não questionando a gênese política e histórica de seus próprios conceitos, permanece analiticamente superficial. Pode-se assegurar, então, que além de situada e dependente de condições históricas específicas à sua imposição, a dominação simbólica contém uma cláusula de arbitrariedade. Portanto, a luta e a dominação simbólica consistem efetivamente nos meios com os quais as classes dirigentes dispõem para controlar e impor certa visão de mundo culturalmente ancorada e tacitamente operante por meio de procedimentos institucionalizados, como acontece no sistema educacional. Sob este espectro, não há propriamente um valor intrínseco ao estilo de vida e ao gosto burguês.⁴ Em contraste, sua significância reside na sua aparente universalidade, que dissimula as condições de acesso ao uso e à prática habilidosa de suas regras. Não por acaso, a maneira mais eficaz de imposição simbólica de uma classe a outra é produzir o reconhecimento subentendido e inquestionável das regras, convenções, práticas e condutas que compõem os gostos, os estilos de vida, esquemas de classificação e pensamento das classes dominantes. Sua cristalização em procedimentos institucionalizados contribui à aceitação das regras do jogo social sem o devido conhecimento de suas regras e cláusulas pétreas. Assim sendo, as classes dominadas contribuem de modo pré-reflexivo à sua própria dominação.

Apesar de a sociologia bourdieusiana da dominação simbólica ter exercido impacto em Lahire, sua sociologia busca conciliá-la com o plano das variações intraindividuais. Decerto, embora jamais negue a existência de desigualdades de classe, constitutivas de qualquer sociedade moderna, sua atenção se endereça a processos de socialização que não podem ser *diretamente* imputados à luta simbólica de classes. Em certo sentido, podem até mesmo desafia-los. Consequentemente, o cientista social deve começar por “(...) examinar as diferenças internas de cada indivíduo (variações intraindividuais) antes de mudar o ângulo de visão e de focar as diferenças entre classes sociais (variações interclasses)” (LAHIRE, 2006, p.17). Nessa passagem, Lahire esmiúça justamente uma propositura teórica na qual o patrimônio de

4 Certamente não está na alçada de Bourdieu (1979) desvalorizar por completo a cultura burguesa, mas apontar para o diagnóstico de que, no presente período histórico de seu desenvolvimento, ela prima pela reprodução de um letramento fútil e pelo erudicionismo vazio, sobretudo, no campo acadêmico.

disposições do agente, além de não necessariamente compor uma unidade lógica tampouco empírica, não pode ser totalmente inferido de comportamentos herdados na posição original de classe. Do ponto de vista histórico e comparativo, apesar de a generalização de direitos sociais e a expansão educacional em países sociais-democratas não terem abolido a desigualdade no seio da origem de classe, ela proporcionou a flexibilização de seus mecanismos de tal modo que nem as disposições, nem a identidade e tampouco a trajetória dos agentes se conformam ao princípio unificado contido no contexto familiar de sua classe de origem. Como resultante, torna-se plausível certo afrouxamento na correlação entre formas de desigualdade de origem, reproduzidas em subsistemas funcionalmente diferenciados, campos relativamente autônomos e a formação de tendência à ação. Estas diferentes formas de desigualdade de origem consistem em desvantagens educacionais, econômicas, familiares, de consumo cultural, em relações pessoais capitalizáveis, acesso à saúde, desigualdade de gênero, raça, etc., de modo que nenhuma destas searas possa ser reduzida restritamente à outra, pois operam como regras e normas relativamente especializadas. Assim sendo, o desacoplamento *parcial* (e jamais total) entre, de um lado, as etapas primárias da socialização de classe nos campos e esferas de ação, as condições objetivas iniciais que se apresentam a um agente; e, de outro, o feixe de limites e possibilidades de sua trajetória, condicionados pela espécie e pelo volume dos capitais incorporados ou obtidos, confere maior relevância sociológica às variações individuais. Para Lahire (2001a), parece haver mais uma fundamentação teórico-metodológica. Enquanto a motivação metodológica orbita em torno da necessidade de vigilância epistemológica quanto à estabilidade de comportamentos incorporados durante uma trajetória, a teórica visa evitar *generalizações abusivas*, nas quais o cientista social pressupõe de antemão a harmonia sistêmica entre as disposições nos campos relativamente diferenciados (LAHIRE, 2001b).

Se Bourdieu (1979, 1970) oferece um modelo de socialização de classe baseado em esquemas mentais e de comportamento herdados na família, os quais se encontram num feixe de limites e possibilidades na hierarquia de classes, Lahire (2012) busca compreender a socialização primária de classe não mais como sobredeterminação de chances futuras. Para tanto, faz-se necessário recuperar uma sociologia disposicionalista e dos modos de socialização, em vez de inferi-los de seus efeitos institucionalizados.

Bourdieu (1993) ainda aplica o conceito de campo ao ambiente familiar no qual há constantes relações de força e conservação. Afirma-a, portanto, como lócus de luta por interesses. Parece-nos que muito embora operantes, tais funções sociais necessitam de um lastro moral objetivado (já independente de eventuais variações contextuais e psicológicas) sobre o qual tais disputas podem tomar lugar (HONNETH, 2012). Por lastro moral familiar entendemos a consolidação de práticas baseadas no cuidado afetivo, na incorporação profunda de disposições disciplinares e no senso de responsabilidade mútua entre os membros. Tratam-se de etapas absolutamente fundamentais na consolidação de uma relação prática positiva dos agentes consigo, calcada em confiança e autoestima. Daí sua abrangência transclassista. Em acordo com

Honneth, Lahire (2012) parece estar mais sensível a esta dimensão, muito embora não ofereça uma teoria social que contribua à percepção da moderna função normativa da organização familiar na formação do indivíduo.

Isto posto, o debate entre Bourdieu e Lahire acerca da reprodução da desigualdade de classes aponta tanto para sua multidimensionalidade, na qual um fator isolado não serve de causa única aplicável a todos os fenômenos sociologicamente relevantes, quanto para a dinâmica entre o passado social e a contingência das variações intraindividuais. Em face disso, um patrimônio de disposições comporta um conjunto de práticas e comportamentos capitalizáveis, ou não, nos campos relativamente autônomos, nos quais podem vir a se friccionar com vantagens e desvantagens angariadas na origem familiar de classe.

A teoria da dominação simbólica de Bourdieu (1979) congrega a dimensão histórica ao seu caráter multidimensional, uma vez que se reproduz em domínios de ação relativamente autônomos, a saber, os campos. Neste registro, os campos constituem regimes de ação com regras diferenciadas entre si. Não obstante, em Bourdieu, apesar de serem regimes relativamente autônomos, os campos exibem uma estrutura comum, detalhada por Lahire (2001b). Eles consistem, pois, em arenas de batalhas simbólicas e culturais pela distinção e pelo controle das espécies de capitais, sendo o espaço social sua representação abstrata (BOURDIEU, 1979). A teoria dos campos assinala, então, a resposta de Bourdieu à completa impossibilidade de explicar corretamente o poder e a dominação simbólica em sociedades modernas sem uma teoria da diferenciação social. A ideia de autonomia relativa, ou seja, de que cada campo cria regras, procedimentos próprios, implicando padrões de disposições e *habitus* especializados, não significa que não haja a possibilidade de interpenetração dos campos e efeitos de homologia. Entretanto, o que nos parece mais problemático é a sutil unidade da desigualdade que perpassa todos os campos. Em congruência com a primazia da socialização familiar de classe, tem-se a impressão de inevitável reforço mútuo da dominação em todos os campos, o que de modo algum trai a força integradora do *habitus* de classe em relação às disposições.

Em texto sobre classes sociais, Niklas Luhmann (1985) oferta-nos uma perspectiva consequente a respeito do elo entre classes sociais e a inevitável multidimensionalidade da desigualdade em sociedades modernas, ou seja, entre diferenciação funcional e estratificação social. Conquanto ignore a dimensão das disposições, há uma nuance com relação à visão de Bourdieu. Segundo o autor, o critério fundamental para formação das classes é saber se privações e desvantagens num determinado aspecto da vida (renda, prestígio, saúde, educação, assistência familiar, etc.) conformam-se em prováveis privações e desvantagens noutras dimensões (LUHMANN, 1985). Em certo sentido, a modernidade funda tanto a estratificação social em termos de classe quanto livra o indivíduo da determinação religiosa de suas ações (LUHMANN, 1985). Por conseguinte, se nas sociedades modernas – funcionalmente diferenciadas – os símbolos e emblemas responsáveis pela demarcação da origem social não funcionam mais como critério primário de distinção social, a formação das classes sociais e a expressão das vantagens

ou desvantagens correlatas tornam-se crescentemente opacas em contextos de interação face a face (LUHMANN, 1985). Sob este prisma, tais hierarquias de *status* e de origem social perdem seu poder de regular, de modo *imediato* e *explícito*, as interações intersubjetivas (LUHMANN, 1985). Regras e procedimentos institucionais passam a operar a partir do princípio da igualdade formal, engendrando não apenas a *illusio* da meritocracia na qual se dissimulam vantagens de origem de classe, mas um contexto efetivo para ação. Seria possível pensar em procedimentos institucionais impessoalizados apenas sob a chave da *illusio*, de modo a encobrir a dominação simbólica? Ou será que o princípio da igualdade formal é condição operacional necessária ao funcionamento das instituições modernas? Como se desenrolaria a relação entre disposições, instituições, se a cada momento procedimental houvesse a rememoração do poder simbólico implícito ao contexto?

Podemos extrair duas consequências possíveis do diagnóstico de Luhmann: a) a primeira, sobre a qual Bourdieu ergue toda sua sociologia, a saber: o princípio de não transparência da operação e dos procedimentos impessoais responsáveis pela reprodução da desigualdade, dado que os agentes investem afetivamente em seu sucesso nos campos e instituições; b) a segunda – contrária à primeira – reside na *relativa* indeterminação dos contextos de interação face a face devido ao fato de que a explicitação de símbolos distintivos não opera mais como critério primário, tampouco único de seleção e desclassificação social. É precisamente nesta zona ulterior que práticas e disposições, reafirmadas sucessivamente em contextos de atualização, ou em vigília (LAHIRE, 2001a), podem produzir caminhos divergentes daqueles previstos pela origem de classe.

Para Luhmann, por exemplo, a formação da desigualdade de classes consiste na maneira pela qual um conjunto de desvantagens de origem num subsistema funcionalmente diferenciado circunscreve (*Umschreiben*) e pode vir a prescrever um conjunto de condições desfavoráveis noutro subsistema. Não se trata apenas de igualdade de chances, mas no: “ (...) entrelaçamento (*Bündelung*) e no fortalecimento mútuo de tais tendências para a construção da desigualdade. Não se trata apenas de desigualdades como tal, mas de sua interdependência as quais podem ser identificadas como ‘classe’ (...) ” (LUHMANN, 1985, p. 144). O problema posto por Luhmann, embora despido de uma sociologia disposicionalista, parece-nos muito semelhante ao questionamento de Lahire (2001b) acerca da pressuposição de transferência (*transponibilité*) e generalidade de um patrimônio de disposições. Dito de outro modo: em qual medida e extensão condições desfavoráveis e desvantajosas num campo ou subsistema funcionalmente diferenciado têm a capacidade de se “transferirem” para outros subsistemas, esferas de valor e campos? Ou então, a partir da terminologia lahiriana: em qual medida um patrimônio de disposições, formado num campo, torna-se generalizável à formação do gosto noutro campo? (LAHIRE, 2001b). Neste particular, parece-nos que, para Bourdieu (1979), a conciliação entre a multidimensionalidade da desigualdade, uma teoria de classes e da dominação simbólica de longo alcance ocorre justamente pela tendência geral de transposição das práticas e posições relativas de um campo ao outro.

Há uma diferença de perspectivas. Para Bourdieu, a desigualdade de classe produzida na socialização familiar com o capital cultural e econômico consta como princípio geral de desvantagem nos campos, que embora operando com regras e normas relativamente autônomas, reforçam-se mutuamente. Com esse princípio geral de socialização, torna-se possível conciliar a multidimensionalidade da desigualdade com uma teoria social de longo alcance. Do contrário, seria impossível desenhar a representação abstrata da desigualdade, o conceito de espaço social. Não por acaso, as elites se caracterizam como aquelas capazes de mobilizar e concentrar capital cultural, econômico e social (espécies de capital) em alto volume. Muito embora as espécies de capital envolvam campos de capitalização operando em lógicas distintas, elas tendem a se reforçar mutuamente, formando um circuito de poder, ou o que Bourdieu chama de divisão do trabalho de dominação (BOURDIEU, 2000). Já em Luhmann (1985), a caracterização da desigualdade de classes é a resultante da interdependência relacional de condições desvantajosas ou de exclusão nos subsistemas funcionalmente diferenciados. A formação das classes sociais é produzida por um efeito resultante da acumulação comprovável de desvantagens sucessivas nos sistemas funcionalmente diferenciados, uma vez que a vulnerabilidade econômica circunscreve exclusão escolar que, por sua vez, influencia uma posição precária no mercado de trabalho. Conquanto a teoria de Bourdieu explique fenômenos de reprodução social da desigualdade de classes com mais precisão, a de Luhmann nos abre um caminho para compreender, de um lado a dinâmica de circunscrição de formas funcionalmente diferenciadas de desigualdade na formação das classes e, de outro, fenômenos nos quais a formação das classes implica algum grau de indeterminação. A seguir faremos um balanço conclusivo da discussão, com a finalidade de buscar caminhos que possam apontar para uma direção sintética.

Balanço conclusivo

Este artigo buscou problematizar três categorias de questões: a) a relação entre a formação das classes sociais e os processos de socialização de seus agentes; b) o liame entre origem familiar de classe e variações intraindividuais, uma vez que as últimas podem se tornar cruciais em momentos contingentes; c) ainda ao final da mesma seção discutimos como Bourdieu e Luhmann respondem à conciliação teórica entre diferenciação e desigualdade social.

Para Bernard Lahire (2001a, 2001b, 2012), a tarefa da sociologia disposicionalista é compor quadros analíticos empiricamente mais sofisticados, porquanto as variações intraindividuais devem contar como fator tão fundamental quanto a origem de classe. Ademais, o afrouxamento parcial entre as desigualdades reproduzidas na origem familiar e disposições, incorporada sem situações posteriores da trajetória do agente, permite maior significância às variações intraindividuais.

Em seguida discutimos o conceito de família introduzido por Bourdieu (1979, 1993). Identificamos a insuficiência de sua definição, destacando a família como ambiente de conflitos

e de luta por interesses, sem perceber sua função normativa nas sociedades modernas. Ela centra-se em três pilares: 1) na introdução de um senso de responsabilidade mútua entre os membros; 2) na incorporação de comportamentos disciplinares; 3) e no cuidado afetivo. São etapas absolutamente fundamentais na instauração de uma autorrelação prática positiva dos agentes, baseada em confiança e autoestima. Esta função socializadora tem igual relevância nos desdobramentos futuros nas trajetórias dos agentes. Apontamos então, introdutoriamente, as recentes características assumidas pela família e pressupostas no conceito aplicado por Bourdieu.

Por fim, juntamos o questionamento do desacoplamento *parcial* entre origem familiar de classe e ação social ao debate acerca da multidimensionalidade da desigualdade social. Tanto a flexibilização na relação entre origem de classe e ação social permite maior relevância das variações intraindividuais na trajetória dos atores quanto a concepção de desigualdade social como acumulação de desvantagens enfraquece a ideia da socialização familiar de classe como elemento sobredeterminante. Certamente, em sociedades periféricas e com extrema desigualdade como a brasileira, a formação das classes sociais exibe forte circunscrição de desvantagens em diferentes aspectos, sobretudo, o econômico, o educacional, o familiar e na saúde. Contudo, a desigualdade de classes brasileira não é estática, tampouco deve ser hipostasiada.

Seria ainda possível se perguntar pelo potencial real de circunscrição de desvantagens legadas pela socialização familiar primária. Ou seja: em vez de pressupor a correspondência entre a socialização familiar de classe e o reforço mútuo da dominação simbólica nos campos relativamente autônomos, a questão se endereçaria ao seguinte: qual o poder de circunscrição de desvantagens ou vantagens angariadas num contexto familiar de classe? Qual é a extensão do seu poder heurístico? Assim sendo, nosso intento foi contrapor a tese da variação intraindividual e da multidimensionalidade sistêmica da desigualdade ao modelo baseado na origem familiar de classe.

A finalidade central do artigo foi indagar criticamente o modelo teórico baseado na primazia unilateral da socialização primária na organização familiar, que, por sua vez, pode ser reenviada a uma posição de classe. Com isso, questionamos a tendência geral de reforço mútuo da dominação simbólica nos campos, muito embora constituam regras, procedimentos e valores específicos e relativamente autônomos. A reflexão crítica partiu tanto dos desenvolvimentos da sociologia disposicionalista de Lahire (2001a) quanto da concepção multidimensional de Luhmann (1985), que apresenta uma nuance importante na conciliação entre diferenciação funcional e estratificação social. Lahire apresenta recursos que questionam a sobredeterminação da família no sucesso escolar, enquanto Luhmann encara a multidimensionalidade da desigualdade como circunscrição de desvantagens (ou vantagens), em vez de se fiar no reforço mútuo da dominação simbólica e econômica, inscrita nos campos relativamente autônomos.

Referências

- ABRANTES, P.; AMÂNDIO, S. Bernard Lahire e a sociologia da educação portuguesa. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 42, p. 7-25, 2014.
- ADORNO, W. T. **Soziologische Schriften I**. Berlin: Suhrkamp, Band I, 2003.
- BERNSTEIN, B. **Towards a theory of educational transmission**. London/NewYork: Routledge, 1975.
- BOURDIEU, P. **Algérie 60: structures économiques et structures temporelles**. Paris : Les Éditions de Minuit, 1977.
- BOURDIEU, P. **La Distinction: critique social du jugement**. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. **Pascalian Meditations**. Stanford: Standford University Press, 2000.
- BOURDIEU, P. À propos de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris/Liège, v. 100, p. 32-36, dez. 1993. Disponível em: <http://www.persee.fr>. Acesso em : 13 out. 2010.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Paris: Éditions de Minuit, 1970.
- CHAMBOREDON J.-C ; PREVOT, J. « Le métier d'enfant »: Définition sociale de la prime enfance et fonctions différentielles de l'école maternelle. **Revue française de sociologie**, Paris/Liège, v. 14, n. 3, p. 295-335, 1973. Disponível em: <http://www.persee.fr>. Acesso em: 10 out. 2011
- ELIAS, N; SCOTSON, J. **Etablierte und Außenseiter**. Erste Auflage. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Verlag, 1993.
- FROMM, Erich. Psychologische Aspekte zur Frage eines garantierten Einkommens für alle. In: FUNK, Rainer (org.). **Gestamtausgabe in zwölf Bänden**. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1999. p.309-316
- HONNETH, A. **Kampf um Anerkennung**, 7 Auflage, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2012.
- LAHIRE, B. De la Théorie de l'habitus à une sociologie psychologique. In: LAHIRE, B. (org.). **Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques**. Paris: La Découverte, 2001a. p. 123-152
- LAHIRE, B. Hors-Champ, Contrechamp. In: LAHIRE, B. **Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques**. Paris: La Découverte, 2001b. p. 23-57
- LAHIRE, B. **Tableaux de familles: Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires**. Paris: Éditions Gallimard/Le Seuil, 2012.
- LAHIRE, B. **Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002
- LAHIRE, B. **A Cultura dos Indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LUHMANN, N. Zum Begriff der sozialen Klasse. In: LUHMANN, N. (org.). **Soziale Differenzierung: Zur Geschichte einer Idee**. Erste Auflage, Opladen: Westdeutscher: Verlag GmbH, 1985.
- MACIEL F. Erich Fromm and the Culture of Contemporary Capitalism. In: SECOND INTERNATIONAL ERICH FROMM RESEARCH CONFERENCE, 2, 2018, Berlim. **Fromm Forum**. Tuebingen: Selbstverlag, 2019. p. 58-69.

Recebido em: 12/12/2018

Aceito em: 16/01/2019

**DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE:
sucesso escolar e qualidade de vida de jovens de classe popular**

**FROM SUBURB TO THE UNIVERSITY:
educational success and quality of life of popular class' young people**

Patricia Bandeira de Melo*
NathIELly Darcy Ribeiro Araújo**

Resumo

Este artigo discute as transformações na vida de jovens através do sucesso escolar. A partir da perspectiva lahireana da sociologia em escala individual, observamos a trajetória de vida de alguns jovens até a conclusão do ensino superior no Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, cidade da zona da mata de Pernambuco, implantada a partir do projeto de interiorização das universidades públicas federais durante os governos do PT, entre 2010 e 2014. É frequente notarmos nas classes populares a chamada *escolha do possível*, que ocorre quando, na condição de que não haja possibilidade de realização do curso superior nas cidades onde a maioria das universidades se concentra, muitos indivíduos de municípios do interior não dispõem das condições de realização de uma graduação, optando por cursos técnicos ou mesmo sem sequer alimentarem anseios de cursar a universidade. Com o processo de interiorização das instituições de ensino público superior, o acesso facilitado à universidade pública e gratuita promoveu uma mudança no perfil de estudantes universitários de municípios interioranos. O objetivo foi de analisar em que medida os saberes escolares se reverteram em mudanças na qualidade de vida desses indivíduos, convertendo-se no que se chama de sucesso escolar, o que demonstra o impacto positivo do processo de interiorização. **Palavras-chave:** Educação. Sucesso Escolar. Sociologia à escala individual. Capital cultural e escolar.

Abstract

This article examines the life changes of young university students through educational success. We notice the life path of some young students until the achievement of higher education in Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão [College Center in Vitória de Santo Antão city, Pernambuco, Brazil], from the lahirean perspective by sociology on an individual scale. This higher educational center was placed during the project of implementation of new federal universities in the Northeast of Brazil, between the years 2010 to 2014, during the Lula and Dilma Rousseff governments. We often notice in popular classes the so-called *choice of possible*, which arises when many individuals from inner cities in Brazil do not have the conditions to be undergraduated because of the attendance of universities only in big cities - many of these students without even feeding the dream of higher education. After the implementation of public and free-of-charge universities in inner cities, we observe a change in the university students profile of these cities because of the facilities in the access to higher education. The aim of this article was to analyze the extent to which school knowledge has reverted to changes in the quality of life of these individuals, becoming what is called educational success, which reveals the positive impact of the internalization process. **Keywords:** Education. Educational Success. Sociology on an individual scale. Cultural and Educational Capital.

* Pesquisadora titular do Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (NEES/Fundaj) e professora do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO/Fundaj), colaboradora do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMED), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Doutora em sociologia e mestre em comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com pós-doutoramento em curso (2019-2020) no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-ISCTE-IUL). E-mail: patricia.bandeira.melo@hotmail.com.

** Doutoranda em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, mestra em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, professora do grupo UNIBRA/IBGM e integrante do coletivo Liberta Elas. E-mail: nathIELly13@yahoo.com.br.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar as condições sociais e econômicas dos indivíduos egressos de cursos superiores das instituições públicas federais no interior de Pernambuco. A ideia foi de observar se o sucesso escolar foi alcançado, revertendo-se em melhoria na qualidade de vida de estudantes egressos dos *campi* localizados no interior do Estado. Para isso, utilizando-se da perspectiva teórica da sociologia em escala individual de Bernard Lahire, concentramos o nosso estudo em um grupo de três alunos, aprofundando o trabalho na trajetória de vida do jovem *David*¹, à época da pesquisa, doutorando em Enfermagem.

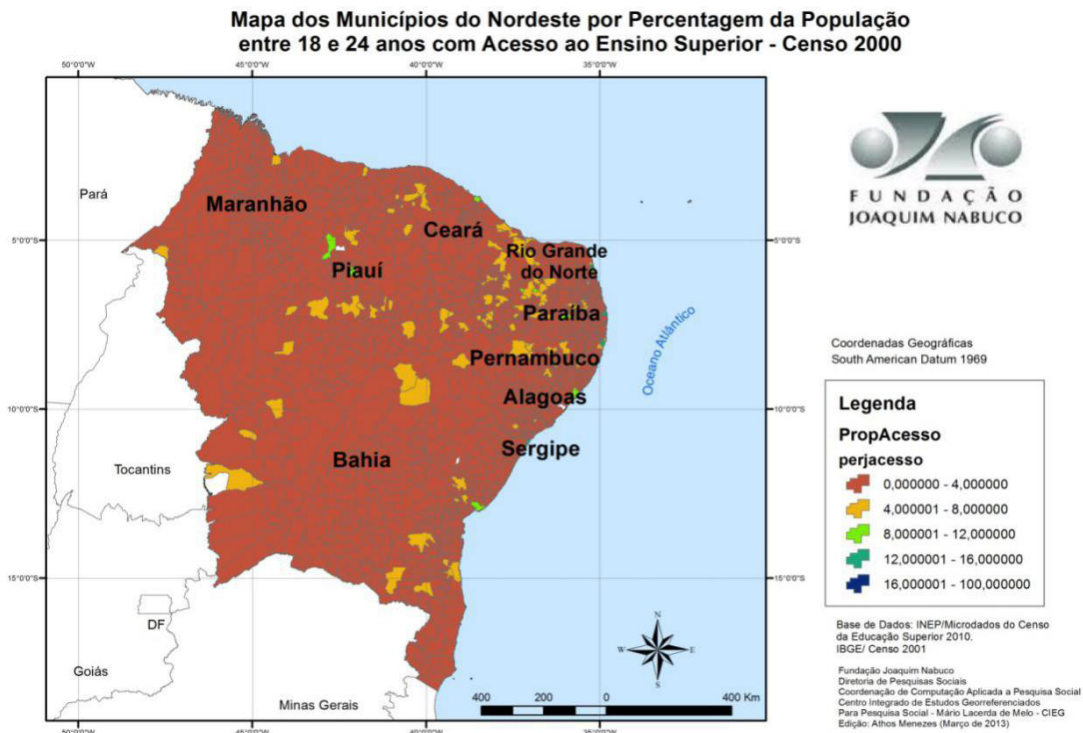
Foi nosso intuito detectar se as escolhas dos cursos realizados decorreram da seleção entre as opções ofertadas em cada *campus* ou se resultou de uma opção pelo gosto, refletindo, assim, a *escolha do possível*: pelas ofertas de cursos, pelas chances de aprovação ou como resultado do gosto, conduzindo à realização de um sonho. Almejamos saber se, antes de deter as condições de possibilidade de cursar uma universidade, estes indivíduos desejavam ingressar num curso superior ou se esse anseio surgiu após a implantação dos novos *campi*, identificando práticas distintivas desses jovens em seus espaços de estilo de vida como decorrência do capital cultural incorporado (BOURDIEU, 2007) durante o ensino superior.

O processo de interiorização das universidades no Brasil não é um processo recente. Já durante o período da ditadura militar de 1964, algumas universidades foram criadas em municípios do interior, a exemplo de Campina Grande, na Paraíba. Esse processo, porém, foi pontual e não prosseguiu nas décadas seguintes. Nos municípios do interior do Nordeste, até o ano 2000, a população de 18 a 24 anos tinha acesso reduzido ao ensino superior, concentrado nas capitais, conforme pode ser observado no Mapa 1 a seguir.

A mancha vermelha do Mapa 1 exhibe o baixo acesso de jovens ao ensino superior na região, com as pequenas marcas amarelas indicando um percentual de acesso à universidade pública de até 8% de jovens entre 18 e 24 anos. Conforme a legenda, concentrações superiores a este percentual são praticamente imperceptíveis e estão centralizadas nas grandes cidades e nas capitais. Com o passar dos anos, o cenário adquiriu outra configuração, a partir do governo Lula (2003-2011). A nova gestão do sistema de educação pública federal partiu da perspectiva de desenvolvimento social (BRASIL, 2009), e o processo de interiorização foi retomado dentro do discurso da redução das desigualdades sociais e regionais, alterando-se a disposição do acesso ao ensino superior e permitindo que indivíduos que sequer sonharam em ingressar numa universidade tivessem acesso a ela. Nesse período, estudantes com renda de até dois salários mínimos ingressaram em instituições instaladas nos municípios do interior. O Mapa 2 expõe a reconfiguração da admissão no ensino público superior no Nordeste:

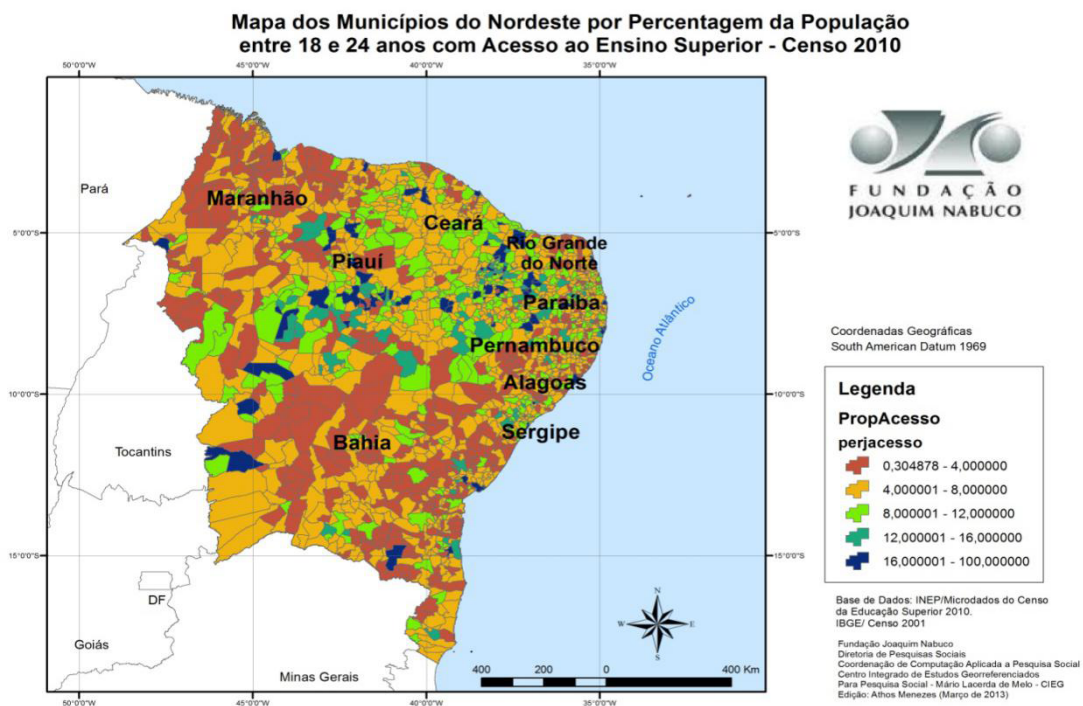
¹ Foram utilizados apenas os primeiros nomes dos estudantes entrevistados.

Mapa 1 - Concentração do ensino superior até os anos 2000 no Nordeste



FONTE: Centro de Georreferenciamento da Fundação Joaquim Nabuco, 2014.

Mapa 2 - Distribuição do acesso às universidades federais após 2010



FONTE: Centro de Georreferenciamento da Fundação Joaquim Nabuco, 2014.

O colorido do Mapa 2 mostra a nova constituição do acesso ao ensino superior no Nordeste. A cor azul indica o percentual mais elevado de ingresso de jovens entre 18 e 24 anos nas instituições de ensino público superior, na faixa acima dos 16%. O mapa multicolor exibe como o processo de interiorização começa a integrar o jovem à universidade pública, reduzindo a concentração nas grandes cidades, como realçava o mapa anterior. Esse fenômeno exigiu um estudo que fosse além dos dados estatísticos de concentração populacional, tentando entender a percepção dos indivíduos acerca desta nova configuração social.

O caso do jovem José é interessante. Ele viu o Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (CAV) nascer: o prédio foi cedido pela prefeitura do município, em condições ainda precárias: *“Tudo veio depois[...]. Eu lembro que tinha o dinheiro para comprar os livros, mas não tinha a biblioteca, teve que fazer uma reforma. As outras coisas foram surgindo depois [...]. Eu tinha que ir ao Recife para buscar os livros, me nomearam representante de turma”*. Segundo ele, nem batas para as aulas eram vendidas na cidade, mas, nos anos seguintes à instalação do centro acadêmico, Vitória desenvolveu-se junto à universidade: *“A cidade está crescendo cada vez mais [...], agora tem até fábrica de fraldas”*.

A maioria dos alunos que passaram a ter acesso ao ensino superior pertence a classes populares, como José, Geneseli e David - que compõem o *corpus* desse artigo -, indicando que a política de interiorização das instituições federais de ensino superior (IFEs) tem alcançado seus objetivos de expansão do acesso à universidade. Isso não quer dizer que não houve problemas: a política vem acompanhada também de um processo de mudança que atinge a concepção do papel do Estado para a área. Essas ações mudam a compleição do sistema de educação superior ao priorizar o aumento de vagas nas instituições federais, desconcentrando a concorrência por vagas nas universidades. É importante frisar, entretanto, que nem todas as mudanças engendradas pelo fenômeno são perceptíveis de imediato, refletindo em impactos de longo prazo, muitos dos quais não são objeto desse artigo.

Observar uma mudança estrutural à escala individual

Analisar sociologicamente o plano individual é de certa maneira investigá-lo do ponto de vista coletivo, isto é, considerando a relação contínua entre diferentes escalas do social. Seguindo a lógica de Lahire (2005), um dispositivo metodológico desse tipo permite estudar as disposições sociais e o grau de heterogeneidade ou homogeneidade do patrimônio de disposições incorporadas. Embora Lahire estabeleça diferenças em relação a Bourdieu, parece-nos que o diálogo entre ambos nos oferece ferramentas iluminativas capazes de empreender uma análise sociológica das disposições e das condições da sua exteriorização.

Na lógica da sociologia em escala individual, escolhemos aplicar os questionários a três indivíduos. Desses, um passou para o segundo momento da pesquisa, com as entrevistas em profundidade feitas repetidas vezes com o mesmo jovem como forma de observá-lo em diferentes

contextos de práticas, tensionando e confirmando informações. Essas entrevistas funcionam como base de acesso aos dados sobre as condições de vida dos egressos, antes e após a conclusão do curso universitário, verificando a sua trajetória de vida, as condições familiares e sociais antes e após iniciar o curso superior, questionando qual o rendimento e qual o ramo de atuação após a aquisição do diploma, o que permite a comparação entre as condições atuais e as condições anteriores de existência. Assim, as enquetes mapearam elementos que, se combinados, apontam o caminho para a montagem do esquema de disposições desses indivíduos, cujo sentido torna-se completo ao se levar em consideração as relações entre o agente individual e a sociedade: família, escola, universidade e trabalho.

Para fazer uso dessa metodologia de pesquisa, é necessário entendermos o conceito de disposição, esclarecida por Bourdieu (2004) no conceito de *habitus*. As disposições seriam realidades pré-reflexivas interpretativamente apreensíveis ao analisar a trajetória do indivíduo, capaz de revelar a gênese das inclinações para agir como se age. As disposições, nesse sentido, não são entidades objetivas, mas se revelam por meio daquilo que produzem, isto é, das práticas sociais. Em Lahire (2005), o agente individual é visto não como detentor de um *habitus*, mas de um patrimônio de disposições plurais.

Oliveira (2013, p. 17) esclarece que “em função da complexidade das disposições, o pesquisador tem que fazer o entrecruzamento desse emaranhado de influências para que possa buscar as origens das variações que quer identificar e entender como se realizam inconscientemente”. À luz dessa combinação teórica, pretendeu-se aqui entender as disposições dos egressos dos cursos superiores das universidades do interior, buscando reconstruir o emaranhado de disposições, atento para o fato de que “o mais singular dos traços de uma pessoa só se pode compreender se reconstruirmos o ‘tecido de imbricações sociais’ na qual ela está inserida, e de que apreender os comportamentos de um indivíduo supõe a reconstrução dos desejos que ele tenta satisfazer.” (LAHIRE, 2005, p. 16).

Trabalhamos, portanto, com uma variação da escala de observação, através de uma apropriação da realidade que busca romper hábitos metodológicos rotineiros. “Se não quisermos voltar a sistemas da ilusão realista e, segundo Bourdieu, deslizar do modelo de realidade para a realidade do modelo, por vezes é preciso saber mudar de modelo.” (LAHIRE, 2004). Esse tipo de procedimento enquadra a inventividade metodológica, trazendo a “variação das escalas de observação”, gerando novas formas de conhecimento específicas. Esse método tem ainda como vantagem subordinar a análise do pesquisador ao indivíduo. Como partimos da sociologia reflexiva, o leitor pode ter a impressão de localizar o objeto por trás da sua construção (LAHIRE, 2004).

Dessa maneira, almejamos construir a trajetória de alguns egressos do ensino superior da IFEs criada após o processo de interiorização, com renda de até dois salários mínimos, provenientes de Vitória de Santo Antão. Vitória é um município da Zona da Mata de Pernambuco, localizado a 50 quilômetros do Recife e foi selecionado por apresentar um percentual alto de ingresso ao ensino superior de estudantes com renda de até dois salários mínimos, atendendo

ao nosso pressuposto. As trajetórias de vida foram reconstruídas para atingir os círculos de socialização dos indivíduos estudados e, no caso de David – considerado o período que vai da ausência do diploma à sua conquista –, para perceber em que medida a trajetória alterou as suas preferências materiais e simbólicas. Observamos como o acesso à universidade contribuiu para a atualização disposicional dos egressos, levando em conta os sentidos atribuídos à relação entre a universidade e a ascensão socioeconômica vivida.

Disposições, reprodução e capital cultural

Objetivando discutir a gênese dos conceitos de *habitus* e de campo, Bourdieu (2007, p. 61) buscou “pôr em evidência as capacidades criadoras, ativas e inventivas do *habitus*”. Para isso, chama a atenção para o fato de que esse poder gerador do *habitus* não é um poder universal: como o próprio nome indica, é algo adquirido. As observações feitas por ele à noção de *habitus* possuíam essas características, mas apenas implicitamente, não fazendo parte de um cálculo teórico, parecido com o que faz no início do texto: “parece-me, com efeito, que, em todos os casos, os utilizadores da palavra *habitus* se inspiravam numa intenção teórica próxima da minha, que era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto.” (BOURDIEU, 2007, p. 62). Operacionalizando o conceito, o sociólogo francês percebe que às diferentes classes e frações de classe correspondem distintos estilos de vida, engendrados e reproduzidos, na prática, pela transmissão intergeracional das disposições sociais, isto é, o *habitus*.

Através do conceito de *habitus* como o conjunto de disposições para a prática, Bourdieu ajuda a entender a trajetória dos egressos de universidades públicas do interior. Tendo em vista que nossos objetivos estão situados na existência de práticas distintivas dos egressos em seus espaços de estilos de vida, nas escolhas feitas com relação aos cursos e na forma de tomada de decisão pelo ingresso na graduação, revela-se a importância da utilização do conceito de *habitus* como base para a análise das ações desses indivíduos. O *habitus*, nesse sentido, seria o modo como a sociedade se torna assentada nos atores na forma de disposições estáveis ou habilidades apreendidas e inclinações ordenadas que levam esses indivíduos à reflexão, à apreciação e à prática segundo condutas prescritas (WACQUANT, 2007).

A disposição dos indivíduos é fundamental como mola propulsora de suas histórias de vida (BOURDIEU, 2003, 2007). Essas disposições se conformam no *habitus* do indivíduo, resultado do processo de socialização que interfere na história individual e que o torna alguém, através de ritos de instituição e de processos sociais em seu contexto de existência: família, escola, igreja. Aqui, o rito observado é o ingresso no ensino superior. O curso universitário, ao despertar novas disposições nos indivíduos, estimula ações que indicam uma nova homologia entre suas novas posições no espaço social, as suas disposições e a formação do gosto. A questão do gosto, no caso deste estudo, buscou aferir se a escolha do curso decorreu de uma opção pessoal ou foi fruto da escolha do possível.

A opção de José, por exemplo, além de influenciada por um professor, foi marcada pela situação do Centro Acadêmico, que oferecia à época de seu ingresso apenas três cursos: Biologia, Administração e Enfermagem. Ele disse ter se identificado com Biologia. Quando entrou no ensino superior, o jovem se deu conta de que poderia ser professor universitário:

A princípio eu não pensava em ser professor universitário, eu só pensei nisso depois que eu entrei na universidade. Ser professor do município ou do Estado para mim já estava bom. Quando eu entrei, pensei: “eu posso ser professor da universidade, eu posso ser professor de pós-graduação”. Eu via um professor meu e pensava “poxa, eu posso estar no lugar dele, ser até melhor do que ele (risos)”.

É fundamental pensar sobre a definição de capital herdado e institucionalizado; no nosso caso, o capital cultural e escolar. As diferenças não explicadas, através da relação com o capital escolar e que estão intimamente ligadas com a origem social, desvendam-se na maneira como o capital cultural foi adquirido. Bourdieu (2012) explica que parte desse capital pode não ter recebido a sanção escolar. Em outras palavras, o modo de aquisição do capital cultural pode ocorrer de forma primária (na família) ou secundária (na escola) ou mesmo estar presente nos dois níveis. No caso do capital cultural legitimado pela escola, caso esteja congruente com o capital compartilhado pela família, será direta e facilmente reconhecido.

Tendo em vista a legitimação pela escola do capital adquirido através da família, é da escola o papel de legitimar e converter o capital cultural² herdado em capital escolar. Nesse caso, a escola não tem o monopólio da produção do capital cultural, fazendo uso do capital incorporado via familiar. As implicações disso residem no fato de que há uma conversão desigual do capital cultural herdado, já que a escola parte da suposição de que os alunos têm os mesmos níveis de aquisição de capital cultural na família. Assim, ao invés de nivelar os estudantes e legitimar equitativamente esse capital, a escola atua como se todos possuíssem a mesma carga herdada de capital. Como isso não reflete a realidade, a reprodução social das desigualdades prevalece com o aval do sistema escolar. Logo, estão imbricados nessa discussão os dois mercados produtores de capital cultural, a escola e a família.

A família e a escola, à luz da teoria bourdieusiana, são mercados produtores e legitimadores de capital cultural e ajudam a analisar quais as influências que as escolhas dos egressos das universidades do interior sofreram, com relação à escolha do curso e à permanência ou não em suas cidades de origem após a conclusão do ensino superior, influenciando diretamente na sua qualidade de vida, recorrendo à hipótese de que o sucesso escolar dos estudantes do interior de Pernambuco e a sua consequente melhoria de qualidade de vida decorre do processo de interiorização das universidades federais.

² É claro que o capital cultural existe em qualquer meio de socialização, mas nem todo capital cultural é reconhecido como tal pelas instituições legitimadoras, como a escola, e aceito como de valor a ser legitimado.

Tratamos também da questão do gosto, na tentativa de responder se a escolha pelo curso se deu em função das opções ofertadas em cada *campus*, se decorreu de uma opção pelo gosto ou da combinação de ambos. Analisamos ainda a perspectiva de mudança do gosto relativo aos bens culturais, em função do novo capital cultural adquirido ou do novo padrão socioeconômico. Os gostos que são realmente realizados dependem do estado do sistema de bens oferecidos. Ou seja, uma mudança no sistema de bens vai conseqüentemente acarretar transformações no sistema de gostos e os gostos, por conseqüência, vão acarretar mudanças na forma de ver o mundo (BOURDIEU, 2007). Conforme diz o sociólogo:

O gosto – sistema de classificação constituído pelos condicionamentos associados a uma condição situada em determinada posição no espaço das condições diferentes – rege as relações com o capital objetivado, com este mundo de objetos hierarquizados e hierarquizantes que contribuem para defini-lo, permitindo-lhe sua realização ao especificar-se (BOURDIEU, 2007, p. 216).

Ao pensarmos na interiorização das universidades federais como única forma de acesso ao ensino superior, pressupomos que alguns dos egressos não possuíam condições de cursar o ensino superior fora de sua cidade. Assim, a escolha por um curso está marcada pela inexistência anterior de oportunidade, ou seja, é a chamada escolha do possível, na qual a seleção de uma pessoa se configura como resultado de uma adaptação dos agentes às condições sociais objetivas, fruto do senso prático de sua posição no campo (BOURDIEU, 2004). Com o surgimento do novo condicionamento social, o gosto se constrói e se realiza, como diz José:

[...] o CAV foi uma porta para muita gente, eu acredito que se o CAV não existisse, muita gente estaria se matando em pré-vestibular para tentar entrar na capital ou em outro Estado. O CAV foi um divisor de águas no município e nas cidades vizinhas [...], como Limoeiro, Cumaru, Passira, Gravatá.

Ele lembra que estudantes da Bahia vieram fazer graduação em Vitória e fixaram residência no município: “tenho amigos de Palmares³, que fizeram a graduação aqui, trabalham aqui, casaram e tiveram filhos aqui. A interiorização é algo essencial para que o conhecimento não fique só na capital [...]. O interior está crescendo”.

Mas, em que medida a transmissão de capital cultural pelas famílias aos indivíduos por nós estudados influenciou na escolha realizada? Como estamos analisando as condições sociais e econômicas de indivíduos egressos das IFEs do interior e a sua influência na qualidade de vida, referimo-nos ainda a Lahire (2004), quando ele diz que para que uma moral do esforço possa ser transmitida são necessárias condições econômicas e existenciais específicas. Isso não implica,

3 Palmares fica na Zona da Mata sul de Pernambuco. O que o entrevistado salienta é que há estudantes tanto de cidades baianas como do município pernambucano de Palmares que se deslocaram para Vitória (PE) para ingressar na universidade.

no entanto, que haja um padrão: o mesmo capital, a mesma situação econômica pode ser gerida de diferentes maneiras. Vale salientar que não há um fator claro que determine o sucesso ou o fracasso educacional, pois “é importante estar atento a fenômenos de dupla coerção em alguns alunos: eles podem estar sendo submetidos a regimes disciplinares, familiar e escolar, diferentes ou opostos” (LAHIRE, 2004, p. 28).

Assim, as condições socioeconômicas podem não determinar o fracasso ou sucesso escolar, pois existem famílias de classes populares que não se rendem ao jargão *isso não é para nós*. Algumas delas dão importância ao bom comportamento com relação ao meio escolar, “de maneira que mesmo não conseguindo auxiliar seus filhos do ponto de vista escolar, tentam inculcar-lhes a capacidade de submeter-se à autoridade escolar” (LAHIRE, 2004, p. 25). José, por exemplo, conta que, embora a mãe não costumasse olhar seus cadernos ou perguntar sobre o andamento dos estudos, o pai acompanhava suas tarefas escolares.

Em virtude da dimensão qualitativa, nossos resultados não são generalizáveis em sua totalidade. Ao voltar-se a análise à escala individual lahireana neste artigo, debruçamo-nos sobre a heterogeneidade das experiências socializadoras do indivíduo e como se manifestam nele, o que conduz a observar como essas experiências determinam as ações em diferentes momentos da sua vida.

Sucesso Escolar, Sistema de Ensino e Diploma

A condição de sucesso e fracasso escolar é qualitativa e situada no tempo e no espaço. O sentido de sucesso e fracasso pode variar de acordo com a mudança das propriedades constitutivas de quem atribui o sentido à experiência considerada. Como diz Lahire:

Passar de ano na 2ª série nos anos 90 para um filho de operário não tem mesmo sentido que nos anos 60, *institucionalmente* (atrás da semelhança linguística aparente, fracassar no exame final do colegial “não tem nada a ver com fracassar na pré-escola”) e *socialmente* (o que é um “resultado brilhante” para uma família operária pode ser o “mínimo esperado” ou um “resultado decepcionante” para uma família burguesa) (LAHIRE, 2004, p. 54).

Ao abordar a questão do sucesso escolar, Lahire (2004) não define um fator que seja determinante na sua conquista. Ele diz ainda que cada pesquisador tende a universalizar um modelo de sucesso escolar e acaba esquecendo que há uma gama de fatores que podem influenciar o êxito (dimensão política, cultural, econômica etc.). Para isso, ele atenta para o fato de que há estilos de sucessos diferentes. Logo, é preciso salientar que existem condições que se destacam e que são de fundamental importância para entender o sucesso escolar, mais especificamente no nosso objeto de estudo: origem, meio e grupo social. Essas condições podem aqui fazer referência ao local de onde esses indivíduos vieram e a influência de sua origem e trajetória de vida na conclusão do ensino superior. Falar de origem remete à condição do capital cultural na vida desses egressos.

Bourdieu auxilia nesse ponto ao tratar dos três estados do capital cultural. Há uma relação direta do capital cultural com a desigualdade do desempenho escolar. A primeira forma de existência do capital cultural refere-se ao estado incorporado, ou seja, adquirido de maneira inconsciente, “é um ter que tornou-se ser, uma propriedade que se fez corpo, e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um *habitus*. Aquele que o possui ‘pagou com sua própria pessoa’, e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo” (BOURDIEU, 2012, p. 74). O estado objetivado, transmissível apenas em sua materialidade, é utilizado pelos agentes como forma de distinção, expostos intencionalmente para tanto. O estado institucionalizado refere-se à objetivação e legitimação desse capital através do diploma. Para Bourdieu (2012, p. 78), o diploma é uma “certidão de competência cultural, que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido, no que diz respeito à cultura”.

Com o aumento de vagas no ensino superior após a interiorização das universidades, há um aumento de diplomas no mercado, de maneira que os recém-formados são levados a buscar formas de superar essa inflação, recorrendo a elementos de distinção. Conforme diz Bourdieu, o diploma acaba por universalizar o trabalhador, transformando-o num trabalhador com competência para atuar em todos os mercados. Entretanto, com essa inflação, o que se percebe é que há uma desvalorização do diploma e uma conseqüente autonomia do mercado de trabalho, e para resolver isso os jovens buscam na pós-graduação outras instâncias de consagração do estado institucionalizado do capital adquirido na universidade.

Questionamos os egressos quanto às dificuldades em encontrar emprego e se o fato de serem portadores de diploma de nível superior foi percebida como diferencial, ou seja, constituiu-se em capital cultural institucionalizado. Assim, o sentido atribuído ao sucesso, em oposição ao fracasso, é variável. O mesmo vale para qualidade de vida que, embora deva atender a critérios socioeconômicos, previstos em estudos sobre desenvolvimento humano, também deve ser observado a partir do sentido atribuído pelos entrevistados às condições socioeconômicas alcançadas após o término da graduação, identificando um patamar de capital cultural objetivado.

Ao mesmo tempo em que verificamos a influência do acesso ao ensino superior nas condições de vida dos indivíduos, observamos práticas distintas que podem ser identificadas entre os que concluíram a graduação para se distanciar no espaço dos estilos de vida daqueles que não obtiveram o diploma universitário, mais uma vez revelando o estado objetivado do capital cultural incorporado na universidade. Estas ações ocorreram nos espaços sociais e são consideradas reflexos do acesso à educação, que geram refinamento dos estilos de vida. José, por exemplo, afirma ter estudado para ser *alguém na vida* e a conclusão do curso superior foi fundamental na percepção desse sentido. Ele diz: “o estudo abre portas”. Para o jovem, a admissão no mestrado deu o aval para o ingresso no mercado de trabalho, agregando valor ao seu diploma. De sua turma de graduação, metade já cursou o mestrado.

A Reconstrução das Trajetórias de Vida

Obedecendo aos critérios estabelecidos, foram selecionados três egressos dos cursos superiores do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, todos com renda familiar de até dois salários mínimos. Os cursos que eles concluíram foram Enfermagem, Nutrição e Ciências Biológicas. Os jovens são das primeiras turmas do CAV, que iniciou suas atividades em 2006. As entrevistas foram feitas entre abril e maio de 2014, no centro acadêmico.

Os caminhos de dois jovens do interior

José se considera estudioso desde a infância. Nascido em Vitória de Santo Antão, filho de uma professora e um vigilante, estudou em escola pública até o 2º ano do ensino médio. No 3º ano, ingressou em uma escola particular, em busca de melhor preparo. *“Naquela época, o pessoal dizia que eu era inteligente, mas só estudava uma semana antes de fazer as provas. [...] Eu não tinha o hábito de estar lendo [...], nem jornal tinha, era só televisão”*. Apesar da mãe professora, José não teve seu incentivo nos estudos, não tendo recebido na medida possível o capital cultural familiar disponível. Ele contava apenas com o pai que em suas horas vagas ajudava o filho nas tarefas de matemática.

O jovem realça, porém, que sempre teve interesse em estudar e isso se apresentou mais fortemente após a entrada numa escola particular, onde diz ter sido colocado à prova, tendo em vista que na escola pública não havia exigência efetiva do corpo docente. Como dispõe Lahire (2004), a personalidade e o raciocínio da criança não podem ser compreendidos fora das suas relações sociais. Os indivíduos, apesar de basearem suas ações na família, não reproduzem necessariamente de maneira direta suas ações, ou seja, não são apenas fruto do capital cultural herdado. Na escola, a conversão do capital cultural em nível secundário pode fazer a diferença, como fez com José.

Ainda que ele argumente que na escola fundamental e média não tenha havido grande intervenção dos docentes no seu cotidiano escolar, José destaca que *“todo professor marca sua vida de alguma maneira”*. Nesse sentido, o jovem ressalta o papel do professor de Biologia, o que explica a escolha do curso superior, Ciências Biológicas, embora tenha tentado seu primeiro vestibular para Administração: *“a maneira como ele [o professor de Biologia] dava aula era diferenciada”*. Na família de José, apenas alguns primos e ele fizeram uma graduação. Apesar disso, diz que seus pais ficaram um pouco frustrados com a sua reprovação no primeiro vestibular, o que fez com que se empenhasse numa segunda tentativa.

Na universidade, a turma de José tinha 60 alunos, dos quais apenas cinco eram de classe média alta, o que aponta os frutos do processo de expansão das universidades públicas no interior ao atrair estudantes de Vitória e dos municípios do entorno e promover a mudança de condicionamento dos jovens numa nova escolha do possível (BOURDIEU, 2004). Primeiro da

família a cursar o mestrado, o jovem afirma que a sua família o apoia, e salienta: “*agora, só falta eu fazer a minha parte*”. A conclusão da graduação foi a realização de um sonho, que proporcionou uma evidente melhora na qualidade de vida de José, definida por ele como *realização pessoal*, numa objetivação do capital cultural incorporado. Em 2015, o jovem cursava o Mestrado em Educação na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Lá, não se sentiu vítima de preconceito, uma vez que grande parte de seus colegas era proveniente do interior.

José destaca o estímulo dos docentes da universidade para que a vida de todos os estudantes mudasse a partir do ensino superior: “*Eu percebia o engajamento deles. Eles incentivavam a gente a pesquisar, a participar de eventos [...]. Os professores gostavam mesmo que a gente crescesse. Eles ficavam felizes com o crescimento da gente*”. José permaneceu em Vitória e quer poder ajudar as pessoas da sua cidade a ingressar numa universidade. Ele ressalta:

Sempre tivemos apoio para as atividades de campo, tivemos apoio para fazer a divulgação das pesquisas. Para os alunos que se enquadravam nas exigências, há bolsas de manutenção acadêmica, iniciação científica, para fazer cursos de idiomas, para comprar livros, bolsa para alimentação⁴.

A conclusão da graduação e o avanço para a pós-graduação mostrou um futuro que não imaginava possível: “*A gente traça sonhos, metas. Foi uma realização. Ter um diploma de uma faculdade pública foi um salto*”. Dizendo-se mais valorizado, José lembra que, antes, não se achava capaz muitas vezes: “*Ficamos até um pouco ambiciosos, posso fazer melhor, complementar. Por isso, recorri ao mestrado em Educação para o ensino de ciências*”. Com colegas fazendo pesquisas em outros Estados, José credita aos docentes parte do mérito, o que aponta mais uma vez a incorporação do capital cultural em nível secundário. Na universidade, ouviu de um professor: “*se una a pessoas inteligentes!*”. Ele acrescenta:

Quando a gente entra aqui, acha que vai ter emprego garantido, mas isso só acontece para quem se dedica. O diferencial foi os professores sempre estarem incentivando. Superou as minhas expectativas, mas foi uma época difícil.

Em sua trajetória pós-diploma, o jovem espera a realização profissional, não apenas “ganhar muito dinheiro”. José acredita que mais à frente irá colher os frutos. Ele já vem sendo convidado para dar aulas em faculdades particulares: “*Qualidade de vida é realização pessoal, fazendo o que gosta, realizando metas que tracei. Acredito que tenho boa qualidade de vida, mesmo sendo de classe média baixa*”. Mais uma vez se evidencia o capital cultural que, incorporado

⁴ À época da entrevista, essa era a realidade da pesquisa no Brasil. Em 2018, O Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes) divulgou nota informando que o corte no orçamento determinado pelo governo federal deveria resultar na suspensão do pagamento de bolsas de pós-graduação e de formação de docentes a partir de 2019. Também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) alertou sobre o possível corte de bolsas em 2019.

em segundo nível – já na universidade – agora sinaliza para as suas formas objetivada e institucionalizada.

Em termos de consumo cultural, embora afirme ter adquirido novos interesses após ingressar no ensino superior e ter visto, por exemplo, o filme *Psicose*⁵ pela primeira vez em um cineclube de Vitória depois de se tornar universitário, José não considera que a mudança tenha sido muito grande, a ponto de distanciar-se do seu capital cultural de origem: *“Meu tempo ficou cada vez menor depois de entrar na universidade, tem tanta coisa para fazer!”*. Ainda que ele minimize as mudanças em suas atividades culturais, ele diz ter crescido ao seu cotidiano práticas como frequentar cinema, teatro e museu, ou seja, ter incorporado práticas objetivas do capital cultural validado nas instâncias legitimadoras. O jovem afirma que isso se deu em decorrência do aumento da renda, proveniente das bolsas de iniciação científica e de mestrado, que contribuíram para a mudança na sua qualidade de vida.

A estudante Geneseli também fez parte de uma das primeiras turmas do CAV e havia concluído o curso de Nutrição pouco tempo antes da entrevista. Nascida em Vitória, ela estudou em escola particular do interior, embora se enquadrasse no perfil de classe popular. A jovem e uma prima foram as primeiras a ingressar numa universidade na família, ou seja, as primeiras da família a sentir o impacto da política no meio social. No tempo de escola, seus pais, com ensino médio completo, sempre a incentivavam a estudar, revelando o processo de herança do capital cultural familiar.

No dia a dia, Geneseli recebia a ajuda do pai, pois a mãe trabalhava o dia todo. Também como José, o papel da família no processo foi definidor de sua trajetória de vida. Adentrar no ensino superior não foi uma grande surpresa, com a instalação da universidade no interior: Geneseli era nova, 16 anos, quando passou no vestibular. Estudiosa, não surpreendeu seus pais ao ser aprovada. *“Na minha família eu fui a primeira [a entrar na universidade], minha mãe sempre muito orgulhosa”*. Seus pais têm orgulho de seu ingresso no ensino superior. Em seguida a ela, seus amigos na mesma faixa etária ingressaram na universidade, o que realça a adaptação dos agentes às condições sociais objetivas revelada por Bourdieu (2004). O mesmo ocorreu com José, que destaca que todos os colegas de infância que moram na mesma rua em Vitória, no bairro de Cajá, estão formados. *“Todos estão trabalhando na área, alguns no mestrado ou doutorado. Isso é bem bacana. E só um deles fez faculdade particular, os outros foram da [universidade] federal”*. Esses relatos dimensionam a nova configuração no perfil dos jovens no município e as mudanças nos estilos de vida.

Mesmo com amigos de infância que cursaram o ensino superior, Geneseli afirma que tem encontros mais casuais com eles após o ingresso na universidade. Com os estudos, sobra pouco tempo para esses compromissos. Em termos de consumo cultural, ela diz que antes de começar a estudar não tinha acesso frequente aos bens culturais e que isso se deu depois da sua entrada na graduação, anunciando o papel da universidade na nova conformação do seu capital cultural de origem:

5 Filme de Alfred Hitchcock de 1960.

Antes da faculdade, eu não frequentava muito cinema, o que eu mais frequentava era show, onde tivesse eu ia. Comecei a gostar mais de cinema, eu não conhecia muito, mas agora eu conheço mais, aí eu tô gostando muito de cinema, de teatro também, assisto mais filme, faço questão de ir pra lugares onde tenham essas coisas.

A jovem reconhece as mudanças de gosto, que foi ampliado com o interesse por cinema e teatro. Assim como o gênero dos filmes, o gosto por música foi aprimorado e aprofundado em virtude do círculo de amizade construído na universidade. Passou a se interessar por filmes mais realistas e, no caso da música, afirma ter refinado seu estilo, naquilo que podemos chamar de capital cultural adquirido e legitimado pelo capital escolar. Entre suas realizações após o ingresso na graduação, estão conhecer novos lugares e tocar um instrumento musical, o violão. Geneseli se engajou em programas de monitoria e bolsas na universidade, o que lhe proporcionou recursos para participar de atividades culturais.

Diferentemente de José, a jovem, por ter estudado em escola particular, já no ensino médio obteve informações sobre o acesso à universidade. Apesar disso, não houve pressão familiar sobre ela, já que ninguém em sua casa possuía ensino superior. Não havia expectativa sobre o seu ingresso ou a sua escolha de curso. Ela destaca que o processo de interiorização das universidades foi determinante no sentido de poder estudar no lugar onde mora, oportunidade que antes não havia para quem não podia se mudar para a capital para estudar. Mesmo apontando as mudanças, ela fala de dificuldades no mercado de trabalho após a conclusão do curso, embora haja reconhecimento por ter diploma de uma universidade federal. Geneseli salienta a relevância do esforço contínuo para conseguir um emprego melhor.

A jovem estudou com muitos alunos de classe popular, o que parece reiterar, conforme demonstrado comparativamente nos Mapas 1 e 2, que o acesso ao ensino superior vem se universalizando, como também foi pontuado por José. Para Geneseli, a interiorização proporcionou uma redução de gastos para os jovens que desejam cursar a universidade, promovendo uma nova condição às suas possibilidades de escolha. Ela salienta não ser vítima de preconceito por estudar no interior, pois o CAV já é uma referência de ensino fora do Estado de Pernambuco, com muitos egressos aprovados em cursos de pós-graduação e empregados em suas áreas de estudo. Geneseli realça com relação à universidade:

O que a gente espera é ter acesso a um emprego, se qualificar para ter um emprego melhor. Quando sai, a gente percebe que tem que fazer outras coisas para conseguir isso. É um esforço contínuo, tem que estar sempre se superando.

As mudanças emergem em questões simples, como poder fazer o que gosta com conforto, conciliando atividades, e isso envolve transporte, moradia, saúde. Geneseli percebe mudanças financeiras após ingressar na universidade, o que lhe permite proporcionar a si mesma coisas que antes não poderia. Ela pretende procurar emprego no Recife, porque considera que há mais

oportunidades na capital, podendo deixar de residir em Vitória. A família torce por seu êxito, mas não a pressiona: “*eu me sinto mais preparada para enfrentar o mercado, a gente amadurece e percebe que pode fazer várias coisas ao mesmo tempo*”.

O percurso de Doutor David

Lahire (2005) nos coloca uma questão muito importante: onde e como apreender o social? Em seu pensamento, indaga se as questões do indivíduo em sociedade seriam objetos de estudo dos sociólogos e as questões individuais mais pertinentes aos psicólogos, médicos etc. Lahire traz como aporte à sua análise do objeto a reflexividade, submetendo a análise sociológica à análise do entrevistado, concedendo uma independência maior a ele sobre a sua própria trajetória. Estudar o social individualmente é enxergar a realidade social de maneira incorporada (LAHIRE, 2005), o que nos leva a analisar e ter contato com lógicas sociais individualizadas, colocando como foco as disposições que em conjunto formam o *habitus*.

David é outro jovem que nos contou sua história e que nos permitiu observar as incorporações individualizadas – o *habitus* se fazendo corpo – após o processo de interiorização das universidades. Diferentemente dos outros dois estudantes, ele não é de Vitória: fez o movimento inverso ao ir para o interior estudar. Mudou-se para lá quando iniciou o curso superior de Enfermagem, em 2006. David foi criado pela mãe e pela avó, sem a presença do pai, junto com o irmão mais novo. Morava numa casa simples e sua família tinha como renda apenas o salário da mãe:

Eu morei em periferia, no Alto Santa Terezinha. A infância pobre, mas não tão pobre de passar fome, as condições precárias pra estudo foi o que marcou. Mas não chegou a ser uma coisa tão impactante não, mas marcou. Meus estudos foram todos lá no Recife, em escola pública.

Proveniente de classe popular, com uma infância pobre, David se recorda das condições precárias para estudo e, apesar de ter sido uma etapa difícil, foi bem vivida no bairro em que morava. Ele estudou em escola pública no Recife durante o ensino fundamental e médio. Pai ausente, não contou com a sua presença na formação de seu capital cultural de origem. A avó foi a pessoa mais próxima, muito cuidadosa e presente; era analfabeta, enquanto a mãe tinha apenas o ensino fundamental.

Enquanto sua mãe trabalhava, a avó cuidava dele e do irmão. Ele afirma que a avó fazia questão de levá-los à escola. Segundo David, ela estava sempre atenta aos netos, com receio que pudessem “cair” na criminalidade, como ocorreu com seu tio, que foi assassinado. Mas ele e o irmão surpreenderam: ambos ingressaram na universidade. Foram os primeiros a entrar no ensino superior, o que já os tornava diferentes de outros membros da família: “*Isso alegrou a minha mãe, mas ela não tinha a dimensão do impacto disso na família, e minha avó não entendia*

tanto". A configuração familiar precária com relação à educação formal tornou a sua entrada na universidade pública uma surpresa para a família, o que permite mensurar o salto entre o capital cultural herdado e o adquirido de forma secundária:

Meu irmão fez Educação Física e eu fiz Enfermagem. Mas a gente não conhecia ensino superior, só ouvia falar em faculdade. No terceiro ano, a gente não tinha muito essa vivência em casa, mas a possibilidade só de fazer um curso superior como os primeiros da família alegrava muito, né? Até hoje, não tinha dimensão da importância e do impacto de um curso superior na vida de uma família. Mas ela [a mãe] não tinha dimensão, mas sabia da importância, porque ela trabalhava com um dentista, então ela sabia a importância de um curso superior. Ela queria muito que a gente tivesse o que ela não teve, que foi o estudo.

O ingresso na universidade foi um marco na vida da família do jovem e em sua comunidade, sinalizando o efeito da interiorização nas condições de existência dos indivíduos pesquisados. Como cursava Enfermagem e estagiava em hospitais, David estava sempre de branco, o que fez com que as pessoas da vizinhança passassem a chamá-lo de "doutor David", estimuladas inclusive pela mãe e pela avó:

Como eu vivia muito no hospital, aí todo mundo dizia: "É doutor, é doutor", sendo da área de saúde, né? Todo mundo conhece e diz que é doutor. E aí ela ficou muito feliz pela perspectiva que eu tinha de ter um salário melhor do que o dela, que ela sempre foi assalariada. Aí, depois que eu saí da universidade pra ela foi um sonho, ela nunca tinha formado um filho, quando eu entrei com a minha avó no teatro da Federal, minha avó tinha 89 anos. Minha mãe disse nesse dia: "Agora, já posso morrer".

Com filhos criados em periferia e sem gerar expectativas, tê-los formados numa universidade pública encheu a sua mãe de orgulho. Para ela, David é um "doutor" e sua perspectiva é de que seus filhos tenham uma vida melhor. O sonho do jovem era ser professor e por isso seguiu para a pós-graduação: "*Minha mãe perguntou como eu iria me manter. Eu disse: 'Fique tranquila, existem bolsas e eu não vou morrer de fome'*".

Mesmo com o processo de expansão das universidades federais, grande parte dos estudantes que cursam o ensino superior na área de saúde pertence à classe alta, alunos de escolas particulares. "*A visão deles ainda é de preconceito, que com o tempo você vai quebrando, mas a maioria não nos vê do mesmo jeito no começo*". Como as bolsas de pesquisa eram a única forma de se sustentar em Vitória, David trazia comida de casa para a universidade até obter uma bolsa. O jovem concluiu o mestrado e, durante o doutorado, desenvolveu seu projeto de pesquisa também em Vitória. Mas David nem sempre foi muito estudioso. Houve um divisor de águas na sua vida, quando estava no 2º ano do ensino médio:

Eu lembro que no 2º ano minha mãe foi pra uma reunião de pais e mestres e das nove matérias, eu tinha ficado na final em oito. E aí os professores falavam: "Olha, teu filho não quer nada, ele que puxa as brigas". E aí minha mãe saiu, eu tava com meus amigos

e ela disse: “Olha, hoje você me fez vergonha. Eu não tive estudo, mas faço de tudo pra que você estude e você está jogando tudo fora. Eu saí da sala dos professores com vergonha, eu nunca queria ter passado por isso.” Eu baixei a cabeça, pedi desculpas a ela, e disse: “Eu vou melhorar, mãe.” Aí ela disse: “Espero que você melhore, porque pior do que isso só se você for preso. Seu tio já foi dessa vida e você tá indo no mesmo caminho”. Aí eu falei: “A partir de hoje a senhora nunca mais vai ter vergonha de mim, a senhora vai ter orgulho”. Ela disse: “Eu espero”. “Minha postura vai mudar a partir de hoje”. E aí foi pra mim um divisor de águas. Ela leva isso pro resto da vida, consegui passar no outro ano, já voltei no terceiro ano fazendo dois pré-vestibulares, então minha vida mudou totalmente.

Como salienta Lahire (2004), os pais tentam inculcar nos filhos a capacidade de submeter-se à autoridade escolar, e foi o que aconteceu com David. Esse episódio mudou o seu comportamento, ele passou a se dedicar aos estudos. Na expectativa de estudar numa instituição federal de ensino superior, tentou vestibular seis vezes, três na Universidade de Pernambuco e três na Universidade Federal de Pernambuco, mas não conseguiu. Na metade de 2006, porém, o *Campus* de Vitória foi aberto. Ele, incentivado por um professor, fez a inscrição e passou: “*Minha mãe é bestinha, aonde ela chega, ela fala, porque teve dois filhos criados em periferia sem pai, apenas com a avó e os dois entraram na universidade, então pra ela não tem preço*”. A escolha pelo curso de Enfermagem se deu, segundo David, por se considerar muito comunicativo e gostar de ajudar as pessoas:

Na área de saúde o médico vai lá, mas quem passa 24 horas com o paciente é o enfermeiro, e aí eu pensei quem faz esse trabalho é o enfermeiro. O profissional que eu quero ser é aquele que se comunica com o paciente, o que para ele não é o papel do médico, e sim do enfermeiro. Muitos fazem medicina pelo dinheiro, e no hospital há muitos profissionais desumanizados.

Com a intenção de formar alunos, seguiu para a área acadêmica: “*amo sala de aula, não vivo sem a sala de aula*”. Ele preferiu contribuir para formar opinião como educador e por isso decidiu não seguir a carreira hospitalar: “*eu quero ser um formador de opinião, vou poder dar mais como professor do que dentro de um hospital que tem uma estrutura já montada. É melhor eu formar um aluno, que seja um aluno diferenciado*”. David permanece morando em Vitória. Ele fixou residência no município, pois ficava cansativo ir e voltar todos os dias para o Recife, o que foi apenas parte de muitas dificuldades que enfrentou:

Mas acho que a maior dificuldade é financeira, a universidade de início não cedia bolsas. Então, pra se manter era bastante complicado, minha mãe não tinha condições, meu pai pouco ajudava, minha avó também, então eu tinha que trazer toda comida do Recife pra cá, isso pra mim era muito custoso, fora o cansaço.

O jovem visa ajudar amigos que desejem cursar uma universidade e já oferece sua cota de contribuição: ele dá aulas no Cavest, um curso pré-vestibular gratuito do CAV exclusivamente

para alunos de escola pública, um dos que mais aprova em todas as áreas da universidade. David não deixa os alunos do pré-vestibular desistirem, e diz a eles: *“tu tá pensando que foi fácil? Eu reprovei seis vezes antes de entrar na universidade”*. Segundo ele, os alunos acreditam nele porque vivem a mesma realidade. David fala com orgulho das suas aulas voluntárias e da quantidade de alunos aprovados no vestibular:

Eu precisei muito disso e não posso me esquecer. Meu sonho é montar um desse na minha comunidade. Educação é uma libertação, independente do que você vai ganhar. [...] O Cavest é um pré-vestibular fundado aqui na universidade, em 2007. Eu fui um dos fundadores, dou aula até hoje, e ele é exclusivamente para alunos de escola pública, são professores alunos, que recebem bolsa para colocar os alunos de escola pública pra fazer universidade. Hoje a Federal tem 15 pré-acadêmicos, se não me engano, e mesmo em unidade menor, ele é um dos pré-vestibulares que mais aprova na universidade, e é o projeto de extensão mais importante daqui do centro de Vitória.

Ele julga de forma positiva o projeto de interiorização. Apesar do centro ter começado muito precariamente, a existência do *campus* no interior ajudou muitas pessoas, pois a maioria não teria condições de disputar uma vaga e se manter na capital para fazer graduação. Nesse sentido, a presença da universidade no interior conduziu os jovens às novas condições sociais objetivas (BOURDIEU, 2004):

Isso foi extremamente importante, na minha turma tinha duas alunas aqui de Vitoria, o resto era de fora, por quê? Porque a galera não tinha conhecimento pra entrar, mas com o tempo isso foi mudando. Vamos estudar, a universidade tá aqui!

Ainda ressaltando a relevância da interiorização das universidades, David afirma:

É através da educação que a gente pode chegar bem mais longe. Quando cheguei aqui, o campus não tinha estrutura nenhuma, mas o projeto chegou. Os impactos foram importantes, quando chega o conhecimento, mais pra frente chega o desenvolvimento. As pessoas dos municípios circunvizinhos agora têm condições de estudar. O impacto foi muito grande, é importante dar a oportunidade para pessoas que nunca iriam fazer uma universidade. A interiorização cumpriu sim o seu objetivo.

De acordo com ele, o preconceito por ter a formação feita no interior existe em virtude da disputa por espaço no campo profissional, antes restrita a um grupo de jovens de classe média e alta. Entretanto, o tempo, segundo David, está mostrando que a educação superior fora das capitais pode ser de qualidade. *“Hoje a gente consegue disputar vaga de residência com qualquer aluno de outra universidade. E tem um peso diferenciado porque, mesmo do interior, somos de uma federal”*. À época da entrevista, ele estava com um amigo na Universidade de São Paulo (USP) fazendo doutorado.

O *Habitus*, o Gosto e a Reprodução Cultural: as Mudanças na Vida de David

Na trajetória de vida de David, foi possível identificar diversos pontos que nos conduzem a uma resposta mais profunda com relação aos objetivos propostos neste artigo. Como diz Bourdieu, “o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas.” (BOURDIEU, 2007, p. 162).

David nasceu e cresceu na periferia do Recife e fica claro que seu conjunto de disposições está intimamente ligado ao lugar. Ele, por vezes, fala do seu círculo de amigos, expressando apego e admiração pelo lugar onde morava, expressa orgulho de lá e diz que quer poder ajudar as pessoas que desejem ingressar no ensino superior. Apesar do pouco tempo disponível agora, devido à ocupação das atividades acadêmicas, David procura sempre dar atenção quando volta à casa de sua mãe:

Quando eu volto pra lá no final de semana não deixo de falar com nenhum deles, mas a realidade da gente é outra, eu tenho outra dinâmica, outros propósitos, outras responsabilidades. Não deixaram de me ver, mas a vivência não é a mesma.

Um novo princípio gerador de práticas foi produzido no ambiente acadêmico, expresso objetivamente nos gostos. No meio em que vivia antes da universidade, David diz que as pessoas não tinham o que qualifica como conhecimento cultural refinado, ou seja, capital cultural legitimado, e somente passou a ter contato com várias atividades culturais com o ingresso na graduação. Para ele, a influência foi determinante: começou a ler a partir daí e não mais parou: “*vou em livrarias e vivo comprando livro. Tem alguns no plástico, mas um dia eu vou ler*”. David acha, porém, que ainda não tem o gosto cultural apurado com relação a museus e teatro: “*não faço tanto, mas já frequento*”.

Nos estudos de Bourdieu e Darbel (BOURDIEU; DARBEL, 2003) acerca de frequência a museus de arte na Espanha, França, Grécia, Holanda e Polônia, a conclusão foi de que “a frequência aos museus – que aumenta consideravelmente à medida que o nível de instrução é mais elevado – corresponde a um modo de ser quase exclusivo das classes cultas” (BOURDIEU; DARBEL, 2003, p. 37). Nesse sentido, percebemos o gosto por museu e teatro mais como um *habitus* de classe e de frações de classe do que de região, classe aqui considerando o nível de instrução como proposto pelos autores, exatamente como consideramos neste artigo e que é confirmado por Botelho e Fiore (2004) quando destacam que há certa conformidade na vida cultural em diversos países quando há similaridade entre escolaridade, renda e faixa etária.

Desse modo, a permanência no ambiente universitário pelos jovens entrevistados contribuiu para o acesso minimamente democratizado do conhecimento da arte em geral, em virtude de inúmeras ações de extensão a que os graduandos são expostos de forma regular - nos

espaços alternativos, auditórios, bibliotecas etc. Em certa medida, essas práticas podem fomentar a formação de um *habitus* cultural capaz de induzir o gosto pela arte, por ser a universidade, assim como a escola, um local singular de transmissão de conhecimento (BOTELHO; FIORE, 2004).

David foi criado na perspectiva do capital cultural de sua comunidade, e com relação a isso ele não vê nenhum problema. O círculo de antigos amigos faz parte da sua existência e o jovem não deixa de ouvir músicas de pagode ou brega, mas soma esse gosto à sua nova realidade. Ele identifica que suas práticas adquiriram alguma diferenciação: “*já sei criticar o que é uma música de qualidade, o que é mais popular, o que é uma música mais erudita. Eu não deixo de escutar pagode, brega, o que tem na minha realidade de lá, mas aí eu adiciono minha realidade de cá, que é totalmente diferente*”.

Para Bourdieu (2007, p. 163), diferentes condições de existência produzem *habitus* diversificados. Consequentemente, os estilos de vida são resultado desse *habitus*, que acabam por transformar-se em novos esquemas sociais. “O *habitus*, enquanto disposição geral e transponível realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem”. Esse ir e vir de práticas culturais dos estudantes mostra essa transposição entre o capital de origem e o capital adquirido com o acesso ao ensino superior.

A entrada de David na universidade representa muito mais do que um acréscimo de disposições. A desigualdade de oportunidades sempre esteve presente na vida da sua família. Sua avó, analfabeta, dedicou-se a criar filhos e netos; sua mãe, assalariada, trabalhava em um consultório odontológico. Ambas tiveram dificuldades para sustentar a família. Essa desigualdade se expressa de certa forma no seu histórico escolar. Diferentemente dos alunos de classes média e alta, a entrada no ensino superior não era óbvia e orientada pela escola. Ele não tinha informação do significado do ensino superior. Além do capital econômico, estava ausente o capital cultural, o que tornava mais difícil o acesso às informações a respeito.

Até o momento de escolher ingressar na universidade e se submeter ao vestibular, houve uma série de acontecimentos na vida de David. As queixas feitas por um professor à sua mãe durante o ensino médio marcaram a mudança: envergonhado, mudou de postura frente aos estudos. O vestibular foi um desafio que foi se fortalecendo a cada uma das seis tentativas que fez e que se concretizou em 2006, com a instalação do novo *campus* de Vitória:

Na metade do ano abriu o Campus de Vitória. Era um campus novo e eu não conhecia a cidade, e um professor falou: ‘David, não é longe, tem ônibus, vai embora. Vale a pena, desenrola’. Fiz a inscrição no último dia. Fiz a prova, passei e vim pra cá.

O interessante é notar como essa questão se liga ao que Lahire propõe, quando diz que “as causas do fracasso ou do sucesso escolar são eminentemente sociais e a família está no centro

dos problemas”, conforme consta em entrevista na Revista Educação (MÜZELL, 2012, p. 1). Por esses problemas se caracterizarem como sociais, eles não se reduzem somente às características do meio familiar. Apesar das dificuldades que encontrou, podemos dizer que David teve apoio da mãe e da avó que, apesar da pouca formação escolar, sempre incentivaram o rapaz a procurar os melhores caminhos. O estímulo do professor, que o incentivou a prestar o vestibular, foi fundamental. Como Lahire destaca, às vezes a família não é formada apenas por pais e filhos, mas outras pessoas que podem, de certa maneira, acabar influenciando na escolarização da criança.

A trajetória de David se inicia em sua posição de classe popular, como ele mesmo classifica o período anterior ao ingresso na universidade. Até ele iniciar os estudos no CAV, nenhum membro de sua família havia adentrado no ensino superior, e só a perspectiva de cursar uma graduação já era um diferencial. David conta que já sofreu preconceito em sala de aula por ser de classe popular, barreira que teve que enfrentar, além das já percorridas quando do seu caminho até o ensino superior. O preconceito vai além e chega ao preconceito de cor, coisa que David informa ter superado:

Com o tempo você vai quebrando o preconceito, mas que as pessoas não veem você do mesmo jeito que veem outras pessoas, não veem. E ainda é assim, né? Querendo ou não, tem a preferência de cor, mas a maioria das pessoas com o tempo passou a me tratar do mesmo jeito, no início a parte financeira queimou mais do que o preconceito [de cor].

David, que antes enfrentava muitas dificuldades, agora fala em mudança. Mudança na sua rotina de vida, mudança na maneira como é visto na sua comunidade, mudança que chega inclusive nas suas preferências e escolhas, salientando o capital cultural objetivado. Ele conta:

Na verdade, você pode optar por ganhar dinheiro através do curso superior, mas isso é uma coisa a longo prazo. O que você ganha é uma coisa que muda a sua vida, que é conhecimento. Então, a visão é outra, ela amplia muito, as pessoas olham você de forma diferente.

Enfermeiro formado, David já concluiu o mestrado e o doutorado. Agora ele compra mais livros, frequenta teatros, museus, passando inclusive a ir a mais shows de MPB, diferentes dos que costumava frequentar antes do ingresso na universidade. Sua vida se transformou sob vários aspectos, mas nesse contexto ainda se vê como o jovem da periferia quando fala em consumo cultural: *“Você vê que o gosto de uma comunidade que você vem é totalmente diferente de um gosto musical de alunos de universidade, mas pra mim isso ainda não é uma realidade, eu fui criado naquilo”*. Isso nos remete ao senso de distinção conceituado por Bourdieu (2007). Percebemos claramente que as estruturas em que estão inseridos os diferentes estilos de vida correspondem à estrutura do espaço destes.

Com relação à renda, enquanto a mãe de David ganha um salário mínimo, ele, apenas dando aulas num final de semana, recebe R\$ 2 mil⁶. O jovem destaca:

Eu tô no doutorado⁷, se eu for dar uma aula um final de semana todo, o pessoal paga R\$ 2 mil, o cara trabalha dois dias pra ganhar R\$ 2 mil, e você dizer que a sua qualidade de vida não mudou? São coisas que vão acontecer porque você fez um curso superior.

David modificou suas práticas em decorrência do aumento da sua renda, com o acesso ao ensino superior, de acordo com o espaço no qual agora está inserido. É interessante notar que as mudanças ocorridas em sua vida vão além do acréscimo na renda. Elas dizem respeito também ao círculo de amizades que passou a construir, ainda que mantenha seus vínculos de origem. David diz que seleciona seus relacionamentos, e que isso é essencial. Ele diz não querer se relacionar com uma pessoa que não estuda: *“Ela pode não ter nada, como eu não tinha, mas só pelo fato dela querer estudar, pra mim já diz tudo”*. E conclui:

A interiorização teve um impacto muito grande não só aqui em Vitória, é importante você dar oportunidade às pessoas que não podiam fazer universidade. Tenho que agradecer ao projeto de interiorização.

David afirma que a universidade é um investimento de longo prazo, mas o ganho é uma coisa que muda a sua vida, que é o acesso ao conhecimento proporcionado por uma escolha que passa a ser possível:

Sua visão amplia muito, as pessoas lhe veem de forma diferente. Quando eu passo lá na rua [no bairro onde morava, no Recife], dizem: “você é o orgulho, sua mãe merece dois filhos que conseguiram entrar na universidade”. Quando têm dúvidas, eles vêm me perguntar. O cara sai da periferia, onde, se o cara não dá pra ladrão, já está bom, se a menina não tiver filho com 15 anos já está bom também. O cara sai de uma realidade negativa e inverte isso, e vai para uma realidade positiva, que é o meio acadêmico. É um impacto muito grande para eles [moradores da comunidade]. A mudança é drástica.

Atualmente com menos tempo, David considera que tem mais qualidade de vida e deixa transparecer a maneira como o acesso à universidade transformou a maneira como projeta o seu futuro e de sua família: *“Posso fazer escolhas que não fazia antes, penso em alguns sonhos que eu não tinha antes. Hoje penso em comprar um carro, uma casa, ajudar a mãe. Meus filhos vão fazer universidade. Tenho senso crítico. Mudou o meu estilo de vida, e vai melhorar quando eu me estabilizar”*.

⁶ Valor informado à época da pesquisa de campo.

⁷ No momento da pesquisa, o jovem cursava o doutorado, já concluído.

Considerações finais

Podemos observar que o projeto de interiorização promoveu mudanças na qualidade de vida de egressos do ensino superior do Centro Acadêmico de Vitória. Os entrevistados apontam melhorias significativas em sua qualidade de vida, após o ingresso na universidade, e a escolha dos cursos como decorrência de uma escolha pelo gosto, embora marcada pela oferta restrita à época da entrada, no período da pesquisa, ou seja, a escolha se configurando como resultado de uma adaptação dos agentes às condições sociais objetivas (BOURDIEU, 2004). Todos melhoraram o nível de renda, passaram a frequentar espaços culturais antes não frequentados, como teatros e museus. As mudanças atingem um âmbito tão extenso que chegam a permear os seus círculos de relacionamento, ainda que permaneçam com vínculos com os seus espaços de origem.

Com relação à permanência na cidade de origem, os dois jovens naturais de Vitória de Santo Antão se mantiveram no município, de modo a converter os resultados positivos da interiorização para o lugar através do trabalho que podem passar a realizar no local, embora a jovem Geneseli pense em conseguir emprego no Recife. No caso de David, que é do Recife, ocorreu uma inversão e a tendência é de que permaneça em Vitória, ainda que tenha feito o doutorado em São Paulo.

Mesmo com as limitações da oferta de opções de curso, os jovens tentaram efetivar suas opções a partir do gosto combinado à escolha do possível, observando com o que se identificavam nas áreas e nas matérias a elas relacionadas. Apenas um dos três entrevistados, originário de escola pública, não almejava ingressar no ensino superior, por falta de conhecimento dos meios de acesso. As práticas distintivas emergiram, o que fica claro no critério para se relacionar com as pessoas após o ingresso na universidade, os lugares que passaram a frequentar e as novas práticas com a mudança dos estilos de vida.

É interessante notarmos que, diferentemente dos outros dois entrevistados, David, que não é natural de Vitória, interiorizou-se, fez o caminho inverso ao sair da capital para o interior em busca de oportunidade. Ele se integrou ao município, dá aulas no curso pré-acadêmico do CAV e sente orgulho disso. O jovem deseja transferir um pouco do seu conhecimento a outras pessoas que pretendam estudar. Os exemplos de vida mostram o saldo positivo do processo de interiorização. Ao analisar os entrevistados em diferentes âmbitos, como a família, a escola e o círculo de amigos, entendemos as razões possíveis do sucesso escolar desses jovens e como isso trouxe mudanças em suas histórias de vida. Como David destaca:

Tenho orgulho da minha trajetória, é o que eu falo aos meus alunos. Me vejo como alguém que aproveitou as oportunidades, que enfrentou as dificuldades. E me orgulho muito do que eu passei, valorizo muito o meio em que eu vim, tenho o maior orgulho. [...] Se não tivesse aquele divisor de águas da minha mãe comigo no 2º ano eu poderia não estar aqui hoje dando essa entrevista. Soube reconstruir e dar a volta por cima. [...] Meus filhos vão poder fazer o curso que eles quiserem, na universidade que eles quiserem.

Verificamos aqui as diferentes formas de aquisição de capital cultural: nos jovens entrevistados, houve um processo de incorporação posterior do capital consagrado, através do acesso à universidade. Para os seus filhos, porém, a expectativa é de que o capital cultural legitimado seja incorporado de modo inconsciente, parte integrante do processo de socialização familiar. Na condição de egressos da universidade pública, num processo de afirmação no espaço dos estilos de vida, esses indivíduos afirmam o seu capital cultural no estado objetivado, como forma de distinção, já que seus diplomas lhes conferem, na condição de capital institucionalizado, a competência cultural para ingressar no mercado de trabalho.

Os estilos de sucesso diferentes, dos quais fala Lahire, evidenciam-se pelas escolhas de cursar uma pós-graduação ou concorrer no mercado de trabalho. Entretanto, está presente na fala dos jovens quando remetem à qualidade de vida: fazer o que antes não era possível ou imaginável. Ainda que provenientes de mercados de capital cultural não legitimados pela escola, houve a conversão do capital herdado por esses indivíduos, mesmo precariamente, em capital escolar que lhes deu aval para o sucesso que eles afirmam estar trilhando.

Referências

- BOTELHO, I; FIORE, M. O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo. *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIROS DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 8., 2004, **A Questão Social no Novo Milênio**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. p. 1-21. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/IsauraBotelho_MauricioFiore.pdf. Acesso em: 17 jan. 2019.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In: BOURDIEU, P. Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2012. p.39-64.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: Zouk, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório do REUNI**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. 29 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 out. 2010.
- LAHIRE, B. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LAHIRE, B. Patrimônios Individuais de Disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 49, p. 11-42, 2005.
- LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.
- LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 2004.
- MÜZELL, Lúcia. O fator social. Entrevista com Bernard Lahire. **Revista Educação**, n. 181, 30 abr. 2012. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/o-fator-social/>. Acesso em: 05 dez. 2013.
- OLIVEIRA, S. B. **O repórter amador: uma análise das disposições sociais motivadoras das práticas jornalísticas do cidadão comum**. 2013. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Centro de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. **Educação & Linguagem**, São Paulo, ano 10, n. 16, p. 63-71, jul./dez. 2007.

Recebido em: 16/12/2018

Aceito em: 11/01/2019

**O SOCIAL HABITA NOS DETALHES:
a escolha do nome próprio no âmbito de uma sociologia empírica dos afetos**

**THE SOCIAL DWELLS IN THE DETAILS:
the choice of the proper name from an empirical sociology of affections**

Priscila de Oliveira Coutinho*

Resumo

O texto se baseia em pesquisa empírica que reconstrói a biografia sociológica (LAHIRE, 2010) de uma migrante paraibana, filha caçula de um casal de pequenos agricultores e nomeada Juscelina em homenagem ao político brasileiro Juscelino Kubitschek. O recorte aqui considerado pretende discutir a escolha do nome a partir de interpretação sociológica que articula quatro elementos centrais: a) a posição da família no espaço social local; b) as características pessoais do pai de Juscelina, que incluem a relação com a cultura a que teve acesso, seu carisma pessoal e uma relação muito particular com o universo político; c) as circunstâncias nacionais e familiares que marcaram a época do nascimento de Juscelina; d) a relação singular do pai da biografada com a imagem pública do homenageado, Juscelino Kubitschek, a qual foi fabricada por um tipo de aparato de propaganda política inaugurado no Brasil por Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Identidade. Juscelino Kubitschek. Sociologia em escala individual. Migração.

Abstract

This paper is based on empirical research that reconstructs the “sociological biography” (LAHIRE, 2010) of a migrant from Paraíba, the youngest daughter of a couple of small farmers and named Juscelina in honor of the Brazilian politician Juscelino Kubitschek.

The considerations set out here intends to discuss the choice of the name of Juscelina from a sociological interpretation that articulates four central elements: a) the position of the family in the local social space; b) the personal characteristics of Juscelina’s father, which includes the relation with the culture to which he had access, his personal charisma and a very particular relationship with the political universe; c) the national and family circumstances that marked the time of Juscelina’s birth; d) the unique relationship of the father with the public image of the honoree, Juscelino Kubitschek, which was manufactured by a type of political propaganda apparatus inaugurated in Brazil by Getúlio Vargas.

Keywords: Identity. Juscelino Kubitschek. Sociology on an individual scale. Migration.

Introdução

Como já afirmou Zevedei Barbu (1979), o conceito de identidade é uma das nossas heranças prediletas do romantismo. Se é noção facilmente mobilizável nos mais variados discursos, tendo seu significado preenchido por informações contextuais, do ponto de vista propriamente conceitual, corre o sério risco de imprecisão e redundância, como bem apontou Lévi-Strauss (1977), ao postular ser a identidade um limite ao qual não corresponde em realidade experiência alguma. Não obstante a sua polissemia, a identidade individual se coloca da forma mais literal e inquestionável no espaço do nome próprio, aquele com o qual o sujeito é chamado,

* Professora Adjunta de Sociologia da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: prioliveiracoutinho@gmail.com

ou seja, incluído em suas redes de interlocução, desde as primeiras, com os “outros significativos” (MEAD, 1967), até aquelas constituídas nos contextos socializadores da vida adulta. Nesse sentido, o nome é mesmo uma precondição para construção da (auto) imagem de si. Nada mais literal para a afirmação de uma identidade individual do que a forma como somos chamados a entrar em uma conversação, ou como somos oficialmente nomeados (TAYLOR, 1997).

Do ponto de vista sociológico, a construção da identidade individual pressupõe, como tem defendido Bernard Lahire ao longo de sua obra, o conhecimento das disposições incorporadas e dos contextos frequentados ao longo da vida. Os múltiplos processos socializadores fabricam um indivíduo singular, sendo este, por isso, o mundo social em estado dobrado (LAHIRE, 2013). Profundamente influenciada por este postulado lahireano, que pode ser encarado como aperfeiçoamento empírico e metodológico de uma longa tradição disposicionalista, empreendi, entre julho de 2011 e outubro de 2012, investigação que procurou construir a sociobiografia da migrante paraibana Juscelina. Filha caçula de pequenos agricultores do agreste paraibano, realiza uma radical travessia no espaço sociogeográfico, tornando-se uma executiva de destaque do sistema Coca-Cola, e retorna à Paraíba em 2012, após 35 anos vividos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A reconstrução biográfica produzida¹ apoia-se em dados cujo intervalo temporal se inicia com a união dos pais da biografada, na terceira década do século XX, passa por acontecimentos que precederam seu nascimento e que explicam notadamente a posição da família no espaço social local e se estende até o retorno da biografada à Paraíba, o qual coincidiu com o período em que fazia a pesquisa empírica.

Concordando novamente com Bernard Lahire quanto ao fato de o social habitar nos detalhes e no singular, tanto quanto nas instituições e movimentos coletivos, busquei compreender as “pequenas” e “grandes” questões que atravessaram a vida da biografada e sua família: a política de combate à seca no Nordeste e alguns grandes processos migratórios do século XX, por exemplo, mas também as brincadeiras infantis da fratria, os enterros dos meninos pequenos, a escolha dos nomes dos filhos, notadamente o de Juscelina, sobre a qual pretendo concentrar a breve análise elaborada no texto que se segue.

Tal escolha relaciona-se ao momento específico que a família vivia quando Juscelina nasceu e ao tipo de associação produzida pelo seu pai entre a representação de si mesmo e a imagem pública de Juscelino Kubitschek, o homenageado. A investigação empírica acerca dos motivos da escolha do nome da biografada me conduziu a uma questão sociobiográfica central, a das condições de possibilidade originais para o desejo de um destino diferente do de seus irmãos, principalmente de suas irmãs.

¹Coutinho, Priscila de Oliveira. “Meu sonho era maior que eu”: biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

É sempre desafiadora a tarefa de recortar elementos interpretativos de um trabalho que ganha inteligibilidade justamente por analisar todo um longo ciclo de vida. Por isso, para tentar amenizar os limites impostos pelo formato de um artigo, incluo aqui uma breve descrição da trajetória de Juscelina para então prosseguir na análise por meio da articulação de quatro componentes interpretativos: a) a posição da família no espaço social local; b) as características pessoais do pai da biografada, que incluem a relação com a cultura a que teve acesso, seu carisma pessoal e uma relação muito particular com o universo político; c) as circunstâncias nacionais e familiares que marcaram a época do nascimento de Juscelina; d) a relação singular de seu pai, Gabriel, com a imagem pública de Juscelino Kubitschek, fabricada por um tipo de aparato de propaganda política inaugurado no Brasil por Getúlio Vargas.

Resumo da trajetória

Juscelina nasceu no Pará em 1957, cinco anos depois de seus pais, Gabriel e Satina, partirem da cidade de Pedro Velho (RN), divisa com a Paraíba, para Belém (PA). Seu pai, sua mãe, grávida², e seis filhos procuravam um lugar onde pudessem ter mais chances de sobrevivência após a escassez resultante das secas de 1952 e 1953. Em 1960, o casal decide voltar para a Paraíba. A família instalou-se na região de Caiçara³, no Agreste paraibano, onde viviam não só a mãe de Satina, mas também grande parte da família de Gabriel.

Criada nessa região, em um pequeno sítio, foi alfabetizada por uma irmã mais velha e cursou o primeiro ciclo do ensino secundário como bolsista no único ginásio particular da cidade. A concessão da bolsa, oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caiçara, exigia como contrapartida a apresentação de boas notas e uma espécie de estágio na secretaria do sindicato. Assim, aos 12 anos já trabalhava fora do ambiente doméstico durante o dia e estudava à noite.

Alguns de seus irmãos já haviam saído de Caiçara. Durante a pesquisa, fui conhecendo os diferentes percursos migratórios realizados pelos membros da fratria. Alguns realizaram movimentos temporários, predominantemente para o Rio de Janeiro, Salvador e João Pessoa, onde trabalharam como pedreiros, mecânicos, porteiros e vendedores ambulantes. Somente um deles fez um movimento migratório com intenção de permanência: foi para o Rio de Janeiro no início da década de 70 e ainda vive na cidade.

Aos 15 anos, Juscelina pede a Gabriel, seu pai, que a deixe partir para João Pessoa. Ela sempre se sentiu a filha predileta do pai. Com sua autorização, ela se muda para a capital, onde se emprega como datilógrafa em um jornal de esquerda – “O Momento” –, enquanto finaliza seus estudos de segundo grau no período noturno. Aos 18 anos, é aprovada num concurso para o

² Satina, mãe de Juscelina, teve 25 gestações. Houve quatro abortos espontâneos e 10 filhos morreram ainda pequenos.

³ Segundo do IBGE (2010), Caiçara tem 7.220 habitantes. O município localiza-se no Agreste brasileiro e dista 120 km da capital João Pessoa.

Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Porém, ainda insatisfeita com a vida na Paraíba, é incentivada por uma colega de trabalho a ir tentar a vida no Rio de Janeiro. Desejando conhecer o que a capital carioca poderia oferecer, as duas decidem ir para lá. Organizam a viagem durante alguns poucos meses e partem em dezembro de 1976. Elas se hospedam na casa de Daniel, irmão de Juscelina, na Vila Kennedy, no bairro de Bangu. Ele havia partido para o Rio alguns anos antes.

Depois de cerca de 40 dias à procura de trabalho, conseguem, por meio de uma agência de empregos, contratações temporárias. Juscelina emprega-se como datilógrafa na Texaco, onde fica por quarenta dias para logo em seguida iniciar uma experiência na Coca-Cola, também como datilógrafa. Na multinacional, constrói uma carreira de 35 anos. Foi secretária/português, representante de marketing, supervisora de vendas, chefe de vendas e coordenadora de vendas. No período mais adiantado da carreira, foi gerente em várias áreas até alcançar a gerência de key accounts e a diretoria da cervejaria Heineken, cargo que ocupava quando a conheci.

Ela não se casou e nem teve filhos, ao contrário de todos os seus irmãos. Com exceção de um curto período de um ano e meio em que morou em Fortaleza, viveu esses 35 anos no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas sempre fez visitas aos irmãos, os quais, com exceção de Daniel, moram em Caiçara e arredores.

A relação da biografada com seu pai e a posição da família no espaço social local

Das muitas questões que procurava compreender investigando a trajetória de Juscelina, algumas eram basilares para o desenvolvimento da análise, quais sejam, aquelas relacionadas aos elementos estruturais e agenciais que, sociologicamente reconstituíveis, explicam a excepcionalidade de sua trajetória e a constituição específica de sua multifacetada identidade (como são plurais quaisquer identidades). Mostrou-se necessário, então, um trabalho que se debruçasse sobre as diversas fases biográficas e relações decisivas estabelecidas ao longo da vida, assim como com os macro e micro processos que moldaram sua subjetividade, constituindo disposições, gostos, visões de mundo, ambições, etc.

Desse modo, a reconstituição social dos afetos na forma de uma biografia não poderia se restringir à análise de Juscelina com seu pai. Porém, para explicar o impulso original para realizar o primeiro e definitivo deslocamento de sua vida, de Caiçara para João Pessoa, a relação estabelecida com o pai me pareceu crucial. O que teria levado uma menina de 14 anos a partir sozinha para a capital do estado? O que teria levado Gabriel, fincado numa sociedade tradicional, não só a autorizar, mas a apoiar a decisão da filha?

Os motivos que explicam a escolha do nome de Juscelina foram me direcionando numa trilha interpretativa que confirmava a hipótese de que muitos dos motivos que levaram a que ela se sentisse capaz de enfrentar uma vida fora de Caiçara se deveram aos encorajamentos de seu pai. A relação com ele foi fundamental para a construção da autoconfiança que a motivou

a romper com o destino reservado às mulheres de sua classe e comunidade, assim como a estimulou a seguir o caminho que seu pai dizia que era o dela, o de uma moça inteligente que poderia se tornar advogada algum dia.

Juscelina procurava corresponder às expectativas paternas, conciliando o trabalho com o estudo e afirmando aos familiares e amigos que não queria casar e que precisava conhecer o mundo. A obediência e mansidão de seu comportamento, somadas ao bom desempenho escolar que sempre demonstrou, levaram Juscelina a ganhar alguns prêmios de seu pai. Além dos elogios, Gabriel promovia outros incentivos sutis e cotidianos. Para compensar as boas notas, ele levou a filha em algumas de suas viagens até a Praia da Pipa, no litoral do Rio Grande do Norte, onde ele comprava os camarões que negociava nas feiras de sábado. Ela se lembra bem do trajeto de trem até Pedro Velho e da linda paisagem que encontrava quando chegava a Pipa. Além de passear, essa era uma oportunidade de observar como seu pai negociava. Breves episódios de demonstração de que a filha era especial tornaram-se recordações duráveis e significativas.

Tendo percebido, já nas primeiras entrevistas com a pesquisada, a importância da relação positiva com o pai, passei a buscar elementos para compreender mais profundamente a trajetória e subjetividade de Gabriel. Precisava, então, em primeiro lugar, identificar os elementos objetivos que o posicionavam na hierarquia social daquela época e localidade, para então me aprofundar nas singularidades de sua personalidade. Comecei a compreender a posição da família no espaço social caiçarense quando, ao perguntar a uma das irmãs de Juscelina se seu pai já havia sido um *morador*⁴, ela me respondeu enfaticamente: *Não! Papai era um homem livre*⁵! O *morador*, além de trabalhar a maior parte da semana para o dono da terra, sob a ameaça de ser expulso, submetia-se a uma série de exigências impostas muitas vezes violentamente pelo *senhor*. Assim, na dinâmica das relações sociais constituídas nos espaços e na época em análise (Brejo, Agreste e Semiárido paraibanos da primeira metade do século XX), a oposição entre *moradores* e *homens livres*, ou *sujeitos* e *libertos*, expressava tanto formas de residência e trabalho quanto condições existenciais caracterizadas pela dependência a um senhor que delimita os “horizontes sociais e mentais” (GARCIA, 1989) de quem lhe era sujeito.

Ao *morador sujeito* – registrado no dicionário Aurélio como brasileirismo: “designação que davam os sertanejos aos escravos”, como anota Afrânio Garcia (1989) – não eram fornecidos os meios de constituição de interesses individuais ou coletivos. O proprietário de terras assegurava àquele os elementos materiais de reprodução da vida (teto e espaço, fundamentalmente), delimitava

4O *morador* é alguém que vende sua força de trabalho em troca da ocupação de um pedaço de terra do proprietário. Além de trabalhar a maior parte da semana para o dono da terra, o *morador*, sob a ameaça de ser expulso, se submete a uma série de exigências impostas muitas vezes violentamente pelo proprietário. A condição análoga a de escravo é esclarecida na expressão nativa utilizada para caracterizar um não *morador*: *homem livre*. Nesse ponto, é bastante elucidativa a já clássica interpretação de Maria Sylvia de Carvalho Franco acerca das redes de contraprestação - serviços prestados e favores concedidos – entre *homens livres*. Complementar ao regime de servidão, tais relações caracterizadas pela dominação pessoal mantinham, contudo, a aparência de laços entre pessoas socialmente iguais.

5 Expressões em itálico sempre serão usadas para indicar falas nativas e trechos ou expressões de entrevistas

os espaços físicos e sociais nos quais era permitido movimentar-se, determinava de quais atividades culturais e religiosas era permitido participar e decidia qual comportamento político o morador e sua família deveriam tomar. O *senhor* era, antes e além de tudo, dono do corpo de quem lhe era cativo, e por isso lhe era autorizado infligir castigos físicos aos desobedientes.

Na economia das práticas da dependência, o morador era o *cabra*⁶ e o *liberto* era o *homem*. Àquele não era dada a possibilidade de obter respeitabilidade social, pois ele não podia exigir reparação às ofensas sofridas cotidianamente. Era o homem condenado à vergonha, vivida como condição existencial, não sentimento transitório. O fato de não ter domínio sobre seu corpo e sua vontade levava a que a vergonha recobrisse todo o espaço moral no qual se constrói a identidade pessoal e familiar. Dentro dos limites arbitrários dos desejos do senhor, era, por vezes, permitido ao *cabra* e à sua família o cumprimento dos sacramentos católicos que os colocariam no universo daqueles que têm chances de salvação no mundo extraterreno. Por isso, o senhor era *aquele que casava e batizava*, na expressão corrente incorporada na literatura de José Américo de Almeida. Ao *morador*, era negada participação nos jogos de afirmação da reputação cujo imperativo central é o do reconhecimento mútuo da igualdade em honra, tanto aqueles do cotidiano quanto as disputas do “tempo da política” (PALMEIRA, 2011), já que o *eleitor*, para o ser, tinha que ser *homem*, enquanto o *cabra* posicionava-se obrigatoriamente do lado do candidato apoiado pelo *senhor* e dava o seu voto e os de sua família para quem ele ordenasse.

Educação e carisma como elementos determinantes da personalidade e trajetória de Gabriel

Ao longo da investigação, constatei que não só Gabriel, mas seus pais e todos os seus irmãos escaparam da *morada* como condição de sobrevivência. Apesar de todas as privações ligadas à dificuldade de acesso a bens e serviços, às restrições derivadas da falta de direitos e aos muitos limites na reprodução da vida ao qual estavam submetidos agricultores pobres naquela época, acredito que muitas das possibilidades abertas à família devem ser sociologicamente reconduzidas à condição de *liberta*. Tal situação garantiu algumas vantagens econômicas, como a venda do excedente produzido no roçado e certa liberdade política, já que não eram obrigados a votar nos candidatos apoiados pelo proprietário da terra. Gabriel⁷, o filho mais velho da fratria, e seus irmãos, apesar de todas as dificuldades, foram alfabetizados. Numa época em que, segundo o recenseamento de 1920, feito pela Diretoria Geral de Estatística, cerca de 80% dos paraibanos e 76% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever (BRASIL, 1920), alfabetizar os filhos certamente significou muito do ponto de vista de chances de sobrevivência e de posicionamento na escala social local.

6 Como explica Afrânio Garcia (1989, p. 49): “O valor simbólico da palavra cabra está ligado aos usos sociais deste animal: criadas por mulheres, as cabras não são difíceis de alimentar e vivem em lugares onde outros animais não se adaptam, como nas regiões semiáridas (Sertão, Curimataí). São elas que fornecem a maior parte do leite às crianças dos *engenhos*, sobretudo aos filhos de *moradores*”.

7 Gabriel nasceu em 1913. Mariinha, a caçula, em 1927.

Sua irmã mais nova, Mariinha, formou-se professora e manteve hábitos de leitura e escrita até o fim da vida. Surpreendi-me quando, em um de nossos primeiros encontros, ela ditou a primeira lição da cartilha que usava como professora das escolas rurais da região. A prática cotidiana da escrita, além de ser forma de gerir a economia doméstica e de registrar informações familiares, vicinais e comunitárias, possui dimensão moral revelada num verdadeiro encantamento pela palavra grafada. Outras irmãs de Gabriel estudaram e algumas sobrinhas concluíram o magistério. Conversando com diversos familiares de Juscelina, percebi a significativa valorização da caligrafia entre aqueles com a idade na faixa dos 60 anos. Numa época em que a “escrita à mão” era a forma predominante de documentar informações cotidianas, a beleza e correção da caligrafia indicavam habilidades ligadas ao letramento, apreciada pessoalmente e valorizada socialmente.

Assim como a higiene das casas, utensílios domésticos e roupas, a caligrafia funcionava como “coeficiente de prestígio” (HOGGART, 1970) entre a população local. Não por acaso, quando algum dos filhos de Gabriel mencionava que ele sabia ler, escrever e fazer contas muito bem, acrescentava: *Papai tinha uma caligrafia linda!* O letramento era bastante valorizado na família, o que não deixa de ser um tanto surpreendente se considerarmos o universo rural paraibano das primeiras décadas do século XX⁸.

Além da valorização da educação formal, cujo acesso era muito restrito, Gabriel era um entusiasta da cultura popular nordestina e encontrou diversas maneiras de desfrutá-la e praticá-la. Costumava ler *folhetos* (literatura de cordel) para seus filhos e recebia em sua casa músicos que encontrava nas *ruas*⁹, dos municípios onde negociava, ou em suas viagens com a tropa de burros. Eram, em sua maioria, emboladores de coco que, acompanhados de ganzás e pandeirolas, cantavam versos noite adentro, enquanto, à luz do candeeiro, os feijões colhidos pela família eram debulhados e peneirados na urupemba¹⁰. Gabriel conhecia de cor muitos versos do cancionário popular, legado transmitido a alguns de seus filhos.

8 Como afirma Romanelli (2005), o atraso na generalização da educação até 1930 prendia-se às prioridades do Estado, que se confundiam com os interesses imediatos da agro exportação, o que excluía qualquer possibilidade de investimentos em direitos sociais. Assim, até o final da Primeira República a maioria da população estava concentrada na área rural, sobrevivendo de uma economia de base agrícola que não precisava modernizar seus fatores de produção. Um real investimento institucional na educação só ocorre quando passa a ser uma exigência da economia de mercado. A intensificação do processo de urbanização, causado pela deterioração das formas de produção do campo e pela implantação do capitalismo industrial, assim como as crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundários e terciários da economia, forçam uma mudança significativa no que se refere à alfabetização e à qualificação da população (ROMANELLI, 2005). Assim, pelo menos até a década de 30, a possibilidade de ascensão social por meio da aquisição de capital cultural esteve direcionada para estratos sociais intermediários. As possibilidades de que um homem pobre ou um liberto conseguisse educar-se eram irrisórias, assim como eram mínimas as chances de alguma ascensão social para grupos populares que não fosse por meio da escolarização. Esse quadro de inescapabilidade de uma posição social subalterna atingia tanto os ex-escravos quanto os homens brancos, pardos e pobres, habitantes de regiões rurais em regime de semiservidão.

9 *Rua* é como se nomeia a parte urbana da cidade (identificada, no início do (século XX), como o lugar da Igreja Matriz e da feira semanal); *Sítio* denota a porção rural do município. Quando se fala, por exemplo, de Sítio Cancão, a referência é a uma espécie de bairro rural.

10 Trata-se de uma espécie de peneira.

O tipo de apropriação criativa que Gabriel fazia da linguagem popular, tal como um artista do cotidiano, integrava o que de forma um tanto vaga, mas que pretendemos densificar, pode ser denominado de carisma. A característica foi muitas vezes, e de diferentes formas, explicitamente evocada pelos meus entrevistados de Caiçara. Quando eu mencionava seu nome, dificilmente meu interlocutor não respondia com um sorriso: *Lembro sim de seu Gabriel. Era uma figura*. Seus filhos o definiram de muitas formas, dentre elas: *Papai era um meninão*.

Sua prosa me foi descrita como sagaz e repleta de traços de comicidade, algo próximo do que diversas vezes ouvi como a *malícia do tropeiro*. A sagacidade, na visão de Gabriel, integrava algo como a honra masculina, de modo que a noção de virilidade estava àquela atrelada. Um provérbio que ele enunciava quando considerava um homem muito *mole/besta* (ou seja, pouco sagaz, em oposição a rijo/astuto) era: *Se o homem for pra ser besta, é melhor ser ladrão de cavalo*.

A imagem de Gabriel reúne a família de modo bastante significativo e singular. Nos momentos em que se contavam as *resenhas de papai*, como a irmã mais velha de Juscelina, Maria, costuma dizer, foi quando pude ver o modo mais harmonioso de integração de Juscelina com seus irmãos. Era quando ficavam mais evidentes os laços ancestrais e vínculos afetivos profundos com aqueles com os quais não se partilham muitos dos valores e visões de mundo. O compartilhamento das histórias sobre Gabriel, sempre cheias de comicidade, picardia e originalidade, eram períodos de trégua, quando as diferenças ficavam momentaneamente suspensas para darem lugar ao riso, cujo sentido se pode extrair da compreensão coletiva das sutilezas e particularidades que tecem cada uma dessas histórias, e ao contentamento coletivo promovido pelas boas lembranças.

São várias as anedotas sobre ele. Seus filhos contam que *na época que papai bebia*¹¹, antes de irem para o Pará, viagem sobre a qual falarei adiante, Gabriel, após algumas doses, subia em seu cavalo com o objetivo de voltar para casa, mas dormia em cima do animal. Este sabia o caminho e o levava com segurança o destino de modo que Gabriel chegava dormindo, mas *são e salvo* pelo cavalo. Quando o tropeiro caía pelo caminho, o cavalo levava até o sítio os alimentos armazenados nos cestos das cangalhas. Outra anedota da qual a família se orgulha e com a qual se regozija é a do *morcego*. Reunida com a família, em fevereiro de 2012, foi Juscelina quem pediu a Demétrio, seu irmão mais velho, que a contasse detalhadamente:

Lá em São José do Mipubu tinha um padre que viu que tinha muito morcego na igreja, aí ele matou um bocado de morcego e ficou aquilo tudo caído no chão. Aí o tributirno [vendedor de refeições] passou e viu aquele bocado de morcego no chão. O tributirno era bem inteligente, metido a sabidão. Aí o pessoal, antigamente, tinha mania de chamar notinha velha de morcego, dinheiro velho de morcego, né. Aí papai disse pro padre: Padre, o que o senhor vai fazer com esse bocado de morcego? O padre disse: Vou jogar fora. Ele disse: Padre, me dê um bocado de morcego. Aí o padre disse: O que você vai fazer com morcego morto? Ele disse: Deixe comigo. Aí ele foi lá no restaurante. Chegou e perguntou: Recebe morcego? Aí o rapaz meio desconfiado: disse:

11 Não se sabe a época exata em que Gabriel parou de beber, mas Juscelina conta que, em suas lembranças de menina, seu pai já não consumia bebidas alcoólicas com frequência.

Recebe. Aí ele sentou, almoçou bem. Aí na hora de vir a conta, o rapaz disse: É tanto! Aí papai começou a tirar aqueles morcego tudo do bolso, e o restaurante cheio, né. Aí o triburtino disse: Vai -se embora daqui com esses morcego, hõmi, vai-se embora! E papai foi embora sem pagar a conta!

Nas diversas historietas a mim relatadas, o pai é sempre a personagem principal, uma espécie de herói com atitudes picarescas, bem ao modo de vários protagonistas de Ariano Suassuna, que transitam em diversos contextos sociais com destreza e vivacidade. Sobre a capacidade de compreender a linguagem, performance e valores de diferentes ambientes e classes sociais, assim como de adaptar-se a eles, Gabriel repetia uma fórmula que marcou a vida de Juscelina: *Em terra de sapo, de cócoras com ele*.

O hábito de colorir de comicidade a interação com os outros dava a Gabriel uma familiaridade privilegiada com as diversas categorias sociais com as quais convivia. Como afirma Maria, ele *adorava uma piada*:

Ih, piada era com ele. Tinha um juiz, um promotor em Caiçara, que ele começou como promotor, virou juiz, aquela confusão toda. Ele, toda noite, depois que chegava do Fórum, ia lá pra casa pra escutar papai contar piada. Contava piada de papagaio, de morcego, tudo quanto era piada, ele sabia... de padre, contava muita piada de padre.

Numa sociedade onde o “*ethos*” humorístico é bastante presente, como documenta Suassuna (1974), os gracejos e zombarias de Gabriel serviam de mote para muitas de suas relações. Desse modo, ele era capaz de, com suas *palestras* divertidas, mobilizar, modelar e transformar suas relações (COMEFORD, 1997). Ademais, ele recebia admiração especial por sua engenhosidade linguística. Isso porque era mestre em provocar o riso na medida mesmo em que explicitava com jocosidade dados implícitos da estrutura social ou de determinadas interações. Maria relata:

Ele gostava era de rico. Gente com bigode enrolado era com ele mesmo. Pra juiz, era festa e jantar que ele dava. Pra pobre não, pra pobre era bom dia, boa tarde e até logo. Papai dizia que quando um rico morria o sino tocava: “Peena, peena, peena”, e quando um pobre morria o sino tocava: “Se dane, se dane, se dane”.

Das “brincadeiras” (DOUGLAS, 1968) de Gabriel também podemos depreender o senso de distinção social do qual ele era de fato consciente. Procurou estar perto de pessoas influentes e de classes sociais superiores à sua porque essa aproximação lhe agradava e poderia render favores e prestígio, mas também por entender que ele se assemelhava socialmente a eles. Era um *homem livre* e alfabetizado num universo de muitos *cativos* e analfabetos. Ademais, a profissão de tropeiro não só o diferenciava positivamente dos agricultores, mas também lhe fornecia capital simbólico específico, qual seja, um conhecimento sobre o *mundo*, entendido como o espaço

simbólico de uma liberdade impensável para aqueles submetidos ao cativo e sedentarismo da *morada* (WOORTMAN, 1990). *Gabriel, como todo viajante, conheceu* os perigos das estradas, mas também as estratégias para enfrentá-los, o que lhe conferia uma espécie de autoridade experiencial (CLIFFORD, 1998).

Juscelina o define como um *bon vivant*, e todos os seus filhos disseram que ele *só gostava de coisas boas*, característica muito bem sintetizada no ditado, que ele costumava repetir: *calça de veludo ou bunda de fora*. Sobre isso, é novamente Maria, a filha que mais intensamente conviveu com ele, quem explica:

Papai tinha espírito de rico. Só andava todo esticado. Os pés de papai era fino que nem pé de moça. É porque pé de pobre é grosso, pode pisar em terra quente, barro quente e aguenta, sabe? Os pés dele não aguentava não.

Priscila: Mas por quê? Ele usava sapato?

Maria: É porque ele fazia calçado. Era bem engomadinho, sentado, conversando, conversava com um e com outro, brincava com um, brincava com outro. A vida dele era divertida. Ele nunca teve espírito de pobre não. Andava nos trens aí, mas era sempre todo engomado. Parava, dava cinco tostões a um, cinco tostões a outro pra carregar as bagagens dele. Acha que ele ia carregar bagagem nas costas, é? Ele pagava... Não carregava bagagem não. Aí eu digo assim: papai tinha espírito de gente rica, mas quem quer ser pobre?

O que estava subjacente às “brincadeiras” (DOUGLAS, 1968) de Gabriel era tanto a ambiguidade consistente no fato de ser ele um homem modesto se fazendo de rico quanto a posição intersticial que ele ocupava na estrutura social. A jocosidade de Gabriel indica a perspicácia com a qual ele apreendia o mundo social. Tal apreensão eficaz dos contextos frequentados e das características de seus interlocutores lhe permitia reconhecer os limites entre a brincadeira e a ofensa. Seu carisma é reconhecido porque sua presença era agradável, já que ele manipulava com habilidade a tensão constitutiva do comentário jocoso. As piadas com os pobres e os ricos, além disso, ao jogarem luz sobre as muitas dimensões das assimetrias sociais, cumpriam uma função crítica, se a entendermos como observação e julgamento das ações alheias segundo quadros de referência moral (WERNECK, 2016).

Convivia em sua personalidade a consciência de estar socialmente acima de um *morador*, mas de compartilhar com ele as inúmeras dificuldades e misérias da vida. A posição média que Gabriel ocupava, entre *moradores* e grandes proprietários de terras, aproximava-o mais, do ponto de vista das condições de que se revestiam o cotidiano (inseguranças quanto à provisão alimentar, quase inexistência de serviços de saúde, precariedade do transporte etc.), dos *pobres* dos quais ele zombava do que dos promotores e juízes dos quais ele buscava astuciosamente aproximar-se por meio da manipulação consciente de seus talentos sociais. Assim, Gabriel não estava suficientemente acima de um *pobre* para que suas piadas fossem consideradas ofensivas. Era como zombar de si mesmo e ao mesmo tempo fingir estar no lugar do rico. É um pobre

falando de si como se fosse um rico falando do pobre. Era na imitação do rico, expressão também do desejo de o ser, que residia a graça.

Acredito que a personalidade carismática (de *bon vivant*, como disse Juscelina) e esse senso de pertencimento social a classes que estavam acima do que poderia alcançar, considerando suas condições materiais de existência, além de outros fatores analisados no tópico seguinte, tais como o encanto pelas estradas, o desejo de “modernidade” associado à imagem pública de Juscelino Kubitschek¹² e a proximidade com um de seus maiores projetos, a estrada Belém-Brasília, levaram Gabriel a se identificar de forma determinante com o político.

O contexto do nascimento e a escolha do nome de Juscelina

Após duas grandes secas, de 1950 e 1953, Gabriel e Satina decidiram tentar a vida no Norte do país. Como muitos outros brasileiros, deslocaram-se, buscando as promessas de trabalho que remontam a políticas de migração dos primeiros anos da Era Vargas. Após alguns apuros vividos na longa viagem até Belém e depois de alguns anos de instabilidade, Gabriel conseguiu comprar um pedaço de terra na região, à época, chamada de Miritueira, nos limites dos municípios de São José do Guamá e daquele que em 1961 se tornaria o município de Santa Maria do Pará.

A casa da família localizava-se a poucos metros de distância de onde, entre 1959 e 1961, seria iniciada a construção de trecho da rodovia Belém-Brasília. O terreno tinha *1 quilômetro de fundo com 100 metros de frente*, ou seja, 10 hectares, porção de terra que um agricultor do Agreste paraibano dificilmente seria capaz de adquirir¹³. O principal alimento cultivado pela família para a venda a mercearias da região era o arroz, semeado em janeiro e colhido em junho ou julho.

A viagem para o Norte, com todas as suas descobertas, além do contato com pessoas vindas de outras áreas do país e do exterior, trouxe muitas novidades para a vida da família e gerou nas crianças a alegria da satisfação da curiosidade, sempre incentivada por Gabriel, cujas habilidades sociais colaboraram para a boa adaptação e para a sobrevivência por meio da venda do que era cultivado no terreno adquirido e também do trabalho como *marchante* (abatedor e negociante de carne), que executou durante alguns anos. Homem alegre, gentil e carismático, habilidoso nas relações sociais, além de alfabetizado, conseguiu exercer funções que lhe asseguravam algumas prerrogativas. Na região onde comprou sua terra obteve uma espécie de concessão oficial para ser algo como um chefe de diligência local, um *oficial de justiça*.

O prestígio e os privilégios da nova colocação garantiram à família uma vida mais confortável e segura. Gabriel, lembra uma de suas filhas mais velhas, *comprou um cavalo preto*

12 JK foi eleito governador de Minas Gerais em 1951, e presidente da República em 1956.

13 Como constatou recenseamento feito por Afrânio Garcia na feira de Remígio, PB em 1982 (GARCIA, 1989). Segundo o antropólogo, nenhum dos agricultores que negociavam na feira tinha mais de 10 ha.

bonito, uma boa sela, comprou uns gados. A gente andava muito bem calçado. Era com esse cavalo que ele cumpria as diligências oficiais, imponente e sempre bem vestido com as roupas engomadas por Satina no ferro à brasa. A amizade com o prefeito e o espírito empreendedor de Gabriel, além da grande importância que ele atribuía ao estudo de seus filhos, levaram-no, com o apoio da prefeitura, a criar uma escola, que atendia também às outras crianças da região do sítio. A professora do grupo morava com a família. Em seu sítio, Gabriel também promovia atividades culturais, voltadas principalmente para as crianças do lugarejo. Como diz Maria, *papai juntava um bocado de gente lá no Pará.*

Quando Juscelina nasceu, em 1957, na Fazenda Miritueira, a família vivia um período de prosperidade, se comparado à fase de apuros e iminência da fome que antecedeu o deslocamento para o Norte. Muito entusiasmado com a recente vitória de Juscelino Kubitschek, político em quem os pais de Juscelina depositavam muita esperança, a décima nona filha foi batizada em sua homenagem. Gabriel, sempre muito inteirado da política local e nacional, identificava-se com o presidente bossa-nova. Os motivos para tal identificação eram abundantes, desde que compreendamos não só a propaganda de JK, cuja eficácia e estratégia inauguraram um período inovador de tecnologia de marketing político, mas também imaginemos o tipo de “fabricação” (CERTEAU, 1998) da imagem de Juscelino que Gabriel – com os meios tecnológicos de que dispunha, com as circunstâncias nas quais vivia e com os elementos psicossociais (FERNANDES, 2008) ou disposições (LAHIRE, 2010) de que se constituía a sua subjetividade – poderia realizar.

A relação de Gabriel com a política local e nacional é antiga. Ele sempre se interessou por ambas e, durante toda a sua vida, elas tiveram impacto determinante em sua trajetória e na de sua família. É claro que as decisões estatais impactam a vida de qualquer cidadão, mas certas políticas de governo podem ser mais definitivas para uns do que para outros. Ademais, cada indivíduo e cada família têm uma forma particular de lidar com o Estado. Trata-se de diferentes “maneiras de fazer” (CERTEAU, 1998), ou seja, de diferentes formas de utilizar a ordem estabelecida. Ordem essa que pode ser tanto a lei que obriga o cidadão a fazer algo quanto um programa de governo que oferece a ele um espaço de jogo, um tabuleiro onde, apesar de todas as restrições impostas, encontra um lugar para, nas brechas das normas universalizantes e dos planos de ação formatados à sua revelia, criar as suas táticas.

Homem inteligente e experiente, sabia que não só os políticos jogam entre si, também um cidadão precisa saber jogar com o *poder*¹⁴. E ele soube fazer isso muito bem, pois conhecia profundamente a cultura política na qual se inseria e possuía grande habilidade para capitalizar as relações sociais conquistadas com suas capacidades técnicas (habilidades adquiridas nos trabalhos executados, além das linguísticas e de escrita) e com seu carisma, galhardia e senso de distinção social. O conhecimento sobre planos e medidas políticas era obtido nas leituras de

14 Em Caiçara o *poder* é o conjunto de possibilidades, atribuições, capacidades e prerrogativas sobre as quais têm domínio o conjunto de indivíduos e grupos que ocupam os aparelhos estatais nos três níveis fundamentais da Federação (União, Estados e Municípios).

jornais que encontrava vez por outra em suas viagens, nas conversas e nas notícias ouvidas no radinho de pilhas que o acompanhou durante grande parte da vida.

Gabriel adorava *A voz do Brasil*, o *Repórter Esso* e os programas de notícias da Rádio Tabajara. Como demonstra Lúcia Lippi Oliveira (2007), o rádio era um dos bastiões da modernidade da Era Vargas. A democratização de seu acesso integrava a política de aprimoramento da comunicação no Brasil e ao mesmo tempo era uma estratégia propagandística muito poderosa. A construção de uma “cultura nacional”, como Vargas projetou, teve o rádio como o maior suporte tecnológico. Como grande parte da população era analfabeta e vivia no interior do País, o rádio permitia alguma interação entre governo (que tinha programas de autodivulgação específicos e regulava as outras emissões), a população e os artistas nacionais e locais. Gabriel, que *adorava tudo que era moderno*, não poderia deixar de adorar o rádio.

Quando decidiu partir da Paraíba rumo ao Norte com sua família não era somente o desespero que o motivava. Havia também esperança, e certamente esse sentimento era construído com a expectativa de progresso e modernidade que, em meio a todo desrespeito, humilhação e privação que encontrou durante a viagem, ainda podia divisar. Apesar de tudo, eles conseguiriam chegar ao Pará e então poderiam recomeçar a vida em um lugar com água e terra para plantar. Gabriel via que o Brasil estava mudando, que as estradas começavam a ser construídas e o país ficava paulatinamente mais integrado. Além disso, projetos inéditos de apoio ao Nordeste eram implementados (obras de combate à seca, Banco do Nordeste, etc.).

Mesmo sem ter conseguido executar reformas trabalhistas no meio rural, que só começariam a ganhar corpo com a luta pela transformação da participação política dos trabalhadores do campo, protagonizada pelas Ligas Camponesas, o trabalhismo da Era Vargas indicava uma mobilidade daquelas forças políticas que Gabriel conhecera em sua juventude, assim como dos valores que as sustentavam.

Gabriel e sua família eram parte daquela população que o governo varguista desejava instrumentalizar. Eles integraram a massa humana que passou por situações de brutal abandono durante a Marcha para o Oeste. Porém, apesar de tudo, de fato, algumas possibilidades estavam abertas no Norte do país. O que o estudo biográfico dessa trajetória familiar demonstra é que a astúcia de Gabriel, a resistência de Satina e a força moral de ambos atuaram nos momentos que pareceram a eles oportunidades de melhora da situação familiar. Não conseguiram livrar-se de muitos apuros, penúrias e sofrimentos, mas puderam inventar cotidianamente maneiras de amenizá-los por meio de uma “ética da tenacidade” praticada na forma de uma “estética dos lances” (CERTEAU, 1998).

Com jogadas táticas, criadas em cada momento tido como oportuno, a família foi salvando a si mesma. O fato de ter tido algum espaço de ação fazia com que Gabriel fosse grato ao governo getulista e idolatrasse Juscelino Kubitschek, que chegou à Presidência na época em que a família atingiu a estabilidade no Pará – quando, após quase dois anos vivendo como empregados, conseguem comprar a terra em que viveram de 1955 a 1960.

O discurso do desenvolvimento, do modernismo e do progresso que capitaneou o imaginário construído sobre o presidente dos “50 anos em 5” (seu plano de governo previa fazer 50 anos de progresso em 5 anos de realizações) só pôde alcançar tamanha legitimidade porque prosseguiu, em grande medida, com os projetos do desenvolvimentismo varguista. Getúlio promovera a criação de uma série de agências para estudar, formular e executar políticas de desenvolvimento, sempre dentro de uma ótica que valorizava a ação do Estado, a iniciativa local e o nacionalismo.

Um desses empreendimentos era o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que nos interessa mais diretamente, de cuja comissão Juscelino havia participado em sua segunda legislatura como deputado federal (SIMÕES, 2000). No governo de Minas Gerais e no Legislativo, Juscelino dedicou-se ainda a grandiosos projetos de comunicação, eletrificação e transporte, de modo que sua imagem sempre esteve associada ao desenvolvimentismo. O dirigismo estatal que valorizava a participação local e tinha como base ideológica o nacionalismo construído pelas elites intelectuais teve início com Vargas e continuou criativamente com JK.

O aparato de propaganda mobilizado na Era Vargas serviu de aprendizado para Juscelino Kubitschek, que não a utilizava esporadicamente, mas como integrante perene de sua “*práxis*” política. É o que defende Josanne Simões, completando que a propaganda direta, formada pelo investimento em contatos físicos com eleitores e apoiadores e focada em características pessoais e na trajetória do político, gerava afetividade, empatia e veneração, e reforçava o que era divulgado em rádios, jornais e no “boca a boca”, sobre as virtudes de Juscelino.

Sonhador, idealizador, pé de valsa, simpático, elegante, confiante, dinâmico, ousado, sorridente e habilidoso nas relações sociais e políticas (“se dava com todos”), a identidade mítica de JK era muito próxima da autoimagem de Gabriel. E também de como ele me foi descrito. Ramos, um dos irmãos mais velhos de Juscelina, na primeira conversa que tivemos, comparou seu pai a Juscelino:

Ramos: Meu pai foi um herói, que nem Juscelino, que também foi um herói. É verdade o que falam sobre ele?

Priscila: De quê?

Ramos: Que ele deixou o país endividado?

Priscila: É... Parece que deixou mesmo...

Ramos: Mas é claro, um homem que construiu Brasília, construiu a estrada, a Belém-Brasília!

A trajetória pessoal também foi aproveitada politicamente. O menino que vivia isolado na Diamantina, MG, da década de 1920, era aficionado por estradas e energia elétrica. Por isso, desbravaria os fundões do Brasil, abrindo caminhos e levando o desenvolvimento. Homem de “virtú”, munido da “capacidade humana de agir e criar sobre ocasiões e circunstâncias”

(SIMÕES, 2000, p. 33), Juscelino, filho de uma professora primária e de um caixeiro-viajante, teve uma infância pobre. Seu pai morreu poucos anos após o nascimento dos filhos, e Dona Júlia, sua mãe, teve que arcar sozinha com a manutenção da casa e da família.

Porém, o ofício de professora trazia o “status intelectual que abria as portas da convivência social” (SIMÕES, 2000, p. 22), de modo que, não obstante a pobreza, a família contava com reconhecimento social. Por isso, afirma o próprio Juscelino (Apud SIMÕES 2000, p. 22): “Nossa pobreza não era, pois, propriamente da origem, mas das circunstâncias”. Então, por mais que a vida da família fosse cercada de privações, Júlia e seus filhos pertenciam, ou julgavam pertencer, à camada sociocultural diversa. Como conclui perspicazmente Josanne Simões (2000, p. 22): “Se a pobreza era de ‘circunstância’ e não de ‘origem’, coloca-se o traço distintivo e impulsionador que os diferenciava dos pobres de origem: o sentido da inadequabilidade diante dos fatores externos impostos à vida”. Nada mais próximo do modo como Gabriel compreendia a própria situação social.

Se, como afirma Hazareesingh (2010), a compreensão do mito (homem tornado mito) demanda a reconstituição da dupla afetividade que o constitui – no nosso caso, de JK com os brasileiros e dos brasileiros com ele –, então, certamente a apreensão da apropriação individual de um personagem do imaginário coletivo depende da análise dos fatores que levam à identificação do homem comum com o mito.

A construção midiática da imagem, por mais difusa que seja, tem alguns padrões recuperáveis analiticamente. No caso de Juscelino, muitas das representações produzidas sobre ele (numa clara e proposital confusão entre o político e o garoto irrequieto, ágil, culto, ousado, brilhante e elegante que saiu do interior de Minas Gerais para conquistar a presidência do país) participaram da construção particular que Gabriel fez sobre o presidente da modernidade, mas a personalidade do pai de Juscelina (disposições, aptidões, visões sobre si, etc.) e as circunstâncias nas quais Gabriel apropriou-se do mito intervêm definitivamente na visão que sobre JK será construída. Não era somente gratidão e admiração que ele sentia. Gabriel achava que eles se assemelhavam, como é possível concluir de alguns dos relatos de seus filhos.

Desse modo, o nome de sua filha não era somente uma homenagem ao homem visionário que estava construindo a Belém-Brasília, estrada que passaria às margens da Fazenda Miritueira (tropeiro que era, Gabriel sabia que o desenvolvimento não poderia vir sem estradas). Tratava-se ainda de uma homenagem a si mesmo, assim como uma forma de perpetuar, pela nomeação identificadora, essa conexão entre o mito JK e a sua autoimagem.

Acredito que o fato de Juscelina ter nascido numa época de prosperidade familiar e de empolgação nacional fez com que a relação entre pai e filha fosse pautada, entre outras coisas, por esse elemento da esperança de ascensão. Não se pode dizer que Juscelina incorporou o projeto paterno de elevação social, tal como seria correto afirmar, por exemplo, sobre o caso de Wolfgang Amadeus Mozart, descrito e analisado na bela pesquisa de Norbert Elias. O pai do gênio austríaco era músico e empenhou-se sistemática e planejadamente na educação musical

do filho, de modo a desenvolver ao máximo seu talento natural. Sua habilidade nas práticas pedagógicas iluministas, consistentes, como afirma Elias (1995, p. 76), em “subjugar o ensino ao desejo pessoal do professor”, certamente reforçaram progressivamente o vínculo de dependência do menino com seu pai, assim como a extrema insegurança emocional que caracterizou, desde a infância, a personalidade de Mozart. A constante vigilância exercida por Leopold Mozart, que encarregava sua esposa de fazê-la em seu lugar quando não podia acompanhar o filho nas turnês europeias, assim como o exercício da dupla autoridade, de pai e mentor, ambos muito rígidos e ambiciosos, são outros fatores que reforçariam a adesão do filho ao projeto paterno.

Entretanto, mesmo não havendo, no caso de Gabriel, um empenho sistemático em transformar a vida de sua filha na vida que ele próprio gostaria de ter, ela foi desenvolvendo anseios, hábitos, habilidades e disposições (ascetismo, obediência, tenacidade, combatividade) que iam ao encontro do que seu pai considerava características de alguém *estribado* (bem-sucedido), ou seja, alguém que poderia superá-lo do ponto de vista econômico e cultural/escolar, e o superando traria sentido e realização à sua vida. Tal tipo de conexão entre pai e filha (o) não tem nada de incomum, mas a compreensão de como se dá em cada caso demanda o conhecimento de sua incontornável singularidade.

No caso de Juscelina, alguns fatores são essenciais para explicar sua especificidade: o sentimento de esperança que animava a família na época de seu nascimento; a posição de filha caçula - nascida quando os filhos mais velhos já poderiam colaborar para a melhora da vida familiar, o que é demonstrado, por exemplo, pelo fato de Juscelina ter sido alfabetizada em casa por uma irmã mais velha; os incentivos à escolarização oferecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fruto de uma política historicamente situada do Ministério da Educação da qual Gabriel foi capaz de se beneficiar com a consecução de uma bolsa de estudos para sua filha; os elogios sentidos por ela como exclusivos e especialmente afetuosos; os passeios que intermediavam sua relação com o espaço público; as autorizações para trabalhar fora do ambiente doméstico aos 12 anos, no sindicato, e para se mudar, sozinha, aos 14 anos, para João Pessoa.

Todos esses eventos são tomados aqui como sociologicamente relevantes porque repercutiram na vida de Juscelina de maneira durável. Apesar de não ser razoável afirmar que houve, da parte de Juscelina, um planejamento de ascensão social arquitetado a partir de objetivações conscientes, os fatores acima reunidos a impulsionaram, ainda muito jovem, a ter uma trajetória diferente daquela socialmente reservada às mulheres de sua família.

Retomando a questão que abre esse texto – a da relação entre a identidade e o nome próprio –, faço algumas últimas considerações que remontam ao percurso da investigação. Após Juscelina consentir em ter a vida vasculhada por uma pesquisadora e mesmo ainda não sabendo quais caminhos a investigação tomaria, ela decidiu pelo não anonimato. Ao longo da nossa convivência e conforme avançava na busca de dados empíricos sobre sua trajetória e de sua família, fui entendendo com mais profundidade os motivos dessa decisão.

Tendo se dedicado quase inteiramente ao trabalho durante os trinta e cinco anos em que viveu no Rio de Janeiro e em São Paulo, Juscelina era conhecida como *Juscelina da Coca-Cola*. Durante as semanas em que estive em Caiçara, para a pesquisa, várias pessoas se referiam a ela como *a moça da Coca-Cola*. Não há forma mais literal de fazer coincidir a colocação no mundo do trabalho e a identidade. Quando eu a conheci, ela estava vivendo um momento muito específico da vida. Após uma carreira consolidada e já se aproximando da idade mínima para aposentadoria, queria compreender e *resgatar* o seu passado. Por tudo isso, ela tem uma aguda consciência do significado da assunção de seu nome próprio, Juscelina Gomes de Lima. Trata-se do desejo de ser reconhecida a partir de um traço social e afetivo irredutível, qual seja, seu lugar em uma linhagem familiar.

Referências

- BARBU, Zevedei. O conceito de identidade na encruzilhada. *In: Anuário Antropológico*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 293-307, 1979.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da Instrução. **Estatística Escolar**: seção 4, Rio de Janeiro, v.1, 1920.
- CARDOSO, F.H. e MULLER, G. **Amazônia, expansão do capitalismo**. São Paulo: Cebrap/Brasiliense, 1977.
- COMEFORD, John. **Como uma família**: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Vozes: Petrópolis, 1998.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In: CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- COUTINHO, Priscila de Oliveira. **“Meu sonho era maior que eu”**: biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- DOUGLAS, Mary. The social control of cognition: some factors in joke perception. **Man**, Grã-Bretanha; Irlanda, v.3, n. 3, p. 361-376, 1968.
- ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Globo, 2008.
- FRANCO, M.S. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997
- GARCIA, A. R. **O sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Editora Marco Zero; Universidade de Brasília e CNPq, 1989.
- GUEDES, A.D. Abrir no mundo, rasgando o trecho: mobilidade popular, família e grandes projetos de desenvolvimento. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 21, p. 137-152, 2012.
- HAAZAREESINGH, Sudhir. **Le mythe gaullien**. Paris: Gallimard, 2010
- HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOGGART, R. **La culture du pauvre**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.
- IBGE. **Tendências demográficas no período 1940/2000**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf. Acesso em: 30 nov. 2013.
- IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil**. Primeiro de setembro de 1940. Rio de Janeiro, 1950.

- LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**. Disposição e variações individuais. São Paulo: Artmed, 2004
- LAHIRE, Bernard. **Franz Kafka: éléments** pour une théorie de la création littéraire. Paris, Éditions La Découverte, 2010.
- LAHIRE, Bernard. **Dans le plis singuliers du social**: individus, institutions, socialisations. Paris: La Découverte, 2013.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **L'Identité**. Paris: Grasset, 1977.
- MEAD, George H. **Mind, self and society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de A. N. (org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 324-349.
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito**: Ensaios de antropologia dos rituais. São Paulo: Relume Dumará, 2011. p.172-177.
- SECRETO, Maria Verónica. **Soldados da Borracha**: Trabalhadores Entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SIMÕES, Josanne Guerra. **Sirênico Canto** – Juscelino Kubtschek e a construção de uma imagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SUASSUNA, Ariano. **O Movimento Armorial**. Recife: Universitária da UFPE, 1974.
- TAYLOR, Charles. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.
- WERNECK, A. Uma sociologia da compreensão a partir do par crítica e jocosidade. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 482-503, 2016.
- WOORTMAN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-51, jan./jul. 1990.

Recebido em: 18/12/2018

Aceito em: 17/01/2019

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE CONSUMO DAS CLASSES POPULARES A PARTIR DE UMA SOCIOLOGIA DISPOSICIONALISTA

REMARKS ON CONSUMPTION PRACTICES IN POPULAR CLASSES UNDER A DISPOSICIONALIST SOCIOLOGICAL APPROACH

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves*

Resumo

Este trabalho visa analisar as práticas de consumo das frações ascensionais das classes populares brasileiras, investigando as condições que possibilitam a alguns membros incorporar novas disposições para o consumo, enquanto outros permanecem com um estilo de vida marcadamente ascético, orientados pelo *ethos* do trabalho duro. Ancorado numa tradição sociológica que confere grande importância à pesquisa empírica na construção e aperfeiçoamento de conceitos teóricos – a sociologia disposicionalista – e movido por um interesse em aprofundar as análises de caráter quantitativo que apontam uma mudança nos padrões de consumo das classes populares brasileiras, no período recente, este trabalho procedeu a uma pesquisa qualitativa com membros das frações ascensionais das classes populares residentes na periferia do Recife. A análise permite apreender as condições que favorecem a incorporação de novas disposições para o consumo nos meios populares, bem como os ajustes e tensões entre disposições e valores constitutivos de seu *ethos* de classe, num contexto de mobilidade ascendente.

Palavras-chave: Classes Populares. Práticas de consumo. Estilo de vida. Sociologia disposicionalista.

Abstract

This paper aims to analyze the consumption practices of the ascending fractions of the Brazilian popular classes, investigating the conditions that enable some members to incorporate new dispositions for consumption, while others remain with a markedly ascetic lifestyle, guided by the *ethos* of hard work. Anchored in a sociological tradition that attaches great importance to empirical research in the construction and improvement of theoretical concepts - a dispositional sociology - and motivated by an interest in deepening the analyzes of quantitative character that demonstrate change in consumption patterns of Brazilian popular classes in the recent period, this paper proceeded to a qualitative research with members of the ascending fractions of the popular classes residing in the periphery of Recife. The analysis made it possible to obtain the conditions that favor the incorporation of new forms of consumption in the popular classes, as well as the tensions and adjustments between dispositions and values constitutives of their class *ethos*, in a context of upward mobility.

Keywords: Popular classes. Consumer practices. Lifestyle. Dispositional Sociology.

Introdução

O ciclo de expansão econômica iniciado com o governo Lula (2002-2009) foi acompanhado por um conjunto de políticas sociais que possibilitaram uma pequena redução da desigualdade de renda e maior inserção das classes populares na cultura de consumo na virada para o século XXI. Dentre os fatores que favoreceram essas mudanças, vale destacar a política de valorização do salário mínimo, a partir de 2005, o crescimento do número de empregos formais, as políticas de transferência de renda, a maior oferta de crédito aos consumidores de baixa renda

* Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pós-doutoranda pelo PPGS da UFPE. E-mail: anarodrigues86@gmail.com

e o barateamento no preço dos produtos (POCHMANN, 2014; TORRES; BICHIR; CARPIM, 2006). Nesse contexto, economistas, políticos e a própria mídia celebraram a emergência de uma “nova classe média” no Brasil, considerando o rendimento médio da população e o aumento do poder de compra na base da pirâmide social¹ – interpretação que se estabeleceu com dominância explicativa, num primeiro momento, para pensar as transformações na estrutura de classes no país.

Na contramão dessa perspectiva, alguns autores assumiram uma posição crítica, destacando a inconsistência teórica e empírica de tal interpretação² e os riscos envolvidos numa narrativa triunfalista, no que se refere ao encobrimento das desigualdades sociais e à precarização do trabalho (POCHMANN, 2014; SINGER, 2012; SOUZA, 2012). Para Márcio Pochmann (2014), a tese da “nova classe média” só conseguiu se difundir porque a sociedade brasileira habituou-se a associar as classes trabalhadoras ao nível de subconsumo – e a pobreza como restrição ao consumo –, decorrente de uma industrialização tardia que não foi acompanhada por reformas básicas na estrutura social (reforma agrária, reforma urbana, tributária, educacional), características do Estado de bem-estar social, como ocorreu nos países capitalistas avançados, de modo que, aqui, o consumo de bens duráveis e serviços ficou restrito às classes média e alta até meados dos anos 1990. Portanto, o autor destaca que esse fenômeno corresponde a uma incorporação tardia de parcela importante dos trabalhadores ao padrão de consumo fordista.

Além disso, a redução do grau de desigualdade no padrão de consumo de bens e serviços no Brasil – mas também numa escala mundial –, é entendida como resultante da emergência de um novo paradigma de produção, de baixo custo, impulsionado pelo desenvolvimento das grandes corporações transnacionais e pela formação das cadeias globais de produção. O desenvolvimento tecnológico na rede de comunicação e de transporte possibilitou a constituição do novo paradigma, a partir da transferência da produção de mercadorias para novos polos, localizados sobretudo nos países asiáticos, que contavam com mão de obra barata, favorecendo o barateamento do preço dos produtos e maior acesso ao consumo de bens e serviços na base da pirâmide social – observado no Brasil mesmo em períodos de deterioração da renda, como ocorreu na segunda metade dos anos 1990 (POCHMANN, 2014; TORRES; BICHIR; CARPIM, 2006).

Contudo, em seu esforço de interpretação das mudanças recentes na estrutura da sociedade brasileira, Pochmann (2014) enfatiza as condições objetivas acima referidas, consideradas pelo autor como sendo mais decisivas do que os atributos individuais dos agentes que emergem no recente processo de mobilidade social. Sua análise não integra uma tentativa de apreender quem são esses agentes e como eles vivenciam essas mudanças em sua vida cotidiana, o que leva Jessé Souza (2013, p. 56) a afirmar que sua interpretação permanece dentro da mesma

1 Cf. Neri (2010).

2 Para ilustrar as limitações dessa interpretação, basta pensar que dois em cada três trabalhadores domésticos são considerados como pertencentes à “nova classe média”, um em cada dois chefes de família sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto ou, ainda, metade das famílias que mora em favelas no país – com base no rendimento médio da população (Pochmann, 2014).

chave economicista observada entre aqueles que afirmam o surgimento de uma “nova classe média” no país.

Souza (2012, p. 22) busca combater o viés economicista inerente a essas análises, ancorado, sobretudo, na teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu. Segundo ele, a interpretação da “nova classe média” reduz a noção de classe social à renda dos indivíduos, negligenciando a gênese sociocultural das classes sociais, ou seja, o fato de que os indivíduos são produzidos por uma “cultura de classe específica”. Desse modo, tal interpretação esconderia contradições e ambivalências importantes da vida dessas pessoas, sem considerar que a reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo se dá pela transferência de valores imateriais. Sobretudo no caso da classe média, que só pode se reproduzir pela transmissão cotidiana, afetiva e invisível das pré-condições que permitem aos seus filhos a aquisição e reprodução de capital cultural³.

Partindo de uma concepção bourdieusiana de “classe construída”, segundo a qual a própria definição da classe deve aparecer como resultado e não como ponto de partida da pesquisa, Souza (2012) empreende uma análise das condições que permitem a uma fração das classes populares brasileiras aproveitar as oportunidades advindas com o ciclo de expansão econômica dos anos Lula. O autor estabelece uma distinção analítica entre duas frações encontradas no interior das classes populares: 1) a “ralé” estrutural, cuja denominação provocativa visa destacar, segundo o autor, o abandono social e político a que essa classe é relegada, desprovida não somente de capital econômico e cultural, mas também das pré-condições sociais, culturais e emocionais que permitiriam sua incorporação; e 2) os batalhadores, percebidos como uma “elite da ralé”, capaz de ascensão social, que conseguem se inserir no sistema econômico como produtores ou consumidores de bens anteriormente considerados como privilégio das classes média e alta, embora também não detenham os dois tipos de capitais impessoais que asseguram todo tipo de acesso privilegiado aos bens e recursos de uma sociedade (SOUZA, 2012, p. 47).

É a transmissão de uma moralidade do trabalho duro, através de um aprendizado prático durante a socialização familiar, que permite a esses indivíduos integrar-se ao mercado competitivo, formando a “nova classe trabalhadora”. Nas palavras de Souza (2012, p. 144), “onde a classe não tem nenhuma possibilidade de interferência ativa em suas próprias condições objetivas, eles contam com um conhecimento prático capitalizável no mercado, ou seja, um conhecimento útil e rentável para o mercado: a ética do trabalho duro”. Destituídos do capital cultural que habilita os membros da classe média a alcançar as posições mais valorizadas no mercado, os batalhadores contam com o capital familiar, aproveitando as oportunidades abertas pelo mercado, no contexto de penetração do capitalismo flexível no Brasil. É a posse desse capital que permite aos batalhadores incorporarem disposições ascéticas para o trabalho duro, distanciando-se da “ralé” estrutural, mais comumente marcada por uma estrutura monoparental e por diversas situações de vulnerabilidade (SOUZA, 2012, p. 51).

³ Segundo o autor, embora essa transferência seja invisível, ela já envolve uma vantagem extraordinária na competição social, seja na escola ou no mercado de trabalho, com relação aos membros das classes populares.

Contudo, embora o trabalho de Jessé Souza (2012) seja importante para a compreensão da reestruturação das classes sociais no Brasil contemporâneo, o autor confere pouca atenção às práticas de consumo dos membros das classes populares em processo de mobilidade ascendente. Em sua análise, parece prevalecer a aplicação de disposições ascéticas, incorporadas desde a mais tenra idade, no seio da socialização familiar, ao campo dos estilos de vida, tais como a disposição para o sacrifício individual, capacidade de poupança e restrição ao consumo imediato, consideradas fundamentais para a sobrevivência dos batalhadores em um mercado fortemente competitivo. Apesar de apontar a aquisição de bens de consumo “superiores” como uma das disposições para a autossuperação encontradas entre os batalhadores – que visam à superação de uma condição de vida anterior e buscam expressar um padrão de dignidade principalmente a partir do consumo de bens (SOUZA, 2012, p. 97) –, o autor não desenvolve uma análise acerca das condições que possibilitam a incorporação de novas disposições para o consumo pelos membros dessa fração de classe, nem explora os sentidos que eles atribuem às suas práticas de consumo.

Tais questões são consideradas fundamentais para uma análise mais abrangente da nova configuração social das classes e suas relações, sobretudo considerando que o consumo está no centro do projeto político de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira e constitui o espaço onde são travadas lutas pela identidade, de poder e escolhas entre o público e o privado (SLATER, 2002). Além disso, é principalmente através de suas práticas de consumo que as classes populares sentem as transformações estruturais em sua vida cotidiana e um maior distanciamento com relação ao mundo das urgências e necessidades materiais – característico de sua condição social anterior. Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar as mudanças nas práticas de consumo e no estilo de vida das frações ascensionais das classes populares, destacando as diferentes orientações para o consumo encontradas no interior dessa fração de classe e os sentidos atribuídos pelos seus membros ao consumo de bens e serviços.

Entrando em campo com a sociologia disposicionalista

Ancorado numa tradição sociológica que confere grande importância à pesquisa empírica na construção e aperfeiçoamento de conceitos teóricos e movido por um interesse em aprofundar as análises de caráter quantitativo que apontam uma mudança nos padrões de consumo das classes populares brasileiras, no período recente (CAMPELLO, 2017; IBGE, 2010; POCHMANN, 2014; TORRES; BICHIR; CARPIM, 2006), este trabalho procedeu a uma pesquisa qualitativa com membros das frações ascensionais das classes populares residentes em bairros periféricos da Região Metropolitana do Recife. Entre abril de 2015 e janeiro de 2016, foram realizadas entrevistas em profundidade com 18 indivíduos oriundos dessa fração de classe, além de 11 entrevistas com membros de outras classes e frações de classe, situadas imediatamente acima e abaixo da referida fração, que permitem analisar algumas diferenças

observadas entre elas, em termos de origem social, trajetória, disposições, valores e práticas sociais características de seus respectivos estilos de vida – embora uma análise comparativa mais aprofundada entre diferentes classes e frações de classe tenha fugido ao escopo deste trabalho.

Partindo da noção de “classe construída” de Pierre Bourdieu (2013, p. 101), a pesquisa de campo não procedeu a uma seleção dos informantes a partir de critérios previamente estabelecidos, tais como faixa de renda, nível de escolaridade, faixa etária, condições de moradia ou cesta de consumo. Ao invés disso, a triagem inicial buscava membros das classes populares em processo de mobilidade ascendente (social, profissional e escolar) nos últimos anos – de modo que os referidos critérios emergissem como ponto de chegada, e não como ponto de partida, da análise de classe⁴. As noções de origem social – definidas pela profissão e nível de escolaridade dos pais (BOURDIEU, 2013) – e trajetória social se mostraram fundamentais na delimitação dos membros dessa fração de classe e sua diferenciação com relação aos membros da classe média⁵. Vale destacar que a noção de trajetória empregada neste trabalho não se reduz à associação estatística entre posição de origem e posição de destino, encontrada nos estudos sobre mobilidade social, abrangendo também uma análise qualitativa acerca da importância dos processos de socialização secundária, tais como a escola, grupos de amigos, a religião e os meios de comunicação de massa, que se mostraram fundamentais para a incorporação de novas disposições, consideradas centrais para o seu processo de mobilidade ascendente, bem como para a adesão a novas práticas de consumo, que visam exprimir a posição social alcançada, conduzindo a mudanças significativas na ordem do seu estilo de vida.

Ademais, dos 18 entrevistados da fração ascendente das classes populares, 17 apresentaram uma mobilidade profissional nos últimos anos, integrando-se a postos de trabalho do setor de serviços, em expansão, como é o caso do trabalhador de telemarketing, do ramo da construção civil ou ainda daqueles trabalhadores que se inseriram no setor informal, tornando-se microempreendedores. Desse modo, a posição ocupada no mercado se mostrou uma categoria fundamental na delimitação da fração analisada. As entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados, com o intuito de observar as condições do bairro, o tipo de habitação, a disposição dos móveis e decoração da casa, assim como quaisquer indícios de estilização – entendida como a manipulação dos atributos simbólicos dos produtos em função de uma intenção expressiva (ROCHA, 2002) – que pudessem compor seu estilo de vida.

Embora houvesse, inicialmente, a intenção de realizar mais de um encontro com cada entrevistado, à maneira da construção dos retratos sociológicos proposta por Lahire (2004),

4 Como já era esperado, este método de seleção dos entrevistados exigiu mais tempo, na medida em que nem todos os informantes selecionados eram oriundos das classes populares, conforme os critérios apresentados a seguir.

5 Souza (2012) já havia destacado em seu estudo sobre os batalhadores que os membros dessa fração de classe se distanciam da classe média a partir de sua origem social, a qual parece impor necessidades e urgências refletidas em suas escolhas posteriores, através das disposições duravelmente instaladas durante a socialização familiar, e que parecem determinar, em certa medida, o alcance provável de suas posições de chegada.

em que os informantes são observados e analisados em diferentes contextos da prática, essa abordagem se mostrou inviável de ser estendida a todos os entrevistados, diante da pouca disponibilidade de tempo da maioria deles, que chegavam a trabalhar 16 horas por dia ou que conciliavam dois turnos de trabalho com uma faculdade à noite. Isso não impediu, contudo, a apreensão e análise de disposições e práticas heterogêneas e até mesmo contraditórias – a partir da construção das questões de pesquisa –, manifestadas por esses indivíduos em diferentes contextos, permitindo perceber a existência de variações interindividuais no interior dessa fração de classe e também variações intraindividuais, manifestas em diferentes domínios, sobretudo no que se refere à orientação das práticas de consumo no campo dos estilos de vida.

O trabalho de campo foi norteado por uma tentativa de reconstrução do conjunto das disposições e valores dos membros das classes populares, com o intuito de apreender a estrutura de seu *ethos*⁶, buscando analisar de que maneira esse conjunto de princípios práticos, valorativamente orientado, influencia as práticas de consumo dos membros das frações ascensionais das classes populares, conformando seu estilo de vida. É válido destacar que este trabalho não teve a pretensão de reconstruir a totalidade das disposições constitutivas do complexo disposicional dos indivíduos, mas fazer um recorte entre aquelas disposições percebidas como decisivas para a sua trajetória ascendente, buscando apreender como tais disposições são traduzidas para o campo dos estilos de vida. Porém, essa delimitação constitui um procedimento teórico que não ignora o fato de que tais disposições se relacionam com todas as outras na prática, compondo o complexo disposicional do indivíduo (LAHIRE, 2002; SOUZA, 2012).

Antes de proceder a essa análise, faz-se necessário discutir brevemente os pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram esta investigação, que se ancora, sobretudo, na sociologia disposicionalista desenvolvida por Pierre Bourdieu, Bernard Lahire e Jessé Souza, além de algumas contribuições da sociologia do consumo, que destacam a dimensão simbólica e normativa das práticas de consumo.

A teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu (2013) fornece um enfoque teórico-metodológico multidimensional que permite analisar as diversas práticas e representações constitutivas do estilo de vida na sua relação com as condições objetivas de existência. Partindo de uma perspectiva relacional da classe social – em que esta última é definida pela sua posição relativa às demais classes, situadas imediatamente acima e abaixo –, o autor constrói seu conceito a partir da posição ocupada no espaço social, considerando o volume e estrutura do capital, além da trajetória social, definida pela relação entre a posição de origem e posição de chegada, num determinado momento do tempo. Contudo, seu enfoque teórico tem sido criticado por

6 Segundo Bourdieu (2003, p. 130), os princípios práticos de classificação constitutivos do *habitus* são indissociavelmente lógicos e axiológicos, teóricos e práticos, englobando tanto uma dimensão cognitiva (*eidos*) quanto uma dimensão valorativa (*ethos*) e corporal (*hexis*), de modo que os princípios de escolha são incorporados sob a forma de disposições do corpo e os valores se tornam gestos, maneiras de se portar, de andar e de falar. O autor adota gradativamente a noção de *habitus* como sistema de esquemas que engloba essas três dimensões, buscando evitar o risco de reforçar uma visão realista que entende essas dimensões como instâncias separadas.

ênfase em uma excessiva unicidade e sistematicidade das disposições constitutivas do *habitus*, negligenciando variações importantes das condutas individuais (PETERS, 2013).

O autor também será criticado por reduzir a dimensão simbólica das práticas das classes populares à mera transfiguração de uma relação subordinada, caracterizada apenas pela falta e pela negatividade. Bernard Lahire (2006) ressalta o caráter “caricatural” da análise de Bourdieu sobre as práticas culturais características das diferentes classes sociais e, particularmente, das classes populares, tratadas como um bloco homogêneo em *A distinção*, destinadas a servir de contraste e referência negativa, contra a qual se constituem todas as outras classes. A sociologia disposicional à escala dos indivíduos proposta pelo autor permite analisar o conjunto da modelagem social pela qual o indivíduo passou, desde a família na qual experienciou sua classe, passando pela escola, pelo trabalho, meio cultural, entre outros, de modo a apreender as complexidades disposicionais de indivíduos socialmente situados (LAHIRE, 2013, p. 23).

Lahire (2002) adota a noção de complexo disposicional visando se distanciar da ênfase de Bourdieu no caráter homogêneo do *habitus*, de modo a destacar as variações interindividuais que podem ser encontradas no interior de um mesmo grupo ou classe social e até mesmo intraindividuais, quando os indivíduos se orientam por disposições heterogêneas e contraditórias nos diferentes domínios da prática. Sua ênfase na importância dos processos de socialização secundária e dos diversos contextos sociais para a ativação de disposições heterogêneas e contraditórias pelos indivíduos permite desenvolver uma análise mais matizada sobre as condições que possibilitam a incorporação de novas disposições em contextos de mudança. Desse modo, seu enfoque teórico mostrou-se profícuo na abordagem das práticas de consumo das frações das classes populares brasileiras em processo de mobilidade ascendente, caracterizadas por uma heterogeneidade e dinamicidade constitutivas, próprias de uma posição dominada no espaço social, que busca, de diversas maneiras, melhorar sua condição.

Ademais, é importante considerar algumas contribuições do campo da sociologia do consumo, que permitem reconstruir as condições que favorecem a mudança nas disposições dos indivíduos e grupos com relação ao consumo de bens. Nessa perspectiva, destacam-se os trabalhos de Colin Campbell (1998, 2001) e Don Slater (2002) que concebem o consumo como um espaço fundamental para a constituição de identidades nas sociedades contemporâneas, destacando a dimensão simbólica das práticas de consumo, para além do seu papel hierarquizador. Desse modo, é possível recuperar a dimensão expressiva do estilo de vida popular – pouco explorada na análise de Bourdieu.

Tais autores ressaltam também a dimensão normativa das práticas de consumo. Segundo Campbell (1998), é necessário lançar luz sobre os processos que levam os consumidores a adquirirem bens, pois para explicar um ato de consumo não é suficiente o consumidor querer um bem ou ter recursos para comprá-lo. Ele precisa sentir que a compra é um ato legítimo de ser realizado. O autor destaca a existência de duas retóricas do consumo, que são utilizadas pelos

consumidores para legitimar seus atos de compra: a retórica do precisar e a retórica do querer⁷. Enquanto a primeira se ancora no Puritanismo e na tradição utilitária, que aprova a conduta baseada na necessidade, a segunda é largamente inspirada no Romantismo e na celebração do desejo e do querer.

A distinção entre satisfação e prazer marcaria o contraste entre ambas. Embora as duas retóricas do consumo sejam institucionalizadas nas sociedades contemporâneas, elas não possuem o mesmo grau de aprovação social, posto que a retórica da necessidade tem maior legitimação. Se o puritanismo foi o principal responsável por esse viés moral que marca a cultura moderna, o debate acadêmico contribuiu para reforçar a diferença no grau de legitimidade, sustentando uma avaliação moral em favor do discurso de necessidade⁸.

Campbell (1998) observa um viés moral semelhante no uso cotidiano desses discursos, que atuam não somente como guias, orientando as práticas de consumo dos indivíduos, mas também fornecem as justificativas necessárias à legitimação do consumo de bens e serviços. Na medida em que as gratificações do querer não possuem o mesmo nível de legitimação que aquelas baseadas na necessidade, as retóricas do consumo aparecem, com maior frequência, nas situações de compra orientadas pelo desejo e pela busca de prazer. Nessas situações, o consumidor torna-se consciente do problema da justificação, recorrendo a duas estratégias para legitimar suas práticas de consumo. Ele pode inventar ou descobrir uma racionalização para legitimar uma compra baseada no desejo como sendo uma necessidade ou pode redefinir a situação de modo que a gratificação do querer seja permitida. Nesse segundo caso, é o contexto da compra que confere legitimidade à gratificação direta de desejos – aniversário do consumidor, férias, grau de indulgência obtido através de algum sucesso pessoal ou grande esforço no trabalho, ou ainda através de uma economia feita por um longo período de tempo e do sacrifício de outros bens de consumo (CAMPBELL, 1998).

Tal perspectiva ajuda a analisar a adesão das classes populares brasileiras a novas práticas de consumo, num contexto de mobilidade ascendente, pois essas práticas precisam ser legitimadas perante os valores de seu *ethos* de classe e ser coerente com a sua trajetória, muitas vezes, marcada por situações de privação material extrema. Nesse sentido, Jessé Souza (2012) também constitui um importante interlocutor nesta discussão, uma vez que sua análise dos batalhadores permite reconstruir os principais valores e disposições que compõem o *ethos* do trabalho duro, considerado como a dimensão mais importante de seu *habitus* de classe. Diferentemente dos membros da classe média, cujo estilo de vida se caracteriza por um forte

7 Campbell (1998, p. 237) destaca que os indivíduos são conscientes sobre a diferença crítica entre os dois discursos e costumam empregá-los diferencialmente, a fim de alcançar suas metas de consumo, embora em algumas situações o uso da linguagem seja relativamente imprecisa. É por essa razão que o autor prefere falar em “retórica” ao invés de “discurso”.

8 É suficiente pensar nas diversas tentativas de estabelecer a natureza precisa da diferença entre necessidade e desejo, que constitui uma preocupação antiga entre filósofos e teóricos sociais. Tal discussão é quase sempre acompanhada por uma classificação dos produtos em necessidade e luxo, com o intuito de identificar as necessidades humanas “reais”, em oposição àquelas necessidades “falsas” ou criadas pela sociedade (CAMPBELL, 1998, p. 238).

componente expressivo e pela preocupação com a “distinção social” (SOUZA, 2012, p. 46), os batalhadores tendem a recorrer aos princípios do *ethos* do trabalho duro na orientação da prática nos diversos domínios da vida social.

A orientação de uma conduta predominantemente ascética seria transferida ao campo dos estilos de vida, já que os batalhadores precisam sacrificar práticas de consumo e atividades de lazer, em favor dos interesses familiares e de uma estabilidade futura. Para tanto, eles se ancoram numa disposição para o sacrifício individual, que não é harmoniosa nem plena, sendo perpassada por contradições, ambivalências e sentimentos conflitantes; e numa capacidade de previdência, que consiste numa economia doméstica e controle do presente baseada na experiência passada. Souza (2012) relata o caso de uma informante que, apesar de desejar sair para almoçar fora, tomar uma cerveja ou até mesmo um sorvete, renuncia a qualquer conforto e prazer, preocupada que esse dinheiro faça falta no futuro para suprir as necessidades da família. Segundo ele, é justamente esse controle estrito das despesas que permite ao batalhador sobreviver às inconstâncias do mercado.

O autor estabelece uma distinção entre ascensão econômica e ascensão social, afirmando que somente esta última envolve mudanças nos padrões de consumo e estilo de vida dos batalhadores. Contudo, Souza não explora as condições em que haveria uma ascensão social. Outra informante afirma não gastar dinheiro “à toa”, a não ser com roupas, que admite comprar além do necessário, mas o autor não explicita as condições que possibilitam a adesão às práticas de consumo distanciadas de uma lógica da necessidade. Em sua ênfase no caráter ascético das disposições responsáveis pela inserção dessa fração de classe no mercado, o autor não dá conta de explicar as situações em que, ao lado das disposições ascéticas observadas no âmbito do trabalho, esses indivíduos manifestam disposições hedonistas no campo dos estilos de vida, buscando expressar a nova posição social. São essas questões que o presente trabalho buscou responder.

Ascetismo e hedonismo nas práticas de consumo dos batalhadores

A partir da pesquisa de campo, foi possível observar que, a despeito da afirmação generalizada de que estaria se formando uma “nova classe média” no Brasil, com maior capacidade de renda e, conseqüentemente, de consumo, a realidade é muito mais complexa e matizada. Em primeiro lugar, é válido ressaltar que o aumento da renda não se converte necessariamente em mudanças nos padrões de consumo e no estilo de vida dessa fração de classe. Desse modo, foi possível perceber, logo nas primeiras entrevistas, que muitos batalhadores permaneciam com um estilo de vida marcadamente ascético, orientando suas práticas a partir das disposições incorporadas em sua condição passada, enquanto outros incorporavam novas disposições para o consumo, adaptando suas práticas à nova posição social e podendo adotar uma orientação mais hedonista no campo dos estilos de vida, embora permanecessem orientados por disposições

ascéticas em outros domínios. Portanto, é possível problematizar a noção de um *ethos* popular, homogêneo e sistemático, caracterizado principalmente pelo seu ascetismo, que estaria na origem das práticas de consumo de todos os membros das classes populares, ainda quando se trata de uma fração de classe específica. A pesquisa de campo permite perceber que não existe um estilo de vida popular homogêneo nem mesmo nas frações ascensionais das classes populares, cujos membros parecem caracterizados por *combinações complexas e específicas de disposições ascéticas e disposições hedonistas*.

A principal questão que norteou a análise, portanto, foi a de saber quais condições permitem a alguns membros dessa fração de classe desenvolver disposições hedonistas para o consumo e experimentar mudanças significativas em seu estilo de vida, enquanto outros permanecem aplicando disposições ascéticas no campo dos estilos de vida. Considerando a heterogeneidade de orientações com relação ao consumo, encontradas no interior das frações ascensionais das classes populares, buscou-se traçar os perfis culturais dos entrevistados, rastreando os diversos processos de socialização e tipos de sociabilidade que contribuem para a orientação de suas práticas de consumo e possíveis mudanças na ordem de seu estilo de vida.

A análise permitiu perceber que as orientações com relação ao consumo nos meios populares variam não somente em razão do volume e estrutura de seu capital ou segundo um critério geracional, mas também com relação à origem social e trajetória, ao sexo, de acordo com o papel assumido pelo consumo na construção da feminilidade e da masculinidade, ao momento do ciclo de vida, além da influência exercida pelos diversos processos socializadores e pelas diferentes instâncias de legitimação cultural (escola, mídia, religião etc.) que contribuem para reforçar as disposições ascéticas ou possibilitam a incorporação de disposições hedonistas no campo dos estilos de vida.

Apesar da diversidade de influências e dos modos específicos que assumem nas trajetórias individuais, é possível observar a predominância de duas orientações fundamentais com relação ao consumo entre as frações ascendentes das classes populares, que permitem situar seus membros mais próximos do polo ascético ou do polo hedonista do campo dos estilos de vida – sem negligenciar o fato de que os indivíduos apresentam combinações específicas de ascetismo e hedonismo na orientação de suas práticas de consumo e de lazer, na realidade. Para fins analíticos, procedeu-se à construção de dois perfis culturais principais: o *batalhador ascético* e o *batalhador hedonista*, que serão apresentados a seguir.

Vale destacar que essas categorias não devem ser consideradas estanques, uma vez que muitos entrevistados afirmavam ter mudado o comportamento com relação ao consumo ao longo de sua trajetória. Isso foi observado no caso de alguns homens que exprimiam uma conduta mais hedonista quando eram solteiros, assumindo uma orientação mais ascética depois que se casavam. Enquanto a posição de homem solteiro está ligada à incorporação de um código moral masculino que passa pela expressão da virilidade na

juventude, articulando-se a símbolos e promessas da cultura do consumo e a um estilo de vida hedonista – com farras, mulheres e bebida, além de outros bens de consumo⁹ – a posição de homem casado envolve um conjunto de expectativas sociais associadas ao papel de provedor material e moral (SARTI, 1994), favorecendo o reforço das disposições ascéticas. Tais variações parecem estar ligadas, portanto, à posição ocupada no seio da família e ao momento no ciclo de vida.

Outras instâncias socializadoras também ajudam a inibir certas disposições hedonistas incorporadas na juventude, como é o caso de denominações religiosas mais tradicionais – católicas e protestantes. Isso pode ser observado na trajetória de Moisés, um pequeno comerciante de 47 anos, que só conseguiu prosperar economicamente após sua conversão religiosa à Assembleia de Deus, que permitiu uma maior racionalização da sua conduta, favorecendo a adoção de uma orientação mais ascética tanto no âmbito do trabalho quanto no campo dos estilos de vida:

(...) se na minha vida tem acrescentado algumas coisas de, de bom, foi porque eu entreguei minha vida a Ele [Jesus], porque antes, antes eu trabalhava muito, mas não via retorno, ganhava fácil e o dinheiro ia embora fácil, já negociei com, como eu disse aqui, com, tinha carroça de cachorro quente, depois comprei outra, ganhava dinheiro, mas o dinheiro ia-se embora, gastando com prostituição, com pagode, praia, depois que saí da, das carrocinha, coloquei, coloquei um mini mercadinho lá mesmo onde, onde hoje tem essa quitandazinha, negociava com cereais e ganhava dinheiro, mas pegava dinheiro, saía pra, pra as noitada, pra os bailes, pagode, praia, só... ganhava e gastava, depois comprei garrações de água mineral, também começava a... ganhava dinheiro e... depois que eu me converti ao evangelho, eu sei que nada do que eu tenho é meu, é tudo do Pai, eu não tenho nada, nem minha vida não me pertence mais.

No momento da entrevista, Moisés se dedicava a uma rotina de trabalho extenuante, de aproximadamente 16 horas diárias, sem dispor de tempo livre, o que não se dava sem tensões, já que essa falta de tempo para atividades de lazer era considerada o principal ponto negativo de sua nova rotina de trabalho – antes disso, o entrevistado trabalhava como motorista de uma empresa. A construção dos perfis culturais permite analisar as maneiras pelas quais os membros dessa fração de classe articulam os valores constitutivos de seu *ethos* – como trabalho e família – às promessas da cultura de consumo, às quais se encontram cada vez mais expostos.

1- O batalhador ascético

Os batalhadores ascéticos se caracterizam, em linhas gerais, por uma (1) trajetória social de ascensão pelo trabalho duro, através da incorporação de disposições ascéticas durante os processos de socialização primária e secundária e (2) por uma maior proximidade com relação ao mundo das necessidades materiais e urgências temporais, em sua condição passada, que

⁹ Segundo Duarte e Gomes (2008, p. 214), a farra se apresenta como a outra face do mundo do trabalho, sendo tão fundamental para a conformação de uma plenitude masculina quanto este último.

pode chegar ao limite de uma privação material extrema¹⁰. Nesse sentido, é possível observar 3) a transferência das disposições ascéticas para o campo dos estilos de vida.

As práticas de consumo dos batalhadores ascéticos permanecem, portanto, fortemente orientadas pelos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, voltadas para a constituição de uma esfera doméstica, através da compra de bens duráveis, destinados a garantir o conforto da família. Observa-se uma forte disposição para o sacrifício individual, que tende a priorizar os interesses da família, em detrimento dos interesses individuais, de modo que a família permanece como principal unidade de consumo entre os batalhadores ascéticos. Isso pode ser observado na fala de Rosa, 60 anos, manicure, cuja mobilidade ascendente foi possibilitada pela inserção das filhas no mercado de trabalho e pela aposentadoria do marido:

I: A minha filha, com o primeiro emprego... a que se formou na católica em Letras, no primeiro emprego dela, ela comprou uma máquina de lavar pra mim, no primeiro salário, comprou uma máquina de lavar.

E: E isso foi quando? Há quanto tempo?

I: Isso já foi mais de... cinco anos atrás min [menina]. Primeiro salário. Comprou minha máquina, Mércia me deu um gela-água, a Mércia, a que é a freira. E... botou isso aqui ó: PVC, na casa todinha (...) ganhei um sofá bom, depois Mércia mandou, ela no dia das mães me deu, tirou aquela televisão de bico. Risos. Aquela televisão velha. Risos. Ela comprou uma agora, né, moderna, entendeu? E a gente fica assim, mudando as coisas, graças a Deus, paga escola pra a neta, porque eu quero também o mesmo futuro das menina.

Como destacam Lucia Scalco e Rosana Pinheiro Machado (2010), a compra de um bem de maior valor é mais comum quando se trata de presentear alguém, sobretudo um familiar, percebida como uma dádiva ou retribuição. As práticas de consumo do batalhador ascético ganham sentido como um projeto familiar, reforçando os laços de obrigação moral entre pais e filhos. Para Sarti (1994, p. 113), “melhorar de vida é ver a família progredir”. Nesse sentido, os princípios e promessas da cultura de consumo parecem se atrelar aos valores fundamentais constitutivos do *ethos* do trabalho duro, de modo a legitimar a adesão a novas práticas de consumo por parte dos batalhadores ascéticos, orientando-as para a modernização dos lares, que tem no conforto a margem das despesas eticamente permissíveis (WEBER, 2016).

Embora oriente suas práticas de consumo por um *ethos* ascético, voltado para a satisfação das necessidades, a entrevistada não rejeita os lucros simbólicos envolvidos no consumo de bens, na medida em que é possível observar a manipulação dos seus atributos simbólicos, em função de uma intenção expressiva, qual seja, desvincular-se do estigma da pobreza e do passado

¹⁰ Como destaca Bourdieu (2013, p. 105), as práticas de consumo possuem uma relação não somente com o montante de capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*), mas também com a origem social, pensada tanto em termos da influência da socialização familiar e das condições originais da existência, como do efeito da trajetória social, ou seja, o efeito exercido sobre as disposições e opiniões pela experiência social de ascensão ou de declínio.

de privação material¹¹. Desse modo, embora não se considere vaidosa, Rosa se preocupa em manter uma “boa aparência”, buscando expressar uma *presença de gente*, através do consumo de vestuário e de produtos cosméticos – como *alisante* de cabelo. Além disso, a roupa também precisa expressar a sua posição de mulher religiosa e respeitável, portanto outros critérios acionados na compra de vestuário são o comprimento, sem decote etc.

Eu não saio pra canto nenhum né? Mai eu não tenho que tá me trocando, tomar um banho, botar uma roupa limpa? É por isso que eu compro.

Por meio de suas práticas de consumo, os batalhadores ascéticos buscam expressar limpeza e higiene, dando sinais da dignidade material e moral conquistada por meio do trabalho duro ao longo da vida. A construção da autoimagem assume um caráter específico no caso da mulher negra, que tenta diminuir a dupla desvantagem que pesa sobre ela, tanto no mercado matrimonial como no mercado de trabalho (SOUZA, 2012), devido à sua condição sobredeterminada de mulher pobre e negra, recorrendo, para tanto, ao consumo de vestuário e produtos cosméticos.

Há também um importante componente geracional na orientação das práticas de consumo dos batalhadores, na medida em que os mais velhos possuem disposições ascéticas duravelmente instaladas no tempo, que tendem a ser traduzidas para o campo dos estilos de vida, ainda quando se encontram mais distanciados do mundo das necessidades materiais. Voltados para a condição passada, geralmente marcada por algum tipo de privação material, eles incorporam disposições para a poupança e para o pensamento prospectivo, de modo que a preocupação com o futuro parece assumir um papel fundamental na organização de suas despesas; enquanto os mais jovens parecem mais dispostos a consumir bens e serviços, conformando um estilo de vida mais próximo ao polo hedonista, caracterizados, geralmente, por um maior distanciamento do mundo das necessidades materiais e por novas formas de sociabilidade, decorrentes de processos de socialização mais heterogêneos.

É possível observar também uma relação entre as diferentes orientações do consumo e a estruturação dos papéis de gênero (CAMPBELL, 1998). Assim, enquanto os homens parecem mais propensos a orientar suas práticas de consumo através de uma retórica da necessidade, as mulheres parecem mais inclinadas a associar as práticas de consumo às atividades de lazer. Foi possível observar uma divisão sexual do trabalho que se estende às práticas de consumo, na qual as mulheres costumam ficar responsáveis pela pesquisa e compra de bens duráveis para o lar, bem como pela compra de vestuário para toda a família. Nesse sentido, elas mostram maior interesse para falar sobre consumo do que os homens que, situados mais próximos do polo

¹¹ Ser pobre não está relacionado apenas à desigualdade social, mas também a atributos morais (SARTI, 1994), que aparecem geralmente de maneira negativa no imaginário social brasileiro, relacionados à falta de higiene e limpeza, falta de caráter, falta de competência etc.; mas que podem ser convertidos em atributos morais positivos, através de sua disposição para o trabalho duro e disposições para a autossuperação, manifestas no âmbito do consumo.

ascético do campo dos estilos de vida, buscam exprimir racionalidade, sobriedade e autocontrole no consumo de bens.

2 - O batalhador hedonista

Tal como o batalhador ascético, o batalhador hedonista incorporou desde a mais tenra idade disposições ascéticas para o trabalho duro no seio da socialização familiar, que possibilitaram sua posterior mobilidade ascendente. Contudo, este último parece vivenciar de modo diverso os conflitos entre o conjunto de valores e disposições ascéticas incorporadas desde a infância e os valores e crenças a que estão expostos no seio de uma sociedade capitalista e de mercado, permeada por uma cultura de consumo. Estes últimos constituem um universo simbólico, apresentando possibilidades e modos de ser e de viver que o batalhador hedonista almeja em alguma medida, de modo que ele vivencia de maneira mais acentuada o conflito entre os valores encerrados no *ethos* do trabalho duro e aqueles sustentados pela cultura do consumo.

Enquanto o batalhador ascético busca resolver essa tensão através de uma concepção quase religiosa do trabalho, que reforça uma orientação ascética da conduta nos diversos domínios da prática, o batalhador hedonista busca conciliar seus valores e disposições em conflito através de um ajuste com relação ao *ethos* do trabalho duro, adotando, em determinados contextos, uma ética do consumo mais próxima da retórica do desejo e do querer, tal como explicitada por Campbell (1998). Esse ajuste é possibilitado tanto por um maior distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais, quanto com relação à esfera moral e religiosa, sendo favorecido pelos processos de socialização secundária que podem ser heterogêneos, e até mesmo contraditórios, com relação ao conjunto de valores e disposições incorporados na socialização primária, tais como trabalho, grupo de amigos, meios de comunicação de massa e religião – sobretudo entre as denominações ligadas à teologia da prosperidade. Isso pode ser observado no caso de Elisângela, 36 anos, que incorporou novas disposições para o consumo depois que começou a trabalhar como faturista de uma empresa terceirizada, em um hospital. Ao adquirir maior independência econômica, a entrevistada passou a comprar bens de consumo individuais, distanciando-se de uma lógica da necessidade.

É, porque assim... usava [bens de consumo individuais], sendo que eu usava com muita cautela, assim eu não usava cartão, a gente sempre comprava as coisas que tinha necessidade mesmo, mas em questão de roupa: comprava roupa, mas só final de ano, comprei final de ano, entendesse? Eu não era acostumada assim: ah, eu passar numa loja, vê uma blusa, uma calça, gostei, não tinha como eu comprar, porque meu marido era sozinho pra sustentar a casa. E aí quando você trabalha, você tem seu dinheiro, você gosta de uma coisa, você tá com o cartão ali, vai, "ah, eu gostei, vou comprar".

É importante destacar que o trabalho fornece não somente as condições materiais, mas também as condições morais e simbólicas para a incorporação de novas disposições para o

consumo entre os membros das frações ascensionais das classes populares, permitindo um maior distanciamento com relação à lógica da necessidade que orientava suas práticas de consumo, bem como a adesão a uma orientação mais hedonista e aos princípios da cultura de consumo – estetização e estilização (ROCHA, 2002) –, aos quais as classes populares brasileiras estão cada vez mais expostas. Ademais, na medida em que essas classes estiveram historicamente relegadas a um nível de subconsumo, ainda quando inseridas no mercado de trabalho, pesa sobre o consumo popular uma forte avaliação moral, fundamentada tanto no *ethos* do trabalho duro – produto de tais condições de existência –, quanto em uma moralidade de classe média¹² (SCALCO; PINHEIRO-MACHADO, 2010), que atua como princípios de conformidade, orientando as práticas de consumo dos membros das classes populares para a satisfação das necessidades, ainda quando estes últimos alcançam uma nova posição social.

Tais princípios conduzem a tensões intraindividuais entre os valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, tal como a disposição para o sacrifício individual e as disposições para a autossuperação, na medida em que a busca por uma condição de vida considerada melhor pode envolver a adoção de novas práticas de consumo, orientadas para o prazer e desfrute individual. Portanto, o batalhador hedonista parece combinar a ética do trabalho duro com uma ética do consumo, aqui denominada de *retórica do trabalho duro*, segundo a qual se considera legítimo o consumo de bens voltados à busca do prazer, desde que sejam provenientes do “suor do trabalho” e esforço dos indivíduos.

Embora Campbell (1998) tenha destacado que os consumidores recorrem a uma retórica do querer, com o intuito de legitimar suas práticas de consumo orientadas para o prazer, a afirmação de uma retórica do trabalho duro visa destacar o caráter peculiar assumido por esse processo na sociedade brasileira contemporânea, sobretudo no que se refere aos membros das classes populares, inseridos apenas recentemente no consumo de massa. Diferentemente do que foi encontrado por Campbell (1998), em sua pesquisa na Inglaterra dos anos 1990 – na qual os indivíduos buscavam redefinir o contexto da compra orientada pelo desejo, acionando diversas situações nas quais essas práticas poderiam ser legitimadas –, os batalhadores hedonistas entrevistados legitimavam suas práticas de consumo *quase exclusivamente* pela ideia de uma recompensa pelo trabalho, conquistada *com o suor do trabalho*, através da incorporação de disposições ascéticas para o trabalho duro.

Desse modo, os membros das frações ascensionais das classes populares que adotam uma orientação mais hedonista, no campo dos estilos de vida, ancoram-se numa retórica do trabalho duro que visa legitimar suas práticas de consumo, ajustando-se, dessa forma, aos valores e disposições constitutivas de seu *ethos*. De modo semelhante, a adesão a novas práticas de

12 Scalco e Pinheiro-Machado (2010) citam uma pesquisa etnográfica da qual participaram no natal de 2009 sobre o projeto Papai Noel dos Correios – em que crianças e jovens escrevem cartas pedindo presente de natal –, na qual observaram que tanto os funcionários dos Correios quanto outras pessoas condenavam as cartas que pediam presentes caros, tais como roupas de marca, e consideravam nobres aquelas que pediam material escolar, expressando uma moralidade das classes médias sobre o consumo popular.

consumo distanciadas de uma lógica da necessidade se torna possível desde que tais práticas não se sobreponham aos interesses do grupo familiar. Isso pode ser observado quando Elisângela explica como passou a consumir perfumes importados, depois que começou a trabalhar.

Hoje em dia pra você comprar um perfume no Boticário, Boticário, Natura, é em torno de mais de R\$100 reais um perfume bom, então é melhor você pagar um pouquinho a mais e ter um produto melhor né? Isso é quando dá pra você comprar né? Você também não vai fazer, sacrificar a família, “ai vou comprar um perfume bom, porque eu quero”, não. E sacrificar a família? A alimentação? Não. Eu só compro realmente quando dá pra comprar, como eu comprei esses dois, comprei um e depois de muito tempo comprei outro, quando dá mesmo. Eu tô te dizendo assim a questão de qualidade, realmente a qualidade é bem melhor.

Apesar de exprimir uma postura mais hedonista no campo dos estilos de vida, orientando suas práticas de consumo por uma retórica do querer, voltada para o prazer e desfrute individual, é possível perceber um forte elemento de ascetismo na orientação de suas práticas de consumo, ainda quando a entrevistada consome bens considerados de luxo como perfumes importados – associados ao estilo de vida das classes dominantes. Elisângela exprime certa preocupação em mostrar, diante de uma observadora externa, que suas práticas de consumo são responsáveis e prudentes, explicando que só compra perfumes importados quando tem um *dinheirinho sobrando*, pagando à vista – *em espécie* –, de modo a não contrair dívidas, as quais poderiam prejudicar os interesses de sua família no futuro.

Como mostra Cynthia Sarti (1994), a vaidade é condenada entre os mais pobres justamente por ser concebida como uma atitude irresponsável, que coloca os interesses individuais acima dos compromissos familiares. Apesar dos conflitos e ajustes entre valores e disposições heterogêneas, é possível observar mudanças significativas na ordem do estilo de vida do batalhador hedonista, com gradativa mudança na unidade de consumo, que passa da família para o indivíduo (MCCRACKEN, 2003), exprimindo não somente certo distanciamento de algumas disposições do *ethos* do trabalho duro em seu projeto de mobilidade ascendente – como é o caso da disposição para o sacrifício individual –, mas também novas formas de constituição e expressão da individualidade nos meios populares (DUARTE; GOMES, 2008).

Vale destacar ainda que, no caso de Elisângela, o trabalho se constitui também como importante processo de socialização secundária para a incorporação de novas disposições para o consumo, na medida em que a entrevistada passou a conviver com membros de outras classes sociais, como médicos, almejando as práticas constitutivas de seu estilo de vida, como consumo de bens considerados de luxo. A entrevistada conta que passou a consumir perfumes importados após ganhar um perfume *Euforia da Calvin Klein* de uma médica e se tivesse condições compraria mais produtos importados. Como estratégia de barateamento, ela pede que seus colegas de trabalho comprem perfumes no *dutyfree* quando viajam para o exterior.

Desse modo, a entrevistada norteia suas preferências por critérios que parecem se distanciar das práticas de consumo características das classes populares no que se refere a perfumes, que segundo Nery (2017), prefeririam fragrâncias mais leves, de menor fixação, comprando produtos de baixo valor agregado, os quais podem ser utilizados várias vezes ao dia. Nesse sentido, a adoção de tais critérios pela entrevistada parece envolver uma busca por distinção com relação aos membros das classes populares, aproximando-se do estilo de vida característico das classes média e alta. Tal orientação parece favorecida por um crescente processo de estratificação observado no interior das classes populares brasileiras, decorrente da expansão educacional e sua irradiação nos meios populares, com a conseqüente elevação da taxa de escolarização entre as gerações mais jovens, além do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, dentre outros fatores (PONTES, 2015).

Ademais, Elisângela busca legitimar suas práticas de consumo distanciadas de um gosto de necessidade a partir de uma ideia de feminilidade, segundo a qual além do cuidado com a família e o lar, as expectativas sociais associadas aos papéis da mulher envolvem cuidar também da aparência, acompanhar as tendências da moda, apresentando-se sempre bonita e arrumada.

I: É porque roupa é assim: eu passo, me agradei daquela roupa, vesti, caiu bem em mim, ficou bem, eu vou e compro.

E: Não é muito... mais quando tá precisando não?

I: É não, tão difícil, às vezes eu tenho roupa lá em cima no meu guarda-roupa que, umas quatro, cinco roupas que eu nem usei ainda. Risos.

E: Tu gostas de comprar roupa?

I: Gosto. Ai eu vejo uma coisa que tá na moda, aí as vezes eu olho, faço: “meu Deus, não vai vestir bem”. Ai eu vou, mulher, sempre tem aquela... vou provar, não sei o quê, aí vou, provo, fica... eu gosto do jeito que vestiu, aí eu vou e compro (...) Gosto muito de me arrumar, gosto. Gosto muito de roupa nova (risos). Sapato, perfume, eu acho que isso pra uma mulher... não sei todas, mas na minha opinião, eu adoro!

Segundo Beverley Skeggs (2002), a feminilidade constitui um dos poucos recursos que podem ser capitalizados pelas mulheres das classes populares – destituídas dos recursos socialmente valorizados, tais como capital econômico e capital cultural – tanto no mercado matrimonial quanto no mercado de trabalho. Desse modo, as batalhadoras hedonistas entrevistadas recorrem ao consumo de bens individuais – tais como vestuário, acessórios, produtos cosméticos e de higiene –, buscando expressar sua feminilidade. O perfil do batalhador hedonista é mais comumente encontrado entre mulheres, jovens, indivíduos com maior volume de capital, ocupações nas quais a construção da autoimagem é importante, posições sociais mais distanciadas do mundo das necessidades materiais e processos de socialização relativamente heterogêneos, nos quais os batalhadores se relacionam com membros de outras classes sociais e

parecem mais suscetíveis à incorporação de valores e disposições heterogêneos ou contraditórios com relação ao *ethos* do trabalho duro.

Considerações finais

Longe de pretender esgotar as inúmeras facetas envolvidas na discussão sobre as mudanças nas práticas de consumo das classes populares, este trabalho buscou destacar a complexidade e heterogeneidade constitutiva de seu estilo de vida, o qual parece resistir a interpretações redutoras e simplistas – sejam aquelas que apontam a emergência de uma “nova classe média” no Brasil, marcada por maior inclinação ao consumo, sejam aquelas que destacam apenas sua posição no trabalho, ou ainda a predominância de uma orientação ascética, responsável pela sua integração no mercado.

Ademais, a partir da discussão aqui desenvolvida, é possível perceber a proficuidade do enfoque disposicionalista na análise das práticas de consumo das classes populares num contexto de mobilidade ascendente, que permite lançar luz sobre os conflitos, tensões e ajustes com relação ao seu *ethos* de classe. Nesse sentido, essa discussão pode fornecer um interessante ponto de partida para o tratamento de questões fundamentais da teoria social contemporânea, como a reflexividade e o tema da individualidade nas classes populares, que suscita debates nas ciências sociais brasileiras desde os anos 1990 (SARTI, 1994; DUARTE; GOMES, 2008). A própria abordagem de uma orientação mais hedonista entre os membros das classes populares, cuja ascensão foi garantida pela incorporação de disposições ascéticas para o trabalho ao longo da vida pode ser percebida como um interessante caminho teórico para pensar as especificidades de seu processo de individualização. Por fim, o desvelamento das estratégias acionadas pelos membros dessa fração de classe na legitimação de suas práticas de consumo, por meio de uma retórica do trabalho duro, destaca a necessidade de se discutir a dimensão política do consumo (SLATER, 2002), investigando como as distâncias sociais e os processos de dominação social e simbólica são repostos num novo patamar de prosperidade e maior acesso ao consumo de bens e serviços pelas classes populares brasileiras.

Referências

- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Editora Zouk: Edusp, 2013.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- CAMPBELL, C. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CAMPBELL, C. Consumption and the Rhetorics of Need and Want. **Journal of Design History**, Oxford, v. 11, n. 3, p. 235-246, 1998.
- CAMPELLO, T. (coord.). **Faces da Desigualdade no Brasil**. Um olhar sobre os que ficam para trás. Brasil: Clacso: Flacso: Agenda Desigualdade, 2017.

- DUARTE, L.F.D.; GOMES, E. C. **Três famílias**: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – POF**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LAHIRE, B. **O homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LAHIRE, B. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LAHIRE, B. **A cultura dos Indivíduos**. São Paulo: Artmed Editora, 2006.
- LAHIRE, B. O singular plural. *In: Homenagem a Bernard Lahire*. Cadernos do Sociófilo. Quarto Caderno. Rio de Janeiro: IESP: UERJ, 2013.
- MACCRACKEN, G. **Cultura e consumo** – novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- NERI, M. **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: CPS: FGV, 2010.
- NERY, M. S. S. O Nordeste e o mercado nacional de fragrâncias: notas para um mapa da produção/consumo de perfumes no Brasil. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 53, n. 1, p. 66-76, jan./abr. 2017.
- PETERS, G. *Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **RBCS**, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 8-37, 2013.
- POCHMANN, M. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PONTES, T. P. **“Crescer na vida”**: trajetórias de micromobilidade nos meios populares. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- ROCHA, M. E. M. **O consumo precário**: pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos Milagres. Coleção Estudos sobre Alagoas. Maceió: Edufal, 2002.
- SARTI, C. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- SCALCO, L.; PINHEIRO-MACHADO, R. Os sentidos do real e do falso. O consumo popular em perspectiva etnográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 321-359, 2010.
- SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SKEGGS, B. **Formations of class and gender**. Becoming respectable. London: Thousand Oaks: New Dheli: SAGE Publications, 2002.
- SLATER, D. **Cultura do consumo e modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.
- SOUZA, J. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. *In: BARTELT, D. (org.). A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013. p. 55-69.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira**. Quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- TORRES, H. G.; BICHIR, R. M.; CARPIM, T. P. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos Estudos**, São Paulo, n.74, p. 17-22, mar. 2006.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Recebido em: 19/12/2018

Aceito em: 16/01/2019

**RETRATOS SOCIOLOGICOS DO MARACATU DE BAQUE SOLTO:
Percurso, disposições, práticas e variações culturais**

**SOCIOLOGICAL PORTRAITS OF MARACATU DE BAQUE SOLTO:
Paths, dispositions, practices and cultural variations**

José Roberto Feitosa de Sena*

*Ninguém segue uma única vida,
todos se multiplicam em diversos e transmutáveis homens*
Mia Couto, escritor moçambicano
(Cada homem é uma raça)

Resumo

O presente texto, resultado de uma pesquisa doutoral, pretende colaborar para reflexão sociológica sobre a necessidade de abordagens em escala individual aplicadas aos estudos de cultura popular investigando os atores do Maracatu de Baque Solto, manifestação oriunda das classes populares em Pernambuco. Tentando pensar a cultura popular sob a perspectiva disposicionalista e contextualista, a pesquisa traz à baila o caso dos indivíduos visando observá-los/analísá-los em diferentes contextos da ação, refazendo suas trajetórias sociais a fim de analisar, em nível diacrônico-sincrônico, suas ações plurais e variações culturais. Tal objetivo foi possível com a aplicação dos *retratos sociológicos* de indivíduos, a partir da reconstrução de suas trajetórias de vida nos mais variados e contínuos processos plurais de socialização. Essa abordagem se embasa, principalmente, na perspectiva teórico-metodológica de Bernard Lahire e nos casos de aplicação/atualização desta na sociologia lusófona, especialmente portuguesa. A investigação aprofundada em escala individual não negligencia os demais níveis e é pertinente para a percepção das micromobilidades, hibridismos, circularidades culturais e variações inter e intraindividuais. O artigo apresenta uma discussão teórico-metodológica sistemática e, ao final, um dos *retratos sociológicos* resultantes da pesquisa.

Palavras-Chave: Retratos sociológicos. Sociologia disposicionalista. Ator plural. Cultura popular.

Abstract

The present text, the result of a doctoral research, intends to collaborate for sociological reflection on the need of individual - scale approaches applied to studies of popular culture investigating the actors of Maracatu de Baque Solto, a manifestation coming from the popular classes in Pernambuco. Trying to think of popular culture from a dispositional and contextualist perspective, research brings to the surface the case of individuals aiming at observing / analyzing them in different contexts of action, rethinking their social trajectories in order to analyze, at the diachronic-synchronic level, their plural actions and cultural variations. This objective was possible with the application of the sociological portraits of individuals, from the reconstruction of their life trajectories in the most varied and continuous pluralistic processes of socialization. This approach is based mainly on the theoretical-methodological perspective of Bernard Lahire and in the cases of application / update of this in Portuguese sociology. In-depth research on an individual scale does not neglect the other levels and is pertinent for the perception of micro-mobility, hybridity, cultural circularities and inter- and intra-individual variations. The article presents a systematic theoretical-methodological discussion and, at the end, one of the sociological portraits resulting from the research.

Keywords: Sociological portraits. Sociological dispositional. Plural actor. Popular culture.

* Graduado em História (Unicap), mestre em Ciências das Religiões (UFPB) e doutor em Sociologia (UFPB) com doutorado-sanduiche na Universidade do Porto (UPorto-Portugal). Professor de Graduação da Faculdade Elo - Faelo (Recife-PE), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu - (Facig) e professor de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Ciências da Religião e Ciência Política das Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão - Faintvisa. Atua ainda como professor de sociologia e filosofia no Ensino Médio.

Indivíduo e cultura popular na perspectiva da sociologia disposicionalista franco-portuguesa

O maracatu rural, também conhecido como Maracatu de Baque Solto, é uma manifestação cultural, de origem afro-brasileira e indígena, oriunda das classes populares da região interiorana da Zona da Mata Norte de Pernambuco e muito presente também nos bairros periféricos da Região Metropolitana do Recife. As apresentações do maracatu, resultantes de intensos trabalhos e relações de bastidores, fazem parte do cotidiano e dos calendários de atividades anuais dessas agremiações. No entanto, é o carnaval o momento mais esperado e é se preparando para este que muitos integrantes voltam maior parte de seus afazeres culturais no interior da agremiação popular (SENA, 2012).

Os estudos sobre o Maracatu de Baque Solto se limitam a tentar compreender suas histórias e/ou o contexto sociocultural dos grupos. Muitos estudos até o presente, desde os trabalhos de cunho folclorista aos de caráter acadêmico, enfocaram nos estudos estruturais e grupais, e as poucas pesquisas em escala biográfica não se aprofundaram nas variações dos indivíduos, mas sim, reafirmando seu protagonismo típico-ideal dentro de um campo delimitado. Algumas dessas abordagens, por mim elencadas e analisadas no estado da arte de minha dissertação (SENA, 2012) fornecem um relevante contributo para a compreensão dos maracatus, mas deixam lacunas que merecem ser inquiridas.

Em geral, não tive conhecimento de estudos em escala individual no sentido de visualizar os deslocamentos e variações entre indivíduos dentro do próprio espaço social de atuação cultural, ainda mais quando se pretende analisar os deslocamentos e variações intraindividuais. Desse modo, uma mudança de escala sem negligências e um aprofundamento investigativo centrado no indivíduo, considerando seu passado e seu contexto presente, pode nos revelar atores plurais dentro e fora do maracatu, bem como pluralidades dentro e fora do espaço sociocultural de pertença.

Visando a um direcionamento para essa perspectiva investigativa e analítica, situo a presente pesquisa na linha teórico-metodológica disposicionalista em escala individual, proposta pelo sociólogo francês Bernard Lahire, que apresenta novas exigências metodológicas, pois, para compreender a pluralidade interna dos atores é necessário dotarmo-nos de dispositivos que permitam observar diretamente ou reconstruir indiretamente, por meio de diversas fontes, a variação dos comportamentos individuais segundo os contextos sociais (LAHIRE, 2001, p. 262).

Procura focar na análise em escala individual sem negligenciar as coletividades do social, visa mergulhar na trajetória do indivíduo para assim ter considerações consistentes acerca da sociedade. Adentrando no processo de socialização do ator, torna-se possível reconhecer as disposições que atuam nas suas ações presentes, suas variações externas, e, especialmente, internas, permitindo refazer um perfil sociocultural do ator. Quando se pretende destacar as variações internas de um indivíduo, percebe-se a amplitude das variações entre indivíduos. Cada ator é singular e plural, pois é produto inacabado de uma gama infindável de experiências

socializadoras. Essas variações apresentam, de certa maneira, o funcionamento do mundo social, uma vez que os processos de socialização cultural dos indivíduos nunca se perfazem em “quadros únicos e homogêneos” (LAHIRE, 2006).

A proposta teórico-metodológica de Bernard Lahire aplicada a tal objeto deve nos ajudar a “prolongar” os estudos sobre cultura popular, tendo como mote estudos de caso de atores do maracatu e nos permitir reconhecer muitos desses homens e mulheres que dele fazem parte, construindo seus retratos, considerando os domínios com e sem roupa de maracatuzeiro. Dito de outra forma: visando analisá-los dentro do maracatu e para além do maracatu.

Apesar da inserção em construção da sociologia de Bernard Lahire no Brasil (cuja recepção me parece ainda é maior entre os cientistas da educação que entre sociólogos), as abordagens que se realizam são em geral ainda incipientes e contam com aplicações do método sem muitas discussões e/ou adaptações metodológicas. No que se refere à aplicação do método, mesmo quando certas especificidades são consideradas e justificadas, não nos permite considerar atualizações extensivas da metodologia. À medida que a sociologia de Bernard Lahire vai ganhando espaço acadêmico no Brasil, é possível que novos trabalhos que se utilizam predominantemente da metodologia dos retratos possam elucidar discussões e adaptações que permitam avançar e atualizar tal dispositivo, de acordo com as especificidades brasileiras.

Numa posição, que me parece alguns poucos passos à frente do Brasil, a sociologia empírica de Bernard Lahire vem ganhando muito espaço institucional na sociologia de Portugal¹, especialmente entre estudos dedicados à educação e à cultura, aplicando de modo adaptativo e seletivo seus dispositivos metodológicos ao contexto lusitano (AMÂNDIO; ABRANTES; LOPES, 2016). Considerado um dos maiores nomes da sociologia da educação e da cultura em Portugal, João Teixeira Lopes² é um revisor/atualizador do suporte teórico-metodológico da sociologia disposicionalista em escala individual, aplicando o método dos *retratos sociológicos* a contextos socioculturais específicos.

O *retrato sociológico* consiste em entrevistas biográficas de caráter semidiretivo com o objetivo principal de perceber a forma como as disposições individuais se formam e incorporam-se nos diferentes papéis sociais do ator, nos múltiplos mundos sociais que perpassam sucessiva, alternada, paralela e simultaneamente ao longo da vida. Nas pesquisas coordenadas pelo autor em que se utiliza deste dispositivo, procura fazê-lo de forma *aplicada*, isto é, subordinado a um problema de pesquisa direcionado, embora sem nunca deixar de retirar ilações substantivas para possíveis reconstruções da teoria social (AMÂNDIO; ABRANTES; LOPES, 2012)

1 Em Lopes, Amândio e Abrantes (2012), no prefácio da obra dedicada à recepção e à aplicação da sociologia lahireana em Portugal, o próprio Lahire escreve que foi no país ibérico que seus trabalhos tiveram maior recepção e aplicação entre as pesquisas sociológicas.

2 Professor catedrático da Universidade do Porto – Uporto (Portugal) e presidente da Associação Portuguesa de Sociologia – APS. Durante realização do meu estágio doutoral como bolsista do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE/Capes em 2017 tive sua orientação no Instituto de Sociologia da Uporto, o que resultou em parte das indicações teórico-metodológicas presentes neste artigo.

Amândio, Abrantes e Lopes (2012, 2016) atualizam a metodologia de Lahire e propõe novos métodos e técnicas a partir da especificidade da pesquisa empírica por ele aplicada. O *retrato* configura assim um *locus metodológico* capaz de inquirir, periciar e perscrutar o objeto de análise, configurando ainda um dispositivo de articulação entre a análise sociológica (interpretação em *segundo grau*) das pluralidades disposicionais e contextuais das práticas e uma narrativa em voz própria, a polifonia do nativo (interpretações em *primeiro grau*).

Visando dar um *zoom* da escala macro e estrutural, que analisa os grupos e seus campos, à escala micro e individual, que analisa a trajetória e as variações do ator, apresento um dos *retratos sociológicos* elencados na minha tese de doutoramento. É o retrato de Bernardo Soares³, neste quadro descritivo-analítico apurado e plural, sincrônico e diacrônico, podemos perceber a trajetória múltipla e tensa do indivíduo, pontuando não só suas variações e heterogeneidades culturais, mas também certos antagonismos.

RETRATO SOCIOLÓGICO DE BERNARDO SOARES

Vicissitudes e variabilidades de uma trajetória plural conciliadora dos inconciliáveis

Trago em mim o inconciliável e é este o meu motor
Papetala, escritor angolano. (Mayombe)

Bernardo Soares, 28 anos, é um jovem que iniciou muito cedo sua participação no maracatu, superando os medos de infância. Mora com a mãe, irmã e avó. Teve o pai precocemente ausente. Recebe influências diversas, especialmente do irmão e de amigos. Demonstra grande competência e apetência pela cultura popular. É sujeito de consumos ecléticos e mistura gêneros em suas práticas culturais. Além de mestre de maracatu, demonstra acentuado gosto/consumo por futebol, UFC, música brega, participa de disputas de *break dance*, é marcador de quadrilha e se diz apaixonado por Cavalo Marinho. É engajado nas práticas culturais comunitárias, compondo associações culturais. É um sujeito empolgado e atuante na cultura local. Teve uma experiência significativa na relação com artistas locais reconhecidos nacional e internacionalmente. Viajou por vários estados do Brasil e países europeus. Releva as experiências que o trabalho lhe trouxe, mas se queixa das conflitantes relações entre o operariado industrial, contudo, foi também na indústria que ele exerceu sociabilidade cultural relevante para sua atividade como mestre de maracatu. Iniciou sua frequência nos terreiros de umbanda de sua cidade como tocador (ogã). Passou a ter forte crença na umbanda e acentuar suas práticas ao adentrar no maracatu. Ultimamente estava se afastando por influência ambígua do irmão, que se tornou evangélico. Diz amar o maracatu, mas vê como muito provável deixar a cultura para “servir a Deus” ou tentar combiná-los.

Meu contato com o jovem retratado se deu por intermédio de outro retratado, Ricardo Reis, que conheci por meio do *facebook* e que se tornou meu interlocutor, apresentando muitos conhecidos seus da área, um deles foi Bernardo Soares. Eu já o conhecia por meio da mesma rede social, momento em que levantava muitos *perfis* de maracatuzeiros, realizando pesquisas neste

³ Bernardo Soares é um dos heterônimos de Fernando Pessoa, utilizado aqui como mero empréstimo figurativo.

ciberespaço, momento em que iniciei minhas primeiras observações e impressões a cerca desse ator. Em contato com Ricardo Reis, combinamos de nos encontrar em um ensaio de maracatu. Foi nessa ocasião que o conheci pessoalmente, apresentado pelo supracitado interlocutor. No momento do primeiro contato presencial, já observei o quanto comunicativo, acolhedor e empolgado era aquele jovem mestre de maracatu. Recebeu-me com um abraço, chamando-me a todo tempo pelo nome, apresentando a amigos e me convidando para eventos diversos. Fiquei sempre a observá-lo até que, horas depois, antes do anoitecer daquele domingo, veio se despedir e lhe perguntei o porquê de ir tão cedo e ele com sorriso no rosto respondeu: “*Vou ver meu timão jogar*”. Continuei a perguntar: “*Qual é seu time?*” E me responde com um sorriso ainda mais largo: “*Corinthians*”, time paulista de futebol. A receptividade empática que recebi daquele jovem – aliada à forma aberta com que ele interagia, entrando em temas além do maracatu, mesmo que de modo muito incipiente naquele momento – despertou-me interesse em continuar a investigá-lo.

Dias depois, passamos a ter contato via redes sociais e em pouco tempo marcamos novos encontros que tinham o objetivo de observá-lo em suas práticas culturais. Estivemos em alguns ensaios e sambadas de maracatu e observei o quanto, de modo interativo e atuante, ele se movimentava nos contextos festivos, explorando a sociabilidade e expressando os elementos práticos característicos do quadro interacional da região sociocultural. Nessas atividades, estreitamos nossa aproximação e combinamos algumas entrevistas. A primeira delas se deu semanas antes do carnaval. Nas primeiras semanas de 2016 nos reunimos numa manhã de sábado, em um banco da praça principal da cidade, em frente à Igreja Matriz do município, tendo como pauta sua trajetória e práticas culturais, bem como os preparativos para o carnaval que se aproximava.

Depois da primeira, realizei a segunda entrevista semanas depois do carnaval, dias que antecederiam as comemorações de Páscoa. Bernardo Soares, mais uma vez empolgado, comentava sobre o último carnaval.

Na terceira entrevista, que transcorreu no mês de julho, atravessando o conteúdo de sua trajetória, de maneira revisitada e aprofundada, abordei o tema das quadrilhas juninas, modalidade cultural característica dos festejos de São João em que ele exerce uma posição também de destaque como marcador⁴. Ao todo, foram 4 horas e 55 minutos de entrevistas registradas em gravador de áudio.

Entre competências/apetências na cultura popular e de massa e o desejo iminente de conversão ao pentecostalismo: os múltiplos e multiplicáveis atores em um

Bernardo Soares tem 28 anos. Nasceu no município de Paudalho, mas desde a primeira infância mora em Tracunhaém. Em sua casa, vive ele, sua mãe, sua irmã, seu tio e sua avó materna.

⁴ Figura-líder que coordena as coreografias e evoluções por meio de cânticos e expressão de ordem e interage com o público que, em torcida, assiste as apresentações competitivas de quadrilhas juninas.

Sua irmã, ainda na menoridade, não trabalha; já ele, seu tio e sua mãe estão desempregados. A renda familiar é oriunda da pensão que a avó materna recebe do avô já falecido. Ao todo, os rendimentos não passam de dois salários mínimos. Para não ficar “sem fazer nada”, ajuda em diversos serviços domésticos, como limpar a casa, lavar pratos, coletar o lixo e outros tipos de “*arrumação*”. Tem um irmão a quem é muito próximo, mas não mora mais em casa. É casado, evangélico da igreja Assembleia de Deus e mora com a esposa e dois filhos.

Seu pai abandonou ele e seus irmãos ainda cedo. Conta que lembra pouco de sua convivência com o pai na mesma casa. Do pouco que lembra e que é realçado pelas histórias de sua mãe em tom de lamentação, relata o alcoolismo do pai e as frequentes agressões à sua mãe. Hoje, o pai, novamente casado e com dois outros filhos, mora em um município do sertão de Pernambuco e vai raras vezes, em visita, a Tracunhaém, quando nessas ocasiões depende de ajuda financeira dos filhos para o traslado, porém, queixa-se Bernardo Soares, “*não liga muito pra gente*”. A relação dele com a família paterna é tensa por conta da ausência afetiva do pai e pela não simpatia do filho por sua atual esposa, que o teria acusado injustamente por furto de um chapéu na casa da avó. Desde então, não fala com a esposa do pai e não frequenta com assiduidade a casa da avó paterna.

Bernardo Soares é um jovem com fortes e múltiplas disposições de atuação, com competências e apetências variadas, na cultura popular de sua região, transitando entre as linguagens locais e globais, adquirindo experiências plurais e movendo-se com facilidade pelo quadro interacional do contexto em que vive, trazendo a este, experiências adquiridas em outros mundos socializantes.

Entre os grupos culturais de que mais participa, está o Cavalo Marinho, em que se apresenta especialmente durante as festas natalinas, as quadrilhas juninas e, por fim, o Maracatu de Baque Solto, nas festas carnavalescas. Sobre o primeiro, ele tem mais apetência⁵ que competência⁶, uma vez que se dedica menos ao cavalo marinho que ao maracatu, mas relata que tal modalidade cultural é sua preferida. Quanto ao segundo, possui mais competência que apetência, pois, apesar de gostar muito de quadrilha junina, suas “paixões” são o cavalo marinho e o maracatu. No terceiro, mesmo afirmando gostar mais de cavalo marinho, possui forte apetência + competência. É no espaço social do maracatu que ele se realiza e exerce suas funções de maior destaque no quadro interacional mais amplo da região.

Oficialmente, no campo em que atua com mais aderência, Bernardo Soares é contramestre de Maracatu, figura que tem como função cantar os versos proferidos pelo mestre em repetição melódica. Na prática, ele é mais: além de exercer um papel de perfil organizativo, ele é mestre em muitas festas de maracatu e mesmo em apresentações oficiais quando o mestre de seu maracatu dá-lhe a oportunidade de cantar para o grande público.

5 Vontade, paixão, impulso voluntário, prazer em fazer.

6 Saber fazer, dominar meios e métodos do fazer, ter habilidade e destreza, conhecimento específico.

Mas não só de momentos alegres e festivos se dá a vida desse jovem e talentoso agente da cultura popular. Bernardo Soares se queixa da falta de emprego e renda, está há dois anos desempregado e sem perspectivas concretas de conseguir uma vaga em algum posto de trabalho. Busca um novo emprego como uma prioridade em sua vida, pretende ajudar em casa, especialmente a sua mãe que também “*tá parada*”, sonha ainda em fazer um curso superior de licenciatura em educação física, tem muita vontade de conseguir uma vaga de emprego e de formação superior na área da docência. Mas a cada encontro nosso, ele demonstrava frustração diante do passar dos dias e da não conquista do que deseja. Frente à situação de relação entrevistador-entrevistado e para além desta relação, me vi inserido, não muito diferente do que aconteceu em outras situações com outros entrevistados, num contexto de escuta, numa posição de ente amigável a quem se pode recorrer para o desabafo. Inevitavelmente retribuí com expectativa positiva e uma mensagem motivacional. A queixa do desemprego era constante no retratado, mas isso nem um pouco abalava seu entusiasmo e bom humor.

Bernardo Soares tem vivido de rendas provenientes de “*bicos*”, como as atividades⁸ de pintura de peças artesanais feitas de barro na olaria de um amigo artesão e os baixos cachês que recebe em apresentações de maracatu. Essas apresentações acontecem mais nos dias de carnaval. Ele dá o exemplo do último carnaval em que ao todo recebeu R\$ 800,00, dos quais, metade do valor deu a sua mãe. Quando não são apresentações de carnaval, são esporádicas, pois não existe uma frequência regular; variáveis, pois os valores oscilam e quase sempre lhe são repassadas verbas pequenas, e, incertas, pois muitos dos acordos são feitos “de boca” e os grupos têm dificuldade de conseguir bons pagamentos. Consequentemente, encontram eventuais dificuldades, de repassar valores acordados, além dos longos prazos para quitação. Outra forma de lhe render um incerto “*trocado*” é por meio de apostas em resultados de jogos esportivos do Campeonato Brasileiro de Futebol. Para essa situação, conta, além do seu conhecimento em terno de futebol, com uma boa dose de sorte.

Faz um bocado de tempo que eu to parado, mas graças a Deus que o povo me chama pra tocar, tem também dinheiro de aposta no Brasileirão que eu ganho, essa semana mesmo eu joguei 2 reais e ganhei 22 reais

Antes desses trabalhos informais, Bernardo Soares atuou como “*cabo eleitoral*” de um político local nos dois meses que antecederam as eleições municipais, função que lhe rendeu algum dinheiro e muitos contatos pelas interações em campanha, além de consolidar contatos com lideranças políticas de sua cidade. Com a vitória eleitoral desse candidato, uma vez empossado, ele lhe convidou para trabalhar como locutor numa rádio municipal. Nessa função,

7 Expressão que designa serviços esporádicos e de pouco valor remunerativo.

8 Mais informações sobre a precariedade do trabalho no Brasil ver: CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2010, 463 p.

exercitou sua voz, destacado instrumento que dedica à cultura, especialmente ao maracatu, e exercitou as relações de comunicação por meio de um aparelho de longo e massivo alcance. Foi uma experiência relevante, pois esteve durante o carnaval numa posição diferente daquela mais habitual. Foi por um carnaval locutor de um polo na zona rural e ficou durante os três dias de carnaval a apresentar e comentar as agremiações que por lá passavam, estando diariamente em contato com inúmeros amigos do quadro local de interações. Relata que a experiência foi muito rica e, além de lhe garantir uma renda, abriu portas para conhecer mais pessoas e consolidar os contatos e conhecimentos que tecia. Mas não durou mais de 2 anos, e o prefeito da cidade lhe deu como proposta, para empregar sua mãe, que ele abrisse mão da vaga para outra pessoa. Inserido num evidente jogo político e preocupado em garantir empregabilidade para sua mãe, ele entrega o cargo de liderança na rádio e fica desempregado por um curto espaço de tempo até conseguir uma vaga de auxiliar de produção fabril.

No chão de fábrica, passou 1 ano e 3 meses como auxiliar de produção na indústria de calçados, único emprego de carteira assinada que já teve. Exerce as funções de pintor, operador no setor de reciclagem e operador de instrumentos na área de acabamento. Procurava adequar o horário de trabalho de modo que não o impedisse de participar das festas de maracatu. Conta que nos horários de intervalo para almoço ele interagia com um colega, também de maracatu, fazendo disputas de versos. Nessa época ele ainda não era mestre de maracatu, mas tinha muita admiração pela função. Combinava com o colega oponente para que apressassem a refeição e aproveitassem o tempo restante de intervalo, antes de retornar aos afazeres laborais, para cantar maracatu. Então, reuniam um público de amigos, que se dividiam em torcidas adversárias a agitar a tensa e descontraída disputa, de que ele muito se orgulha em recordar.

Bernardo Soares lamenta a saída da indústria, diz-se muito triste quando ouviu do seu superior: “Não precisamos mais dos seus serviços”. Comenta que, se hoje fosse chamado para retornar, aceitaria, pois a situação de desemprego é muito difícil. Ele não tem participação em associação comunitária, mas, nas associações culturais de que faz parte exerce importantes trabalhos comunitários e de maneira voluntária. Sendo um conhecedor de práticas culturais variadas e características da região, atua como instrutor de oficinas para crianças e adolescentes. Diz-se muito satisfeito com o trabalho e que o “*dinheiro não é o mais importante*”. Geralmente, realiza tais ações em escolas públicas, em associações e sedes de maracatu. A renda escassa limita sua satisfação pelo consumo, tendo dificuldades em adquirir produtos de interesse. Em casa, tem acesso à internet *wifi*, geralmente navega pela internet pelo celular ou, ocasionalmente, pelo *notebook* do irmão.

A vida escolar foi de intensas socializações, concluiu o ensino médio, mas há muito tempo que já não estuda, informa que na escola “*era aquele cara que estudava, mas era largado também*”. Tinha uma postura ambivalente de aluno aplicado, interessado e participativo, mas gostava de se relacionar entre os mais indisciplinados, pois lá encontrava reação à monotonia do ensino tradicional. Nas sociabilidades interindivíduos no meio intraescolar ele teceu relações

e experiências importantes de modo dialético com as experiências gerais que a escola lhe permitia. Relata que os professores passavam trabalhos e sempre se destacava nas apresentações de seminários, especialmente em temas relacionados à cultura.

Tem boas recordações desse tempo, fala de uma feira do conhecimento em que o tema foi o Movimento Manguebeat e que coube a ele se apresentar como Chico Science. Nesse dia, foi uma grande festa na escola, tomou o microfone e cantou músicas que mesclavam rock e maracatu. Ao final da apresentação, *“foi resenha demais”*, cantaram músicas bregas antigas, num momento mais recreativo, chamando a atenção de todos os presentes. Conta que a sua equipe não teve uma das melhores notas da supracitada atividade escolar, mas o aprendizado *“foi bom demais”*.

Em atividade similar, em comemoração aos festejos da semana do folclore, ele e amigos constroem um maracatu improvisado que eles denominam de Maracatu Patativa Dourada, uma alusão a um pássaro típico do continente sul-americano muito apreciado na região Nordeste do Brasil por sua variedade de cânticos. Recorda-se ainda de bons professores que teve e inclusive atribui a um deles o gosto por educação física que, além de ter relação com a dança, aborda diversas modalidades esportivas. Seu professor o influenciou a gostar da disciplina e ele, que já gostava de futebol, pôde perceber que a educação física estava muito além do futebol, aprendeu com o docente as variadas formas de esporte e que, mesmo no futsal, modalidade muito praticada por ele, existem coisas importantes a se abordar como estratégias de jogo, fundamentos, história, alongamentos e exercícios direcionados etc. Observei que através da relação com esse professor ele endossou disposições para a prática esportiva as tornando ativas para o interesse pela docência escolar.

Ainda não teve oportunidade de realizar o curso, mas as constantes barreiras não o impedem de manter tal sonho. Sua maior vontade é conseguir conciliar faculdade e trabalho. Para isso, precisa conquistar ambas as vagas. No momento, encontra-se entre os jovens enquadrados como geração “nem-nem” (nem trabalha, nem estuda)⁹. Contudo, observando de perto suas práticas de ação no quadro de interação local, constatamos que ele não se enquadra num perfil de aspectos de jovens estereotipados como ociosos. Pelo contrário, é na relação e atuação com seu contexto e com a aquisição/participação de atividades em contextos diversos, que ele encontra relevante aprendizado e exerce consideráveis funções para sua sociedade.

Na primeira infância, não gostava de maracatu. Com ajuda de sua mãe, recorda que se escondia ao ver um caboclo de lança passar pela rua em dias de carnaval. Essa relação com o maracatu nesse momento não é unilateral. Ela gesta um misto de “medo” e curiosidade. *“Oxi catita? Caboclo de maracatu? Tinha medo! medo! Ficava os três dias de carnaval trancado em casa com medo, aí depois fui perdendo o medo”*.

⁹ Maiores informações sobre, ver: MOTEIRO, Joana. **Quem são os jovens nem-nem?**: Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

O medo é construído a partir das narrativas culturais que se propagavam pela região e é ponto de partida, aguçando a curiosidade, para buscar mais informações sobre o maracatu e, gradativamente, converter o medo por apetência. Tanto que a repulsa não durou muito. Ainda em casa teve muito contato com o avô que era mestre de mamulengo, prática que ele não seguiu, mas tomou gosto pela animação cultural popular. Com nove anos de idade, participou pela primeira vez do caboclinho, desfilava em cortejo vestido de índio. Tal experiência despertou-lhe interesse em “brincar” de arreamá¹⁰ de maracatu, pelas características fortemente indígenas dessa figura. Foi então, ainda adolescente, participar do primeiro grupo de maracatu. Lá, teve contato com um antigo mestre-caboclo da agremiação a quem ele chama de “meu avô de maracatu”. Atribui a ele muitos aprendizados sobre maracatu, sentava-se ao lado do ancião e conversava por horas no terreiro frente à sede do maracatu. Logo o seu mestre passa a observar o interesse e destreza do adolescente, a quem apelida de “enxerido”. Constata-se que, nessa relação, Bernardo Soares ativa disposições para a prática do maracatu, alargando-as para além da figura do arreamá e passa a desenvolver apetências + competência que o levaram a outras práticas intra e extramaracatu.

Já passou por cinco grupos de maracatus. No primeiro, aprendeu muito, sendo um abre-portas para outros maracatus e diversas experiências. Com a saída do primeiro, segue para o outro onde vai tocar vários instrumentos percussivos no terno (conjunto musical composto por instrumentos de sopro e de percussão) da agremiação, função que lhe aproxima da musicalidade e das figuras do mestre e contramestre. Na mesma condição, participou de um grande Maracatu em Nazaré da Mata e, depois, visando galgar outros patamares no Maracatu, decide tentar a carreira de contramestre. Foi convidado para participar de um Maracatu de destaque, mas finalizou o contrato de participação devido a disputas de reconhecimento com outro mestre da mesma agremiação e, por isso, segue para o maracatu em que se encontrava no momento da pesquisa, a convite do presidente do grupo. Nessa agremiação, ele se manteve ao longo de toda a presente investigação, na condição de contramestre e aspirante de mestre, tomando não raras vezes tão função, de modo que é possível (e assim muitos amigos e o próprio mestre principal da agremiação indicam) tratá-lo como mestre auxiliar ou mestre suplente, pois, comumente é visto a tomar o protagonismo.

Revela que o período junto ao mestre tem lhe garantido muito aprendizado e que o perfil humilde e motivador deste para com ele o inspira a seguir no meio do maracatu. Sonha que, uma vez tendo o mestre se afastado, possa assumir em definitivo o posto de mestre dessa agremiação. Ainda no maracatu, mas atuando de modo autônomo, ele é *Catita*, figura que sai na agremiação coletando dinheiro e animando o público com sua irreverência e comportamento anárquico e libidinoso, fazendo uma caricatura de uma mulher de padrões refutáveis.

10 Personagem de inspiração mítico-simbólica no Maracatu de Baque Solto evidencia, com destaque, em sua indumentária, evoluções e rituais, a origem afro-indígena do “brincante”. Permeado de crenças, superstições e rituais populares, Tuxáua ou Caboclo de Pena, como também pode ser conhecido, é comumente chamado de Arreamá, segundo muitos participantes por ter o poder de “arriar” o mal.

É comum que as Catitas saiam sozinhas durante o carnaval, não necessariamente acompanhadas de um maracatu. Então, na manhã de domingo, Bernardo Soares sai pelas ruas da cidade com sua personagem “fogososa” que ele denominou de “*Catita Thainá*”. Essa é outra fonte de recursos. Informa que já chegou a receber R\$200,00 e oferece os rendimentos como ajuda para o maracatu, mas que, no último ano, além dos rendimentos não passarem de R\$80,00 preferiu ficar para si já que estava desempregado e sem recursos financeiros.

Para além do Maracatu de Baque Solto, mas ainda no campo da cultura popular local, ele é um grande admirador do Cavalo Marinho, tendo não só forte apetência, mas competências cênicas e coreográficas na participação dessa manifestação cultural. Atua principalmente em figuras como Mateus, Bastião e, principalmente, Mestre Ambrósio, personagem de destaque nos referidos grupos, por sua máscara rudimentar. Indica muito gosto por ciranda e coco de roda, mas não tem desenvolvido um trabalho mais consistente nesses grupos. Participa mais de modo “recreativo” e por lá encontra muitos amigos que participam de modalidades culturais comuns, devido ao trânsito frequente entre essas agremiações.

Modalidade de cultura popular vinculada aos festejos dedicados ao São João, as quadrilhas juninas são um dos exemplos de expressões da cultura e dos estilos de vida do Nordeste brasileiro que configuram a diversidade cultural da região estudada. Geralmente se apresetam em forma de dança e coreografias cênicas, evidenciando tipos sociais e figuras características do contexto regional. Com o passar do tempo, os grupos têm se expandido e aglutinando à tradição o aspecto de competição e estetização.

Os hibridismos culturais e as dinâmicas plásticas dos grupos culturais têm multiplicado o número de agremiações pelas periferias da Região Metropolitana do Recife pelas áreas mais urbanizadas de cidades do interior do estado de Pernambuco. configuração não diferente se constata em outras cidades da região Nordeste. Nesse processo plural de construção de novas agremiações que surgem no criativo contexto de mediação cultural concorrencial, os jovens de periferia estão cada vez mais atraídos pelos grupos. Participar de uma quadrilha é encontrar um espaço de desenvolvimento e exibição do talento artístico, seja na música, nas artes plásticas, na dança ou nas interpretações cênicas e circenses.

Bernardo Soares iniciou sua participação em quadrilhas juninas como dançarino. Aos poucos, foi avançando posições dentro do grupo conforme a evolução de seu talento era reconhecido no seio da equipe. Depois passou a representar a figura de Lampião e de Rei, apresentando seu conhecimento e competência cênica. Contudo, o papel mais importante que o presente “ator plural” interpreta nessa modalidade cultural é o de marcador, figura de liderança grupal e interação com o público espectador. Ainda no âmbito das interpretações cênicas, atuou na direção e elenco de espetáculos populares da Paixão de Cristo, representando os papéis de um dos ladrões e, em outra cena, de apóstolo de Cristo.

Bernardo Soares tem um perfil de engajamento cultural, participa de uma associação filantrópica local de manutenção de tradições culturais e de elaboração de projetos comunitários.

Suas participações nessas atividades, especialmente na preparação temática das quadrilhas juninas, consistem em realizar pesquisas e em se tornar conhecedor do assunto abordado pelo tema do grupo, demonstrando desenvoltura e adquirindo saberes e experiências. Outro fator de socialização relevante foram as apresentações culturais que realizou fora do país. Como componente de grupo de cultura local e convidado por artistas da região, ele viajou por países como Portugal, França e Senegal. Conta a experiência com boas recordações.

Cheguei em casa e disse: “Mãe, vou para França”. “Pra França, fazer o quê na França, menino?” “Vou tocar, mãe”. Ela falou: “Tá certo, mas vai ganhar dinheiro?” “ Vou, num vou o quê? A senhora vai ver eu chegar aqui com o mói!” [...] “Aprendi novas linguagens, as culturas... Gratificante demais, o cara conhecer...”

Viajar por terras estrangeiras lhe garantiu novas vivências e aprendizados na área cultural e tocou sua sensibilidade social, quando conta que se deparou com as condições sociais paupérrimas de vida dos indivíduos em Senegal: *“Lá eu vi a realidade do ser humano, a galera comendo ‘biscoito de barro’. Todo mundo deu uma coisa para ajudar. Eu doei uma bermuda e uma camisa”*.

Para além da cultura popular, mas não fora de contextos comunicativos com o quadro interacional local, gosta de consumir cultura global, adora filmes antigos de ação, principalmente os de *Bruce Lee*, e de comédia, principalmente os dos *Trapalhões*. Assiste a novelas diariamente, tendo como sua preferida *América*, exibida pela *Rede Globo* em 2005. Aponta que o gosto por essa foi pelo fato de acompanhar as disputas de rodeios que faziam parte da trama.

Revela que entre as modalidades esportivas tem mais gosto pelo consumo que pela prática competitiva, considera a dança relacionada ao esporte, mas lamenta a falta de apoio que existe na região. Algumas vezes, de modo recreativo, joga futsal e voleibol, este último na praça da cidade, e diz não ligar para os comentários pejorativos de que é um esporte feminino e os preconceitos de participar com muitos amigos gays. Assiste com frequência a combates de UFC - *Ultimate Fighting Championship* - e se diz fã dos lutadores Anderson Silva e José Aldo. Assiste aos jogos de futebol do campeonato brasileiro, sendo torcedor do Corinthians e acompanha diariamente programas de rádio e de TV sobre futebol, sendo seu preferido o *Jogo Aberto*, exibido nas tardes de domingo pela Rede Bandeirantes.

Suas apetências por futebol podem ser visualizadas na relação estreita com o avô falecido que presidia um clube esportivo municipal. Tais apetências foram reforçadas pela relação com o professor de educação física que lhe ensinou fundamentos do esporte e pelo massivo poder de alcance que tal modalidade exerce, influenciando-o, inclusive, a ter predileção por times futebolísticos da região Sudeste do Brasil. Do ponto de vista local, tem certo apreço pelo Sport Clube do Recife *“por homenagem”* a um tio já falecido, mas não se considera um torcedor do time pernambucano.

Na música, ele gosta muito de músicos da MPB, em especial artistas como Caetano Veloso, Maria Gadú, Ana Carolina, Alceu Valença, e de músicos instrumentistas regionais.

Não gosta de *Rock*, mas aprecia artistas locais que mesclam estilos de música estrangeira com aspectos da cultura local, e cita artistas como Siba, Maciel Salú, Isaar, Ticuqueiros e outros, tendo ele contato e projetos com alguns desses. Gosta de músicas diversas da cultura popular, como as de produção local de sua região, mas também gosta de artistas *pop* como Michael Jackson e Chris Brown. Revela admiração pelas danças dos artistas *pop stars*. Gosta e ouve com frequência música *Reggae*, especialmente por meio de grupos como Mato Seco e Ponto de Equilíbrio. Gosta muito de música brega, sobretudo no cenário da música brega romântica pernambucana. São canções que lhe tocam sentimentalmente e inspiram como artista. Segundo ele, para compor músicas de maracatu. Sobre o assunto, comenta:

Uma cantora de brega estimula a fazer marcha de maracatu. Não gosto de brega podre, aquele vai novinha desce tal, gosto de brega com letra, eu gosto muito, viajo nessas letras.

Revela inclusive que no show de Musa do Calypso, na ocasião do encerramento dos festejos juninos, emocionou-se muito com as músicas acabou por passar do limite em relação ao consumo de bebida alcoólica, tendo sido socorrido com elevado nível de embriaguez.

Seu consumo cultural se reflete em estilos de vida, sobretudo de cultura urbana. Gosta de roupas de marca, mas a camisa preferida ainda é a multicolorida, característica do mestre de maracatu, assim como o chapéu, indispensável. Em suas práticas, ele demonstra grande variedade cultural interindividual, tanto pelo consumo quanto pela re/produção cultural. Destaco as disposições culturais “outsiders” de Bernardo Soares que gosta e participa de competições de dança nas modalidades *freestyle*, *passinho* e *Hip Hop*, tendo sido posicionado em 4º lugar nas *batalhas* de *Beat Box*, na edição local da *Red Bull BC One*.

Durante a última entrevista, ele me relatou o projeto de criar uma banda de música alternativa inspirada na banda Cordel do Fogo Encantado. A ideia seria reunir cultura popular, poesia e musicalidade regional, harmonizando instrumentos locais, os mesmos utilizados pelos maracatus e outros grupos locais, a exemplo de bandas como Mestre Ambrósio, Siba e a Fuloresta, Ticuqueiros e artistas como Maciel Salú, com instrumentos eletrônicos. Para esse projeto, já estava reunindo componentes, adquirindo recursos e negociando estratégias com um produtor local. Mas também estava encontrando dificuldades de ordem financeira que prejudicavam o andamento desejável das atividades.

Percebe-se a variação cultural interindividual quando se observa a posição de Bernardo Soares em relação a muitos de seus “pares” de maracatu, como também, e principalmente, intraindividual, constatando as variações internas dinamizadas no interior de um mesmo ator. Quando ampliamos o *zoom* e adotamos uma perspectiva de análise microssociológica e individual, é possível perceber, por dentre as dobras do social, a pluralidade disposicional e a multiplicidade de práticas.

Tais variações e práticas plurais são também observadas em seu percurso social e ações religiosas. Ele é católico, religião que teve contato na socialização intrafamiliar. Com o interesse gradual que vai tendo a partir da infância por cultura popular, vai expandindo seu olhar de modo a alcançar a cultura religiosa dos grupos populares. Ainda na adolescência, quando participava de caboclinho, teve conhecimento das práticas religiosas¹¹ que eram executadas pelo grupo de que fazia parte, embora, naquele momento, não tivesse participação direta.

Já no maracatu e tendo maior experiência, passa a acompanhar tais trabalhos, especialmente os preparos ligados a sua figura representativa que era o arreamá. Essa fase foi de descobertas da crença e interiorizações motivacionais postas em prática tempos depois. No momento em que passa a interessar-se pelo toque de instrumentos do maracatu, ele vai fazer parte do terno exercendo funções musicais percussivas, por esse caminho vê ativado seu interesse em fazer parte de maneira mais assídua sua filiação à umbanda, tornando-se tocador de um terreiro de sua cidade durante celebrações religiosas. Ressalta ainda que seu interesse era também financeiro, pois recebia pelo serviço, mas a convivência naquele espaço reaguçou e consolidou seu maior interesse, o gosto e a crença pelas religiões de matriz africana e indígena. Ao todo, foram mais de dois anos tocando no terreiro de umbanda de sua cidade. Foi a primeira vez escondido da mãe. Sobre o primeiro contato com o terreiro, ele conta:

Comecei a tocar, quando ele (o Pai de Santo) baixou espírito. Eu fiquei com medo, veio medo da porra, medo, medo, medo mermo. Ai os povo chegaram e dizia fique com medo não tal". Nesse dia ganhei dinheiro e cheguei em casa e disse: "Oia, mãe, ganhei dinheiro". Ela disse: "Ganhasse dinheiro onde?" Eu falei: " Toquei macumba ali pro menino ali". Ela se assustou.

Quando perguntado mais detalhadamente sobre suas apetências e crenças/práticas religiosas afro-brasileiras, ele responde:

Eu gosto muito, tem uns espíritos que gosto de ver na roda de Xangô como a "Pomba-gira" porque ela baila no salão e ela fala como se fosse uma pessoa da família, que conhece você" [...] Eu me identifico muito com Oxum. [...] "Sempre que tem festa eu vou, levo cigarro, bebida, eu sempre agrado" Quando vou e não toco, o mestre chega pra mim e diz: "Você vir para minha festa e não tocar? Isso é um filho desnaturado" Ai eu tenho que ir tocar.

Questiona os preconceitos sofridos pelos umbandistas que afirmam de modo racista, intolerante, homofóbico e sexista que "Quem vai para macumba ou é frango ou é puta ou é sapatão e não é assim!".

¹¹ Informações mais detalhadas e etnográficas sobre a cultura religiosa do Maracatu de Baque Solto, suas crenças, rituais e práticas, ver: SENA, José Roberto Feitosa de. **Notas Etnográficas sobre Religiosidades populares circulares no Maracatu de Baque Solto Cruzeiro do Forte, Recife/PE**. *Áltera* – Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 2, n. 3, p. 37-51, jul. / dez. 2016.

Revela que no começo sua mãe reclamava muito, mas depois não mais. Já seu irmão sim, pois é evangélico da Assembleia de Deus e discorda das práticas religiosas afro-brasileiras. Seu irmão mais velho o influenciou muito para participar do maracatu, era músico. Ainda criança, Bernardo Soares convivia com seu irmão, e os laços estreitos entre eles foram fatores relevantes para sua participação e adesão ao maracatu, iniciando esse caminho pelo caboclinho. Os mesmos laços afetivos que o interligam a seu irmão e produzem efeitos influenciadores sobre ele são também responsáveis, entre outros fatores, pelo sentimento de ambivalência que possui hoje pelas crenças afro-religiosas. Esse sentimento também se dá de maneira inversa, uma vez que seu irmão frequentemente se interessa por assuntos de maracatu e dialoga com ele, mas não mais participa diretamente por questões de conduta religiosa. Conta que, a convite do irmão, tem participado de alguns cultos e, a cada participação, tem se sentido mais afetado pelo discurso que chega até ele, desde o do seu irmão até os proferidos pelo pastor, como num caso de um discurso específico direcionado a ele:

Uma vez fui na igreja e um pastor disse: “Tu tá pensando que essa tua vidinha de tocar e dançar é por muito tempo é? Tu vai tocar e dançar é pra Deus, tu vai salvar muitas almas, tu vai ser o mediador da igreja”. Na verdade e não sei nem como é mas ele falou e eu sinto que é forte. Deus tá presente ali.

Nessa relação de forças que tem como pano de fundo a relação intrafamiliar interirmãos existe uma equação que tem dados qualitativos constatados nos desdobramentos da segunda e terceira entrevista, pendido para a iminência de uma conversão de Bernardo Soares, iniciada por um caminho constante que vai dos sucessivos e insistentes convites do irmão em participar de cultos evangélicos e passa pelo gradativo afastamento dos cultos afro-brasileiros. Na interseção entre a socialização localizada intrafamiliar (mediada pela interação face a face com seu ente afetivo) e a socialização em macroescala, pela construção/propagação, de maneira globalizada, do discurso de refutação às culturas/religiões de matrizes afro-híbridas, gesta o coeficiente que cria sentidos ambivalentes no retratado, estando ele entre estados de *pureza e perigo*:

Eu vejo que... Tipo... Eu creio que Jesus tá voltando, velho, tem muita coisa que tá acontecendo no mundo aí que.... Eu penso, penso muito em seguir a lei. Acho que o maracatu não é pecado, é uma profissão, desde que não siga a lei do candomblé, você sendo evangélico e tendo o maracatu como profissão não vejo pecado, o errado é você ir pra dentro de candomblé, errado eu vejo isso aí, tá ligado? Fora isso, tá de boa!

Na última entrevista Bernardo Soares tinha um desejo aparentemente paradoxal, de que sua conversão estava próxima e ao mesmo tempo não iria abandonar suas atividades na cultura popular, mas vivia um grande dilema, pois a igreja a que frequentava na condição de visitante não aceitava tal combinação. Ele vivia momentos de crise, mas não queria se afastar do maracatu e de outras manifestações de cultura popular que marcam sua trajetória, pelo contrário, fazia

planos e galgava mais espaços de atuação e reconhecimento. No momento, estava administrando esse contexto como um *bricoleur* de *circularidades* que compõe sua religiosidade e estilo de vida. De modo não institucional, ele incorporou de maneira seletiva práticas e visões de um e de outro mundo social, fabricando sua visão/prática religiosa.

Quando perguntado se haveria um momento em que teria de tomar uma decisão e optar entre sua atual vida de agente na cultura popular ou de adepto (e também agente) de religião evangélica, ele revelou pensar que isso acontecerá e achar que não vai demorar, mas não sabe quando e não faz planos racionais para isso. No momento, o que tem buscado é conseguir um emprego e galgar novos espaços culturais. Para isso, não poupa pedidos de interseções à (s) sua (s) divindade (s) do híbrido panteão afro-brasileiro.

Considerações finais

A observação plural das plurais ações dos atores permite não negligenciar as micromobilidades e microvariações, trazendo para a observação relevantes aspectos do ator de modo a não limitá-lo e estigmatizá-lo. Isto é, o ator do maracatu é visto dentro e fora dele, para além dele. Assim, é possível compreender as próprias variações, hibridismos e circularidades culturais do grupo, tendo em vista que os repertórios de disposições são adquiridos, re/elaborados e efetivados extra e intrarrelação grupal.

Tais resultados nos permitiram constatar ainda que as práticas e os comportamentos variam de acordo com a trajetória (diacronia) e a contexto da ação (sincronia). Observei, através dos multimétodos aplicados (entrevista em profundidade, observação direta e participante, fotoetnografia, entre outros), que as crenças e práticas culturais dos atores no maracatu não eram compartilhadas por todos, tendo ainda casos de maior ou menor competência e maior ou menor apetência para participação.

Bernardo Soares foi um retratado que se mostrou com grande variação cultural, mobilidade entre espaços e estilos de vida, com maior predisposição para misturas de gênero e com um perfil do tipo pendular, ora consonante para o grupo cultural ora dissonante, agindo de acordo com o contexto da ação. Bernardo Soares mostra competência e apetência para as culturas populares de sua região sem se desvincular do cenário pop tanto da cultura local, que em parte se inspira nas culturas populares, quanto na cultura de massa. No que tange às suas influências, tem como forte gênese de disposições motivadoras a influência do irmão mais velho, que no passado o influenciou a participar e criar gosto pelo maracatu e que no presente, convertido à igreja evangélica, exerce de maneira não direta uma influência para a conversão religiosa. Tal contexto que o acompanha constantemente causa o dilema de continuar ou não na religião afro-brasileira, especialmente nos cultos de umbanda e jurema, frequentemente estigmatizados nos discursos pentecostais. Vive atualmente na bifurcação entre continuar no maracatu ou converter-se, “aceitar a palavra” e enfrenta esse desafio pessoal procurando

conciliar as perspectivas de vida ambivalentes sem, contudo, efetivar o incipiente processo de conversão.

A pesquisa se baseou em casos empíricos publicados na sociologia portuguesa a fim de encontrar terreno sólido para um programa científico emergente e com dispositivo sociológico inédito, sendo nesta perspectiva adaptado e atualizado para a especificidade e os interesses de cada pesquisa. Adotei tal perspectiva sem ainda assim me limitar a ela, buscando a complementariedade com outras técnicas e recursos.

Sendo assim, considero que a aplicação deste aporte teórico e metodológico permitiu conhecer mais a fundo esses indivíduos, reconhecendo quem são e como vivem, por que *mundos sociais* transitam e como constituem e agem no *mundo social* do Maracatu de Baque Solto. Considero ainda que investigar tal tema à luz desse programa científico pode e deve ser suscetível de críticas, mas que é antes um fator desafiador, pois tentou analisar a cultura popular, tão pesquisada e debatida entre as ciências sociais por um viés inovador e ainda embrionário, desafiando as barreiras metodológicas e refutando os fazeres praxes da sociologia.

Referências

- AMÂNDIO, Sofia Lai. O fio constitutivo da sociologia empírica de Bernard Lahire. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 76, p. 33-49, 2014.
- BORGES, Sheila. **O repórter-amador**: uma análise das disposições sociais motivadoras das práticas jornalísticas do cidadão comum. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- GOMES, Rui Machado. (coord.). **Fuga de cérebros**: retratos da emigração portuguesa qualificada. Lisboa: Bertrand, 2015.
- JOUCOSKI, Emerson. **Desenvolvimento profissional e inovação curricular na Licenciatura em Ciências da UFPR Litoral**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: as molas da ação. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LOPES, João Teixeira; AMÂNDIO, Sofia; ABRANTES, Pedro. (coords.). **A vida entre nós**: Sociologia em carne viva. Porto: Deriva, 2016.
- LOPES, João Teixeira; AMÂNDIO, Sofia; ABRANTES, Pedro. (coords.). **Registos do actor plural**: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa. Porto: Afrontamento, 2012.
- MASSI, L. **Relação aluno-instituição**: o caso da licenciatura do Instituto de Química da UNESP/Araraquara. 2013. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PONTES, Thiago Panica. **“Crescer na vida”**: trajetórias de micromobilidade nos meios populares. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Institutos de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SENA, José Roberto Feitosa de. **Maracatus Rurais do Recife**: entre a religiosidade popular e o espetáculo. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

REIS, Juliana Batista dos. **Transversalidade nos modos de socialização e individuação**: experiências juvenis em rede. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SÁ, Márcio; ROCHA, Emerson. O Batalhador feirante e sua administração. *In*: SOUZA, Jessé. **Batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012. P. 85-104.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2009.

Recebido em: 10/12/2018

Aceito em: 20/12/2018

**PENSAR COM LAHIRE E BOURDIEU:
disposições sociais e gostos de elite no Recife**

**THINKING WITH LAHIRE AND BOURDIEU:
social dispositions and elite tastes in Recife**

Louise Claudino Maciel*

Resumo

Baseado nos trabalhos de Bourdieu e de Lahire, este artigo investiga os processos socializantes que formam as práticas que caracterizam diferentes modalidades do gosto de elite no Recife, no âmbito da decoração. A discussão está fundamentada em uma pesquisa que englobou 20 entrevistas em profundidade, análise de fontes documentais e observação em mostras de arquitetura de interiores em Pernambuco. Primeiro, analisamos aspectos que tanto aproximam como distanciam a sociologia das disposições sociais dos trabalhos de Bourdieu e de Lahire e, posteriormente, aplica-se essa sociologia na análise de duas modalidades de gostos de elite encontradas na pesquisa com foco nas práticas sociais, no âmbito da moradia e da decoração.

Palavras-Chave: Bourdieu. Lahire. Decoração. Elites.

Abstract

Based on the works of Bourdieu and Lahire, this article investigates the processes of socialization that form the practices that characterize different modalities of elite taste in Recife within the scope of the decoration. The discussion is based on research that involved 20 in-depth interviews, analysis of documentary sources, and observations in shows of interior design in Pernambuco. First, we analyze aspects that both approximate and distance the sociology of social dispositions from the works of Bourdieu and Lahire and, posteriorly, this sociology is applied in the analysis of two modalities of elite taste found in the research focusing social practices in housing and decoration.

Keywords: Bourdieu. Lahire. Decoration. Elites.

Introdução

Este artigo traz reflexões que integram uma pesquisa de doutorado¹ que analisou manifestações de gosto na esfera da decoração. Partindo de uma seção sobre decoração, a *Pode entrar!*, presente na *Revista Aurora*, publicada pelo *Diário de Pernambuco*, de 2011 a 2014, investiguei sistemas de preferências e de aversões de indivíduos de diferentes frações das classes superiores da Região Metropolitana do Recife (RMR). O objetivo era analisar as lutas de classificação, no âmbito da decoração, travadas por aquelas frações, lutas essas que integram a busca pela taxa de reconversão mais favorável para o capital que se possui em maior volume.

Assim, a pesquisa foi feita muito mais *com* Bourdieu, do que *contra* Bourdieu, para utilizar a expressão de Bernard Lahire: “Pensar com e contra Pierre Bourdieu” (2002, p.10). Se pensamos

*Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: louiseclaudino@yahoo.com.br.

1 A tese, intitulada “Pode Entrar: manifestações de gosto no âmbito da moradia e da decoração das elites culturais na Região Metropolitana do Recife”, foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, em 2017.

mais *com* do que *contra* Bourdieu no estudo, certamente, isso se deveu ao nível do social que foi analisado na pesquisa: lutas simbólicas travadas por frações das classes superiores e mecanismos de sua reprodução por meio dos gostos. Meu estudo se ateve, portanto, à linhagem clássica da Sociologia da Cultura que, como elucidada Lahire (2006), de Veblen a Bourdieu, destaca as funções sociais da arte e da cultura nas sociedades hierarquizadas e os lucros sociais de distinção ligados à apropriação das formas culturais mais raras e legítimas.

Se Lahire reconhece a importância dessa tradição sociológica – “não se trata absolutamente de negar a existência de desigualdades sociais diante das formas culturais mais legítimas, e sobretudo o papel sempre central do capital cultural no acesso às formas mais eruditas de cultura” (2007, p. 797) –, ele questiona sua pertinência quando se muda a escala de observação do mundo social, buscando a que dá acesso às variações intraindividuais, ou seja, às diferenças internas de comportamentos e de gostos de cada indivíduo. Desse modo, pensar *contra* Bourdieu é, para Lahire, ultrapassar as limitações que o seu modelo teórico apresenta em relação às diferenças intraindividuais dos atores, possibilitando a análise da incorporação de disposições múltiplas nos indivíduos e que sofrem processos de ativação/inibição/reativação, a partir dos diferentes contextos sociais nos quais eles atuam.

Neste artigo, proponho pensar *com* Bourdieu e Lahire, enfatizando as contribuições dos dois autores para o desenvolvimento de uma sociologia das disposições. Primeiro, abordam-se aspectos que aproximam e que distanciam a concepção das disposições sociais em Bourdieu e Lahire e, posteriormente, aplicamos a sociologia disposicional na análise de duas modalidades de gosto de elite no Recife – o gosto “burguês e o gosto “intelectual” –, com foco nas práticas sociais típicas por cada um deles manifestadas no âmbito da decoração.

Disposições sociais em Bourdieu e em Lahire: aproximações e distanciamentos

O desenvolvimento de uma sociologia das disposições em Pierre Bourdieu visa superar a dicotomia entre os modos de conhecimento objetivista e subjetivista presente no pensamento sociológico ocidental. Bourdieu nega o “realismo da estrutura” (2013, p. 87) que caracteriza o objetivismo e que concebe as estruturas constituídas fora dos indivíduos e dos processos históricos. Contudo, para ele, diferentemente do subjetivismo, os agentes constroem o mundo social a partir de uma posição na estrutura da distribuição desigual dos diferentes tipos de capital (econômico, social, simbólico, entre outros) atuantes no espaço social.

Segundo Bourdieu (2008), os gostos são produtos do *habitus*, ou seja, do conjunto das disposições, dos esquemas de percepção, de classificação e de ação incorporados nos diversos estágios da socialização que o agente vivencia². O meio de origem e a socialização primária possuem centralidade na compreensão das disposições dos agentes, porque estão associados

² A *Distinção* fornece uma caracterização empírica das principais “famílias” de gosto, hierarquizados no espaço social, bem como diferencia, no âmbito das frações de classe, gostos típicos a cada uma delas.

aos modos de transmissão do capital cultural. Tais modos, cujas diferenças essenciais referem-se ao início do processo de transmissão e a sua intensidade, criam, desde a mais tenra infância, diferenças entre os agentes difíceis de serem transpostas, formando fronteiras muito herméticas entre os grupos sociais.

Acentuando o peso da origem social, Bourdieu reitera que as práticas também são resultantes do efeito da trajetória, ou seja, do efeito exercido sobre as disposições de origem pelas experiências de ascensão ou de declínio social. Essa distinção impõe-se, sobretudo, nos casos em que os agentes trilham trajetórias sociais *singulares*, ou seja, “em todos os casos em que indivíduos da mesma fração ou da mesma família – portanto, submetidos a inculcações morais, religiosas e políticas, supostamente idênticas – sentem-se inclinados a tomadas de posição divergentes” em esferas variadas da prática (BOURDIEU, 2008, p. 105). A trajetória *singular* diferencia-se, portanto, da trajetória *modal*, ou seja, das trajetórias equiprováveis a partir de determinada posição no espaço social.

Embora Bourdieu destaque a possibilidade das trajetórias individuais, Lahire afirmará que o conceito de *habitus* é insuficiente para elucidar os processos de individualização na sociedade contemporânea, porque ele não permite explicar satisfatoriamente as diferenças intraindividuais nos atores. Assim, a sociologia das disposições desenvolvida por ele visa explicar a pluralidade de práticas individuais, ou seja, o patrimônio de disposições plurais e nem sempre em harmonia entre si, que caracteriza o indivíduo contemporâneo. Lahire (2002) adota o conceito de hábitos, isto é, repertórios que são o conjunto de sínteses de experiências sociais que foram construídas/incorporadas durante a socialização anterior nos âmbitos sociais. Ele afirma, como um diferencial da sua obra, a ideia de que, ao longo de sua trajetória, o indivíduo atravessa uma pluralidade de círculos sociais³ com princípios de socialização específicos. Assim, o ator social inevitavelmente incorpora disposições múltiplas que podem estar em harmonia ou em contradição umas com as outras.

Considerando as concepções de trajetória em Bourdieu e da socialização em vários âmbitos sociais de Lahire, a sociologia disposicional desses autores apresenta proximidades, visto que Bourdieu considera que as disposições sociais derivam do *habitus* de origem e do efeito da trajetória, que pode ser modal ou individual, e que Lahire considera que, nas sociedades contemporâneas, o indivíduo atravessa círculos sociais com princípios de socialização diferentes e forma repertórios de ação plurais. Contudo, diferenças relevantes também marcam a sociologia das disposições dos dois autores. Uma delas é que, distanciando-se de Bourdieu, o meio de origem já não possui a mesma centralidade para entender as práticas sociais em Lahire, uma vez que qualquer instância de socialização pode instaurar hábitos nos atores. Além disso, Bourdieu destaca o aspecto transposicional das disposições, enquanto Lahire acentua que elas podem ser ativadas, inibidas, reativadas conforme a situação social na qual o ator esteja colocado.

³ Para uma análise das influências que autores clássicos da Sociologia, tais como Georg Simmel e Norbert Elias, possuem na obra de Lahire ver Alves e Maciel (2017).

Uma terceira diferença é que, em Bourdieu, o agente é mais dependente de uma coerência entre as disposições adquiridas e os contextos de sua ativação do que o ator social analisado por Lahire. O senso prático, caracterizado por Bourdieu (2013) como o domínio das ações infraconscientes, ou seja, das ações emanadas dos ajustes pré-reflexivos entre um agente e uma situação social, deriva dessa propriedade do *habitus* de buscar as condições objetivas propícias a sua reprodução, a partir das quais se possa vivenciar o mundo social como “peixe dentro d’água”. Tal situação difere daquela onde ocorre um desajuste entre *habitus* e condições objetivas (*histerese*). Não é à toa que, no caso dos deslocamentos ascendentes que os agentes realizam no espaço social, a ruptura com o meio de origem visa diminuir tensões entre as disposições originárias e as adquiridas no trajeto de ascensão: “A ‘decolagem’ supõe sempre uma ruptura, cuja negação dos antigos companheiros de infortúnio representa um aspecto. Exige-se que o trânsfuga vire a mesa dos valores, proceda a uma conversão de toda a sua atitude” (BOURDIEU, 2008, p. 316.).

Já o ator social de Lahire não é tão fortemente impelido pela busca da coerência entre diferentes hábitos. Como patrimônio de disposições heterogêneas, esse ator sabe ativar/desativar disposições de acordo com os diferentes contextos sociais. Assim, o ator plural não é, necessariamente, um indivíduo em perpétua condição de sofrimento, dividido entre múltiplos hábitos e incapaz de engatilhar uma ação. Os hábitos podem coexistir pacificamente, quando se exprimem em contextos sociais diferentes, ou ocasionar conflitos limitados (2002, p. 41). Assim, o indivíduo pode acionar hábitos no consumo alimentar diferentes daqueles que são ativados no domínio do consumo cultural; inibir hábitos em uma determinada interação social e reativá-los numa outra⁴.

Seguindo o programa de uma sociologia das disposições, nos próximos tópicos deste artigo, analisam-se processos socializantes que formam algumas modalidades do gosto das elites do Recife, com foco nas práticas da moradia e da decoração. É importante ressaltar que o estudo visa contribuir com uma linha de pesquisa que vem se desenvolvendo no Brasil sobre os gostos e os estilos de vida das elites. No âmbito da relação entre elites e decoração, destaca-se o trabalho pioneiro de José Carlos Durand, publicado em 1989, que, além de analisar a formação do campo artístico e arquitetônico em São Paulo e no Rio de Janeiro, esmiuçou diferenças nos sistemas de preferências das frações da classe dominante paulista. Assim, enquanto a “arquitetura dos arquitetos” (de inspiração modernista) foi adotada pelas frações mais ricas em capital cultural, a arquitetura dos engenheiros-civis e dos decoradores foi a que mais atendeu às demandas das frações economicamente dominantes. Se Durand (2009) não foca nos processos socializantes que formam os gostos das elites, seu trabalho é importante por demonstrar as lutas simbólicas que as suas frações travam para definir o estilo de vida legítimo.

4 O sofrimento costuma ser intenso nos casos em que o indivíduo foi submetido a grandes matrizes de socialização muito divergentes, tal como sucede com os “trânsfugas de classe” que mudaram sua posição social por força do desempenho escolar (LAHIRE, 2002, p. 42). Mesmo assim, o autor reitera que nem todos os que vivenciam socializações em universos contraditórios exibem identidades clivadas.

Em pesquisa de doutorado publicada em 2010, Carolina Pulici demonstrou a validade da perspectiva disposicional para analisar as manifestações de gostos das classes dominantes paulistas em âmbitos variados dos estilos de vida, tais como: alimentação, cinema, arquitetura e artes plásticas. A autora chama atenção para o fato de que, considerado como um tema “inofensivo”, o gosto é uma das abordagens pertinentes para a realização de estudos sobre as elites: “A vantagem para o sociólogo, é evidente: ele interroga sobre atitude aparentemente ingênuas (como as maneiras e as preferências manifestas) que, passadas pelo crivo da análise, não cessam de proclamar diferenças e desigualdades” (2010, p. 28). No estudo, trajetórias de vida são mobilizadas para analisar os sistemas de preferências e de aversões de indivíduos residentes dos bairros-jardins e de Alphaville.

Também em tese de doutorado, publicada em 2006, Kátia Araújo analisou trajetórias de vida para explicar os elevados investimentos em ambientação que ela identificou em uma das frações das elites de Pernambuco nesse período. Trata-se da fração que a autora denominou de “novas elites”, composta por indivíduos com trajetórias de vida ascendentes construídas a partir do capital escolar e do elevado grau competitivo nas carreiras (2008, p. 2). Esses recém-chegados às classes superiores recorrem fortemente a processos de refinamento das suas imagens sociais, lançando mão de mediadores culturais, como os profissionais de ambientação.

Tais estudos contribuem para o avanço de uma agenda de pesquisa que analisa os estilos de vida das elites brasileiras, pois se uma extensa literatura tem se dedicado ao estudo da pobreza e da desigualdade social, ainda é limitada a quantidade de estudos sobre os setores mais abastados da sociedade. Parte disso se deve à dificuldade de acessar, por meio da pesquisa sociológica, esses setores (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007). Nesse sentido, mesmo que o meu acesso a membros das classes superiores do Recife tenha sido facilitado pelo “filtro” escolhido para realizar o estudo, a seção *Pode entrar!*, ainda tive dificuldades de confeccionar a amostra, tal como relatadas nos trabalhos de Pinçon e Pinçon-Charlot (2007) e de Pulici (2010). A maior parte dos informantes⁵ foi conseguida por indicações feitas pelos entrevistados que, em alguns casos, me forneciam telefones de conhecidos que participaram da revista *Aurora*⁶. Agrupei as matérias dos possíveis informantes e selecionei aquelas que parecessem representar tomadas de posição recorrentes no universo das decorações exibidas, bem como diferentes umas das outras. Para a escolha dos casos, contei com o social objetivado em móveis, obras de arte, objetos e partidos arquitetônicos das moradias, visíveis por meio das fotografias exibidas nas matérias e, também, com as informações contidas no texto jornalístico da seção *Pode entrar!*.

5 Consegui meus dois primeiros informantes por intermédio de um amigo, alguns poucos por meio de informações disponíveis na internet e outros pela participação em um ciclo de palestras sobre arte em um museu da cidade.

6 A revista não revelava nem dados de contato e nem endereço dos entrevistados, exceto o bairro e algumas vezes o nome da rua onde se localizava a residência.

A revista *Aurora*, suplemento cultural do *Diário de Pernambuco*, integra o que se denomina jornalismo cultural, modalidade jornalística que se desenvolveu concomitantemente ao campo cultural no Brasil. Além da função informativa e de cobertura dos serviços e produtos da esfera cultural, os produtos desse jornalismo são propulsores de comportamentos e de valores sociais. “Ao abordar assuntos ligados ao campo cultural, [esses produtos] instituem, refletem e projetam modos de ser, pensar e viver” (GADINI, 2009, p. 81). Vale ressaltar que o jornalismo cultural da seção *Pode entrar!* não foi o objeto do estudo. Ele foi entendido como uma instância de legitimação no campo dos estilos de vida da RMR⁷ e como porta de acesso a indivíduos que, sem a referência ao jornal, possivelmente não me receberiam em suas moradias, locais onde foram realizadas 18 das 20 entrevistas que integraram o *corpus* da pesquisa⁸.

Ao término das entrevistas, baseada na noção de “classe construída”⁹, analisei as tomadas de posição dos informantes em relação a três âmbitos principais – consumo artístico; mobiliário e relação com os profissionais de arquitetura de interiores – e construí três frações das classes altas na RMR: “burguesia antiga”, “frações intelectuais” e “frações em vias de aquisição do capital cultural”. As práticas na decoração foram investigadas por meio do seu agrupamento e análise com base na construção de três estilos de decoração respectivos a cada uma das frações citadas: o estilo “clássico”, o estilo “autoral” e o estilo “moderno/contemporâneo”¹⁰. Nos tópicos seguintes, focaremos em práticas sociais típicas das frações “burguesia antiga” e “frações intelectuais”, relacionando-as aos processos socializantes que os informantes relataram nas trajetórias.

Gosto “burguês” e o consumo curatorial

Uma das frações das classes superiores da RMR analisadas na pesquisa foi a que denominamos de “burguesia antiga”, a fim de acentuar a posse de capital simbólico da linhagem familiar que caracterizou os informantes nela localizados. Expressando esse trunfo, foi possível encontrar nomes dos informantes e de seus familiares em documentos da história oficial, em livros de memórias, em coletâneas jornalísticas, além dos inúmeros casos de nomes de ruas e prédios importantes no Recife que recebem o nome de familiares dos entrevistados. Caracterizados, em sua maioria, pela estrutura de capital simétrica, os informantes do polo mais

7 O poder de consagração da revista é considerado importante, visto que ela era publicada pelo jornal mais antigo da região Nordeste, cujo nome está associado a importantes movimentos do campo cultural da cidade.

8 Dois informantes arquitetos me deram entrevistas em seus escritórios. As entrevistas foram realizadas durante os anos 2016 e 2017, tendo duração de 1 a 4 horas aproximadamente – as mais longas ocorreram com os informantes com antiguidade de pertencimento às classes altas da cidade – e foram registradas por meio de gravação. Para resguardar o anonimato dos entrevistados, todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios.

9 Segundo Bourdieu (2008), as classes são uma construção por meio da qual, partindo dos princípios de diferenciação do espaço social, se consegue isolar grupos (relativamente) homogêneos de indivíduos, “separados por *sistemas de diferenças*”. Meu grupo de 20 informantes foi distribuído da seguinte forma: 7 na “burguesia antiga”, 8 nas “frações intelectuais” e 5 nas “frações em vias de aquisição do capital cultural”.

10 Tratando-se de constructos de análise, tais “estilos” podem não corresponder às categorias que encontramos no campo da arquitetura de interiores.

antigo das classes altas tendem a contar com toda sorte de “usufruto antecipado” (BOURDIEU, 2008), ou seja, com os acúmulos em riqueza material, cultural, social e simbólica realizados pelas gerações anteriores.

Dentre as práticas na decoração que caracterizam o estilo “clássico”, concernente à “burguesia antiga”, encontram-se as que visam exibir a estima social das linhagens familiares das quais os informantes descendem, com destaque para o consumo curatorial (MCCRACKEN, 2003), isto é, a conservação e transmissão segura de móveis, quadros e objetos herdados pela via familiar. As recordações afetivas em torno desses artefatos mesclam-se com o capital simbólico que eles manifestam. Assim, todos os informantes da “burguesia antiga” possuíam artefatos na decoração que figuravam como ícones de ancestralidade nas classes altas, como os móveis provenientes da loja Casa Hollanda¹¹. No apartamento de 200m², na Avenida Boa Viagem (localizada em frente à praia de Boa Viagem) em que a professora universitária Eleonora, 61 anos, reside há mais de 35 anos, muitos móveis são da Casa Hollanda e outros rememoram a presença de grandes personagens da vida política e cultural do país, visto que seu pai, um rico engenheiro, integrou as rodas intelectuais e culturais do Recife durante a metade do XIX:

Eleonora - **Tudo aqui tem uma história**, inclusive essa cadeira aqui, a gente brinca muito, porque **quando Jorge Amado vinha aqui**, Jorge Amado tinha amigo em todo canto, todo mundo era amigo de Jorge Amado, ele vinha uns anos aqui jogar pôquer, foi amigo do pai de Ingrid¹² também, quando ele ia na minha casa, **ele sentava nessa cadeira, é uma cadeira L' Atelier...**

Assim, cabe analisar os processos socializantes que impelem esses informantes a serem “curadores” das memórias familiares. O relato de Eleonora revela a aquisição precoce de competência estética na casa de infância, decorada com peças de mobiliário provenientes de uma das mais importantes firmas de mobiliário moderno nos anos 1950 e caracterizada por práticas culturais que ela rememorou na entrevista e que revelam a transmissão cultural que formam o gosto “legítimo”:

Eleonora - Depois que comia, aí ia pro outro terraço que era onde se conversava, tinha televisão, **papai tinha uma coleção, papai deixou 500 discos, tinha música sempre.**

Louise - Gostava de música né?

Eleonora - Música erudita muito. E papai gostou muito de MPB, tanto que tem amigos nossos que começaram a gostar de MPB lá em casa, porque papai começou a gostar e gostava de Elizeth Cardoso, não sei quê, aí pronto. **Quando éramos pequenos, chegava visita, nós tínhamos que ir pra sala e se comportar, ia todo mundo lá, ficar lá né?** Todo mundo, sentava na sala, a não ser que as visitas viessem com filhos a gente

11 A Casa Hollanda foi uma loja de mobiliário de luxo, existente no Recife, de 1928 ao início dos anos 1970. Em uma época na qual ainda não existia o campo de arquitetura de interiores, a loja possuía uma equipe de profissionais que decoravam as casas de membros das elites locais.

12 Informante desta pesquisa situada no polo mais rico em capital cultural do que em capital econômico.

podia brincar, mas se não, era todo mundo sentado na sala, mas todo mundo da minha idade foi criado assim...

Eleonora e seus irmãos foram herdeiros de capital econômico significativo deixado pelas gerações anteriores. A informante é professora titular com vários pós-doutorados realizados no exterior, não sendo a única na família que se destaca pelo elevado capital cultural em várias modalidades. Um dos irmãos, por exemplo, é arquiteto urbanista muito consagrado no campo de arquitetura da cidade. Tipificando os demais informantes dessa fração das classes altas, Eleonora apresenta uma trajetória rica em experiências culturais ao redor do mundo, iniciada na pré-adolescência, quando fez intercâmbio nos Estados Unidos, com 13 anos. A informante conta com as vivências culturais fora do país sempre que vai defender o projeto, realizado por ela e pelo irmão arquiteto urbanista, para tornar o prédio - no qual ela tem dois imóveis, o que ela mora e outro utilizado para alojar visitantes - objeto da política preservacionista dos poderes públicos da cidade:

Eleonora - Meu irmão e eu pensamos em tombar o prédio para que ele não fosse derrubado [...] **“meu Deus, esse é o último prédio dos anos 50 aqui”, você chega em Miami Beach, tem todos os prédios iguais, esse prédio não tinha arquiteto, ele é de catálogo...**

Louise - Como é essa coisa de ser prédio de catálogo?

Eleonora - Porque na época não havia escola de arquitetura, aqueles artistas que planejaram prédios, que desenharam, que estão aqui, nos Estados Unidos, você vê muito no Leblon, são prédios exatamente iguais, porque você olhava no catálogo e fazia igual. **Então na Europa eles eram também, o pé-direito é alto, nos Estados Unidos também se valoriza muito isso, esse prédio aqui o pé-direito é enorme, ele ficou pronto em 52, um dos primeiros** [da Avenida Boa Viagem].

Junto dos argumentos estéticos para a preservação do prédio, encontram-se a memória e o capital simbólico que o imóvel, adquirido pelo pai por intermédio de um ex-prefeito da cidade, representa:

Eleonora - Então a minha história com esse prédio, com essa casa é que na época que eu casei, há quarenta anos atrás, **o ex-prefeito da cidade do Recife, Pelópidas Silveira, que era muito amigo do meu pai**, ofereceu a ele esse apartamento. [...] Aí [o pai] comprou esse apartamento, só que **minha família viria pra cá pra veranear**, como nós morávamos numa casa na Madalena [zona norte] que tinha muita árvore e na época, faz uns 42 anos essa história, a gente ouvia quando o ônibus elétrico passava na Real da Torre, mas não tinha nenhum barulho de carro, então nós dormíamos sem nenhum barulho. [...] Então vieram pra cá veranear e **ninguém dormia de noite porque passava carro aqui na avenida** já essa época...

Trouxemos um pouco da trajetória de Eleonora para ilustrar os processos de formação do gosto típicos dos agentes que estão nas classes altas há muitas gerações. A socialização familiar com transmissão precoce de capital cultural é facilitada pelos próprios ambientes da moradia. Foi em casa que Eleonora aprendeu a diferenciar tipo de louças, este conhecimento mundano que, por sua raridade, confere elevados rendimentos distintivos aos que o possuem: “Já aquela louça ali, que não parece, é uma *Wedgwood* inglesa, e a louça inglesa ela é em pedra, ela não é como aquela francesa, fininha, entendeu? Ela é mais pesada, ela é diferente”.

Louça inglesa também tem destaque na moradia da escritora Luiza, outra informante dessa fração das classes altas, no apartamento de 380m² no bairro de Casa Forte¹³. A coleção é proveniente da casa de infância, cujo espaço reservado à gestão do capital social é descrito abaixo em passagem retirada do livro de memórias¹⁴ escrito por ela, em homenagem ao pai, para celebrar a data comemorativa em que o renomado historiador e intelectual completaria 100 anos:

A mãe adorava receber as amigas, os amigos do meu pai e dos seus filhos. Desfrutava a oferecer jantares na sala solene, a chamada sala preta, em razão da cor dos móveis, pretos e barrocos, artesanalmente talhados nas portas e nas colunas adjacentes. O cômodo reservava-se aos momentos de celebração; uma longa mesa retangular ao centro, dois buffets posicionados junto às paredes laterais, um sofá ao canto direito, cortinas de seda e um dourado velho no assento e no encosto. Acima do buffet da parede da esquerda de quem entrava, figurava um belo painel de tecido grosso com cenas de um baile da *Belle Époque*, de cores suaves, e arrematado em circular espiralado [...] A simetria das peças adensava o toque de fidalguia e já não sou capaz de contar o número de objetos que adornavam a superfície dos buffets. Mas havia o conjunto de chá em prata e uma travessa ornamental redonda, igualmente prateada [...] Ao se ouvir: ‘o encontro será na sala preta’, já se sabia o teor da cerimônia [...] **A louça inglesa, linda na porcelana branca e azul, e os cristais da Boêmia lá se reservavam...** (Livro de Memórias).

A louça, citada no final da passagem, pertenceu à avó de Luiza, dona de engenho, que ela não conheceu pessoalmente, mas por quem desenvolveu uma forte estima, por meio dos relatos fornecidos pela mãe, demonstrando os processos de transmissão cultural que possibilitam a constituição do “senso de dignidade” para com os ancestrais e que se expressa em práticas na decoração como o consumo curatorial:

Luiza - Eu não conheci minha avó materna, eu tenho uma foto dela aí... [A foto fica no centro de uma mesa da sala de visitas] Mas eu sei muito da minha avó materna através da minha mãe que **me fazia dormir contando histórias da minha avó materna, da**

13 O bairro de Casa Forte está localizado na região conhecida como “zona norte”, na qual as elites locais tradicionalmente estabeleceram moradia, como demonstra a obra *Sobrados e Mucambos* (2003), de Gilberto Freyre. Durante o século XIX, vários engenhos localizados nessa região deram lugar aos bairros “nobres”, tais como: Casa Forte, Apipucos, Madalena, Poço da Panela, etc. Nesses bairros é que se localizava a maioria dos sobrados semiurbanos que Freyre descreve como moradia de gente abastada durante o século XIX. Já Eleonora mora no bairro de Boa Viagem, localizado na região “zona sul”. Tal bairro consistia em local de veraneio das elites locais e apenas em meados do século XX passa a servir de moradia permanente para os setores abastados.

14 A referência não pode ser feita para preservar o anonimato da informante.

época dos engenhos, que ela morava em engenhos, então eu tenho uma intimidade afetiva com ela imensa.

Nos relatos de Luiza, a mãe surge como a principal transmissora das competências culturais que caracterizam a informante, integrante da Academia Pernambucana de Letras, assim como foi seu pai. Apesar de o pai possuir o maior capital cultural certificado, foi a mãe de Luiza que figurou nos seus relatos como a principal transmissora das disposições cultas da informante. Luiza faz questão de mencionar como a mãe, dona de casa, apesar de ter nascido em contexto de decadência econômica, trazia o refinamento mundano da aristocracia açucareira do Nordeste:

Luiza - Meu bisavô era riquíssimo, meu avô acabou com tudo, pai da minha mãe, porque se meteu na política e começou a queimar os engenhos, começou a vender, vender, vender, acabou com quase tudo.

Louise - Então ela [mãe da informante] deve ter nascido já num processo de decadência econômica?

Luiza - Nasceu, **mas trazia toda aristocracia da casa-grande, mas ela nasceu em plena decadência.**

Como afirma Lahire (2006), a metáfora da “herança cultural” apaga as inevitáveis distorções, adaptações e reinterpretações que o “capital cultural” sofre durante a sua reconstrução de uma geração a outra, sob o efeito, por um lado, das diferenças entre os supostos “transmissores” e os pretensos “receptores” e, por outro lado, das condições dessa reconstrução. Os portadores de uma cultura incorporada podem não estar em situação de poder transmitir essa cultura, devido a compromissos profissionais, por exemplo. Assim, mais do que no pai, Luiza teve na mãe a principal transmissora das disposições para a apropriação dos “bens legítimos”:

Luiza - Minha mãe era uma mulher muito culta, conhecia muito literatura e a gente convivia mais; meu pai, coitado, trabalhava doze horas e não tinha tempo, então foi ela que realmente me orientou na literatura, ela que foi me dando os livros, **“leia isso, minha filha”, à medida que eu ia lendo, ela ia me indicando.**

A mãe fingia não ver quando Luiza subia na biblioteca do pai, local proibido para as crianças da casa. Abaixo, a informante destaca como os estímulos para a leitura no ambiente natal foram determinantes para a sua escolha profissional:

Luiza - **Eu nasci entre livros. Meu pai tinha uma biblioteca de 40.000 exemplares,** em torno de 40.000 exemplares, em todos os cantos da casa. A gente morava numa casa no Rosarinho, que era a parte de cima, **eu tinha uns dez anos quando papai teve que construir toda a parte de cima, o salão só com os livros dele,** porque não dava mais. A gente passou uma temporada fora, em Boa Viagem, seis meses, para ele cons-

truir um salão em cima pros livros. Então era uma biblioteca mesmo, poucas bibliotecas tinham tantos livros, ele tinha aquelas estantes coladas na parede em madeira que vai até em cima, tinha aquelas de ferro que ficavam no meio do salão infinito. Então eu nasci realmente entre livros, **eu gostava de estar no meio dos livros, 3, 4 anos, pequena, eu lia, eu subia e ia brincar lá em cima, eu levava coisa pra lá e ia brincar, naquele ambiente**, mas eu tinha o hábito também de riscar os livros do meu pai, era proibido, porque ele não admitia que ninguém subisse.

Assim, como Eleonora, Luiza também fez pós-graduações no exterior e, como os demais informantes da “burguesia antiga”, integra importantes instituições culturais da cidade. Nos relatos da empresária e herdeira de linhagens rurais, Olívia, 85 anos, moradora de um apartamento de 300m² na Avenida Boa Viagem, também se vislumbra a relação entre processos socializantes no meio de origem e na trajetória, além da participação em uma sociedade artística e a ocupação, no momento em que me deu entrevista, da vice-diretoria de um museu do Recife, do qual ela também já foi diretora. Sobrinha de um ex-governador de Pernambuco que estimulou o modernismo arquitetônico na cidade e filha de donos de engenho apreciadores de arte, Olívia foi criada para ter a elegância que as colunas sociais da cidade reiteradamente confirmam como um ícone distintivo. Abaixo, o trecho de uma entrevista que ela deu a um colunista da cidade, publicada no site desse mesmo colunista:

Colunista - A senhora é considerada a mulher mais elegante de Pernambuco e uma das mais elegantes do Nordeste. Qual a sensação de ser referência de elegância?

Olívia - Nunca me ocorreu nem me preocupou reivindicar posição de elegante e acho mesmo que não ocupo esse espaço.

A distinção sem intenção de distinguir-se (BOURDIEU, 2018), a mais “legítima” de todas, foi aprendida em casa e a criação da empresa de tapetes de luxo de Olívia, que reproduzem, por técnica de bordado, desenhos de azulejos portugueses, também remonta à socialização estética familiar:

Olívia – [...] Eu era muito impressionada com o estilo de azulejos antigos, a gente ia à missa, meu pai dizia “um crime”, aí eu via operário com picareta, eu acho que nem existe mais isso, picareta é uma ferramenta com uma ponta derrubando as fachadas ali na Manuel Borba, por ali, Jeriquiti [nomes de ruas do Recife], era tudo cobertinho de azulejo antigo, e **eu me lembro que papai dizia muito “isso é um crime, esses azulejos portugueses do século 17, 18”, e eu ficava com isso, então a gente começou, eu tive a ideia de usar o desenho do azulejo nos tapetes...**

A socialização estética precoce e continuada nas trajetórias – Olívia passou uma estadia na Suíça, onde estudou línguas e história da arte –, explica por que não só Olívia, mas todos os informantes da “burguesia antiga” valoram o consumo artístico na decoração e exibem casas

repletas de obras de arte, bem como um gosto tipicamente “burguês”, caracterizado pelo sistema de preferências pelas obras da cultura consagrada que, em Pernambuco, refere-se aos artistas consagrados sob o cânone regionalista e pelo sistema de aversões dirigido às manifestações de arte contemporânea. No próximo tópico, trataremos de outra modalidade de gosto de elite, analisada na pesquisa. Esta, além de denegar o consumo material de arte, sustenta, muito mais do que no capital simbólico da linhagem familiar, no capital cultural incorporado, o princípio de sua legitimidade social.

Gosto “intelectual” e a exibição da disposição estética pura

Em uma parte dos informantes das “frações intelectuais”, algumas condições de formação do gosto são semelhantes àquelas que caracterizam os informantes da “burguesia antiga”. Guardadas importantes diferenças na intensidade e nos modos de transmissão do capital cultural, a constituição das competências culturais também se inicia nas casas de infância. Nesses casos, eles demonstram origem social nas “frações intelectuais” das classes altas da RMR. A narrativa da procuradora de justiça Ingrid, 71 anos, moradora de um apartamento no bairro da Boa Vista (região central), filha de um procurador de justiça e de uma costureira, demonstra o contato precoce com arte que caracterizou a sua formação:

Louise - Esse seu contato com arte, foi muito cedo né?

Ingrid - Foi. Com Música também. Paulinho da Viola era amigo dele [pai da informante], ia fazer, cantar, tocar violão lá, tinha uma seresta. Como era muito grande o quintal, o jardim principalmente, ia fazer ciranda.

Também para a jornalista Regina, 45 anos, moradora de uma casa antiga também no bairro da Boa Vista, filha de um engenheiro agrônomo e de uma produtora de teatro, subir em um palco e aprender um instrumento musical foram desdobramentos naturais dos estímulos vivenciados no ambiente familiar. Contando com uma herança material bem menos significativa do que os informantes da “burguesia antiga”, Ingrid e Regina demonstram ter dependido fortemente do capital cultural para reproduzir a posição social nas “frações intelectuais” da cidade. Assim, os processos de formação do gosto demonstram a transmissão de disposições ascéticas propícias ao acúmulo dessa modalidade de riqueza:

Regina - [...] **papai tinha isso de levar a gente pro Projeto Seis e Meia¹⁵, ele tinha essa preocupação da formação, de dar muito livro pra gente ler, presente lá em casa era livro, ninguém via televisão, era proibido ver televisão, tinha os horários de ver televisão** e não adiantava querer ligar a televisão fora do horário, porque ia se lascar se ligasse. Então ninguém comia iogurte, comida processada, ninguém era natureba também, mas a gente era proibido de comer iogurte, de comer embutido, mas aí a questão

15 Trata-se de um projeto incentivador de cultura que levou apresentações musicais para várias cidades do país.

do meu pai era ideológica, das multinacionais, que comida vem da terra, porque ele era engenheiro agrônomo relacionado com a produção agrícola do pequeno produtor, a questão não era ligada ao vegetarianismo ou qualquer coisa nesse sentido, era uma questão política...

Assim, o ascetismo cultural é uma característica importante dessas narrativas. Como afirma Bourdieu (2008, p. 267), esse ascetismo está vinculado à necessidade da reprodução social nas “frações intelectuais”, “tudo isso com uma boa vontade tanto mais exclusiva quanto seu baixo capital econômico não lhes deixa esperar grandes ganhos e prazeres concorrentes”. Na sua análise sobre os perfis culturais homogêneos, Lahire (2006) também aponta que dentre os fatores associados aos perfis homogêneos “por cima”, ou seja, aqueles em que os agentes são orientados ao consumo das práticas e bens da cultura legítima em diferentes âmbitos dos estilos de vida, encontra-se a ascensão por meio do capital cultural:

Como se poderá constatar pelos retratos individuais, aqueles que dependem mais dos mercados culturais classicamente legítimos, ou cuja situação obriga a se confrontar com mais frequência a normas culturais legítimas clássicas – burguesia e pequena burguesia culturais basicamente – são, de fato, os que mais sentem os efeitos de legitimidade da ordem cultural dominante (LAHIRE, 2006, p. 53).

Assim, compreende-se que, de acordo com os relatos de quem reproduziu sua posição ou ascendeu por meio do capital cultural, a socialização familiar tenha sido marcada pela inculcação de disposições ascéticas. Na trajetória de Ingrid, por exemplo, o ascetismo cultural foi fundamental para que em três gerações familiares houvesse uma ascensão social regular na ordem escolar e cultural. A informante é filha de um procurador de justiça e de uma costureira e seguiu a mesma profissão do pai, Celso. A referência à trajetória de ascensão social de Celso por meio do capital escolar é muito presente nos relatos dessa informante: “Eu sou filha de comunista, Celso, o meu pai era um escritor, com livro publicado, ganhou o prêmio Jabuti. Você tem a revista sobre ele?”. Diferentemente dos que estão nas classes altas por pelo menos três gerações, coube ao pai de Ingrid o processo de migração social das classes populares para as “frações intelectuais” da classe dominante. Sobre as instâncias socializadoras do gosto, ela destaca o pai como figura importante na formação das suas escolhas estéticas:

Louise - Quem você acha que influenciou na formação do seu gosto?

Ingrid - Meus pais. Meu pai, principalmente. Minha mãe também, mas meu pai tinha muitos amigos pintores, escultores, Vicente Rêgo Monteiro, Abelardo da Hora, todos eram amigos do meu pai.

Louise - Você se lembra dessa convivência?

Ingrid - Me lembro da convivência, me lembro, me lembro, sim. **Lembro galerias de arte que a gente frequentava, porque os amigos do meu pai que iam lá, os pintores e tal.**

Louise - Você lembra da primeira vez que foi a uma galeria de arte?

Ingrid - **Me lembro. Tinha uma galeria de arte flutuante. Eu tinha 11 anos. No Rio Capibaribe, era flutuante, ao lado dos correios¹⁶.**

Se Ingrid e Regina tipificam aqueles que nas “frações intelectuais” obtiveram estímulos precoces para a formação do gosto estético, outros informantes dessa fração apresentaram aquisição mais tardia das competências culturais. Fato que se expressa na queda do capital escolar no meio de origem, como no caso da psicóloga Catarina, 45 anos, moradora de apartamento de 145 m² no bairro das Graças:

Catarina - Eles [pais] estudaram muito pouco, sobretudo, meu pai, acho que até a quarta série primária, **mas era uma prioridade assim, não adiantava a gente pedir dinheiro pra roupa, pra nada, mas se fosse pra comprar um livro ele dava qualquer dinheiro, se esforçava, botou os quatro filhos pra estudar em escola particular pra ter acesso a uma qualidade de estudo melhor** e sempre com esse discurso de que ele foi comerciante a vida inteira.

O ascetismo também pode caracterizar famílias com baixo capital cultural e que buscam a reconversão do capital econômico acumulado em capital cultural certificado nos descendentes. Contudo, nesse caso, ele está mais focado no sucesso escolar do que na inculcação das disposições “mundanas” e para o consumo dos bens “legítimos”. Assim, Catarina destacou âmbitos de socialização secundária como importantes instâncias formadoras do seu gosto estético:

Catarina - [...] **eu tive uma progressão cultural em relação aos meus pais, eu tive mais acesso a coisas, grupos, pessoas, acesso à arte, cinema que meus pais não tiveram**, a questão social me vejo praticamente... Meu pai, uma certa época da vida dele, tinha muito mais dinheiro do que a gente, muito mais dinheiro, só que meu pai era uma pessoa muito sem ambição, do mesmo jeito que cresceu também perdeu muitas coisas [...] mas do ponto de vista social ele progrediu muito mais do que a gente, sobretudo, do que eu agora nessa situação [refere-se a uma recente perda de emprego]. **Agora eu acho que eu tive conhecimento cultural que eles não tiveram, entrei na Universidade que já amplia o seu universo, o grupo de convivência.**

Mais distante do perfil cultural homogêneo “por cima” do que as outras informantes dessa fração, Catarina revelou práticas inferiores em escala de legitimidade, como gostar de ver séries e novelas: “Série, a gente só assistiu duas, mas é por falta de tempo mesmo que a gente não vê, você fica meio escravo da série. Eu mesmo adoro, eu sou meio noveleira, se eu entrar numa série eu vou querer assistir até o fim”. Já Regina exibiu as marcas da socialização familiar, na qual o pai limitava os horários de assistir televisão, até os dias atuais: “[...] Eu não vejo mais televisão,

¹⁶ Galeria Flutuante existiu no centro do Recife na década de 1960. Foi uma construção inovadora para a época, pois a sua estrutura foi erguida praticamente dentro do Rio Capibaribe.

passsei um tempo vendo, agora eu vejo pouquíssimo, eu tenho uma sensação que eu tô perdendo tempo desde que o piano chegou [refere-se ao piano presenteado pelo esposo]”.

A incidência do ascetismo cultural nos processos socializantes e as trajetórias sociais marcadas por acúmulos em capital cultural dotam os informantes das “frações intelectuais” de disposições que irão se expressar em práticas na decoração distintas daquelas que caracterizam a “burguesia antiga”. Assim, se chamamos atenção para o consumo curatorial para caracterizar o gosto “burguês”, destacaremos as práticas que exibem a disposição estética em seu modo mais puro como a marca do gosto “intelectual”. A própria escolha do local e do tipo de moradia demonstra esse aspecto. Se, na “burguesia antiga”, os locais de moradia dividem-se entre os tradicionais bairros da “zona norte” e a Avenida Boa Viagem, os locais de moradia das “frações intelectuais” inserem a região central da cidade. Os processos de “anti-gentrificação” nessa região barateiam o custo de moradia em ruas de importância histórica e cultural e atraem agentes do gosto “intelectual” aptos a ver o valor estético dessas construções. Isso é demonstrado no relato de Regina e do seu esposo, o artista plástico Pedro, 55 anos, sobre a compra de um sobrado de dois andares no bairro da Boa Vista, onde residem:

Regina - Porque essa daqui era a rua dos judeus, do século XX, da primeira guerra mundial, não os judeus dos holandeses.

Pedro - Então era uma classe média que tinha aqui, não era abastada, mas era uma classe média, aí, o que aconteceu foi que essa classe média foi migrando, certas lutas foram vencidas, no caso aí da fábrica que Regina falou, deixou isso tudo vazio. [...] **Aí, eu consegui uma oportunidade nesse desprezo pelo patrimônio, nesse desprezo pelo local, nesse desprezo pelas coisas.**

No âmbito do consumo artístico, o consumo material de arte encontra-se denegado e abaixo, no que se refere à escala de legitimidade, das práticas que exibem a disposição estética em seu modo mais “puro”. Assim, no lugar das obras dos artistas mais consagrados em Pernambuco, Ingrid decora a moradia com práticas que exibem a sua elevada disposição estética, tal como uma burca que veste o busto de um manequim na sala de estar: “Essa burca é afegã. Mas, foi um amigo meu que mora em Berna [...] ‘Que é que você quer que eu leve?’. Eu disse, ‘eu quero uma burca’. ‘Para quê?’. ‘Para usar’”. Já no que se refere às escolhas mais “comuns”, como a aquisição de mobiliário, é através das histórias de garimpo que os informantes das “frações intelectuais” mais tiram proveito da riqueza cultural da qual são portadores, potencializando o seu rendimento simbólico: “Porque nada aqui é comprado caro, quando é comprado é muito barato. **Isso aqui foi do lixo, essa cadeira foi do lixo.** Essas cadeirinhas do São Luís [Cinema de rua no bairro da Boa Vista-Recife] uma amiga minha me deu...” (Ingrid).

A afirmação do próprio gosto como base da decoração da moradia – daí o termo “autoral” para caracterizar o estilo de decoração das “frações intelectuais” – e uma tendência ao ecletismo, no sentido de quebrar, em certos âmbitos, hierarquias culturais, também são tomadas

de posição marcantes dos que possuem ascendência do capital cultural sobre o econômico. As moradias dos informantes das “frações intelectuais” visam exibir em todos os âmbitos possíveis, do bairro em que se escolhe morar até os itens de mobiliário, o capital cultural acumulado ao longo da trajetória.

Conclusão

Este artigo utilizou princípios da sociologia das disposições desenvolvida nos trabalhos de Pierre Bourdieu e de Bernard Lahire para analisar modalidades dos gostos de elite, no âmbito da decoração, no Recife. Como afirma Lahire (2002), mesmo lançando mão de noções como disposições, estruturas cognitivas, categorias de percepção, os trabalhos sociológicos pouco fizeram no que se refere ao estudo da construção das disposições nos atores. Lahire reconhece no trabalho de Elias sobre Mozart a primeira formulação do que seria uma sociologia das disposições, pois Elias (1995) demonstra a forte relação entre a rede das relações em que a personalidade de Mozart foi moldada, na infância e na adolescência, e o desenvolvimento de seu talento musical. Seguindo essa perspectiva, demonstramos, neste artigo, a relação entre processos socializantes vivenciados por indivíduos localizados em duas frações das classes superiores do Recife e algumas práticas no âmbito da decoração da moradia. Assim, as práticas diferenciaram-se de uma fração das classes altas a outra, como demonstrado neste artigo, a partir das modalidades dos gostos “burguês” e “intelectual”.

O artigo também tratou das aproximações e distanciamentos entre as concepções de disposições sociais nos trabalhos de Bourdieu e Lahire. A explicação das práticas dos indivíduos por meio dos processos socializantes que eles vivenciam nas trajetórias, adquirindo disposições sociais, é um ponto central de aproximação entre os dois trabalhos. Assim, demonstramos como o “senso de dignidade” com os antecessores, aprendido pelos informantes da “burguesia antiga” nos ambientes de infância, explica o consumo curatorial. Por sua vez, o ascetismo cultural, vivenciado nesses mesmos ambientes por informantes das “frações intelectuais”, junto dos acúmulos culturais realizados na trajetória explicam práticas que exibem a disposição estética no seu modo mais puro.

No que se refere aos distanciamentos entre as concepções de disposições sociais nos autores, em Bourdieu, o meio de origem possui centralidade na explicação das práticas, pois determina o modo de aquisição do capital cultural e, assim, cria fronteiras difíceis de serem transpostas entre os agentes. Já em Lahire, qualquer âmbito de socialização tem a propriedade de instaurar hábitos nos atores sociais. Ademais, o princípio de transposição das disposições presente no trabalho de Bourdieu, segundo o qual o agente social procura uma coerência entre as disposições introjetadas e os contextos de atualização, é contestado por Lahire. Este afirma que os perfis dissonantes, ou seja, de atores marcados por disposições plurais, atualizadas/inibidas/reatualizadas de acordo com as situações sociais, são preponderantes nas sociedades contemporâneas. Uma vez que

nossa pesquisa focalizou nas práticas dos atores relativas à decoração não podemos adentrar no aspecto das variações intraindividuais desses atores. Contudo, em relação aos informantes focalizados neste artigo, a ideia de perfis culturais consonantes muito legítimos mostrou-se mais pertinente, seja porque os informantes são socializados no seio de famílias burguesas que valoram fortemente os mercados culturais “legítimos”, seja porque é, sobretudo, por meio do capital cultural que eles reproduzem sua posição ou ascendem no espaço social do Recife.

Referências

- ALVES, A. R. C.; MACIEL, L. C. A individualidade em Simmel e Elias: contribuições teóricas para uma sociologia do indivíduo. *Lua Nova*, São Paulo, n.101, p. 259-290, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n101/1807-0175-1n-101-00259.pdf>> Acesso em: 07 fev. 2019.
- ARAÚJO, K. M. **Consumo e reconhecimento social**: a valorização do morar bem entre novas elites do Recife. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- DURAND, J. C. **Arte, Privilégio e Distinção**. Artes Plásticas, arquitetura e arte dirigente no Brasil, 1855/1985. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 2009.
- ELIAS, Norbert. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.
- GADINI, Sérgio Luiz. **Interesses cruzados**: a produção da cultura no jornalismo brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.
- LAHIRE, Bernard. **A Cultura dos Indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LAHIRE, Bernard. Indivíduo e Mistura de Gêneros: Dissonâncias Culturais e Distinção de Si. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 795-825, 2007.
- LAHIRE, Bernard. **O Homem Plural**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LAHIRE, Bernard. Patrimônios Individuais de Disposições: Para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 49, p. 11-42, 2005.
- MACIEL, L. C. **Pode Entrar**: manifestações de gosto no âmbito da moradia e da decoração das elites culturais na Região Metropolitana do Recife. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- MCCRACKEN, G. **Cultura & Consumo**: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: MAUDAD, 2003.
- PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. **Sociologie de la Bourgeoisie**. Paris: La Découverte, 2007.
- PULICI, C. **O charme indiscreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Recebido em: 17/01/2019

Aceito em: 25/01/2019

Artigos

**AS LINGUAGENS DO NOVO CAPITALISMO:
os casos exemplares da Endeavor Brasil, Artemisia e Ashoka Brasil**

**THE LANGUAGES OF THE NEW CAPITALISM:
the exemplary cases of Endeavor Brasil, Artemisia and Ashoka Brasil**

Alexandre Barbalho*
Carolina do Vale Uchoa**

Resumo

Este artigo analisa o fenômeno do empreendedorismo social no Brasil, procurando percebê-lo como um ambiente de negociações e disputas do capitalismo contemporâneo, a partir dos discursos de três organizações consideradas exemplares desse campo: Endeavor Brasil, Artemisia e Ashoka Brasil. Para análise da construção discursiva, selecionamos textos que foram publicados nos sites das três organizações e que pretendem funcionar como manuais, oferecendo orientações aos empreendedores sociais. Como suporte teórico-metodológico, adotamos a Análise Crítica do Discurso.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Organização. Capitalismo. Discurso.

Abstract

This article analyzes the phenomenon of social entrepreneurship in Brazil, seeking to perceive it as an environment of negotiations and disputes of contemporary capitalism, from the speeches of three organizations considered exemplars of this field: Endeavor Brazil, Artemisia and Ashoka Brazil. For the analysis of the discursive construction, we selected texts that were published on the websites of the three organizations and intended to function as manuals, offering guidance to social entrepreneurs. As a theoretical-methodological support, we adopted the Critical Discourse Analysis.

Keywords: Entrepreneurship. Organization. Capitalism. Discourse.

Introdução

A expressão “empreendedorismo social” tornou-se relativamente usual no Brasil integrando uma tendência global, posto que, desde os anos 1990, o termo “*social entrepreneurship*” passou a fazer parte da literatura de *management* e do mundo corporativo (DEES, 1998; DEY; STEYAERT, 2010; HERVIEUX; GEDAJLOVIC; TURCOTTE, 2010). A receptividade do termo e a forma trivial como costuma ser empregado na mídia podem transmitir a impressão de que seus significados são claros e livres de tensões, frisando seu potencial para “mudar o mundo” (CASAQUI, 2016a, 2016b). Mas, como tema emergente, caracteriza-se antes, como afirmam Parente e Barbosa, “por uma significativa proliferação e polimorfismo de designações e significados” (PARENTE; BARBOSA, 2011, p. 2).

* Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), bacharelado em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. É professor adjunto do curso de História e dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC. E-mail: alexandrealmidabarbalho@gmail.com

** Possui bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: dovale.carol@gmail.com

A despeito da falta de consenso sobre seu significado, o empreendedorismo social costuma ser definido como o emprego de métodos e técnicas de gestão empresarial para a criação e desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas sociais. Sob a ótica dos empreendedores, o setor apresenta-se como a combinação entre lucro e sustentabilidade financeira e o propósito de contribuir com transformações positivas na sociedade. Seu crescimento é associado ainda a formas eficazes de dinamizar a economia por meio da abertura de novos mercados e da criação de novas carreiras profissionais e promoção do “autoemprego”.

No entanto, os discursos promotores do empreendedorismo social ainda não têm sido acompanhados pela ampliação de repertório crítico capaz de examinar suas potencialidades e explicitar seus limites, ainda que Michel Foucault, por exemplo, tenha exposto a íntima relação entre o neoliberalismo norte-americano e o empreendedor de si, o *homo oeconomicus*, em seu curso sobre o nascimento da biopolítica no *Collège de France* nos anos 1978 e 1979. Foucault (2004) aponta que, apesar do contexto de surgimento do neoliberalismo nos Estados Unidos ser semelhante aos da Alemanha e da França, ou seja, de reação ao incremento da presença do Estado na sociedade, há diferenças fundamentais entre o projeto neoliberal “à americana” em relação ao “à europeia”.

Segundo o pensador francês, o modelo norte-americano, mais do que uma “técnica dos governantes direcionada aos governados”, como seria o caso europeu, se refere a “toda uma maneira de ser e de pensar”, a um “tipo de relação entre governantes e governados”. Isto implica uma “espécie de reivindicação global”, de “foco utópico”, e um “método de pensamento”, uma “grade de análise econômica e sociológica” (FOUCAULT, 2004, p. 224 – tradução livre). Em outras palavras, nos EUA o neoliberalismo assume o modo de uma utopia liberal com estilo próprio de pensamento, de análise e de imaginação. Pode-se afirmar, a partir de autores que vão desenvolver ou dialogar com a linha de pensamento foucaultiana como Negri e Lazaratto (2013), Gros (2018) e Gorz (2005), entre outros, que, com a desterritorialização do capital, esta utopia liberal própria à sociedade norte-americana, da qual o empreendedorismo social seria uma expressão, apresenta-se como global¹.

Este artigo, portanto, soma-se aos esforços analíticos sobre o fenômeno do empreendedorismo social, procurando percebê-lo como um ambiente de negociações e disputas. A questão que nos orienta é: como se dá a constituição discursiva do empreendedorismo social e a elaboração das representações sociais nas quais os agentes envolvidos se apoiam para justificar suas ações?

Para darmos conta da problemática proposta, analisamos os discursos de três organizações de apoio ao empreendedorismo social que desenvolvem uma ampla gama de atividades (formação, investimento e financiamento direto, difusão de conhecimentos e informações): Endeavor Brasil, Artemisia e Ashoka Brasil. A escolha deveu-se ao seu caráter pioneiro, bem

¹Atualizar a investigação acerca das ligações entre empreendedorismo de si, neoliberalismo e biopolítica feita por Foucault no final dos anos 1970 é uma linha promissora de análise a ser desenvolvida em pesquisas posteriores.

como à visibilidade de que desfrutam, alcançando uma grande quantidade de “seguidores” em suas redes sociais e atraindo números significativos de interessados para os programas que desenvolvem.

Estar ligado a essas instituições garante uma espécie de chancela ou “selo” para os empreendedores: eles passam a ser reconhecidos como “*Case Endeavor*”, “Empreendedor Artemisia”, “*Fellow Ashoka*”. Essas organizações ajudam tanto a criar as identidades sociais dos agentes já inseridos no campo como buscam mostrar, para aqueles que estão “de fora”, quais são os investimentos, atributos e esforços necessários para entrar e alcançar as posições mais destacadas, bem como as vantagens que essas posições proporcionam.

Selecionamos, para análise, textos que foram publicados nos *sites* dessas três organizações e que pretendem funcionar como pequenos guias ou manuais, oferecendo orientações para aqueles que sonham em se tornar empreendedores sociais ou para aqueles que buscam melhorar seu desempenho. Como suporte teórico-metodológico, adotamos a Análise Crítica do Discurso desenvolvida, principalmente, por Norman Fairclough (2001), que apresentamos na seção a seguir.

Mudança discursiva e mudança social na Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma das ramificações do instrumental teórico-metodológico voltado para o estudo das relações entre o discurso e outras práticas sociais, buscando situá-las nas transformações que marcam a vida contemporânea, combinando análise linguística, crítica social e análise sócio-histórica. Para isso, deve-se considerar que o discurso necessariamente se realiza dentro das restrições impostas pelas estruturas sociais e no interior de relações e lutas de poder particulares (IRIGARAY; CUNHA; HARTEN, 2016; FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough (2001) propõe um modelo que estuda o discurso como fenômeno tridimensional, considerado, simultaneamente, como prática textual, prática discursiva e prática social. É por meio desse tripé que ele busca reunir a análise linguística, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição microsociológica ou interpretativa que focaliza a prática dos agentes em contextos situacionais e com base em um senso comum compartilhado.

Seguindo seu projeto de desenvolver modelos de análise que permitam compreender a complexidade das mudanças sociais contemporâneas, Fairclough tem se voltado, em seus trabalhos mais recentes, para as linguagens do capitalismo, do neoliberalismo e da globalização. Em 2002, ele publicou com Ève Chiapello um artigo em que propõem um modelo de pesquisa transdisciplinar para a investigação da ideologia gerencial. Tomaremos esse modelo como referência metodológica para o desenvolvimento da parte empírica desta pesquisa. Chiapello e Fairclough (2002) analisam um dos capítulos do livro *E-volve! Succeeding in the digital culture of*

tomorrow, que se tornou um *best-seller* da literatura de gestão empresarial. Nesse estudo, o “novo espírito do capitalismo”, tal como desenvolvido por Boltanski e Chiapello (2009), é considerado como uma “ordem de discurso”, ou seja, uma configuração de discursos articulados de maneira particular, dialeticamente representados como modos de agir e inculcados como formas de ser ou identidades sociais. E, como ordem de discurso, compõe-se de vocabulário e de “gramática” próprios. Nessa perspectiva, a análise não deve se preocupar apenas em identificar os elementos léxicos e semânticos que compõem o discurso, mas principalmente em compreender como os valores, implícitos ou explícitos, que eles carregam contribuem para disseminar o espírito do capitalismo.

A partir da análise do texto em questão, os autores buscam responder a três questões interligadas, mas analiticamente separáveis, que correspondem, respectivamente, às dimensões relacionais, identitárias e ideacionais da linguagem: (1) de qual o tipo de atividade e de interação social o discurso é parte?; (2) que tipo de identidade autoral é constituída?; (3) que tipos de representações são feitas dos agentes e de suas práticas? Trata-se de compreender, em primeiro lugar, como aquele discurso participa de outras práticas sociais. O segundo ponto visa a perceber como é definida a identidade do autor do discurso. Além dos atributos que podem ser explicitamente mencionados no texto – como a trajetória do autor –, essas representações podem ser percebidas também nos aspectos semânticos e léxico-gramaticais dos textos: a presença de afirmações categóricas, de caráter normativo ou prescritivo, por exemplo, indica a autoridade do *expert* não só para dizer o que deve ser feito, mas também para antecipar acontecimentos, identificando as “tendências” de futuro.

Já na terceira pergunta o esforço é o de identificar quais são os princípios de equivalência e de oposição utilizados para diferenciar os “grandes” dos “pequenos”. Esses discursos carregam consigo valores que podem ser explicitados, mas, na maior parte das vezes, permanecem implícitos e se baseiam na suposição de que são compartilhados pelos leitores. Além disso, busca-se perceber como respondem às três dimensões de legitimação identificadas por Boltanski e Chiapello (2009): estímulo, segurança e justiça. A promessa de estímulo evoca um mundo de mudança, de inovação, de criatividade, de liberdade e desenvolvimento pessoal. A promessa de segurança pode estar ligada, por exemplo, à proteção que o líder dá à equipe e a promessa de justiça ao reconhecimento social que as pessoas podem obter a partir do seu engajamento no trabalho.

O modelo de análise proposto permite, portanto, analisar os discursos da “nova ideologia empresarial” – de que são partes integrantes e importantes os discursos acerca do empreendedorismo social – como uma prática social, buscando compreender como se relacionam, em sua produção, circulação e recepção, com outras práticas sociais, inseridas em um contexto sociopolítico mais amplo; como prática discursiva, forjada em contextos institucionais e situacionais específicos; e como prática textual, considerando, por exemplo, os “vocabulários” utilizados para descrever os atributos próprios dos empreendedores sociais e as relexicalizações

e significações que marcam os processos de mudança discursiva e social. Mostra-se relevante também atentar para a identidade autoral dos discursos, em que se baseia sua “autoridade”; as representações que são construídas de práticas e agentes; os princípios segundo os quais essas práticas são julgadas e como os agentes são avaliados, e em que regimes de justificação mais amplos essas avaliações se inserem.

A partir do que foi estabelecido, investigaremos, na próxima seção, as formações discursivas acerca do empreendedorismo social. Antes se faz necessário retomar o debate acerca do “novo espírito do capitalismo”, citado acima, de modo a situar o contexto sócio-histórico de emergência do empreendedorismo social. Em sua obra, Boltanski e Chiapello (2009) analisam as transformações que vêm ocorrendo nas sociedades capitalistas desde o fim de 1960 até meados de 1990. Para os autores, o capitalismo assimila ideias que lhe são estranhas e até hostis, mantendo, porém, intacta sua finalidade primordial (a acumulação do capital). No final dos anos 1960, essas críticas tinham como alvo sobretudo a alienação, o desencantamento e a desumanização sob o império da técnica, bem como os efeitos desmotivadores dos regimes excessivamente burocratizados e hierarquizados das grandes empresas.

Os capitalistas tiveram que ceder à pressão das críticas, adotando formas de trabalho mais autônomas. Isso foi feito por meio de mudanças na organização do trabalho e nos processos produtivos, que acabaram por se mostrar vantajosas para os proprietários, pois, substituindo o controle pelo autocontrole, livraram-se dos elevados custos de supervisão, transferindo o peso da organização para os assalariados. Como afirma Gorz (2005), os empregados têm de se tornar empresas que devem responder pela rentabilidade de seu trabalho, internalizando a pressão trazida pela lógica da obtenção do máximo proveito possível e se responsabilizando por sua própria formação, aperfeiçoamento, saúde etc.

Além disso, a empresa pode colocar-se em contraste com as instituições que ainda se mantinham apegadas às formas hierárquicas (como, por exemplo, governos, sindicatos e partidos), impondo sua superioridade sobre estas e se apresentando como diversificada, móvel, diferenciada e, por isso, o lugar privilegiado da inovação social, da imaginação criadora, da livre iniciativa. A flexibilização passa a ser vista como uma necessidade, um processo inelutável de adaptação a novas situações, como a globalização, a abertura dos mercados, mudanças nos hábitos de consumo, diversificação da demanda etc. A autogestão, o autocontrole e a horizontalidade passam a ser os princípios gerais, exaltados nesse novo modelo. Valoriza-se sobretudo a “capacidade de tirar proveito dos conhecimentos mais diversificados, de interpretá-los e combiná-los, de criar e de pôr em circulação inovações e, mais geralmente, de manipular símbolos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 104).

De acordo com esse princípio, a própria vida passa a ser concebida como uma sequência de projetos, sendo que quanto mais o atual difere do anterior, mais valioso ele se torna. É fundamental estar sempre buscando novas atividades, nunca estar sem um projeto, sem uma ideia em mente, estar sempre se preparando para fazer algo junto com outras pessoas, com quem se

estabelece um vínculo provisório, articulado em torno de uma atividade específica. Esse modelo de gestão, que se estende para um modelo de conduta de vida, está fortemente presente nos discursos do empreendedorismo social, como veremos na próxima seção. Os atributos daqueles que se “encaixam no perfil” desse tipo de negócio são a criatividade, a autonomia e a autogestão, a flexibilidade para se adaptar a diferentes situações e estar sempre “aberto à mudança” e, sobretudo, a capacidade de fazer usos estratégicos das redes de contatos pessoais para motivar e engajar outras pessoas em seus projetos. Essas qualidades fazem com que os empreendedores sociais, frequentemente apresentados como líderes inspiradores e visionários, estejam sempre dispostos a “quebrar paradigmas” e implantar novos métodos de condução e organização dos seus negócios, ocupando, portanto, uma posição de vanguarda no meio empresarial, que se torna um espaço de experimentação.

Em chave analítica próxima, para Dardot e Laval (2016), o empreendedorismo – e a figura do empreendedor, ou homem-empresa, como chamam – é o princípio de conduta mais essencial à ordem capitalista (sobretudo na corrente neoliberal inaugurada por Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek), constituindo sua dimensão antropológica. Assim, na visão neoliberal, afirmam os autores, mais do que a construção de uma situação econômica que se aproxime do cânone da livre concorrência, é necessário haver uma política que diz respeito à totalidade da ação humana, que visa moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência.

Diante desse contexto, para que o fenômeno do empreendedorismo social pudesse emergir e ganhar forma no início do século XXI, ele precisava se apresentar como resposta a demandas e interesses (não apenas econômicos) de determinados grupos sociais, convergindo com as “visões de mundo” e condutas de vida próprias ao novo espírito do capitalismo. Esse processo se dá, sobretudo, pela elaboração e difusão de discursos capazes de evidenciar suas virtudes e anunciar recompensas oferecidas aos que se disponham a se engajar em suas atividades, por meio de exemplos que sirvam como modelo e inspiração.

Nossa análise buscará perceber como se formam os discursos hegemônicos sobre o empreendedorismo social, ou seja, aqueles discursos que alcançam ampla difusão na sociedade, propagando, por diversos meios, uma representação geral de suas práticas e seus valores. Para isso, selecionamos, como dito na introdução, três instituições que desempenham papéis preponderantes nesse campo (Endeavor Brasil, Ashoka Brasil e Artemisia).

A escolha dessas três instituições se deve ao seu papel precursor e fundamental na divulgação do empreendedorismo social no Brasil: todas dispõem de portais e outras plataformas digitais para difusão de conteúdos, além de desenvolverem publicações e realizarem atividades com o propósito de estimular o setor e também de interferir na distribuição de poder e capital simbólicos, ajudando a ditar a dinâmica das relações de forças atuantes nesse campo. Além disso, essas instituições oferecem uma série de serviços que não apenas cumprem a função de orientar sobre as melhores técnicas gerenciais, mas fornecem modelos de condutas gerais e ajudam a

moldar os discursos dos empreendedores sociais, fornecendo “vocabulários de motivos” com os quais esses possam construir narrativas coerentes de suas trajetórias de vida.

Nossa análise irá concentrar-se nos discursos produzidos por essas três instituições buscando examiná-los com base nos três critérios apontados no modelo de análise transdisciplinar citado anteriormente: (1) identificar de que práticas sociais esses discursos participam, ou seja, como figuram na atuação geral dessas organizações e como as auxiliam a alcançar seus objetivos; (2) verificar como constroem sua identidade autoral e como definem seu próprio papel e sua autoridade nesse campo e a identidade social dos receptores de seus discursos; e (3) examinar as representações que constroem acerca do próprio empreendedorismo social.

O empreendedorismo social segundo Endeavor Brasil, Artemisia e Ashoka Brasil

Os textos que iremos analisar² foram publicados nos *sites* dessas organizações (um de cada um deles) e selecionados de acordo com os seguintes critérios: (1) que tratassem do empreendedorismo social de forma ampla (não consistindo, por exemplo, em notícias ou artigos relativos a algum programa ou evento específico) e (2) que fossem voltados para a orientação dos leitores acerca das práticas que devem ser adotadas para ingressar ou obter sucesso nesse campo. Essa escolha, além de reduzir o universo de textos disponíveis, nos aproxima dos objetivos deste artigo, levando-nos a compreender como essas organizações atuam no sentido de instituir e buscar legitimidade para o campo e apresentar argumentos atrativos para os profissionais, fornecendo ainda modelos de conduta que se estendem a outras esferas da vida social.

Como afirma Fairclough (2001), o desafio é decidir quais amostras são típicas ou representativas de uma certa prática. Essa decisão, ressalta o autor, necessita de um conhecimento geral prévio acerca da “ordem de discurso” da instituição ou domínio que se está pesquisando e dos processos de mudança que estão em andamento. Para tanto, fizemos uma pesquisa exploratória nos referidos *sites* sustentada pela revisão conceitual sobre o tema “empreendedorismo social” de modo a garantir a representatividade da escolha. Esse “mapa preliminar” foi ampliado com dados suplementares também retirados dos *sites* dessas organizações, como forma de complementar ou esclarecer algum ponto ou possibilitar comparações entre diferentes situações e contextos.

Endeavor Brasil

A Endeavor apresenta-se como a “organização líder no apoio a empreendedores de alto impacto ao redor do mundo”³. Fundada em 1998, nos Estados Unidos, a organização está presente hoje em 22 países, sendo que desde o ano 2000 conta com uma representação no Brasil, onde

² Por uma questão de espaço não iremos transcrever os textos. Eles podem ser acessados nos links indicados ao longo da discussão.

³ Disponível em: <www.endeavor.org.br> Acesso em: 22 maio 2017.

possui oito escritórios. Já a Endeavor Brasil foi fundada pelos empresários Beto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles, bilionários brasileiros que comandam o fundo de investimentos 3G e estão entre os controladores da AB InBev, empresa resultante da fusão entre Ambev e a belga Interbrew. O artigo selecionado para análise foi publicado no dia 03 de agosto de 2015, no Portal Endeavor Brasil, com o título “Empreendedorismo social: lucro e transformação social numa coisa só”⁴. Publicado na seção “Startups”, a autoria do texto não é identificada, o que faz com que este possa ser considerado, portanto, como um discurso assumido pela própria organização.

O título do artigo indica qual o seu objetivo principal: explicar para os leitores o que é empreendedorismo social, ou, como fica explícito logo em seguida, no subtítulo, “o que esse conceito quer dizer”. O fato de a instituição publicar um texto dessa natureza revela a pressuposição de que esse termo é desconhecido, ou pouco conhecido, por pelo menos uma parte dos leitores que quer atingir. A definição dada, ainda no título, mostra o empreendedorismo social como a junção de dois elementos principais: “lucro” e “transformação social” em uma associação harmônica. Torna-se nítida a intenção do texto, em vários momentos, de desfazer qualquer ideia de contradição entre os dois termos, reforçando, por meio de afirmações categóricas ou de exemplos concretos, a possibilidade de conjugá-los.

Uma das etapas para realização da ACD, como vimos, é a identificação dos participantes do discurso, que incluem tanto aqueles que estão envolvidos na produção, distribuição e recepção do texto, quanto aqueles que participam dos processos que estão sendo descritos. No primeiro caso, o produtor é a própria Endeavor; a distribuição dá-se por meio da disponibilização no *site* da organização, sem que haja outros intermediários (o mesmo texto, porém, é publicado também nas redes sociais da organização e pode ser replicado por outros veículos de mídia); e os receptores são os leitores do texto, o que, pelas características deste, como vimos, são possíveis interessados em se tornarem empreendedores sociais.

Já os participantes do processo descrito – ou seja, o ato de se tornar um empreendedor social – são (1) pessoas que estão buscando iniciar no mercado de trabalho ou mudar de profissão (as quais podem, inclusive, ser empreendedores “tradicionais” com interesse em mudar de área ou expandir seus negócios, tornando-se empreendedores sociais); (2) aqueles empreendedores sociais que são citados como modelos a serem seguidos; (3) especialistas no assunto, que escrevem artigos para publicações reconhecidas; (4) organizações de apoio ao setor, como incubadoras, aceleradoras, fundos de investimento etc.; (5) a organização de apoio Endeavor, que produz o texto; e (6) os “beneficiários” dos negócios sociais.

Temos, então, dois grupos coincidentes: os leitores, que participam como receptores do texto, são os possíveis interessados em se tornarem empreendedores sociais, que estão por isso buscando informações sobre o tema, como participantes do processo social. Já a relação entre o produtor do texto e os participantes dessa prática social é mais complexa: a Endeavor faz

4 Disponível em: <<https://endeavor.org.br/empreendedorismo-social/>> Acesso em: 22 maio 2017.

claramente parte do grupo das organizações de apoio, mas exerce também o papel de *expert* no assunto, com autoridade para dar definições e fazer afirmações taxativas sobre o setor, e se aproxima, por meio das posições que assume, do grupo dos empreendedores, adotando, em vários momentos, a perspectiva desses agentes. O tom que predomina no texto é a de uma voz experiente que pacientemente introduz o assunto para leigos, oferecendo dicas, sugestões, referências.

Outro aspecto a ser observado, e que diz respeito sobretudo à dimensão ideacional do discurso, é a transitividade. Esta identifica como os processos são codificados em orações, sendo classificada em quatro tipos principais: relacional (em que o verbo marca uma relação entre os participantes); de ação (quando o agente age em direção a um objetivo explícito – ação dirigida – ou implícito – ação não dirigida); de evento (que envolve um acontecimento); e mental (que diz respeito a processos cognitivos, perceptivos e afetivos).

No texto em análise, predominam os verbos de ação, em que o sujeito é, quase sempre, o empreendedor social: este opta por um caminho, monta um negócio, resolve problemas, quebra paradigmas, contribui para transformar realidades, tem grandes ideias, faz acontecer, cria modelos sustentáveis. Verbos de ação e cognitivos são usados também para descrever os atributos que os receptores do texto devem ter para “se encaixarem no perfil” de empreendedores sociais: superar desafios, lidar com cenários complexos, sonhar em mudar o mundo. Ao tratar da relação entre empreendedores e “beneficiários”, os primeiros são os agentes e os segundos os pacientes, mesmo quando se defende que estes últimos devem exercer um papel ativo nos negócios sociais. Assim, os empreendedores devem envolver, apresentar projetos, convidar. Quando os beneficiários são o sujeito da oração, esta tem a voz passiva: devem ser vistos, ser parte inerente das ações.

Há também muitos verbos que indicam eventos e processos mentais: pipocam, inspira, motiva. Nesse caso, os sujeitos das orações não são indivíduos específicos, mas categorias gerais ou entidades abstratas. Há também o uso frequente da voz passiva, em que o agente está oculto – negócios são criados, ideias são colocadas em prática, vidas são transformadas, empregos são gerados, desafios são superados. Ao se referir aos problemas sociais, opta-se por codificar os processos como eventos – cresce a necessidade de fontes de energia renovável – assim como quando se fala do surgimento de empresas específicas – nasce um negócio social.

As metáforas, destaca Fairclough (2001), mais do que adornos estilísticos, estruturam o modo como pensamos determinada realidade. Ele ressalta que algumas metáforas são tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura particular, que as pessoas deixam de percebê-las e se torna difícil escapar delas. No texto em questão, vimos o uso de metáforas cênicas, ligadas ao mundo das artes e do espetáculo, para descrever o empreendedorismo, em expressões como “a arte de empreender”, “um novo tipo de empreendedorismo vem ganhando a cena”. Há ainda o uso de metáforas geográficas e espaciais para tratar do empreendedorismo social: este é um território, um campo, um caminho, dando-lhe assim materialidade. Quando se

trata da relação com os beneficiários, usa-se a metáfora da “imersão” e do “mergulho”, para dar a ideia de um conhecimento profundo a respeito do tema.

Para ampliarmos a compreensão das estratégias discursivas desenvolvidas nesse texto, podemos recorrer à ideia de regimes de convocação trabalhada por Prado (2013). O autor ressalta que, na vida contemporânea, contamos com uma série de sistemas enunciadores que auxiliam os consumidores a desempenharem diferentes tarefas cotidianas, os quais ajudam o usuário a perceber em que ponto simbólico se encontra e aonde quer chegar – em termos, por exemplo, da administração da vida financeira, da vida amorosa, dos cuidados com o corpo etc. – traçando, a partir daí, os passos e as etapas necessárias.

Dentre esses sistemas, há o que Prado chama de convocadores. Essa convocação atende a “necessidades” de públicos segmentados, mas também ajuda a criá-las, na medida em que, muitas vezes, essas estavam em estado “latente” até que ganhem forma em “tendências” de moda, de busca de futuro, que possam ser satisfeitas por meio de atividades e serviços oferecidos no mercado. No texto em questão, observamos que o empreendedorismo social é oferecido como uma espécie de “mercadoria” que responde aos possíveis anseios dos leitores, mas, ao mesmo tempo, busca produzir essas “necessidades”, valorizando os que superaram desafios e sonham em mudar o mundo como modelos ideais de conduta e de “bem viver”.

Artemisia

A Artemisia é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 2004, pela empresária norte-americana Kelly Michel, com o objetivo de apoiar “o desenvolvimento de talentos e empreendedores na criação e desenvolvimento de negócios de impacto que ajudam a resolver os problemas sociais da população de baixa renda no Brasil”⁵. A instituição afirma ter sido pioneira na disseminação desse conceito, tendo contribuído para torná-lo mais conhecido no país. Os recursos da Artemisia vêm de um fundo de investimentos, a Potência Ventures (também pertencente a Kelly Michel), de doações espontâneas e da parceria com grandes empresas. A empresária também é uma das sócias, juntamente com os empresários Daniel Izzo e Antonio Ermírio de Moraes Neto⁶, do Vox Capital, “fundo de capital de risco para empresas brasileiras que primam pela redução da desigualdade social”⁷. Além de atuar na difusão de informações sobre o setor, a organização desenvolve programas de apoio e investimento direto em negócios sociais.

O *site* da organização disponibiliza, além de informações sobre cada um desses programas, notícias e artigos referentes a temas diversos ligados ao empreendedorismo social

5 Disponível em: <<http://projetodraft.com/cansei-de-tornar-os-ricos-ainda-mais-ricos-diz-daniel-izzo-da-vox-capital-que-investe-em-negocios-sociais/>> Acesso em: 22 maio 2017

6 Disponível em: <<http://projetodraft.com/conheca-a-artemisia-organizacao-ha-10-anos-no-brasil-cuidando-de-quem-quer-cuidar-do-mundo/>> Acesso em: 22 maio 2017

7 Disponível em: <<http://artemisia.org.br/conteudo/artemisia/historia.aspx>> Acesso em: 22 maio 2017

(eventos, prêmios, pesquisas, criação de novos negócios etc.), tanto produzidos pela própria equipe da plataforma quanto veiculados em outros meios de comunicação. O artigo analisado foi publicado no *site* da organização no dia 05 de janeiro de 2015, com o título “Como construir uma carreira com significado?”⁸. O objetivo do texto é apresentar dicas para quem deseja construir uma carreira em negócios sociais. Foi publicado na seção “Conhecimento” do *site* e, assim como no caso anterior, a autoria do texto não é identificada, sendo, por isso, assumida pela organização.

A primeira dica – “Não separe o profissional do pessoal” – constrói uma imagem do empreendedor social como aquele que une o “comprometimento com uma causa” com “habilidades técnicas e profissionais”. Podemos associar essa construção às características do trabalho no capitalismo contemporâneo, tal como descritas por Lazzarato e Negri (2013). Para esses autores, as novas modalidades de trabalho tendem a assumir a forma do trabalho imaterial, até mesmo quando envolvem a produção de bens materiais, tendo em vista que boa parte dos processos produtivos consiste na troca de valores imateriais – informação, conhecimentos, relações e a própria subjetividade. As novas regras, afirmam, flexibilizam as fronteiras entre produção, circulação e consumo e entre o tempo do trabalho e o tempo de vida, ou tempo produtivo e tempo livre. Essa tendência já havia sido percebida também por Boltanski e Chiapello (2009), que veem na noção de “atividade” – e no papel central que esta assume na cidade “conexcionista” - a síntese da fusão entre trabalho e não trabalho, entre trabalho remunerado e voluntário.

André Gorz, por sua vez, observa que, no capitalismo contemporâneo, espera-se que os trabalhadores entrem no processo de produção com toda a sua “bagagem cultural”. É nesse sentido que o autor fala de uma “mobilização total” das capacidades e das disposições, inclusive as afetivas, de modo que “não nos é mais possível saber a partir de quando estamos ‘do lado de fora’ do trabalho que somos chamados a realizar” (GORZ, 2005, p. 22). Porém, por mais que as grandes empresas se esforcem para isso, é quase impossível obter de seus “colaboradores” esse engajamento de toda a sua “potência mental e afetiva”, uma vez que a própria relação salarial constitui um obstáculo, na medida em que reconhece a separação das partes contratantes e seus respectivos interesses. É esse o limite que o empreendedorismo em geral, e o empreendedorismo social de forma ainda mais pronunciada, busca eliminar, ao suprimir a diferença entre o sujeito e a empresa.

Outra dica é “Não tenha medo do futuro”. Vemos aqui que a perspectiva de Boltanski e Chiapello, referente à dimensão de segurança do “espírito do capitalismo”, surge como uma questão menor. Em vez de oferecer garantias, os textos do empreendedorismo social desvalorizam a busca por segurança, que aparece como medo de se arriscar. Como se sabe, a aceitação do risco como uma característica da modernidade foi apontada por autores como Giddens (2002)

8 Disponível em: <<http://www.artemisia.org.br/conteudo/frentes/conhecimento/interna-conhecimento.aspx?id=211>> Acesso em: 22 maio 2017.

e Beck (2015). Nesse contexto, aceitar o risco é reconhecer que nenhum aspecto das atividades dos indivíduos segue um curso predestinado, estando sempre exposto a acontecimentos contingentes. Viver na “sociedade de risco” implica viver com uma atitude reflexiva perante as possibilidades de ação com que os indivíduos são continuamente confrontados.

Para compreendermos como se dá, no exemplo que estamos analisando, a articulação entre presente e futuro e entre risco e segurança, devemos atentar para o aspecto coesivo. O texto inicia com perguntas para as quais irá apresentar respostas. Esses questionamentos trazem, como afirma Fairclough (2001), o “mundo da vida” para o texto, ou seja, inserem dúvidas que não são do(s) produtor(es) do texto, mas que se supõe serem dos leitores. As respostas, por sua vez, aparecem na voz não de um especialista técnico – quase não há uso de jargões específicos do campo, o vocabulário utilizado é também próximo do “mundo da vida” – mas de alguém que dá conselhos, que está preocupado com a felicidade e a realização pessoal do leitor, que o motiva a agir.

Todo o texto é organizado em períodos curtos, que iniciam com uma afirmação mais generalizante – tratando de “muitas pessoas” – para em seguida se dirigir diretamente ao leitor – a palavra “você” é usada onze vezes. Dessa forma, transmite-se ao leitor a ideia de que suas insatisfações e receios não são só suas, são compartilhadas por “muitas pessoas” e, portanto, são comuns, “naturais”. Porém, o texto as motiva a não se acomodar com essas situações e, dessa forma, se diferenciar desse padrão, tornar-se alguém que não é “qualquer pessoa”, mas sim alguém “extraordinário” que, mesmo diante dos riscos, segue em busca de seus sonhos.

Os verbos utilizados nesse texto mostram uma racionalidade que liga ações aos seus resultados: para atingi-los é preciso agir de certa forma ou evitar certas atitudes. Predomina o modo imperativo e nas orações em que se opta pelo indicativo os verbos são sobretudo relacionais – ser, unir, precisar - e os sujeitos são entidades abstratas: encontrar um trabalho com significado, os negócios de impacto social etc. Essas expressões são também o que Fairclough (2001) chama de “tema”, ou seja, elementos que introduzem as orações e trazem informações tácitas, que se supõem conhecidas pelos intérpretes. Assim, pressupõe-se que o leitor deseje encontrar um trabalho com significado e entenda o sentido dessa expressão, bem como presume-se que este sabe de que garantias, incertezas e recompensas o produtor do texto está tratando, ainda que estas não sejam definidas explicitamente.

Vemos aqui o uso da metáfora da construção para definir a trajetória profissional: trata-se de construir uma carreira. São também usadas metáforas de deslocamento, com expressões como seguir suas vocações, suas paixões, seus sonhos, explorar suas habilidades ou os passos da transição, além de apresentar o empreendedorismo como um caminho. A liberdade constitui aqui uma nova normatividade: mais do que poder escolher, os indivíduos são obrigados a escolher, e a medir, avaliar e pesar continuamente as consequências de cada uma dessas escolhas (GIDDENS, 2002). Essa “liberdade coercitiva” é apontada por Byung-Chul (2015) como um dos traços centrais da sociedade contemporânea, a que ele denomina “sociedade do desempenho”,

na qual os sujeitos são “empresários de si mesmos”. O paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder.

Assim como no texto anterior, vemos aqui o esforço de apresentar o empreendedorismo social não apenas como uma opção que atenda aos desejos e necessidades dos indivíduos, mas sobretudo em fabricar essas necessidades, criando um “lugar ideal” aonde se deve chegar e para o qual os únicos obstáculos são “interiores”. A representação criada por esse discurso é de que só essa vida com propósito vale a pena ser vivida, em contraste com a vida desperdiçada daqueles que estão presos ao passado, mais preocupados com a estabilidade do que em seguir seu “guia interior”.

Ashoka Brasil

A Ashoka⁹, organização criada em 1980 pelo norte-americano Bill Drayton, define-se como “uma organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social, trabalho e apoio aos empreendedores sociais – pessoas com ideias criativas e inovadoras capazes de provocar transformações com amplo impacto social”¹⁰. Ela afirma ser a criadora do termo empreendedorismo social e ter caracterizado este como um campo de trabalho. A organização iniciou sua atuação na Índia e no Brasil (neste último em 1986) e hoje está presente em 85 países. Ela realiza um processo de busca e seleção, com etapas nacionais e internacionais, de empreendedores que “são líderes no campo em que atuam e estão influenciando políticas públicas a fim de gerar mudanças sistêmicas”¹¹. Os selecionados – chamados de “Fellows Ashoka” – passam a integrar uma rede de intercâmbio de informações e colaboração, composta hoje por mais de três mil empreendedores (no Brasil, segundo informações disponíveis no site da organização, são 370 “fellows”). O processo de seleção dos “Fellows Ashoka” está “centrado na pessoa e na solução inovadora de amplo impacto social” e se baseia na avaliação da trajetória pessoal e profissional do candidato, tendo por base os critérios: inovação, perfil empreendedor, criatividade, impacto social e “fibra ética”.

O texto que analisamos é intitulado “O terreno escorregadio do investimento de impacto social”¹² (a data de publicação deste não é informada no *site*). O artigo não traz a assinatura do autor e, portanto, como nos casos anteriores, a autoria é assumida pela organização. O objetivo geral do texto não é exposto, logo de início, de forma clara: ele inicia falando do crescimento do empreendedorismo social, em seguida revela preocupação com o fato de que a “ótica do mercado” esteja se sobrepondo às “discussões sobre mudança social”, concluindo com três dicas que, entretanto, como veremos, não deixam claro a quem exatamente são dirigidas, se aos

9 O termo Ashoka significa, em sânscrito, “ausência de sofrimento”. Disponível em: <<http://brasil.ashoka.org/quem-somos>> Acesso em: 22 maio 2017.

10 Disponível em: <<http://brasil.ashoka.org/quem-somos>> Acesso em: 22 maio 2017.

11 Disponível em: <<http://brasil.ashoka.org/quem-somos>> Acesso em: 22 maio 2017.

12 Disponível: <<https://www.ashoka.org/pt-br/focus/empreendedorismo-social>> Acesso em: 22 maio 2017.

investidores, aos empreendedores, a ambos ou a um público geral interessado no tema. Por sua vez, se nos detivermos no aspecto coesivo do texto, observamos que este inicia com períodos simples, no presente, que apresentam o empreendedorismo social e os negócios sociais como algo que já é uma realidade: que está na moda.

Analisando os participantes da prática discursiva e dos processos sociais que são descritos no texto, temos, no primeiro caso, o(s) produtor(es) do texto, cuja autoria também não está identificada, e os receptores ou leitores, que, nesse caso, não se restringem a um grupo específico, podendo ser qualquer pessoa interessada, por diferentes motivos, no tema. Como participantes dos processos, temos grupos mais variados: empresas sociais, terceiro setor, investidores, organizações colaborativas, movimentos sociais, legisladores etc.

É importante observar que, nesse texto, a transitividade, ou seja, a codificação dos processos sociais em processos linguísticos, utiliza, em sua grande maioria, verbos que Fairclough (2001) chama de cognitivos, e também, com menor frequência, relacionais: prestar atenção, ganhar atenção, se preocupar, pensar, levar a discussão, acreditar, resolver, conseguir, proteger, evitar, apoiar, ajudar, enfatizar, aceitar, tolerar, aprender etc. Essa característica indica que o texto busca apresentar as percepções e sentimentos que os agentes têm em relação ao empreendedorismo social e, mais do que isso, busca alterá-las, construindo entendimentos positivos e removendo temores ou percepções negativas que possam existir.

O sujeito da maior parte dessas orações ou é um “nós” (oculto ou não), em que não fica claro, porém, quem está incluído (nós, produtores do texto, leitores, empreendedores sociais, investidores), ou são entidades abstratas, como: ascensão meteórica das empresas sociais, o potencial do setor, um novo empreendimento, corrida de investidores, nova geração de empreendedores, o capitalismo.

Assim como a transitividade, a nominalização é outro aspecto que deve ser considerado para a análise da dimensão ideacional do discurso. Esta é a conversão de processos em nomes, o que, em geral, tem o efeito de pôr o processo em segundo plano, não especificando os participantes da ação, de modo que agente e paciente são deixados implícitos. Observamos, no texto em análise, uma grande presença de nominalizações: investimento, ascensão, entusiasmo, preocupação, conversa, corrida, discussão, mudança, impacto. Fairclough (2001) observa que esse recurso é uma característica frequente na linguagem científica e técnica, podendo soar ameaçadora ou mistificadora para pessoas leigas.

Outro aspecto da análise proposta por Fairclough (2001), e que se torna particularmente relevante neste caso, é o tema, ou a parte inicial da oração, o ponto de partida do produtor do texto numa oração e que geralmente corresponde ao que pode ser considerado “informação dada”, ou seja, informação já conhecida para os produtores e intérpretes do texto. Segundo Fairclough (2001), examinar o que tende a ser selecionado como tema em diferentes tipos de texto ajuda a compreender os pressupostos do senso comum a respeito da ordem social e as estratégias retóricas.

Ao trazer para o início das orações, por exemplo, a ascensão meteórica das empresas sociais e a existência de investimentos de impacto social, e a adjetivação desses fatores como “ótimas notícias”, o produtor do texto coloca essas informações como sendo de conhecimento comum dos leitores e intérpretes, como fatos que não precisam ser explicados ou questionados. Mesmo quando busca introduzir as preocupações de determinado grupo (as organizações sem fins lucrativos), as orações iniciam com expressões positivas que mostram o crescimento do empreendedorismo social.

Enquanto, ao tratar dos problemas sociais, há o uso predominante da voz passiva e da nominalização, que ocultam o agente, quando se trata de apontar como esses agentes devem agir há o uso da voz ativa com o sujeito “nós”. Esse recurso suaviza os imperativos dados, na medida em que não se está dizendo a terceiros o que esses devem fazer, o que poderia ser interpretado como uma postura autoritária, e sim dando conselhos que servem para os próprios produtores do texto, enquanto parte desse “sujeito plural” abrangente e indefinido, personificação da totalidade harmônica que os discursos do empreendedorismo social se esforçam em criar.

Análise comparativa e conclusiva

Podemos fazer uma análise comparativa dos três textos focalizando palavras-chave que aparecem em destaque em cada um deles, todas ligadas ao campo semântico do empreendedorismo social. Como ressalta Fairclough (2001), a relação entre palavras e significados é de muitos-para-um e não de um-para-um, ou seja, cada palavra pode assumir diferentes significados no texto e cada significado pode ser lexicalizado de diferentes formas.

Fairclough (2001) chama a gama de significados convencionalmente associados a uma palavra de significado-potencial, cuja representação mais conhecida são os verbetes dos dicionários. Porém, o modelo de organização do dicionário implica em uma concepção de significado na qual se considera que o significado-potencial é estável e universal, ou seja, comum a todos os membros de uma comunidade de fala e, mais do que isso, de que os significados contidos no significado-potencial (ou seja, as diferentes definições de uma mesma palavra) são descontínuos, claramente demarcados entre si e mutuamente exclusivos (ou um ou outro). Sobretudo nos processos de mudança social e cultural, essa concepção pode não corresponder à realidade: a relação palavra-significado pode ser instável, envolvendo disputas entre atribuições conflitantes de significados. Estas, por sua vez, podem resultar em mudanças na força e na clareza de limites entre os significados, os quais podem estar em uma relação de complementaridade ou hierárquica, de modo que um significado se impõe sobre os demais.

Assim, os textos – sobretudo os textos que Fairclough (2001) chama de criativos, ou seja, que tratam o significado-potencial não como um código a seguir, mas como um recurso explorável e em mutação – trazem ambiguidades e ambivalências, realizando um jogo retórico com os potenciais das palavras, que alteram os limites e as relações entre significados. Tomando

como exemplo o uso da palavra “empreendimento”, o autor observa que esta tem três sentidos que compõem seu significado-potencial: atividade, negócio e qualidade (que podem ser qualidades especificamente ligadas a atividades empresariais, mas também qualidades pessoais mais gerais).

Usamos esse modelo para analisar os significados atribuídos às palavras-chave que aparecem em destaque nos três textos escolhidos para este estudo. O primeiro texto, da Endeavor, tem como expressão central “empreendedorismo social”; o segundo, da Artemisia, articula-se em torno do termo “negócios de impacto social”; e o terceiro, da Ashoka Brasil, elege como núcleo a expressão “investimento de impacto social”. A escolha desses diferentes termos não é ocasional. Ela diz respeito tanto aos discursos dessas organizações em geral quanto aos objetivos dos textos especificamente. Observamos, assim, que enquanto Endeavor e Ashoka usam frequentemente o termo empreendedorismo social em seus textos, a Artemisia opta preferencialmente por negócios de impacto social, o que pode ser visto como uma estratégia desta para se diferenciar, tendo em vista que afirma ter sido pioneira na disseminação desse conceito.

Essa diferença de vocabulário está ligada à multiplicidade de meios para expressar com novas palavras um significado, ou seja, à lexicalização. Não se deve, porém, ter o entendimento equivocado de que existem significados previamente existentes, que são postos em diferentes palavras. O que há são formas alternativas de significar – e lexicalizar – domínios particulares da experiência. Essas diferentes formas de expressão traduzem perspectivas teóricas, culturais e ideológicas distintas e, também, levam a diferentes interpretações, pois, como afirma, “quando se troca a palavra também se troca o significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 236).

Podemos verificar isso observando as palavras-chave – ou itens lexicais – usadas em cada um dos textos. No primeiro, além do já citado empreendedorismo social, vemos palavras como: lucro, transformação, negócios, ideias, empregos, desafios, responsabilidade social, produtos, serviços, modelos de negócios, empresas, organizações, escassez, crises, racionamento, recursos, modelos financeiros, equilíbrio, beneficiários-alvo, projetos, demanda, público-alvo, ferramentas, plano de marketing, proposta de valor, estrutura de custos, indicadores, impacto, solução, validação, fontes de informação, consumidor, financiadores. O vocabulário usado é sobretudo da administração de empresas. Nesse caso, o significado de empreendedorismo é principalmente de uma atividade. É uma categoria que envolve iniciativas, escolhas, montagem de negócios, resolução de problemas, venda de produtos e serviços. Ainda que se faça referência explícita a negócios específicos, o que é exaltado aqui é a atividade geral do empreendedorismo, descrita como ter grandes ideias e fazer acontecer.

No segundo texto, além de negócios de impacto social, temos o uso de palavras como: carreira, dinheiro, profissional, pessoal, trabalho, paixão, indignação, pessoas, habilidades, mercado, escolhas, realização, sucesso, propósito, organização, talento, vocações, paixões, garantias, incertezas, recompensas, transição, preferências, surpresas, segurança, atividade, risco, sonhos, empregos. Nesse caso, o significado que se sobressai é o de qualidade. O vocabulário usado é mais próximo da vida cotidiana e está ligado a qualidades pessoais ou

estados emocionais. Negócios de impacto social são, assim, ligados às qualidades culturalmente valorizadas de “espírito empreendedor” e das pessoas que são “preocupadas com o social” e movidas por uma causa e que, mesmo que se preocupem com sua segurança, não deixam de agir temendo os riscos, atendendo aos apelos dos seus sonhos e vocações.

No terceiro texto, além de investimento de impacto social, temos palavras e expressões como ascensão, potencial, entusiasmo, dúvida, preocupação, receitas, corrida de investidores, nova geração de empreendedores, ótica do mercado, lógica de mercado, produto ou serviço vendável, empresas individuais, capitalismo, pobreza, desastres naturais, direitos humanos, abusos, mudanças políticas, regulamentações, movimentos sociais, filantropia, lucro, sucesso, retorno financeiro, equação, métricas, ferramentas, resultado, expectativas, taxa de lucros, risco, perda, missão social, mercado, área emergente, foco, objetivo, eficiência, classe de ativos. Nesse caso, o investimento de impacto social é significado sobretudo como negócio, ou como um setor de negócios. São negócios que geram receitas, que produzem um produto ou serviço vendável, que geram lucro e retorno financeiro. O vocabulário utilizado é ainda o da administração de empresas, mas também o da economia, sendo o único que fala de capitalismo, pobreza, mercado, ativos e que traz, ainda que implicitamente, a ideia de concorrência.

Essas diferentes abordagens e mudanças de vocabulários mostram como os discursos do empreendedorismo social podem ser investidos de diferentes significados, de acordo com as estratégias dos diferentes textos. Assim, o empreendedorismo social é descrito como uma atividade (ou um conjunto de várias atividades), que se apresenta como um tipo do empreendedorismo geral, e que está ligado às iniciativas individuais e à transformação social, como uma força impulsionadora não só da economia, mas da prosperidade social.

Além disso, aparece como uma qualidade quando é apresentado como uma opção profissional para aqueles que estão iniciando no mercado de trabalho ou que desejam mudar de carreira. Nesse caso, são exaltadas as qualidades dos criadores ou daqueles que trabalham em negócios de impacto social, como pessoas vocacionadas, talentosas e comprometidas, em contraste com as pessoas que se acomodam com empregos bem-remunerados, mas que não se realizam plenamente “como seres humanos”, por não terem “um propósito”.

E, por fim, é tratado como um negócio quando se trata de falar com investidores, para quem o que interessa são taxas de retorno e resultados financeiros, ao mesmo tempo em que esse discurso da economia é utilizado para demarcar a fronteira entre os negócios sociais e as organizações sem fins lucrativos, sendo estas colocadas em uma relação de subordinação àqueles: devem se contentar em atuar nas poucas áreas em que é “muito difícil gerar lucro”.

A partir da análise comparativa feita acima, podemos concluir que o empreendedorismo social é um campo discursivo móvel, cujas fronteiras estão sendo permanentemente deslocadas pelas ações de seus múltiplos agentes. A ambiguidade que marca os discursos evidencia o caráter até certo ponto arbitrário da designação “social”, utilizada para nomear um conjunto vasto e diverso de agentes, práticas e organizações como uma espécie de distintivo simbólico

que teria o dom de dotar de um objetivo mais nobre e elevado – porque subordinado a fins “altruístas” ou “coletivos” – as atividades econômicas tradicionais. Parece-nos pertinente, então, considerar que o empreendedorismo social se apresenta como uma inovação dentro do próprio empreendedorismo – sobretudo pela abertura de um novo mercado, aquele formado pelos “problemas sociais”, mas também pelo desenvolvimento de novos produtos (a partir dos avanços tecnológicos) e de novos métodos de gestão e organização que adotam, anunciados como capazes de gerar benefícios sociais imediatos.

Observamos o esforço das organizações de apoio pesquisadas (Endeavor Brasil, Artemisia e Ashoka Brasil) em instituir discursivamente esse campo, dotando-o de reconhecimento e “materialidade”. Esse trabalho se dá, em grande parte, por meio da construção e difusão de argumentos que visam apresentá-lo como uma “realidade”, personificada em iniciativas pontuais que se tornam casos exemplares, mas também como uma projeção futura, o que se expressa, no vocabulário típico desse segmento, na forma de um “potencial” revolucionário de que estariam imbuídos os “negócios sociais”. O empenho destas organizações está direcionado, portanto, para construir uma representação do empreendedorismo social como uma oportunidade para novos profissionais e para aqueles que, mesmo já possuindo uma “carreira”, mostram-se insatisfeitos com esta, justamente pela falta de um “propósito” ou de um “sentido maior” que funcione como força motivadora eficaz.

Esse papel relaciona-se àquele atribuído por Boltanski e Chiapello (2009) ao novo espírito do capitalismo, ou seja, às razões morais que justificam o engajamento nas práticas capitalistas, com fundamento num ideal de bem comum. Este se manifesta, aqui, em duas dimensões. Há, num primeiro plano, o estímulo ao investimento no empreendedorismo social como alternativa para aqueles que “não se encaixam” nos modelos de empresa tradicionais e/ou que manifestam uma postura crítica em relação a esses. E, tomado em uma dimensão mais ampla, esse tipo de empreendedorismo fornece também uma justificativa moral para o capitalismo como um todo, tendo em vista que posiciona o setor privado como a força salvadora a partir da qual podem emergir as soluções inovadoras para os problemas sociais, soluções estas que nem o poder público nem as organizações do terceiro setor mostraram-se, de acordo com esses discursos, capazes de alcançar.

Referências

- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco mundial**: em busca da segurança perdida. Rio de Janeiro: Edições 70, 2015.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BYUNG-CHUL, Han. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.
- CASAQUI, Vander. Esboços e projetos da sociedade empreendedora: mundo conexcionista, sociabilidade e consumo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 1-18, set/dez 2016a. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22654/14611>> Acesso em: 22 maio 2017.

- CASAQUI, Vander. A transformação social nos discursos da cena empreendedora social brasileira: processos comunicacionais e regimes de convocação na mídia digital. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 81, p. 205-226, jan/jun 2016b. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0120-48072016000100009> Acesso em: 22 maio 2017.
- CHIAPELLO, Ève; FAIRCLOUGH, Norman. Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. *Discourse & Society*, London, Thousand Oaks, New Delhi, v. 13, n. 2 p. 185-208, 2002. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0957926502013002406>> Acesso em: 22 maio 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEES, J. Gregory. **The meaning of social entrepreneurship**. Kansas City: Kauffman Foundation and Stanford University, 1998.
- DEY, Pascal; STEYAERT, Chris. The politics of narrating social entrepreneurship. *Journal of Enterprising Communities: Peoples and Places in the Global Economy*. v. 4, n. 1, p. 85-108, 2010. Disponível em: <<https://www.alexandria.unisg.ch/61556/1/Dey%20Steyaert%202010%20JEC.pdf>> Acesso em: 22 maio 2017.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Seuil/Gallimard, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GORZ, André. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- HERVIEUX, Chantal; GEDAJLOVIC, Eric; TURCOTTE, Marie-France B. The legitimization of social entrepreneurship. *Journal of Enterprise Communities: People and places in the global economy*, v. 4, n. 1, p. 37-67, 2010. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~erg/research/chantal>> Acesso em: 22 maio 2017
- IRIGARAY, Hélio A. R.; CUNHA, Gustavo X.; HARTEN, Bruno A. Missão organizacional: o que a análise crítica do discurso revela? *Cardernos EBAPE.Br*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 920-933, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n4/1679-3951-cebape-14-04-00920.pdf>> Acesso em: 22 maio 2017.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.
- PARENTE, Cristina Clara Ribeiro; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. Empreendedorismo social: do contexto político às práticas de implementação – um estudo de experiências no Brasil e sua aproximação à realidade de Portugal. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 35, Rio de Janeiro. *EnANPAD*, Rio de Janeiro, 2011. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GCT1105.pdf>> Acesso em: 22 maio 2017.
- PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2013.

Recebido em: 20/03/2018

Aceito em: 8/04/2019

**EXECUTIVOS SOB INTERVENÇÃO:
organização e controle do trabalho sob a lógica da financeirização**

**EXECUTIVES UNDER INTERVENTION:
work organization and control under the financialization logic**

Patrícia Saltorato*
Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti Sigahi**
Geraldo Tessarini Junior***

Resumo

O presente artigo explora a organização do trabalho com foco na gestão do desempenho e nos mecanismos de controle em uma credenciadora de cartões de crédito, após sua aquisição por uma grande instituição financeira nacional e a subsequente adoção de uma gestão financeirizada para sua condução. Para tanto, foi realizado um estudo de caso que, por meio de entrevistas, questionários, observação participante e consulta a fontes documentais oficiais, públicas e privadas, da empresa, identificou tanto alterações pragmáticas como outras de natureza simbólica na organização do trabalho da credenciadora. Dentre os resultados, tem-se o fechamento do seu capital na Bovespa; a criação da área Telecontrole-Intervenção; a intensificação do controle e jornada do trabalho; o aumento da flexibilidade e da autonomia do trabalhador; alterações em seus esquemas remuneratórios, dentre outras de natureza simbólica. Considerando, ainda, essas últimas, destaca-se as premissas inscritas na Gestão Baseada em Valor (GBV), como o foco no aumento do *Economic Value Added* (EVA), um dos indicadores financeiros mais emblemáticos da financeirização da gestão que, no caso estudado, mostrou que a reprodução de práticas ligadas a essa dinâmica contribuiu positivamente para seu incremento na credenciadora, ainda que a distribuição dos resultados financeiros entre os trabalhadores venha diminuindo em prol de sua distribuição entre os acionistas da instituição financeira. Uma das contribuições mais relevantes da pesquisa recai sobre o levantamento de dispositivos que contribuem para uma crescente individualização, competição e precarização do trabalho, experimentada por trabalhadores, agora, ameaçados de entrar em intervenção.

Palavras-chave: Organização do trabalho. Controle. Gestão do desempenho. Financeirização.

Abstract

This paper explores the work organization focusing on its performance and control management mechanisms in a credit card credential firm after its acquisition by a large national financial institution and subsequent adoption of a financialized approach towards its management. In order to do so, a case study was conducted, which through interviews, questionnaires, participant observation and a documentary research over official and private company financial data, thus, identifying both pragmatic and symbolic changes in the work organization after its acquisition. Amongst the results, there is the exit from Bovespa, the creation of the Telecontrol-Intervention area; the intensification of control and working hours; the increased flexibility and worker autonomy; alterations in their remuneration schemes, among others of symbolic nature. Yet, considering this latter, the adoption of practices based on the Value Based Management (VBM) premises, as the focus on the Economic Value Added (EVA), one of the most emblematic financial indicators of management financialization, shows in the studied case, that the reproduction of its practices had contribute positively to its increase in the firm, even though its financial results distribution among workers has decreased in favor of increased distribution among the financial institution's shareholders. One of the research's most relevant contributions calls the attention towards the increased individualization, competition, and precariousness experienced by workers now threatened to face interventions.

Keywords: Work organization. Work control. Performance management. Financialization.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEPS – UFSCar/Sorocaba) e pesquisadora do Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI – UFSCar/São Carlos). E-mail: patrisal@dep.ufscar.br

** Doutorando em Engenharia de Produção – USP/São Paulo. E-mail: tiagosigahi@usp.br

*** Mestrando em Engenharia de Produção – UFSCar/Sorocaba. E-mail: geraldo.tessarini@gmail.com

Introdução

A partir do final da década de 1990, a ascensão de uma lógica financeira e de seu corolário, o da criação de valor ao acionista, tem ganhado espaço junto à gestão das empresas nacionais (GRÜN, 2003; BARRETO, 2011; MUNDO NETO, 2011; SALTORATO *et al.*, 2014; MATSUDA; DONADONE, 2015) e internacionais (FLIGSTEIN, 1990; USEEM, 1993; FROUD *et al.*, 2000, 2005, 2006; POWELL, 2001; ANDERSSON *et al.*, 2008; EZZAMEL; WILLMOTT; WORTHINGTON, 2008; LEE; YIN, 2012; COOPER; EZZAMEL, 2013). O processo através do qual tal lógica financeira passa a influenciar as práticas de gestão tem sido referenciado na literatura por financeirização da produção (DIAS; ZILBOVICIUS, 2006; FANTTI, 2013); financeirização da gestão (SALTORATO; BENATTI, 2017) ou, de forma mais abrangente, financeirização (GRÜN, 1999; MORAES, 2017).

Essa dinâmica propiciou a ascensão de atores do espaço das finanças (investidores institucionais, analistas de mercado, gerentes de fundos de investimentos, economistas/financistas, etc.) que passaram a reproduzir no espaço industrial/comercial narrativas, discursos, práticas e métricas de desempenho egressos do espaço financeiro, legitimando um novo modo de ver e agir sobre as empresas.

Segundo Van der Zwan (2014), o processo de financeirização, ou o aumento da dominância de atores financeiros (e de sua lógica financeira), pode ser percebido segundo três focos de análise distintos. O primeiro deles destaca um novo regime de acumulação liderado pelas finanças, que prioriza a valorização do capital via mercado financeiro, em detrimento de sua valorização via investimentos na esfera produtiva como forma de obtenção de riqueza (ARRIGHI, 1994; BRAGA, 1997; BOYER, 2005; CHESNAIS, 2005; EPSTEIN, 2005; THOMPSON, 2013). Uma segunda abordagem analisa a financeirização do ponto de vista organizacional, considerando suas consequências para a organização do trabalho e da produção e as respectivas tomadas de decisão de investimentos/desinvestimentos associadas a elas (FLIGSTEIN, 1990; LAZONICK; O'SULLIVAN, 2000; FROUD *et al.*, 2006; DAVIS, 2009; MUELLERLEILE, 2009; WIDMER, 2011; SALTORATO; BENATTI, 2017; MORAES, 2017). Uma terceira abordagem dessa dinâmica foca na análise do indivíduo, considerando sua influência na vida cotidiana dos indivíduos, ou por meio da inclusão financeira da população, (MONTGOMERIE, 2006; ERTURK *et al.*, 2007, 2008; SALTORATO *et al.*, 2014), ou da proliferação das Ligas de Mercado Financeiro entre os alunos de Engenharia de Produção (SIGAHI; SALTORATO, 2017). Neste, o foco do processo de financeirização recairá sobre a segunda abordagem, ou seja, na análise organizacional, sendo seu objetivo explorar a organização (e o controle) do trabalho em uma empresa não financeira cuja gestão financeirizada se tornou agressivamente baseada em resultados voltados para a criação de valor ao acionista, após sua aquisição por uma instituição financeira.

Financeirização e organização do trabalho

A dinâmica da financeirização tem assumido variadas formas e sentidos através dos quais ela se processa no espaço organizacional, seja por meio da estrutura de propriedade adotada, da composição de seu conselho de administração ou do poder de influência dos investidores institucionais. Dentre os vários mecanismos que podem ser atribuídos ao contexto de uma organização do trabalho voltada para a financeirização, tem-se uma amálgama combinando medidas pragmáticas como: o emprego de engenharia financeira; estratégias de crescimento baseadas em fusões e aquisições; terceirização da produção; abolição de medidas *anti-takeover* (uma vez que o sobrepreço das ações no caso de uma tomada de controle valorizaria os ganhos dos investidores); o emprego de métricas financeiras para avaliar a contribuição de cada divisão ao resultado da empresa; assim como medidas de natureza simbólica, como a difusão da cultura de curto-prazismo, o privilégio da liquidez; a ressignificação do conceito de eficiência da empresa, agora amplamente associado ao valor de suas ações; a subordinação da lógica financeira à lógica das finanças, dentre outros (SALTORATO; BENATTI, 2018).

Muitos estudos nacionais e internacionais têm demonstrado que a ascensão de tal lógica de cunho financista vem se sobrepondo à lógica produtiva junto à gestão das empresas, a partir da década de 1980, nos países desenvolvidos, e a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, no Brasil (GRÜN, 1999; DIAS; ZILBOVICIUS, 2006; DIEGUEZ, 2009; MUNDO NETO, 2011; FANTTI, 2013; RACHID; RICCI; SALTORATO, 2017).

A crise de lucratividade das grandes empresas dos anos 1970 somada à adoção de políticas neoliberais a partir dos anos 1980, à desregulamentação financeira dos anos 1990 e às privatizações empreendidas nos países anglo-saxões, que desembarcaram no Brasil no fim do século XX, teriam, juntamente ao surgimento e difusão de novas tecnologias de informação, ampliado a mobilidade dos fluxos de capitais entre diferentes mercados nacionais, acentuando tal processo. A ascensão de tal lógica não significaria, tão somente, uma redução do volume de investimentos na indústria e o respectivo aumento desses no mercado financeiro, mas também uma dominação/subordinação da esfera produtiva à lógica financista, por meio da reprodução na esfera produtiva de narrativas, discursos, práticas e métricas de desempenho, egressos do espaço financeiro (DIAS; ZILBOVICIUS, 2006), equiparando as relações organizacionais internas às relações de mercado, transformando as estratégias organizacionais. Um exemplo da colonização financeira sofrida pela esfera produtiva pode ser percebido no emprego da métrica, Retorno sobre os Ativos (ROA), obtida a partir da razão entre lucro líquido/valor dos ativos, que passou a mensurar a *rentabilidade* (ou o desempenho financeiro) da esfera produtiva. Segundo Fligstein (2005), executivos orientados “financistamente” (para a criação de valor ao acionista) perceberam que a retirada dos ativos dos balanços poderia *melhorar* o desempenho financeiro das firmas e, para isso, encontraram vários meios de fazê-lo. Uma destas formas passou a incluir a terceirização de máquinas, escritórios ou fábricas, de maneira

que tais ativos deixassem de constar no balanço ainda que a decisão pela terceirização possa incorrer na geração de custos.

Nesse sentido, a ascensão de tal lógica teria impulsionado os processos de internacionalização e terceirização da produção, a “manufatura por contrato” ou, ainda, a “servitização da manufatura”, originando as “fábricas que não fabricam”, por um lado e, por outro, as “empresas sem marcas” (chinesas, taiwanesas, etc.) que, por exemplo, atuam na cadeia de eletroeletrônicos, fabricando para as grandes marcas americanas e europeias. A lógica financista antagonizaria, assim, com a produtiva ao pressupor a geração de custos (advindos da terceirização da gestão da produção, em todos os seus aspectos, como a gestão da qualidade, da cadeia de suprimentos, pós-venda, etc.) caso os mesmos possam representar a melhora de índices de desempenho financeiro da empresa. Fligstein (2005) ainda aponta outros meios através dos quais a *retirada* dos ativos do balanço pode acontecer por meio do emprego de *engenharia financeira*.

Figura icônica quando se trata do emprego de *engenharia financeira*, Andy Fastow, um dos magos/arquitetos da manipulação financeira empreendida pela Enron¹, empunhava, no *Financial Times Alhambra Summit*, em 2005, seu prêmio de melhor CFO de 2000 em uma das mãos e sua identificação carcerária na outra, alegando que as mesmas práticas que lhe renderam seu prêmio, lhe renderam depois sua condenação, destacando a ambiguidade contábil das novas regras do jogo da financeirização, impelindo a valorização de ações por meio de práticas contábeis questionáveis (SHEPPARD; HUME, 2015).

No contexto brasileiro são emblemáticos os casos de emprego de *engenharia financeira* da Sadia e da Aracruz por meio de operações com derivativos financeiros visando proteção cambial que, por certo tempo, resultaram também em ganhos de curto prazo, mas que no contexto da crise de 2008 se revelaram catastróficos (BARRETO, 2011; COSTA; SOUSA-SANTOS, 2012). Apesar de a Sadia viver de “vender frango, peru e fazer salsicha” (DIEGUEZ, 2009, p. 2) e de seu CFO (apontado como o responsável pela perda de R\$ 2,5 bilhões em 2008) não ser um operador do mercado financeiro, a empresa passou a atuar junto a este espaço por meio de sua controlada, a Concórdia Holding Financeira, formada por um banco, uma corretora e uma gestora de recursos (todos vendidos como exigência para a operação de salvamento empreendida pela concorrente Perdigão, que adquiriu a Sadia e criou a BRF após a crise). Semelhantes perdas (R\$ 2,1 bilhões) também levaram à aquisição da Aracruz pela Votorantim (com a ajuda do BNDES). Segundo Ismail *et al.* (2011), à época, outras 200 empresas não financeiras enfrentaram dificuldades devido a semelhantes incursões junto à esfera financeira tendo sido necessária a intervenção do BNDES em seus salvamentos.

O emprego de tais práticas denotaria, assim, o empenho de empresas não financeiras em alavancar seus ganhos por meio do mercado de capitais, priorizando junto aos atores externos (ligados às esferas financeiras, como analistas de mercado, investidores institucionais, imprensa

¹ Empresa protagonista de um dos maiores escândalos corporativos da história.

de negócios, gerentes de fundos de investimentos, etc.) narrativas e ações que demonstrem o comprometimento em *apresentar* um desempenho financeiro atrativo para os investidores, comungando com a lógica de criação de valor ao acionista. É essa concepção de empresa que Fligstein (2005) chamou de “concepção acionária”, a eficiência da empresa passa a ser medida em função do valor de suas ações; a mesma passa a ser percebida como um portfólio de ativos, que requer a gestão de sua performance por executivos capazes de garantir o retorno aos investidores, inclusive por meio da venda de ativos cuja *rentabilidade* esteja abaixo do retorno de investimentos alternativos; e suas relações internas são cada vez mais tratadas como relações de mercado.

Segundo Van der Zwan (2014), a gestão de tais *portfólios* das empresas sob este signo envolve, além de ações como as tomadas acima pela Sadia e a Aracruz, o pagamento de dividendos crescentes aos acionistas, recompras de ações e o aumento de investimentos em ativos/atividades financeiras, em detrimento de investimentos na esfera produtiva das empresas. Além dessas ações mais explicitamente relacionadas à ascensão da lógica financeira, outras, menos evidentes, têm impactado a organização do trabalho em empresas não financeiras que adotam uma gestão financeirizada (SALTORATO; BENATTI, 2017).

Thompson (2013) observa que, sob a influência da financeirização, houve uma mudança nos mecanismos de controle do trabalho para além dos normativos, sendo os novos desdobrados em função de metas financeiras, gestão de desempenho, disciplina de mercado, externalização do trabalho e insegurança social. À medida que o processo de financeirização, progressivamente, institucionalizou um novo paradigma para a gestão das grandes empresas de capital aberto, ele acabou por legitimar uma nova percepção acerca do que é empresa e, portanto, sobre como esta deve *ser gerida/controlada* (SALTORATO; BENATTI, 2018).

Uma vez centrada no aumento do retorno ao acionista, a linguagem financeira se mostrou como aquela capaz de traduzir a lógica financeira, intrínseca à gestão baseada na criação de valor ao acionista (GBV), em um denominador comum que possibilita a comparação/controlar entre as diversas divisões/unidades de negócio criadoras/destruidoras de valor (ao acionista) e, portanto, candidatas, respectivamente, a investimentos/desinvestimentos. Considerando ainda a transformação dos relacionamentos organizacionais internos em relações de mercado, acrescenta-se o corolário da remuneração variável como forma de incentivar/controlar o comportamento dos executivos (e demais funcionários), muitas vezes, atrelando tal parcela ao valor das ações da empresa ou ao pagamento de bônus. Diretamente associada à implementação de um sistema de remuneração variável está a gestão/controlar do trabalho, por meio do qual metas são definidas, resultados alcançados (ou não) são mensurados e ações corretivas, no caso do não alcance, são empreendidas.

O estudo de caso a seguir explora os mecanismos de controle de uma empresa não financeira, uma credenciadora de cartões de crédito que, até 2012, possuía suas ações negociadas na Bovespa, quando então foi adquirida por uma das maiores instituições financeiras nacionais.

A lógica da GBV desse conglomerado financeiro, reproduzida discursiva e institucionalmente por meio de inúmeros veículos, levou ao fechamento do capital da recém-adquirida credenciadora e à financeirização de sua gestão, agora, agressivamente voltada para resultados (financeiros).

A proposta metodológica para condução desta pesquisa aplicada, de cunho qualitativo, conjugou uma abordagem teórica, amparada na pesquisa bibliográfica e documental, à uma abordagem empírica que, por meio da aplicação de questionários, realização de entrevistas e da observação participante, em muito contribuiu para a consolidação deste estudo de caso. A pesquisa documental, realizada a partir do exame de procedimentos, relatórios financeiros e pesquisas de satisfação interna, buscou averiguar a criação de valor (ou não) pela credenciadora, por meio da aferição de um dos indicadores emblemáticos da GBV, o *Economic Value Added* (EVA), aferido antes e depois da aquisição pela instituição financeira. Já a abordagem empírica desta pesquisa combinou a aplicação de questionários junto a 92 Executivos de forma anônima, automatizada e à distância; a condução de 18 entrevistas junto a Executivos (9), Analistas (4) e Coordenadores (5) realizadas presencialmente entre julho e outubro de 2016, na sede da empresa em São Paulo, e; a observante participante de um trabalhador do conglomerado financeiro entre 2011 e 2016; buscando entender como os mecanismos de controle do trabalho implícitos à GBV têm redefinindo a organização do trabalho (OT) na credenciadora.

A organização do trabalho na Credence

A empresa objeto de estudo de caso, aqui nomeada Credence, é uma credenciadora do segmento de pagamento eletrônico responsável pelo credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito/débito no varejo. Considerando as empresas que atuam junto ao seguimento credenciador da cadeia de pagamentos eletrônicos, tem-se que Cielo, Rede, Getnet, Moderninha, Stone, etc. estão entre os principais *players* em meio à dinâmica da financeirização do varejo nacional (SALTORATO *et al.*, 2014). As fontes de faturamento da Credence envolvem, principalmente:

- A cobrança de aluguel mensal dos varejistas pelo uso dos terminais POS (*Point of Sale*), “as maquininhas” que processam os cartões de crédito/débito;
- As taxas cobradas dos varejistas sobre as vendas realizadas (via POS) em função (inversamente proporcional) ao faturamento de cada um deles; ou seja, quanto maior o valor que o varejista se compromete a transacionar via o POS da Credence, menor a taxa estabelecida para o varejista quando do contrato de credenciamento. É comum um mesmo varejista operar com vários POSs simultaneamente, o que implica que ele tenha que continuamente monitorar o volume a ser transacionado em cada POS em função de cada contrato previamente fechado;
- A venda de produtos financeiros; após sua aquisição por uma grande instituição financeira nacional, a Credence passou a disponibilizar aos varejistas a possibilidade de antecipar rece-

bíveis; ou seja, ao vender a prazo, o varejista pode receber antecipadamente o valor integral da venda, mediante a cobrança de uma taxa proporcional ao valor antecipado. Nesse caso, a instituição financeira ainda assume o risco da inadimplência do consumidor. É importante destacar que antes dessa aquisição, a Credence era essencialmente uma empresa não financeira.

Em 2012, a Credence foi adquirida por uma grande instituição financeira nacional como parte da estratégia de integração vertical da instituição na cadeia de pagamentos eletrônicos no varejo. A partir dessa aquisição, a gestão da Credence passou por uma reformulação, visando incorporar a GBV reproduzida a partir da instituição financeira adquirente. Muitos foram os reflexos dessa incorporação sobre a credenciadora, desde os mais pragmáticos, em meio à adoção de um conjunto de práticas de estratégia/gestão, até os mais simbólicos, fomentando a legitimação de valores organizacionais voltados para a lógica da criação de valor acionista, passando pelos novos mecanismos de organização e controle do trabalho, foco deste trabalho, e capaz de ilustrar tais reflexos.

O *Executivo* da Credence: a ressignificação/reinvenção do vendedor

Um ator a ser destacado em meio à organização do trabalho na Credence é o *Executivo*, profissional responsável por credenciar (firmar contratos com) varejistas, tornando-os aptos a comercializarem cartões de débito/crédito nas POSs da Credence. Cada *Executivo* possui metas mensais de credenciamento de varejistas e venda de produtos financeiros. Considerando que os varejistas dispõem de várias opções de POSs (Getnet, Cielo, Rede, Moderninha) para realizar suas vendas, os *Executivos* têm, dentre outras, a tarefa de fazer com que os varejistas deem preferência ao POS da Credence em suas vendas, visando ao cumprimento de seus contratos em relação ao volume de vendas transacionado. As falas desses profissionais revelam percepções distorcidas sobre suas condições de trabalho:

Então, se [vc] for ver bem, o que acontece? Eles falam que a gente agora virou *Executivo* e tal e coisa, mas na verdade a gente continua fazendo o que sempre fez; vender, e correr atrás dos caras [os lojistas] prá eles usarem nossa maquininha...o dia todo na rua...É vender, vender, vender, prá depois não passar cartão na frente dos outros. (*Executivo* n° 14, São Paulo, Agosto/2016).

Agora, a gente virou *Executivo*, que é como se fosse um tipo de *Consultor*. A gente dá assistência para os lojistas, explica que tem que usar nossa maquininha prá ele conseguir mais desconto nas taxas, a gente orienta e acaba fazendo amizade com eles. Eles reclamam prá gente das taxas, a gente escuta, auxilia como pagar menos. Às vezes é meio tenso, muito estresse quando precisamos bater as metas e sabemos que o lojista não tem condição de comprar mais nada da gente. (*Executivo* n° 19, São Paulo, Setembro/2016).

Atualmente, a Credence possui 234 Executivos atuando em São Paulo. A seguir iremos discutir, ponto a ponto, as principais características ligadas à organização do trabalho (OT) desses profissionais.

Autonomia e flexibilidade

A autonomia e a flexibilidade, centrais à OT na Credence, são pré-requisitos para que o cumprimento das metas possa ser alcançado, não sem intensificação da jornada e sobrecarga de trabalho. Ou seja, os Executivos não são obrigados a comparecer diariamente à estrutura física da Credence, sendo responsáveis por gerir seus horários e suas carteiras de varejistas. Eles são organizados em equipes por região e cada equipe possui um Coordenador responsável por monitorar semanalmente os resultados dos Executivos sob sua responsabilidade, intermediando, quando necessário, a relação entre os mesmos e outra equipe, a do Planejamento Comercial (PC), responsável por definir a carteira (de varejistas) e as metas de cada Executivo.

Um dos mecanismos de controle do trabalho dos Executivos envolve uma plataforma de gestão de visitas. Após cada visita, o Executivo preenche um formulário *online*, informando os dados relativos ao varejista visitado e os assuntos abordados durante a visita. É de responsabilidade do Coordenador o controle da plataforma pelos Executivos sob seu comando, inclusive checando aleatoriamente a veracidade dos dados inseridos. Segundo um desses Coordenadores:

O controle pode ser feito de forma aleatória prá pegarmos possíveis mentiras; Executivos que dizem que vão em determinado cliente e não vão; Executivos que dizem que ficaram uma hora no estabelecimento e só passaram por lá...Já teve até caso de Executivo forjando credenciamento, só para bater as metas. Às vezes elas são irrealistas mesmo, aí a gente confere, corrige, vai acertando...(Coordenador n.º 5, São Paulo, Setembro/2016).

Remuneração variável

A remuneração dos Executivos é outro mecanismo de controle sobre seu trabalho, na medida em que ela é composta majoritariamente por uma parcela variável associada ao alcance das metas definidas pelo Planejamento Comercial (PC). A definição destas metas baseia-se em indicadores de desempenho (de cada Executivo) tornados públicos pela divulgação dos *rankings* semanais envolvendo estes profissionais. A divulgação de tais *rankings* também opera como um mecanismo de controle sobre os Executivos que, nesses momentos, têm exposto seus desempenhos perante todos, relatando imensa fonte de pressão e constrangimentos. Essas situações de violência simbólica levam os Executivos a competir entre si, não só por posições no *ranking* que os livre de tamanho desconforto, como também em função da bonificação monetária destinada aos mais bem posicionados.

Após a aquisição da Credence pela instituição financeira, a parcela fixa da remuneração decresceu, em prol, advoga o novo proprietário, da possibilidade dos Executivos de *aumentar (e muito)* seus rendimentos por meio da remuneração variável, sempre que as metas são ultrapassadas. A aferição da remuneração variável por bonificação considera o alcance de metas por duas vias: individual e por *equipe*. A equipe fará jus à bonificação (por equipe) se 100% dos Executivos (da equipe) alcançarem suas metas individuais. Ou seja, caso um Executivo não alcance sua meta individual, além de ele não receber sua parcela da remuneração variável individual, a equipe na qual ele está alocado também não fará jus a uma parcela de remuneração variável dita por *equipe*. Dessa forma, apesar de organizados em *equipe*, tal arranjo promove somente a competição e a individualização do trabalho dos Executivos (dentro das *equipes*), e não a realização de trabalho (*com espírito*) de *equipe*. Além disso, os resultados das *equipes* também são publicamente ranqueados, o que implica que a melhor *equipe* ainda faz jus à outra parcela de remuneração variável, exacerbando ainda mais a pressão sobre os Executivos. Segundo um Executivo:

As metas impostas prá gente, às vezes, a gente nem consegue alcançar, quanto mais, ultrapassar...Então, são poucos os que conseguem os bônus. E além disso, ainda tem o problema que não adianta nada se você consegue bater sua meta, mas o grupo não bate a meta dele...aí ninguém ganha...E também se o grupo alcança a meta mas um cara da equipe, não alcança, o grupo também perde e ainda fica todo mundo olhando feio prá quem não bateu a meta...É muito injusto, eu acho... (Executivo nº 23, São Paulo, Outubro/2016).

Para controlar e avaliar o desempenho dos Executivos da Credence, a OT proposta pela instituição financeira criou uma unidade organizacional destinada exclusivamente a criar/gerir indicadores que pudessem explicitar o impacto do desempenho de cada um (desde o nível operacional até o gerencial) no EVA da empresa, o Departamento de Telecontrole-Intervenção.

Telecontrole-Intervenção

Após a aquisição da credenciadora, o departamento de Telecontrole à época – já vigente na instituição financeira e responsável pela elaboração e acompanhamento de indicadores que focassem no desempenho e performance de todas as empresas do conglomerado – expandiu sua atuação, passando a propor melhorias e acompanhamento destas. Baseado nesse novo escopo, nasceu, dentro da Credence, uma ramificação do Telecontrole, o Telecontrole-Intervenção. Apesar de o termo “Telecontrole” ter sido modificado visando a manter incógnitas tanto a empresa quanto a instituição financeira pesquisada, ele reflete exatamente o termo original, tanto em termos de seu objetivo, o controle do trabalho à distância através do emprego de indicadores quantitativos e qualitativos de desempenho, quanto em termos de certa coincidência fonológica com o termo original. Já o termo “Intervenção” foi mantido tal qual o original visando a ilustrar

o empenho da instituição financeira no *ajuste* do comportamento dos Executivos, inclusive por meio da linguagem.

O Telecontrole-Intervenção criado na Credence busca monitorar os indicadores das operações por ele fiscalizadas, identificando padrões, buscando medidas necessárias para reverter maus resultados e acompanhando sua implementação. Em função do alto volume de indicadores monitorados diariamente, o Telecontrole-Intervenção é acionado apenas no caso de reincidência, ou seja, quando um indicador atinge seu ponto crítico mais de uma vez², e a área responsável não consegue identificar a raiz do problema. Quando o indicador analisado representa um risco de perda significativa para a empresa que não pode ser acionado novamente, o Telecontrole-Intervenção também é acionado. Alguns desses indicadores de risco são relacionados à venda de produtos e serviços, pois eles interferem diretamente no faturamento da instituição financeira e em seu EVA. Sendo assim, no caso dos Executivos, basta que os indicadores de seus desempenhos sejam acionados para que eles entrem em Intervenção. Um dos Executivos que já entrara em Intervenção comentou:

Foi muito ruim....ir para a Intervenção. Atrapalhou até minha vida em casa...Fiquei deprimido, me sentia um vagabundo, apesar de batalhar atrás de lojista o mês inteiro. Tá ruim prá todo mundo...O PC não vê isso, tem que ver...como quer que a gente venda nessa crise toda? E por causa disso, eu acabei indo pra intervenção, me sentia um lixo, fiquei com muita vergonha...Esse nome também não ajuda né...falei isso pro meu Coordenador. Ele concordou, mas não consegue mudar (Executivo nº 26, São Paulo, Outubro/ 2016).

Para monitorar estes indicadores, foi desenvolvido de forma integrada ao Telecontrole-Intervenção um modelo de gestão de desempenho, o *Modelo Disciplina de Vendas* (MDV), a materialização da GBV na Credence.

Modelo disciplina de vendas ou a GBV em movimento

O Modelo Disciplina de Vendas corresponde a um módulo de gestão de desempenho integrado ao Telecontrole-Intervenção que tem como missão, por um lado, identificar e acompanhar segmentos de venda da instituição financeira que não estejam atingindo os resultados de venda projetados e, por outro, operacionalizar a GBV da Instituição financeira junto à Credence. Cada segmento varejista possui um Modelo Disciplina customizado, entretanto, todos seguem um padrão básico antes de incorporar as singularidades de cada segmento, que inclui: a identificação dos indicadores críticos do negócio, a definição do gatilho, a definição do grupo de controle e a intervenção.

² Os períodos de atualização destes indicadores podem ser realizados diária ou semanalmente, de acordo com a criticidade e a relevância do indicador.

Identificação dos indicadores críticos

Nesta etapa, são identificados os indicadores de desempenho que, ao atingir um nível crítico, interferem diretamente no faturamento do segmento. Geralmente estes indicadores estão relacionados à venda de produtos responsáveis por uma parcela significativa do faturamento total do segmento. No caso da Credence, estes indicadores estão relacionados ao volume de credenciamento de varejistas e à venda de produtos como antecipação de recebíveis, sendo eles:

- *Visitas*: Este indicador revela a média de visitas realizadas pelo Executivo aos varejistas de sua carteira;
- *Prospecção*: Este indicador mede o valor transacionado pelos POSs dos novos contratos fechados mensalmente;
- *Fidelização*: Seis meses após fechar um contrato, o Executivo pode renegociar a taxa paga pelo varejista caso ele se comprometa a aumentar o faturamento via aquele POS. Este indicador mede o percentual de aumento de faturamento que o Executivo conseguiu negociar;
- *Produtos financeiros*: Este indicador mede a quantidade de produtos financeiros vendidos pelo Executivo aos varejistas.

Definição do gatilho

Após a identificação dos indicadores críticos da operação é definido um *gatilho*, que caracteriza a métrica de risco do indicador ou o limite, a partir do qual, atingiu-se um nível crítico capaz de acarretar queda de faturamento. Esta definição pode variar considerando a época do ano, decisões do planejamento e mudanças de mercado.

A definição do gatilho dos indicadores da Credence assume como métrica *crítica* a média de todos os Executivos. Assim, no caso do indicador *Visitas*, se a média de visitas de todos os Executivos são três visitas por dia, todos os que estiverem abaixo disso são candidatos a entrarem em Intervenção (última etapa do Modelo Disciplina).

Definição do grupo de controle

Depois da definição do gatilho para cada indicador, realiza-se um estudo considerando o histórico de três meses anteriores para identificar os Executivos que estão abaixo da média em pelo menos um dos indicadores. Dentre as variáveis que podem afetar tal resultado, estão: mudanças do mercado, fatores econômicos e/ou fraco desempenho.

Identificados os Executivos com pior desempenho, verifica-se junto aos coordenadores destes os fatores que podem estar interferindo nos resultados ruins. Esta análise inclui um estudo

da carteira de cada Executivo visando a entender se as oportunidades de venda estão sendo aproveitadas e se existe um potencial real de incremento de resultado. Depois deste estudo, a meta do Executivo pode ser reavaliada ou o mesmo pode ser encaminhado para a *Intervenção*.

Intervenção

Nesta etapa, a primeira atividade é retomar o estudo da carteira do executivo cruzando informações fornecidas pela instituição financeira, visando a rastrear os varejistas que ainda não firmaram contratos, ex-clientes e clientes atuais com potencial de faturamento via POS maior que o realizado. Em seguida, é realizado um *benchmarking*, isto é, a identificação das técnicas de vendas dos Executivos mais bem ranqueados em cada um dos indicadores críticos, buscando técnicas de negociação e persuasão do varejista para fechar contratos. Após estudar a carteira e tais técnicas, tem início um processo de *coaching* colocando em ação um plano com os *Executivos em Intervenção*.

A primeira reunião da *Intervenção* reúne todos os Executivos nessa situação e seus respectivos coordenadores cuja pauta é explicar a metodologia do Modelo Disciplina, o escopo do Telecontrole-Intervenção e quais indicadores levaram cada Executivo a entrar em *Intervenção*. Segundo um dos Coordenadores:

É muito desconfortável...Dá dó às vezes...É constrangedor prá gente também...Os Executivos se sentem derrotados e a gente, apesar de estar lá para ajudar, muitas vezes, não consegue e a situação só piora...(Coordenador nº 20, São Paulo, Setembro/2016).

Após esta reunião, inicia-se um processo de acompanhamento acirrado dos Analistas do Telecontrole-Intervenção sobre os Executivos, por meio de ligações semanais (não rejeitáveis) orientando-os a como melhorar suas carteiras. Nos contatos que se seguem, os Executivos expõem como têm sido suas visitas e as dificuldades para que o Analista possa ajudá-lo a partir das técnicas dos melhores (Executivos). E, caso as orientações não sejam seguidas, o Coordenador (da equipe do Executivo) também passa a ligar endossando as orientações. Esse processo disciplinar da *Intervenção* perdura até que o *gatilho* (da métrica) seja ultrapassado, geralmente de dois a três meses. Aqueles que atingem o gatilho, no entanto, continuam sendo monitorados, e os demais seguem controlados até que saiam da *Intervenção* ou que sejam desligados, período que varia de acordo com o grupo.

Assim, em meio a uma complexa trama de relações de poder, a sujeição, a obediência e o constrangimento disciplinadores assumem contornos e sentidos foucaultianos, esgarçando o tecido social, minando sua força política e operacionalizando o sofisticado projeto de reinvenção dos vendedores enquanto Executivos, empresários ou empreendedores de si mesmos, buscando maximizar seu *capital humano*, batendo a próxima meta.

GBV na Credence: financeirização e empresários deles mesmos

Descritos os mecanismos de controle do trabalho intrínsecos à reprodução da lógica da GBV, comungada pela instituição financeira e suas controladas, realizou-se um levantamento acerca dos indicadores financeiros da empresa entre 2012 (ano de sua aquisição) e 2014, visando a identificar (ou não) a criação de valor ao acionista, mote da GBV, considerando uma das mais importantes métricas que avaliam essa criação de valor, o Economic Value Added (EVA).

Financeirização em números: a criação de valor ao acionista

Dentre os indicadores (financeiros ou não) que interferem no faturamento e, conseqüentemente sobre o EVA na Credence tem-se: (i) *A evolução do credenciamento*; que no período analisado cresceu 639%; (ii) *As antecipações de recebíveis*; que entre 2012 e 2014 aumentou 74%; (iii) *A receita*; que, em função do crescimento dos outros indicadores, aumentou 34% entre 2012 e 2014³. Tomando esses indicadores direcionadores de valor a Tabela 1 ilustra os EVAs calculados a partir dos demonstrativos financeiros publicados pela Credence entre 2011 e 2015:

Tabela 1 – Dados utilizados para o cálculo do EVA (milhares de reais)

Indicador	2011	2012	2013	2014
Lucro Operacional Antes do Imposto	2.079.397	2.438.908	2.877.508	3.998.629
Patrimônio Líquido	674.975	906.322	979.245	1.350.401
Lucro Operacional Líquido Após os Impostos	1.404.422	1.618.586	1.898.263	2.648.228
Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)	5,09%	7,81%	5,52%	3,67%
Patrimônio Líquido	1.581.315	14.492.339	14.776.097	15.386.962
EVA	1.323.933,07	400.734,32	1.082.622,45	2.083.526,50

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados internos da empresa.

Observando a Tabela 1, percebe-se que, em 2012, logo após a aquisição da Credence, seu EVA sofreu uma queda de 70% em relação a 2011, apesar do crescimento do lucro. Tal queda pode ser explicada pelo volume de capital investido na empresa (que para o cálculo do EVA,

³ Apesar do aumento de 13% dos custos operacionais em 2013, o crescimento da receita, proporcionalmente maior, resultou no aumento do lucro de 30% (em 2013) e de 50% no acumulado a partir de 2012.

no âmbito da GBV, representa um custo), levando seu patrimônio líquido a saltar de R\$ 674 milhões para R\$ 906 milhões. Logo após sua aquisição, a empresa teve seu capital fechado pela instituição financeira que a adquiriu, o que não impediu que uma GBV fosse ali implementada, resultando, em 2014, em um aumento de 57% do EVA comparado com 2011.

Os documentos internos da empresa, relativos ao segmento varejista assistido pelos Executivos, também indicam resultados positivos, tendo a contribuição do varejo passado de 74% para 81% do faturamento total da empresa e saltado de 296 milhões para 1,6 bilhões no EVA do segmento.

A lógica financeira (ou a lógica da criação de valor ao acionista) busca substituir o objetivo de maximização do lucro pelo de maximização do retorno ao acionista, uma vez que a criação de valor transcende o objetivo tradicional da busca do lucro (ASSAF NETO, 2012).

Nesse contexto, o emprego das métricas criadas pelas consultorias (como os EVAs, MVAs, CFROI, etc.) possibilita identificar a contribuição de cada divisão para os resultados finais da empresa e, esta possibilidade de comparação/controle entre unidades organizacionais e/ou indivíduos, por sua vez, acaba por aproximar os relacionamentos organizacionais internos a relações de mercado, levando as divisões internas (e os funcionários) a competirem entre si. Em função disso, a intensificação do monitoramento do desempenho e do controle do trabalho sobre os funcionários da Credence tem recebido severas críticas dos envolvidos.

Financeirização em narrativas: a criação (e intervenção) do *Executivo dele mesmo*

De mãos dadas (atadas, na verdade) à legitimação dos resultados financeiros (números) decorrentes da lógica de criação de valor ao acionista, a instituição financeira adquirente promoveu a construção de uma narrativa envolvendo o batismo de seus vendedores enquanto Executivos, profissionais agrupados em equipes com destacada autonomia, flexibilidade e remuneração variável, emblemáticos na institucionalização da GBV na Credence.

Ao promover tal narrativa, a empresa, por um lado, induziu esses profissionais a incorporarem atributos comportamentais idealizados acerca dos chamados *homens de negócios*, como: ousadia, intrepidez, arrojo, destemor a riscos, espírito empreendedor, ambição, etc. Por outro lado, estes profissionais, dos quais não se exige o ensino superior completo, se veem massacrados por condições precárias de trabalho que incluem, dentre outros, a ausência de vinculação trabalhista via CLT e a contratação dos vendedores como Pessoas Jurídicas, denominada de pejotização. Assim, este ator, diante da ambiguidade de acumular sobre um mesmo corpo (exausto), um patrão e um empregado, forja um *empresário de si mesmo*, que amalgamando concepções otimistas sobre sua *carreira* passa a se autogerir e controlar como se *capital humano* detivesse, ajustando sua postura (inclusive, linguagem e indumentária) segundo sua percepção acerca de como vir a ser um ativo atrativo para o mercado. Porém, tais expectativas, no curso das medições (e exposições) de desempenho diárias, rapidamente

desbotam-se em meio a constrangimentos e violências simbólicas cuja culpabilidade, no caso de fracassos, é absorvida pelos mesmos.

Ao fim de cada ciclo do Modelo Disciplina, os Executivos respondem a uma pesquisa de satisfação sobre a metodologia deste processo de controle do trabalho. Em 2015, os resultados da pesquisa com 92 Executivos (39% do total de executivos da Credence) revelaram:

Tabela 2 – Pesquisa de satisfação interna

Questão	Sim	Não
Você acredita que o Modelo Disciplina é relevante e atende às necessidades da equipe comercial da Credence?	62%	38%
As orientações dadas pelos analistas durante os contatos foram relevantes?	53%	47%
A escolha dos clientes apontados na sua carteira após análise do Telecontrole como clientes com potencial de venda foram corretos?	73%	27%
Quanto aos indicadores de desempenho, você acredita que o acompanhamento diário apoia de maneira relevante a sua estratégia de atuação e penetração na carteira de clientes?	33%	67%
A publicação semanal dos indicadores e remuneração variada baseada neles incentivam o atingimento de suas metas?	33%	67%

Fonte: Dados internos da empresa.

A pesquisa ainda disponibilizou espaço para exposição anonimamente de sugestões e críticas:

Devido ao alto volume de clientes da minha carteira, é difícil gerenciar todos os indicadores ao mesmo tempo e ainda ser assertivo na escolha dos clientes que irei visitar. Neste aspecto a ajuda da Intervenção é bem-vinda, pois é um braço a mais para me ajudar a administrar as visitas e a escolher qual produto devo oferecer para cada cliente e assim atingir minha meta em todos os indicadores (Executivo n° 19).

As orientações passadas pela Intervenção são válidas, porém eu sugiro tanto o Planejamento Comercial como o Telecontrole a acompanhar a nossa rotina por um dia, e sentir pessoalmente as dificuldades que nós, executivos, enfrentamos para atender às metas, dado um cenário de crise econômica e que afeta diretamente no faturamento de nossos clientes. Acredito que esta experiência poderá tornar mais rica as orientações dadas (Executivo n° 25).

A exposição dos nossos resultados diariamente e a cobrança do meu coordenador já é pressão suficiente. Muitas vezes preciso deixar de visitar um cliente para atender uma ligação do Telecontrole (Executivo n° 32).

Já os Analistas do Telecontrole-Intervenção da instituição financeira que conduzem o Modelo Disciplina, orientando/telefonando/controlando os *Executivos sob Intervenção*, foram unânimes quando questionados sobre a eficácia do processo e também ao apontar o maior desafio: convencer o Executivo de que a *Intervenção* é um apoio e não apenas mais um mecanismo de controle. Segundo eles, o trabalho se torna mais difícil quando o Coordenador também não acredita na metodologia do Modelo Disciplina e não incentiva seu Executivo a seguir as orientações do Telecontrole-Intervenção:

Então, difícil, viu [conduzir o Modelo Disciplina] a gente fica entre a cruz e a espada... porque a gente acredita e já viu que dá resultado, né, mas eles [Executivos e Coordenadores] acham que a gente só tá aqui prá pressionar, então, os cara já vêm com uma resistência muito grande ao processo, que acaba atrapalhando...(Entrevista n° 8, Analista, Outubro/2016).

De maneira semelhante aos Executivos, os Coordenadores percebem o Telecontrole-Intervenção como alguém dizendo que ele não está fazendo seu trabalho corretamente e que precisa de ajuda externa. Apesar de alguns coordenadores já terem mudado sua opinião ao verem Executivos de sua equipe entrando em *Intervenção* e depois conseguirem melhorar, no geral, existe bastante resistência por parte destes em relação ao processo. Nas palavras deles:

A Intervenção...bom, já começa pelo nome né, e a gente já falou né...que é muito pejorativo...Ninguém aqui é drogado prá estar em intervenção. Eu considero uma humilhação para o Executivo que tá tentando vender nessa crise danada, e para a gente, que coordena as equipes [de Executivos]. A gente sabe o que está fazendo...se não os resultados não estariam do jeito que vc viu...[se referindo aos resultados financeiros] (Entrevista n° 2, Coordenador, Outubro/2016).

Tem muito moleque novo [que atuam fixando as metas do Modelo Disciplina], recém-formado que só sabe mexer em planilha querendo ensinar a gente a vender...Eu acho um desaforo...É fácil ficar em frente à tela, quero ver é gastar sola de sapato debaixo de sol e chuva...O trabalho dos Executivos é muito ingrato e o nosso não é reconhecido (Entrevista n°4, Coordenador, Outubro/2016).

Os Analistas ressaltam ainda que, assim como os Executivos, eles também têm seu desempenho medido e, quando um executivo em *Intervenção* não evolui, o analista também é penalizado em sua remuneração e avaliação de desempenho. Segundo um desses Analistas:

A gente não está aqui prá humilhar nem fazer ninguém passar vergonha, mas, às vezes, é essa a sensação que dá....A gente não é carrasco de ninguém, mas eles veem a gente assim e eu acabo me sentindo mal também....Se não tivesse essa resistência, eles [Executivos e Coordenadores] iam ver que a gente tá aqui prá ajudar...E dá certo...Montamos um plano de ação com base nos melhores vendedores...Executivos...e se eles seguirem isso, conseguem sair da Intervenção, já conseguimos recolocar as pessoas...Cê acha que a gente vai fazer um trabalho mal feito...aí a gente não recebe também [a bonificação] (Entrevista n° 4, Analista, Outubro/2016).

Eles também criticam a etapa de definição do grupo de controle pelo Modelo Disciplina, pois muitas vezes a análise da carteira do Executivo conclui que esta está esgotada e que a meta dele precisa ser revista, porém o PC da Credence discorda da análise, insistindo em colocar o Executivo sob Intervenção:

O que tá faltando, na minha opinião, é eles, [Coordenadores e Executivos] entenderem que a gente [Analistas-Coordenadores-Executivos] é um time...A gente tem mais é que se unir, porque a molecada do Modelo Disciplina não perdoa, não tem a experiência que a gente adquiriu. Então fica complicado se a gente aqui embaixo não se une... pior prá gente mesmo. A gente aqui faz a análise considerando um monte de fatores... aí vem os caras [do Modelo Disciplina] e joga o cara em Intervenção. Tá errado isso. (Entrevista, Analista nº3, São Paulo, Novembro/2016).

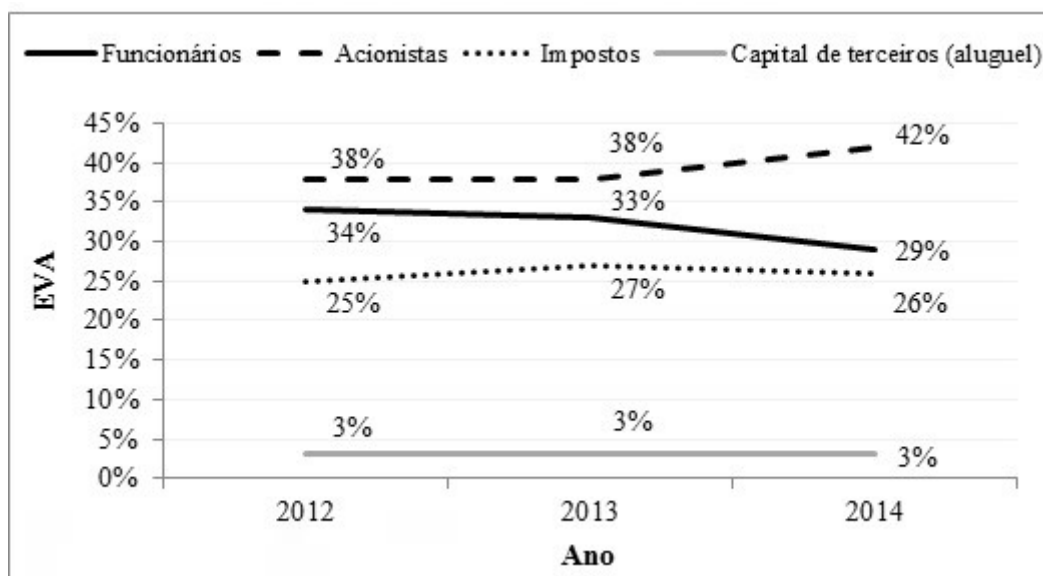
Ao final do ciclo do processo de Intervenção, caso o Executivo não consiga evoluir, todos podem vir a ser penalizados de diferentes formas, sendo a diminuição da remuneração variável a mais comum, conforme a observação participante de um dos pesquisadores. Considerando ainda essa percepção, apesar dos resultados financeiros positivos alcançados pela empresa, as mudanças, para além de *agressivas* (na OT), se revelaram, violentas, simbolicamente falando e, por isso, são questionadas por muitos, execradas por outros, mas permanecem sendo institucionalizadas pela instituição financeira adquirente.

Dentre os constrangimentos implícitos a tais mudanças, quase que de maneira unânime, os Executivos se referiram à exposição frequente de seus indicadores de desempenho como uma fonte constante de constrangimento, frustração e pressão exercida a partir de todos sobre todos, sejam seus chefes ou seus pares. Este aspecto (dentre outros) da nova abordagem para a OT na credenciadora visava(m) a fomentar a competição entre os Executivos, porém acabaram promovendo uma crescente individualização no ambiente de trabalho, vista pela maioria como desestimulante. Houve, no entanto, quem argumentasse que a nova OT incentivava a busca por resultados:

Eu acho que essa nova fase, esse novo ambiente da empresa é muito bom prá todos porque a gente tem mais flexibilidade...de horário, por exemplo...Prá mim, isso é importante....Mas além disso, agora que somos/viramos Executivos eu também acho que dá prá ganhar mais. Só dependo de mim mesmo prá ter resultados. Eu corro atrás, tô sempre martelando na cabeça do varejista que ele precisa dos nossos produtos, e dá certo...quem faz isso gente ganha mais... (Entrevista nº12, Executivo, Outubro/2016).

Outro aspecto percebido como fonte de constrangimento é a distribuição inversamente proporcional do EVA entre os Executivos e acionistas. Enquanto ao longo dos últimos anos, a distribuição entre os acionistas vem aumentando, entre os Executivos, ela vem diminuindo (Figura 1):

Figura 1 – Distribuição do EVA



Fonte: Dados internos da empresa.

Diante dos resultados financeiros da empresa, alguns profissionais se sentem orgulhosos do papel que acreditam ter desempenhado para seu alcance, apesar de culparem outros pela falta de iniciativa e ambição:

As metas são altas, concordo...então, também tem que torcer prá não cair nenhum [Executivo] muito fraco na sua equipe, senão...dá raiva, a gente se mata e o cara, nada... aí dá ruim né...

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo explorar os mecanismos de controle e de medição de desempenho no âmbito da organização do trabalho de uma credenciadora de cartões de crédito considerando a GBV adotada, após sua aquisição por uma das maiores instituições financeiras nacionais. A GBV, enquanto corolária de um processo mais amplo, a financeirização, encerra um novo modo de conceber e agir sobre empresas que estejam sob a pressão de gerar crescentes retornos aos acionistas. Essas passam a ser percebidas como portfólios de ativos cuja gestão requer o emprego de mecanismos atinentes à lógica da geração de valor, ou seja, que busca, dentre os investimentos disponíveis no mercado, aqueles cuja rentabilidade suplanta o tão somente *tradicional* lucro.

No entanto, Saltorato e Benatti (2017) destacam que a assimetria de informações entre investidores externos e executivos leva relevantes autores (BOYER, 2005; LAZONICK, 2009; MONTALBAN; SAKINÇ, 2011) a questionarem a capacidade *efetiva* dos investidores de fazer

com que os executivos priorizem seus interesses acima dos de outros atores. Porém, ainda segundo os autores, o fato é que as firmas sob este tipo de pressão, tipicamente as empresas de capital aberto (mas não exclusivamente, como mostrou o estudo de caso) se encontram em algum lugar do *continuum* da atuação desses investidores e, assim, sua presença não pode ser ignorada. E, de fato, os mecanismos associados à gestão agressiva da GBV mostram que tal pressão não está sendo ignorada.

No âmbito simbólico, este estudo de caso explorou a resignificação do profissional de vendas enquanto um novo *Executivo*, sujeito a novas fontes de constrangimento e violência simbólica, na medida em que as relações organizacionais internas passam a ser cada vez mais expressas enquanto relações de mercado – considerando as medições, exposições e rankeamentos dos desempenhos individuais desses vendedores e o processo disciplinador das posturas – subjetividades e comportamentos na incorporação de valores, crenças, mitos e ritos, são alinhados com a lógica de mercado, mais especificamente, do mercado financeiro. A lógica financeira imposta à credenciadora adquirida levou a uma reestruturação organizacional, originando o Departamento Telecontrole-Intervenção para telemedir e intervir sobre o desempenho dos Executivos.

Considerando os desempenhos financeiros da empresa (anterior e posteriormente à sua aquisição pela instituição financeira) e os desempenhos individuais dos Executivos, percebe-se que, enquanto a reprodução das práticas/cultura da GBV na empresa contribuiu positivamente para os resultados [financeiros] alcançados, a influência daquelas mesmas [práticas/cultura] sobre a organização do trabalho não foi tão bem percebida. Alguns Executivos apontaram diversas fontes de constrangimento, como: a forte pressão por resultados exercida pelo Planejamento Comercial (PC) e o Telecontrole-Intervenção; a exposição de seus desempenhos individuais junto aos seus pares, sujeitando-os ao escrutínio dos mesmos; a possibilidade de “entrar em intervenção”, inclusive, devido a metas mal definidas, inalcançáveis ou não-revistas; a diminuição da parcela fixa de suas remunerações em função da promessa de uma parcela variável crescente (às vezes, dependente do alcance de metas irrealizáveis); o controle social exercido pelos pares da mesma equipe ao se sentirem prejudicados quando do não alcance da meta individual por *um* Executivo da equipe, resultando em perdas para a meta coletiva por equipe; a falta de incentivos à cooperação entre os Executivos, todos abarrotados com suas metas individuais, sem tempo para cooperar com os demais; a não aferição da meta da equipe de maneira agregada, ou seja, equilibrando os resultados daqueles que alcançaram suas metas com os demais, visando ao alcance da remuneração extra para todos; a ameaça (e a realidade) constante da perda do emprego; fomentando um ambiente de crescente individualização e competição entre os pares.

Além dos Executivos, outros profissionais, nessa nova OT, como os Analistas do Telecontrole-Intervenção, também demonstraram frustração ao terem suas avaliações sobre as metas ignoradas (não revistas) pelo PC, bem como ao verem o descrédito dos Coordenadores

pelo seu trabalho e a ineficácia da Intervenção sobre alguns Executivos resultar em perdas em suas próprias remunerações. Apesar disso, visivelmente constrangidos no âmbito das entrevistas realizadas no ambiente de trabalho, eles manifestaram que as práticas da GBV são positivas e não um mero mecanismo de controle.

Os Coordenadores, por sua vez, demonstraram falta de confiança na metodologia, contrariedade ao submeter seus subordinados à Intervenção e pouca inclinação para acompanhar o processo.

Na empresa pesquisada (em todas as demais pertencentes a *holding* da instituição financeira e empresas que atuam sob o signo da GBV, de forma geral), o EVA se desdobra em indicadores direcionadores de valor para os níveis operacionais, visando compartilhar a responsabilidade da criação de valor com todos, intensificar a aferição do desempenho individual e diminuir a dispersão do resultado individual entre a *equipe*. Ou seja, o objetivo do agrupamento dos Executivos em *equipes*, a priori percebido como um mecanismo para fomentar a coesão intequipe (tendo em vista sua bonificação) e a competição intraequipes, acabou por *apenas* exacerbar a competição *dentro* da equipe, constrangendo (e desmotivando) alguns e segregando todos; contrariando, assim, a pressuposição dos economistas financistas, atores centrais na institucionalização da financeirização (SALTORATO; BENATTI, 2018), de que a remuneração variável estimularia o trabalhador a agir como *dono* do negócio, mobilizando-o em torno da *causa* da criação de valor.

Segundo Donadone *et al.* (2010, p. 18), “no mercado de ideias sobre organizações, e mais genericamente sobre a interpretação do mundo atual, a ideia de financeirização concorre com a da sociedade em rede”. Segundo os autores, enquanto a ideia de financeirização encerra as interpretações pessimistas sobre organização do trabalho, com destaque para a intensificação de seu controle e de sua precarização, a da sociedade em rede incorpora uma versão mais otimista, segundo a qual a sociedade atual estaria buscando a superação das formas burocráticas ultrapassadas que impõem barreiras à criatividade, conectividade, flexibilidade e, de maneira geral, ao autodesenvolvimento (DONADONE *et al.*, 2010).

No estudo de caso apresentado, a autonomia e a flexibilidade presentes no trabalho dos executivos na Credence trouxeram consigo intensificação da carga e do controle do trabalho e autonomia/flexibilidade para gerir suas carteiras. A flexibilidade imposta ao trabalho do Executivo acabou por superar tão somente a burocracia/proteção inerente ao vínculo trabalhista, uma vez que alguns passaram a optar por serem contratados como pessoas jurídicas (PJ), talvez em função do ligeiro aumento na parcela fixa do salário.

Assim, a flexibilidade e autonomia *conquistadas*, embora não tenham derrubado as barreiras da criatividade (ou do autodesenvolvimento), certamente deitaram a do limite da jornada de trabalho, agora à mercê do funcionamento varejista, sendo as visitas (um dos mais importantes indicadores de desempenho) realizadas aos sábados, domingos, feriados ou qualquer outro horário não comercial. Neste sentido, apesar de o discurso da flexibilidade aludir à relativização

dos mecanismos de controle, o oposto disso foi observado no estudo de caso, antagonizando com a “promessa instigante de inserção na sociedade em rede” (GRÜN, 2003, p. 5).

Referências

- ANDERSSON, T *et al.* Financialization directing strategy. **Accounting Forum**, v. 32, n. 4, p. 261-275, 2008.
- ARRIGHI, G. **The Long Twentieth Century: money, power, and the origins of our times**. London: Verso, 1994.
- ASSAF NETO, A. **Instituto Assaf**. 2012. Disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/2012/>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BARRETO, R. G. **Operações de hedge cambial em empresas não-financeiras: um estudo de caso das empresas Aracruz celulose e Sadia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.
- BOYER, R. *From Shareholder Power to CEO Power. The paradox of 90s*. **Competition & Change**, v. 9, n. 1, p. 7-47, 2005.
- BRAGA, J.C.S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. (org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 195-242.
- CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.) **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.
- COOPER, D. J.; EZZAMEL, M. Globalization discourses and performance measurement systems in a multinational firm. **Accounting, Organizations and Society**, v. 38, n. 4, p. 288-313, 2013.
- COSTA, A. D.; SOUSA-SANTOS, E.R. Financeirização e reestruturação produtiva: evidências pós-crise financeira de 2008. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 35-46, 2012.
- DAVIS, G. F. **Managed by the Markets: How Finance Re-Shaped America**. London: Oxford University Press, 2009.
- DIAS, A.V.; ZILBOVICIUS M. A produção face à financeirização: quais consequências para a organização da produção e do trabalho? Uma proposta de agenda de pesquisa para a engenharia de produção brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006, Fortaleza. **Anais do XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Fortaleza, 2006.
- DIEGUEZ, C. O setembro negro da Sadia. **Anais da vida empresarial**. 2009. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-setembro-negro-da-sadia/>. Acesso em: 20 set. 2018.
- DONADONE, J. *et al.* Centralidade e fronteiras da empresa e as novas formas de atuação e configuração da Engenharia de Produção. In: OLIVEIRA, V.; CAVENAGHI, V.; MÁSCULO, F. (org.). **Tópicos emergentes e desafios metodológicos em engenharia de produção: casos, experiências e proposições**. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2010. p.15-86.
- EPSTEIN, G. A. **Financialization and the World Economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.
- ERTURK, I. *et al.* The democratization of finance? Promises, outcomes and conditions. **Review of International Political Economy**, v. 14, n. 4, p. 553-575, 2007.
- ERTURK, I. *et al.* Corporate governance and impossibilism. **Journal of Cultural Economy**, v. 1, n. 2, p. 109-127, 2008.n
- EZZAMEL, M.; WILLMOTT, H.; WORTHINGTON, F. Manufacturing shareholder value: The role of accounting in organizational transformation. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 2, p. 107-140, 2008.

- FANTTI, M. B. Financeirização da produção e as consequências para a organização do trabalho. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 33., 2013, Salvador. **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Salvador, 2013.
- FLIGSTEIN, N. The End of (Shareholder Value) Ideology? **Political Power and Social Theory**, v. 17, p. 223-233, 2005.
- FLIGSTEIN, N. **The Transformation of Corporate Control**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- FROUD, J. *et al.* Shareholder value and financialization: consultancy promises, management moves. **Economy and Society**, v. 29, n. 1, p. 80-110, 2000.
- FROUD, J. *et al.* **Financialization and Strategy**. New York: Routledge, 2006.
- FROUD, J. *et al.* General Electric: The Conditions of Success. *In: FROUD, J. et al. Financialization and Strategy*. New York: Routledge, 2005.
- GRÜN, R. Modelos de Mundo, Modelos de Empresa: Sobre Algumas Características Culturais da Nova Ordem Econômica e da Resistência a Ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 121-140, 1999.
- GRÜN, R. Atores e Ações na Construção da Governança Corporativa Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 139-162, 2003.
- ISMAIL, R. *et al.* Entrevista com Luciano Coutinho. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 406-419, 2011.
- LAZONICK, W. **Sustainable Prosperity in the New Economy? Business Organization and High-Tech Employment in the United States**. Michigan: Upjohn Institute for Employment Research, 2009.
- LAZONICK, W.; O'SULLIVAN, M. Maximizing Shareholder Value: A New Ideology for Corporate Governance. **Economy and Society**, v. 29, p. 13-35, 2000.
- LEE, E.; YIN, Y. P. Off-shoring and out-sourcing for shareholder value: Promises versus reality. **Accounting Forum**, v. 36, p. 18-26, 2012.
- MATSUDA, P. M.; DONADONE, J. C. A mudança da carreira dos dirigentes após o processo de privatização: estudo de caso no setor elétrico paulista. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 419-430, 2015.
- MONTALBAN, M.; SAKINÇ, M. E. **How financialization shapes productive models in pharmaceutical industry: the domination and contradictions of the blockbuster productive model**. Groupe de Recherche en Economie Théorique et Appliquée - FINNOV Discussion Paper, p. 1-35, 2011.
- MONTGOMERIE, J. The Financialization of the American Credit Card Industry. **Competition & Change**, v. 10, n. 3, p. 301-319, 2006.
- MORAES, L. C. G. Nas Asas do Capital: Embraer, Financeirização e Implicações sobre os Trabalhadores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, 2017.
- MUELLERLEILE, C. Financialization takes off at Boeing. **Journal of Economic Geography**, v. 9, n. 5, p. 663-677, 2009.
- MUNDO NETO, M. A lógica financeira e o espaço do transporte aéreo comercial Brasileiro. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 18, n. 2, p. 311-324, 2011.
- POWELL, W. W. The Capitalist Firm in the Twenty-First Century: Emerging Patterns in Western Enterprise. *In: DIMAGGIO, P. (org.). The Twenty-First Century Firm: Changing Economic Organization in International Perspective*. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 33-68.
- RACHID, A.; RICCI, M. G.; SALTORATO, P. O controle do trabalho em um call center de cobrança. **Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 46, p. 181-199, 2017.

SALTORATO, P.; BENATTI, G. O Ato Performático da Reestruturação Organizacional sob a Ideologia da Gestão Baseada em Valor. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 19, n. 64, p. 263-288, 2017.

SALTORATO, P.; BENATTI, G. Reinventando o Management: Da Construção Social do *Shareholder Value* à Emergência do CEO Celebridade. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 251-268, 2018.

SALTORATO, P. *et al.* From stores to banks: the financialization of the retail trade in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 41, n. 5, p. 110-128, 2014.

SHEPPARD, D.; HUME, N. A Prison ID in one hand – and a CFO Award in the other. 2015. **Financial Times**, Londres. Disponível em: <https://www.ft.com/content/8ffd2c8a-201e-11e5-ab0f-6bb9974f25d0> Acesso em: 15 set. 2017.

THOMPSON, P. Financialization and the Workplace: Extending and Applying the Disconnected Capitalism Thesis. **Work, Employment and Society**, v. 27, n. 3, p. 472-488, 2013.

USEEM, M. **Executive Defense: Shareholder Power and Corporate Reorganization**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

VAN DER ZWAN, N. Making sense of financialization. **Socio-Economic Review**, v. 12, n. 1, p. 99-129, 2014.

WIDMER, F. Institutional investors, corporate elites and the building of a market for corporate control. **Socio-Economic Review**, v. 9, n. 4, p. 671-697, 2011.

Recebido em: 06/09/2019

Aceito em: 28/10/2019

**O CASO ATENTO:
reflexões sobre as novas configurações do trabalho
a partir de uma multinacional de TIC¹**

***THE ATENTO CASE:
reflections on the new labor settings
from a multinational ICT company perspective***

Maria Aparecida Bridi*
Sidnei Machado**
Gabriela Portella***

Resumo

Existe uma diversidade de arranjos de empresas constituídas no novo cenário de um regime de acumulação e que se apresenta como campo aberto para a investigação sociológica e jurídica. Desse modo, para o presente trabalho, optou-se pelo estudo da empresa multinacional Atento, uma prestadora de serviços ligada ao segmento das tecnologias da informação e com presença em diversos países. Trata-se de uma das maiores prestadoras de serviços de gestão do relacionamento com clientes e processos de negócios na América Latina, comumente denominadas de *call centers*, centrais de *telemarketing* ou simplesmente centrais de atendimento. Sua carteira de clientes corresponde a uma miríade de empresas de diferentes setores da economia, incluindo telecomunicações, saúde, comércio, bancário e financeiro. Objetiva-se, neste artigo, analisar a configuração dessa empresa multinacional, que é, por condição ou natureza de sua atividade, intermediadora de mão de obra. Entre as questões destacadas, estão a identificação de como ela se encontra posicionada na rede e como se configuram o trabalho, as relações de trabalho e as condições trabalhistas no Brasil. Para isso, além da leitura de bibliografia pertinente, a metodologia da pesquisa compreende a análise de informações e dados da empresa disponíveis na rede, em seu sítio eletrônico, em relatórios corporativos e notícias, além da análise de acordos coletivos de diferentes estados do país, com vistas à apreensão das condições gerais de trabalho.

Palavras-chave: Terceirização. Prestadora de serviços. Centrais de telemarketing. Condições de trabalho.

Abstract

There is a wide array of corporate groups in a new scene of an accumulation regime which give us ample sources for legal and sociological investigation. This way, for the presented study, we have selected the multinational company Atento, a service provider from the TI sector and present in several countries. Atento is one of the biggest service providers for customer relationship management and business processes in Latin America, providing services for offices commonly known as call centers. Its client roster includes an extensive list of companies from different areas, including telecommunications, healthcare, commerce, banking and finance. The goal of this article is to analyze this company's condition and its activities as a contractor. Among the highlighted topics of discussion, there is the company's identity and how it positions itself in the environment, how they operate and how the work relationships and the work conditions are in Brazil. To achieve this, additionally to the reading of the related bibliography, an analysis of the company's data available on the internet, on its website, in corporate reports, news and collective agreements that regulate the labor in different Brazilian states was done, aiming to comprehend the company's general working conditions.

Keywords: Outsourcing. Service provider. Call centers. Working conditions.

¹Este artigo é uma versão modificada de um estudo que, em sua primeira versão, foi apresentado no XXXI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia, em 2017.

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: macbridi@gmail.com.

** Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná, com pós-doutorado na Université Paris Nanterre. Professor de Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná. Advogado. E-mail: sidneimchd@gmail.com.

*** Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Graduada lato sensu em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. E-mail: gabrielacportella@gmail.com.

Introdução

O fenômeno da globalização ou, nos termos de Chesnais (1996), da “mundialização do capital”, é resultado da confluência de fatores de ordem econômica, política e tecnológica. Diante das crises do capitalismo desde os anos 1970, as empresas alteraram suas configurações, se reestruturaram visando alçar maior competitividade e lucratividade frente ao capitalismo global, adotando, para tanto, novas formas de gestão e de organização do trabalho. Do ponto de vista da política, o neoliberalismo contribuiu para criar as condições flexibilizadoras da contratação de trabalho. Já as tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitiram a inauguração de uma agenda estratégica única e global por parte das empresas transnacionais, conforme Cassiolato (2013).

De fato, existe uma diversidade de arranjos de empresas constituídas nesse novo cenário de um regime de acumulação flexível, na esteira de Harvey (1993), que corresponde a um campo aberto para a investigação sociológica e jurídica. O presente estudo se voltará à empresa Atento, uma prestadora de serviços ligada ao segmento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) com presença em diversos países, incluindo o Brasil. Apesar de jovem, a Atento experimentou uma rápida expansão no final do século 20, com a emergência da revolução informacional, que conectou empresas e pessoas através de computadores e outros meios de comunicação, possibilitando, assim, a formação e a organização de redes. Trata-se de uma das maiores prestadoras de serviços de gestão de relacionamento com clientes e processos de negócios na América Latina, comumente denominadas de *call centers*, centrais de *telemarketing* ou teleatendimento. Sua carteira de clientes corresponde a uma miríade de empresas de diferentes setores da economia, nos âmbitos público e privado: telecomunicações, bancário e financeiro, saúde, comércio e outros.

A mercadoria produzida pela Atento é imaterial, consiste em oferecer o relacionamento entre um cliente e o seu cliente/consumidor ou potencial consumidor². Produz, portanto, uma mercadoria que não apresenta uma materialidade concreta, uma tangibilidade, visto se tratar de uma relação: a relação entre cliente e empresa, que é a sua *expertise*.

O presente estudo tem como objetivo mapear essa empresa multinacional, uma empresa terceira, com múltiplas “filiais” em todo o mundo. Trata-se de uma das maiores empregadoras do Brasil, sobretudo de mão de obra jovem. Busca-se demonstrar como ela se configura, voltando-se para a natureza da atividade que realiza e as condições e relações de trabalho no país. Para tanto, serão analisadas as informações que constam no sítio eletrônico da empresa e seus relatórios de responsabilidade social, os acordos coletivos de trabalho entre empresa e sindicato de trabalhadores de distintas localidades do país, bem como realizadas algumas

² O trabalho imaterial pode ser compreendido como “aquele que produz bens imateriais, como a informação, o conhecimento, ideias, imagens, relacionamentos e afetos. De um modo geral, o trabalho imaterial diz respeito à produção que não resulta em bens materiais ou duráveis, ou seja, trata-se de trabalho que produz bens imateriais, tais como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação” (BRAUNERT; BRIDI, 2015, p. 3).

considerações sobre as perspectivas de atuação da empresa frente à recente promulgação das Leis n.º 13.429/2017 e n.º 13.467/2017.

Entre as principais discussões que orientam este artigo destacam-se aquelas que analisam o trabalho e as configurações do trabalho no setor da tecnologia de informação e comunicação (TIC), enfrentando criticamente o debate teórico em torno do trabalho imaterial (GORZ, 2005) e daquelas abordagens que vislumbraram as possibilidades de um trabalho livre, autônomo e emancipador. Ressalta-se a discussão estabelecida na obra organizada por Antunes e Braga (2009) sobre a degradação do trabalho informacional e o debate sobre condições desse trabalho virtual estabelecido por Lima (2015), marcado pela heterogeneidade e diversidade do setor.

Considerando-se que a Atento é uma empresa intermediadora de mão de obra, prestadora de serviços, são adotados como pontos de referência e de perspectiva os estudos sobre terceirização no Brasil desenvolvidos por Antunes e Druck (2014), Druck e Franco (2007) e Biavashi (2013), apenas para citar alguns. Partindo de abordagens e campos distintos, esses autores reconhecem que o trabalho terceirizado se dá em condições piores para os trabalhadores, sendo formas resultantes da reorganização do capital, de um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993) característico da atual fase do capitalismo, cujas consequências vêm se traduzindo em maior precariedade do trabalho.

Multinacionais, papel na economia global e uma breve conceituação

Uma multinacional corresponde a uma empresa ou grupo “em geral de grande porte, que, a partir de uma base nacional, implantou no exterior filiais em vários países, seguindo uma estratégia e uma organização concebidas em escala mundial” (MICHALET, 1985, *apud* CHESNAIS, 1996, p. 73). Essa definição clássica destaca o local de nascimento da empresa, sua base nacional que, em um processo mais ou menos longo, vai desenvolvendo uma dinâmica “de concentração e centralização do capital” (...) “que, frequentemente, se diversificou, antes de começar a se internacionalizar” (CHESNAIS, 1996 p. 73). Para configurar uma multinacional são centrais, portanto, a base nacional, a relação com o Estado em suas estratégias de competitividade e a forma jurídica da composição de *holding* internacional.

No entanto, ressalta o autor, a ideia de “implantação de filiais” como uma característica-chave das empresas multinacionais perdeu, em parte, sua validade. Isto porque a “forma principal, senão única, de filial que ainda existe nos países industriais do centro é a de tipo montadora. Por sua vez, esse tipo de filial tende cada vez mais a se tornar parte de um conjunto maior, com fronteiras, muitas vezes, difíceis de determinar com precisão” (CHESNAIS, 1996, p. 75). Suas estratégias são globais e frequentemente descoladas de uma base necessariamente nacional. São demandantes de contratações e subcontratações para além de suas fronteiras de produtos e serviços das mais diversas naturezas.

Com a reorganização dessas empresas, elas passam a se constituir como empresas-rede, isto é, empresas interconectadas e ligadas por contratos de parceria de fornecimento de produtos e serviços, entre outras modalidades. É enorme o poder dessas corporações, sendo capazes de influenciar países e políticas de governo. Cassiolato (2013) sistematiza a dimensão dessas empresas no cenário global:

As empresas transnacionais (ETN) são as principais propulsoras deste fenômeno. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), na década de 1990 havia 37.000 ETN com 175.000 subsidiárias no exterior. No final de 2007, elas já eram 79.000 com um total de 790.000 filiais estrangeiras. Sua importância na economia mundial é correspondente. Estima-se que as ETN geraram em todo o mundo, tanto no país sede quanto no exterior, um valor adicionado de aproximadamente US\$ 16 trilhões em 2010, representando mais de um quarto do produto interno bruto (PIB) global. As trocas entre matrizes e filiais representavam, no mesmo período, aproximadamente 60% do comércio mundial (UNCTAD, 2011, *apud* CASSIOLATO, 2013, p. 365).

Esta concentração pode ser interpretada como resultado das transformações produzidas pela globalização de matriz neoliberal dos anos 1980 e 1990 que, segundo Sousa Santos (2011), levou a uma poderosa centralização de poder econômico por parte das empresas multinacionais. O autor destaca que “das 100 maiores economias do mundo, 47 são empresas multinacionais; 70% do comércio mundial é controlado por 500 empresas multinacionais; 1% das empresas multinacionais detém 50% do investimento direto estrangeiro” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 310).

Para Cassiolato (2013), essas empresas não apenas dominam a produção global de tecnologia, como são também as grandes “responsáveis pela grande maioria dos gastos privados em pesquisa e desenvolvimento (P&D)”³.

Cabe ainda ressaltar a análise de Chesnais (1996) sobre o caráter rentista impregnado nas empresas transnacionais e o domínio do capital financeiro que marcam suas decisões. Outro aspecto a considerar consiste na busca dessas empresas em orientar suas atividades produtivas para países de baixo custo de mão de obra. Nesta direção, Cassiolato (2013) e Harvey (1993) destacaram que as estratégias de terceirização e externalização adotadas pelas empresas resultaram em uma maior fragmentação dos trabalhadores e uma perda do poder de barganha.

Desse modo, o fenômeno da globalização é resultado da confluência de fatores de ordem econômica, política e tecnológica. As tecnologias de informação potencializaram e/ou criaram as condições para a realização do capital e do trabalho sob outras bases. Nos termos de Cassiolato

³ Conforme os dados do Eurostat da União Europeia, as maiores 1.500 empresas transnacionais foram responsáveis por aproximadamente 90% dos gastos globais em P&D em 2012. Suas atividades tecnológicas estão fortemente concentradas nos países-sede. Por exemplo, os gastos em P&D das subsidiárias das transnacionais norte-americanas correspondiam, em 2007, a apenas 17 daquelas das matrizes; a maior parte destes gastos das subsidiárias era realizada em outras nações desenvolvidas (UNCTAD, 2008, *apud* CASSIOLATO, 2013, p. 366).

(2013, p. 369), as tecnologias de informação e computação (TIC) criaram a “possibilidade de instalação de uma agenda estratégica única e global por parte destas empresas”, mais ainda:

As novas TIC permitiram a fragmentação dos processos de produção e a crescente internacionalização da aquisição de bens e serviços intermediários. Evidentemente, um objetivo importante destas mudanças foi a redução dos custos do trabalho. Elas também incluíram a terceirização de fases do processo produtivo que pudessem ser realizadas fora do âmbito da corporação por custo mais baixo. Na maioria dos casos, as novas estratégias tentam preservar atividades estratégicas, como design e inteligência de negócios, e os estágios do processo produtivo, como a integração final do produto, que são produtores de altas margens de lucros. Mas a terceirização tem também atingido etapas de desenvolvimento tecnológico necessários para a inovação (CASSIOLATO, 2013, p. 370).

Em contraponto àquelas visões que viram as potencialidades das novas tecnologias da informação (TI) em termos de descentralização das decisões, Chesnais (1996) identificou que elas contribuiriam para a manutenção das estruturas decisórias de modo bastante hierarquizado, permitindo a submissão “das atividades das filiais à estratégia central de maximização de valor de curto prazo e subordinação aos ditames das finanças” (CASSIOLATO, 2013, p. 372).

Portanto, existe uma diversidade de arranjos de empresas, que vão desde as formas clássicas com estruturas verticalizadas, hierarquias rígidas, por exemplo, até configurações mais fluídas, desterritorializadas, virtuais, horizontalizadas, organizadas em redes, com maior mobilidade e que se deslocam rapidamente para qualquer país, muitas vezes com menor compromisso com os países que sediam suas atividades, os quais se apresentam como campos abertos. Segundo Dupas (1999), o que se vê nessas transnacionais:

Não são mais estruturas verticalizadas nas quais várias etapas de produção de um bem são executadas, mas fragmentação e dispersão do processo de produção por várias nações, através das filiais e dos fornecedores ou subcontratados. Assim, obtém-se um produto final global composto de várias partes desenvolvidas em inúmeros países, aproveitando ao máximo as vantagens comparativas de cada um (DUPAS, 1999, p. 14).

Essas empresas objetivam, segundo o autor, tanto atingir um mercado consumidor global, como o fazem utilizando mão de obra, tecnologias e matérias-primas locais. Nota, ainda, que as transnacionais, além de produzirem diferentes partes do produto em vários países, também costumam adotar formas de contratação variadas, utilizando mão de obra familiar, pagamento por peças ou mesmo formas de contratação-padrão, isto é, por tempo indeterminado. De modo geral, as transnacionais buscam se adaptar às condições locais. Por isso têm sido tão comuns denúncias de formas de trabalho degradantes no coração dos sistemas produtivos de grandes empresas transnacionais⁴. Essas características, contudo, são comumente observáveis em

4 Entre os inúmeros exemplos existentes, podemos citar os casos no setor de confecção, como a Zara, em que foram encontradas situações de trabalho análogo ao trabalho escravo no Brasil, e também o caso da norte-americana Apple e sua fornecedora de celulares, a Foxconn.

empresas intensivas em mão de obra e produtoras de mercadorias tangíveis, ou seja, de bens materiais. No caso de empresas transnacionais no setor de serviços intensivas em mão de obra, parecem existir algumas particularidades, as quais se buscará identificar neste artigo.

A empresa Atento, o que é e onde está situada no mundo

A Atento surgiu no final de 1998, como parte do Grupo Telefônica, da Espanha, ao qual permaneceu ligada até 2009, quando foi vendida para o grupo americano *Brain Capital*, por um valor de aproximadamente um bilhão e trezentos milhões de dólares. Está presente especialmente em países latino-americanos, como Brasil, Uruguai, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Panamá, Peru e Porto Rico. Porém, também figura nos Estados Unidos, na França, na Espanha e no Marrocos.

É uma empresa fornecedora global provedora de gestão de relacionamento com clientes e serviços na América Latina e está “entre os três principais fornecedores de todo o mundo, com base nas receitas de terceirização de processos de negócios – CRM e BPO”⁵ (ATENTO, 2019). Seus serviços são prestados a mais de quatrocentos clientes em setores muito variados, como telecomunicações, bancos e serviços financeiros, mídia e tecnologia, saúde, varejo e administração pública. De acordo com seu sítio eletrônico, emprega mundialmente mais de 150 mil pessoas, conta com cem *contact centers* (centros de contato) e 92 mil estações nos países em que está presente.

Alguns de seus clientes são também grandes empresas, tais como Vivo, Tim, Telefônica, Apple, Facebook, Samsung, Coca Cola, Nestlé, Suzuki, Sony, Nikon, Unilever, P&G, Ford, Fiat, ExxonMobil, Shell, Itaú, BBVA, McDonald's e Avianca. A diversidade de seus clientes demonstra que o serviço oferecido busca atender diferentes tipos de empresas e de setores.

Esta multinacional presta um tipo de serviço que é a atividade de atendimento entre as empresas e seus consumidores. Sua *expertise* é a **relação** entre a empresa e o consumidor. Afirma que sua atividade consiste em promover “uma experiência diferenciada e que gera valor para clientes e consumidores e que é possível graças a uma combinação única de nossas pessoas, soluções e canais” (ATENTO, 2019).

A presença nos diversos países latino-americanos é enfatizada como um diferencial da empresa, reforçando a sua condição de bem representar e atender o cliente, uma vez que permite o conhecimento sobre as culturas locais e, portanto, maior efetividade no atendimento às necessidades. Conforme o sítio eletrônico:

Nossa forte presença operacional na América Latina e Espanha nos permite oferecer suporte a clientes em nossos mercados locais e fornecer uma solução *nearshore* de

⁵ CRM (*Customer Relationship Management*) corresponde a um modelo de gerenciamento das interações entre clientes e empresa, clientes e perspectivas de venda. O BPO significa *Business Process Outsourcing*, consistente na terceirização dos processos de negócios.

liderança para empresas nos EUA. Desenvolvemos relacionamentos duradouros com os clientes graças ao nosso profundo conhecimento dos setores e ambientes culturais em que as empresas operam. Como resultado, fornecemos ideias inovadoras para os negócios de nossos clientes e nos tornamos um parceiro confiável para suprir as crescentes expectativas de seus consumidores (ATENTO, 2019).

A empresa reitera o trabalho em equipe como princípio de organização do trabalho, bem como o entendimento das necessidades dos seus clientes, sempre ressaltando as capacidades multinacionais da empresa e da possibilidade de escala. Ainda, como a maioria das grandes empresas globais, pauta-se em princípios da boa governança, da promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania. Signatária desde 2011 do Pacto Global das Nações Unidas⁶, afirma a incorporação dos dez princípios do Pacto como orientadores de suas ações nos diversos países em que atua.

Com a leitura e análise dos dados contidos nos relatórios de responsabilidade social corporativa dos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e o *Integrated Report* de 2016, documentos divulgados pela própria empresa em seu ambiente eletrônico, foi possível constatar características de sua mão de obra e das contratualidades adotadas por ela. Estas serão demonstradas adiante.

Perfil da mão de obra e contrato de trabalho a partir dos relatórios de responsabilidade social

Os relatórios de responsabilidade social da Atento revelam dados sobre o número de trabalhadores empregados ao redor do mundo, bem como algumas características desta mão de obra. Observe-se na tabela uma síntese de algumas dessas informações:

Tabela 1 – Informações globais da Empresa Atento: número de empregados, tipo de contrato e percentual de mulheres – diversos anos*

Ano	Número de empregados (mil)	Contratados por tempo indeterminado	Percentual de mulheres
2011	156.734	69,9%	69,1%
2012	153.638	70,84%	60%
2013	155.000	Não consta	75%
2014	159.000	75 %	67%
2015	163.974	Não consta	66,40%
2016	151.601	87,18%	65,49%

Fonte: Relatórios de responsabilidade social corporativa Atento (diversos anos). Elaboração própria.

* Não há no sítio eletrônico da empresa relatórios de responsabilidade social corporativa posteriores a 2016 e, por este motivo, a análise dos relatórios está limitada a esse ano.

6 O Pacto Global criado oficialmente em julho de 2000 funda-se em princípios universais, oriundos da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

De acordo com o relatório de responsabilidade social corporativa relativo ao ano de 2011, naquele ano havia aproximadamente 156 mil pessoas empregadas na Atento. Desse contingente, 69% era formado por mulheres, com idade média de 27 anos. A maioria dos empregados estava submetida a contratos de trabalho por tempo indeterminado (quase 70%) e a jornadas integrais (77%). A maioria dos trabalhadores permanecia pouco menos de dois anos na empresa. Isso corrobora com outros estudos, tais como de Mocelin e Silva (2008) e Rosenfield (2007), que demonstram se tratar de uma característica desse tipo de atividade.

Ao tratar da remuneração, o relatório lista os pilares sobre os quais se estabelece a política empresarial, quais sejam: equidade interna, que diz respeito aos salários relativos a postos de mesmas funções e responsabilidades; a equidade externa, segundo a qual a estrutura salarial adotada pela empresa reflete as circunstâncias de cada país em que ela opera; a diferenciação por mérito e desempenho e a remuneração variável (ATENTO, 2011, p. 36).

No ano seguinte, os países em que a Atento mais empregava eram Brasil, México e Peru. Em seguida, Uruguai e Argentina. Dos cerca de 50 mil empregados, 70% eram submetidos a contratos por tempo indeterminado e 78% estavam sujeitos a jornadas de trabalho integrais.

Mais de 70% da força de trabalho era constituída por mulheres. A idade média dos empregados era de 20 anos de idade e o tempo médio de permanência na empresa não mudou. Mais de 136 mil trabalhadores eram agentes de telefonia. Permaneciam os mesmos pilares da estrutura remuneratória. Os incentivos são divididos entre curto prazo e médio/longo prazo. Os primeiros consistem no pagamento variável mensalmente recebido pelos empregados da área operacional, baseado em resultados. Os segundos aos incentivos aos trabalhadores em posições executivas (ATENTO, 2012, p. 30).

Em 2013, a Atento figurava em 16 países no mundo todo e empregava mais de 150 mil trabalhadores. Cerca de 70% da mão de obra era constituída por mulheres e a média de permanência na empresa permaneceu inalterada (ATENTO, 2013, p. 28). Em 2014, já empregava mais de 159 mil pessoas. Cerca de 20% estava submetido a contratos temporários de trabalho. Mais de 128 mil trabalhavam em período integral e 77% da mão de obra era formada por mulheres (ATENTO, 2014, p. 54).

O Relatório de Sustentabilidade Atento Global de 2015 informa um total de quase 174 mil empregados, dos quais 66% são mulheres. Mais de 71% da força de trabalho estava abaixo dos 30 anos. No ano seguinte, observa-se a primeira queda do número de empregados de todo o período analisado até então. Eram pouco mais de 151 mil trabalhadores, dos quais 75% eram mulheres, 87% estavam em regimes de contrato de trabalho por tempo indeterminado, 37% em horário integral e mais da metade tinha menos de 30 anos de idade. No Brasil, estava concentrada 51% de toda a mão de obra da Atento, existindo imensa diferença para o segundo colocado, México, em que estavam aproximadamente 12% dos trabalhadores da multinacional.

Da análise destes relatórios, é possível verificar que os trabalhadores da multinacional são, em sua maioria, mulheres, jovens e residentes no Brasil. Ainda, que a maior parte está

sujeita a contratos de trabalho por tempo indeterminado e cumpre regime de jornada integral.

Os dados coletados dos relatórios de responsabilidade social corporativa e demonstrados acima revelam algumas características marcadas pelos diferentes contextos políticos e de regulação do mercado de trabalho dos países, o que pode significar uma adaptação às características de mercado e sindicais locais.

No que se refere ao direito coletivo do trabalho, o relatório de 2014 revelou não existir uma distribuição uniforme dos trabalhadores amparados por negociação coletiva nos vários países em que a Atento estava presente. Do total de empregados da multinacional, 75% estava amparado por instrumentos coletivos. No Brasil, no Uruguai e na Espanha, todos os trabalhadores estavam sob esta condição. Na Argentina, no México e no Chile, o percentual era mais baixo: 89%, 59% e 52%, respectivamente. Em El Salvador, menos de dois por cento; no Peru e na Colômbia, menos de um por cento. Nos demais países, nenhum trabalhador estava submetido a instrumentos coletivos de regulação do trabalho (Guatemala, Porto Rico, Panamá, Estados Unidos, França, República Checa e Marrocos).

Análise dos acordos coletivos de trabalho e configuração das relações de trabalho na Atento do Brasil

A Atento chegou ao Brasil no mesmo mês de sua criação pela Telefônica, mais precisamente em 7 de dezembro de 1998, começando a operar em 1999. Estabeleceu-se, portanto, em um contexto de privatização e do que pode ser chamado de esfacelamento do sistema Telebrás, decorrente do processo de abertura de mercados, liberalização da economia e privatizações: o tripé apregoados pelos organismos econômicos globais.

Sua presença no Brasil ocorre em grandes capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e nas cidades de Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, São José dos Campos, Santos, Ribeirão Preto, Feira do Santana e Guarulhos. Segundo a empresa, seus serviços estão presentes em mais de novecentas cidades brasileiras.

Seu crescimento foi bastante rápido, tornando-se uma das maiores empregadoras do Brasil. Apenas para citar como referência, em 2014 a Atento era a quarta maior empregadora do Brasil com setenta e quatro mil e cento e sete empregados⁷. Dados os problemas econômicos, políticos e jurídicos no país que levaram a uma mudança substancial do mercado de trabalho no país, no ano de 2019 a Atento saltou para a posição de maior empregadora do país, com setenta e três mil e oitocentos e vinte e dois trabalhadores, posição que era ocupada por outros setores econômicos⁸.

7 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/as-10-empresas-que-mais-empregam-no-brasil/>

8 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/04/24/empresas-de-teleatendimento-alimentos-e-saude-lideram-lista-de-maiores-empregadores-do-pais-veja-ranking.ghtml>

As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras nas empresas de *call centers* são repetitivas, monótonas e contêm alto grau de padronização. Os trabalhadores devem seguir um manual preestabelecido de forma rigorosa. Os controles, no entanto, além do supervisor que vigia e fiscaliza, se dão por meio de ferramentas tecnológicas bastante precisas, submetendo os trabalhadores e as trabalhadoras a intensa pressão.

Para tratar do trabalho nessa empresa, optou-se por analisar os acordos coletivos que constituem uma fonte importante de informações sobre a configuração das relações de trabalho em seu âmbito. Com o objetivo de identificar padrões na negociação coletiva, nas páginas que seguem, o estudo voltou-se à análise dos acordos coletivos firmados pelos sindicatos de trabalhadores de diferentes estados brasileiros, sendo que, em sua maioria, a categoria é representada pelos Sindicatos de Trabalhadores em Telecomunicações (SINTTEL), presentes nos vários estados da Federação no qual a empresa está estabelecida. Os documentos foram consultados junto ao Sistema de Negociações Coletivas do Trabalho (Sistema Mediador) da Secretaria das Relações de Trabalho⁹.

Entre os Acordos Coletivos analisados, observou-se que, de forma geral, tem-se a distinção entre as jornadas dos teleoperadores (180 horas mensais/ seis horas diárias) e os promotores de venda e do setor administrativo (220 horas semanais/oito horas diárias). A diferença de jornada para teleoperadores e digitadores se deve à condição do trabalho, movimentos repetitivos e longos períodos em uma mesma posição, com possibilidades de adoecimento por esforço repetitivo. A maioria dos acordos têm definido, a título de benefícios, os itens vale-alimentação, vale-refeição, auxílio-saúde, convênio odontológico (por adesão), auxílio-funeral, auxílio-creche e seguro-saúde (por adesão). Para trabalhadores que cumprem jornada parcial, de quatro horas, há exclusão ou minoração de muitos desses benefícios. Há também diferenciações quanto ao tipo de contrato: por tempo indeterminado, de experiência ou de aprendizagem. Os acordos regulamentam, ainda, a implementação do banco de horas e fixam o reajuste salarial. Na maioria dos acordos está estabelecida a relação entre sindicato e empresa, assegurando acesso do trabalhador à informação sindical e para os dirigentes, a participação em atividades sindicais com um percentual de horas ou dias de ausência no trabalho.

Em alguns instrumentos específicos foram ajustados abonos, a exemplo do acordo coletivo de 2009, celebrado pelo SINTTEL do Espírito Santo, em que se estabeleceu o pagamento de duzentos e setenta e cinco reais aos empregados a título de abono. Outro exemplo neste sentido: a concessão de vale-compra em montante que varia de quatrocentos e quarenta e quatro reais a mil e quinhentos reais, para os trabalhadores dos estados de Goiás e Tocantins, no ano de 2008. No ano seguinte, contudo, este vale-compra foi suprimido, sendo substituído então por uma parcela de cento e trinta reais, a título de abono indenizatório.

Há acordos que tratam especificamente da participação de lucros e resultados (PLR), a exemplo daquele celebrado pelo SINTTEL no Paraná em 2009, no qual se estipulou que o valor

⁹ Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/consultarinstcoletivo>

da PLR seria de 40% do salário nominal do empregado, acrescida de parcela variável conforme o tempo de empresa e nível de absenteísmo. Em 2012, no acordo firmado pelo SINTTEL no Espírito Santo, o valor foi fixado em 20% do salário nominal.

Estabelecidos os pisos salariais, há comumente previsão de implementação de formas de remuneração variável. Em 2009, por exemplo, enquanto no Paraná, os teleoperadores (com jornada de 180 horas mensais) tiveram seu piso salarial fixado em 550 reais, em Goiás e Tocantins o valor foi de 548 reais. No Espírito Santo, o piso foi estabelecido com jornadas de 220 horas mensais, o valor foi de 649,57 reais, sendo que os trabalhadores que cumprissem jornadas inferiores, como os teleoperadores, receberiam proporcionalmente ao piso estipulado.

Da empresa terceira: entre as vantagens anunciadas e os conflitos no contexto brasileiro

A Atento anuncia que a virtuosidade da terceirização do tipo de serviço oferecido para as empresas que a contratam consiste na elevação da eficiência, na medida em que as permite se dedicarem ao negócio principal, o que possibilitaria uma atuação enxuta, sem se ocupar com a relação com o cliente e a atividade que envolve a comunicação via computadores, telefones e celulares, especialização esta da multinacional.

O Brasil recentemente passou por um processo de reforma da legislação trabalhista operacionalizado pelas leis n.º 13.429/2017 e n.º 13.467/2017, a partir do qual passou a se admitir a terceirização de maneira generalizada, isto é, sem as condições outrora impostas pela súmula n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que vedava a terceirização das atividades finalísticas da empresa. Também o Superior Tribunal Federal, no âmbito do julgamento do Recurso Extraordinário 713.211/M e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324, reputou serem indevidas as limitações introduzidas pela súmula à prática da terceirização, reconhecendo como legítima a possibilidade da terceirização indiscriminada no país. Disse o Ministro Luís Roberto Barroso, relator da ADPF: “Não é direito, é economia”, justificando a prática irrestrita da terceirização como um elemento importante para a preservação da competitividade das empresas na economia globalizada.

Antes, basicamente, a terceirização lícita de serviços poderia ocorrer nas hipóteses de: trabalho temporário (Lei n.º 6.019/74); serviços de vigilância (Lei n.º 7.102/70); serviços de conservação e limpeza e serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador (súmula 331, III, TST). Embora a terceirização da atividade-fim permanecesse sendo praticada por muitas empresas, tal situação correspondia à fraude contra o regime de emprego. A súmula 331 buscou preservar o espaço da atividade-fim para a contratação direta de empregados, em correspondência à exigência constitucional da proteção social aos direitos fundamentais dos trabalhadores e do cumprimento da função social da empresa (MPT).

A súmula, ao traçar os limites jurídicos da terceirização, o faz para o bem e para o mal. Isso porque ela veio a reforçar e legitimar a terceirização de mão de obra quando, num cenário

ideal para o Direito do Trabalho, o empregador deveria estar sempre vinculado ao tomador. Porém, considerando-se a disseminação da prática, alinhada às demandas do *just in time*, fez-se necessária a criação de alguns parâmetros para conter o fenômeno. A solução delineada foi a de onerar mais fortemente as práticas de terceirização, com o intuito de reduzi-las em quantidade ou melhorá-las em qualidade, amenizando os seus efeitos perversos (VIANA; DELGADO; AMORIM, 2011).

A discussão sobre a súmula 331 chegou ao Supremo Tribunal Federal por meio do Recurso Extraordinário 713.211/MG. O recurso foi interposto pela empresa Celulose Nipo Brasileira S/A – Cenibra – contra decisão da Justiça do Trabalho que, acolhendo pleito formulado em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, condenou-lhe a se abster de terceirizar serviços inseridos em sua atividade-fim. Entre as atividades finalísticas estariam aquelas de silvicultura previstas em seu objeto social, de modo que sua terceirização representaria fraude à relação de emprego.

Antes da promulgação da Lei n.º 13.429/2017, observava-se, no campo jurisprudencial, uma infinidade de processos judiciais que discutiam a licitude ou ilicitude da terceirização promovida e o eventual reconhecimento de vínculo empregatício do trabalhador da Atento diretamente com a empresa tomadora do serviço – entre as quais se destacam as instituições financeiras e as empresas de telecomunicações. A empresa, que buscava defender a sua especialização e a caracterização de sua atividade como “atividade-meio” da tomadora de serviços, compreendia que a possibilidade do reconhecimento judicial do vínculo empregatício correspondia a um fator de insegurança jurídica para sua atuação. Neste sentido, em 2017, o presidente da Atento do Brasil à época, Mario Câmara, pronunciou-se sobre a perspectiva da promulgação da lei da terceirização:

No entanto, em relação aos colaboradores, Mário Câmara se mostra favorável ao Projeto de Lei 30/2015, sobre a terceirização de atividades-fim seja aprovado, a fim de aumentar o potencial competitivo, ampliar o nível de profissionalização do serviço e gerar mais oportunidades às empresas de contact center. “Com o texto proposto, a terceirização seria regulamentada, dando justamente maior segurança jurídica para os contratantes, contratados e todos seus empregados. Nesse cenário, haverá possibilidade de crescimento, gerando mais empregos e aumentando a renda em um momento de instabilidade econômica. O Brasil deve ganhar com esta regulamentação (BAZOLLI, 2017).

O tratamento a ser despendido ao teletrabalho pela reforma trabalhista também foi objeto de atenção pela presidência da Atento do Brasil antes do advento da Lei n.º 13.429/2017:

Com isso, os funcionários poderão utilizar seus próprios computadores e telefones, em casa, com os custos cobertos pela empresa. Segundo o executivo, trata-se de um ponto essencial para a sobrevivência do seu negócio, que vem passando por grandes transformações, nos últimos anos, graças ao avanço da tecnologia. “Por isso, a reforma é fundamental”, diz Câmara. Com as regras do jogo sendo alteradas em seu principal mercado, a Atento espera um sinal verde do governo para se modernizar (CAETANO, 2017).

Considera-se que, no caso da Atento, a legalização de todas as atividades de terceirização também para atividades-fim representa um fator de segurança jurídica para a atuação indiscriminada da empresa em seus diversos clientes, afastando possíveis caracterizações de ilicitudes pelo Poder Judiciário. Do estudo até aqui empreendido, revela-se a fragilidade da regulação jurídica da intermediação de mão de obra no setor de serviço de informação, quer por suas características organizacionais de uso intensivo da informação e comunicação, em formas sempre flexíveis e difusas na estrutura empresarial, quer porque se estrutura como uma empresa distanciada do sentido clássico de empresa.

Considerações finais

Constata-se que compreender o papel desempenhado pela multinacional Atento é um desafio importante quando contextualizado no quadro mais geral da dispersão das empresas multinacionais no processo de globalização financeira. Do ponto de vista jurídico, a dinâmica organizativa da empresa põe em evidência as discussões a respeito do esgotamento do modelo clássico do Direito do Trabalho, com um cenário de maior assimetria entre os impulsos socioeconômicos e os fenômenos jurídicos experimentados.

A diversidade dos serviços prestados e a heterogeneidade de setores nos quais a empresa disputa presença evidencia sua flexibilidade. Oferece-se uma infinidade de soluções: vendas, atendimento ao cliente, suporte técnico, gestão da reclamação, cobrança, *back office*, gestão de crédito, *trade marketing*, entre outros. Antes da vigência da Lei n.º 13.429/2017 era possível constatar que, embora a empresa busque se firmar como prestadora de um serviço especializado, detentora de notável *expertise*, caminhava-se entre a tênue distinção entre atividade-meio e atividade-fim das empresas tomadoras do serviço. Isso é demonstrado pelos inúmeros casos de terceirização ilícita e reconhecimento de vínculo empregatício em decisões da Justiça do Trabalho, que usava de modo frequente como fundamento a jurisprudência predominante da súmula n. 331 do Tribunal Superior do Trabalho. No entanto, com a autorização do uso da terceirização também em atividades-fim da empresa — estabelecida pelas leis 13.429/2017 e 13.467/2017 —, este cenário se altera, pois as novas regulamentações conferem legalidade à terceirização antes compreendida pela jurisprudência dos tribunais como ilícita.

Observou-se ainda que, embora os relatórios da empresa apontem para a predominância do contrato por tempo indeterminado, nos acordos coletivos foi possível identificar a previsão da adoção de contratos por tempo parcial, contratos de experiência, contratos de aprendizagem e, genericamente, “contratos para serviços especiais”. Verifica-se, portanto, que a empresa incorpora o nomadismo contratual, o que, segundo Lima (2015) é característica da fragmentação do processo produtivo e da evidente deslocalização das empresas multinacionais, que lhes permite a busca por vantagens comparativas em termos de condições de trabalho. No caso brasileiro, com a legalização de novas modalidades contratuais a partir da reforma trabalhista de 2017, será

importante observar no médio e longo prazo como as mudanças impactarão a ação coletiva, o trabalho e as relações de trabalho nesse segmento da economia.

Referências

- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. v. 3, p. 13-24.
- ATENTO. **Corporate Social Responsibility Report 2011**. Disponível em: <http://atento.com/about-us/corp-social-responsibility/>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- ATENTO. **Corporate Social Responsibility Report 2012**. Disponível em: <http://atento.com/about-us/corp-social-responsibility/>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- ATENTO. **Corporate Report 2013**. Disponível em: http://atento.com/about-us/corp-social-responsibility/_Portugues.pdf. Acesso em: 11 jun. 2016.
- ATENTO. **Integrated Report 2016**. Disponível em: <http://atento.com/about-us/corp-social-responsibility/>. Acesso em: 12 out. 2019.
- ATENTO. **Política de responsabilidade social**. Disponível em: <http://atento.com/pt/quem-somos/politica-de-responsabilidade-social/>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- ATENTO. **Quem somos**. Disponível em: <http://atento.com/pt/quem-somos/somos-atento>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- ATENTO. **2015 Sustainability Report Atento Global**. Disponível em: <http://atento.com/about-us/corp-social-responsibility/>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- ATENTO. **2014 Sustainability Report Atento Global**. Disponível em: <http://atento.com/about-us/corp-social-responsibility/>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- BIAVASCHI, Magda Barros. O capitalismo contemporâneo e as novas formas de contratação da força de trabalho: a terceirização. In: KREIN, José Dari *et al.* (org.). **Regulação do trabalho e instituições públicas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 141-166.
- BAZOLLI, Afonso. O 1º ano de Mário Câmara frente à Atento. In: **Blog Televidas & Cobrança**. 5 abr. 2017. Disponível em: <https://www.televidasecobranca.com.br/entrevista/exclusivo-r-brasil-e-novas-tecnologias-o-1o-ano-de-mario-camara-frente-a-atento-72008/>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- BRIDI, Maria Aparecida; BRAUNERT, Mariana. O trabalho na indústria de software: a flexibilidade como padrão das formas de contratação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 447-462, set./dez. 2007.
- CAETANO, Rodrigo. **À espera do sinal verde**. In: **Istoé Dinheiro**. São Paulo, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/espera-sinal-verde/>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- CASSIOLATO, José E. Empresas transnacionais e o desenvolvimento tecnológico brasileiro: uma introdução ao artigo “present international patterns of foreign direct investment: underlying causes and some policy implications for Brasil”. **Rev. Econ. Contemp**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 365-375, set./dez. 2013.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DRUCK, Graça; FRANCO, Tania. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (org.). **A Perda da Razão Social do Trabalho**: Precarização e Terceirização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 97-118.

- GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola: 1993.
- LIMA, Jacob Carlos. Trabalhadores digitais. Palestra na Mesa Redonda “Repensando o trabalho: ocupações, valores e formas de organização”. In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA BRASILEIRA, 17. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Terceirização da atividade-fim na iniciativa privada**. Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/14e6a342-cc4d-464b-93e3-7c61f1397039/Terceriza%C3%A7%C3%A3o+da+Atividade+Fim_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_395C1B00K89D40AM2L613R2000-14e6a342-cc4d-464b-93e3-7c61f1397039-kTu5pcw>. Acesso em: 2 set. 2018.
- MOCELIN, Daniel Gustavo; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. O telemarketing e o perfil sócio-ocupacional dos empregados em *call centers*. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 361-383, mai./ago. 2008.
- PACTO GLOBAL. Disponível em: <http://www.pactoglobal.org.br/artigo/56/os-10-principios>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- ROSENFELD, Cinara Lerrer. Paradoxos do capitalismo e trabalho em call centers: Brasil, Portugal e Cabo Verde. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 447-462, set./dez. 2007.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Terceirização da atividade-fim é o fetiche da terceirização. In: FELICIANO, Guilherme Guimarães; TREVISÓ, Marco Aurélio Marsiglia; FONTES, Saulo Tarcísio de Carvalho (org.). **Reforma trabalhista**: visão, compreensão e crítica. São Paulo: Ltr, 2017. p. 199-214.
- VIANA, Márcio Túlio; DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. Terceirização: aspectos gerais: a última decisão do STF e a Súmula n. 331 do TST: novos enfoques. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 77, n. 1, p. 54-84, jan./mar. 2011.

Recebido em: 13/05/2019

Aceito em: 9/10/2019

**A ENGRENAGEM DA PRODUÇÃO DE FRUTAS:
Estado, empresários e trabalhadores no Vale do São Francisco**

**THE FRUIT PRODUCTION GEAR:
State, businessmen and workers in the San Francisco Valley**

José Fernando Souto JR*

Resumo

Este trabalho é uma tentativa de entender a construção do “modelo de desenvolvimento” no Submédio Vale do São Francisco, destacando a constituição e contribuição dos diversos atores sociais envolvidos. O trabalho é resultado de dois projetos de pesquisa realizados com apoio do CNPq entre 2010 e 2014. Durante esse período, foram realizadas 17 entrevistas com roteiro semiestruturado com lideranças do movimento sindical dos trabalhadores, empresários, assessores jurídicos e representantes de agências diversas do Estado. Também foram pesquisados documentos em diversos arquivos privados nas cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). O método da pesquisa e o tratamento de análise dispensado ao conjunto de documentos foi o qualitativo e o artigo está estruturado em três partes: o contexto de surgimento do Vale como produtor de hortifrutigranjeiros, resultado direto da ação empreendedora e indutora do Estado; a segunda parte ressalta que o êxito do modelo teve como característica uma ação empresarial induzida e estimulada pelas agências federais, a organização do empresariado em cooperativas e associações que desenvolveram o *know-how* empregado na exportação de frutas, ao mesmo tempo em que se tornaram atores políticos importantes junto às diversas esferas de governo; por fim, a incorporação dos trabalhadores como elemento fundamental para garantir consenso ao modelo e, por consequência, previsibilidade ao processo de produção.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sindicatos. Trabalhadores. Empresários.

Abstract

This work is an attempt to understand the construction of the ‘development model’ in the Submedia of the São Francisco Valley highlighting the constitution and contribution of the various social actors involved. The work is the result of two research projects carried out with the support of CNPq between 2010 and 2014. During this period, 17 interviews were conducted with a semistructured itinerary with leaders of the trade union movement of workers, businessmen, legal advisors and representatives of various agencies of the State. Also, documents were searched in several private archives in the cities of Petrolina - PE and Juazeiro - BA. The method of research and the treatment of analysis given to the set of documents was qualitative and the article is structured in three parts: the context of the emergence of the Valley as producer of horticultural crops, a direct result of the entrepreneurial action and inducing the State; the second part highlights that the success of the model had as a characteristic a business action induced and stimulated by the federal agencies, the organization of the business in cooperatives and associations that developed the know-how used in the export of fruits, at the same time they became actors important politicians at the various levels of government; Finally, the incorporation of the workers as a fundamental element to guarantee consensus to the model and, consequently, predictability to the production process.

Keywords: Development. Unions. Workers. Businessmen.

Introdução

O Submédio Vale do São Francisco (SMSF) tem se notabilizado pela produção de frutas para exportação. Segundo números da Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport), a área irrigada do Vale

* Entre 2015-2016, desenvolveu estágio pós-doutoral na University of Sussex pesquisando a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco. Atualmente é Professor Associado II de Sociologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: fsoutojr@hotmail.com

era de 360.000 hectares em 2013; a região é a terceira maior produtora de frutas do mundo, produzindo 43,8 milhões de toneladas por ano. O consumo mundial de frutas frescas é da ordem de 42 milhões de toneladas por ano, movimentando US\$ 28 bilhões anualmente, a participação do Brasil, por sua vez, é da ordem de US\$ 642,7 milhões (2,3%). Desse total, o SMSF participa com 39,1%, exportando principalmente uva e manga, sendo responsável por um total de US\$ 251,5 milhões. 80% da uva e 65% da manga exportadas pelo SMSF vão para a União Europeia; 15% da uva e 30% da manga vão para os Estados Unidos e os 5% restantes de manga e uva vão para o Canadá, países da Ásia, da América do Sul e do Oriente Médio (VALEEXPORT, 2013).

A magnitude dos negócios no SMSF foram a motivação para as pesquisas que desenvolvemos desde 2008, financiadas por fundações de amparo à pesquisa: Facepe, Fapesb, Cnpq e Capes. Ao longo desse tempo, foram publicados vários artigos, que são citados ao longo do corpo desse trabalho. Foram 17 entrevistas semiestruturadas, visitas regulares aos arquivos privados dos sindicatos dos trabalhadores rurais, dos jornais locais e das bibliotecas das universidades localizadas entre Petrolina e Juazeiro, além da Embrapa, com o objetivo de procurar documentos relacionados à fruticultura irrigada. Optou-se desde o início pelo método qualitativo, objetivando aprofundar a compreensão da ação dos atores sociais nesse estudo de caso (FLICK, 2009; GOLDENBERG, 2004) e fazendo uso da análise documental (PIMENTEL, 2001; CELLARD, 2010).

No decorrer das pesquisas, identificamos publicações que são referências para se pensar o desenvolvimento da fruticultura irrigada no SMSF. São publicações recorrentemente citadas em artigos acadêmicos e alguns dos autores orientaram trabalhos acadêmicos diversos sobre esse tema. Assim, desde o livro-denúncia de Bloch (1996), aos trabalhos acadêmicos de Cavalcanti (1996, 1997, 2003), Daminani (1999), Silva (2001, 2009) e Selwyn (2008, 2009, 2010), todos podem ser considerados fundamentais para o entendimento da fruticultura do SMSF.

Nos escritos desses autores, encontramos a convergência de cinco dimensões de análise que nos ajudaram a caracterizar o que chamamos de “modelo de desenvolvimento” no SMSF, com características de um *cluster*. Essas dimensões se articulam numa perspectiva teórica formando uma unidade, como demonstraremos mais à frente, ao mesmo tempo em que são passíveis de verificação empírica separadamente. Elas estão interligadas diacronicamente e se caracterizam por uma complexa teia de relações edificada sobre a proeminência do Estado a) grandes investimentos em infraestrutura do governo federal e b) pela constituição de agências estatais com a tripla missão de pensar, promover e viabilizar o desenvolvimento econômico, transformando uma vasta área de terras secas do semiárido em terras irrigadas; c) uma iniciativa privada filha caudatária dos planos e projetos elaborados sob as hostes de um corpo técnico de servidores de agências estatais como Sudene, Banco do Nordeste, Codevasf, Embrapa etc.; aliada d) ao papel desempenhado nesse processo pelas organizações de interesses empresariais, caracterizadas pela ação coletiva e pelo associativismo de cooperativas e associação do

empresariado; e, por fim, e) à incorporação dos trabalhadores, por meio de um compromisso negociável anualmente com os empresários e mediado pelo Estado.

Assim, o que chamamos de “modelo de desenvolvimento” é a articulação das dimensões apontadas acima e que serão desenvolvidas abaixo. A articulação das cinco dimensões se configura no que Porter define como *cluster*:

Clusters are geographic concentrations of interconnected companies and institutions in a particular field. Clusters encompass an array of linked industries and other entities important to competition. They include, for example, suppliers of specialized inputs such as components, machinery, and services, and providers of specialized infrastructure. Clusters also often extend downstream to channels and customers and laterally to manufacturers of complementary products and to companies in industries related by skills, technologies, or common inputs. Finally, many clusters include governmental and other institutions – such as universities, standards-setting agencies, think tanks, vocational training providers, and trade associations – that provide specialized training, education, information, research, and technical support (PORTER, 1998, p. 3).

Na configuração do *cluster* no SMSE, há uma predominância clara do papel do Estado nas dimensões enumeradas: na definição da área e da construção de toda a infraestrutura, na criação das agências que definiram as diretrizes e executaram os planos para o desenvolvimento, na criação de agência de pesquisa, universidades, no direcionamento dos recursos de pesquisas, no estímulo ao cooperativismo e ao associativismo da iniciativa privada e, por fim, na fiscalização das condições de trabalho.

Foi com a antropologia do desenvolvimento de Sardan (2005) que encontramos a ferramenta para auxiliar na compreensão da constituição desse modelo. Partindo do dissenso, é possível entender as estratégias dos atores. Sardan trata de três perspectivas, que absorve de Gluckman. Em primeiro lugar, toda sociedade é atravessada por conflitos, em segundo, conflitos são indicativos de variedades de posicionamentos sociais e, assim sendo, são expressões de interesses ligados às diferentes posições sociais (dos atores) e são estruturados culturalmente. Por fim, os conflitos, para além de uma interpretação de que eles conduzem ao caos, contribuem ao menos para a sua reprodução ao reforçar a coesão social (SARDAN, 2005).

Articulando as dimensões do “modelo de desenvolvimento” com o conceito de arena de Sardan: “the arena is basically the social space in which these confrontations and competitions occur” (2005, p. 189), procura-se visualizar os posicionamentos dos agentes em interação e o desvelamento de suas estratégias em confronto como lógicas entrelaçadas, “como um campo social que coloca em relação, com uma intensidade particular, atores diversos, interesses heterogêneos, lógicas de ação plurais e universos simbólicos divergentes” (BIERSCHENCK apud CARNEIRO, 2012, p. 134). Buscar articular essas dimensões citadas acima e articulá-las com o conceito de arena é o objetivo desse trabalho.

Dissecando o modelo: o Estado, o semiárido, a irrigação e as agências de desenvolvimento

Foi o direcionamento efetivo de políticas do governo federal, com o objetivo de suprir a demanda por alimentos das regiões metropolitanas do Nordeste, que permitiu a retirada do Semiárido nordestino do isolamento político e econômico tornando-o produtor de alimentos (OLIVEIRA, 1981). A atenção para com o Nordeste teve início com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1909. Foi a primeira agência do Estado a estudar a problemática do Semiárido.

Os grandes investimentos iniciaram nos anos de 1945 com a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Com o objetivo de aproveitar as águas do São Francisco para gerar energia, as obras para construção de lagos e usinas vieram acompanhadas de obras de infraestrutura que beneficiaram a região. Com a instituição da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, o governo federal passou a enxergar o SMSF com base em suas peculiaridades geográficas e climáticas, encomendando as primeiras pesquisas para as culturas irrigadas e o apoio técnico aos colonos. Mas foi com o Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste e, posteriormente, com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, que surgiram as primeiras propostas associadas a um plano extenso de irrigação. Dentro de um conjunto de políticas direcionadas ao Nordeste e ao SMSF, a irrigação tornou-se uma alternativa viável, tendo em vista o caso exitoso de Israel. Em 1963, foi instituído o Grupo de Irrigação do São Francisco e foram criadas duas estações experimentais¹.

A Sudene, em parceria com a *Food Agricultural Organization*, em 1966, realizou o levantamento pedológico das áreas irrigáveis e definiu o Plano Diretor da Irrigação (PDI). Tendo em vista a mudança de atenção que a região recebia, a CVSF foi transformada em Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), que assumiu a execução do PDI, ao mesmo tempo em que foi responsável por obras de infraestrutura, como rodovias, escolas e a construção do aeroporto de Petrolina, em 1958.

Foi em 1974 que a Suvale foi transformada em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Para Silva (2001) e Damiani (1999), o marco decisivo da irrigação e do êxito da fruticultura irrigada é da Codevasf, que elaborou e implementou políticas estruturais, pondo fim às políticas setorializadas e descontínuas de diversas agências do Estado. Inicialmente, ela teve o papel de acompanhar todas as fases dos projetos de irrigação, desde a avaliação de viabilidade técnica até a econômica. Foi responsável pela implantação, acompanhamento e desenvolvimento de cada projeto. Segundo Damiani, a forma singular de atuação garantiu o sucesso do polo Petrolina-Juazeiro. A boa performance pode ser explicada pela aplicação de princípios inovadores na gestão dos projetos, dividindo a área entre pequenos e médio produtores e grandes empresas, introduzindo uma competição por subsídios direcionados, o

¹ Anos mais tarde, essas estações experimentais se transformaram nos projetos pilotos de Bebedouro, criado em 1968 na cidade de Petrolina (PE), e no projeto Mandacaru, entre 1971 e 1972, na cidade de Juazeiro (BA).

que demandou melhor performance das empresas, ao mesmo tempo em que o *turnover* nos projetos colaborou para a substituição de empresas menos competitivas (DAMIANI, 1999).

Os projetos capitaneados pela Codevasf visavam alavancar a economia local pelo casamento da produção agrícola com a indústria. No modelo agroindustrial, coube às grandes empresas a geração de empregos e divisas, e em razão da sua capacidade de investimento e da otimização do capital, elas produziram usando tecnologias modernas, que seriam difundidas junto aos médios e pequenos produtores, aperfeiçoando o uso do solo e da água: “in the mid-1970s, CODEVASF started to organize workshops in São Paulo and Rio de Janeiro in which it presented complete information to potential investors about its irrigation projects” (DAMIANI, 1999, p. 35). O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Sudene abriram linhas de crédito para atrair e financiar a agroindústria. “O sentido fundamental dessas políticas era, portanto, articular a modernização agrícola com a constituição de um polo agroindustrial” (SILVA, 2001, p. 83). Avançando na política de tornar o SMSF um polo agroindustrial, em 1975, foi criado o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA-Embrapa). Em 1976 foi estabelecido um convênio entre a Codevasf e a Embrapa, que assumiu a manutenção e a operacionalização das estações experimentais de Bebedouro e Mandacaru, viabilizando as pesquisas e o desenvolvimento de frutas e hortaliças (SILVA, 2001).

Apesar de inicialmente o polo agroindustrial ter obtido êxito, principalmente na produção de derivados de tomate e de suco, alguns fatores levaram à sua decadência. No caso do tomate, a ausência de um planejamento adequado entre a indústria e os agricultores no período da colheita, impediu o processamento de grandes quantidades do tomate. Além disso, problemas relacionados aos preços do tomate, levaram os agricultores ao endividamento. Por fim, a praga que atacou esse fruto colocou um fim na agroindústria (DAMIANI, 1999; SILVA, 2001, 2009).

A passagem para a fruticultura se deu com a crise da agroindústria e da agricultura irrigada tradicional, que cedia lugar à expansão da fruticultura. A uva foi o carro chefe e nos anos 1980 continuava atrelada à vinicultura, na perspectiva da agroindústria. Para Silva, “a produção de frutas para o mercado de exportação in natura significa um rompimento com a lógica prevalecente de agroindustrialização”. Foram os empresários que compreenderam o fracasso do polo agroindustrial e enxergaram na fruticultura uma alternativa, contrariando “as ideias arraigadas nos organismos públicos que insistiam na formação do complexo agroindustrial, sem vislumbrar a alternativa da fruticultura para o mercado in natura, que já tinha uma certa expressão na região” (2001, p. 94-95). O papel da Embrapa foi decisivo, já que o conhecimento que se desenvolvia nos projetos-pilotos servia também como vitrine viva das possibilidades reais da fruticultura.

Em 1987, iniciariam os esforços para as primeiras exportações. No entanto, durante a década de 1990, o governo iria mudar sua forma de intervenção no SMSF. No ano de 1996, o governo lançou o Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste

(PADFIN), que enfatizava uma mudança no tipo de intervenção, como as demais políticas públicas desse período, rejeitava o papel interventor do Estado e a irrigação deveria funcionar de acordo com a lógica do mercado.

Segundo Selwyn (2010), a implantação dos projetos de irrigação obedeceu a três fases: na primeira, entre o final dos anos 1960 e 1970, foram distribuídos pequenos lotes para poucos colonos e o tipo de agricultura utilizava tecnologia elementar de irrigação para produzir gêneros alimentícios para o consumo e venda. A segunda fase, do final dos anos 1970 até meados dos anos 1990, caracterizou-se pela ação da Codevasf de construir novos distritos de irrigação com um amplo programa de extensão rural e assistência técnica, subsidiando água e energia, disponibilizando as terras não apenas para os novos colonos, que receberam lotes de 06 a 12 hectares, mas também para empresas, que receberam lotes entre 50 e 100 hectares. A terceira fase, situada entre meados dos anos 1990 em diante, caracterizou-se pela retirada gradual da assistência técnica, o aumento de ênfase para o setor privado, em termos de introdução de novos cultivos, conhecimento e conexões de *marketing* e alocação da terra, antes voltada para pequenos colonos com pouco ou nenhum capital, para pequenos e médios colonos relativamente bem capitalizados e para grandes investidores. Os programas de extensão rural e assistência técnica ficaram apenas para os antigos colonos (SELWYN, 2010).

A política federal de ação no semiárido produziu diversas formas de intervenção e múltiplas agências estatais. O desenvolvimento do Vale foi baseado nos *mega* projetos de infraestrutura, como as hidroelétricas, depois a irrigação, da agroindústria à fruticultura. Desde meados dos anos 1940, a política intervencionista sofreu modificações de acordo com os credos políticos dominantes. Da fase em que a intervenção foi direta, no período do Estado empreendedor, até a política dos anos 1990, de orientação neoliberal, em que a indução do desenvolvimento privilegiou a iniciativa privada como ator estratégico.

É de se notar o protagonismo do Estado ao agir diretamente para tirar o SMSF do isolamento político e econômico, desde os grandes projetos para gerar energia, que se tornaram a base para os futuros projetos de irrigação. Mas até que ponto o protagonismo do Estado geraria uma iniciativa privada dependente? Qual o alcance das ações do Estado para estimular o desenvolvimento de uma iniciativa privada dinâmica no sertão nordestino? De que maneira a iniciativa privada assumiria o protagonismo?

O Estado criando um ator político: as organizações de interesses dos produtores

A decisão de incorporar à discussão as organizações de interesses empresariais está associada ao fato de que, dentro da perspectiva do dissenso proposta por Sardan, as associações empresariais representariam a forma articulada de interesses que disputariam espaço na arena, compreendendo esta como o projeto de desenvolvimento:

[o conceito de arena] Evoca, ao mesmo tempo, uma escala mais restrita e uma consciência mais clara dos enfrentamentos por parte dos atores. Uma arena, no sentido que nós a entendemos, é um lugar de confrontações concretas de atores sociais em interação acerca de questões comuns. Ela se refere a um espaço “local”. Um projeto de desenvolvimento é uma arena. [...]. (SARDAN apud CARNEIRO, 2012, p. 143).

A racionalidade do capital, incorporada pelos técnicos da Codevasf, indicava que o desenvolvimento do SMSF não aconteceria se não houvesse uma iniciativa privada com maior dinamismo. Após todo o investimento estatal e algumas experiências fracassadas, como a do melão, por exemplo, ficou claro que seria necessário estimular uma dinâmica empresarial com uma racionalidade menos dependente do Estado e capaz de assumir mais riscos. Mas como fazê-lo?

A estratégia foi recrutar produtores com *expertise* em exportação e cooperativismo. O marco decisivo foram os anos 1970, quando a Codevasf convidou a Cooperativa Agrícola de Cotia e ofereceu terras para produzirem nos projetos irrigados. Direcionada pelo Estado, essa política de recrutamento de novos colonos tinha dois objetivos: trazer novos colonos para ocupar terras ociosas e introduzir um tipo específico de colono com perfil voltado para a forma associativa do cooperativismo e com uma racionalidade empresarial mais agressiva, capaz de liderar o projeto de desenvolvimento no momento em que o Estado se preparava para deixar algumas de suas atribuições.

O desdobramento dessa iniciativa se deu com a aliança formada entre a Codevasf e a Cotia (esse perfil empreendedor foi recrutado no Sudeste), a maior cooperativa agrícola do país com mais de 200 escritórios no Brasil, inclusive em Juazeiro, onde comprava melões para vender nos mercados do Sudeste e nas capitais nordestinas. A ideia inicial visava atrair empresas com reconhecida experiência em exportação e comprovado conhecimento das exigências do mercado externo. A Cotia era a escolha óbvia, com reconhecido *know-how* na exportação de produtos agrícolas desde os anos 1960 e com escritório em Rotterdam. Colonos ligados à cooperativa se estabeleceram em Curaçá (BA), no SMSF, para produzir melão. Ao longo do tempo, o Vale passou a ser o maior exportador de melão do país e a Cotia a principal exportadora (DAMIANI, 1999).

A visão empresarial do grupo de produtores ligados à Cotia deve ser observada a partir de sua relação com a terra, que deixava de ser vista apenas como agricultura e passava a ser vista como *agrobusiness*, uma expressão carregada de valores empresariais para os negócios no campo, significando uma relação mais complexa com os mercados interno e externo. Para Mendonça, o patronato rural moderno é oriundo das cooperativas, defende a autogestão, representa a modernização no campo, e é deles o termo agronegócio, concepção que relaciona todas as atividades econômicas ligadas direta ou indiretamente à agricultura – constituindo-se num “poderoso complexo, de cunho bem mais comercial e financeiro, cujo peso não poderia

ser aquilatado apenas por seu desempenho econômico, mas principalmente por sua influência política” (MENDONÇA, 2010, p. 219).

A *expertise* da Cotia serviria de modelo para expandir o leque de frutas no exterior. Uma série de problemas foram sanados com o conhecimento já acumulado pela Cotia, facilitando as tarefas relacionadas à exportação, como o entendimento das normas sobre os padrões de qualidade requeridos no mercado de frutas frescas. A coordenação do processo de produção e de distribuição dos fruticultores teve efeito eficaz nos seguintes itens: evitou a concentração das colheitas e viabilizou as fases relacionadas à embalagem, armazenamento e transporte das frutas; garantiu maior eficácia no controle sobre as pragas; e a ampla rede de relações com compradores internacionais da Cotia ajudou a resolver um dos principais entraves, o de *marketing* (DAMIANI, 1999; SILVA, 2001; GOMES, 2004; SELWYN, 2008, 2010).

O exportador necessita coordenar um grande número de tarefas. Diferente da maioria dos produtos manufaturados, frutas são mercadorias perecíveis e não podem ser estocadas por longo tempo sem perder qualidade e valor. Portanto, elas devem estar disponíveis para o consumidor em duas ou três semanas após a colheita. Qualquer atraso envolve perdas na qualidade e nos preços. Para evitar atrasos, os fruticultores necessitam ter disponíveis: trabalho para a colheita, embalagens e condições seguras de armazenagem e transporte (DAMIANI, 1999; SOUTO JR, 2013).

Os países compradores impõem exigências que afetam as técnicas de produção, de modo que as frutas estejam dentro de especificações técnicas que atendam a legislação de cada país. Por outro lado, estas exigências estão relacionadas ao *marketing*, que padroniza os produtos definindo os elementos estéticos como tamanho, cor do fruto, forma da embalagem, além dos elementos de composição do sabor, como a quantidade mínima de água e açúcar (CAVALCANTI, 1997; SELWYN, 2008).

O processo de produção é afetado desde a preparação da terra, que está relacionada aos produtos adequados e à aplicação correta dos insumos no tratamento das plantas, como adubos e pesticidas, até o pós-colheita, com a classificação dos frutos, a embalagem, o armazenamento e o transporte (terrestre, marítimo e aéreo). Essa gama de tarefas não poderia ser realizada pelos diversos produtores sem que houvesse organizações que as coordenassem. Parte desse papel foi desenvolvido com êxito pelas cooperativas, que propagaram uma mentalidade empresarial e de autogestão.

A Codevasf ajudou a fomentar uma associação de produtores. Desse esforço nasceu, em 1988, a Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – Valexport. Em entrevista à pesquisa, José Gualberto de Freitas narrou como se deu a ideia inicial para a criação da associação. Em sua versão do surgimento da Valexport, não havia um protagonismo da Codevasf, mas uma ideia que surgiu com o empresariado local. Responsável pela Fazenda Milano, primeiro grande projeto de irrigação de fruticultura, que se dedicou à produção de uva e vinho, Gualberto foi um dos empresários pioneiros do SMSF:

Nós começamos a ver que o mercado interno era insuficiente e os perímetros da Codevasf, principalmente aqueles que a Codevasf administrava diretamente, ou estavam ineficientes ou estavam pouco ocupados, como era o Projeto Curaçá, o Projeto Maíçoba – na Bahia – o Massangano, que hoje é o Nilo Coelho. Percebeu-se uma necessidade de se trabalhar esse setor com maior eficiência. E aí coincidiu de o governo Sarney, que o presidente da Embrapa foi deslocado para a presidência da Codevasf, Dr. Eliseu Alves... e então numa visita dele aqui na região, até com o presidente da república, eu tive oportunidade de conhecê-lo... então conversando com ele, chegamos ao mesmo diagnóstico, precisaria ter alguma coisa pra organizar aí essa produção e melhorar a qualidade média de todos, não só nossa mas dos pequenos e médios, e então concordamos em criar uma organização... então ele disse: “eu apoio, nós vamos lhe apoiar, organize aí alguns produtores, e eu lhe dou um apoio institucional. A Codevasf vai lhe dar um apoio institucional”².

No livro *Prosa com Eliseu, entrevista a Jorge Duarte*, Eliseu Alves assim descreveu sua trajetória na Codevasf:

Para garantir a exportação de frutas, o senhor juntou vendedores e compradores.

Lá por volta de 1988, mandei, daqui para a Europa, uns 40 produtores de frutas do Semiárido. Arranji dinheiro, coloquei o pessoal dentro do avião, e eles foram para a Holanda.

E o resultado?

Deu certo, o negócio estava maduro. Não foi mérito meu; os outros é que deixavam de enxergar isso. Criamos uma associação de irrigantes para administrar cada projeto e também a associação de exportadores. E ainda mudamos a lei de irrigação. Tudo isso nos 5 anos que fiquei lá na Codevasf.

O que foi alterado na lei?

A ideia básica era dar mais poderes aos agricultores (DUARTE, 2018, p. 127).

Ainda em 1986, a Codevasf montou uma força tarefa para promover e viabilizar a exportação de frutas, realizando *workshops* com especialistas estrangeiros que trataram de temas como: as regras dos mercados internacionais, as imposições governamentais para exportação de alimentos e frutas frescas, as questões de *marketing* e as exigências dos mercados etc. No ano seguinte, convidou os principais produtores de frutas e alguns políticos para discutir a exportação de frutas e identificar as ações das agências do governo federal com o objetivo de resolver os gargalos para exportação.

Para Damiani, uma das estratégias de sucesso da Codevasf foi estimular o engajamento local dos produtores para construir, via iniciativa privada, instituições de cooperação nas quais os fruticultores poderiam resolver de forma coletiva seus problemas, como a complexidade e o alto custo das tecnologias para exportar frutas. Problemas encontrados na qualidade das frutas

² Entrevista com José Gualberto de Freitas Almeida, liderança empresarial, realizada em Santa Maria da Boa Vista, em 15 de fevereiro de 2019.

são passíveis de penalidades nos preços e, geralmente, impedem novas entradas nos mercados externos.

CODEVASF pushed firms very strongly to organize themselves, arguing that they needed an association for at least the following powerful reasons: a) to collect information and search for export markets; and b) to press the federal government to carry out policies and other interventions that helped producers of fruits for export, such as investing in improving the Suape harbor and the highway between Petrolina and Suape, and increasing the funding for research on export crops available to the EMBRAPA research station in Petrolina. CODEVASF also argued that if firms jointly contracted transportation by trucks and ships, they would save substantial amounts of Money (DAMIANI, 1999, p. 49).

O alcance da atuação da Valexport pode ser vista nos documentos da própria associação já depois de formada.

A VALEXPORTE foi criada em 1988 com o objetivo de representar o empresário hortifrutigranjeiro local de forma institucional, intervindo junto aos poderes públicos constituídos, sejam eles nacionais ou internacionais. (...) Manter relacionamentos e firmar convênios com órgãos, entidades e empresas públicas ou privadas, no país e no exterior, que exerçam atividades relacionadas com a produção, preparação, transporte, armazenamento, comercialização, exportação e promoção de produtos hortifrutigranjeiros no Brasil e no exterior, em todas as formas, inclusive através de participações em feiras, exposições, com fundos próprios ou de terceiros (VALEXPORTE, 2014, p. 6).

A Codevasf apoiou a criação da associação custeando as despesas com o aluguel, equipamentos e mobiliário, pagou o salário de um técnico para administração por um ano, desenhou os estatutos, contratou estudo sobre viabilidade de exportação de frutas e vegetais para Europa e divulgou as frutas do SMSF em feiras da Europa.

A Cotia desempenhou um papel diretivo nesse processo ao ensinar como exportar, deslocando diretores de sua área de exportação em São Paulo para o SMSF e pagando seus salários até que a Valexport pudesse contratá-los. O objetivo da associação não foi apenas atuar na diminuição dos custos de produção, mas monitorar e aferir o controle de qualidade das frutas de seus associados que deveriam ser exportadas.

Em 1994, a Cotia faliu, mas cumpriu com a sua missão de transformar mentalidades. Os fatos decorrentes após a decretação da falência expressaram o alcance da autogestão, fato também decisivo para a configuração do espírito de cooperação de um *cluster*, que promove a competição com a cooperação. Os rivais competem intensamente por consumidores. Sem uma vigorosa competição, o *cluster* pode falir. Por isso a necessidade de cooperação. A competição pode existir com cooperação porque ocorre em diferentes dimensões entre diferentes *players* (PORTER, 1998).

Frustrados com a falência, fruticultores fundaram a Cooperativa Agrícola de Juazeiro (CAJ), que implantou um novo modelo de gestão, tornando o processo de decisão mais próximo

dos cooperados, centralizando o processo de compra de insumos e a venda da produção, tratando da padronização dos processos e procedimentos de produção – pós-colheita, embalagem, resfriamento e transporte – e criando uma marca própria para exportação de frutas, a *Copacabana Gold* (SILVA, 2001).

Em 1992, membros da Valexport formaram um grupo interno e criaram a *Brazilian Grapes Marketing Board* (BGMB), cuja presidência ficou a cargo da CAJ. O BGMB funcionou como uma marca própria, os fruticultores deveriam manter um controle de qualidade rigoroso na produção, que seria auditado mensalmente. A BGMB estimulava os pequenos produtores a formarem associações para ingressarem no *board*, tal medida os ajudava no aumento de serviços compartilhados e diminuía os custos tarifários relacionadas à exportação (SELWYN, 2008, 2013).

As atribuições da Valexport estão relacionadas a sua estrutura interna, que são várias, mas aqui cabe tratar de um ponto específico: as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT). Fruticultores e trabalhadores do SMSF se reúnem e definem uma convenção de trabalho definindo regras, benefícios e salários, tendo a Valexport como coordenadora do evento, com a mediação das Gerências Regionais do Trabalho e Emprego nas cidades de Juazeiro e Petrolina (VALEXPOR, 2014).

Outra de suas atribuições é a organização do *pool* de fretes marítimos, “tem como principal tarefa a organização dos volumes a serem exportados em navios, a consolidação da carga, a contratação dos armadores e dos operadores portuários” (SILVA, 2001, p. 136). Assim, a Valexport se legitimou como ator político entre os produtores ao tornar-se o elo entre os fruticultores e os compradores externos, ao mesmo tempo, assumiu o papel de fiadora da qualidade dos frutos para os mercados internacionais, ao auditar a qualidade da produção dos seus associados.

Por outro lado, a Valexport transformou-se num ator político importante, agregando os interesses dos fruticultores do SMSF e estendendo sua área de influência. Em 1995, junto com a associação dos produtores de frutas do Sul do país, criou o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF), que se tornou a organização mais importante para os exportadores. Um membro da Valexport participou como representante do setor privado nas negociações de diminuição de tarifas em reuniões do Mercosul. Em 1996, foi parte integrante do Conselho da Autoridade Portuária, sugerindo melhoras para os portos. Já em 1996 e 1997, pressionou parlamentares no Congresso Nacional para incluírem verbas para a construção de uma estrada de ferro entre Recife e Salgueiro e convenceu o Ministério da Agricultura a designar um representante da associação para participar do Conselho de Pesquisa da Embrapa. Além disso, participou da Comissão Nacional da Fruticultura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) (DAMIANI, 1999; SILVA, 2001).

Aristeu Chaves foi um dos pioneiros na produção de manga no SMSF e fundador da Valexport. Em seu depoimento, ficam claras as articulações da associação.

Primeiro você fazia o projeto. A Embrapa do Vale competia com a Embrapa de São Paulo. Cada um queria desenvolver, ter mais pesquisa em sua Embrapa, no Semiárido, etc... Nós éramos parceiros ali... a gente chegava lá no Ministério da Agricultura, a Associação de Produtores e a Embrapa alinhada e dali a gente ia pra demanda, ia pra o setor competente, que tinha uma lista de mil pedidos também. Aí a gente ia bater na porta dos políticos, ia pra vice-presidência de Marco Maciel, ia pra parte da Bahia, ia pra o Osvaldo Coelho³.

A atuação da Valexport revela que a associação se tornou um ator importante, um *player* capaz de influenciar as políticas públicas do Estado, ao organizar, coordenar e canalizar as demandas do empresariado para dentro das engrenagens estatais, fazendo-as se moverem em seu favor pelo seu poder de *lobby*. Na arena de disputas em torno do projeto de desenvolvimento, tornou-se, nos anos 1990 e 2000, o principal *player* a pintar e ordenar os caminhos do desenvolvimento, tanto no ambiente privado quanto no espaço público.

A peça que faltava: a inclusão dos trabalhadores

O êxito da fruticultura não poderia deixar de fora a força de trabalho. Tal intento tem sido prejudicado por não haver números confiáveis com relação ao tamanho da força de trabalho na fruticultura. Assim, autores trabalharam com números diversos de fontes que tratam de assuntos diferentes, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o Censo agropecuário do IBGE, informações da Codevasf e dos sindicatos de trabalhadores rurais. Os números mais gerais de empregos gerados pela fruticultura irrigada impressionam. Segundo a Valexport: “estima-se que são gerados em média 2,0 empregos por hectare irrigado, gerando um total de 240.000 empregos diretos e 960.000 empregos indiretos” (VALEXPORT, 2014, p. 3). A Associação Comercial Industrial e Agrícola de Juazeiro trabalha com números semelhantes. Não há clareza de como chegaram a estes números.

Os dados estatísticos oficiais como o Censo Agropecuário, os dados da RAIS e o CAGED têm limitações por levar em consideração apenas os vínculos formais e, em alguns casos, não levar em conta as contratações sazonais, ocorridas em épocas de safra, que, segundo estimativas, aumentam consideravelmente o total da força de trabalho durante os meses de colheita. Alguns autores trabalharam com margens diferentes, que vão de 20 mil para alguns, enquanto outros optam por 40 mil e até 60 mil. Os autores tendem a acreditar que os números de trabalhadores permanentes estejam entre 50% e 60% do total da força de trabalho (SOUTO JR; MOTA SILVA; ALMEIDA, 2015).

Em meados dos anos 1990, as exportações já eram um negócio promissor no SMSF e na mesma época avolumavam-se as denúncias nos principais jornais de Pernambuco sobre

³ Entrevista com Aristeu Chaves, liderança empresarial, realizada em Recife, em 12 de fevereiro de 2019.

as péssimas condições de trabalho na fruticultura irrigada: trabalho infantil, transporte dos trabalhadores realizado de forma irregular, inexistência de dormitórios, refeitórios e água potável nos locais de trabalho, não pagamento de horas extras, trabalhadores sem carteira assinada, jornada de trabalho excessiva, etc. (SOUTO JR, 2011, 2013).

Foi nos anos 1990 que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Petrolina (STTR) iniciou o processo de organização dos assalariados na fruticultura com o objetivo de reivindicar direitos e melhorias nas condições de trabalho. Fundado em 27 de julho de 1963, o STTR teve sua história associada à expansão das organizações dos trabalhadores rurais no campo, na década de 1960, com a ajuda da Igreja Católica. Naquela época, o STTR reunia pequenos agricultores, pescadores, ribeirinhos e funcionava em uma pequena casa de propriedade da Diocese de Petrolina.

A organização dos assalariados rurais aconteceu nos anos 1990, após a falência da agroindústria e a ascensão da fruticultura. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) mantinham discussões com o objetivo de organizar os trabalhadores do SMSF e promover uma campanha salarial nos moldes da experiência da Convenção Coletiva dos Trabalhadores da Cana de Açúcar. A Fetape iniciou a organização dos assalariados da fruticultura em 1989. A primeira dificuldade foi interna, convencer os dirigentes, alguns pequenos produtores e empregadores, da necessidade de organizar os assalariados. Em 1992, iniciaram as negociações pelo fim do trabalho infantil, resultado de uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O segundo passo foi regularizar a situação dos trabalhadores sem carteira de trabalho. No ano de 1994, apareceram os primeiros registros de greve no SMSF, em Santa Maria da Boa Vista e em Petrolina. A imprensa tratou da greve destacando a organização dos trabalhadores, que apresentaram uma pauta com 67 itens, e a desorganização do patronato⁴.

O sindicato patronal foi fundado em 1965 – Sindicato Rural de Petrolina – presidido por Geraldo Coelho, político da oligarquia local. Para Silva, esta iniciativa tinha o objetivo “de consolidar a influência de um grupo político local sobre os produtores, segundo as práticas do ‘clientelismo’ tradicional e, também, contrapor-se aos esforços da Igreja em organizar os trabalhadores rurais na região” (SILVA, 2001, p. 123). As dificuldades para iniciarem as primeiras negociações foram grandes, parte delas porque o empresariado estava dividido. De acordo com assessores e empresários, pôde-se perceber: a) parte significativa dos empresários estavam surpresos com a adesão dos trabalhadores às movimentações sindicais; b) as negativas de setores empresariais em dialogar com os trabalhadores se deviam a uma total falta de preparo para lidar com o conflito; c) o lócus da representação de interesses empresariais não estava no sindicato patronal, mas na Valeexport, que manteve uma posição aberta e de promoção do diálogo.

A postura adotada pela Valeexport pode ser entendida a partir da seguinte lógica: a) à frente da associação estavam os grandes produtores, que mantinham uma visão mais aberta

4 No Sertão a história é outra. Jornal do Commercio, Recife, 18 de janeiro de 1994.

do conflito, parte deles era composta de proprietários de grandes empresas que mantinham negócios em outros ramos da economia e em outros estados da federação; b) além disso, os mais envolvidos com a associação compreendiam o papel político que desempenhavam e a importância do diálogo; c) havia a percepção de que a continuidade da greve poderia estragar toda a produção, tendo em vista se tratar de frutas frescas; d) parte dos empresários temiam o dano que poderia ser causado à imagem da região no mercado externo, caso o SMSF fosse associado ao não cumprimento de direitos trabalhistas⁵; e) assessores contratados pela Valexport, com experiência nas negociações com o patronato da cana-de-açúcar da Zona da Mata, viram com bons olhos a proposta da Fetape em estabelecer uma CCT com negociações anuais e acreditavam que seria uma forma de evitar surpresas como interrupções da produção, além do mais, o acordo traria maior previsibilidade para o processo de produção; por fim, f) a CCT estendida para todo o SMSF tornaria o preço da força de trabalho uniforme, permitindo igualdade na competição entre os empresários da Bahia e de Pernambuco, que praticavam preços diferentes.

Os produtores locais acharam primeiramente que isso era um movimento revolucionário, comunista, aquela coisa toda, era primeira impressão, a gente teve que desmistificar isso [...] isso era prova do regime do livre mercado, mas eles tiveram muito medo disso, e eles nunca tinham ouvido falar, eles conheciam, pelos contadores e advogados, a CLT, sabiam que existiam os direitos a serem cumpridos, com relação aos trabalhadores rurais [...] além da cultura da negociação foi a cultura dos direitos em si que estavam sendo postulados [...] a gente gastava muito tempo para nivelar o entendimento até interno⁶.

Diante das dificuldades e da importância que a questão tomou, houve a participação direta da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Pernambuco⁷ (SRTE), que atuou como mediadora. Por outro lado, a intensificação das fiscalizações nas fazendas pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRTE), a pedido dos sindicatos, terminou por fortalecê-los diante dos trabalhadores.

Em 1994, foi assinada a primeira Convenção Coletiva de Trabalho dos Assalariados da Fruticultura. O sindicato patronal assinou a convenção para atender as exigências da lei. Até 2014 a Valexport coloca-se como organizadora da convenção (VALEEXPORT, 2014). Nos anos seguintes, a mesma CCT passou a ser assinada por sindicatos de trabalhadores da Bahia

5 Não é objeto deste artigo, mas cabe mencionar que um dos principais selos de certificação de qualidade requeridos pelos grandes varejistas europeus como condição para que os fruticultores estejam habilitados para exportarem as frutas do Vale, o GLOBALGAP, requer o cumprimento da seguinte pauta, entre outras: a) disponibilidade de equipamentos e vestuário adequado para proteção contra os riscos à saúde; b) acesso fácil a banheiros limpos com ducha pelos trabalhadores; c) treinamento para utilização de equipamentos perigosos; e d) que os riscos devem ser claramente identificados por sinais sonoros (SELWYN, 2011: 1318).

6 Entrevista de José Otávio, advogado do patronato na CCT, à equipe de pesquisa. Recife, 30 de abril de 2012.

7 Na época era chamada de Delegacia Regional do Trabalho e a atual Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Petrolina era chamada de Sub-Delegacia Regional do Trabalho em Petrolina.

e Pernambuco⁸. Após a CCT, o STTR de Petrolina cresceu em número de filiados. Atualmente, o sindicato construiu uma sede própria com dois pavimentos, elevador, auditório, cozinha, inúmeras salas de escritórios com ar-condicionado e possuía três automóveis. A receita de 2014 do sindicato foi da ordem de R\$ 2.197.715,98 e o total das despesas foi R\$ 2.246.026,07⁹. Até o início dos anos 1990, quando não tinha sido assinada nenhuma CCT, o STTR não tinha nem um bem: “o sindicato não tinha uma bicicleta pra andar, depois que a gente fechou, que foi feito o pagamento, os trabalhadores começaram a acreditar e pagar o sindicato, com menos de três meses a gente já tinha comprado um carro pra o sindicato”¹⁰.

É inevitável a conclusão de que o modelo de desenvolvimento no SMSF requereu, na hora devida, a organização dos trabalhadores capazes de negociar nos marcos da sociedade de mercado. O trabalhador como agente político é necessário à produção. Sem os trabalhadores organizados, as interrupções do processo de produção poderiam ser bastante custosas ao patronado. Não haveria necessidade de destruir as fábricas, como fizeram os *luddistas*. Bastaria parar a produção em qualquer fase para estragar o produto e colocar a perder o capital investido.

Portanto, compreendendo esse processo pela perspectiva da arena política, o empresariado disputou primeiro entre si, para decidir se incorporaria os trabalhadores ao jogo do desenvolvimento. Na perspectiva da fração dos que venceram a disputa, trazer os trabalhadores para dentro da arena seria assumi-los como um ator político importante, o que alteraria o *status quo* dos participantes, garantindo aos trabalhadores o direito de negociar. Reconhecê-los como sujeitos foi trazê-los para o centro da disputa política, mas diminuiria a possibilidade de ruptura, garantindo que a solução dos conflitos seria negociada. Para Sardan, os conflitos permitem a continuidade dos vínculos sociais, ao transformar as expressões de tensões sociais em válvulas de segurança, fornecendo procedimentos ritualizados para suas resoluções (SARDAN, 2005).

As consequências desse processo podem ser vistas nas negociações das CCT. Mota Silva (2014) analisou as CCTs de 1994 até a de 2013 e concluiu que os trabalhadores vivenciaram vitórias e também derrotas. No bojo das cláusulas reivindicadas, havia direitos já adquiridos e, em alguns casos, derrotas para os trabalhadores, como a introdução do banco de horas. Rodrigues (2009), chegou à mesma conclusão sobre os direitos já existentes, mas que não eram cumpridos. As convenções teriam o sentido de, por meio da mobilização e assinatura, reafirmar esses direitos e legitimar os trabalhadores nas mesas de negociações.

Em artigo recente analisamos os resultados das negociações das convenções desde 2004, o resultado da análise foi que as CCTs abriram um caminho de direitos para os assalariados

8 Participam da construção e negociação da convenção coletiva, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de: Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Belém do São Francisco, Lagoa Grande e Cabrobó, todos em Pernambuco, e Juazeiro, Casa Nova, Sento-Sé, Sobradinho, Curaçá e Abaré, na Bahia, Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

9 Relatório de Contas STR-Petrolina (Exercício 2014). Dados obtidos na Assembleia Geral Extraordinária do STR, no dia 22 de junho de 2015, pelo pesquisador Guilherme José Mota Silva.

10 Entrevista com uma liderança sindical realizada em Petrolina, em 2011.

da fruticultura. Mas, ao longo do tempo, os ganhos ficaram aquém da capacidade de barganha dos sindicatos, os ganhos em relação ao salário mínimo, por exemplo, foram menores ao longo do tempo, tendo em vista o fato de que o sindicato se tornou mais robusto e com capacidade de contratar assessorias. Demonstrou-se que houve ganhos reais de salário acima do mínimo oficial. Contudo, “a hipótese é a de que os sindicatos se habituaram à rotina burocrática desde a primeira CCT, tendo crescido enormemente em tamanho e arrecadação e perdendo o protagonismo junto às bases (SOUTO JR; MOTA SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 23-24).

Considerações finais

Para o entendimento do desenvolvimento do SMSF, foi utilizado o conceito de *cluster* de Porter (1998) e arena de Sardan (2005), perspectiva que ressalta a construção de relações sociais e do modelo de desenvolvimento sob a ótica da interação e conflito dos atores sociais. Num primeiro momento, o Estado e suas agências assumem protagonismo ao construir a infraestrutura, modelar e direcionar os investimentos com o objetivo de incentivar a agroindústria. À medida que o Estado avançou no desenho do projeto de desenvolvimento, o estímulo à dinâmica da iniciativa privada se deu na forma de recrutamento de produtores situados no polo mais dinâmico da agricultura moderna brasileira, as cooperativas (MENDONÇA, 2010).

O associativismo trouxe uma racionalidade que dinamizou as relações comerciais ao mesmo tempo em que iam se conformando no SMSF as características de um *cluster*, que demanda uma diversidade de atores sociais competindo em cooperação. As formas associativas dinamizaram a iniciativa privada integrando as ações e unificando os interesses privados comerciais. A constituição de um novo sujeito político ligado aos fruticultores, à Valexport, deu unidade política ao núcleo mais dinâmico da fruticultura irrigada, pautando a agenda política mais geral e reordenando as prioridades das agências estatais.

A insurgência dos trabalhadores nos anos 1990 redefiniu o clima de relativa harmonia no arranjo político entre o Estado, as agências estatais e os empresários. O reconhecimento dos trabalhadores como sujeito aconteceu após a unidade dos interesses políticos do empresariado pela Valexport. A entrada dos trabalhadores para a arena conferiu-lhes o *status* de sujeito ao mesmo tempo em que coroou o protagonismo da Valexport, no que chamamos “modelo de desenvolvimento”, ao garantir um canal de resolução de conflitos entre trabalhadores e empresários na forma da CCT, que é mediada pelos órgãos fiscalizadores do Estado, conferindo um incontestável atestado de boas relações entre capital e trabalho, além de garantir o fato primordial para a produção do agronegócio, a previsibilidade.

Referências

BLOCH, D. *As frutas amargas do velho chico: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco*. São Paulo: Livros da Terra, Oxfam, 1996.

- CARNEIRO, Marcelo S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 129-158, 2012.
- CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, 1997.
- CAVALCANTI, J. S. B. Globalização, novas regiões de produção agrícola e desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 25, p. 109-121, jan./dez. 1996.
- CAVALCANTI, J. S. B.; MOTA, D. M. da; SILVA, C. B. da. **Os trabalhadores no contexto da globalização dos alimentos**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.
- DAMIANI, O. **Beyond market failures: irrigation, the state, and non-traditional agriculture in Northeast Brazil**. 1999. Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1999.
- DUARTE, Jorge. Prosa com Eliseu. Brasília, DF: Embrapa, 2018.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GOMES, R. **Upgrading without exclusion: lessons from SMEs in fresh fruit clusters in Brazil, unpublished doctoral thesis**. Massachusetts: MIT Department of Urban Studies and Planning, 2004.
- GILL, R. Análise de discurso. In: Bauer, M.W.; Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som: Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 244- 270.
- GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 65-72, abr./jun. 1997.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.
- MOTA SILVA, G. J. **Frutos do desenvolvimento: as contradições do capital e a construção de uma política sindical de assalariados rurais da fruticultura irrigada no submédio São Francisco**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2014.
- NOVAES, R. Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 171-196.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Nordeste, Sudene, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, 2001.
- PORTER, Michael E. Clusters and the New Economics of Competition. *Havard Business Review*, Massachusetts, p. 1-31. nov./dez. 1998. Disponível em: <https://hbr.org/1998/11/clusters-and-the-new-economics-of-competition>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- RODRIGUES, V. de O. **Globalização da agricultura e mudança no mundo do trabalho: os trabalhadores rurais do Vale do São Francisco**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- SARDAN, Jean-Pierre Olivier. **Anthropology and development: understanding contemporary social changes**. London : Zed books, 2005.
- SELWYN, Ben. Globalized Horticulture: The Formation and Global Integration of Export Grape Production in North East Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 4, p. 537-563, out. 2010.

- SELWYN, Ben. Institutions, Upgrading and Development: Evidence From North East Brazilian Export Horticulture. **Competition & change**, v. 12, n. 4, p. 377-396, dez. 2008.
- SELWYN, Ben. The global retail revolution, fruticulture and economic development in north-east Brazil. **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 1, p. 153-179, 2013.
- SELWYN, Ben. Labour flexibility in export horticulture: a case study of northeast Brazilian grape production. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 4, p. 761-782, 2009.
- SILVA, Pedro Gama da. **Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-Pe/Juazeiro-Ba**: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. 2001. Tese (Doutorado em economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- SILVA, Pedro Gama da. Dinâmica e crise da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. In: SILVA, Aldenor Gomes da; CAVALCANTI, Josefa Saete B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarinha Centro de Cultura, 2009. p. 69-95.
- SOUTO JR, J. F. O Vale Encantado do São Francisco: desenvolvimentismo e sindicalismo rural (1990 - 2008). **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 2, p. 1-13, jan/jul. 2011.
- SOUTO JR, J. F. Se parar, a fruta apodrece: fordismo e sindicatos no Vale do São Francisco. **REED – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 7, n. 1, p. 1-20, jul./dez. 2013.
- SOUTO JR, J. F.; MOTA SILVA, G. J. M. O lugar da ausência: luta de classes e direitos na fruticultura irrigada do São Francisco. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 13, 2013, Curitiba. **Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET**. Curitiba: UFPR, 2013. p. 76-102.
- SOUTO JR, J. F.; MOTA SILVA, G. J.; ALMEIDA, Camilla. Frutos do desenvolvimento: trabalho, ação coletiva e sindicalismo no Submédio São Francisco. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 14, 2015, Campinas. **Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET**. Campinas: Unicamp, 2015. p. 69-95.
- VALEEXPORT. **O potencial do Vale do São Francisco Brasil**. Petrolina-PE, 2013.
- VALEEXPORT. **Há 26 anos unindo forças para o desenvolvimento do Vale do São Francisco e da fruticultura brasileira**. Petrolina-PE, 2014.

Recebido em: 28/05/2018

Aceito em: 8/05/2019

**DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024:
ardilosas apropriações da noção de valorização do trabalho docente**

**FROM THE FEDERAL CONSTITUTION OF 1988
TO THE NATIONAL PLAN OF EDUCATION 2014-2024:
cunning appropriations of valorization's notion of the teacher's work**

Robson da Silva Rodrigues*
Áurea de Carvalho Costa**

Resumo

O objetivo deste artigo foi apreender as noções de valorização do trabalho do professor presentes nas políticas educacionais federais. Realizamos análises bibliográficas e documentais sobre o referencial teórico do materialismo histórico dialético. A desvalorização verificada no cotidiano escolar e sobre aqueles que concretizam a prática educativa contradiz as políticas educacionais que diziam almejar a valorização dos professores. Esta contradição decorre da aplicação de noções de valorização esvaziadas de sentido axiológico, de modo que os critérios de reconhecimento do valor do professor estão relacionados ao cumprimento de prescrições externas sobre o seu trabalho e que resultam em recompensas na forma de remuneração, benefícios e progressão na carreira, articulados à cultura do desempenho e da performance considerada mais adequada às legislações estatais. Identificamos nas legislações federais do período de 1988 a 2014 uma ardilosa apropriação do termo “valorização”, que obscureceu a dimensão axiológica que tem no reconhecimento social da categoria de professores do ensino básico – pela sua função social, seus saberes técnicos, teóricos e experienciais – os fundamentos de valorização para além da garantia de salários, plano de carreira, assistência previdenciária e condições de trabalho, sendo necessária a superação deste entendimento e a compreensão de que os problemas enfrentados pelos professores são inerentes às condições de trabalho do modo de produção capitalista, sendo fundamental reiterar que a luta pela valorização, não só do trabalho dos professores, mas de todas as categorias profissionais, sempre se dará dentro dos limites de relações de exploração no modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Educação e Estado. Trabalho docente. Política educacional. Valor.

Abstract

The objective of this article was to obtain the notions of valorization of the work of the teacher present in the federal educational policies. We have done bibliographic and documentary studies about the theoretical reference on historical and dialectical materialism. The devaluation found in the school daily life and on those that materialize the educational practice contradicts the educational policies that was supposed to aim for the appreciation of the teachers. This contradiction arises from the application of notions devoid of axiological meaning, so that the criteria for recognition on the value of the teacher are related to the fulfillment of external prescriptions about his or her work and that results in rewards in the form of remuneration, benefits and career progression, articulated in the culture of performance and the work that is considered more adequate to state legislations. We have identified in the federal legislations from 1988 to 2014 a cunning appropriation of the term “valorization”, which obscured the axiological dimension of social recognition on this category of primary school teachers - by their social function, their technical skills, theoretical and experiential roles - the fundamentals of valorization beyond wage contracts, career plan, social security and working conditions, it being necessary to surpassing this understanding and the comprehension that the problems faced by teachers are inherent to the working conditions of the capitalist way of production, and it is fundamental to reiterate that the struggle to effective valorization not only of the work of teachers but of all professional categories always will be inside of the limits of exploration relations in the capitalist way of production.

Keywords: Education and State. Teacher's work. Educational policy. Value.

* Pedagogo (UFSCar) e Mestre em Educação (PPGE/UNESP Rio Claro). E-mail: rob.edu@tutamail.com

** Pedagoga (UNESP), Mestre em Fundamentos da Educação (UFSCar), Doutora em Educação (UNICAMP), docente no Departamento de Educação e no PPGE da UNESP (Rio Claro) e coordenadora do GPEMEC. E-mail: aurea.costa@unesp.br

Introdução

As reivindicações dos professores por medidas efetivas de valorização remontam à Constituinte do Império, na década de 1820. Para o recorte do presente artigo, não é demais retomar que a expansão do ensino de primeiro grau imposta pelo regime civil-militar com as reformas de 1968 e de 1971, no que diz respeito aos professores, resultou na intensificação de seu trabalho e no rebaixamento salarial até hoje não revertido (MONLEVADE, 2000). Se por um lado, houve a massificação do atendimento escolar no ensino básico, naquela conjuntura, por outro, não houve ampliação na aplicação de recursos para esse fim, de modo que essa política foi consolidada às custas da intensificação e da precarização do trabalho docente, não sem resistências, pois “Os baixos salários e as péssimas condições de trabalho levaram os/as docentes a organizarem-se contra o arrocho salarial e pela melhoria da educação, através de associações, sindicatos, fóruns, etc.” (ROCHA, 2009, p. 26).

Da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a pauta da valorização do trabalho do professor figurou em praticamente todas as políticas educacionais, motivo pelo qual a noção de valorização do trabalho docente guarda uma contradição que tem sido objeto de reflexões sob diferentes aspectos, tais como do financiamento, em que foi avaliada a relação entre a valorização docente e a qualidade do ensino a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) (RAMOS, 2008); ou a questão remuneratória, referente à Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os professores, focando o papel dos partidos, do Governo Federal e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no Congresso Nacional, durante sua tramitação (VIEIRA, 2013); e, ainda, estudos que dão um panorama da produção acadêmica sobre essa noção de valorização nas políticas educacionais entre 1999 e 2009, situando-a no contexto da crise estrutural do sistema do capital, que se constitui em excelente material (BERLATTO, 2011). Dentre todos, o que mais nos instigou para refletir sobre critérios de valorização foi o trabalho de Facci (2004) sobre a especificidade pedagógica do trabalho docente, cuja pesquisa nos chamou a atenção para o desafio de se discutir a reivindicação de políticas de valorização do professor fundamentadas no reconhecimento social, na autonomia, no *savoir-faire*. Nos indagamos, portanto, se a valorização requer para além das garantias de salário e carreira, também a liberdade de cátedra, a autonomia pedagógica e a efetiva participação nas decisões sobre as políticas educacionais, dando ao professor poderes consultivos e deliberativos sobre os rumos da educação escolar brasileira.

Este artigo objetiva demonstrar que as noções de valorização presentes nas principais políticas balizadoras da educação no país reduziram o debate à sua dimensão econômica, assim como buscaram alicerçar medidas de controle sobre o trabalho do professor, descaracterizando o sentido axiológico do termo e problematizando a tendência imediata ao afirmar que a valorização do trabalho dos professores consiste em garantir-lhes adequados salários, bem

como condições de trabalho e formação condizentes com as demandas profissionais, uma vez que os salários, as condições de trabalho e a formação correspondem tão somente às dimensões econômicas limitadas pelo antagonismo essencial entre capital e trabalho e, portanto, dizem respeito aos conflitos inerentes à venda e condições de usufruto da força de trabalho, reduzindo o entendimento sobre a atribuição de valor. Para tal, procedemos à análise documental do conteúdo de oito legislações federais desde a Constituição Federal de 1988, até o Plano Nacional de Educação 2014-2024, com ênfase na forma como apresentou-se a noção de valorização.

O texto se estrutura nesta introdução, em uma breve síntese teórica que fundamenta as hipóteses e a problematização, em dois subitens referentes à análise da legislação federal em dois momentos, um imediatamente após o processo de redemocratização do país, momento de esperança na recuperação das instituições democráticas como estratégia de ampliação de direitos, frustrada pela implantação da reforma do Estado neoliberal; e outro na conjuntura de governos populares, em que se esperava que o protagonismo do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal trouxesse uma significativa recuperação dos direitos destituídos no período anterior, culminando com uma síntese do nosso entendimento sobre o tema nas considerações finais.

Docência: um trabalho de valor

As pesquisas têm demonstrado que a noção de valorização docente não alcança o estatuto de conceito, devido ao fato de se referir a um fenômeno que nasce como resposta às reações da classe trabalhadora mediante um real processo de abstração e atribuição de baixos valores ao trabalho humano em geral. No âmbito desse complexo, surgem análises de aspectos imediatamente econômicos, como salário e vantagens; aspectos mediatamente econômico-corporativos, como direitos e benefícios, e aspectos axiológicos, que se referem ao reconhecimento da função social do professor, nos processos de humanização dos seres humanos, que envolvem não só o estatuto, mas as condições de trabalho e de vida desses profissionais. Somente investigando todos os aspectos desse fenômeno concreto será possível, por meio de um esforço conjunto, atravessar a pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976) e atingir o âmago da questão: é possível valorizar o trabalho docente no modo e produção capitalista? O valor do trabalho docente é mensurável?

Não é possível analisar a valorização sem considerar o seu anverso, que é a desvalorização. Compartilhamos a hipótese de que desde o século XIX (VILLELA, 2003) o Estado tem constituído dispositivos de controle do professor sob a lógica da recompensa mediante a obediência, a renúncia de direitos, a dedicação abnegada e a resiliência, e não sua valorização. De fato, o reconhecimento do trabalho do professor inclui salários dignos, contratos e condições de trabalho adequadas, estabilidade no emprego, plano de carreira, previdência, jornada reduzida com tempo para preparo das aulas, poucos alunos em sala de aula, formação condizente com a formulação de respostas e metodologias que garantam o aprendizado e a educação de qualidade

aos educandos, reconhecimento social, liberdade de cátedra e outros elementos objetivos, demonstrando a complexidade da questão e compreendendo um conjunto de medidas dependentes do aparelho do Estado para serem concretizados sob a forma de políticas com impacto na categoria e em cada professor individualmente, envolvendo aspectos materiais e simbólicos, imediatos e mediatos (VIEIRA, 2013). Dessa forma, quem estabelece o valor do professor e os critérios para tal valorização é o “Estado-contratante”, por vezes convertendo-se em mais uma forma para o controle do trabalho docente, pelo mecanismo da recompensa dos professores que respondem aos requisitos desejados.

Se os salários dizem respeito ao pagamento da força de trabalho vendida pelo trabalhador, cuja função é possibilitar que esta força de trabalho se mantenha viva, se reproduza e consiga retornar continuamente ao seu posto de trabalho, então, tomar o salário como referência para a valorização constitui-se numa redução economicista.

Da mesma forma, a melhoria nas condições de trabalho diz respeito tão somente à garantia de que a venda da força de trabalho se realize reduzindo-se os níveis de morbidade, o que consiste em ponto de tensionamento entre capital e trabalho, projetado como tensionamento entre os governos e o professor, funcionário público, que mesmo sem ser objeto de extração da mais-valia é objeto de opressão e exploração.

Em países com profundas desigualdades sociais e econômicas, com desigual distribuição da renda, como o Brasil, o rebaixamento salarial chega a ameaçar o provimento da sobrevivência a um contingente significativo de professores que, para complementarem a renda, se submetem a jornadas de até 60 horas semanais, cuja situação contribui para o adoecimento, o rebaixamento da capacidade de trabalho da categoria, bem como a perda de qualidade da educação. Assim, as disputas em torno do salário dos professores evidenciam a sua desvalorização, uma vez que o histórico arrocho salarial no Brasil tem resultado em empobrecimento, adoecimento e interdição de acesso aos bens culturais, uma das “matérias-primas” de seu fazer pedagógico. Disso podemos estabelecer como hipótese que se dá uma relação dialética do tipo valorização-desvalorização do professor, expressa na forma da lei como uma noção polissêmica de valorização, cujo conteúdo varia, servindo, antes, como retórica – para a aplicação de um severo regime de controle do trabalho docente e redução ao trabalho abstrato, destituindo-o de autonomia –, do que como reconhecimento da importância e da especificidade de sua função social.

No modo de produção capitalista, o trabalho docente tende a ser reduzido a trabalho abstrato, cujo valor é aprisionado à dimensão do preço por *quantum* de trabalho, abstraindo-se de seus aspectos qualitativos objetivos e subjetivos (MARX, 2013). Neste modo de produção, o trabalho não tem valor *per se* no sentido do reconhecimento de sua função social do sujeito trabalhador como sujeito político capaz de transformar a realidade, mas assume valor quantitativo, em função de horas trabalhadas, independentemente do tipo de atividade, cuja atribuição de preço se dá a partir dos critérios da classe que detém o domínio econômico e a direção política da sociedade, conforme a lógica da oferta e da procura, independentemente

do valor substantivo do trabalho. Diante de tal realidade, os governos administram a disputa interclassista pelos critérios de valorização do trabalho por meio do rebaixamento e do esvaziamento dos conteúdos do trabalho do professor – em poucas palavras, aprofundando o processo de alienação, que consiste na destituição do controle e dos conteúdos do trabalho, bem como nas relações estranhadas com o objeto de trabalho, tornando-os mais vulneráveis à ação reguladora das políticas educacionais.

Uma remuneração que possibilite a vida digna é condição mínima, mas não suficiente, para a valorização do trabalho. No caso dos docentes, a luta pelo preço da hora de trabalho é parte da luta pela valorização da categoria docente no capitalismo e da própria educação, mas, ainda que conquistem altos salários, isso não suprime as outras dimensões, como as condições de trabalho, a perda de autonomia e a liberdade de cátedra.

Nas atividades laborais complexas como a docência, demanda-se custos de formação mais altos, mas, apesar disso, a categoria docente tem sofrido as mesmas injunções pela performatividade e produtividade que trabalhadores da produção de bens materiais. O capital persegue o controle sobre os critérios de atribuição de qualidade ao trabalhador de acordo com seus fins, do perfil requisitado, em vez de reconhecer e remunerar os trabalhadores a partir de seus conhecimentos técnicos, experiência profissional e função social.

Os diversos governos possuem clareza e coerência de objetivos quando se trata dos cursos de formação de professores, seja inicial ou continuada, cujas concepções pedagógicas estão alinhadas às determinações dos organismos internacionais que orientam a economia e política dos países considerados em desenvolvimento, submetendo-as às demandas educacionais articuladas diretamente à preparação dos trabalhadores para se adaptarem aos processos de acumulação e reprodução do capital. Se, por um lado, a oportunidade de formação em serviço, na forma de uma política pública de cursos gratuitos de formação, é uma reivindicação histórica da categoria, por outro, os governos têm apresentado tal formação como forma de valorização, oferecendo cursos que conformam um determinado perfil profissional já prescrito pelo âmbito governamental, tratando-se de ponto de tensionamento e disputa ideológica, pois os professores necessitam de formação que os enriqueça e prepare para enfrentar as vicissitudes do trabalho, fortalecendo sua autonomia pedagógica, em vez de destituí-la a partir de ações formativas implementadas verticalmente.

O capital luta para aniquilar as diferenças do trabalho específico e concreto realizado por cada trabalhador, transformando-o em trabalho geral-abstrato para, assim, estabelecer a medida de valor correspondente a cada processo produtivo (MARX, 2013). O Estado, por meio de seus sucessivos governos, tem perseguido o objetivo de abstrair a especificidade do trabalho docente por meio de estratégias, como a criação de mecanismos de aferição de produtividade baseados no fluxo do produto – estudantes certificados, a vinculação da remuneração ao desempenho e à produtividade, a instituição de mecanismos de comparação e competitividade entre os docentes, o tratamento do absentéismo sob os mesmos critérios que se trata este fenômeno no mundo

fabril, desconsiderando o tipo específico de desgaste do professor, subtraindo a necessidade do professor de estar em constante processo de formação como parte dos atos de trabalho e que devem ser remunerados, sendo compreendidos como questão privada do professor, entre outros. Facci (2004) aponta que a valorização relacionada ao processo de trabalho do professor, e a correspondente concepção pedagógica que o orienta, tem importância significativa, mas não pode ser tomada isoladamente. Entendemos ser necessária a problematização da noção de valorização a partir das constatações de Facci (2004) e da superação das limitações das demais dimensões a ele associadas, tais como salário, condições de trabalho e formação.

Tempo de esperança: a conjuntura política da redemocratização brasileira e as políticas federais para os docentes do ensino básico

A crescente organização e mobilização dos professores na década de 1980 possibilitou a eleição de seus representantes para a Assembleia Nacional Constituinte, a ponto de garantir no texto da CF/88 propostas políticas relacionadas à valorização dos profissionais da educação, com estatuto de princípios que se referem à autonomia, às condições de trabalho e carreira e à participação na gestão da escola:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC n.º 19/1998 e EC n.º 53/2006) [...]

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; [...]

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; [...]

VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1988, p. 121).

O texto aprovado na CF/1988 não continha o adjetivo “nacional” relacionado ao piso salarial, o que se deu apenas em 2006, através da Emenda Constitucional n.º 53 (BRASIL, 2006) que, entre outros, também criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (BRASIL, 2007).

Verificamos uma noção de valorização que é enunciação genérica, intenção, promessa, coerente com o caráter minimalista do texto, ainda que apresente a necessidade de planos de carreiras que assegurem concursos públicos e o piso salarial. Apesar do estatuto de “princípio”, apresenta uma noção de valorização relacionada ao aspecto remuneratório. Por não se tratar de uma lei especificamente educacional, não detalha os pressupostos ou diretrizes que possibilitem

um entendimento mais apurado, mas reconhece uma autonomia do professor de ensinar e fazer suas escolhas pedagógicas, o que condiz com aquele momento de valorização da democracia representativa.

A ascensão do projeto neoliberal no Brasil como política de Estado se deu em 1990. Em 1996, neste contexto, foi aprovado pelo Congresso Nacional (CN) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996a), tendo prevalecido, nas disputas que se deram em torno do projeto, as propostas que imputaram à referida lei um caráter alinhado ao neoliberalismo. A recomendação quanto à valorização dos profissionais da educação se concretizou na forma de regulamentação mais detalhada do ingresso por concurso público, da proposição de piso salarial e de plano de carreira, retomados do texto da CF, tendo sido acrescido à noção de valorização o aperfeiçoamento profissional continuado, a progressão por titulação, habilitação e por avaliação de desempenho e plano de carreira, a regulamentação da jornada semanal, com tempo para estudos, planejamento e avaliação, e condições de trabalho, segundo as diretivas de cada sistema de ensino (BRASIL, 1996a). Nos incisos I, II, e IV, a noção de valorização do trabalho tem caráter retributivo dos esforços individuais do professor, cabendo-lhe o preparo para as seleções realizadas via concurso público e o investimento em cursos e estudos no seu tempo extrajornada, tanto para aperfeiçoamento profissional como para obtenção de títulos para progressão na carreira vinculada à avaliação de desempenho, uma vez que a letra da lei carece do reconhecimento social da categoria como protagonista no processo de ensino na escola, agente civilizadora. Em vez disso, a valorização é condicionada ao cumprimento de requisitos pelo professor-indivíduo. Nenhum professor tem, numa perspectiva axiológica, valor *a priori* pela responsabilidade que assume e pela função social que cumpre, mas somente se cumprir as exigências de formação e provar desempenho. Trata-se, antes, de um mecanismo de prescrição de perfil desejável, associado a recompensas, numa conjuntura de real desvalorização na qual os professores se encontram, muitas vezes impossibilitados do cumprimento das exigências prescritas. Nos incisos III, V e VI, assim como no II parcialmente, a valorização dos profissionais da educação se relaciona às determinações estabelecidas pelos governos, por meio de leis e decretos (definição de afastamentos, salários, composição da jornada de trabalho e condições de trabalho). Ao nos debruçarmos sobre as atribuições das tarefas aos professores que constam na LDB, constatamos que ao mesmo tempo em que os educadores passaram a poder participar na instância deliberativa máxima da escola, também lhe foram incumbidas outras tarefas, como a articulação entre escola e comunidade, tendo sido relativizada sua principal atribuição: o ensino. Há, na principal lei que orienta os sistemas de educação no país, o esvaziamento daquela que consideramos a principal atribuição do professor e um alinhamento ao ideário construtivista, no qual ao professor cabe apenas “[...] zelar pela aprendizagem dos alunos [...]” (BRASIL, 1996a, p. 6).

Portanto, a noção de valorização expressa na LDB, alicerçada nos pressupostos legais anunciados desde a CF de 1988 e considerado o contexto neoliberal da década de 1990, mescla

a prescrição de exigências relacionadas à formação, com a enunciação de condições objetivas adequadas, além de estar relacionada ao esvaziamento do conteúdo do seu trabalho e à atribuição de novas responsabilidades – dentre as quais a de garantir a qualidade da educação, independentemente das condições objetivas para isso.

Na análise sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (BRASIL, 1996b, 1996c) foi constatado por Ramos (2008) um descompasso entre a ideia de valorização, relacionada ao valor aclamado ao professor, e aquilo que chamou de valorização efetiva, relacionada ao que se propôs oficialmente no Fundo. Prevaleceu a valorização em termos de remuneração e dentro dos marcos econômicos dados, a partir dos quais o Fundef operou equilibrando as reconhecidas desigualdades salariais existentes, de forma redistributiva. O fundo não definiu um PSPN e uso do amplo termo “remuneração”, associado ao termo “condigno”, relativo a merecimento, direcionava uma noção de valorização individualizada, não centrada no conjunto da categoria. Constatamos ter ocorrido uma apropriação ardilosa do termo valorização, pois foi posto na nomenclatura do fundo ao mesmo tempo em que foi esvaziado de sentido, tendo sido reduzido à dimensão remuneratória redistributiva, aquém até mesmo das vagas noções dadas na CF de 1988 e na LDB de 1996. No Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por sua vez, não houve significativa mudança em relação à noção presente no Fundef, na qual persistiu a noção de valorização sob o aspecto remuneratório de forma redistributiva. A apropriação ardilosa do termo por parte do governo Fernando Henrique Cardoso foi mantida pelo governo Lula, que conservou a valorização na nomenclatura do fundo, preservou seu sentido esvaziado e deu continuidade ao entendimento da questão remuneratória vinculada ao mérito do professor individualmente.

O primeiro Plano Nacional de Educação, aprovado no último ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso, é considerado a principal lei decorrente da LDB, dado seu caráter global que objetivava a organização da educação nacional a partir de metas e objetivos a serem realizados nos dez anos seguintes ao de sua aprovação (HERMIDA, 2006; MOURA, 2015). Duas propostas antagônicas de plano disputaram o processo de elaboração na década de 1990: em uma, a proposta do Executivo, se expressavam os interesses do capital internacional e da ideologia das classes dominantes, pautados pela centralização na elaboração e tomada de decisões, na redução do papel do Estado com a manutenção e desenvolvimento da educação; na outra, elaborada pelos movimentos sociais organizados¹, estava expresso o projeto democrático e popular, a defesa da escola pública, com democratização da gestão, universalização da educação básica

1 O I Congresso Nacional de Educação (I CONED), realizado em 1996, em Belo Horizonte, Minas Gerais, retomou as pautas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e assumiu a tarefa de elaborar uma proposta de plano nacional de educação que se contrapusesse ao modelo educativo vigente. O II CONED, realizado, em 1997, também na capital mineira, sintetizou os debates ocorridos por todo o país no período anterior e elaborou um projeto alternativo intitulado de “Plano Nacional de Educação – proposta da sociedade brasileira” –, considerado contrário ao projeto hegemônico de educação que havia sido consagrado na LDB de 1996.

e proposta de investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação ao término da vigência do plano (contra os aproximados 4% que eram destinados na segunda metade da década de 1990²), além da reivindicação de implementação do Sistema Nacional de Educação. Depois de realizadas dezesseis audiências, o relatório final (Relatório Marchezan) descartou o projeto dos movimentos sociais, tendo a proposta do Executivo sido tomada como referência. No que diz respeito à valorização dos professores no PNE sancionado, o capítulo IV – intitulado Magistério da Educação Básica – tratou especificamente da questão, havendo ainda outras metas e considerações no restante do texto. A partir de quatro metas gerais apresentadas na Introdução, o texto aprovado elegeu cinco prioridades, tendo em vista que “[...] os recursos financeiros são limitados [...]” (BRASIL, 2001), dentre as quais destacamos a quarta:

4. Valorização dos profissionais da educação. Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério. (BRASIL, 2001).

Como vimos, a valorização era prioritária no plano e se referia à formação inicial e continuada, às condições adequadas de trabalho, ao piso salarial e à carreira do magistério, com ênfase nos primeiros aspectos (formação inicial e continuada), os quais remetiam à melhoria na preparação dos profissionais para o trabalho. No item Diagnóstico do capítulo IV, dedicado ao Magistério da Educação Básica, o texto afirmou, dentre outros, que a melhoria da qualidade do ensino só seria possível se ocorresse a valorização do magistério e apresentou o entendimento da necessidade de uma política global, que envolvesse formação inicial, condições de trabalho, salário, carreira do magistério e formação continuada, pois muitos professores abandonaram a carreira devido à situação em que se encontravam as escolas e aos baixos salários, justificando a necessidade de se pensar políticas de estímulo aos docentes. Nas Diretrizes, constou que a qualificação dos professores era um dos maiores desafios para o plano e que “A implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do País.” (BRASIL, 2001).

E na sequência afirmou que a valorização implicaria:

- * uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;
- * um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;

²Castro (2007, p. 867) apresenta os seguintes dados referentes aos gastos totais em educação em relação ao PIB: 4,01% em 1995, 3,92% em 1996, 3,63% em 1997, 4,13% em 1998, 4,06% em 1999 e 4% em 2000.

- * jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;
- * salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;
- * compromisso social e político do magistério. (BRASIL, 2001).

Vinte e oito foram as metas aprovadas e que se relacionavam à valorização dos profissionais da educação propostas pelo capítulo IV, sendo que uma meta foi vetada (meta 4), pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que dizia respeito ao piso salarial e aos planos de carreira (meta 1), duas metas eram relacionadas às condições de trabalho (metas 2 e 3), vinte e três metas diziam respeito à formação inicial e continuada (metas 5 a 27) e uma meta era de caráter amplo (meta 28). Uma análise detalhada pode ser conferida no trabalho de Rodrigues (2013). Tal como na LDB, no PNE 2001-2010, a noção de valorização esteve pautada no contexto neoliberal da década de 1990, por meio da confluência entre as exigências relacionadas à formação, às condições objetivas consideradas adequadas e à remuneração condigna.

Tempo de espera: a valorização docente nas legislações federais dos governos do Partido dos Trabalhadores

Se em 1988 se vivia um clima de renovação de esperanças na democracia, na liberdade, nos direitos civis, políticos e sociais, em vista do fim do período ditatorial, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2001, levava à retomada das expectativas de valorização dos direitos dos trabalhadores, a partir do pressuposto de que, a partir daquele momento, o Brasil passaria a ser governado por um operário, vinculado a um partido popular, do qual se poderia esperar algum tipo de avanço nos direitos do trabalho e uma melhoria nas políticas de distribuição de renda.

No que tange à categoria docente, a espera pelo estabelecimento do PSPN foi de dez anos até sua efetiva vigência. Esse direito, incorporado no texto da CF de 1988 e da LDB de 1996, começou a ganhar forma de política pública no segundo mandato de Lula, com a Emenda Constitucional n.º 53, que acrescentou o “nacional” ao texto inicial da CF e, ao ter criado o Fundeb, determinou prazo para elaboração de um projeto de lei que viesse fixar o PSPN, o que ocorreu com a aprovação da Lei n.º 11.738, em 16 de julho de 2008, (BRASIL, 2008). Essa lei estabeleceu um vencimento básico para todos os sistemas de ensino por uma jornada semanal de 40 horas, com atualização anual, considerando a proporcionalidade dos vencimentos no caso de jornadas iniciais diferentes; que no máximo 2/3 (dois terços) da carga horária devem ser dedicados a atividades com os estudantes, que compete à União a complementação ou cooperação técnica para que os entes federados cumpram a lei e que os planos de carreira e remuneração do magistério devem ser elaborados ou adequados de forma a garantir o pagamento do piso fixado. Dois artigos receberam veto presidencial: um

que previa o estabelecimento retroativo para a vigência da lei e o outro que consideraria improbidade administrativa o descumprimento da lei.

Conforme Fernandes (2015), a lei entrou em vigor em 2011 após decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF), pois havia sido alvo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4.167 movida pelos governadores do Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Uma das contradições referentes à Lei do Piso diz respeito ao valor inicialmente fixado:

As discussões referentes ao piso em 1994 apresentava o valor de R\$ 300,00, o salário mínimo era R\$ 64,75. O valor proposto, R\$ 300,00 equivalia a 4.6 salários mínimos. Ao aprovar a Lei do PSPN em 2008 o valor do piso foi de R\$ 950,00 e o salário mínimo R\$ 415,00. A perda calculada corresponde a 50%, ou seja o PSPN passou a valer 2.3 SM. (FERNANDES, 2015, p. 61).

Em 2018 seu valor era de R\$ 2.455,35 (TEIXEIRA, 2018) e o valor do salário mínimo era de R\$ 954,00 (BRASIL, 2017), uma relação de 2.6, mantendo-se no patamar relacional de quando a lei foi aprovada em 2008.

Tanto o processo de votação quanto o de implementação da lei foram permeados por tensões, pois além das disputas que se deram no processo de tramitação e votação – que foram analisadas por Vieira (2013) –, e da ADI movida, muitos gestores se respaldaram na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para não cumprirem a Lei do Piso. Ainda hoje, pouco mais de uma década após a lei ter sido aprovada, é significativo o número de entes federados que não cumprem a Lei do Piso, seja no que diz respeito ao valor fixado, seja na atribuição de carga horária, que estipula um terço da jornada para atividades extraclasse, conforme demonstra o levantamento realizado pela CNTE (2019). Ainda que não seja o único aspecto relacionado à valorização, não podemos desconsiderar o peso da questão salarial, pois:

Dentre as implicações dos baixos salários para a profissão docente, destaca-se a baixa atratividade e o intenso processo de perda de prestígio e status social que o magistério continua enfrentando nas últimas décadas. Tais implicações afetam tanto a profissão docente quanto o professor como sujeito e podem ser explicadas pela intensa jornada de trabalho. Existe uma variedade nas horas trabalhadas pelos professores de acordo com o nível de ensino e com a região geográfica em que atua; todavia, as pesquisas apontam que muitas horas trabalhadas fora da escola não são remuneradas (FERNANDES, 2015, p. 64).

Outra questão diz respeito à possibilidade de os professores passarem a receber menos que o estipulado na lei ao se aposentarem³, pois não há garantia de isonomia salarial entre os

³ Está em curso no país uma Reforma da Previdência que, pela proposta do Executivo, estabelecerá a idade mínima de 60 anos para professores e professoras se aposentarem desde que completem 30 anos de contribuição. Atualmente, não há idade mínima, mas sim a necessidade de que as professoras tenham contribuído por 25 anos e os professores 30 anos.

professores da ativa e os que se aposentam (FERNANDES, 2015). Vieira (2013, p. 20), por sua vez, ponderou que “embora se constitua em uma mudança na realidade salarial dos profissionais da educação, sua implantação não interfere na lógica do modelo capitalista. Permite, contudo, a emergência de lutas socialmente articuladas, orientadas em outras perspectivas”.

Isto demonstra uma das contradições referentes à lei, mas, o fato de ter sido aprovada como peça jurídica regulatória, não nos permite afirmar que se configurou como mudança na realidade salarial porque a realidade concreta é muito mais ampla que sua esfera legal e no caso em questão diz respeito à totalidade dos sistemas de ensino, pois a lei aprovada possui este caráter normatizador para todo o país.

Quanto à noção de valorização, depreendemos aquele esvaziamento de significado relativo à sua redução à dimensão salarial já presente nas noções dos Fundef e Fundeb, com a diferença que o termo não consta no texto da lei e que há o ponto sobre a limitação de 2/3 (dois terços) da jornada para atividades com os estudantes. Faz-se necessária a luta orientada na perspectiva de exigência de seu cumprimento, embora sua noção de valorização seja esvaziada e a lei permaneça até hoje quase como letra morta.

Com vistas à elaboração do segundo Plano Nacional de Educação, o Governo Federal assumiu o compromisso, no final da Conferência Nacional da Educação Básica (CONEB), ocorrida em 2008, de realizar uma Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010, devendo esta ser precedida por etapas municipais e estaduais. Foram destinados à realização da Conferência em todas as suas etapas R\$ 32 milhões, tendo sido constituída pelo MEC uma comissão com trinta e cinco entidades para coordenar, promover e monitorar todo o processo. As etapas municipais foram realizadas no primeiro semestre e as etapas estaduais foram realizadas no segundo semestre de 2009. A definição da metodologia, do tema central, dos eixos temáticos, colóquios e da dinâmica ficou sob a responsabilidade da Comissão Especial de Dinâmica e Sistematização (CEDS), composta por dez integrantes de dez entidades (SEB, UNE, CONTEE, CONSED, ANDIFES, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CONIF, CNE, UNDIME e ABRUC) (SOUZA, 2012; SILVA, 2014; MOURA, 2015).

Foram estabelecidos seis eixos temáticos dentre os quais figurou a Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, Eixo IV (BRASIL, 2010a). Foram realizadas 1.891 conferências municipais ou intermunicipais, 27 estaduais e do Distrito Federal e 336 conferências livres, em escolas, universidades e outras organizações da sociedade civil, sendo que 3.889 pessoas, das quais 2.416 eram delegados, participaram da etapa nacional, realizada em Brasília, entre 28 de março e 1º de abril de 2010 (SOUZA, 2012). No Documento Final, constatamos que a noção de valorização relacionou sobremaneira a dimensão da formação – em especial a continuada – como elemento para a valorização do trabalho do professor. É ao mesmo tempo abrangente, a partir do detalhamento de aspectos relacionados às condições de trabalho, salários e plano de carreira, operando dentro da lógica reivindicatória de melhorias das condições dadas.

Das noções que vimos é a mais abrangente, todavia só nos serve como registro histórico do que foi debatido e deliberado, pois há de se considerar que o amplo debate realizado, expresso na abrangência de questões abordadas no Documento Final, não foi considerado pelo Governo Federal como se esperava (SOUZA, 2012), quando este deu entrada no Congresso Nacional no Projeto de Lei (PL) n.º 8.035/2010 (BRASIL, 2010b), que versava sobre o novo Plano Nacional de Educação.

Moura (2015), ao reproduzir as palavras de Francisco Chagas, Secretário Executivo Adjunto do MEC e Coordenador da CONAE, destacou que, “[...] a abertura de um espaço propositivo, com participação e capilaridade, não criou necessariamente uma obrigação do Executivo quanto ao acatamento das deliberações aprovadas pela Conferência.” (MOURA, 2015, p. 91). Tendo sido a CONAE convocada e realizada com o intuito de ouvir a sociedade organizada para a elaboração do novo PNE, nada menos poderia se esperar no sentido de que fosse proposto um PNE que incorporasse as deliberações realizadas.

Dentre as dez diretrizes apontadas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, a nona consistiu na “[...] valorização dos (as) profissionais da educação [...]” (BRASIL, 2014). O plano foi estruturado a partir de vinte metas e de diversas estratégias relacionadas a cada uma delas, dentre as quais podemos considerar como sendo relacionadas à valorização as metas 15, 16, 17 e 18, destacadas a seguir:

[...] Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. [...]
Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. [...]
Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. [...]
Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. [...] (BRASIL, 2014).

As metas 15 e 16 dizem respeito à formação inicial e continuada e as metas 17 e 18 dizem respeito ao salário e aos planos de carreiras, sendo que a meta 18 não é restrita aos professores. A ênfase dada à formação e valorização dos professores apontada por Moura (2015) deve-se a que estas quatro metas juntas correspondem a vinte por cento do total de metas do plano. Sob este aspecto, consideramos que houve um prejuízo ao reduzir a estrutura geral do plano para vinte

metas, pois as deliberações da CONAE referentes à valorização dos professores não puderam ser contempladas no plano aprovado.

Uma primeira questão a ser destacada é que as metas 15 e 18 estabelecem como objetivo o cumprimento de um artigo da LDB de 1996 e de um artigo da CF de 1988 respectivamente. Tal como aconteceu no PNE 2001-2010, estabeleceu-se como planejamento estratégico o cumprimento de questões já abordadas em leis anteriores. Após anos de debates e disputas na elaboração da lei, constatamos duas metas que nada mais fazem que colocar mais prazo para o cumprimento de artigos de leis máximas do país, ainda mais na condição de reedições sintetizadas de metas que já constaram no PNE 2001-2010 (metas 1, 5, 7, 12, 13, 15, 17, 18 e 19 do capítulo IV, cf. BRASIL, 2001), demonstrando a falência das legislações anteriores. A meta 16 também é uma reedição sintetizada das metas 23 e 24 do capítulo IV do PNE 2001-2010 (BRASIL, 2001), estabelecendo agora um percentual mínimo de professores a obterem a formação estipulada ao término da vigência do plano. As estratégias relacionadas à meta são vagas e não estabelecem condições reais dos professores realizarem a formação desejada, embora amplamente discutidas no CONAE.

A meta 17 aborda uma questão fundamental e que vem a constar em uma lei federal pela primeira vez, ao propor equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério às demais profissões com escolaridade equivalente. Entretanto, ainda que nas estratégias relacionadas faça referência ao piso salarial nacional profissional, desconsidera que este piso está abaixo do rendimento médio dos profissionais com escolaridade equivalente e, ainda assim, não é cumprido em muitos estados e municípios brasileiros. Considerando o conjunto de problemas relacionais ao plano, não podemos apontar como avanço a existência dessa meta, pois não vemos relação lógica e efetiva entre ela e as estratégias que a acompanham e o conjunto de metas do plano. Não se trata, todavia, de pensarmos de forma binária e afirmarmos, por oposição, que se trata de retrocesso, mas deve-se realizar uma análise que leve em conta o conjunto de metas e sua relação com o histórico das ações que propõe, assim como, fundamentalmente, a coerência entre o legislado e as ações cotidianas do Governo Federal e sua relação com o plano e demais leis já aprovadas.

Quanto à noção de valorização expressa no novo PNE, verificamos que continua alicerçada nos pressupostos do contexto neoliberal da década de 1990, ao mesclar exigências relacionadas à formação, com vagas indicações de condições objetivas consideradas adequadas e no entendimento da atribuição de valor relacionado ao aspecto da majoração remuneratória. Apontamos, por fim, que as conhecidas reivindicações de valorização reeditadas no atual Plano Nacional de Educação permanecerão na pauta dos movimentos organizados.

Considerações finais

Tanto na conjuntura imediatamente após o processo de redemocratização do país quanto no momento da espera por políticas populares, constatamos três tendências: uma de valorização fundada no perfil de professor estabelecido pelo Estado-contratante, estabelecido por critérios

de cuja construção os professores foram alijados; outra de associação entre a ideia de valorização e a de recompensa, que remete, antes, ao controle, do que ao reconhecimento; e, por último, a chamada cultura de performatividade, que enfoca mais a produtividade individual dos professores, seja na formação continuada, seja na atuação, do que o reconhecimento social do conjunto da categoria. Essas três tendências constituem-se na materialidade concreta do processo dialético de valorização e desvalorização, evidenciada tanto nas políticas do primeiro período – que primaram pela focalização e o minimalismo desde a CF/88, a LDB, o Fundef, até o PNE/2001, em que se verificou tão somente a reprodução da mesma retórica vazia em cada lei, identificando-se alguma ampliação de direitos na LDB, como garantia de plano de carreira, concurso, participação na gestão da escola e no Fundef, que instituiu o bônus, apropriado para o controle do absenteísmo – quanto no segundo período, em legislações como o Fundeb, a lei do PSPN, o documento final do CONAE e o PNE de 2014, em que se consolidou definitivamente a formação continuada como política de valorização, abstraindo-se que proporcionar formação para melhoria de desempenho é uma estratégia associada ao controle do trabalho, não ao seu reconhecimento.

De 1988 a 2014 ocorreu uma apropriação ardilosa do termo valorização pelas sucessivas políticas educacionais que proclamavam melhorias para a docência, mas a vincularam às prescrições formativas e de responsabilização dos professores, reduzidas à dimensão econômica, servindo como instrumento de recompensa para a aplicação de um regime de controle do trabalho docente e sua redução ao trabalho abstrato, destituindo-o de autonomia, não vinculando a valorização ao reconhecimento da importância e da função social do professor. Instituir por lei a valorização e não a efetivar ou esvaziá-la de seu sentido são formas de neutralização de seus efeitos progressivos, que denunciam os limites das lutas restritas aos marcos institucionais, pois a contradição que se constata nas medidas parlamentares – quando se trata de legislar sobre interesses dos trabalhadores – são contradições inerentes ao modo de produção do capital e de suas instituições de sustentação.

Para a superação da noção de valorização como recompensa, nas formas salário, condições de trabalho e formação, é necessário compreender que os problemas enfrentados pelos professores são inerentes à concepção de educação e condições de trabalho do modo de produção capitalista, sendo fundamental que a luta pela superação deste modo de produção ocorra concomitantemente à luta para efetivação da valorização, não só do trabalho dos professores, mas de todo o trabalho no seu sentido de transformação da natureza e da sociedade em prol da satisfação de todas as necessidades humanas. Por mais que o trabalho docente tenha sido objeto de regulações, com ampliação de vantagens e benefícios, as disputas no âmbito da luta de classes acabam por corroer os ganhos proporcionados pela ampliação de direitos na esfera formal, o que consiste na contradição essencial do capitalismo e demanda a continuidade da luta por pautas democráticas pela preservação desses direitos e ampliação deles, como a luta pelo reconhecimento social do professor enquanto um importante sujeito social transformador da sociedade, sob a mediação da humanização dos sujeitos sociais.

Referências

- BERLATTO, Andréa Cristina. **A valorização do trabalho do professor para além da remuneração**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil, 1996a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil, 13 set. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no artigo 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil, 1996c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil, 2001.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos artigos 7, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, de que trata o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do capítulo do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **CONAE 2010 Conferência Nacional de Educação**. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Final. Brasília: MEC, 2010a. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de Lei nº 8.035/2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: MEC, 2010b. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831421&filename=PL+8035/2010>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto 9.255, de 29 de dezembro de 2017**, que Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9255-29-dezembro-2017-786044-publicacaooriginal-154677-pe.html>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 857-876, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1128100.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Saiba quais estados brasileiros não respeitam a Lei do Piso**. Brasília: CNTE, 2019. Disponível em: <<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/tabela-salarial>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?: um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FERNANDES, Marinalva Nunes. **Tempo e salário: as contradições da lei do piso salarial profissional nacional do magistério**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

HERMIDA, Jorge Fernando. O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 239-258, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n27/a15n27.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Valorização salarial dos professores: o papel do Piso Salarial Profissional Nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MOURA, Eliel da Silva. **A construção do Plano Nacional de Educação 2014-2024: movimentos sociais e participação na tramitação no legislativo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

RAMOS, Gêssica Priscila. **Entre a proposta e o pretexto da qualidade de ensino: uma leitura sobre os liames da valorização docente a partir do Fundef**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

ROCHA, Maria da Consolação. **Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho – uma análise da experiência de Belo Horizonte**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Robson da Silva. **A “valorização dos profissionais da educação”: reflexões a partir do Plano Nacional de Educação 2001-2010**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SILVA, Carmen Luiza da. **Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024: evidências da conciliação política**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuitui do Paraná, Curitiba, 2014.

SOUZA, Maria Verônica de. **A CONAE 2010 e os apontamentos para a política de valorização docente**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

TEIXEIRA, Larissa. Piso Nacional do magistério vai a R\$ 2.455. Você acha bom? **Nova Escola**, São Paulo, 3 jan. 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/9425/piso-nacional-do-magisterio-sera-de-r-245535-em-2018>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

VIEIRA, Juçara Dutra. **Piso salarial para os educadores brasileiros: quem toma partido?** Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA F, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 95-134.

Recebido em: 18/08/2017

Aceito em: 17/04/2019

**FAZER-SE ESTADO A PARTIR DAS FRONTEIRAS:
circulação de corpos, objetos e significados entre os muros da prisão**

**THE MAKING OF ONESELF IN THE STATE FROM THE BORDERS:
the circulation of bodies, objects and meanings between prison walls**

Francisco Elionardo de Melo Nascimento*
Roberto Marques**

Resumo

Este artigo discute as fronteiras da prisão definidas nos pontos de verificações que controlam os fluxos e circulações de pessoas, objetos e informações. A partir das performances e narrativas que estabelecem porosidades entre o dentro e fora das prisões, discutimos processos de Estado dispostos nas regras, normas e regulamentos que se desenrolam na exigência de documentações, revistas e vistorias de corpos e materiais, atravessados por marcadores de diferenças de gênero, sexualidade e classe. Fontes de dados e metodologias alternativas permitem-nos pensar as fronteiras do Estado como performance de composição do Estado e produção de subjetividade das pessoas por ela implicadas.

Palavras-chave: Prisões. Fronteiras. Processos de Estado. Gênero.

Abstract

This article is concerned with the boundaries between the inside and the outside of prisons. It is part of a broader ethnographic research on the imprisonment of transvestites in Ceará. Here, observing the porosities of prison, we address the boundaries defined in the checkpoints that control the flows and movements of people, objects, and information. Therefore, we intend to discuss the processes of state crossed by social markers of difference – such as gender, sexuality, and class – and embedded in the rules, norms, and regulations deployed in the requirement of documentation, searches, and inspections of bodies and materials. Alternative sources and methodologies allow us to think of the borders of the state as performances of composition of the state and understand the production of subjectivity of the people involved in that process.

Keywords: Prisons. Borders. State processes. Gender.

Introdução

As fronteiras, cada vez mais borradas, entre o prisional e o urbano têm tensionado o paradigma clássico de pensar as prisões como “instituições totais” (GOFFMAN, 1987). A perspectiva que se empenha em verificar a potencialidade analítica de pensar a continuidade entre o dentro e fora das instituições prisionais destaca as variadas formas de conexão presentes nos fluxos penitenciários (GODOI, 2015b); na porosidade econômica e administrativa (CUNHA, 2008); no trânsito incessante de corpos entre as muralhas e o mundão (MALLART; RUI, 2017); nas ligações atravessadas por redes afetivas e relações de ajudas que permeiam as prisões (PADOVANI, 2018). A variedade de conexões citadas é acompanhada de perto por processos de gestão das circulações, materializados em diversos pontos de verificação e controle de entrada e saída de pessoas, objetos e informações.

* Doutorando e Mestre em Sociologia pelo PPGS/UECE, Agente Penitenciário do Ceará e membro do Laboratório de Estudos Conflitualidades e Violência (COVIO/UECE). E-mail: elionardomelo@gmail.com

** Docente do PPGS/UECE. Doutor em Antropologia Cultural pelo PPGSA/UFRJ, com estágios pós-doutorais junto a essa instituição e ao PAGU/Unicamp. E-mail: r-marques01@uol.com.br

A inscrição dessas instituições no tecido social (GODOI, 2015b) é marcada, portanto, pela reflexão sobre os vários mecanismos de normalização, controle e regulação dos trânsitos instituídos pelos processos de Estado que legitimam ou não os fluxos. Expedientes que implicam a existência de postos e “procedimentos” de verificação específicos. Estabelece-se neles e a partir deles, portanto, um campo de relações e práticas que mobilizam múltiplos atores indispensáveis para o funcionamento cotidiano das prisões, que se desdobram em relações de cumplicidade e/ou conflito entre presos, seus familiares e amigos, agentes estatais e outras instituições ligadas ao aprisionamento.

Para Godoi (2015a), a visita seria um dos principais “vasos comunicantes” da prisão, por isso, alvo primordial das regulações e restrições de acesso de pessoas, objetos e informações pelo governo penitenciário. A noção de vaso comunicante se refere a qualquer “forma, meio ou ocasião de contato entre o dentro e o fora da prisão” (GODOI, 2015b, p. 136). As fronteiras são evidenciadas, assim, pelos postos de verificação e controle instalados entre o fora e o dentro das unidades prisionais. Nestes locais, os fluxos de pessoas, objetos, informações, sentimentos e ideais (retidos ou não) não são desprovidos de bloqueios, negociações, relações de poder e disputas.

Esse conjunto de preocupações dos estudos prisionais revisita argumentos da obra seminal de Michel Foucault (1997) que caracteriza a emergência da “época clássica” pela modificação da escala na regulação dos corpos, recrudescendo discursos que ordenam e definem as instituições a partir de horários, espaços, relações e procedimentos cotidianos (p. 132-133). Lugares de trânsito, como portos, alfândegas e hospitais militares, seriam espaços potenciais de contágio. Neles, a habilidade de separar, definir, administrar está sendo posta em xeque, demandando ação e presença contínua do Estado. Essa ação estabelece descontinuidades, reiterando a existência de unidades discretas idealmente perceptíveis em si mesmas. Para Butler (2008), as ideias reguladoras que nos fazem perceber diferenças materiais entre unidades discretas como concepções autoevidentes dependem da reiteração de práticas capazes de instaurar tais juízos como naturais.

Cotejando as ideias de Foucault e Butler citadas acima com o caráter polissêmico das noções de fronteira (CARDIN; ALBUQUERQUE, 2018; ALBUQUERQUE; OLIVAR, 2015), buscaremos demonstrar a natureza performativa das operações de revista de visitantes nas prisões do Ceará. Aqui, observar as fronteiras físicas do Estado é etnografar suas práticas institucionais através de performatividades cotidianas.

Ao mobilizar esforço físico de agentes e visitantes, tecnologias e expedientes em prol da disciplinarização de fluxos de pessoas e objetos na prisão, o Estado produz diferenciações polarizadas entre o mundo do crime e a instituição punitiva; facções e estado; criminosos e agentes. Tal polarização é materializada nas regras burocráticas de entrada e saída de objetos e pessoas, pelo esforço e cansaço dos agentes prisionais, pela aparência de rigor, ordem e disciplina. Desse modo, corpos e regras acionam um modo de relação fora x dentro,

inscrevendo eventuais equívocos nessa engenharia como exceções das técnicas supostamente rigorosas do Estado.

No apanágio aqui descrito, a noção de fronteira aparece em dupla função: como dispositivo fundamental para reiteração da existência do Estado pela materialização da diferença lei X mundo do crime, e como espécie de entreposto a partir de onde o Estado insinua seu controle e avanço. Fronteira, aqui, é esse espaço de contato e tensão (DAS, 1995; FELTRAN, 2011) entre lugares de onde o Estado olha a si mesmo para constituir-se como diferença não dada a contágios. É também o lugar onde dá-se a ver, performatizando essa diferença e institucionalizando uma percepção desejável de si.

Buscaremos demonstrar, portanto, como a partir de normas e regulamentos realizados nas exigências de documentações e vistorias de corpos e materiais nas entradas da prisão, o Estado desenvolve uma ação performativa que eclode noções de rigor entre o dentro e fora das prisões. Tais regras mobilizam marcadores de diferenças de gênero, sexualidade e classe, produzindo relações fortemente generificadas entre os agentes envolvidos: presos, visitantes, agentes penitenciários e facções.

As reflexões aqui desenvolvidas decorrem de pesquisa etnográfica mais ampla que discutiu o aprisionamento de travestis no Ceará (NASCIMENTO, 2018)¹. Como desenvolveremos a seguir, uma mirada a partir da presença das travestis no espaço da prisão, usualmente definida pela presença masculina heterossexual (PADOVANI, 2018; LAGO; ZAMBONI, 2017), potencializa um olhar crítico sobre os processos de Estado (LIMA, 2002) e a suas formas de generificação.

O artigo está organizado a partir de duas empreitadas metodológicas. Na primeira parte, descreveremos as regulações de entrada e atitudes diárias entre visitantes e agentes ao longo das vistorias ocorridas na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS). Na segunda parte do artigo, debruçaremos-nos sobre os dados oficiais a respeito do material ilícito recolhido nas unidades prisionais do Ceará entre os anos de 2014 e 2016. O cotejamento das informações oriundas das duas metodologias descritas nos possibilitará pensar o lugar das revistas na construção de uma gramática sobre as fronteiras das prisões e do Estado.

Vale chamar atenção ainda que a escrita do artigo² se encontra enredada em um mundo que agencia corpos masculinos e femininos como diferenças, percepção particularmente evidente na demanda de descrições sempre generificadas dos personagens aqui relatados. Como discutiremos a seguir, por vezes as incontornáveis marcações de gênero precipitadas pela escrita emergiam em termos que seriam meramente descritivos, fazendo-nos perceber mútuas e complexas implicações entre gênero e Estado (VIANNA; LOWERKRON, 2017). Nesse contexto,

1 Os dados etnográficos apresentados foram coletados entre 2016 e 2018. A partir de 2019, mudanças de gestão nas unidades e a criação da Secretaria de Administração Penitenciária alteraram drasticamente o cenário das prisões cearenses. As mudanças ocorridas estão descritas em Nascimento e Freitas (2019). Esta pesquisa contou com financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

2 Sobre a escrita etnográfica como materialização de relações de poder a que o texto se encontra submetido ver: Clifford (2002) e Marcus e Cushman (1982).

uma metodologia que evidencia a errância de gênero e sexualidade materializada a partir das falas de travestis (BUTLER, 2008; SPIVAK, 2010) nas prisões masculinas nos auxilia a lançar novas luzes sobre as fronteiras das prisões, suas performances e narrativas.

Na entrada da prisão

Os dias de visita nas penitenciárias cearenses seguem o mesmo ritual. Ainda na véspera, mulheres começam a acampar em frente às penitenciárias no intuito de garantir seus lugares na fila. Sem espaço adequado para guarida, na Penitenciária Industrial Regional de Sobral, as visitantes armam suas redes nas árvores que ficam em frente à unidade prisional e se revezam por toda a madrugada em vigília para se protegerem de possíveis ameaças, como ataques de animais silvestres, furtos dos pertences pessoais e de seus “malotes”³.

A PIRS é uma penitenciária masculina para presos em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado. Foi inaugurada em 2002 e tem capacidade para 492 internos. No período da pesquisa, a unidade abrigava uma população prisional que variava entre 650 a 700 presos⁴. A equipe profissional da unidade é composta por quatro equipes de dez agentes penitenciários plantonistas. A penitenciária está localizada a aproximadamente seis quilômetros do centro da cidade de Sobral, a 240 quilômetros da capital Fortaleza, às margens da rodovia CE 187 e em meio à vegetação de caatinga. Não há residências nos arredores. Ali, o fluxo de carros, motos e pedestres é intenso e exige das visitantes alguns cuidados para evitar possíveis acidentes.

A entrada das visitantes nas celas é permitida às quartas e aos domingos, das sete e trinta às dezesseis e trinta. Assim, grupos de mulheres com diferentes graus de parentesco com os homens ali detidos se deslocam de vários bairros periféricos de Sobral e cidades circunvizinhas em direção à penitenciária, carregando seus pesados “malotes”, e se aglomeram em frente ao portão de entrada. São mães, companheiras, tias, filhas. As mais experientes – muitas há décadas seguindo esse percurso – instruem as novatas a respeito das regras impostas pela administração prisional e também as estabelecidas no convívio dos presos e das visitantes. Naquele espaço são construídas redes de relações, cumplicidade, rivalidade, fofocas e afetos que extrapolam o cenário prisional e se desenrolam nos bairros e sítios daquelas pessoas. Segundo algumas entrevistadas, todo esforço para estar entre as primeiras da fila é recompensado com o tempo mais extenso na presença do interno visitado.

A paisagem das relações constituídas entre profissionais, internos e visitantes foi profundamente modificada com a expansão de grupos criminais criados em outras regiões do

3 Malotes são enormes sacolas contendo roupas, material de higiene pessoal e limpeza, alimentos, medicamentos, água potável, toalhas, lençóis, colchão, entre outros itens estabelecidos pela administração penitenciária. No Ceará, o deslocamento de familiares até as unidades prisionais com os “malotes” é a única forma de fornecer os produtos necessários à sobrevivência na prisão.

4 Todas as unidades prisionais do estado do Ceará trabalham com enorme excedente de presos, tornando bastante precárias as condições de vida nessas instituições. Os dados produzidos pelo Departamento Penitenciário Nacional, referentes ao ano de 2016, mostram que a população prisional do Ceará era de 34.566 pessoas para 11.179 vagas.

Brasil e instalados no Ceará a partir de 2014. O Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, vindos do Sudeste, e a Família do Norte, originária dessa região, são os principais grupos criminais que atuam dentro e fora das prisões cearenses. Registra-se ainda a presença de uma facção local que reivindica o *status* de Guardiões do Estado, opondo-se à presença de facções estrangeiras (SÁ; AQUINO, 2018; PAIVA, 2019; NASCIMENTO, 2019).

O dia amanhece. Em meio à vegetação seca e o solo rachado, o sol espria suas primeiras rajadas de luz e protagoniza um calor escaldante. A fila extensa em frente à unidade prisional estende-se por seu entorno, sendo rigidamente organizada pelas primeiras mulheres que ali chegaram. Ao lado desta, uma segunda fila formada por pessoas que têm acesso prioritário: idosas, deficientes, gestantes e mães com crianças de colo. A entrada de crianças com até doze anos é permitida na PIRS, se acompanhadas pela mãe ou responsável legal, enquanto a visita de familiares do sexo masculino é permitida no segundo e no quarto sábado de cada mês, das oito horas ao meio-dia. Assim, reitera-se participações distintas de homens e mulheres, adultos e crianças nos cuidados com presos e presas (STRATHERN, 1995); iteração justificada a partir de imagens de fácil circulação no imaginário que cerca a prisão: a mãe ou esposa que não abandona seu filho; a necessidade da visita íntima para a perpetuação do casal; a parceria perigosa entre homens que atravessam a fronteira entre o dentro e o fora da prisão.

Um pouco mais afastada do portão de entrada fica uma barraca que vende itens variados: produtos de limpeza, artigos de higiene pessoal, roupas, frutas, biscoitos, pães, leite e refresco de frutas em pó. Juntos, os elementos aqui descritos formam um amontoado de pessoas e objetos. Conversas paralelas, discussões e choro de crianças são misturadas ao barulho intenso do vai e vem dos carros que seguem pela estrada. Cada visitante tem cuidados redobrados para manter suas sacolas fechadas e à vista, pois há sempre o receio da subtração de itens e/ou de “cruzeta”, cilada orquestrada pela inserção de mercadorias ilícitas nas sacolas de outra visitante que pode configurar-se em contravenção penal. Às seis horas da manhã, Marcela⁵, agente penitenciária plantonista na recepção, segue em direção à entrada da unidade, distribui as senhas e logo toda a fila se desfaz.

Impacientes e fadgadas pelo cansaço, espera e calor escaldante, as visitantes aguardam o início da “vistoria dos malotes”. Na recepção, Marcela chama um grupo de dez visitantes e confere os documentos necessários para a entrada na unidade. Após verificar a validade e a autenticidade da identidade e carteirinha, a agente marca com um X o nome da visitante identificada em uma lista onde constam todas as pessoas aptas à visita naquela unidade.

Para solicitar a carteirinha que autoriza a visita na PIRS, há a exigência de documentos comprobatórios de acordo com o vínculo que o/a requerente tem com o interno. Documentos específicos e comuns são exigidos para mães, pais, companheiras, irmãos, irmãs e filhos. Todos devem apresentar cópias autenticadas da identidade, CPF, Certidão de Antecedentes Criminais emitida por fórum da cidade, cartão do SUS e cópia de algum documento do interno, além de

5 Utilizamos aqui nomes fictícios a fim de preservar as identidades de interlocutores e interlocutoras.

duas fotos 3x4 recentes. Especificamente para companheiras que não dispuserem da Certidão de Casamento Civil ou prole registrada com o nome do interno, é obrigatória a apresentação de declaração de convivência conjugal emitida por cartório, documentos que tornam legíveis relações mantidas com pessoas, redes e lugares externos à prisão (PADOVANI, 2018), ou seja, é preciso provar ao Estado a legitimidade das relações constituídas a partir da conjugalidade e parentalidade, bem como atestar a negatividade de antecedentes criminais. Todos os documentos são objeto de exame pelo setor de Serviço Social, seu bom estado e autenticidade são observados e conferidos por profissionais especialmente destacados para essa atividade. Embora a Lei de Execução Penal não exija vínculo familiar como pré-condição para a visita, esse critério foi descrito por meio de normativas no âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará que versam sobre o assunto. Tal vínculo deve ser comprovado por documentos específicos que tragam marcas de legitimidade, como carimbos, timbres, selos e assinaturas.

De acordo com Padovani (2018), os laços familiares e afetivos constituídos entre o dentro e o fora das prisões por esposas e maridos, amantes, mães e pais testam aqueles reconhecidos pelo Estado. Todo o esforço em produzir, legibilizar e legitimar documentos com selos de autenticidade oficiais gera esforço e desgaste físico para as pessoas que pleiteiam a visita na prisão. Esses documentos nada mais são que processos burocráticos que definem quem entra, sai ou fica retido nas prisões. A obrigatoriedade da confecção, legitimação e apresentação desses documentos, com a finalidade da concessão da visita, lembra-nos os argumentos de Das e Poole (2004) sobre o exercício de poder e controle do Estado constituído por procedimentos escritos que enfatizam algumas características em detrimento de outras.

Após a verificação da documentação, forma-se outra fila para a “vistoria dos malotes”. Uma lista fixada na parede da recepção versa sobre os itens permitidos, as quantidades e formas de acondicionamento autorizadas.

Vistoria dos “malotes”

Uma bancada metálica de três metros de comprimento está posicionada à frente da nova fila que se forma. Do outro lado da bancada, quatro agentes designados para a “vistoria dos malotes” executam a tarefa chamando uma visitante por vez. Na bancada, cada item é retirado das sacolas e passa a dividir espaço com os objetos que auxiliam os profissionais na execução da tarefa: garfo, faca, balança e sacos plásticos transparentes. Cada mercadoria requer um modo particular de verificação. Abrir, desembalar, cheirar, fatiar, descascar, furar, aferir a quantidade, a forma de acondicionamento e separar itens “permitidos” dos “proibidos” são tarefas que ocuparão todo o dia de trabalho dos agentes.

O refrigerante deve ser de sabor laranja, limão ou guaraná – nunca de cor escura. Seu rótulo é retirado, o frasco é aberto e cheirado para constatar a ausência de outras substâncias. As frutas são descascadas, fatiadas e colocadas em sacos plásticos pela visitante diante da supervisão

do profissional. A manipulação das frutas é objeto de constantes discussões. As visitantes alegam que a retirada da casca da fruta diminui o tempo hábil para consumo. A exigência é justificada pelo que os agentes prisionais costumam chamar “finalidade secundária” do produto, ou seja, sua utilização para a produção do “goró” – cachaça artesanal comumente apreendida no interior das celas. A comida pronta, feijão, arroz, carne e legumes, deve ser posta em um recipiente plástico transparente. É permitido apenas um reservatório por visitante. A comida não pode ser pastosa, a carne é desossada e todo o conteúdo deve pesar até dois quilos. Ao vistoriar o vasilhame, o agente remexe tudo com o auxílio de garfo e faca. Os produtos de higiene pessoal e limpeza são criteriosamente apalpados e devem estar acondicionados em embalagens também transparentes. Sabonetes são furados ou cortados ao meio, sob a suspeita de conterem aparelhos celulares, carregadores ou *chips*. Os demais itens seguem análise semelhante de controle da quantidade, verificação e forma de acondicionamento. A “vistoria dos malotes” causa constantes conflitos entre visitantes e agentes, tanto em função dos critérios impostos como pela forma como os itens são manipulados.

Após muitas horas de trabalho intenso na “vistoria dos malotes”, o semblante de cansaço decorrente das mais de quarenta e oito horas de plantão é notório em todos os profissionais. O cansaço determina o compasso da atividade, desempenhada cada vez mais lentamente. Mães e esposas, cada uma por vez, dirigem-se à bancada com suas sacolas de tamanhos e conteúdos variados. Os mantimentos trazidos nas sacolas proporcionarão aos reclusos o mínimo de condições materiais para “puxar cadeia” por alguns dias.

Dona Sandra, mãe de Renata – travesti que cumpria pena por tráfico de drogas na PIRS – afirmou o quanto era difícil a rotina de visitação na unidade prisional. Sandra dispendia todas as suas forças para garantir que sua filha tivesse o mínimo para sobreviver.

É muito difícil seguir nesta vida de cadeia. Já fazem mais de oito anos que Renata tá presa, mas eu sigo na luta pra vir deixar as coisinhas dela. Eu cato reciclagem a semana toda com meu esposo pra poder vir visitar ela. Essa sacolinha de coisas aqui me custou mais de cinquenta reais e era o dinheiro que eu tinha apurado na semana.

Assim como Dona Sandra, outras visitantes relataram suas dificuldades e limitações financeiras, mas que sempre arranjavam um “jeitinho” de continuar trazendo os “malotes”. A rotina semanal dessas mulheres gira em torno das visitas: quartas e domingos inteiramente comprometidos com “os protocolos de entrada e ao retorno das unidades, e com os demais dias a serem geridos entre os cuidados com os filhos, o trabalho, os afazeres domésticos, o lazer e as atividades próprias da preparação da visita” (GODOI, 2015a, p. 180). Terminada a “vistoria do malote”, a visitante é separada de sua mercadoria e outra fila se forma, a do controle dos corpos – a “revista pessoal” obrigatória ou “vexatória”, como denominam os movimentos sociais que reivindicam a extinção desta prática nas unidades prisionais. A visita na prisão está implicada em uma série de regulações particulares para cada um dos momentos acima descritos. Sendo

predominantemente composta por mulheres, elas são alvos de grande parte dos processos, controles e normas de Estado que firmam a prisão como dispositivo (FOUCAULT, 1997).

Controle dos corpos

Na fila, enquanto aguardam a “revista pessoal”, as visitantes trocam informações sobre a indumentária considerada adequada para a entrada naquela penitenciária, contam situações jocosas ocorridas em vistorias anteriores, falam sobre que objetos são permitidos e, muitas vezes, socializam estratégias de como burlar as regras divulgadas pela administração prisional em torno das vestimentas das visitantes.

As vestimentas das mulheres são esquadrihadas pelas agentes penitenciárias. As profissionais são responsáveis pela revista de pessoas do sexo feminino que adentram as unidades prisionais, conforme o normatizado pelo Regimento Geral dos Estabelecimentos Prisionais do Ceará (CEARÁ, 2010). Em hipótese alguma é permitida a entrada para a visita na unidade de pessoas com roupas e calçados de cores escuras ou que tenham algum detalhe metálico. Tal proibição é uma forma de diferenciar o traje de ingressantes do fardamento dos agentes. Calças *leggings*, blusas de algodão/*lycra* e chinelo *havaianas* dão o tom de uniforme padrão. Contudo, cores e modelos das vestimentas permitidas podem mudar a qualquer momento, justificadas pelas tentativas frustradas de transgressão às normas ou por transtornos anteriores ocorridos entre profissionais e internos. Durante a imersão na PIRS, observou-se que o uso de roupas curtas ou que marcam os corpos das visitantes provocava conflitos entre visitantes, agentes prisionais e internos. Esses conflitos serviram de prerrogativa para proibições, principalmente de roupas consideradas transparentes. Uma profissional responsável pela vistoria relatou que, certa vez, um dos presos acusou um agente de ter “brechado” o corpo de sua esposa e, por isso, ameaçou-o de morte. A frequente mudança de modelos e cores das roupas, “permitidas” e “proibidas”, deflagra tensão entre agentes e visitantes e inspira redes de ajudas, trocas de informações, aluguel e venda de roupas em frente à unidade.

No Ceará, a “revista íntima” foi proibida em agosto de 2014. A proibição teve como principal fundamento o respeito à dignidade humana, vedando qualquer forma de desnudamento, tratamento desumano ou degradante de visitantes, internos, servidores, profissionais ou autoridades que ingressem nas unidades prisionais do estado. O “procedimento” passou a ser chamado “revista pessoal”, realizado de forma eletrônica; mecânica ou manual, tendo uso prioritário de detector de metais, escâner corporal, aparelhos de raio X ou similares. A nova forma de revista passou a ser realizada em todas as unidades prisionais que são de responsabilidade da Secretaria de Justiça e Cidadania. A “revista íntima” ou “vexatória” era realizada sob a justificativa de inibir a entrada de materiais “ilícitos” carregados nas roupas ou inseridos nas cavidades das visitantes.

Em pesquisa realizada na PIRS, Nascimento (2015) descreveu o “procedimento” adotado antes da nova normativa estabelecida para as revistas, que consistia em: entrar em uma sala reservada, retirar todas as vestimentas e entregá-las nas mãos da agente para verificar a presença de “ilícitos” nas costuras e dobras. Em seguida, abrir a boca, levantar e movimentar de um lado ao outro a língua, erguer os braços para verificação das axilas, espalmar as mãos, mexer nos cabelos e levantar os seios um a um. Totalmente despida, a visitante era posicionada com um espelho circular por entre suas pernas e por três vezes consecutivas era instruída a se agachar soprando o pulso ou forçando o ato de tossir, o que expulsaria possíveis objetos e/ ou materiais inseridos no ânus e vagina. A partir da imagem refletida no espelho, a profissional responsável visualizava o órgão genital e excretor. Ao relembrar a execução do “procedimento”, Dona Sandra comentou sentir intenso constrangimento durante a “revista vexatória”: “Eu já não conseguia me agachar no espelho e as agentes colocavam pra eu sentar na cadeira nua e abrir as pernas. Era muito constrangimento”. Em conversas ao longo do trabalho de campo, as agentes penitenciárias classificaram a prática como bastante invasiva.

A proibição da “revista íntima” nas unidades prisionais do Ceará foi alvo de intensas críticas por parte dos agentes penitenciários, que diante da ausência de equipamentos eletrônicos adequados para a realização do “procedimento”, reclamavam dos riscos da prática para a segurança dos profissionais e dos próprios presos nas celas (NASCIMENTO, 2015).

De acordo com Godoi (2015a), a “revista vexatória” “pode ser considerada um ritual de degradação que marca a passagem do mundo livre ao prisional, assinalando no corpo da visitante (...) absoluto assujeitamento aos desígnios da administração penitenciária” (p. 188). A partir da experiência das revistas em mulheres presas, Angela Davis (2009) ironiza a divisão convencional entre prisão e sociedade que, de certa forma, coaduna-se ao assujeitamento de mulheres com a prática da “revista vexatória” nas prisões brasileiras.

Reconhecemos o fato de que as presidiárias do mundo todo são forçadas regularmente a passar por revistas, nuas, em suas cavidades. Isso quer dizer que suas vaginas e retos são vasculhados. Qualquer mulher capaz de se imaginar – não de imaginar outra mulher, e sim ela mesma – revista de tal maneira interpretará isso como abuso sexual. Mas, como isso ocorre nos presídios, a sociedade supõe que esse tipo de agressão é um aspecto autojustificado pelo simples fato do aprisionamento. A sociedade supõe que é isso que acontece quando uma mulher é presa. Que é isso que acontece à cidadã privada de seus direitos civis e que, portanto, está certo que a prisioneira seja submetida à coerção sexual (DAVIS, 2009, p. 54-55).

Tais posicionamentos espelham o enunciado de Foucault (2015) para quem o penitenciário tramou-se através da prisão, tendo como fundamento e condição de estabilidade a coerção. Sem dúvidas, a “revista vexatória” é objeto de inúmeras disputas políticas e tensões cotidianas entre agentes penitenciários, administração prisional, visitantes e pessoas em cumprimento de pena, bem como ativistas de organizações não governamentais, políticos e demais atores dessas

arenas. Como consequência desses debates, desde abril de 2016, as “revistas vexatórias” “em mulheres” estão proibidas em todas as penitenciárias brasileiras.

Em 2014, a Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará iniciou a compra de equipamentos de escâner corporal semelhantes aos utilizados em aeroportos. Em 2016, todas as grandes unidades prisionais já dispunham deste equipamento. A partir de então, cada visitante passa pela revista feita eletronicamente. O escaneamento é exibido em um monitor e analisado por um profissional do mesmo sexo que a pessoa ingressante. Na tela, substâncias são identificadas a partir de cores de tonalidades diferentes realçando os “materiais ilícitos” e facilitando o controle de substâncias levadas por visitantes.

Com a utilização dos equipamentos eletrônicos, o Estado massifica o controle, regulação e forma de verificação do que entra e sai das prisões. Toda a dinâmica de controle das fronteiras da prisão pode ser reorientada por práticas dos agentes penitenciários, responsáveis diretos pelos postos de verificações. Em algumas unidades prisionais, esses profissionais operam com rigidez intransponível nos “procedimentos” – a exemplo das grandes unidades prisionais. Em outros postos fronteiriços, apresentam tolerância, flexibilidade e pouca presença.

“No meio de Estados multiformes, ambivalentes e carnalmente enredados (...)” (OLIVAR, 2015, p. 166), as regulações de fronteiras em grandes unidades prisionais e cadeias públicas passam a ser agenciadas pelas práticas entre agentes prisionais e visitantes. Os primeiros, personagens históricos das prisões que herdaram algumas atribuições dos carcereiros, são eles próprios a encarnação do Estado multidimensional, volátil e composto de normas ambivalentes. Readaptam suas formas de agir no cotidiano e nas relações conturbadas com visitantes e internos, observando imediatamente as adequações e os limites legais que entrelaçam relações de poder, hierarquia e negociações junto aos apenados. As visitantes, por sua vez, movidas por elos afetivos, produzem diversas linhas de fuga das regras produzidas por e nos postos fronteiriços, lançando mão da cordialidade para tentar garantir condições mínimas para seus familiares “puxarem cadeia”.

A produção de normas de Estado está fortemente marcada por gênero, sexualidade, classe e assimetrias de poder nas relações entre agentes penitenciários, visitantes e presos. A prisão é o próprio Estado materializado. Nela, sua soberania é exercida não apenas sobre o território – espaço físico da instituição com suas normas e regras –, mas também sobre os corpos das pessoas que trabalham, visitam ou que ficam presas. Dessa forma, as fronteiras da prisão tornam-se espaço privilegiado de produção discursiva e sociopolítica do governo penitenciário. É o governo penitenciário que gesta os fluxos de pessoas e objetos, produz e mobiliza processos multidimensionais de controle do que entra, sai ou fica retido nas fronteiras da prisão.

Terminado o “procedimento”, a visitante tem sua entrada liberada e segue por um extenso corredor cercado por alambrados, grades e fossos. Ao chegar ao Quadrante 1- Q1⁶, mais uma

⁶ Q1 é a demarcação simbólica e física do limite estabelecido para o trânsito de presos que desenvolvem alguma atividade laboral no interior da unidade prisional. Ali, os presos aguardam advogados, assistentes sociais, psicólogos ou atendimento de saúde. Ali encontra-se um agente penitenciário plantonista que controla o fluxo de pessoas e objetos na unidade.

vez, os/as ingressantes são identificados a partir de uma lista com os nomes das pessoas cuja visitação foi permitida. Suas carteirinhas são recolhidas e dali seguem percurso rumo às alas.

Em frente à entrada da ala, um último posto de verificação é acionado. Ali, dois agentes penitenciários estão encarregados de identificar onde o preso está alocado a partir do número grafado no verso de cada uma das senhas e, em seguida, abrir o portão de acesso. A ação destes profissionais se repete durante todo o dia de visita em meio aos quase 700 internos e do fluxo frenético de entrada e saída de pessoas. No cenário de trabalho repetitivo, superlotação e parco contingente de agentes, resta-lhes um intenso jogo de negociação e “engomação” (formas de ganhar tempo) junto aos internos que reclamam dos atrasos em cada um dos procedimentos descritos acima. Nessas situações, saber negociar, ou como diria na linguagem da prisão, saber “engomar”, é uma das estratégias que mantêm a rotina sem que seja necessária uma intervenção mais dura.

O encontro do familiar com o interno é marcado por fortes emoções. O abraço apertado aconchega corpos que por algum tempo não se reencontram. Naquele momento, termina o itinerário de revistas e vistorias que teve início com a conferência da documentação para a confecção da carteirinha. Naquele dia, as conferências iniciaram com Marcela na recepção e se estenderam com a “vistoria dos malotes”, regulação das roupas, pela “revista pessoal” e por mais uma conferência dos documentos no quadrante 1. Por fim, tudo foi radiografado através de ritualísticas específicas em cada etapa do exame meticuloso dos documentos, comidas, objetos, acessórios, roupas e corpos.

Padovani (2018) relata as diferentes maneiras como fora pessoalmente revista nas prisões. Para ela, os modos como eram executadas as revistas se diferenciavam a partir dos múltiplos vínculos que ela manteve nas unidades prisionais. No decorrer de sua imersão em campo, a pesquisadora teve a anuência para ingresso em algumas penitenciárias de São Paulo e Catalunha como antropóloga, como agente da Pastoral Carcerária e como visita familiar. Cada processo de revista era acionado em função dos documentos que carregava em cada situação. Como antropóloga, a revista se dava no âmbito das perguntas que desafiavam a produção do saber por alguém externo à instituição. Como agente da Pastoral, a revista era centralizada no controle das roupas, acessórios e objetos que carregava consigo, tensionados pelos pontos divergentes entre a função de agente da Pastoral e a de agente de segurança a respeito dos direitos humanos. Enquanto visita familiar, foi submetida à “revista vexatória”. Para a autora, a radicalidade da revista em familiares é tensionada pelo antagonismo produzido nas relações entre agentes penitenciários e presos no cotidiano da prisão. Ou seja, entrar em uma unidade prisional como visita familiar “é estar em posição de justaposição ao preso na relação com os funcionários da prisão” (p. 88). A antropóloga chama a atenção para a pressuposição de que os familiares, sozinhos, sejam responsáveis pela entrada de drogas e celulares na prisão, enquanto advogados, pesquisadores, funcionários e voluntários não levantem tantas suspeitas. Mais do que a suspeita em relação aos familiares, Padovani chama a atenção para uma justaposição entre presos e familiares exposta na forma como os agentes revistam seus corpos e objetos.

Luzia, agente penitenciária responsável pela revista em visitantes da PIRS, falou de como as visitantes querem tirar vantagem em qualquer situação e do desapeço que sente por elas. Para a interlocutora, a vistoria das visitantes é muito pior do que “tirar plantão” custodiando os presos: “Elas se acham donas da verdade, se vitimizam e querem tirar vantagem em tudo. Reclamam de todo o procedimento de vistoria e ameaçam denunciar na Defensoria Pública. Trabalhar com presos é ainda melhor que trabalhar com elas!”.

Luzia disse perceber que em algumas situações as visitantes estão falando a verdade e também se compadece com a situação de vulnerabilidade de algumas delas. Além da justaposição entre presos e visitantes apontada por Padovani (2018), o relato de Luzia nos permite perceber que seu desapeço pelas visitas está ligado à insubmissão durante o passo a passo dos “procedimentos”. Dito de outro modo, à capacidade de resistência ao disciplinamento institucional, justamente por não estarem na condição de total submissão aos aparatos estatais, a exemplo de seus parentes privados de liberdade. Ao contrário dos internos, que dispõem apenas de outros profissionais responsáveis pela segurança prisional como canal de comunicação imediato, visitantes podem recorrer a outras instâncias a fim de denunciar excessos, irregularidades ou violações de seus direitos enquanto familiares de presos.

Ao encarnar a regulação da entrada das visitantes e tentar mitigar processos argumentativos que possam borrar hierarquias, Luzia incorpora o Estado (MARQUES *et al.*, 2014). A presença da agente, seus argumentos e conduta instituem a existência micropolítica do Estado através da tentativa de seus profissionais agirem de forma a reafirmar as fronteiras do “fora X dentro” da prisão como realidade autoevidente. Tais fronteiras nos parecem uma forte alegoria da presença e racionalidade do Estado tal qual reapresentado a partir do sistema prisional.

Fluxos e circulação de materiais “permitidos” e “ilícitos” nas celas

Poderíamos dizer que sob o ponto de vista do movimento feminista, a substituição da “revista íntima” pela revista eletrônica possibilitou um exame menos invasivo das visitantes que adentram as unidades prisionais do Ceará. Sob o ponto de vista do Estado, a tecnologia estabeleceu verificação mais rigorosa do material que ultrapassa as fronteiras das prisões.

A racionalidade do Estado e suas regulações passam a ser materializadas por uma relação objetiva, transparente e tecnológica, ao invés de mediada intersubjetivamente na relação entre agentes e visitantes. Em certa medida, a conjunção das vozes dos direitos humanos, dos movimentos feministas e da vontade de controle de fronteiras pelo Estado se consuma através do olhar absoluto do raio X. Olhar imparcial que atravessa o opaco.

A despeito desses significados conjugados, as tecnologias de Estado nas fronteiras das prisões nem de longe cessaram a tensão sobre a inserção de “materiais ilícitos”, como drogas, aparelhos celulares e armas. Na tabela a seguir, vemos dados referentes à apreensão de “materiais ilícitos” em estabelecimentos prisionais do Ceará entre 2014 e 2016.

Tabela 1 – Apreensões de ilícitos nas unidades prisionais do Ceará nos anos de 2014 a 2016

APREENSÕES		2014		2015		2016		GERAL
MATERIAIS	MEDIDA	APRC	APRV	APRC	APRV	APRC	APRV	TOTAL
Faca	Unidade	102	1	144	2	126	0	375
Cossoco	Unidade	1274	0	1013	0	360	0	2.647
Estilete	Unidade	4	0	0	0	8	0	12
Tesoura	Unidade	59	0	165	0	24	0	248
Barra de ferro	Unidade	244	0	40	0	52	0	336
Pistola	Unidade	1	0	0	0	4	0	5
Revólver	Unidade	0	1	1	0	19	0	21
Munição	Unidade	14	5	1	0	327	0	347
Celular	Unidade	6285	295	5881	16	4490	16	16.983
Tablet digital	Unidade	0	0	0	0	2	0	2
Bateria de celular	Unidade	2184	137	2365	2	1018	7	5.713
Carregador de celular	Unidade	2278	64	2885	1	1755	5	6.988
Cartão de memória	Unidade	79	6	101	1	139	0	326
Chip	Unidade	4308	532	5302	119	4552	125	14.938
Maconha	Gramas	45511	4340	71803	2941	55415	387	180.397
Crack	Gramas	4935	445	1449	57	1221	84	8.191
Cocaína	Gramas	3811	1152	1537	279	3997	100	10.876
Psicotrópico	Unidade	4442	1295	1759	0	1895	0	9.391

Fonte: Secretaria de Justiça e Cidadania (CEARÁ, 2010).

A enorme variedade de tamanho e forma do material apreendido, bem como a disparidade entre “material ilícito” apreendido com as visitantes nas entradas das unidades (APRV) e do material apreendido nas celas (APRC) sugerem a existência de outras vias de ingresso não pontuadas pelo relatório.

Recorramos a algumas situações de campo em que a presença de objetos considerados proibidos nas unidades prisionais do Ceará foi ressaltada. A partir dos relatos, compreenderemos melhor o lugar dos “ilícitos” nas relações entre presos, entre familiares e presos e, finalmente, entre presos e profissionais das unidades.

Falando sobre a entrada e o uso de drogas na PIRS, Renata, travesti de 33 anos, que, no momento da entrevista, cumpria pena em regime aberto, nos diz que:

As drogas entravam pelas visitas nas partes íntimas. Depois que as visitas entravam na penitenciária as drogas apareciam na ala, por isso eu afirmo que eram elas que levavam. Não são todas, mas algumas levavam (...). Tinha também muita dívida de drogas em que as visitantes eram obrigadas a levar as drogas no corpo. As vezes até se prostituía para pagar a dívida do companheiro.

De acordo com Renata, a principal forma de entrada das drogas na PIRS era através das visitantes, que conseguiam adentrar a unidade com substâncias. Amanda, travesti de 29 anos que cumpria pena em regime semiaberto por tráfico de drogas, confirma a entrada de drogas pelas visitantes, mas inclui também a corrupção de policiais, agentes penitenciários, funcionários terceirizados e presos que trabalham na cozinha: “As mulheres dos presos levam as drogas tanto na vagina como no ânus e retiram no banheiro da cela. Depois do raio X ficou mais difícil de entrar por elas. Mas também tem alguns agentes, policiais e o pessoal da cozinha que são aliados”. Priscila, travesti presa por tráfico, que cumpria pena em regime fechado na PIRS, relata que por conta de seu vício em *crack* e dívidas de drogas passava por situações constantes de violência e extorsão de familiares. No presídio Irmã Imelda Lima Pontes⁷, Dayse comenta que já chegou a ganhar quatro mil reais por mês aplicando golpes através de aparelhos celulares. Todo o dinheiro era repassado ao traficante para quitar dívidas de drogas. Ainda sobre o uso de aparelho celular, Erika, travesti interna do Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne (CPIS)⁸, relata que mantém contato com seus familiares, com seu companheiro e amigos que estão fora da prisão. Afirma que é comum a compra, venda e aluguel desse meio de comunicação na ala onde é mantida aprisionada. Mas, a possibilidade do uso das tecnologias em penitenciárias também informa hierarquias e diferenças de poder de consumo entre presos e presas, pois os “papagaios”⁹ e outros equipamentos tecnológicos chegam a ter seu custo exponencialmente multiplicado na prisão.

Podemos perceber, portanto, como objetos considerados “ilícitos” dinamizam diferentes formas de sociabilidade no interior das unidades, não sendo incomum relações de violência e conflito operadas a partir do mercado das drogas. O uso de aparelhos celulares e armas ocupam lugar de destaque nas diversas formas de extorsão de presos por outros presos, bem como de familiares de presos por pessoas relacionadas às facções fora das unidades prisionais.

Como o dinheiro é proibido no interior das unidades, alimentos trazidos pelas visitantes, objetos de uso cotidiano ou depositados no almoxarifado, tais como: aparelhos de ventilador, televisão, rádio, roupas e tambores para armazenamento de água acionam formas de negociação não ordinárias. Serviços prestados por presos a outros presos, chamados “corres”, como: extorsões via celular, atividades domésticas e sexuais, também ocupam lugar nesse mercado de trocas sem dinheiro.

Em algumas unidades prisionais, principalmente em cadeias públicas onde a vigilância é frágil, existe outra forma de negociação. Nestas prisões, a ausência do número suficiente de agentes penitenciários dá margem ao surgimento da figura dos “presos de confianças” – internos responsáveis por várias funções administrativas e que, em muitas ocasiões, abrem e fecham os

7 A Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, inaugurada em 2016, está localizada na Região Metropolitana de Fortaleza. Com capacidade para 200 internos e internas, o espaço aprisiona pessoas deficientes, idosos, gays, bissexuais, travestis, transexuais e primários de crimes prescritos na Lei Maria da Penha.

8 A CPIS foi inaugurada em 2016. É a maior penitenciária do Ceará com capacidade total para 1.016 internos. No período de imersão em campo, a unidade abrigava 1.937 pessoas em cumprimento de pena.

9 “Papagaio” ou “rádio” são as designações utilizadas pelos presos para se furtar da palavra celular.

portões das celas supervisionados por um único agente penitenciário plantonista. Esses detentos têm acesso pouco vigiado entre o espaço externo e interno da prisão, cobrando para “botar cada celular pra dentro” da unidade prisional.

Fora o mercado de compra e venda de celulares, há também compra e venda de ligações e aluguéis dos celulares por tempo determinado. O preço do celular, o custo de uma ligação e o valor do aluguel variam entre as unidades prisionais, observada a facilidade ou não do acesso a essa tecnologia. O alto custo da aquisição ou aluguel de um celular na prisão diz muito a respeito dos riscos que corre quem facilita a entrada ou mantém a posse do aparelho no interior da cela. A lei 11.466/2007 proíbe o uso de aparelhos celulares nos presídios e define como falta grave a posse de aparelho que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente extramuros. Se o preso ou a presa for flagrado com um aparelho celular está sujeito a sanções de permanência de até um mês no regime disciplinar, cessação de visitas, perda do trabalho e de toda a remição de pena acumulada até então, e suspensão, durante os seis meses seguintes, de pedidos de liberdade condicional e de progressão de regime (BUMACHAR, 2012).

A problemática em torno da apreensão de celulares nas unidades prisionais do Ceará nos últimos três anos informa como o uso desta tecnologia se disseminou entre os internos, seja para fins de contato com familiares, amigos e companheiros “da liberdade” ou para obter vantagens com a prática de golpes. Por outro lado, o Estado tem investido em novas regras e metodologias para inibir o fluxo de celulares nas prisões.

Ao longo da pesquisa em campo, alguns agentes penitenciários e gestores relataram que a possibilidade de entrada de drogas, celulares e armas de fogo nas unidades prisionais é a principal justificativa para o rigor das revistas em visitantes e seus “malotes”. Ressaltaram os transtornos e riscos que esses materiais podem trazer para o cotidiano de trabalho na prisão.

No tocante aos objetos e substâncias apreendidos com as visitantes nas unidades prisionais do Ceará, temos as seguintes porcentagens médias correspondentes ao acumulado de 2014, 2015 e 2016: celulares 1,92%, maconha 4,25%, *crack* 0,71%, cocaína 14,07% e armas de fogo 3,84%. Esses dados mostram que é insustentável o argumento de que grande parte dos “materiais ilícitos” atravessa as fronteiras das prisões através dos corpos das visitantes. Não estamos afirmando aqui que estas não estejam implicadas como meio de transporte, por associação ou coerção, no abastecimento de “materiais ilícitos” nas unidades. Antes, os dados apontam que elas são sim responsáveis por parte da entrada desses materiais na prisão, mas não as principais, como sustentam as rígidas práticas de revista a familiares que visitam as prisões.

A utilização da revista eletrônica, como apontado por Amanda, inibe as tentativas de atravessar as fronteiras da prisão com “ilícitos” encaixados em cavidades ou escondidos em “malotes”. Por outro lado, “rebolos” por cima das muralhas e a corrupção de profissionais passaram a compor a trama cotidiana das unidades prisionais, principalmente, após o espraiamento das facções no interior das prisões e fora delas. Exploraremos este assunto nas cenas apresentadas na sessão a seguir.

Os Limites do Estado e os binarismos de fronteiras

Em junho de 2016, reportagens sobre a crise penitenciária no Ceará foram veiculadas na imprensa nacional. A divulgação de dois vídeos, gravados e publicados por internos em redes sociais, mostram cenas de uma festa intitulada “Baile de Favela” ocorrida em prisão da Região Metropolitana de Fortaleza. Nas imagens, detentos são filmados utilizando drogas e bebidas alcoólicas, comunicando-se por aparelhos celulares e dançando ao som de músicas bastante populares do ritmo conhecido como forró eletrônico. Enquanto se divertem, referem-se a outros internos presentes no “Baile” a partir de suas filiações a facções criminosas¹⁰. Em 17 de janeiro de 2018, o jornal Diário do Nordeste veiculou reportagem sobre a prisão de três pessoas, dentre elas uma agente penitenciária, suspeitas de participar de um esquema para o ingresso de celulares no interior da CPIS (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018).

É possível imaginar que na manhã daquele mesmo dia de junho de 2016, agentes penitenciários desdobraram-se em estafante rotina de revista e vistoria das visitantes para evitar que algum “material ilícito” cruzasse as fronteiras das unidades prisionais do estado. Paralelo a isso, ao longo dos dois últimos anos, temos acompanhado recorrentes tentativas de arremessos de drogas, bebidas alcoólicas, celulares e outros aparelhos eletrônicos por cima do muro da PIRS (NASCIMENTO, 2015).-

Um ano após o “Baile de Favela”, no “Encontro de Governadores do Brasil pela Segurança e Controle das Fronteiras: Narcotráfico uma Emergência Nacional”, ocorrido em Rio Branco (AC) em outubro de 2017, o governador do estado, Camilo Santana, afirmava que as facções criminosas se alastraram de tal forma que o estado do Ceará não consegue sequer conter a entrada de celulares nos presídios, quiçá impedir os índices de assassinatos e outros indicadores da violência.

A colagem dessas cenas permite perceber como a manifestação da própria existência do Estado se ancora na performance das revistas descritas acima. Força e rigor demonstrados por agentes femininas e masculinos para regular as fronteiras do dentro x fora das unidades prisionais como espaço de contágio. Supostamente, caso as verificações dos postos fossem realizadas com o rigor necessário, este espaço se revelaria como espaço uniforme e racionalmente regulado. Como afirmamos acima, a fronteira revela-se como esse lugar onde o Estado produz uma imagem de regulação e dá-se a ver a si mesmo.

Por outro lado, sob o ponto de vista do tráfico e do comércio ilegal de materiais ilícitos, a presença, força e rigor das facções é demonstrada pelo poder de atravessar espaços supostamente regulados, fazer-se presente pela sua vontade, a despeito da vontade do Estado.

A fronteira é assim espaço de disputas: de um lado, sua espetacularização e poder de administração pelo Estado, de outro, capacidade de subversão e ubiquidade pelo tráfico. Vale

10 Vídeos disponíveis em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fmHgtIXH2So>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=mdiLFGDzUxk>>.

perceber como essa tensão de gramáticas se estabelece a partir de uma polissemia sobre fronteiras e corpos, notadamente sobre os corpos femininos. Retomando Foucault, Butler (2014) chama a atenção para a relação entre regulação e formas de subjetivação:

É importante lembrar pelo menos duas advertências sobre sujeito e regulação derivadas das pesquisas foucaultianas: (1) o poder regulador não age apenas sobre um sujeito pré-existente, mas também delimita e forma esse sujeito; além disso, toda forma jurídica de poder possui efeito de produção; e (2) tornar-se sujeito de uma regulação equivale a ser assujeitado por ela, ou seja, tornar-se sujeito precisamente porque foi regulado (BUTLER, 2014, p. 252).

A gramática dos pronomes, artigos, designações a que fomos submetidos, como autores, na escrita desse artigo¹¹ para descrever sujeitos sempre gendrados, demonstra que fronteiras do Estado dependem de conformação de sujeitos a partir de corpos masculinos e femininos. Nesta linha de argumentação, os processos de Estado, exemplificados nos controles desde pontos de verificações, longe de serem entendidos apenas como burocracias das prisões, são representados como matérias vivas nas práticas, atributos e representações de gênero, pensados também em sua carnatura desde seus qualificativos morais e sua capacidade de moldar, limitar e produzir desejos e horizontes de possibilidade (VIANA; LOWENKRON, 2017).

Trânsitos de sujeitos diferenciados por artigos que qualificam gênero: as agentes, as mães, as filhas; a variação na frequência e caráter das visitas masculinas e femininas nas unidades prisionais; a descrição das visitantes a partir de suas cavidades; todos esses exemplos demonstram práticas de Estado inspiradas em uma gramática binária, conformando diferenças e hierarquias entre corpos masculinos e femininos, conforme demonstrado em políticas públicas diversas (LIMA, 2002). Em texto recente, Vianna e Lowerkon (2017) demonstram que embora o Estado opere sobre corpos generificados suas configurações de gênero são bem mais complexas que a mera oposição entre um Estado masculino contra um assujeitamento feminino. Para as autoras:

(...) a ideia de Estado e as formas de poder por ele exercidas e engendradas, mesmo que quase sempre imaginadas como masculinas, articulam-se a versões ou atributos de gênero distintos, contribuindo, assim, para a conformação de diferentes constructos de masculinidade e, poderíamos acrescentar, de feminilidade (e175101).

Pudemos perceber acima que essa gramática acessa múltiplos sujeitos em posições sociais bastante variadas, evidenciando aquilo que Foucault (1997) nomeou como microfísica do poder: são agentes prisionais identificadas com o Estado; travestis que atribuem às cavidades femininas o ir e vir de mercadorias pelas fronteiras; corpos femininos tomados como visitantes preferenciais por sua condição de mãe, filha ou parente próxima, desde que o parentesco seja

¹¹ Sobre a utilização da dimensão retórica da escrita etnográfica, ver Marcus e Cushman (1982) e Clifford (2002).

atestado pelos órgãos competentes. Se corpos masculinos e femininos são fundamentais para operar as fronteiras do dentro e fora no trânsito de objetos, mercadorias e novas relações de poder delas advindas, essa gramática não seria possível sem outro binarismo, assinalado aqui como oposição “pureza x contágio” (DOUGLAS, 1991). A partir dele, a integridade das fronteiras aparece como encarnação do Estado, em oposição ao contágio das visitantes, usualmente no feminino. Corpos femininos que atravessam fronteiras seriam, portanto, duplamente perigosos. Em princípio, como nos fez ver Padovani (2018), por uma justaposição entre familiares de presos e o mundo do crime, mães, filhas, esposas são cuidadoras, sempre femininas, preferenciais do Estado. São também corpos suspeitos por compartilharem com internos origem social, vínculos familiares, marcadores étnicos e raciais. Por outro lado, são esses corpos, a um só tempo cuidadores e suspeitos, que terão suas cavidades revistadas rigorosamente ou escaneadas pelo olho do Estado. Na equação da fronteira das unidades prisionais o feminino é reiterado como vetor de suspeita e contágio, devendo submeter cavidades, documentos e malotes ao olho abrangente do Estado – raio x.

Configura-se, portanto, nas fronteiras das unidades prisionais, uma conformação interseccional de poderes, capazes de operar uma forma de objetivação fundamental para o Estado compor-se como local insuspeito. Em oposição ao contágio do mundo do crime, operado por corpos femininos, um Estado rigoroso, esforçado e íntegro. Essa objetivação entre corpos que se misturam esquadrihados por corpos uniformizados em postos de verificação não seria possível sem corpos, gêneros e fronteiras.

Considerações finais

Como aprendemos com Foucault (1997, 2015), o governo penitenciário exerce poder sobre as pessoas, em suas relações com outras pessoas e com objetos. Define o que é “permitido” e o que é “proibido”, valida regalias em oposição a direitos; regula fluxos de pessoas, objetos e informações; institui locais e “procedimentos” de verificação; treina a mecânica dos corpos dos profissionais para um total aproveitamento de suas forças; vigia, monitora e penetra as subjetividades de presos e agentes penitenciários. A positividade dessa engenharia, no entanto, depende de suas objetivações. Tentamos perceber ao longo do artigo como processos de Estado acionam binarismos que localizam, atualizam, conformam, encarnam e fetichizam posições. As fronteiras aparecem, portanto, como campo produtivo para a análise das relações deflagradas a partir do Estado (ALBUQUERQUE; OLIVAR, 2015; 2018; FELTRAN, 2011; GODOI, 2015b; PADOVANI, 2018).

Para tanto, seguindo alguns exemplos das literaturas clássica e contemporâneas do campo, convenciamos pensar Estado a partir de sua carnatura, dos processos pelos quais torna visíveis suas gramáticas (RAMALHO, 1983; FELTRAN, 2011; PADOVANI, 2018). À porta da Penitenciária Industrial Regional de Sobral, a partir da extenuação de recursos físicos e financeiros das visitantes, dos esforços dos agentes e das tecnologias para conformação do Estado

pela gramática dos direitos humanos, estabelece-se uma performance da impenetrabilidade do Estado. A descrição desses processos requer empatia com as pessoas que cotidianamente se submetem a ele. Empatia pela observação ou não das gramáticas de gênero, de etnia e de classe operadas a partir da ação de verificar e ser verificada. Será possível reter essa gramática sem a ela submeter-se? Se as performances de rigor do Estado às portas das unidades prisionais capturam nosso olhar, o que se invisibiliza pela ação cotidiana desse processo de Estado?

Ao longo desse artigo, acionamos artigos jornalísticos, vídeos produzidos por internos, termos nativos utilizados nas unidades prisionais, além do valor de alguns objetos considerados “ilícitos”. A partir dessa variedade de fontes, aproximamo-nos de pontos de fuga embotados pela performance do Estado às portas das unidades. Percebemos que relações entre presos e profissionais ou prestadores de serviços nas unidades, “rebolos”, entre outras ambiguidades, tem lugar privilegiado na disputa em curso entre a intangibilidade do Estado versus a ubiquidade do crime. Disputa materializada através da presença e valorização de objetos ilícitos para além dos limites ditados pelo Estado.

À despeito dessa variedade de tensões, ações e hierarquias, a objetivação dessa disputa parece capturar olhares de familiares, operadores do Estado e etnógrafos para o cotidiano das fronteiras e as marcas sociais presentes nos corpos que por ela atravessam. A fim de qualificar nosso olhar, impõe-se, portanto, perceber fronteiras institucionais como enredo performático, mais que local privilegiado de um iminente contágio.

Ao longo do artigo, o lugar abjeto (BUTLER, 2008) das travestis em prisões masculinas foi também acionado como lugar errático de produção de significados sobre fronteiras e “ilícitos”. Se, por vezes, travestis são objetos de desejo ou repulsa preferencial de companheiros de prisão (NASCIMENTO, 2018), se, por vezes, a circulação de performatividades femininas em prisões masculinas coloca suas vidas em risco, seus corpos incomuns na gramática comum cis-heteronormativa produz reflexões sobre o lugar dos binarismos de gênero (BUTLER, 2008) no espaço prisional. Das aproximações entre performances travestis e o feminino decorrem parcerias sexual-afetivas no cotidiano da prisão, relega-se para elas papéis como: trabalhadoras sexuais, realizadoras de trabalhos domésticos no interior das celas, entre outros. No limite da tematização sobre a entrada e manutenção de objetos considerados ilícitos nas unidades prisionais presente nesse artigo, vale perceber que travestis não fazem visitas a presos e presas. Que a partir dos binarismos demonstrados ao longo do artigo, suas cavidades são constantemente colocadas em suspeita. A impossibilidade de apreendê-las a partir de polos fixos entre masculino e feminino as compõe como sujeitos sempre suspeitos. Ao mesmo tempo, tal ambiguidade não implica que corpos travestis não reiterem ocasionalmente as ações performáticas do Estado, em seus jogos de polarizações. Como vimos acima, Renata aponta vaginas como fontes prioritárias de circulação de ilícitos, abrandando falas que denunciam outras tensões existentes no cotidiano prisional que não aquelas que instituem a relação masculino x feminino como lugar de hierarquia e das prisões como local de iminência de contágio.

A análise da complexa relação entre o dentro e o fora da prisão parece avançar quando passamos a considerar a força performativa presente no cotidiano dos agentes, a presença de objetos ilícitos como materialização de disputas e hierarquias e, finalmente, as gramáticas de gênero e sexualidade como fontes incontornáveis para a reflexão sobre o Estado.

Como demonstrado por Lago e Zamboni (2018), Efrem Filho (2017), Nascimento (2015) e Ferreira (2014), o entrecruzamento entre os campos de sociologias das prisões e os estudos de gênero e sexualidade, a partir da descrição de processos de Estado, revela-se como área relevante na renovação de fontes e alternativas metodológicas para as Ciências Sociais.

Referências

- Agente penitenciária é presa por corrupção e associação criminosa. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 jan. 2018. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/online/agente-penitenciaria-e-presa-por-corrupcao-e-associacao-criminosa>>. Acesso em: 24 jan. 2018.
- ALBUQUERQUE, J.L.; OLIVAR, J.M. N. Apresentação do Dossiê Fronteiras: territórios, políticas, diferenças e desigualdades. **Revista Ambivalências**, Aracaju, v. 3, n. 5, p. 3-27, jan./jun. 2015.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciária INFOPEN**: julho de 2016. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- BUTLER, J. **Cuerpos que importan**. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014 .
- BIONDI, K. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- BUMACHAR, B. Por meus filhos: usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas em São Paulo. In: COGO, D.; ELHAJJI, M.; HUERTAS, A. (org.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades Transnacionais**. Barcelona: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. p. 449-468.
- CARDIN, E.; ALBUQUERQUE, J. L. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 6, n.12, p.114-131, jan./abr. 2018.
- CEARÁ. **Lei Estadual de nº 14.966, de 13 de julho de 2011**. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2009/14582.htm>>. Acesso em: 3 nov. 2014.
- CEARÁ. **Portaria de nº 0240/2010**. Regimento Geral dos Estabelecimentos Prisionais do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: Secretaria de Justiça e Cidadania, 2010.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p.17-62.
- CUNHA, M. Prisão e sociedade: modalidades de uma conexão. In: CUNHA, M. **Aquém e além da prisão**: cruzamentos e perspectivas. Lisboa: 90 Graus, 2008. p. 7-32.
- DAVIS, A. **A Democracia da abolição**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- DAS, V. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
- DAS, V.; POOLE, D. (org.). **Anthropology in the margins of the State**. Oxford, James Currency, 2004.

Detento é suspeito de aplicar golpes em site de vendas e lesar mais de 30 pessoas. Segurança Pública, O Povo, Fortaleza, 17 fev. 2016. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/02/17/noticiafortaleza,3576668/detento-e-presos-por-aplicar-golpes-em-site-de-vendas-e-lesar-mais-de.shtml>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

EFREM FILHO, R. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 50, 175007, 6 jul. 2017. versão *online*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200308&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 22 ago. 2019.

FERREIRA, G. G. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. **Temporalis**, Vitória, v. 14, n. 27, p. 99-117, 2014.

FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

GODOI, R. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015a.

GODOI, R. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre o dentro e o fora das prisões de São Paulo. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v.1, n. 46, p. 131-142, 2015b.

GOFFMAN, E. **Manicônios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LAGO, N.; ZAMBONI, M. Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em tempos de encarceramento em massa. In: MALLART, F.; GODOI, R. **BR 111 a rota das prisões brasileiras**. São Paulo: Veneta/Le Monde Diplomatique, 2017. p. 71-86.

LIMA, A. C. S. (org.). **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP/UFRJ, 2002.

MALLART, F.; RUI, T. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 21, p. 1-17, ago./dez. 2017. versão *online*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3620> Acesso em: 22 ago. 2019.

MARCUS, G.; CUSHMAN, D. Ethnographies as texts. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, USA, v. 11, p. 25-69, 1982.

MARQUES, R. *et al.* Incorporando o Estado em bairros periféricos: risco e mediação nas Equipes de Saúde de Família. In: ENCONTRO INTERNACIONAL VIOLÊNCIA E CONFLITOS SOCIAIS: TERRITORIALIDADES E NEGOCIAÇÕES, 4, 2014, Fortaleza. **Anais do IV Encontro Internacional Violência e Conflitos Sociais**. Fortaleza: LEV, 2014. p. 1-10.

NASCIMENTO, F. E. M. **Entre grades, muralha e vivências**: uma etnografia da ressocialização na Penitenciária Industrial Regional de Sobral. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Instituto Superior de Teologia Aplicada, Sobral, Ceará, 2015.

NASCIMENTO, F. E. M. **Travestilidades Aprisionadas**: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. 2018. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

NASCIMENTO, F. E. M. Facções, rebeliões, violência e gestão do aprisionamento no Ceará. **O público e o privado**, Fortaleza, 2019. No prelo.

- NASCIMENTO, F. E. M.; FREITAS, G. J. No olho do furacão: notas sobre as mudanças na gestão do aprisionamento que provocaram a crise na segurança pública do Ceará. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 19, 2019, Florianópolis. **Anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. p. 1-30.
- OLIVAR, J. M. N. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira por meio de políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. **Revista Ambivalências**, Aracaju, v. 3, n. 5, p. 149-182, jan./jun. 2015.
- PADOVANI, N. C. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- PAIVA, L. F. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, jan./abr. 2019.
- RAMALHO, J.R. **Mundo do crime**. A ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SÁ, L. D.; AQUINO, J. P. D. “Guerra das facções” no Ceará (2013-2018): Socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 42, 2018, Caxambu. **Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo: Anpocs, 2018. p. 1-30.
- VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 51, 175101, 2017. versão *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510001.pdf> Acesso em: 22 ago. 2019.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.
- STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 303-329, 1995.

Recebido em: 10/08/2018

Aceito em: 6/08/2019

Entrevista

O INDIVÍDUO, A EXISTÊNCIA E A TEORIA SOCIAL: uma entrevista com Frédéric Vandenberghe¹

INDIVIDUALISM AND EXISTENTIALISM IN SOCIOLOGICAL THEORY ***An Interview with Frédéric Vandenberghe***

Rodrigo Vieira de Assis*

Frédéric Vandenberghe é hoje um dos grandes nomes da teoria social no Brasil. Rodou o mundo e chegou ao país em 2003. Nasceu na Bélgica, onde iniciou sua formação em ciências sociais e políticas (RU Gent, 1988), e migrou para a França ainda jovem para dar continuidade a sua formação acadêmica, realizando seu mestrado (1989) e doutorado (1994) na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). A sua tese *Une histoire critique de la sociologie allemande* (1997-98, 2 vols.) foi traduzida para o inglês, turco e português. Lecionou sociologia em inúmeras universidades, nomeadamente na University of California (EUA), Manchester University (UK), European University Institute (Itália), Brunel University London (UK) e Université Catholique de Louvain-la-Neuve (Bélgica). No Brasil colaborou com a Universidade de Brasília (UnB), com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e com o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mora no Rio de Janeiro desde 2005. Atualmente é professor e pesquisador do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e coordena o Núcleo de Pesquisa Sociofilo: (co)laboratório de teoria social. Publicou (entre outros) *As sociologias de Georg Simmel* (2018); *Teoria social realista* (2010); *Pós-humanismo ou a lógica cultural do neocapitalismo global* (2017); e, com Jean-François Véran, *Para além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana* (2017). O leitor interessado poderá encontrar os seus textos e baixá-los no seu site pessoal: <http://frederic.vdb.brainwaves.be/>

Frédéric Vandenberghe is today one of the great names of the social theory in Brazil. He has been all over the world and arrived in the country in 2003. He was born in Belgium, where he started his academic formation in political and social sciences (RU Gent, 1988). Still young, he migrated to France to continue his studies, achieving both his master's degree (1989) and doctorate (1994) at the Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). His thesis *Une histoire critique de la sociologie allemande* (1997-98, 2 vols.) was translated to English, Turkish and Portuguese. Frédéric lectured sociology at innumerable universities, namely at University of California (USA), Manchester University (UK), European University Institute (Italy), Brunel University London (UK) and Université Catholique de Louvain-la-Neuve (Belgium). In Brazil, he collaborated with the Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), the former Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) and the Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Frédéric Vandenberghe lives in Rio de Janeiro since 2005. He currently is a professor and researcher of the Instituto de Filosofia e Ciências Sociais of the Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). He coordinates the Núcleo de Pesquisa Sociofilo. Frédéric published (among others) *As sociologias de Georg Simmel* (2018); *Teoria Social Realista* (2010); *Pós-humanismo ou a lógica cultural do neocapitalismo global* (2017); and, with Jean-François Véran, *Para além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana* (2017). The interested reader may find his texts and download them at his personal website: <http://frederic.vdb.brainwaves.be/>

¹ Entrevista de Frédéric Vandenberghe a Rodrigo Vieira de Assis, realizada durante o 42º Encontro Anual da Anpocs, em 23 de outubro de 2018, Caxambu-MG, Brasil.

* Doutorando e mestre em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) / Brasil. Professor Substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) / Brasil. Autor do livro *Para uma sociologia das visões de mundo: cultura, pensamento e práticas sociais* (Editora Appris, no prelo). É membro do Sociofilo: (co)laboratório de teoria social. E-mail: rvassis@outlook.com

Rodrigo Vieira de Assis: *Fred, obrigado por aceitar o convite para a realização desta entrevista, que será publicada no dossiê Sociologias em Escala Individual, da Revista de Ciências Sociais, Política e Trabalho, ligada ao PPGS/UFPB. A primeira questão que faço a você tem um caráter mais pessoal e trata do modo como você entrou em contato com as ciências sociais, mais particularmente com a sociologia. Então, como foi o seu encontro com a sociologia e como, na sua trajetória, você passou a pesquisar sistematicamente as teorias social e sociológica? Você tem o tempo que precisar para desenvolver as suas respostas.*

Frédéric Vandenberghe: Primeiramente, obrigado, Rodrigo, pois é bom poder dar uma entrevista neste momento para esquecer um pouco o inferno da conjuntura ou, talvez melhor, da “disjuntura” brasileira, especialmente porque este formato de diálogo nos tranquiliza. Este será um momento muito agradável para nós. Essa pergunta mais biográfica me projeta de volta para a Bélgica, para o momento em que eu estava fazendo a graduação de sociologia. No início, não sabia bem o que era a sociologia. Acho que escolhi “*pol. & soc.*”² por causa de uma confusão entre sociologia e socialismo [risos] e de suas associações com a contracultura. Foi isso que me atraiu. A minha formação lá na Universidade de Gent foi feita em um pequeno departamento no qual a sociologia era positivista – com sua lógica das variáveis dependentes e independentes – e eu não gostava disso. O meu interesse na teoria social surgiu realmente como um *antipositivismo* fundamental e visceral. Lembro-me até hoje de uma aula de estatística, de metodologia quantitativa. Estava lendo, naquele momento, com o livro em baixo da mesa durante a aula, o Peter Berger, a sua perspectiva humanista sobre a sociologia, e isso me marcou até hoje³. Na sociologia positivista, os indivíduos eram simplesmente bonecas determinadas pelas variáveis. Lendo Peter Berger, de repente as bonecas começaram a pular as cordas e a dançar. Essa imagem foi muito importante pra mim. Talvez já era um pouco de sociologia existencial precoce que estava lá e por isso o Peter Berger é importante na minha formação. Além do mais, tinha que fazer uma monografia e o que me interessava era a teoria. Eu decidi, assim, trabalhar a relação entre o *me* e o *I* em George Herbert Mead. O professor que ia me orientar na época, que era um positivista linha dura disse: “Que interessante! Você quer trabalhar o tema da alienação”. Ele mesmo tinha feito pesquisas empíricas, quantitativas, sobre o tema da alienação. Ele não tinha noção, porém, do quanto que a pesquisa dele era, na verdade, alienada [risos]. Assim, comecei a ler o jovem Marx dos Manuscritos parisienses de 1844, os manuscritos econômico-filosóficos, e a me dedicar ao estudo da alienação. Na época, eu estava namorando uma mulher na Eslovênia e conheci o Grupo Praxis, que era um forte movimento naquele momento que se inspirava em Erich Fromm e Herbert Marcuse. A Iugoslávia ainda era socialista e todo o Grupo

2 Referência abreviada à *Politieke en Sociale Wetenschappen*, título da graduação realizada na *Gent Universiteit*, Bélgica. Em tradução livre: Ciências Sociais e Políticas.

3 Cf. BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas:** uma Visão Humanística. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972. Veja também o obtuário **Debaixo do Dossel Sagrado:** Peter Berger (1929-2017), escrito por Vandenberghe e publicado no Blog do Sociofilo. Disponível em: < <https://goo.gl/kUef2w> > Acesso em: 05 jan. 2019.

Praxis era uma tentativa de voltar aos textos do jovem Marx para criticar o socialismo. Eu li tudo da revista *Praxis*, inclusive, naquela época, já estava lendo Slavoj Žižek, o gigante de Ljubljana. Então, penso que essa combinação da fenomenologia e o interesse também no marxismo mais humanista e mais existencial foi o que marcou o meu encontro com a sociologia.

Rodrigo Vieira de Assis: *No seu mestrado, então, você já estava trabalhando com teoria crítica?*

Frédéric Vandenberghe: Eu sabia que queria continuar com os estudos e, vindo da província, não sabia bem o que fazer. Havia tentado ir pra Amsterdã durante a graduação, mas tinha dois problemas: um era o alojamento, que era impossível; outro era que lá já estavam trabalhando com computadores e eu não sabia datilografar. Isso me fez ficar na Bélgica. Mas, para o mestrado, por simples acaso, fui parar na *École des Haute Études* (EHESS), na França. Um amigo tinha um primo que fazia um doutorado com Castoriadis e ele me falou sobre o lugar. Na época, eu tinha um projeto para trabalhar a questão do relativismo cognitivo. Esses lugares são bem imponentes, impressionantes etc. O meu orientador tinha um sobrenome consagrado, Ladrière, que gerava uma confusão de identidade, o que me levou a achar que iria fazer o mestrado com o Jean Ladrière quando, na verdade, era com seu irmão, menos conhecido, Paul Ladrière (risos).

Rodrigo Vieira de Assis: *O Paul Ladrière?*

Frédéric Vandenberghe: Isso. Paul Ladrière era o meu orientador e Jean Ladrière era um filósofo bem importante, bem interessante, próximo de Paul Ricoeur. Meu orientador era um apóstolo habermasiano. O relativismo cognitivo que figurava em meu projeto não era do seu interesse. Naquele momento, estava lendo e descobrindo os *Social Studies of Science* (STS), em continuação com meu interesse na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim. Estava lendo as Investigações Filosóficas de Wittgenstein e também os trabalhos de Peter Winch. Depois de algumas semanas, entretanto, o meu orientador começou a me cobrar. Ele queria saber quando ia entregar o meu texto e sugeria que eu mudasse de tema. Pensei o que ia fazer e decidi assim continuar com o tema da alienação, da *Entfremdung*. Desde então, ele “parou” de me orientar (risos). Mas, sim, graças a ele, descobri a teoria crítica e a Escola de Frankfurt. Eu já sabia mais ou menos como avançar na discussão sobre a alienação e a reificação porque era a temática no jovem Marx. Compreendia que entre Lukács e o Jovem Marx tinha que passar por Simmel e por Weber. Meu mestrado era exatamente isso. Uma primeira leitura bem elementar de Simmel e de Weber para chegar ao Lukács. Depois, na tese, ampliei o escopo e me lancei numa leitura das obras completas de Marx, Simmel, Weber e os autores principais da Escola de Frankfurt. Na tese, não explorei as obras completas de Lukács, mas apenas os seus escritos até 1923, ou seja, eu não li a *Ontologia do Ser Social* – até hoje não li. E depois, bom, passei um bom tempo lendo a Escola de Frankfurt, estudando Horkheimer, Adorno – que é muito, muito difícil, então precisei

ler muito –, Marcuse e Habermas, que na verdade virou, como dizer (?), virou a luz no fim do meu túnel. Na minha formação, nunca tinha tido um mentor e o Habermas é, para mim, até hoje, o fundamento do meu pensamento.

Rodrigo Vieira de Assis: *Você se encontrou diretamente com Habermas quando estava no momento da tese já próximo de escrever sobre ele próprio. Como foi essa experiência?*

Frédéric Vandenberghe: Eu estava escrevendo, fazendo o doutorado e pra simplificar eu vou dizer que fui fazer um “sanduíche” na Alemanha – usando uma noção bem brasileira, que eu não sabia que existia. Eu tinha passado um pouco mais de seis meses em Cambridge com Anthony Giddens e depois passei também um pouco menos de um ano em Frankfurt com Habermas. Com Giddens, a influência é muito mais textual. Ele já tinha saído da fase mais interessante da teoria da estruturação e estava se dedicando aos textos sobre a modernidade tardia e a identidade. Eu havia lido todos os textos dele sobre a teoria social, mas o contato com o Giddens era estranho... Eu me dava muito bem com os amigos mais próximos dele, então tinha muito contato. Porém, em duas ou três vezes que almoçamos juntos, ele não queria falar sobre teoria, mas sobre futebol (risos). O Habermas era exatamente o oposto. Em 1992, quando ele publicou o grande livro sobre os fatos e as normas⁴, que também foi o ano em que Honneth publicou a *Luta por reconhecimento*,⁵ em seu seminário de pós-graduação, tinham apenas filósofos e todos estavam trabalhando a filosofia do direito. Habermas estava muito feliz em poder encontrar ali um sociólogo. Para mim, foi uma experiência diariamente incomum. Como eu estava muito tímido, era ele quem iniciava o contato e fazia uma aproximação. Lembro que as primeiras vezes foram simplesmente um “bom dia”, “boa noite”. Isso continuou, mas especialmente o fato de que ele se sentia muito à vontade para falar sobre a teoria social, a sociologia e muito mais, demonstrava que acessá-lo era muito fácil. O meu alemão era suficiente para ter uma conversa elementar, mas me lembro de que isso não era um problema. Isso tudo foi incrível. Realmente, a teoria da ação comunicativa estava aplicada no encontro com o outro mesmo. Foi uma experiência muito forte, muito significativa para mim.

Rodrigo Vieira de Assis: *Além do Giddens e do Habermas, você também esteve próximo de outros grandes nomes da teoria social, como Jeffrey Alexander. Além disso, você tem muita proximidade com Bernard Lahire e Margaret Archer, que são referências quando pensamos na sociologia à escala individual. É possível dizer com isso que você participou de algumas das importantes*

4 HABERMAS, Jürgen. **Faktizität und Geltung:** Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats. Frankfurt: Suhrkamp, 1992. Traduzido para português e publicado em dois volumes: HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:** entre Facticidade e Validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1, HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:** entre Facticidade e Validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 2

5 HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento:** a Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

convergências e divergências que ecoam e predefinem os contornos da sociologia contemporânea. Como foram estabelecidas as relações com essas referências e que implicações tiveram sobre o seu modo de pensar a sociologia?

Frédéric Vandenberghe: Uma primeira distinção é que estudei com Giddens, Habermas e Alexander, o que significa que com eles tenho uma relação de aluno e mestre. Estou numa cadeia que interconecta estrelas de alto astral, como diria Randall Collins⁶. Eu estava muito impressionado com a obra *Theoretical Logic in Sociology* de Jeffrey Alexander⁷ e fui, no fim da minha tese, para Los Angeles porque na época ele ainda era professor na UCLA, e posso dizer que a minha tese sobre a reificação foi uma aplicação do esquema metateórico dele. A visão dele era que a teoria social precisava ser plural - ele dizia “multidimensional” - e que tudo depende, na teoria, do conceito de ação. Eu mostrava que o problema com todas as teorias da reificação é que, na verdade, elas não eram plurais e tinham uma tendência em reduzir a ação a sua dimensão instrumental e estratégica. A teoria da escolha racional já estava embutida nessas teorias. O Jeffrey foi, portanto, uma influência muito importante que, aliás, fez o posfácio da minha tese quando foi publicada em 1997. Em troca, com 20 anos de atraso, acabei de escrever um texto sobre sua sociologia cultural para a revista *Sociologia e Antropologia*⁸. Lahire e Archer nunca foram meus professores, são meus amigos e os conheço desde muito tempo e, nesse sentido, a relação é diferente. Não é uma relação de mestre e de aluno, é uma relação entre iguais, com muito afeto, muita amizade e confiança.

Rodrigo Vieira de Assis: *Essa proximidade com Lahire e com Archer, com quem você tem uma relação mais horizontal, foi uma das motivações que o levou a refletir sobre o indivíduo nas teorias social e sociológica?*

Frédéric Vandenberghe: Essa é uma questão interessante. A questão do indivíduo já me interessava na época. Certamente, pela grande influência de Giddens, me interessava pela microssociologia e pela teoria da ação. Quando estava em Los Angeles, segui os cursos de Garfinkel e, como disse no início, George Herbert Mead foi muito importante em minha formação. Assim, a teoria da ação e a microssociologia eram muito importantes para mim desde o início. Giddens estava trabalhando

6 COLLINS, Randall. **The Sociology of Philosophies**. A Global Theory of Intellectual Change. Cambrigd, MA, and London: Harvard University Press, 1998.

7 Refere-se aos quatro volumes: ALEXANDER, Jeffrey. **Theoretical Logic in Sociology**. Positivism, Presuppositions, and Current Controversies. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1982. v. 1, ALEXANDER, Jeffrey. **Theoretical Logic in Sociology**. The Antinomies of Classical Thought: Marx and Durkheim. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1982. v. 2, ALEXANDER, Jeffrey. **Theoretical Logic in Sociology**. The Classical Attempt at Theoretical Synthesis: Max Weber. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1983. v. 3, ALEXANDER, Jeffrey. **Theoretical Logic in Sociology**. The Modern Reconstruction of Classical Thought: Talcott Parsons. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1984. v. 4.

8 VANDENBERGHE, F. Jeffrey Alexander, a Statesman of Social Theory and Cultural Sociology. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, [v. 10?], n. 1, 2019. No prelo.

nessa época sobre a questão da identidade reflexiva, mas não sei se a motivação vem dessa discussão... Talvez Peter Berger, com sua sensibilidade mais existencialista, tenha me influenciado mais nesse quesito. Em todo caso, penso que as raízes são muito mais pessoais, no sentido da experiência de sair primeiro da Bélgica para Paris, trabalhando a questão da alienação. Eu tinha excluído as ressonâncias existencialistas do conceito de alienação, mas senti a alienação na pele. Isso era muito, muito forte. As questões de mal-estar na França e o deslocamento tantas vezes saindo da Bélgica para Paris, saindo de Paris para Cambridge, de Cambridge para Frankfurt e Los Angeles. Muitos deslocamentos e sempre na margem de uma instituição: alienação. Depois ocorreu o encontro com o Brasil... Acho que tem uma carga existencial forte quando lido com a questão do indivíduo. O encontro com Archer e com Lahire veio depois. Eu acompanhava a Archer porque, como a relação com Giddens passou pelos livros e não pela pessoa, e como estava trabalhando sobre a reificação, encontrei em Archer o realismo crítico, isso já nos anos 90. Depois de 2003, quando ela começou a teorizar o papel da reflexividade, das conversas internas, já estava inteirado dessa temática. O livro *Structure, Agency and the Internal Conversation* foi muito importante para mim⁹. O encontro com Lahire provavelmente foi alguns anos depois, 2007 ou 2008. Com Lahire, compartilho o interesse pelo gigante Pierre Bourdieu. Bourdieu é uma influência muito importante, mas não era uma relação pessoal. Durante dois anos, assisti a seu curso sobre o Estado, ministrado no Collège de France, o que me motivou realmente a realizar um trabalho muito intenso sobre sua obra. Sempre lia Bourdieu a partir da teoria crítica alemã, pensando-o como o grande sociólogo da teoria crítica, embora somente depois esses encontros entre a tradição alemã e a sociologia crítica de Bourdieu tenham sido realizados via Boltanski e Honneth. Contudo, para mim, essa leitura de Bourdieu foi levada a cabo desde o início.

Rodrigo Vieira de Assis: *Inclusive, lembro-me de uma fala sua em outra ocasião em que propunha uma aproximação entre Bourdieu e Adorno.*

Frédéric Vandenberghe: Exatamente. Essa foi a minha leitura. O Adorno era, antes de tudo, um filósofo, e a sua sociologia não era boa. Era ensaística e, como diria hoje, hipercrítica. Bourdieu, por sua vez, realmente tinha um programa de uma sociologia teórica, crítica e empírica. Interessei-me por ele desde o início de minha formação. Terminei a minha monografia com uma referência na última página a Bourdieu, só que não sabia exatamente como citá-lo e acabei escrevendo o seu nome de maneira errada, BourdieuX com “x” no final [risos]. Porém, as *Questões de sociologia* foi um livro que tinha lido na graduação e que tinha me impactado muito fortemente¹⁰.

9 ARCHER, M. *Structure, Agency and the Internal Conversation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Para uma resenha minuciosa do livro, ver: VANDENBERGHE, F. Você sabe com quem está falando quando fala consigo mesmo?. In: **Teoria Social Realista: um Diálogo Fraco-Britânico**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010, p. 257-271.

10 BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

Rodrigo Vieira de Assis: *Bernard Lahire tem um vínculo muito forte com o trabalho de Bourdieu e, sem dúvida, foi significativamente influenciado pela teoria da prática formulada pelo autor de A distinção¹¹. Como sabemos, em Bourdieu, o habitus é o habitus de classe enquanto que em Lahire temos uma abordagem à escala individual, pensando o operador prático bourdieusiano como um patrimônio de disposições plurais. O que você pensa da leitura que Lahire faz de Bourdieu?*

Frédéric Vandenberghe: Lahire é, ao mesmo tempo, o adepto mais fiel a Bourdieu e o seu crítico mais feroz. Se Löic Wacquant é o intérprete oficial ortodoxo, Lahire é o mais heterodoxo, mas sem dúvida também o mais fiel. Quando li o livro *O homem plural*¹², que considero uma obra exemplar, foi muito impactante e, quando soube que o autor viria ao Brasil, eu o encontrei. Tivemos um primeiro contato forte e intenso e, desde então, com suas múltiplas visitas ao Brasil, nossa relação se transformou numa bela amizade. Acho o trabalho dele fenomenal. Como ele, eu tento desenvolver uma sociologia pós-bourdieusiana. As coisas que algumas vezes me irritam em Bourdieu, encontro em Lahire também, especialmente o sociologismo, o determinismo e diria até um imperialismo disciplinar que até admiro, mas que não me interessa mais... Por exemplo, quando vejo como ele vai do homem plural para a sociologia disposicionalista, vai dos retratos sociológicos para um estudo integral de Kafka e agora chega com dois volumes sobre a sociologia dos sonhos – o segundo vai sair em breve¹³ - eu vejo um imperialismo que quer levar o seu modelo e a sociologia para todos os lugares, enquanto que a minha tendência seria mais a de explorar os limites da sociologia pra poder pensar a existência. Neste sentido, acho que tenho, concomitantemente, encontros e desencontros com a teoria sociológica de Bernard Lahire. Felizmente, isso não me impede de continuar a praticar uma antropologia da admiração em relação ao trabalho dele.

Rodrigo Vieira de Assis: *Como você compreende o lugar do indivíduo na história da sociologia? Eu sei que essa é uma pergunta muito ampla, mas é correto afirmar que o indivíduo – e você mencionou algumas vezes aqui a dimensão existencial –, em seus aspectos mais existenciais e singulares, somente mais recentemente foi efetivamente alçado ao estatuto de objeto sociológico?*

Frédéric Vandenberghe: Não. Essa afirmação me parece um pouco truncada, porque, quando vamos olhar para o individualismo e a história do indivíduo, encontramos referências desde o século XVIII que antecedem a sociologia. Tocqueville, por exemplo, nota no capítulo dois do segundo volume de *A Democracia na América*¹⁴, que o conceito de individualismo data de 1826.

11 BOURDIEU, Pierre. **A Distinção** – Crítica Social do Julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

12 LAHIRE, Bernard. **O Homem Plural: os Determinantes da Ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

13 LAHIRE, Bernard. **L'interprétation Sociologique des Rêves**. Paris: La Découverte, 2018.

14 TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América: sentimentos e opiniões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. v. 2

Eu não sei se Tocqueville deve ser lido como um clássico da sociologia, mas o individualismo e a tematização do indivíduo já estavam lá. Em Durkheim, no texto fantástico que é *O Individualismo e os Intelectuais*¹⁵, temos essa mesma tematização numa chave mais universalista com uma defesa contundente dos direitos humanos num contexto de polarização social. Nos textos de Georg Simmel, especialmente aqueles sobre os tipos de individualismos¹⁶, tem como sempre com ele ideias muito interessantes. Assim, ele vai dizer que a individualidade e o individualismo não datam da modernidade, que é nossa visão mais ou menos estereotipada, uma vez que ele identifica e discute o individualismo do Renascimento, depois o individualismo universalista e abstrato do século XVIII, que é tipicamente francês, e depois trata do individualismo do século XIX, que é o individualismo da diferença. O que é fascinante é que quando ele fala do individualismo da diferença - e há nesse ponto uma forte influência de Nietzsche -, antes da Primeira Guerra Mundial, já estava introduzindo um tipo de indivíduo pós-moderno. Refiro-me à ideia do indivíduo pós-moderno, digamos, de Giddens, Beck e Bauman, aquele que é plural, reflexivo, líquido etc., que foi formulado por esses autores nos finais de 1980 e início dos anos 1990. Quando eu estive em Cambridge com Giddens, era exatamente isso o que ele tematizava em *Modernity and Self-Identity*¹⁷. Essas antecipações nos levam à questão seguinte: quem é o “primeiro” indivíduo? Adão ou Eva? Num livro que adoro, *Dos rostos*¹⁸, que está sendo traduzido e que será publicado pela Editora Vozes em breve, David Le Breton mostra que o primeiro rosto que a gente vê, mas não enxergamos bem, é o rosto de Deus. Não o vemos bem porque ele está nas nuvens. Quando você segue essa história, depois percebe que a questão do individualismo precisa ser retrabalhada. Por exemplo, quem lê Foucault, especialmente quem lê Foucault a partir dos trabalhos de Pierre Hadot¹⁹, vai descobrir que no estoicismo, no epicurismo, no pensamento anterior grego e romano, tem um primeiro individualismo. Essa história do indivíduo que emerge só com a modernidade - acrescento para os Marxistas: com o capitalismo - é uma história que temos que contar para os alunos do primeiro ano, mas que não tem nenhum cabimento e que me parece completamente falsa. É uma ídola da nossa tribo que diz muito sobre nós, mas pouco sobre o individualismo.

Rodrigo Vieira de Assis: *Você falou da sociologia do indivíduo na França e me parece que naquele contexto legitima-se a versão de que o indivíduo representa uma emergência mais recente, tanto como consequência da modernidade quanto como objeto construído por meio de inovações*

15 DURKHEIM, Émile. **O Individualismo e os Intelectuais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

16 SIMMEL, G. **Questões Fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Caps. 2 e 3.

17 GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

18 LE BRETON, David: **Des Visages**. Paris: Metailié, 1992. Sobre o tema citado pelo entrevistado, a Revista *Política e Trabalho* publicou no número 47, o artigo **Antropologia da face: alguns fragmentos de David Le Breton**. Disponível em: < <https://goo.gl/hpkFas> > Acesso em: 15 jan. 2019.

19 HADOT, Pierre. **Exercícios Espirituais e Filosofia Antiga**. São Paulo: É Realizações, 2014.

metodológicas na sociologia. No seu texto, “Os pós-bourdiesianos: retratos de uma família disfuncional”, no livro Além do habitus²⁰, você afirma que “como resultado dos processos gêmeos de globalização e individualização, a imagem ‘durksoniana’ de uma sociedade bem integrada, com indivíduos apropriadamente socializados, não é mais plausível”. Indo mais além, você informa que “os principais avanços teóricos na sociologia de hoje não vêm mais da macrosociologia, mas da teoria da ação”. Partindo dessa compreensão, quais são os principais avanços da teoria social e da teoria sociológica hoje no que se refere às dimensões individuais?

Frédéric Vandenberghe: Sabe, já que vamos voltar para a França, essa questão do individualismo reflexivo, pós-moderno, ou melhor, da modernidade tardia, que afirmei anteriormente, pode servir como um ponto de partida, embora isso já estivesse presente, de algum modo, em Peter Berger. Com Giddens, o Giddens *light* dos anos 90, antes do *ultra light* dos anos 2000, a temática do indivíduo já estava sendo trabalhada. Ulrich Beck é também outro autor que foi muito importante em minha formação. Infelizmente, eu o descobri tarde demais pra rearticular, ou melhor, desarticular a minha tese sobre a reificação e a alienação. Os seus livros sobre a sociedade do risco foram fundamentais para sair dessa visão da reprodução e da dominação que encontramos na tradição crítica, de Adorno e Horkheimer até Bourdieu²¹. Confesso que quando vi essa temática giddensiana e beckiana do indivíduo reflexivo na modernidade tardia chegar à França, quando François de Singly, François Dubet, Danilo Martuccelli a introduziram no debate, pensei: “Antes tarde do que nunca. Está chegando, mas com dez ou quinze anos de atraso”. Dito isto, há um livro de Dubet que foi muito importante para mim, que não era sobre o indivíduo, mas sobre o trabalho das sociedades ou o fim da sociedade²². Essa temática acerca dos limites da sociologia e do fim da sociedade está neste texto que realmente me impactou positivamente e, por sorte ou por acaso, quando estava lendo esse livro, o nosso amigo Marcos Aurélio Lacerda estava também pensando sobre o fim da sociedade e os limites da sociologia²³. Foi um encontro muito forte entre nós dois porque estávamos ambos refletindo sobre os limites da sociologia - limites indicados por George Simmel quando ele diz, no seu excurso “Como a sociedade é possível?”²⁴, que no indivíduo temos duas partes: de um lado, o social, o papel, o

20 VANDENBERGHE, Frédéric. Os Pós-bourdiesianos: Retrato de uma Família Disfuncional. In: VANDENBERGHE, F.; VÉRAN, J-F. **Além do Habitus**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. p. 27-38.

21 Esse argumento é extensamente desenvolvido em VANDENBERGHE, Frédéric. Globalização e Individualização na Modernidade Tardia. Uma Introdução Teórica à Sociologia da Juventude. **Mediações**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 292-343, jan./jun. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/hT6wWh> > Acesso em: 25 fev. 2019.

22 DUBET, François. **Le Travail des Sociétés**. Paris: Seuil, 2009.

23 LACERDA, Marcos Aurélio. **O Discurso Sociológico da Modernidade**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://goo.gl/DnTH3T> > Acesso em: 25 fev. 2019.

24 SIMMEL, Georg. Excurso sobre o Problema: Como é Possível a Sociedade? **Sociologia e Antropologia**, Londrina, v.3, n. 6, p. 653-672, nov. 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752013v3614> > Acesso em: 26 fev. 2019.

ator, mas do outro lado, temos também uma outra parte não-social que escapa disso. Também recomendei para Marcos a leitura de Dubet e Martuccelli porque ele já tinha encontrado o trabalho de Alain Touraine. Eu mesmo, na época em que estava fazendo a minha tese, fiz durante vários anos os seminários de Touraine. O que ele chamava de Sujeito (com S maiúsculo), que depois vai se transformar na sociologia de Martuccelli, nessa sociologia do indivíduo ou da singularidade, era uma temática comum. Aliás, Danilo Martuccelli era meu colega na EHESS. Então, essa questão de uma teoria da ação e da interação, como disse que conhecia a partir de Giddens e do Habermas, também estava marcada desde o início pela teoria da ação touraineana. Essa ideia sobre a produção da sociedade, sobre a produção reflexiva da sociedade pelos movimentos sociais, foi muito importante para mim. De fato, uma teoria da ação tem que ser ao mesmo tempo microsociológica e macrosociológica e tem que incluir uma capacidade que os atores têm de transformar a sociedade e a si mesmos. Eu me lembro de que um dia estava conversando com Alain Touraine. Ele confirmou que este accionalismo, este voluntarismo de sua teoria veio de uma influência bastante forte da fenomenologia sartriana sobre sua obra. Ele estava lá sentado na sua sala, com as pernas em cima da mesa, e quando mencionamos Sartre, Habermas e Ricoeur, ele disse: “ah, finalmente, porque essa sociologia da dominação e a teoria crítica, ninguém mais aguenta. Antes tarde do que nunca, estamos redescobrimo a subjetividade, a individualidade, a singularidade”. A sociologia francesa descobriu Giddens e Beck com dez ou quinze anos de atraso. Depois a sociologia francesa do indivíduo se tornou uma pequena indústria acadêmica e neste momento quem pensa melhor a questão do indivíduo ou da individualização etc. são os franceses.

Rodrigo Vieira de Assis: *É interessante isso porque o indivíduo na sociologia francesa mais recente e, nela, mais particularmente na sociologia do indivíduo em suas várias vertentes – você citou Singly, Martuccelli e Dubet, mas temos também Jean-Claude Kaufmann, Dominique Memmi, Alain Ehrenberg, além do próprio Lahire –, percebem-se maneiras muito distintas de trabalhar a questão do indivíduo. Considerando um contexto de produção sociológica plural como este, em que há diferentes “escolas” de pensamento coexistindo – lembro-me das próprias variações existentes de teorias disposicionalistas, mas também de teorias pragmatistas nas últimas décadas –, de que maneira podemos sistematizar os modos como as dimensões individuais têm sido levadas em consideração no tratamento sociológico da realidade?*

Frédéric Vandenberghe: Na época quando eu estava fazendo a minha tese na França, tinham três, na verdade, quatro escolas organizadas em torno de um grande nome, em torno de um “chef”. Tinha Pierre Bourdieu, Alain Touraine, Raymond Boudon e Michel Crozier. Eles controlavam o pensamento, as vagas, as revistas etc. Claro, para mim, intelectualmente, Bourdieu era hiperimportante por causa da conexão com a teoria crítica. Touraine também era importante. Fiz todos os seminários com ele durante anos. Não gostava de Boudon. Era *rational choice*,

disfarçado como individualismo metodológico. Fiz também um curso com ele. De toda evidência, a teoria bourdieusiana é mais forte, mais contundente, mais internacional. Às vezes, refiro-me a Bourdieu como o *hegemon* da teoria social contemporânea. Hoje em dia, a escola bourdieusiana ainda controla o aparato, mas perdeu a hegemonia intelectual. Essa passou para a sociologia pragmática francesa (Boltanski e Thévenot, mas também Heinich, Lemieux, Chateauraynaud, Dodier e outros). Nesse sentido, a sociologia dominante é, de fato, pós-bourdiesiana.

Rodrigo Vieira de Assis: *Acerca do pragmatismo, é possível identificar alguma contribuição para a reflexão sobre o indivíduo?*

Frédéric Vandenberghe: Não, isso é uma coisa que o pragmatismo francês não trabalha. Já que estamos fazendo uma retrospectiva, que você pergunta também sobre mim e sobre o que fazia, eu também estive no seminário de Boltanski quando ele, durante um ano, estava trabalhando nos materiais que foram utilizados no livro *Les Économies de la Grandeur*, que é a primeira versão *De la Justification*²⁵. Na época, não entendia muito bem do que se tratava. Achava que era uma mescla de etnometodologia e a *Frame Analysis* de Goffman. Boltanski não era muito didático, nem muito pedagógico. Quando o livro finalmente saiu, retrospectivamente ou retroativamente entendi tudo o que ele tinha tentado dizer no seminário. No modelo pragmatista, existe um situacionismo metodológico que é muito forte, no qual os indivíduos não têm história, não têm subjetividade, não têm identidades, são as situações e qualquer pessoa que entra na situação que interessam. O situacionismo é um microdurkheimianismo: é uma teoria da sociedade em que a sociedade é vista pelas situações que nela ocorrem. Os indivíduos que entram na situação, qualquer pessoa, um “fulano qualquer”, tem a sua individualidade, a sua subjetividade sistematicamente apagada. Boltanski e Thévenot construíram explicitamente o seu modelo das *Cités* como contramodelo a Bourdieu. Você não tem campo, não tem *habitus* e, portanto, tampouco tem a história e a subjetividade moldadas pelo campo, expressa no *habitus*. O que você tem nas situações são as práticas, enquanto que a subjetividade é excluída da análise.

Rodrigo Vieira de Assis: *Lahire afirma com base em Durkheim que “toda sociologia é uma psicologia, mas uma psicologia sui generis”. Inicialmente, ele chamava o seu projeto teórico-metodológico de uma sociologia psicológica. Depois, passa a denominar de uma sociologia em escala individual. Nesse sentido, me parece que ele passa a enfatizar mais sua proposta pelo modo como se trabalha, isto é, por sua dimensão metodológica, do que pelo objeto em si sobre o qual se debruça.*

Frédéric Vandenberghe: Absolutamente. Sim.

25 BOLTANSKI, Luc.; THÉVENOT, Laurent. **De la Justification:** les Économies de la Grandeur. Paris: Gallimard, 1991. Tradução em português no prelo.

Rodrigo Vieira de Assis: *Neste sentido, considerando os mais recentes desenvolvimentos teóricos, especialmente aqueles que tomam a agência humana, a subjetividade, as variações intraindividuais e a reflexividade, é possível ainda definir limites para sociologia? Afinal, o que marca o domínio propriamente sociológico no atual estado da nossa disciplina?*

Frédéric Vandenberghe: Essa frase “toda sociologia é uma psicologia, mas uma psicologia *sui generis*” também tinha notado. Quando se reconstruem as linhas e as filiações intelectuais como eu faço, você encontra novas velhas ideias. Ex- e anti-bourdieuianos, como Lahire ou Nathalie Heinich, retornam para Norbert Elias para tentar fazer algo que não podem fazer com Bourdieu, ou melhor, que fazem com Bourdieu quando colocam Bourdieu contra Bourdieu. Na minha formação, Elias é também muito importante. Como você sabe, eu sou flamengo e a minha língua materna é o holandês. Na época, Elias ainda estava vivo e lecionava em Amsterdam. A escola da figuração é uma produção holandesa. Então, eu li todos os livros de Elias em holandês. Essa problemática de uma sociologia psicológica que você encontra em Lahire, vem diretamente de Elias. Elias mesmo tinha sido o assistente de Karl Mannheim em Frankfurt. Eu achava sempre que Mannheim era muito mais interessante do que Elias. Alguns anos atrás, descobri que essa noção da sociologia psicológica já existia em Mannheim, nas obras dos anos 40. Ele já tem uma sociologia do indivíduo. Na coletânea *Essays on Sociology and Social Psychology* tem uma subseção com dois textos que se chama “sociologia psicológica”. Quando você vai ler estes textos e percebe que naquele mesmo momento Elias estava trabalhando na sua teoria, você vê a matriz do seu pensamento. Como já disse anteriormente, a sociologia do indivíduo de Lahire é uma hipersociologia que simplesmente vai estender a sociologia até o *inconsciente* pra colonizar a mente. Contra a sociologia do indivíduo, minha sociologia existencial frisa os limites de uma hipersociologia do indivíduo. Quando Lahire vai dizer no primeiro capítulo de seu livro sobre as dobras do social que tem que tratar a individualização como uma questão de metodologia, ele evacua de maneira bem polêmica a história do indivíduo e recusa a reflexão sobre a ontologia do presente²⁶. Porém, quando vamos olhar para o homem plural como um catálogo de disposições e historicizá-lo, vemos que a descrição de Lahire não é meramente metodológica, mas é também histórica. A partir dos anos 80 ou 90, o que era excepcional na pesquisa de Bourdieu – o *habitus* clivado, fraturado etc. – se torna regularidade, “a exceção virou a regra”. Temos que ler Lahire contra ele mesmo e ver que o homem plural – e a mulher plural também, que ele nunca menciona – é exatamente o mesmo indivíduo que Ulrich Beck estava descrevendo na sua teoria da individualização. Às vezes, temos que ler os autores contra eles mesmos e, nesse caso, é muito claro: Lahire precisa ler seu objeto historicamente, não apenas metodologicamente, como ele faz.

26 LAHIRE, Bernard. *Dans les Plis Singuliers du Social*. Paris: La Découverte, 2013.

Rodrigo Vieira de Assis: *Recentemente você ministrou um curso sobre o que chamou de sociologia existencial²⁷. Nele, você refletiu sistematicamente sobre categorias, processos e conceitos como indivíduo, existência, identidade, self, reflexividade, individualismo, transcendência etc. Eu não fiz o curso, infelizmente, mas queria muito tê-lo feito. Imagino que você trilhou um percurso de discussões por meio de diferentes tradições da filosofia e da sociologia, como a fenomenologia, o existencialismo e as teorias disposicionalistas da ação. Quais são os elementos fundamentais da sociologia existencial?*

Frédéric Vandenberghe: Voltando para a existência, meu intuito era o de tentar explorar, entre outras coisas, os limites da sociologia. Me inspirei em um texto de Peter Berger que tinha lido ainda na graduação sobre o determinismo e o problema da liberdade²⁸. Com ele, é possível perceber que mesmo que muitos elementos estejam circunscritos à ciência, há também limites à própria ciência: o que está “fora” da ciência é exatamente onde se encontra a existência. Para pensar a existência, a autonomia e a autenticidade do indivíduo, com sua capacidade de criar algo de novo, uma criatividade singular que pode, como diria Hannah Arendt, começar uma nova sequência causal e introduzir uma nova sequência causal no mundo. Essa liberdade é algo que me interessa e a ciência por definição não pode pensá-la, mesmo que a atividade da ciência sempre pressuponha a liberdade. Então, o que me interessava era exatamente o que a sociologia não podia pensar, mas que sempre pressupõe: uma existência que é muito mais densa do que simplesmente um indivíduo, que é visto como um ator e, portanto, como uma parte intrínseca do social. Este curso sobre a sociologia existencial partiu do existencialismo, mas não do existencialismo francês – quando era mais jovem, li Sartre e Camus e escutava também Joy Division, mas agora não tenho mais essa tonalidade –, mas o existencialismo alemão, especialmente Martin Heidegger, Karl Jaspers e Paul Ricœur. E o que eu queria fazer era uma leitura sociológica do existencialismo alemão para poder pensar a existência e, com isso, simplesmente introduzir a temática da existência dentro da sociologia. O que aconteceria com o problema entre agência e estrutura se tentássemos colocar a questão entre a existência e a estrutura ou entre a existência e a cultura? Essa foi a pergunta e acho que ela muda todo o jogo. A existência é um pressuposto da ciência que a ciência não pode captar. A existência é a vida mesma. E, como dizem aqui no Brasil, a vida não cabe no Lattes. É a mesma coisa com a ciência. A existência é vivida de dentro, é algo que nós não captamos, nem com uma sociologia

27 A disciplina intitulada Sociologia Existencial foi oferecida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) no segundo semestre de 2017. O objetivo central do curso era discutir, por meio de um entrelaçamento dos contributos da filosofia existencial alemã e da sociologia francesa do indivíduo, as condições de possibilidade de uma vida autêntica na contemporaneidade, bem como dos seus significados no âmbito da individualidade no atual estado da vida societária. Para uma visualização detalhada da bibliografia do curso, os/as leitores/as podem visualizar o programa completo por meio do seguinte endereço de acesso: < <https://goo.gl/GdnC41> >

28 BERGER, Peter; KELLNER, Hansfried. Sociological Interpretation and the Problem of Freedom. *In: Sociology Reinterpreted: An Essay on Method and Vocation*. Harmondsworth: Penguin, 1981. p. 91-121.

interpretativa. Também estava pensando sobre a existência como base vivida de um ativismo existencial que seria ao mesmo tempo pessoal e político. Porque perante as mudanças estruturais e civilizacionais dos últimos anos, pensar a volta para algo que é mais profundo, que tem a ver com a escolha de formas de vida, de modos de ser, de existir, de estar no mundo. Essa política da vida é muito mais radical. Em tempos de crise precisamos de um ativismo existencial para poder mudar não somente a sociedade, a cultura, mas também a pessoa. Como dizia Roy Bhaskar: a única coisa que podemos transformar agora, aqui, somos nós mesmos. Para não cair num pessimismo, que é claro que tenho, e poder manter apesar de tudo um certo otimismo – diria antropológico – precisamos de fé humanista, senão o mundo se torna cada vez mais parecido ao mundo que a teoria crítica apresentava nos anos 1930 e 1940, um mundo cinza.

Rodrigo Vieira de Assis: *Fred, você é um tipo de arquiteto da teoria social que consegue ver as bases, os pilares, as colunas de sustentação, as texturas e as fissuras dos edifícios teóricos. Grande parte dos seus escritos não tratam apenas de um tema ou um conceito, mas lidam com a obra completa de um autor. Eu sempre percebo uma atitude de reconstrução, com intenção pedagógica, inclusive, para quem quiser entender como foi construído um determinado esquema teórico tomado, por você, como objeto de reflexão. Com sua experiência, como você visualiza as tendências mais fortes da produção teórica nas ciências sociais atualmente? É possível deduzir para onde a sociologia está caminhando?*

Frédéric Vandenberghe: Eu trabalho as teorias dos outros. Faço reconstruções e testo as suas arquiteturas. Como todos os meus predecessores, reorganizo as teorias dos outros e tento assim, com modéstia, construir a minha. Junto as minhas pequenas ideias às grandes ideias dos outros. É assim que a teoria se faz. Muitas vezes me perguntei por que mudo de tema e troco de autores. Isso me dá muito trabalho. De fato, a minha unidade de análise não é um texto, não é um capítulo, não é um livro, mas são as obras completas. Nesses últimos anos, como resultado do curso de estudos exemplares²⁹, vejo que também gosto de fazer análise de livros. Mas a ideia de fazer a reconstrução das teorias dos outros significa, sim, olhar para a sua arquitetura. Faço leituras a partir de conceitos, fazendo genealogias, construindo mapeamentos, propondo possibilidades. Para entender uma teoria, tem que identificar as influências que a subjazem e ver as escolhas que foram feitas por quem a elabora. Falamos muito de Bernard Lahire nessa entrevista e, de fato, a teoria dele é muito boa, mas veja o que acontece quando realizamos uma leitura diferente, por exemplo, como disse, uma leitura mais histórica, na qual o patrimônio de disposições passa por

²⁹ Estudos Exemplares é uma disciplina tradicional e obrigatória criada no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), hoje Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), instituição em que Vandenberghe foi pesquisador e professor ao longo da última década. A disciplina é ofertada para os doutorados em Sociologia e em Ciência Política do Instituto e se organiza em torno de uma bibliografia considerada indispensável para as duas áreas. As obras, escolhidas anualmente pelo corpo docente, são estudadas e resenhadas pelos discentes ao longo do primeiro semestre letivo da formação avançada.

uma tematização histórica de um novo tipo de subjetividade na modernidade tardia. Quando se faz essa leitura, a partir de uma outra filosofia da ação e de uma outra antropologia filosófica, é possível incorporar modelos e ideias para construir aos poucos uma outra teoria do indivíduo, do sujeito, da existência. Neste sentido, acho que o trabalho fundamental diante da teoria é o de ver a confluência de ideias, tentando mapeá-las e sistematizá-las, para constatar as escolhas feitas na construção teórica. Assim, quem sabe, é possível refazer o mesmo caminho de maneira dialógica e, a partir de dentro, encaminhar outras direções. A reconstrução, neste sentido, não é somente reconstrução de ideias, mas também reconstrução para reorientar a teoria a partir do seu interior. Passando da reconstrução da teoria à reconstrução das sociedades, diria que a minha concepção da reconstrução é uma tentativa de não se desesperar perante a situação que estamos vivendo, que realmente é bastante crítica, para tentar introduzir, nas visões mais profundas do tipo de homem e do tipo de humanidade que estão sendo construídas, outras tonalidades que possam contribuir para transformar o que pode ser transformado³⁰. Com a força da esperança dos desesperados, tento sempre manter as teorias abertas.

Rodrigo Vieira de Assis: *Só uma última pergunta para finalizar. Hoje, aqui na sua apresentação na Anpocs, você falou sobre um trabalho monumental, que redundará em um livro, a ser feito nos próximos anos, cujo caráter principal me parece mais claro com o sentido dessa resposta anterior. Se entendi bem a sua apresentação, você propõe uma reconstrução da teoria social capaz de reestruturar o ensino da teoria sociológica contemporânea. Para isso, você intenta não só uma atualização temporal, mas também uma atualização do ethos de trabalho diante das teorias. Para finalizarmos, você poderia fazer uma breve síntese deste próximo trabalho?*

Frédéric Vandenberghe: Em um livro que fiz com Alain Caillé, o fundador do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (o M.A.U.S.S), propusemos uma reconstrução da teoria sociológica contemporânea³¹. A nossa ideia é que temos que ao mesmo tempo reconstruir as ciências sociais e as sociedades. A tarefa é monumental e não pode ser realizada pela sociologia apenas. É preciso recompor as ciências sociais. Propusemos uma nova síntese das ciências sociais, da filosofia moral e política e também dos chamados Estudos Culturais, de Gênero, de Governamentalidade etc. Então, a ideia é repensar novas alianças entre filosofia, sociologia, antropologia e também as novas disciplinas, que se localizam fora da sociologia e pensam o social sem passar pela sociologia e seus clássicos. Nesse sentido, o que acho produtivo, para mim mesmo, é pensar o fim da sociologia. Não faço isso de uma maneira polêmica. Não quero dizer “a sociologia acabou”, mas pensar o que seria uma ciência social geral que faz o que precisar fazer

30 Cf. VANDENBERGHE, Frédéric. Epílogo – Da Hipercrítica à Reconstrução. In: **Pós-Humanismo ou a Lógica Cultural do Neocapitalismo Global**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 135-158.

31 CAILLÉ, Alain.; VANDENBERGHE, Frédéric. **Pour une Nouvelle Sociologie Classique**. Lormont: Le bord de l'eau, 2016. Cf. igualmente CAILLÉ, Alain.; CHANIAL, Philippe.; DUFOIX, Stéphane. (org.). **Des Sciences Sociales à la Science Sociale**. Fondements Anti-Utilitaristes. Lormont: Le bord de l'eau, 2018.

para pensar o presente, o que significa refletir o presente considerando o passado para construir um outro futuro, um futuro possível. Então, essa provocação que faço pra mim mesmo é de colocar a sociologia, como diria Derrida, “*sous rature*” [sob rasura] – pensar com a sociologia e com todos os seu conceitos: sociedade, indivíduo, Estado, família... sabendo muito bem que esses conceitos não funcionam mais. Essa ideia também era muito forte em Ulrich Beck. Temos que sacudir os conceitos e a história herdada e buscar, de maneira experimental, saídas. A sociologia tal como está segue fazendo o seu trabalho, mas “sacudindo minimamente” seremos obrigados, na verdade, a pensar um pouco fora das “caixinhas”, algo necessário porque pensar fora das “caixinhas” é essencial para compreender sociedades que estão hoje fora dos trilhos. Dessa maneira, para terminar mais uma vez com o meu grande mentor, o Habermas, assistimos a um espetáculo desolador: sociedades inteiras estão fora dos trilhos, onde tudo se parece com um suicídio coletivo. Exatamente quando falamos em algo como suicídio coletivo, que temos a urgência em construir os nossos conceitos. É dessa maneira que teremos uma análise clara e dura do presente, sem esquecer de trabalhar as nossas categorias fundamentais, tais como ação, interação e mudança social, para que o pessimismo do presente não esteja antecipadamente estabelecido em nossos pressupostos metateóricos e filosóficos. É um pouco nessa direção que o meu trabalho vai seguir nos próximos anos.

Rodrigo Vieira de Assis: *Você sabe que continuarei lendo seus trabalhos e estarei ansiosamente esperando pelos seus próximos escritos. Saiba que, enquanto você tem no Habermas a figura de um mentor, já ocupas este lugar em minha própria trajetória. Muito obrigado, Fred, por essa intensa, porém sensível, entrevista.*

Recebido em: 15/02/2019

Aceito em: 15/02/2019

Tradução

**AS INDIVIDUALIDADES POPULARES:
análise de setores urbanos no Chile¹**

**POPULAR INDIVIDUALITIES:
an analysis of urban sectors in Chile**

Kathya Araujo*
Danilo Martuccelli**

(Tradução de Rodrigo Vieira de Assis***)

Resumo

As ciências sociais em geral propuseram leituras das classes populares e do popular que tenderam a minimizar a existência de formas de individualidade em seu seio, dando lugar a visões altamente coletivistas de seus membros. Com base em duas investigações empíricas de tipo qualitativo sobre o caso do Chile, realizadas mediante entrevistas semiestruturadas e técnicas grupais, este artigo discute que, sem desconhecer a comunidade de experiências observável entre seus membros, é possível dar conta de certos processos individualizadores específicos nesse grupo social. Frente às numerosas adversidades de sua existência em um contexto de alta instabilidade posicional e de exigência de hiperatuação, os membros dos setores populares urbanos tendem a afirmar a sua individualidade a partir de três dimensões: a força do caráter; a habilidade e o sentido de oportunidade; e o prazer e a irreverência humorística.

Palavras-chave: Classes populares. Setores urbanos. Individualidades populares. Chile.

Abstract

The social sciences have in general proposed readings of popular and popular classes tending to minimize the existence of forms of individuality in their midst, placing highly collectivist visions of their members. Based on two qualitative empirical researches about Chile, performed by semi-structured interviews and focal groups, this article argues that, without uncognizing the set of noticeable experiences among their members, it is possible to account

1 Publicado pela primeira vez como Las individualidades populares: análisis de sectores urbanos en Chile, em **Latin American Research Review** (LARR), v. 50, n. 2, p. 86-106, 2015. Agradecemos aos autores a permissão para publicação no Dossiê *Sociologias em Escala Individual* da Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho.

* Professora e pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados (IDEA) da Universidade de Santiago de Chile (USA-CH). Suas principais áreas de interesse atuais em sociologia são as normas, processos de individuação e configuração de sujeitos, teoria social e psicanálise (escola francesa). Publicou mais de quinze livros, entre os quais, *Dignos de su arte* (2009), *Habitar lo social* (2009), *Desafios comunes* (com Danilo Martuccelli, 2 volumes, 2012), *El miedo a los subordinados* (2016) e, como editora, *¿Se acata pero no se cumple?* (2009) e *Legitimization in World Society* (com Aldo Mascareño, 2012).

** Professor de sociologia da Universidade Paris-Descartes, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Sorbonne) e da Universidade Diego Portales (UDP). Suas principais áreas de interesse são teoria social, sociologia da individuação e sociologia política. Publicou inúmeros livros, entre os quais se destacam *Sociologies de la modernité* (1999), *Grammaires de l'individu* (2002), *La consistance du social* (2005), *Forgé par l'épreuve* (2006), *La Société singulariste* (2010), *Les sociétés et l'impossible* (2014) e *La condition sociale moderne* (2017). Como coautor com François Dubet, publicou *A lécole* (1996); com Maristella Svampa, *La plaza vacía* (1997), com Bernardo Sorj, *El desafío latinoamericano* (2008); e com Kathya Araujo, *Desafios comunes* (2 volumes, 2012).

*** Doutorando em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) / Brasil. Professor Substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) / Brasil. Autor de *Para uma sociologia das visões de mundo: cultura, pensamento e práticas sociais* (Editora Appris, no prelo). É membro do Sociofilo: (co)laboratório de teoria social (IFCS/UFRJ). E-mail: rvassis@outlook.com

certain specific individualizing processes in this social group. Faced with many adversities in their existence in a context of high positional instability and of hyperactivity requirement, the members of urban popular sectors tend to assert their individuality from three dimensions: the strength of character; the ability and the sense of opportunity; and the pleasure and the humorous irreverence.

Keywords: Popular classes. Urban sectors. Popular individualities. Chile.

As ciências sociais produziram leituras das classes populares e do popular que, em geral, tenderam a minimizar a existência de formas de individualidade em seu seio, dando lugar a visões altamente coletivistas e homogêneas de todos os seus membros. Uma atitude que curiosamente assume, com escassa discussão, um dos grandes preconceitos de classe que recai sobre os sujeitos populares. No presente artigo, com base nos resultados de duas investigações empíricas², proporemos, ao contrário, uma aproximação a esses setores enfatizando o caráter comum das experiências sociais de seus membros e as orientações profundamente individualistas que estas mesmas situações engendram.

Desenvolveremos o argumento em várias etapas. Em um primeiro momento, evocaremos brevemente as principais armadilhas sociológicas presentes no estudo do popular e suas consequências no estudo dos indivíduos desse grupo social, com o exclusivo fim de delinear uma noção que permita superá-las, que denominaremos de individualidade popular. Dado que a plena compreensão desta só é possível em relação a um conjunto de grandes transformações estruturais, em um segundo momento, nós nos deteremos brevemente a apresentar o caso do Chile nessa perspectiva. As três seções seguintes estarão consagradas a discutir três dimensões a partir das quais se afirma e se expressa essa individualidade popular na sociedade chilena: a força do caráter; a habilidade e o sentido de oportunidade; e o prazer e a irreverência humorística.

2 A primeira é um estudo sobre o processo de individuação na sociedade chilena, baseado na realização de noventa e seis entrevistas semiestruturadas nas cidades de Santiago, Conceição e Valparaíso (PROJETO FONDECYT N° 1085006). As entrevistas estiveram destinadas a identificar, a partir das experiências dos indivíduos, os desafios sociais que enfrentam, a hierarquização que fazem deles e as modalidades de individuação a que são impulsionados para enfrentá-los. Este texto se baseia na análise das quarenta entrevistas correspondentes a homens e mulheres, entre 30 e 55 anos, dos setores populares urbanos da região metropolitana. A segunda é um estudo destinado a identificar as formas de exercício da autoridade e as razões para a obediência tanto no trabalho como na família no contexto da democratização social no Chile (PROJETO FONDECYT N° 1110733). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e grupos de conversação-dramatização com homens e mulheres entre 30 e 55 anos. Para este artigo, utilizamos a análise de 16 entrevistas e seis grupos correspondentes aos setores populares. Todos os entrevistados, em ambas as investigações, pertencem essencialmente ao chamado setor D, mas também em fronteira de C3. Para caracterizar a posição social dos entrevistados consideramos profissão, bairro de residência, trajetória escolar e autopercepção. Nota do Tradutor (NT): os setores D e C3 indicados pelos autores como o universo em que estão situados os indivíduos analisados no Chile corresponderia, no Brasil, aos setores populares que foram, nas últimas décadas, objeto de intensa discussão no debate econômico, sociológico e político nacional, isto é, aos previamente pobres e às classes populares ascendentes: uma classe trabalhadora precarizada de sujeitos que percebem a si mesmos como batalhadores.

Dificuldades no estudo do popular

O estudo do popular se situa de imediato em um conjunto reiterativo de três dificuldades teóricas e metodológicas. A primeira concerne à definição mesma do que se entende por “classes populares”, uma caracterização que é, obviamente, mais frágil do que outras designações de classe como trabalhadores ou empregados, assalariados ou trabalhadores independentes, sendo que tende muitas vezes a associar sob uma designação comum membros destes diferentes grupos sociais (SCHWARTZ, 2011). Na América Latina, esta dificuldade é ainda mais aguda desde que foram adicionadas discussões e diferenciações suplementares em torno dos “marginais”, dos trabalhadores “informais”, das “classes subalternas” ou, de maneira especialmente aguda mais recentemente, dos “pobres”, cada uma delas sublinhando a heterogeneidade interna das classes populares.

Todavia e indo além, algo é constante e central no uso do termo *classes populares*: apesar de suas diferenças, trata-se sempre de estabelecer um vínculo entre uma posição socioeconômica e uma atitude sociocultural, uma articulação cuja vigência resiste, no caso chileno, tanto à generalização de categorias sociais próprias às técnicas de mercado como à extensão do sentimento de serem membros das classes médias (BAROZET; ESPINOZA, 2009). Com efeito, como muitos estudos qualitativos mostram, os atores tendem a se autoposicionar como membros das classes populares em função de sua profissão, de sua renda, do seu bairro de residência, de sua trajetória escolar, mas também com base em traços fenotípicos ou atitudes culturais (ARAUJO, 2009, 2010).

A segunda dificuldade concerne à natureza mesma da “cultura popular”, seja interpretada como uma cultura dominada (definida pela coerção ou déficit), seja, ao contrário, que o “povo” esteja definido a partir de suas virtudes culturais de resistência e alteridade. Trata-se de um tema particularmente ativo na sociologia francesa, devido significativamente à herança controvertida do trabalho de Pierre Bourdieu (1979), como na sociologia britânica, por causa da forte impressão em seu seio da tradição classista.

Em ambos os casos, por vias distintas, aparece uma forte dicotomia entre uma leitura “miserabilista” e uma interpretação “populista” (GRIGNON; PASSERON, 1989); entre aqueles que só consideram a cultura popular desde seu déficit de legitimidade em relação à cultura das classes superiores, inclusive em nível de seus códigos linguísticos (BERNSTEIN, 1975), e os que, em reação, esforçam-se em ler a cultura popular de maneira autônoma, negando, para seguir o mesmo exemplo, que a língua popular, apesar de sua especificidade oral, suponha diferenças de nível cognitivo ou intelectual (LABOV, 1976).

Na América Latina, também a noção de cultura popular tem sido particularmente debatida pelo caráter essencialista que tendia a cobrar em uma leitura que apoia a autonomia e a resistência como atributos incontestáveis da classe popular (GARCÍA CANCLINI, 1990). Ela, ainda que presente nos estudos de consumo cultural (CATALÁN; TORCHE, 2005), toma principalmente uma expressão bem mais política, seja através de sua associação explícita com

os regimes nacional-populares, sobretudo, no marco do peronismo (GERMANI, 1962; JAMES, 1990; MARTUCCELLI; SVAMPA, 1997; LACLAU, 2005), seja sob a forma de um elogio da iniciativa propriamente popular (SOTO, 1986; FRANCO, 1991; LAVÍN, 1987).

A terceira grande dificuldade no estudo do popular concerne aos estereótipos populares, algo muito presente, por exemplo, nos estudos de Oscar Lewis (1982) sobre a “cultura da pobreza”. Nesses trabalhos, a tentação é reduzir os membros das classes populares em estereótipos coletivos: um aspecto observável em estudos que, concentrando-se, por exemplo, na cultura, na identidade, nas tradições ideológicas e até mesmo em traços idiossincráticos, identificam tipos de individualidade popular sob a forma de grandes caracteres nacionais ou morais.

No Chile, podem ser encontrados ecos desse tipo de análise nos estudos que a tradição costumbrista³ fez dos membros dos setores populares em termos de “psicologia nacional” ou de “caracteres” (GUTIÉRREZ, 2010) e, inclusive, nas remanescências de alguns de seus traços na denominada “cultura da decência” (MARTÍNEZ; PALACIOS, 1996). Estudos, em particular os primeiros, que, em geral, propuseram representações nas quais não somente se desfoca toda característica individual em benefício de arquétipos coletivos, mas que também se exclui curiosamente toda variação histórica a estes modelos. Para este caso, Larraín (2001) mostrou como foram forjados estereótipos do popular que, uma vez consolidados, terminaram por cristalizar a ideia de uma “alma popular” (introversão, tristeza, presentismo) cujas raízes imemoriais a tornariam estranhamente insensível à história do presente.

As três grandes dificuldades analíticas que chegamos a evocar no estudo do popular não concerne especificamente a análise dos indivíduos desse grupo social. Cada uma delas, porém, caracteriza-se ora por negar, ora por dificultar o estudo da individualidade de seus membros.

Como apreender as individualidades populares?

Tendo evocado essas três grandes dificuldades, resta-se perguntar: é possível propor uma interpretação do popular que consiga evitá-las e que permita, sobretudo, dar conta analiticamente das especificidades de seus membros? Para esboçar uma resposta positiva a esta pergunta, proporemos a noção de individualidade popular. A noção, construída indutivamente a partir de um importante material qualitativo, busca propor uma articulação entre as estruturas e as experiências, no que pode ser chamado de nível mesossociológico de análise. Nesse sentido, a noção se diferencia, por um lado, daqueles trabalhos que estudam o popular a partir das grandes figuras macrossociais do sujeito ou da identidade popular (sublinhando usualmente em excesso as homogeneidades intergrupais); e, por outro lado, de trabalhos que intentam dar conta da singularidade dos atores populares unicamente como uma consequência idiossincrática de uma série altamente personalizada de eventos biográficos (ou disposicionais).

3 NT: Um tipo de interpretação pictórica ou literária da vida cotidiana, presente, sobretudo, no cenário hispânico do século XIX.

Para perfilar a noção de individualidade popular a este nível mesossociológico, nos apoiaremos – os recriando – em um conjunto díspare de estudos que, há décadas, intentaram romper com as três grandes dificuldades mencionadas (o estrito posicionamento de classe dos setores populares; a dicotomia entre cultura legítima e dominada; o confinamento de todos os seus membros em uma cultura comum estereotipada e homogênea).

Em primeiro lugar, esse estudo das individualidades populares se insere na família de trabalhos que sublinham a autonomia cultural relativa dos setores populares e, portanto, a existência de atitudes específicas entre seus membros em relação à construção de um sentido “próprio” do mundo. Há mais de cinquenta anos, os *cultural studies* da escola de Birmingham – e, em particular, o trabalho pioneiro de Richard Hoggart (1957, 1988) – impuseram a visão de uma cultura popular com uma forte autonomia simbólica. Embora Hoggart não tenha negado, nem negligenciado, a referência à “outra” cultura – os burgueses –, não fez desta relação a chave interpretativa da cultura popular.

É o reconhecimento desta autonomia cultural relativa que permite o estudo das práticas culturais populares em si mesmas, privilegiando, por exemplo, a valorização das formas sensíveis da vida social da “gente de pouco” para retomar a expressão de Pierre Sansot (1991), a valorização específica que os setores populares fazem do lar e de certos bens de consumo (SCHWARTZ, 1990) ou de hobbies ou ocupações específicas (por exemplo, jardinagem, construção) que efetuam fora do lugar de trabalho, mas que mantém relação com ele (WEBER, 1989). Em suma, a partir desta dimensão se trata, sobretudo, de sublinhar o que de específico em relação a outros grupos sociais tem a individualidade *popular*.

Em segundo lugar, e neste ponto acentuando o afirmado por certas perspectivas, o estudo das individualidades populares faz eco da necessidade de rechaçar toda reificação “da” cultura dos setores populares em benefício de orientações normativas indissociáveis da experiência social e histórica de seus membros. Todo traço “da” cultura popular deve passar pelo filtro das experiências sociais, o que lhe outorga uma forte historicidade. É assim como, por exemplo, mas central para nosso argumento, é preciso relativizar a observação feita no seio das classes trabalhadoras e populares europeias dos anos sessenta e setenta em que se observou um predomínio “na” cultura popular do valor do coletivo sobre o individual. Isso não é um traço atemporal das classes populares: foi uma orientação cultural fruto de uma experiência política e social particular (consciência de classe, partidos políticos de classe, forte comunidade de estilos de vida). No caso inglês, assim, esta orientação normativa se construiu e se manteve durante décadas ao calor da consciência histórica em que nessa sociedade foi forjada a classe trabalhadora (THOMPSON, 1988); em outros países, essa mesma orientação se apoiou melhor em um “trabalhismo” identitário (VERRET; CREUSEN, 1995). Nesse segundo registro, dar conta das individualidades populares supõe, sem prejuízo do que corresponde à noção de cultura popular, compreender suas características a partir da forte porosidade observável das orientações normativas em relação às experiências sociais (ARAUJO, 2009).

Em terceiro lugar, o reconhecimento das individualidades populares convida a sublinhar e radicalizar a existência de iniciativas e atitudes alternativas que não podem se associar inteiramente nem com a resistência nem com o conformismo (MARTUCCELLI, 2001). Neste sentido, o estudo das individualidades populares requer prolongar a reflexão que, em geral em trabalhos etnográficos, sublinham, como o fez Michel de Certeau (1980), a opacidade⁴ das táticas populares para “resistir” a partir da vida cotidiana à imposição de modelos culturais dominantes, ou a opacidade de maneiras tendenciosas e distintivas em que os membros dos setores populares falam sobre política em claro contraste – mas nem sempre conscientemente – como outros grupos sociais fazem (ELIASOPH, 1998). Uma atitude politicamente inclassificável e também visível na atração que os membros dos setores populares têm pelos fatos diversos (*faits divers*), os “acidentes”, o “azar”, mesmo para o sórdido e o macabro, abundantes na denominada imprensa amarela, que denota sem dúvida sua posição ambivalente e em homologia com a fragilidade de suas experiências de vida (DUBIED; LITS, 1999; GOULAT, 2010). Em muitas, mas não em todas as suas práticas, as individualidades populares, e é uma de suas características, ao mesmo tempo, coletiva e singular, opõem-se sem consciência expressa a outros modos culturais.

Em resumo: o estudo das individualidades populares e sua característica mesossociológica se desprende destes três fatores: (1) sua autonomia cultural *relativa* permite compreender que se seus membros compartilham orientações culturais de mais ou menos forte especificidade grupal, isto não os impede de compartilhar, ao mesmo tempo, elementos da cultura *mainstream*; (2) a autonomia cultural relativa das orientações normativas desse grupo social devem ser sempre interpretadas a partir de sua natureza *histórica*, isto é, é preciso se perguntar pela experiência social efetiva, coletiva e individual, que as produzem, mantêm ou a transformam; (3) finalmente, os dois fatores anteriores devem ser entendidos como elementos de uma atitude que proporciona a seus membros chaves singulares de compreensão tanto de situações como de pessoas e que é, por estranho que pareça, tudo de uma vez: uma atitude de resignação, de conformismo, de tomada de distância e de resistência.

A noção de individualidade popular aponta, pois, a descrever a existência de uma experiência social e posicional comum entre seus membros; remete, dentro de uma evidente continuidade, a acentuação histórica de certas tendências de individualização neste grupo social nas últimas décadas; e, por último, interessa-se pelas variações intragrupais e interpessoais de seus membros. Vale dizer que as individualidades em questão, sem que em nenhum momento se denegue seu aspecto coletivo, permitem declinações singulares na medida em que estão constantemente abertas à mudança e à revisão histórica e experiencial.

No caso do Chile, a individualidade popular na atualidade se caracteriza por três traços não únicos, mas sim especialmente salientes: uma valorização particular da força pessoal, um elogio afirmado da habilidade e o uso das oportunidades e uma atitude gozadora diante da

4 NT: *Claroescuro* no original espanhol. Na tradução optou-se pelo termo opacidade como equivalente, em português, ao sentido mais preciso dado pelos autores à expressão.

existência. Cada um desses traços, como veremos, supõe uma autonomia cultural relativa, é o fruto de experiências sociais, históricas e específicas, delata uma iniciativa prática diante do mundo, às vezes de adaptação e rechaço, e permite dar conta da modalidade dual das individualidades populares – afirmando seu duplo caráter de experiências comuns e individuais.

Porém, antes de discutir em detalhes as formas específicas da individualidade nos setores populares urbanos, nós nos deteremos a dar conta brevemente, a partir de nossos resultados de pesquisa, de um conjunto de importantes transformações estruturais que os indivíduos percebem como impulsos ativos à afirmação de suas individualidades na sociedade chilena.

Empurrões estruturais à individualidade

Segundo nossos resultados, os indivíduos consideram que, nas últimas décadas, a sociedade chilena foi o teatro de duas grandes revoluções⁵. Por um lado, um conjunto de transformações associadas à virada para o neoliberalismo efetuada nos anos setenta, tanto em um plano político como econômico. Com a transformação dos princípios da proteção social, a privatização da educação, a previsão social e a saúde, e o consumo e o crédito convertidos em elementos estruturantes das relações sociais e da vida pessoal, difunde-se a imagem de uma sociedade perfeitamente móvel e competitiva, a valorização da ambição pessoal, da confiança no esforço próprio, a importância do “impulso”⁶, do “anseio” de ter êxito. Por outro, um conjunto de reivindicações associadas com a democratização do laço social: aspirações de horizontalidade relacional que entram em choque com uma variedade de funcionamentos institucionais e interpessoais que as contradizem, particularmente condensadas nas experiências de abuso cuja denúncia é expandida. A perda da legitimidade das lógicas sistêmicas que ordenavam as relações sociais obriga à busca de formas, muitas vezes solitárias e nem sempre exitosas, de administrar as relações sociais, tanto simétricas como assimétricas. A interpenetração destes dois processos descreve uma condição histórica particular que se declina de maneira muito variada ao nível das experiências, segundo os distintos âmbitos da vida social. Alguns deles, em função de sua relevância para a argumentação, serão detalhados abaixo.

Para começar, encontra-se uma generalização do sentimento de desassossego entre os indivíduos, derivado da percepção que os espaços que ocupam são porosos e instáveis. A inconsistência posicional encontrada se define pelo sentimento de que todas as posições sociais podem sofrer processos ativos de desestabilização, o que implica uma “transferência” aos indivíduos da problemática do seu nível e tipo de integração social. Este traço está fortemente vinculado a fatores ligados a transformações econômicas (flexibilidade no âmbito laboral, endividamento), mas, também, a fatores políticos, urbanos e de contingências vitais, e constitui um fertilizante importante do “trabalho sem fim”, mandato e coerção que é o substrato central

5 Uma apresentação exaustiva destes resultados foi realizada em Araujo e Martuccelli (2012).

6 NT: no original, escrito entre aspas, “*empuje*”.

das experiências no mundo laboral. A flexibilização laboral, a competição generalizada entre assalariados e as transformações do sentido do trabalho, consequência da virada neoliberal, estabelecem o marco deste âmbito, caracterizando-se por grandes demandas temporais, trajetórias profissionais instáveis, culturas e ambientes de trabalho marcados por conflito e irritação, frustrações salariais e exigências altamente individualizadas de produção de sentido.

Em um contexto em que o trabalho sem fim se instala de fato como imperativo social, os indivíduos estão obrigados, ademais, a produzir uma articulação temporal das diferentes esferas da vida (família, associatividade, tempo livre). No que diz respeito às posições sociais ou ao trabalho, no que tange a temporalidade, cabe a eles tentar – ou não – articular estas tensões.

A justiça, por sua vez, especifica-se em torno do reconhecimento diferencial do mérito. Ao redor dele, constitui-se uma tensão entre o império crescente do ideal da competência e um conjunto de experiências sociais que colocam em questão a realidade deste princípio (p. ex. tráfico de influências, importância de adscrições). A prova do mérito submete, assim, os indivíduos a uma pressão individualista de novo tipo, a uma exigência de justiça mais pessoal que coletiva: a um sentimento de frustração que encadeia sem solução as experiências individuais e os juízos críticos dirigidos ao coletivo.

Por outro lado, e finalmente neste reconto, as expectativas de horizontalidade do laço social, as lógicas de competência e de usura que impõe o modelo econômico e produtivo, os novos conteúdos da concepção de justiça, complexificam os códigos e a legitimidade das lógicas interativas.

Nesse contexto, caracterizado pelo apoio escasso das instituições, os membros da sociedade são compelidos a se encarregarem de si mesmos, para se sustentar em sua individualidade. Os indivíduos são empurrados a serem atores no sentido mais forte do termo. Cada qual está impelido a produzir a consistência da posição social que ocupa, como também as hierarquias para o uso do tempo, as fronteiras ou os limites legítimos do consumo. Está demandado a desempenhos⁷ tão diversos como a autolimitação, o autocuidado, a sobrevivência material ou a produção de sentido, isto é, tem que se produzir como hiperator.

Os desafios estruturais evocados são comuns à sociedade chilena, porém, tomam um aspecto particular entre os membros dos setores populares. Para enfrentá-los, apoiando-se em tradições históricas, culturais e sociais já existentes, mas as resignificando, os atores se veem compelidos em um contexto de depuração ideológica da individualidade, em que a referência ao coletivo se enfraquece ao construir perfis grupais e pessoais a partir de estratégias altamente individualizadas. O perfil da individualidade popular pode ser lido a partir de três grandes fatores que, sem serem os únicos, aparecem como especialmente relevantes, segundo o que encontramos.

7 NT: no original, *llamado a rendimientos*.

A individualidade popular e a força pessoal

A primeira característica da individualidade popular é uma forma heroica de apresentação de si mesmo. Uma modalidade de individualidade de classe que se constrói assumindo o caráter estrutural da solidão e desproteção presentes na sociedade chilena, realidades diante das quais é preciso ter e desenvolver um “caráter” forte. Frente à profunda inconsistência das posições sociais, frente a todos os embates cotidianos da vida social, é preciso encontrar em si mesmo a força necessária para se sobrepor a elas. Essa experiência, indissociável de uma posição comum de classe, dá margem a uma expressão altamente individualizada da capacidade de seus membros.

Tempo pessoal e respostas individuais

Entre nossos entrevistados, uma expressão sintetiza melhor do que qualquer outra esta dimensão: “tenho um caráter bem forte”. Ou seja, diante dos desafios da vida e da miríade de abusos cotidianos que isso implica, é preciso poder se afirmar nela e, para isso, a principal arma é o caráter. “Eu me considero como um macaco teimoso”, disse-nos uma educadora social, “se quero algo, eu o consigo”. Por meio de uma afirmação desse tipo, que se afirma um caráter bem temperado, verifica-se uma forma de consistência pessoal no seio de uma vida social que é permanentemente interpelada por inconsistências, transgressões e irresponsabilidades cotidianas.

Diante das dificuldades impostas pela sociedade, o caráter – ou o fato de ter um temperamento forte – aparece como um recurso importante para poder assumir uma atitude moral diante da vida, e para poder se defender nela. Para explicar, por exemplo, por que uma empregada doméstica que não se deixa intimidar por suas patroas, uma das entrevistadas evocou – como tantos outros – seu caráter: “É que só eu tenho meu caráter... Eu tenho um caráter especial, então, quanto eu não gosto de algo, eu saio”. Uma confeccionista de roupa nos fez uma declaração similar: “Tenho caráter, se algo não me parece, não me parece... Para mim, a justiça é muito importante, o respeito pelas pessoas, pelo ser humano”, o que faz com que ela – segundo disse – não se resigne à presença de maus-tratos ou abusos ao seu redor.

Sem dúvida, muitas destas asseverações não são provavelmente inteiramente certas. Como James C. Scott (2000) mostrou com contundência, os atores dominados tendem a adotar a realidade de suas atitudes de resistência pública na ausência de seus superiores. É muito provável que nossos entrevistados sejam, na vida cotidiana, menos heroicos do que quiseram nos deixar entrever, mas o que interessa sublinhar é a linguagem empregada. A afirmação igualitária de si mesmo em e por meio das interações se apresenta como um assunto moral. Trata-se de uma exigência política de respeito e de uma questão de temperamento pessoal. Ou melhor, para as pessoas entrevistadas é também um assunto de temperamento porque requer um caráter forte para superar os desafios impostos pela vida cotidiana.

Caráter, abusos e autoridade

Especialmente visível é o uso do recurso ao caráter nas relações com a autoridade⁸. A gestão das relações assimétricas resulta particularmente conflitiva devido a dois fatores que entram em colisão. Por um lado, a permanência de modalidades de exercício de poder desreguladas. Por outro lado, crescentes expectativas igualitárias, e de bom tratamento, visíveis hoje no Chile (POLITZER, 2006), ao ponto que, segundo um estudo de fim da década de 2000, um grupo de trabalhadores encostados na zona central do país indicou como elemento maior de satisfação laboral, depois da remuneração, o bom tratamento (39%) (PNUD, 2009).

O importante é que o pedido de bom tratamento e a resistência ao abuso se apresentam como um assunto moral, e no fundo de temperamento. Aprendeu, nos disse um empregado, militante político, “a não permanecer calado. Me trouxe muitos problemas, mas me deixa mais tranquilo, ou seja, quando sinto uma coisa assim [uma injustiça], a digo, e não me seguro”. O caráter como temperamento é mobilizado como suportes de uma atitude moral que, em sua ausência, e dada a rigidez dos vínculos verticais, teria, segundo os entrevistados, dificuldades em poder se expressar. A leitura, a denúncia e a resistência aos abusos são inseparáveis de uma interpretação em termos de caráter. Os indivíduos dos setores populares têm o sentimento de que devem se fazer respeitar pessoalmente em quaisquer universos sociais que não os respeitem institucionalmente.

Durante muito tempo, o fato de que os assalariados compartilham um mesmo universo de submissão laboral foi interpretado como um fator importante de produção de uma consciência de resistência coletiva. A transformação das condições de trabalho entre assalariados em uma mesma empresa modificou em profundidade essa situação (Soto, 2008; Ramos, 2009). Sem desaparecer do todo, a reivindicação coletiva dá lugar a atitudes de resistência ou de adaptação mais individualistas. Os conflitos de interesses entre categorias sociais, sem desaparecer, dão lugar a conflitos intersubjetivos personalizados. Como comentou um trabalhador de construção: “Olha, o problema é que os caras (os chefes) tornam uma questão de afinidade, se lhes cai bem te tratam bem, deixam passar certas coisas, se no momento que reclamas e que o cara considera injusto isso que é reivindicado, então ele te deixa de lado, passa a implicar e começa a suspeitar”.

A força pessoal aparece como um recurso indispensável para evitar o duplo obstáculo da verticalidade hierárquica presente no laço social e a horizontalidade desejada. A diferença estatutária entre uns e outros, entre os que mandam e os que obedecem, se espraia em um sentimento de desrespeito pessoal e, ao mesmo tempo, de um excesso estrutural do outro. O caráter forte como elemento de nivelação das relações não é só arma de defesa, é um estilo relacional e instrumento de compensação emocional, como mostra o caso em que, nos trabalhos dos grupos de conversação-dramatização, foi pedido para realizar teatralmente cenas da vida cotidiana, muitos atores dos setores populares expressaram o “prazer” que sentiram

⁸ Este trecho baseia-se especialmente no estudo *Autoridad y procesos de democratización social en Chile*. Ver nota 3.

ao se localizar, durante o tempo limitado que durou a representação, no lugar do poder e de autoridade. A força pessoal “dos de baixo” é uma forte propriedade em evidência: fator de abuso e recurso de resistência.

Com certeza, esse elogio da força do caráter pessoal não os leva nunca a desconhecer totalmente a necessidade de suportes e ajudas diversas (ROBLES, 2000). Nesse sentido, o elogio do temperamento presente na individualidade no Chile é muito distinto do *self-made man* da tradição norte-americana (FISCHER, 2010), posto que está em geral associado menos à obrigação de participação em um coletivo e mais à valorização dos recursos relacionais que podem ser mobilizados em benefício desta vontade (LECHNER, 2006). Trata-se de apoios que, qualquer que seja sua realidade, os membros dos setores populares dizem encontrar menos em nível das instituições que em seus entornos sociais e familiares (VALENZUELA; TIRONI; SCHULLY, 2006).

No entanto, mesmo quando se reconhece a importância das relações e dado o custo humano que implica recorrer a elas (juízos morais, dúvidas), o que prima é uma forte valorização do caráter e de uma postura de solipsismo pragmático. O primeiro traço da individualidade popular, parcialmente compartilhado com outros setores sociais no Chile, mas aqui em proporções extremas, é que, na medida em que há que lidar sozinho, uma alta dotação energética como suporte à força resguarda a possibilidade de resistir aos embates do mundo. Embora esta atitude provavelmente não estivesse ausente no passado, por causa das mudanças estruturais produzidas nas últimas décadas, a força de caráter da individualidade popular não tende mais a se expressar em termos de consciência de classe, mas como um atributo pessoal.

A habilidade e a oportunidade

A esse primeiro fator, é adicionado outro, só em parte semelhante: o elogio da habilidade e da capacidade de aproveitar oportunidades (MARTUCCELLI, 2010). Em uma sociedade como a chilena, na qual, segundo os entrevistados, tem-se muitas vezes a dupla experiência – por um lado, que tudo está bloqueado e, por outro, que tudo é inconsistente, o saber aproveitar as oportunidades é um imperativo pragmático. Para aproveitar a oportunidade, é preciso ter uma forma de inteligência que combine a sagacidade, a prudência, a ousadia, o “olfato”, a atitude alerta, a desenvoltura, a finta. O importante é saber evitar obstáculos. Uma atitude tradicional ressignificada e valorizada nas últimas décadas, na medida em que o modelo neoliberal impôs o mérito e o anseio da mobilidade social como horizontes coletivos. Se esse traço idiossincrático está presente em quase todas as categorias sociais, é particularmente ativo entre os homens de setores populares.

O elogio da habilidade

Verdadeira filosofia de vida, saber aproveitar a oportunidade é uma habilidade, contrariamente ao que muitas vezes se indica, profundamente otimista e individualista. A maneira pela qual, desde a inconsistência e a adversidade, muitos terminam tomando seu destino nas mãos. Um comerciante conta, por exemplo, como vai adaptando-se cotidianamente ao mercado, mudando seus produtos (frutas, têxtil, sapatos), desenvolvendo um estado permanente de alerta. No dia em que foi entrevistado, por exemplo, chovia, e lamentou não ter levado guarda-chuvas com ele para vendê-los aos entrevistadores. Uma postura que não é exclusiva do comércio. Muitos trabalhadores cultivam a atitude de estar sempre disponíveis às oportunidades laborais que podem se apresentar a eles (DÍAS; GODOY; STECHER, 2006).

No meio de uma sociedade na qual a dissimetria do poder é aguda (ARAUJO, 2009), as habilidades são uma maneira de introduzir a contingência na necessidade, de deixar aberto o horizonte do intercâmbio, de abrir uma janela a partir da qual coisas podem se dar de outra maneira. Os efeitos desse traço da individualidade são muitas vezes efêmeros, dado que as “estruturas” acabam prevalecendo sobre os “agentes”. No entanto, o importante não está na inevitável restauração da ordem hierárquica, mas na permanente abertura das situações às quais a oportunidade dá uma filosofia de vida. Para ela, tem que ser vivo, rápido, astuto, estar alerta, mas também, e sobretudo, dado o conjunto de assimetrias existentes, ter flexibilidade para navegar entre todas essas escolhas. “Tem que ser faísca, que ser muito vivo, estamos vivendo no mundo dos vivos. Hoje em dia não podes parar, hoje em dia não podes confiar, hoje em dia tem que ser muito desperto, não ter dois olhos, ter quatro, não dois ouvidos, ter quatro, estar atento e que as oportunidades precisam ser tomadas, todas, porque não vão se repetir”, explicou-nos uma empregada municipal, resumindo a maneira precisa dessa postura vital.

Vale a pena sublinhar: nessa valorização do oportunismo ecoa um imaginário igualitário. Ali onde tudo parece encerrado emerge, ainda que seja por um instante, a capacidade de alterar o rumo das coisas. A regra é simples: tem que saber aproveitar as oportunidades e, para isso, tem que estar ciente delas, pois são sinais que precisa saber decifrar e aproveitar. Essa característica da individualidade popular é indissociável de uma particular posição de classe. Porém, como no caso anterior, também se traduz em uma postura altamente individual.

A moralidade do oportunismo

No oportunismo, inclusive quando esse passa por uma transgressão, o importante é poder tirar proveito de um “golpe de sorte”. O importante é saber interpretar os sinais da vida social, entrever as oportunidades para se afirmar como indivíduo. O importante é, assim, o estado de alerta no mundo, os sinais do mundo externo e não a introspecção. O golpe de sorte, a vivacidade, é um momento, não uma essência. O indivíduo se joga e volta a se jogar em cada um desses

momentos. Daí a fé (não existe melhor termo) que se tem na “sorte”. Verdadeiro culto popular, essa modalidade da “fé” permite compreender como é possível sustentar o sentimento de que, contra toda evidência, tudo pode mudar de repente. O azar é um horizonte permanente da vida. Alguns, como um carteiro, na verdade sentiram isso efetivamente, quando, por exemplo, anos atrás foi favorecido em um sorteio imobiliário, “eu tive essa sorte, salvei cinco anos de pagamento, isso foi um presente”. O culto da sorte é uma esperança que não requer nenhuma prova tangível para sobreviver. Ao contrário, a denegação da realidade estimula sua força imaginária.

Mas a sorte não é o oportunismo. Se esse último geralmente pressupõe a primeira, para poder aproveitar a oportunidade se requer outra coisa além da mera sorte. Precisa ter gênio. Habilidade. A sorte é a sorte, mas fazer uso da oportunidade é um mérito. O oportunismo, cuja realização é geralmente exclusivamente individual, é, e aqui reside sua especificidade, um autêntico valor coletivo, ainda que sem dúvida ambivalente. A astúcia individual é profundamente celebratória e uma fonte de admiração tanto para si mesmo como para os outros, inclusive quando se suspeita de sua ineficiência a médio prazo.

Na oportunidade capturada, há um sentido particular de intensidade temporal. Não é que a ação oportunista se desinteresse do futuro, mas o júbilo do presente e do gesto obtido é um valor em si mesmo. Um pedreiro de construção nos contou como a oportunidade se deu anos atrás quando um amigo carteiro cedeu um pedaço de seu território. “Me tornei amigo do carteiro que me cedeu um pedaço do território dele porque tem quadrantes e me deu uma vila que também tinha, sempre me recordo, 289 casas, distribuía (as cartas) duas ou três vezes por semana e, mensalmente, me fazia entre 450 e 400 mil pesos naquele tempo, e eu mais que cobrar a carta, cobrava o serviço que entregava”. Um bom “negócio” que requer, no entanto, sua “técnica”. O negócio, nos explicou, é “um assunto de pele”⁹, razão pela qual às vezes ficava falando mais tempo do que o necessário com alguém, um tempo que depois se pagava no fim do mês: “Os carteiros têm manhãs. Por exemplo, existe um pacote que te incomoda, não o leva. Levam um aviso para que o venham buscar no correio. Eu levava esses pacotes... e, por exemplo, eu trouxe para a senhora, me via até três vezes, mas as três vezes lhe cobrava porque lhe deixava o aviso. São uma série de serviços que o usuário te paga”.

Vale a pena sublinhar que o imperativo de saber aproveitar a oportunidade não pode se exercer a qualquer preço. Aqui se traça, por sinuosa que seja, a linha de divisão com a transgressão. Diferentemente da transgressão da lei que pode, às vezes, ser percebida como uma manifestação do poder pessoal e de impotência coletiva, mas que, inseparável do abuso, gera tarde ou cedo rechaço, o oportunismo pode ser objeto de uma franca admiração. A distinção é sutil, mas tem sentido para muitos entrevistados. A primeira suscita em todo caso condenação: “Há mestres que querem ganhar o que vocês ganham em um mês em uma semana, em três dias, não eu, eu sou dos poucos que fazem bem o trabalho” (encanador); enquanto que o segundo, inclusive quando pode ser considerado como um vício coletivo, é sempre uma virtude pessoal.

9 NT: no original, “*un asunto de piel*”.

O elogio do oportunismo como elemento da individualidade popular opera, pois, dentro de uma gradação moral. Uma forma particular de excelência pessoal se revela ao ator a partir de uma versão particular da vontade, onde a “astúcia” prima. Um homem de 36 anos, encarnação estereotipada do “vivo”, expressa-o ao evocar jocosamente um período de sua vida em que trabalhou fazendo mudanças. “Nas zonas de Las Condes, Lo Barnechea, Providencia... aí vivem pessoas quase ingênuas, mais velhas e são... mais abertas, lhe levávamos um colchão e, às vezes, nos davam pagamentos de cinco *lucas*¹⁰”. Mas outras vezes, disse, “nós íamos aos apartamentos, subíamos vinte pisos, e nem um sinal de água nos davam”. Mau negócio. Para controlar essa contingência, desenvolveram uma “técnica”: esticavam um assunto e ele, que era o “cérebro do assunto, começava a pechinchar uma gorjeta... e às vezes nos cansamos, sim, um dia de sexta, um dia de sábado, fazíamos por vinte *lucas*”. O importante não é a quantia, é a esperteza¹¹.

A característica que temos evocado o saber aproveitar a oportunidade em todas as circunstâncias é um traço maior da individualidade popular no Chile, um traço distintivo da fronteira moral própria desse grupo social e que, se o diferencia só em parte de membros das camadas médias, os distingue, sobretudo fortemente, dos membros de setores populares de outras sociedades (LAMONT, 2002). Nele, claro, são visíveis características do que pode ser denominado de um presentismo popular, uma atitude que não esqueçamos que foi e é muitas vezes estigmatizada como uma tara moral (LEWIS, 1982). No entanto, lido em outra chave, o oportunismo revela um indivíduo que realiza um exercício particular da vontade no seio de um contexto social percebido como hostil. O oportunismo é um mérito.

Prazeres e irreverências vitais

A terceira grande propriedade da individualidade popular é uma atitude jocosa, um tanto despreocupada, festiva diante da vida. Na verdade, trata-se de uma postura irreverente e zombeteira em relação às formas sociais instituídas, uma atitude bem analisada pelas ciências sociais desde Bakhtin (1974) destacou o papel do riso e, ainda mais, do humor, como traços centrais da peculiar maneira de enfrentar a vida dos setores populares. Um aspecto que, no entanto, tem traços peculiares no Chile e, por extensão, na América Latina, apesar das exceções (SALINAS, 1998, 2010), suficientemente sublinhadas. Um descuido tanto mais surpreendente que esta atitude está claramente presente em muitos dos grandes personagens do humor popular latino-americano: Cantiflas, Chaves ou Chapolin Colorado no México; Pepe Biondi e a lógica dos “bairros” na Argentina; Tulio Loza, o sábio migrante andino do Peru; o humor inconfundível de Condorito no Chile. Um frescor vital que se expressa de diferentes maneiras e em distintos âmbitos. Mas um frescor vital que mais que no ritual compartilhado (do carnaval ou na festa

10 Uma *luca* é o equivalente a mil pesos chilenos. NT: mil pesos chilenos equivalem, em dias atuais, aproximadamente a cerca de 5,50 reais.

11 NT: no original, *golpe de mano*.

religiosa) se assenta em uma atitude própria e individual – um modo singular de enfrentar o mundo social. A capacidade de desfrutar “o momento” é percebida e valorizada como uma virtude pessoal.

O picaresco espiritual

Em primeiro lugar, essa característica da individualidade popular se expressa no domínio religioso. Sem que seja necessário estar de acordo, como Larraín (1996) sublinhou com razão, com os aspectos mais essencialistas da tese do substrato católico da identidade chilena, é preciso reconhecer a força decisiva desta matriz cultural na espiritualidade dos membros dos setores populares. A existência de uma cultura popular de conteúdo religioso é uma realidade ativa no Chile, muitas vezes associada a uma visão maternal, holística, barroca (MORANDÉ, 1984; PARKER, 1993; VÉLIZ, 1994). Se a espiritualidade dos setores populares compartilha muitos aspectos com aquela ativa em outros grupos sociais, possui, porém, uma característica distintiva: apresenta-se como uma variante engenhosa do picaresco. Nela, mesclam-se críticas irônicas à Igreja, com crenças altamente personalizadas da Virgem ou de Jesus Cristo.

Esta espiritualidade picaresca se expressou muitas vezes, por exemplo, através de anedotas mais ou menos jocosas. Uma trabalhadora do ramo dos calçados, que nos declarou que “rezava todas as noites”, confessou por que, alguns anos atrás, afastou-se da Igreja. Ela nos disse que foi quando o padre Manolo, “que é bem bonito, por isso me lembrei, me disse ‘pois veja como se vão os párocos e passa...’ o que está acontecendo? Então, disse a mim mesma que isso não valia a pena”. O tom jocoso pode dar margem a relatos abertamente irreverentes: “Não vou à Igreja”, nos disse uma empregada doméstica, “porque das vezes que fui acabei tendo um ataque de risos [ela ri]. Além disso, não mereço ir à Igreja todos os domingos para me benzer, porque... sou pecadora e, como fico rindo, prefiro não ir”. Em outros, a dependência da fé e dos mandamentos divinos não está isenta de certa manipulação moral. “Eu sou uma das pessoas que tem muito respeito a Deus, são valores muito fortes, porque faço coisas que não são condenáveis e, por exemplo, agora que estou só [seu marido está fora do país], fico orando para que me seja negada toda tentação carnal, porque sou humana”, nos contou rindo outra empregada doméstica.

Este tipo de humor picaresco aparece em outros relatos, como no de uma educadora popular de crianças que conta que “já cheguei a pensar em ser freira, mas gosto muito mais dos homens [risos]... e não são coisas compatíveis”. Um empregado de supermercado informou como participou ainda jovem, sobretudo por razões de amizade, de atividades de “uma igreja, os mórmons”. E nos contou como progressivamente a bebida o fez sair “de perto da igreja”. Uma experiência a partir da qual guardou uma visão debochada dos crentes. Para nos convencer, conta: “Havia uma senhora que era evangélica e, quando fizemos uma festa em minha casa,

fizemos uma cota de três *lucas*¹², e ela disse: ‘Oh, mas eu não como carne, não como isto e não como aquilo’. Dissemos: ‘Ah, não venha mais, já que se incomoda’. Porém, ela comeu igual, dançou e tudo mais... [risos]. Ela costumava dizer para minha mãe: ‘Ouça, mas eu sou evangélica, posso dançar?’. Parecia um pião girando... [risos]”. Inclusive quando a fé produz mudanças importantes na vida pessoal, a experiência se narra em um tom alegre e aberto.

Sem dúvida, essa característica da individualidade popular não elimina outros aspectos da religiosidade popular, tanto no Chile como na América Latina, como, por exemplo, a importância das imagens, dos objetos ou dos talismãs na recriação da crença; como as formas peculiares de participação nas associações religiosas e seu uso tanto como rede de sociabilidade quanto como apoio informal; como o forte e plurissecular sincretismo espiritual e religioso (PARKER, 2005). Tudo isto é profundamente certo. Mas até mesmo neles, e em parte o motivo deles, é possível compreender este traço peculiar e jocoso, um tanto irreverente, da picaresca religiosa popular.

A valorização do prazer vital

Esse traço se manifesta, sobretudo, como uma filosofia leve e gozadora diante da vida. Uma modalidade de individualidade que em nossas entrevistas foi massivamente colocada em evidência, principalmente pelas mulheres dos setores populares. A distinção é suficientemente significativa para que nos seja possível distinguir entre, por um lado, um *ethos* popular individual feminino articulado preferencialmente ao redor do sentimento leve da vida e, por outro lado, como acabamos de ver no parágrafo anterior, de um *ethos* popular individual masculino que se organiza mais diretamente ao redor do oportunismo.

Nesse sentido, a sociabilidade masculina popular é também o teatro de situações de diversão sarcástica, de zombarias mútuas, de piadas – sobretudo, eróticas -, de convívio e de bebida; universos nos quais se expressa a intimidade, a confissão, nos quais se recebe o reconforto de uma frase brusca, mas cheia de apoio e coragem – uma sociabilidade cujas raízes históricas se encontram na experiência de mineiros e operários precários (SALAZAR; PINTO, 2002). Porém, essa sociabilidade masculina, em grande medida organizada em torno da bebida alcoólica, não tem geralmente a mesma leveza que se verifica nos testemunhos femininos.

Esta atitude vital, notemos, foi uma postura por muito tempo criticada por sua irresponsabilidade e até por sua imoralidade. Todavia, este julgamento mal disfarçado de classe não permite entender a consistência vital particular que se vincula a esta atitude: diante das adversidades incalculáveis da existência, o imperativo de aproveitar a vida é tudo menos um relaxamento. É um exercício espiritual permanente: aquele que valoriza não o presente, mas o que se rouba no presente da vida, a morte; aquele que não se deixa oprimir ou abater pelo

12 NT: ver nota 11.

infortúnio, porque sempre se pode ir a uma festa; aquele que quando tudo é obscuro, encontra, senão necessariamente a luz, ao menos o outro lado das coisas. Trata-se de um elemento moral alegre da individualidade popular. Aquele da vida leve¹³.

Como dar conta desta faceta entre os setores populares? À primeira vista, é possível ver nessa afirmação uma variante vernácula do individualismo romântico-identitário moderno, da importância concedida no seio da cultura do modernismo à autorrealização pessoal (BELL, 1982) ou, mais amplamente, a consolidação do que pode se denominar um consumismo vital. Essa interpretação deve ser, entretanto, descartada, já que a quase total ausência desse tema entre as camadas sociais mais permeáveis a este processo (as camadas médias) deve ser sublinhada.

Aqui também, o que esta atitude assinala é a presença entre os setores populares de um humor indissociável de uma experiência social comum do mundo e que se traduz em uma forte valorização da vida e do desfrute pessoal. A vida deve ser aproveitada. Diante da evidência da dureza da vida, o importante é aproveitar os momentos esporádicos e passageiros de alegria. Tomar a vida pelo lado bom. Tomar, sobretudo, o que a vida dá, quando vem e como vem. Uma posição muitíssimo menos presente nos setores médios e médios altos.

Nada de surpreendente, portanto, que a risada tenha aflorado com tanta naturalidade nas entrevistas realizadas. “Eu creio que a risada é o melhor para melhorar o espírito”, aconselhou, rindo, uma trabalhadora da saúde. Os provérbios pregam este tipo de sabedoria vital, aqui como em outros casos (HOGGART, 1957). Uma empregada doméstica tratou de nos dar a fórmula: “Trato de ser alegre e não andar amarga, porque você tem que fazer a vida alegre... Quando você tem um problema surgindo, não sei, é que eu sou boa para rir, então quando tenho problemas trato de rir deles, às vezes fico com raiva, mas são muito raras as vezes... Como disse minha filha, andar triste envenena a alma”. A vida social, a verdadeira, a que se busca com afinco, é inseparável de um bom momento e saber rir é um necessário recurso pessoal. “O que eu gosto? Sair, ter amigos, conversar com minhas amigas, nos reunir com seus maridos... Adoro me encontrar com todo tipo de gente”, conta uma encarregada de vendas que, pouco antes e pouco depois, contou-nos os maus tratos que sofreu durante anos por parte de seu marido. “Tenho um grupo aqui de minhas amigas que vão à capela, que são educadas para conversar, são régias, mas tenho um monte de velhas amigas que não te aconselho, que são safas, são boas para beber, para falar grosserias, e me sinto cômoda nos dois grupos, eu digo ‘oh, que horror e me vejo tanto aqui quanto lá’, porque eu não sou grosseira, não gosto de grosserias, claro, de repente eu também faço, mas geralmente não faço muitas grosserias... Mas eu me acabo de rir!”

13 NT: *Vida fresca*, no original. Para atender ao sentido dado pelos autores, optou-se por traduzir os termos *fresco*, *frescura* e suas variações por leve, leveza e palavras correspondentes da língua portuguesa, na medida em que a tradução literal daria margem para um sentido ambíguo inexistente no original espanhol.

O hedonismo como recurso individual

Essa atitude indissociavelmente existencial e moral se sustenta a partir de uma certeza vital: “ninguém tira alguém da dança”. “Ponha-se”, confiou uma confeccionista de roupa, “ninguém vai atrapalhar a minha viagem a Chiloé, ao Valle del Elqui, ao la Luna”. Uma atitude que é transparente na indulgência que os setores populares têm acerca dos seus filhos, a permissividade que às vezes outorgam à adolescência e à juventude, pois todos sabem que, depois, a vida será dura. A reprovação moral inverte o juízo do valor dominante. Alguns dizem, comentou-nos uma empregada do comércio, “quão bom é amadurecer (jovem), não, nada... se tem que desfrutar as etapas que correspondem”, antes de defender a juventude como uma etapa legítima de diversão. Uma convicção transmitida inclusive como surpreendentes conselhos morais a seus filhos. Uma auxiliar de saúde comenta que disse a suas filhas que não se casem logo, “não, lhes digo, ‘desfrutem a vida’, lhes digo, a desfrutem. Sim, saiam com amigos, e conheçam amigos”. Uma empregada doméstica foi ainda mais explícita. “Eu lhe disse [a minha filha] muito claramente [risos] ‘não seja boba, não vai logo se apaixonar, primeiro estuda, conhece outros homens, mas não vai se apaixonar, ou se em qualquer momento me avisas, já converso de tudo, e ela me diz ‘sim, mamãe, sim, eu entendo’”.

Por trás dessa leveza vital, é preciso ver no hedonismo do *ethos* popular individual feminino um ato político: a vontade de inscrever uma ação fora do domínio da impossibilidade, transformando o sentido de uma situação. Este hedonismo popular não é nem a desesperança dos pobres, nem a evasão dos marginais. É, na verdade, uma atitude ativa frente ao mundo. Uma postura que busca a vida plena nos momentos passageiros. Uma consciência de que sabe que a vida de todas as maneiras é e será dura, que as coerções são e serão ferozes, e que diante delas não há lugar nem para visões inutilmente heroicas, nem tampouco para representações exageradamente trágicas. Uma atitude que não é somente uma evasão, senão, ao contrário, uma maneira de dotar-se de um suplemento de prazer para poder suportar a existência. Os indivíduos não falaram nas entrevistas nem de evasão nem de compensação. Relataram, ao contrário, como cada um fez para extrair de si mesmos ativos e sustentos para aproveitar a vida como se pode, enquanto se pode, e a partir de onde está. “É que eu trato de fazer as coisas fáceis, não complico, é que já vivi uma vida complicada, então, para que seguir complicando a existência?”, afirma uma dona de casa. Algo com o qual concorda uma feirante: “Evito ter muitos problemas, torno a vida leve. Se a vida é curta, é preciso tratar de vivê-la o mais leve possível”, e também uma funcionária pública que resumiu com simplicidade: “É necessário viver a vida agradavelmente”.

O hedonismo é uma gravidez não planejada que as camadas médias, presas em seu projeto de mobilidade social, tendem a julgar e condenar. É esta atividade vital que faz com que esta mulher, depois de sua longa jornada de trabalho, encontre as energias em algum lugar secreto, para sair e se divertir, “porque igualmente tenho que dar um tempo para mim mesma, né, [risos], não pode ser tudo do trabalho... Me alegro um pouco e não saio mais, no dia seguinte

[domingo] eu tento dormir um pouco mais”. A razão é simples, sorria: “Gosto de dança, me encanta”.

Para entender a especificidade existencial da individualidade popular, é preciso ir mais além de todo estereótipo de classe: aquele que condena desde sempre a irresponsabilidade perdulária das camadas populares, mas também aquele que louva a vida dos setores populares porque se divertem mais e melhor que as camadas médias. Em nossas entrevistas, essa atitude apareceu mais como um recurso individual fundado em um saber de que, se a vida é dura, é preciso poder também aproveitá-la. Uma maneira de viver – com intensidade e com humor – a vida. Uma atitude que, aqui também, ressignifica a partir de um horizonte social particular, porém em chave individual, os imperativos da cultura do consumo imposta pelo modelo neoliberal (MOULIAN, 1997).

Conclusão

Durante muito tempo, as ciências sociais mobilizaram uma representação fortemente idealizada do sujeito popular, questionando a existência, se não necessariamente de individualidades, pelo menos de um apego a valores individualistas entre os setores populares. Muitas vezes, tratou-se de uma extrapolação generalizada, tanto em tempo como em espaço, de uma forma histórica e socialmente circunscrita da experiência popular – a da classe trabalhadora organizada e segmentada da Europa, ou de certos trabalhadores, como os mineiros. Uma generalização tanto menos justificada quanto que tendeu, incluindo nesse período e nessas sociedades, a minimizar fatores de divisão interna, como o racismo e outras formas de heterogeneidade e lutas de poder no seio dos setores populares (NOIRIEL, 1988; MERTON, 1987; ELIAS; SCOTSON, 1965), assim como sua porosidade a experiências sociais historicamente definidas. A noção de individualidade popular propõe uma interpretação de certas orientações de ação dos membros dos setores populares que sublinha, no marco de uma experiência como do mundo social atual, a afirmação crescente e progressiva de propriedades de individualidade entre eles. Sem desconhecer a permanência de outros elementos culturais, e até válido de uma certa identidade popular, comunitária ou de classe no Chile, a noção de individualidade popular destaca a especificidade do processo de afirmação individualizadora que se observa hoje entre seus membros.

A partir de um ponto de vista epistemológico, é próprio desta noção que se coloca em um nível mesossociológico romper, por um lado, com as grandes figuras macrosociais do sujeito ou da identidade popular (e suas supostas homogeneidades grupais) e, por outro, com a galeria interminável de retratos sociológicos ou de biografias (e a suposição de uma singularização meramente idiossincrática). A individualidade popular permite dar conta do modo com que a consciência de compartilhar experiências comuns “difíceis” e, muitas vezes, subalternas, abre caminho, no marco de recentes mudanças sociais, para tomadas de consciência em que,

rompendo com antigos estereótipos culturalistas, consolidam-se tendências individualizadoras em termos de força pessoal, de habilidade e sentido de oportunidade e de prazer subjetivo.

Referências

- ARAUJO, Kathya. **Habitar lo social: Usos y abusos en la vida cotidiana en el Chile actual.** Santiago: LOM Ediciones, 2009.
- ARAUJO, Kathya. Experiencia social y metáforas espaciales. *In: ETTE, Ottmar; NITSCHACK, Horst. (comps.). Trans*Chile: Cultura-historia-itinerarios-literatura-educación: Un acercamiento transareal.* Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2010. p. 38-58.
- ARAUJO, Kathya; MARTUCCELLI, Danilo. **Desafíos comunes: Retrato de la sociedad chilena y sus individuos.** Santiago: LOM Ediciones, 2012.
- BAKHTIN, Mikail. **La cultura popular en la Edad Media y el Renacimiento.** Barcelona: Barral, 1974.
- BAROZET, Emmanuelle; ESPINOZA, Vicente. ¿De qué hablamos cuando decimos clase media? Perspectivas sobre el caso chileno. *In: JOIGNANT, Alfredo; GÜELL, Pedro. (ed.). El arte de clasificar a los chilenos: Enfoques sobre los modelos de estratificación en Chile.* Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2009. p. 103-130.
- BELL, Daniel. **Las contradicciones culturales del capitalismo.** Madrid: Alianza, 1982.
- BERNSTEIN, Basil. **Langage et classes sociales.** París: Minuit, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. **La distinción.** París: Minuit, 1979.
- CATALÁN, Carlos; TORCHE, Pablo. **Consumo cultural en Chile, miradas y perspectivas.** Santiago: Instituto Nacional de Estadística y Consejo Nacional de la Cultura y las Artes, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **L'invention du quotidien.** Arts de faire. París: L'Union Générale d'Édition, 1980.
- DÍAZ, Ximena; GODOY, Lorena; STECHER, Antonio. Significados del trabajo en un contexto de flexibilización laboral: la experiencia de hombres y mujeres en Santiago de Chile. *In: DÍAZ, Ximena et al. (coord.). Trabajo, identidad y vínculo social.* Santiago: Centro de Estudios de la Mujer, Universidad Diego Portales, 2006. p. 29-60.
- DUBIED, Annick; LITS, Marc. **Le fait divers.** París: Presses Universitaires de France, 1999.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **The Established and the Outsiders.** Londres: Sage, 1965.
- ELIASOPH, Nina. **Avoiding Politics: How Americans Produce Apathy in Everyday Life.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- FISCHER, Claude S. **Made in America: A Social History of American Culture and Character.** Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- FRANCO, Carlos. **Imágenes de la sociedad peruana: La "otra" modernidad.** Lima: Centro de Estudios para el Desarrollo y la Participación, 1991.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas.** México, DF: Grijalbo, 1990.
- GERMANI, Gino. **Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas.** Buenos Aires: Eudeba, 1962.
- GOULAT, Vincent. **Médias et classes populaires: Les usages ordinaires des informations.** París: INA Editions, 2010.
- GRIGNON, Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Le savant et le populaire: Misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature.** París: Editions EHESS, Gallimard y Seuil, 1989.
- GUTIÉRREZ, Horacio. Exaltación del mestizo: La invención del roto chileno. **Revista Universum**, Talca, Chile, v. 25, n. 1, p. 122-139, 2010.
- HOGGART, Richard. **A Local Habitation: Life and Times, 1918-1940.** Londres: Chatto and Windus, 1988.

- HOGGART, Richard. **The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with Special References to Publications and Entertainments.** Londres: Chatto and Windus, 1957.
- JAMES, Daniel. **Resistencia e integración: El peronismo y la clase trabajadora argentina.** Buenos Aires: Sudamericana, 1990.
- LABOV, William. **Sociolinguistique.** París: Minuit, 1976.
- LACLAU, Ernesto. **La razón populista.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- LAMONT, Michèle. **La dignité des travailleurs: Exclusion, race, classe et immigration en France et aux États-Unis.** París: Presses de Sciences Po, 2002.
- LARRAÍN, Jorge. **Modernidad, razón e identidad en América Latina.** Santiago: Editorial Andrés Bello, 1996.
- LARRAÍN, Jorge. **Identidad chilena.** Santiago: LOM Ediciones, 2001.
- LAVÍN, Joaquín. **Chile: La revolución silenciosa.** Santiago: Zig-Zag, 1987.
- LECHNER, Norbert. **Obras escogidas.** Santiago: LOM Ediciones, 2006. 1 t.
- LEWIS, Oscar. **Los hijos de Sánchez.** México, DF: Grijalbo, 1982.
- MARTÍNEZ, Javier; PALACIOS, Margarita. **Informe sobre la decencia: La diferenciación estamental de la pobreza y los subsidios públicos.** Santiago: SUR, 1996.
- MARTUCCELLI, Danilo. **Dominations ordinaires: Explorations de la condition moderne.** París: Balland, 2001.
- MARTUCCELLI, Danilo. *¿Existen individuos en el Sur?* Santiago: LOM Ediciones, 2010.
- MARTUCCELLI, Danilo; SVAMPA, Maristella. **La plaza vacía: Las transformaciones del peronismo.** Buenos Aires: Losada, 1997.
- MERTON, Robert K. **Teoría y estructuras sociales.** México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- MORANDÉ, Pedro. **Cultura y modernización en América Latina: Ensayo sociológico acerca de la crisis del desarrollismo y de su superación.** Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 1984.
- MOULIAN, Tomás. **Chile actual: Anatomía de un mito.** Santiago: LOM Ediciones, 1997.
- NOIRIEL, Gérard. **Le creuset français: Histoire de l'immigration, XIXe-XXe siècles.** París: Seuil, 1988.
- PARKER, Cristián. **Otra lógica en América Latina: Religión popular y modernización capitalista.** Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- PARKER, Cristián. *¿América latina ya no es católica? Pluralismo cultural y religioso creciente.* **América Latina Hoy**, Salamanca, España, v. 41, p. 35-56, 2005.
- PNUD. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Desarrollo humano en Chile: La manera de hacer las cosas.** Santiago: PNUD, 2009.
- POLITZER, Patricia. **Chile: ¿De qué estamos hablando? Retrato de una transformación asombrosa.** Santiago: Sudamericana, 2006.
- RAMOS, Claudio. **La transformación de la empresa chilena: Una modernización desbalanceada.** Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2009.
- ROBLES, Fernando. **El desaliento inesperado de la modernidad: Molestias, irritaciones y frutos amargos de la sociedad del riesgo.** Santiago: RIL Editores, 2000.
- SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. **Historia contemporánea de Chile. Hombres y feminidad.** Santiago: LOM Ediciones, 2002. 2 t.
- SALINAS, Maximiliano. **En el chileno el humor vive con uno: El lenguaje festivo y el sentido del humor en la cultura oral popular de Chile.** Santiago: LOM Ediciones, 1998.
- SALINAS, Maximiliano. **La risa de Gabriela Mistral: Una historia cultural del humor en Chile e Iberoamérica.** Santiago: LOM Ediciones, 2010.
- SANSOT, Pierre. **Les Gens de peu.** París: Presses Universitaires de France, 1991.

- SCHWARTZ, Olivier. **Le monde privé des ouvriers**: Hommes et femmes du Nord. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- SCHWARTZ, Olivier. Peut-on parler des classes populaires? **La vie des idées**, Paris, 13 set. 2011. Disponível em: http://www.laviedesidees.fr/IMG/pdf/20110913_schwartz.pdf.
- SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México, DF: Era, 2000.
- SOTO, Álvaro. (comp.). **Flexibilidad laboral y subjetividades**: Hacia una comprensión psicosocial del empleo contemporáneo. Santiago: LOM Ediciones, 2008.
- SOTO, Hernando de. **El otro sendero**: La revolución informal. Lima: El Barranco, 1986.
- THOMPSON, Edward P. **La formation de la classe ouvrière anglaise**. Paris: Éditions de Maison des Sciences de l'Homme, 1988.
- VALENZUELA, Samuel J.; TIRONI, Eugenio; SCULLY, Timothy R. (comp.). **El eslabón perdido**: familia, modernización y bienestar en Chile. Santiago: Aguilar, 2006.
- VÉLIZ, Claudio. **The New World of the Gothic Fox**: Culture and Economy in English and Spanish America. Berkeley: University of California Press, 1994.
- VERRET, Michel; CREUSEN, J. **La culture ouvrière**. Paris: L'Harmattan, 1995.
- WEBER, Florence. **Le travail à-côté: étude d'ethnographie ouvrière**. Paris: Institut National de la Recherche Agronomique, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989.

Recebido em: 30/12/2018

Aceito em: 30/12/2018

Resenha

“UM SONHO PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS”

“A DREAM FOR THE SOCIAL SCIENCES”

Giovanni Boaes*
Maylle Alves Benício**

LAHIRE, Bernard. *L'interprétation Sociologique des rêves*. Paris: La Découvert, 2018.

“O que podem dizer os sonhos sobre a vida dos indivíduo e das sociedades em que vivem?” “Como as experiências sociais dos ‘sonhadores’ contribuem para tramar seu imaginário, mesmo nos momentos quando a consciência intencional não governa o fluxo das imagens?” Essas são questões que norteiam a aventura sociológica de Lahire em “terra incógnita” da expressão onírica, cujo produto é o livro que ora resenhamos. Nesta aventura, o autor pretende estender o alcance da sociologia disposicionalista e contextualista da ação, voltando-se para o mais recôndito do psiquismo humano, a fim de demonstrar que o “inconsciente” é “social”, e que não pode ser resumido a um “id”, deve ser tratado como uma “consciência involuntária”, representada pelo passado incorporado na forma de esquemas de disposições. “L'interprétation sociologique des rêves”, como diz Lahire, é o bilhete de entrada para o sonho nas ciências sociais,¹ a partir de uma perspectiva disposicionalista e contextualista ao mesmo tempo.

A obra foi lançada em 2018 pela editora La Découverte, sem tradução ainda para o português, e é a mais recente da vasta produção do sociólogo francês. Com 487 páginas, está estruturada em 13 capítulos – precedidos por uma introdução geral –, duas conclusões e uma coda. Deverá ser sucedida por outro volume. O primeiro livro dedica-se à construção de uma teoria integradora (e empiricamente pertinente), a partir dos conhecimentos teórico-empíricos já produzidos sobre o sonho, cujo produto se condensa na fórmula geral de interpretação dos

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Brasil. E-mail: giboaeas@gmail.com

** Doutoranda do PPGS (Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. E-mail: maylle.benicio@gmail.com

¹ É válido mencionar que autores, a exemplo do francês Roger Bastide ou do brasileiro José de Souza Martins, e de outros que serão citados pelo próprio Lahire, anteviram a necessidade de se trabalhar o sonho sob uma perspectiva sociológica e implementaram projetos de pesquisa a respeito do tema. Na verdade, o sonho já fez sua entrada como objeto das ciências sociais, antes desta obra de Lahire, embora para ele, os livros que o antecedem, não se dedicaram ao processo de produção do sonho em si, preocuparam-se em investigar as atividades humanas que ocorrem em torno do relato do sonho, de como este é utilizado, como é apropriado e que práticas e discursos pode suscitar nas diferentes épocas e culturas. Por outro lado, a sua sociologia do sonho, engloba essa contribuição, mas dedica-se com prioridade a perceber como a atividade humana engendra o sonho, em outras palavras, ocupa-se do processo em si de fabricação das imagens do sonho e de seu relato.

sonhos. É pertinente observar o engajamento de Lahire com a asserção da sociologia como uma ciência empírica. Conforme ponderam Véran e Vandenberghe (2016), o trabalho de campo é para o autor imprescindível ao ofício do sociólogo, pois é o espaço da descoberta empírica que proporcionará a exploração teórica e a reformulação de conceitos. Todavia, neste livro, Lahire dedica-se à discussão teórica do tema, introduzindo, sob sua ótica, o sonho no campo das ciências sociais.

O segundo livro se dedicará à interpretação de *corpora* específicos de sonhos, aplicando-lhes a fórmula geral e seus instrumentos metodológicos, ou seja, serão apresentadas as biografias sociológicas dos sonhadores e sonhadoras que têm sido entrevistados ao longo da pesquisa, analisadas à luz da teoria integradora construída anteriormente. É com muita expectativa que aguardamos a publicação do segundo volume.

No geral, a sua proposta procura demonstrar que o comportamento dos indivíduos adormecidos se expressa nos sonhos e, como todo comportamento humano, esse pode ser compreendido a partir da teoria sociológica geral da prática, em escala individual. O sonho é mais uma expressão humana que se distribui no *continuum* de todas as formas de expressão humana, nada havendo nele de misterioso, sobrenatural ou insondável. A preocupação em tornar os sonhos objeto da sociologia, acompanha o autor desde o início de sua produção. Em “O homem plural” (2002), por exemplo, diz haver uma proximidade entre a sociologia dos sonhos e uma sociologia da ação (p.129)². Contudo, foram necessários mais de vinte anos de dedicada pesquisa para que “A interpretação sociológica dos sonhos” pudesse tomar forma e vir à tona.

O grande desafio que Lahire se propôs a encarar, ao gestar essa obra, foi o de estudar o sonho com o devido rigor científico e acadêmico, abrindo o caminho para uma sociologia do sonho que não se confundisse com a psicanálise. Esse objeto que se coloca como inquietantemente sedutor e, à primeira vista, “espontaneamente indecifrável” é comparado a um castelo de contos de fadas, cercado por fossos e protegido por um dragão. Os fossos e o dragão referem-se, em parte, às marcas profundas deixadas pelas tentativas passadas de interpretação dos sonhos, particularmente às ideias de Freud e dos seus seguidores que, segundo Lahire, criaram vícios interpretativos difíceis de serem desmanchados.

Contudo, Lahire de forma alguma coloca-se em profunda oposição ao modelo de interpretação dos sonhos proposto por Freud. Pelo contrário, é com base nas conquistas desse modelo que o sociólogo se esforça para corrigir o que considera como fraquezas, erros e falhas contidos nele, aproveitando os vários avanços científicos que ocorreram desde a publicação do *Traumdeutung*. Lahire reconhece os méritos de Freud e enfatiza o papel crucial que desempenhou: foi pioneiro em reconhecer que os sonhos não são uma produção desordenada e randômica de

² Nas suas obras mais recentes, com ênfase para “Kafka, Franz. *Éléments pour une théorie de la création littéraire*” (2010), é possível perceber o avanço de Lahire em direção à compreensão do terreno onírico. Nessa referida obra, por exemplo, o autor descortina a questão da “problemática existencial”, que será elemento fundamental na sua posterior elaboração da interpretação sociológica dos sonhos.

imagens, mas que possuem lógicas razoáveis e, assim, passíveis de interpretação.

O sonho, que Bernard Lahire define como sendo o mais íntimo dos diários, é um dos espaços vazios que ainda não havia sido colorido de forma satisfatória pelas ciências sociais, um lugar por onde poucos sociólogos só muito timidamente se arriscaram a caminhar; ao contrário de psicólogos, psicanalistas e neurocientistas.

De partida, Lahire previne o leitor quanto ao seu estilo de escrita e produção intelectual: uma linguagem que não se prende ao obscurantismo das recorrentes produções francesas que se preocupam mais em seduzir do que em demonstrar e explicar. Alerta, também, que o avanço do conhecimento não pode acontecer sem a recorrência ao passado e enfatiza a necessidade de ultrapassar as barreiras disciplinares. Nesse sentido, agrega conhecimentos de diversas áreas e de temporalidades distintas, propondo uma teoria integradora dos determinismos sociais dos sonhos. Sua aventura sociológica por essas terras incógnitas é justamente uma forma de transpassar as fronteiras impostas pela especialização disciplinar, tema importante para o autor e já significativamente discutido em outros livros seus, com destaque para *Monde pluriel* (LAHIRE, 2012).

O ponto de partida é uma revisão crítica acerca do progresso da ciência dos sonhos, tomando a Interpretação dos sonhos, de Freud como um marco. Descreve sobre dois momentos importantes no cenário da interpretação dos sonhos: um divinizado, supersticioso, divinatório e elitizado, seguido de um segundo momento que começa a estabelecer-se a partir do século XI, no qual é possível perceber uma dessacralização e uma democratização dos sonhos. Os sonhos das pessoas comuns passam a ter importância, da mesma forma que os sonhos dos reis, santos e pessoas ilustres. Os sonhos deixam de ser vistos como obra de anjos e demônios e tornam-se fenômenos psicológicos e autobiográficos. No século XVII, por seu turno, será formado com Descartes, o paradigma fisiológico e individualista que dará o rumo, doravante, aos estudos sobre o sonho. A forte influência desse paradigma irá limitar a pertinência dos fenômenos sociais na lógica de formação dos sonhos.

De Descartes a Jérôme Richard, as interpretações do sonho vão se aproximando da forma desenvolvida por Freud. Apoiado no pensamento de muitos autores que o antecederam, Freud desenvolverá sua interpretação dos sonhos, e diz, Lahire (2018, p. 21): “alguns dos pontos de sua reflexão não são verdadeiramente inéditos... Freud, como todo cientista original, não inventou grande coisa”. Porém, seu papel foi muito significativo na montagem do quebra-cabeça. Aqui Lahire entra em desacordo com Michel Foucault quando este declara que o sonho entra em cena com o livro *A interpretação dos sonhos*. Lahire afirma que a entrada do sonho no campo da significação humana simplesmente precedeu Freud em alguns milhares de anos, e no campo das ciências humanas, há mais de um século. Depois de Freud, muitos irão fazer críticas à sua interpretação dos sonhos, dentro da psicanálise ou fora dela. Então, “nada começa e nem termina com Freud” (LAHIRE, 2018, p. 23). Mas, o autor é levado a reconhecer que Freud foi o primeiro a aventar “um grande modelo teórico sintético e integrador para o estudo dos sonhos” (p. 25).

Quanto ao progresso da ciência dos sonhos, diante da panóplia de explicações, Lahire afirma que esse tem acontecido paulatinamente. Todavia, encontra-se no fogo cerrado entre um relativismo radical e um dogmatismo cientificista, ao passo que seria necessário encontrar um meio-termo entre essas duas posturas para obter o real progresso, o que, obviamente, pretende fazer. Depois de avaliar a contribuição de Freud e de outros pensadores, Lahire chega à conclusão de que seria imperativo o desenvolvimento de uma teoria do sonho mais justa, mais rigorosa e mais coerente do que a de Freud.

A teoria que ele submete ao exame, nesta obra, é uma teoria do tipo disposicionalista-contextualista que permitirá pensar o sonho como uma forma particular de expressão, ou produção simbólica, dentro do conjunto das formas de expressão humana. Apoiar-se, para isso, sobre as aquisições da sua sociologia em escala individual que envolve o cruzamento entre disposições incorporadas e contextos de ação (e de expressão).

A possibilidade de estudar sociologicamente o sonho pressupõe, para o autor, uma transformação nas ciências sociais, que terá que rever seus instrumentos teóricos e metodológicos de modo que permitam conhecer o sonho sem desvirtuá-lo. Isso é vantajoso para a sociologia, porque mexe com sua própria estrutura. É um desafio estimulante que impulsiona a sociologia a refletir sobre si mesma, suas teorias e seus métodos, bem como sobre o exato significado da palavra “social”. Somado a isso, a temática obriga os sociólogos a reverem as relações entre o cerebral e o social³, algo que tem sido esquecido nas formulações sociológicas ordinárias que se dedicam apenas à vida acordada.

O sonho é uma realidade individual intrinsecamente social. Portanto, não pode ser visto como algo isolado no indivíduo, insular, nos limites da caixa craniana. Ele se insere na história do “sonhador” e na rede de obrigações colocadas pela sociedade, pelo grupo.

Ao analisar a obra de autores que se arriscaram a dizer algo sobre os sonhos na perspectiva das ciências sociais – entre eles, Durkheim, Halbwachs, Roger Bastide e Jean Duvingnaud –, enfatiza que esses cientistas sociais, com destaque para os antropólogos, têm feito uma ciência dos usos dos sonhos, que também pode ser lida como uma “ecologia social do sonho”. Embora seja uma abordagem legítima, não constitui uma forma decisiva para se compreender o sonho como objeto plenamente social. O sonho é social não só porque é compartilhado, comentado, interpretado segundo os quadros sociais de crença e expectativas culturais coletivas. Ele é social de cabo a rabo, tanto nos seus móveis, e nas modalidades de sua fabricação, como nas regularidades objetiváveis de seu conteúdo.

Lahire também revisita as abordagens literárias que se utilizam da análise de conteúdo para interpretar os sonhos. Ele assinala que, apesar de acertarem ao admitirem a chamada hipótese da continuidade, limitam-se a decompor o sonho em séries de elementos que são classificados em categorias (objetos, lugares, animais, situações, palavras etc.) para daí extrair as frequências de ocorrência de cada categoria. O erro principal desse tipo de análise, a seu

³ Esta relação é uma preocupação sempre presente no pensamento de Lahire. Ver Lahire & Rosental (2008).

ver, é deterem-se ao conteúdo manifesto do sonho, desprezando os mecanismos específicos que operam na passagem da vida acordada para o sonho. Desprezam, por exemplo, o passado incorporado daquele que sonha e que não se manifesta no conteúdo do sonho, assim como as transformações metafóricas e simbólicas, os efeitos de condensação, de substituição etc. que atuam na produção imagética dos sonhos.

Sobre o assunto, o sociólogo alerta: “uma teoria dos sonhos não será completa se se contentar em fazer análises quantitativas de conteúdo sem buscar saber o que há por trás das imagens, das sensações e das palavras, o que constitui o pano de fundo estruturante que permite a sua fabricação” (LAHIRE, 2018, p. 81). Desse modo, um relato de sonho não pode ser simplesmente tomado como um texto literário. Há bastante diferença quanto ao gênero e às condições sociais e simbólicas de produção de cada um. Sem falar que a decomposição dos sonhos leva o analista a perder a visão global do sonho. Mas, de qualquer forma, reitera que esses estudos são importantes para avançar para uma ciência da produção dos sonhos e com ela mergulhar no significado social da vida onírica.

“O que faz do sonho um fato profundamente social?” Para responder a essa questão, Lahire vai relembrar do que já abordou em livros anteriores: a problemática acerca do que se pode entender pela palavra social. Vai, então, diferenciar a identificação clássica entre coletivo e social que acabou relegando os fatos individuais para o campo da psicologia. Como já fora visto em “Homem plural” (2002), “Retratos sociológicos” (2004), “A cultura dos indivíduos” (2006), entre outros, o indivíduo é plenamente social, pois é produto do processo de socialização vivido em grupos ou instituições que frequentou ao longo de sua vida. O selo “social”, nesses moldes, estará impresso no passado incorporado na forma de esquemas de disposições ou resumo de experiências. Contudo, apelar para o passado incorporado é apenas um aspecto da análise, pois o outro lado se refere aos diversos contextos ou quadros de interação que atuarão na ativação ou inibição das disposições. Porém, é preciso ter em conta que o social não se remete apenas à co-presença interindividual, ao passo que aquele que age na ausência de outros ainda assim merece a designação de social, como é o caso do sonhador.

O sonho pode ser interpretado a partir da relação estabelecida com a vida daquele que sonha, suas preocupações, tensões, conflitos, desejos e medos, ou seja, a chamada hipótese da continuidade. “Verdade que foi percebida desde os primeiros séculos da era cristã por gregos e romanos” (LAHIRE, 2018, p. 93). A questão que se interpõe se refere a saber o que é a vida ou o vivido da pessoa que sonha, e, principalmente, qual tipo de metodologia é necessária para se reconstruir o “vivido” do sujeito e como relacioná-lo com os seus sonhos. Essa metodologia será discutida minuciosamente no décimo terceiro capítulo do livro, sintetizada em sete passos principais (p. 415).

Do ponto de vista da sua sociologia disposicionalista e contextualista, a questão se resolve cruzando-se os esquemas de experiências incorporadas ou o estoque de disposições e os enredos oníricos; as problemáticas existenciais e as problemáticas oníricas; elementos da biografia

sociológica do ator e a encenação onírica. Trata-se de analisar os elementos estruturantes da vida dos atores para se compreender a natureza das intrigas (enredos) elaborados em seus sonhos. Mas, isso não significa que o sonho seja a simples transcrição, sob a forma de um relato onírico, da vida do sujeito. Apoiando-se em definições já apresentadas por outros autores, Lahire reforça as características do sonho, certamente para respaldar sua fórmula geral de interpretação dos sonhos:

[...] as propriedades psicológicas e formais da atividade onírica já foram bastante descritas, analisadas e validadas por vários autores, bastante diversificados. Entre elas, encontramos a ausência de planificação, de reflexividade e de controle da narração presentes no sonho, o que contribui para criar a impressão de incoerência; o caráter implícito de uma linguagem privada; a importância das imagens, da simbolização e de um uso visual da metáfora; a presença do que Freud chamou “condensação”, pela qual podem ser combinadas imagens provindas de várias fontes representando situações, lugares, objetos ou pessoas diferentes que possuem alguma analogia em relação ou sobre um outro; ou ainda a tendência ao exagero emocional ou à dramatização de situações (quando, por exemplo, o sonhador vê morrer a sua frente pessoas com as quais mantém um simples ressentimento) (LAHIRE, 2018, p. 95).

Essas características serão analisadas detalhadamente pelo autor ao longo da obra. Cada uma delas merecerá um capítulo correspondente. Para exercitar uma sociologia disposicionalista-contextualista em escala individual sobre os sonhos, esses deverão ser compreendidos a partir de três grandes elementos, articulados em uma fórmula geral de interpretação dos sonhos e detalhados no decorrer do livro:

1. Os elementos recorrentes do estoque de disposições do sujeito e o estado de sua problemática social. Isto será alcançado com a elaboração da biografia sociológica do sonhador;
2. As circunstâncias imediatas da vida diurna, especialmente, a véspera do sonho, pois elas serão importantes para suscitar o enredo onírico a partir da ativação de certos esquemas incorporados. Estas serão obtidas por meio de entrevistas com o sujeito;
3. O quadro específico da expressão onírica que se caracteriza pelo isolamento do sujeito, durante o sono, das interações sociais ordinárias e pela ausência de demanda do entorno, afrouxamento da capacidade de controle narrativo, escuridão, silêncio, a necessidade de se exprimir essencialmente em imagens, e a predominância de uma linguagem interior ou privada cuja característica é a elipse, pois pressupõe uma comunicação de si para si. O quadro do sono, portanto, apresenta uma série de “exigências” ou lógicas no processo de produção onírica.

A fórmula geral de interpretação dos sonhos a que Lahire chega envolve, portanto, elementos: circunstanciais, conjunturais e estruturais. Funciona como uma derivação da sua fórmula geral do estudo das práticas (disposições + contexto = prática), que precisará ser

complexificada para se adaptar ao sonho. No processo de adaptação, faz-se necessário acrescentar elementos suplementares. Assim, o processo da interpretação dos sonhos será dividido em três etapas: a primeira é a que antecede o sono (*éveil ante-rêve*), nela a pessoa encontra-se acordada. É quando se formam os estímulos internos que desempenharão papel importante na segunda fase. A primeira etapa corresponde, geralmente, à véspera da ocorrência do sonho, mas, conforme alguns estudos de neurocientistas, pode se estender a até catorze dias da ocorrência do sonho. A segunda etapa se refere ao sono propriamente dito (*temps de sommeil*), ou quadro do sono, quando se desenrolam os enredos oníricos com suas imagens e sensações. A terceira diz respeito ao momento de despertar e relembrar dos sonhos, é o tempo de relatá-lo (*éveil post-rêve*).

A dinâmica interpretativa se processa nos moldes da sociologia em escala individual, relacionando disposições e contextos: durante o dia, forma-se um contexto particular (eventos, interação vista ou vivida, algo que se leu ou assistiu etc.) que irá desencadear elementos do passado incorporado do sujeito (estado de sua problemática existencial e suas disposições ou esquemas incorporados). Estes funcionarão como estímulos internos que serão somados aos outros estímulos advindos do quadro do sono.

Na situação acordada que antecede o sonho, acontecimentos, gestos e palavras que apresentam analogias com experiências passadas irão ativar partes do esquema de disposições incorporadas. Isto pode, então, mobilizar imagens ligadas a momentos diferentes do passado dos “sonhadores” que se expressarão por analogias (semelhança e contiguidade).

No quadro do sono, onde o sonho se desenrolará, a ênfase será dada às condições cerebrais, psíquicas, semióticas e sociais do sonho. O indivíduo se afasta das interações, tornando-se ausentes as demandas e pressões de outros. As percepções noturnas são integradas e traduzidas pela lógica do sonho. Há uma perda do controle reflexivo e diminuição da vigilância planificadora e da narração. Prevalece a modalidade de comunicação de si para si, ou seja, uma linguagem interna implícita comandará o processo de fabricação dos sonhos. A isso se soma um relaxamento das censuras formais e morais – esse duplo afrouxamento é o tema do capítulo seis. Com esses elementos reunidos, processa-se a transformação ou tradução dos esquemas de experiências em esquemas oníricos, caracterizados pela visualização (predomínio das imagens), exagero/dramatização, simbolização, metaforização, condensação.

Quando o indivíduo desperta, inicia-se a terceira fase, na qual ele se lembrará do sonho e fará o relato (oral ou escrito). Daí, então, tem-se a chamada elaboração secundária, ou seja, um relato que irá traduzir a linguagem onírica para a comunicação com outros, o que reativará as exigências da linguagem formal e usual. Isso implica que a narrativa pode ser modificada conscientemente ou não, tanto pelas exigências exteriores da língua quanto pelo repertório e competências gramaticais do narrador.

Enfim, é possível dizer que a fórmula geral de interpretação do sonho permite compreender por que o “sonhador” não pode entender imediatamente, ao despertar, as imagens oníricas por ele mesmo produzidas. Essa situação se explica, em grande parte, pelo fato de que os seres humanos

têm uma história e que o passado vivido não desaparece, ele continua a existir sob a forma de experiências incorporadas “prontas para entrarem em ressonância com as situações presentes, a reaparecer na superfície a todo momento, no estado acordado e durante a noite” (p.111).

É fundamental perceber que a fórmula de Lahire assemelha-se em diversos aspectos à proposta por Freud. Foi o psicanalista quem articulou de forma mais direta e consistente, pela primeira vez, a relação entre um passado incorporado (sob a forma de inconsciente), e os acontecimentos presentes (restos diurnos) na explicação do sonho. Entretanto, o que Lahire coloca em xeque, a todo momento, são algumas generalizações teóricas abusivas e estereotipadas, presentes no legado de Freud e de seus seguidores. Por exemplo: a) o peso demasiado conferido ao papel das experiências socializadoras familiares; b) a universalização e a naturalização de esquemas que são social e temporalmente localizados, como o complexo de Édipo; c) o privilégio da explicação sexual que afirma ser todo sonho a realização de desejo sexual infantil; d) o privilégio do conteúdo latente em prejuízo do conteúdo manifesto do sonho; e) a não apreensão do poder e da dominação em suas várias formas, limitando-a às relações parentais estreitas, sempre marcadas pelo conteúdo sexual etc.

Em suma, ir além da observação da vida humana em estado de vigília, mergulhar no mundo da fabricação dos sonhos e não apenas sonhar que essa é uma abordagem possível para a sociologia, mas demonstrá-la efetivamente em uma densa, coerente e bem argumentada obra, é indubitavelmente o grande mérito alcançado por Bernard Lahire em “A interpretação sociológica dos sonhos”. Cremos que o livro, em seu conjunto, é uma espécie de “curso avançado” sobre a ciência dos sonhos, e que deve ser lido não só por sociólogos, mas por todos aqueles que possuem algum tipo de interesse sobre o assunto, desde os apenas curiosos até os psicoterapeutas, passando por cientistas sociais (antropólogos, historiadores, cientistas políticos etc.) neurocientistas e psicólogos.

É fato que os princípios que engendram a interpretação já haviam sido estabelecidos por outros autores, como reconhece o próprio Lahire, ao dizer que sua fórmula de interpretação dos sonhos é prima da fórmula proposta por Freud em 1900. O prolongamento reside na correção dos sentidos dos elementos da fórmula. Nesse aspecto, Lahire abre a perspectiva freudiana, ampliando a sua concepção de social, rejeitando o conceito de inconsciente, descartando os reducionismos por trás da afirmação de que os sonhos são realizações de desejos, sempre infantis e sexuais. Ademais, abrange o significado do elemento desencadeador do sonho, que deixa de ser um acontecimento único (trauma e recalque) e se volta para diversos contextos, ou série de elementos.

Esta obra também representa um marco em suas produções e traz pistas sobre possíveis aberturas e reformulações acerca de sua fórmula geral das práticas, desenvolvida ao longo de sua trajetória. O fato de ele agregar um elemento chamado “problemática existencial” à fórmula de interpretação dos sonhos⁴ leva-nos a pensar que, apesar de sua definição sobre o que entende

⁴ Elemento que se sedimenta na elaboração da biografia sociológica de Kafka (LAHIRE, 2010), e que se encontra ausente nas primeiras obras de Lahire.

por “existencial” negar qualquer filiação à filosofia existencialista ou a qualquer outra filosofia, isto pode representar uma inflexão, ainda que a contragosto,⁵ no seu determinismo sociológico.

É com essa impressão que neste livro vemos Lahire dar mais visibilidade às “competências”, frente às disposições e contextos; vemos o autor adotar outra configuração de sinais para ligar os elementos de suas fórmulas (substitui os sinais “+” e “=” por setas curvas, simulando movimentos) com aspecto mais dialético e circular; refere-se a contextos fortes e contextos fracos, qualidades que, até produções recentes, só pertenciam às disposições. Enfim, como ele mesmo destaca, para a sociologia, estudar o sonho no que ele tem de específico, ou seja, como uma forma de expressão humana, levará necessariamente à transformação da própria sociologia, e acreditamos que a primeira a se beneficiar com esses efeitos será a sociologia em escala individual.

Quanto à apresentação do texto, é perceptível um estilo claro e fluido, recorrendo a exemplos e diagramas para facilitar o entendimento. Talvez o que menos agrade ao leitor pouco acostumado ao estilo de Lahire seja a prevalência de argumentos do tipo *ad nauseam* que o levam a repetir várias vezes as mesmas informações de maneira difusa ao longo da obra, o que pode tornar a leitura um pouco cansativa. Porém, no geral, a sua adesão ao princípio de “não turvar as águas para fazer parecê-las profundas”, como diria Nietzsche, garante a leitura e o entendimento desta obra de fôlego – ao menos para quem já possui algum conhecimento prévio de suas principais temáticas – sem muitas dificuldades.

Referências

- LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LAHIRE, Bernard. **Kafka, Franz**. *Éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte – Laboratoire des Sciences Sociales, 2010.
- LAHIRE, Bernard. **Monde pluriel**: *penser l'unité des sciences sociales*. Paris: Éditions du Seuil, 2012.
- LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LAHIRE, B; ROSENTAL, C. (org.) **La cognition au prisme des sciences sociales**. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2008.
- VÉLAN, J. F.; VANDENBERGHE, F. Novas Sociologias: um exercício de teoria comparativa. In: VANDENBERGHE, F.; VÉLAN, J. F. (org.). **Além do habitus**: teoria social pós-bourdiesiana. Rio de Janeiro: 7 letras, 2016. p. 9-25.

Recebido em: 1/04/2019

Aceito em: 14/04/2019

5 Acreditamos que Lahire expresse bem o seu determinismo na Conclusão 2: O sonho, a vontade e a liberdade (p. 431- 439). Contudo, apesar dessa afirmação do determinismo, entendemos que *A interpretação sociológica dos sonhos* sinaliza para rumos mais relativistas. Sobre o determinismo de Lahire, ver a entrevista neste volume: “O indivíduo, a existência e a teoria social – uma entrevista com Frédéric Vandenberghe”, realizada do Rodrigo Vieira de Assis.